

ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL  
**INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX**  
O CASO DO BARREIRO

ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL

# INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

O CASO DO BARREIRO



CENTENÁRIO DA CUF NO BARREIRO, 1908-2008

Coordenação

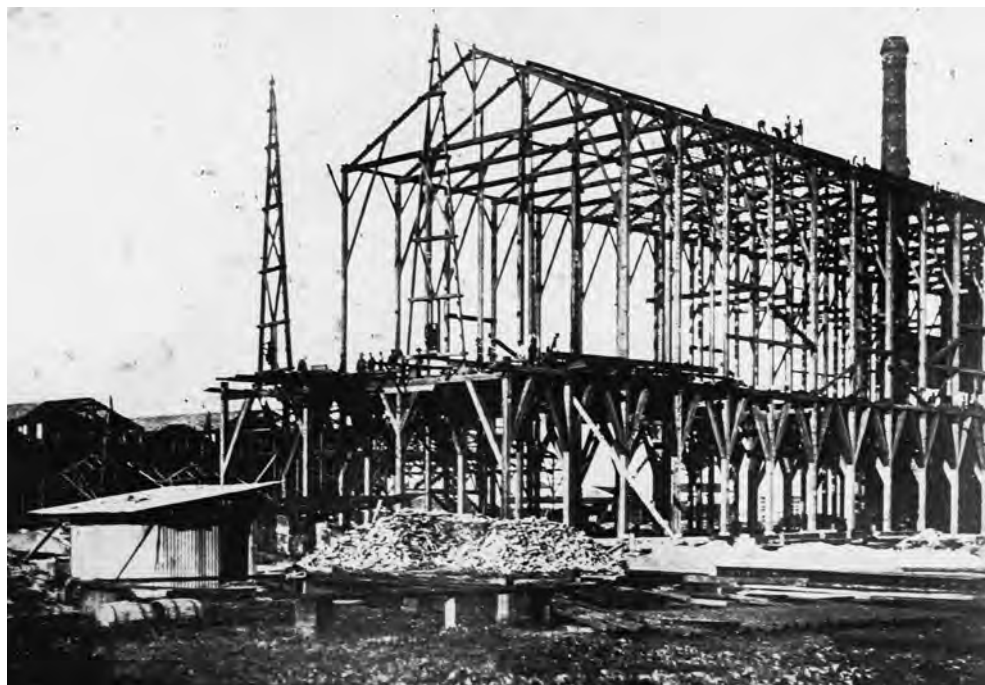
Miguel Figueira de Faria  
José Amado Mendes



ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL

# INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

O CASO DO BARREIRO



CENTENÁRIO DA CUF NO BARREIRO, 1908-2008

Coordenação

Miguel Figueira de Faria

José Amado Mendes

  
**UAL**  
UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA

  
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO  
PLURIDISCIPLINAR

**Ficha Técnica:**

**Título:** *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro*

**Editora:** EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S. A.

Rua de Sta. Marta, n.º 56

1169-023 Lisboa

**Design e Composição Gráfica:** Samuel Ascensão

**Revisão:** José Rafael Sequeira da Costa

**Impressão:**

**ISBN:** 978-989-8191-18-2

**Depósito Legal:**

**ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX: O CASO DO BARREIRO, Lisboa, 2010**

Actas do colóquio internacional industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro / Actas do colóquio internacional industrialização em Portugal no século XX - o caso do Barreiro; coord. Miguel Figueira de Faria, José Amado Mendes. - Lisboa: EDIUAL, 2010. - 476 p

ISBN: 978-989-8191-18-2

CDU 65

725.4

# Índice\*

## **Introdução**

*José Amado Mendes e Miguel Figueira de Faria* ..... 7

## **INDÚSTRIA: FACTOR HUMANO, TECNOLOGIAS E PRODUTOS**

### **Recrutamento, carreiras e remuneração da força laboral da CUF do Barreiro, 1907-1974**

*Francisco Lima, Jaime Reis, Mário Centeno e Tiago Tavares* ..... 15

### **Gerir o crescimento empresarial – a evolução da estrutura organizativa da CUF, 1865-1975**

*Pedro Neves* ..... 37

### **Estratégia corporativa nas origens do Amoníaco Português?**

*Manuel Ferreira Rodrigues* ..... 59

### **Industrialização ou Revolução Industrial em Portugal? Uma interpretação**

*José Amado Mendes* ..... 75

---

\* Dos 27 conferencistas, dois não entregaram os seus textos, a saber: Ferran Sagarra i Trias (painel 3) e Raquel Henriques da Silva (painel 4).

<b>A Companhia União Fabril nos anos 70 – a procura de novas estratégias</b> <i>Gilberto Gomes</i> .....	93
<b>A CUF e o Barreiro: responsabilidade social, empresarial e sustentabilidade</b> <i>David Leite das Neves</i> .....	109
<b>A CUF E O BARREIRO: O LEGADO DE ALFREDO DA SILVA</b>	
<b>Alfredo da Silva e Salazar: oportunidade para um balanço de investigação</b> <i>Miguel Figueira de Faria</i> .....	127
<b>Alfredo da Silva e o ‘Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz’ (1930-1937): aspectos económicos</b> <i>Irene Vaquinhas</i> .....	137
<b>Procurando Auguste Lucien Stinville (1868-1949) – uma presença francesa no início das fábricas da CUF no Barreiro</b> <i>Jean Yollant e José Leal da Silva</i> .....	155
<b>Entre a CUF e o Barreiro: que lugar para Alfredo da Silva na química?</b> <i>Isabel Cruz</i> .....	181
<b>A CUF no Barreiro – o eterno baluarte do PCP</b> <i>Vanessa de Almeida</i> .....	207
<b>O Barreiro operário. Anos 30/50. Um retrato social</b> <i>Rosalina Carmona</i> .....	231
<b>Uma aproximação aos modos de adoptar e adaptar tecnologias em Portugal, tomando como exemplo as fábricas da CUF no Barreiro</b> <i>Isabel Cruz e Maria do Carmo Alves</i> .....	249

## ARQUITECTURA E URBANISMO NA INDÚSTRIA: VILAS OPE- RÁRIAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, PLANOS E PATRIMÓNIO

<b>La cité ouvrière en Lorraine, une expérience française significative</b> <i>Chloé Demonet et Pierre-Yves Caillaud</i> .....	277
<b>Las colonias industriales en Cataluña</b> <i>Pere Vall Casas</i> .....	287
<b>O bairro novo da CUF no quadro do urbanismo e da arquitectura ope- rária promovida pela Companhia no Barreiro</b> <i>João Vieira Caldas</i> .....	311
<b>Novas indústrias, novas formas</b> <i>Deolinda Folgado</i> .....	325
<b>Industrialização - Urbanização: que relações? O caso do (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro (1957)</b> <i>Carlos Vieira de Faria</i> .....	347
<b>Abandono e reutilização de edifícios industriais no Barreiro</b> <i>Eugénia Santos e Madalena Cunha Matos</i> .....	365
<b>A ermida de Santa Bárbara do Barreiro</b> <i>Fernando Carvalho da Mota</i> .....	385
 <b>DO REALISMO AO NEO-REALISMO: IMAGENS DO TRABALHO E DO OPERÁRIO NA ARTE PORTUGUESA</b>	
<b>Realizar o Real : Trans-Real e Idiotia</b> <i>Carlos Couto Sequeira Costa</i> .....	415
<b>O neo-realismo na fotografia portuguesa, 1945-1963</b> <i>Alexandre Pomar</i> .....	423

<b>A temática do trabalho no universo estético neo-realista</b>	
<i>David Santos</i> .....	443
<b>Museu da Indústria – Quimiparque –, acervo de um património relevante da indústria portuguesa do século XX</b>	
<i>Mário Varandas Monteiro</i> .....	457
<b>CUF – Quimiparque: Musealização de um património</b>	
<i>António Camarão</i> .....	467

## Introdução

*José Amado Mendes*  
*Miguel Figueira de Faria*

---

A Companhia União Fabril (CUF) tem já uma longa história, cujas raízes remontam a 1865. Todavia, a sua notoriedade foi adquirida posteriormente, sobretudo graças a acção do seu grande impulsionador e dinamizador, o empresário Alfredo da Silva (1871-1942). Após a conclusão do curso no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, em 1892 – cujos estudos concluiu com brilhantismo, tendo sido o melhor aluno do seu curso<sup>1</sup> –, enveredou pela actividade empresarial, exercida na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, no Banco Lusitano e na Companhia Aliança Fabril (CAF), cuja administração esteve a seu cargo, de 1893 a 1898.

Dada a proximidade do ramo desenvolvido, pelas duas empresas – entre outras, a moagem de sementes oleaginosas, o fabrico de sabão e de velas de estearina<sup>2</sup> – e a localização das respectivas fábricas, na zona de Alcântara<sup>3</sup>, a Companhia União Fabril adquire, em 1898, a Companhia Aliança Fabril, sua concorrente.

No período subsequente (1898-1906), Alfredo da Silva destacou-se na gestão da «nova» CUF, «revelando alguns elementos de modernidade: o capital, representado, sobretudo, por Constant Burnay, Gabriel Freitas e Ernest Empis, não interferia na administração a cargo de Alfredo da Silva»<sup>4</sup>.



A necessidade de expandir a actividade, relativamente a produtos em fase de crescente procura, com destaque para os adubos químicos, bem como a urgência em criar novas unidades produtivas, em área mais adequada, sem os constrangimentos existentes na zona urbana, contribuíram para que o empresário, em 1907, tomasse a decisão de instalar a CUF, no Barreiro. Esta opção, pela localização estratégica daquele que se transformaria no mais importante complexo industrial português, viria a revelar-se de grande alcance, para a industrialização e o desenvolvimento do País, ao longo do século xx.

Ao invés do que sucedeu aquando da 1.<sup>a</sup> Revolução Industrial – cuja tecnologia mais emblemática, a máquina a vapor, só chegaria a Portugal em 1821, meio século após ter sido patenteada em Inglaterra, em 1769 –, no que concerne à 2.<sup>a</sup> Revolução Industrial, o País seguia de perto as nações mais industrializadas, através de uma aposta consistente no ramo das indústrias químicas, características, entre outras<sup>5</sup>, desta segunda fase da industrialização.

A CUF e o seu responsável máximo, Alfredo da Silva, resolveram instalar-se no Barreiro, devido às excelentes condições ali existentes: disponibilidade de terrenos, fora de grandes centros populacionais; abundância de água; acessibilidade em termos de transportes (fluviais, marítimos e ferroviários); proximidade de matérias-primas, do mercado abastecedor de mão-de-obra e consumidor dos respectivos produtos, nomeadamente o Alentejo e a capital<sup>6</sup>. Assim, cerca de um ano após a compra do primeiro terreno<sup>7</sup> – mais precisamente, **em 19 de Setembro de 1908** –, entra em funcionamento a primeira fábrica da CUF, no Barreiro.

Tratava-se de «uma unidade de extracção de óleo do bagaço da azeitona, usado no fabrico de sabões, e que dava emprego a uma centena de trabalhadores. Seguem-se, em breve, a primeira fábrica de ácido sulfúrico (obtido, nesta fase, por ustulação da pirite e produzido em câmaras de chumbo), a primeira unidade de obtenção de enxofre (usado no fabrico de insecticidas), a primeira fábrica de superfosfatos»<sup>8</sup>.

Como a referida data, além de assinalar um evento importante, tem ainda um valor simbólico – constituindo como que a «cédula de nascimento» daquela que viria a tornar-se uma espécie de capital industrial do País –, justifica-se, por isso, que o seu centenário tenha sido devidamente assinalado, no âmbito de um vasto e recheado programa comemorativo.

A exemplo do que se tem verificado frequentemente na esfera político-militar, desde, pelo menos, a Revolução Francesa e, em Portugal, a partir da segunda metade de Oitocentos, também no mundo empresarial as datas comemorativas passaram a ser, por vezes, assinaladas, contribuindo não apenas

para evocar e recordar, como também para promover a investigação histórica e, por essa via, reforçar a própria cultura organizacional. Como lembra Teófilo Braga, aliás na linha de A. Comte, «a síntese afectiva, correspondendo às acções morais de solidariedade humana, manifesta-se pelos *Centenários* dos grandes homens ou dos grandes sucessos»<sup>9</sup>.

No âmbito do programa das Comemorações do Centenário da CUF no Barreiro – iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro, da CUF e da Quimiparque, a partir de finais de 2007 e que se prolongou pelo ano de 2008<sup>10</sup> –, realizou-se o Colóquio Internacional *A Industrialização em Portugal no século XIX — O caso do Barreiro* (Auditório Municipal Augusto Cabrita, Barreiro, 8-10 de Outubro de 2008). Atendendo à investigação anteriormente efectuada e às obras publicadas, sobre temas relacionados com o Grupo CUF e seus principais protagonistas, bem como a anteriores eventos do género levados a cabo<sup>11</sup>, a organização do referido evento foi atribuída à Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), através do seu Centro de Estudos de História Empresarial e do Instituto de Investigação Pluridisciplinar.

A sua concepção e organização esteve a cargo da Comissão Científica, da qual fizeram parte Jaime Reis, José Manuel Fernandes, Raquel Henriques da Silva, Miguel Figueira de Faria, José Amado Mendes e José Leal da Silva. Além dos três últimos elementos referidos, que também pertenceram à Comissão Executiva, esta contou ainda com a colaboração de Madalena Mira, Manuel Serejo, Cristina Dias, Leal da Silva, Paulo Caetano, Lurdes Lopes e Inês Silva.

Como tema central do Colóquio foi adoptada *A Industrialização em Portugal no século XX — O caso do Barreiro*, tendo em vista o conjunto diversificado de tópicos com ela relacionados. Como bem notou Fernand Braudel, «a industrialização, como a Revolução Industrial, coloca tudo em causa, sociedade, economia, estruturas políticas, opinião pública e tudo o resto [...]. A Revolução Industrial, que vai revolucionar a Inglaterra, depois o mundo inteiro, não é, em nenhum momento do seu percurso, um assunto bem delimitado, mas apenas um feixe de problemas, num determinado espaço e num tempo dado»<sup>12</sup>.

Assim, as cerca de três dezenas de comunicações apresentadas por investigadores nacionais e estrangeiros, de diversas especialidades, distribuíram-se por quatro painéis, subordinados aos temas:

- 1 – *Indústria: factor humano, tecnologias e produtos* (coord. Jaime Reis);
- 2 – *A CUF e o Barreiro: o legado de Alfredo da Silva* (coord. Miguel Figueira de Faria);
- 3 – *Arquitectura e urbanismo na indústria: vilas operárias, movimentos sociais, planos e património* (coord. José Manuel Fernandes);

4 – *Do Realismo ao Neo-Realismo: imagens do trabalho e do operário na Arte Portuguesa* (coord. Raquel Henriques da Silva).

Somente a leitura integral das comunicações, que se seguem, poderá elucidar-nos devidamente sobre a riqueza dos respectivos conteúdos. Todavia, permitimo-nos realçar alguns dos aspectos que consideramos mais relevantes.

Nos textos incluídos no painel 1, foram estudados, entre outros assuntos: os recursos humanos na CUF, no que se refere ao mercado interno de trabalho, à formação, remuneração/estímulos e distribuição por sexo; a evolução da gestão na CUF e as suas alterações ao longo do tempo, no sentido da profissionalização, ou seja, a passagem do domínio da «mão invisível» (A. Smith) para a «mão visível» (A. Chandler); a criação da empresa Amoníaco Português, segundo a estratégia corporativa; reflexão sobre os conceitos de «Revolução Industrial» e «industrialização» e a sua aplicação ao caso português; a responsabilidade social exercida pela CUF e as suas possíveis «leituras».

Por sua vez, no âmbito do painel 2, os textos centram-se na relação de Alfredo da Silva com o poder político; a diversificação da sua actividade empresarial, inclusive pelo sector dos casinos, através do Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz; o recurso da CUF a técnicos estrangeiros altamente qualificados, principalmente nos primeiros anos da sua instalação no Barreiro, com destaque para o engenheiro francês, Auguste Lucien Stinville, cujo papel foi decisivo, na instalação das primeiras unidades; a formação de Alfredo da Silva na área da Química; a utilização de tecnologias inovadoras nas fábricas da CUF no Barreiro; a condição dos trabalhadores, o movimento operário e os conflitos sociais no Barreiro.

Quanto ao painel 3, as comunicações incidiram sobre: as vilas operárias, do ponto de vista da história comparada, nomeadamente entre exemplos franceses, da Catalunha e do Barreiro; o urbanismo e a planificação urbana; a musealização, requalificação e reutilização de estruturas industriais, com a valorização do respectivo património.

No painel 4, abordaram-se tópicos relacionados com os reflexos da industrialização nas diferentes formas artísticas, da literatura – por exemplo, através do Neo-Realismo –, à pintura e à escultura, da fotografia à arte funerária.

A apresentação das comunicações no Colóquio foi seguida de amplo debate, no qual participou um número considerável dos presentes que, além de interpelarem os investigadores, tiveram o ensejo de dar o seu contributo, através dos testemunhos orais de realidades vividas e sentidas pelos próprios,

o que constituiu contributo valioso para ampliar e exemplificar as perspectivas apresentadas pelos oradores.

Fruto da investigação produzida no âmbito do Colóquio e, bem assim, de algumas publicações, vindas a lume anteriormente ou já no âmbito do Centenário da CUF no Barreiro<sup>13</sup>, possuímos hoje um conhecimento mais amplo da evolução da CUF e do respectivo grupo, assim como de alguns dos seus principais líderes. Todavia, muito há ainda a fazer, dadas as dimensões que o empreendimento viria a alcançar. Com efeito, nos anos 1950, a CUF possuía, só no Barreiro, 65 fábricas e cerca de 11 000 trabalhadores; no total, chegaram a integrar o grupo mais de 120 empresas<sup>14</sup>. Em 1973, encontrava-se entre os 150 maiores grupos mundiais, os 10 maiores da Europa, sendo o maior da Península<sup>15</sup>.

Trata-se, pois, de um vasto campo de investigação histórica, ainda só parcialmente explorado, mas que, por certo, muito beneficiará com a nova tendência para valorizar e incrementar os estudos de história empresarial, biográficos e prosopográficos.

A concluir, gostaríamos de reiterar a nossa gratidão às entidades que tornaram possível a realização do Colóquio Internacional, *A Industrialização em Portugal no século XIX — O Caso do Barreiro* e a publicação das respectivas actas, nomeadamente: Câmara Municipal do Barreiro, CUF, Quimiparque e Grupo José de Mello.

Universidade Autónoma de Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010.

## Notas

<sup>1</sup> Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, p. 49.

<sup>2</sup> Miguel Figueira de Faria, *idem*, pp. 70 e 92.

<sup>3</sup> Alcântara registara já outros pergaminhos em termos de industrialização, pois foi ali que, em 1821, a primeira máquina a vapor foi aplicada à indústria, em Portugal (António Estácio dos Reis, *Gaspar Marques e a Máquina a Vapor. Sua introdução em Portugal*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha/Edições Culturais da Marinha, 2006, pp. 153-166).

<sup>4</sup> Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, p. 98.

<sup>5</sup> A electricidade, o motor de combustão interna e a indústria automóvel foram igualmente indústrias-piloto, no processo da 2.<sup>a</sup> Revolução Industrial.

<sup>6</sup> Os condicionalismos favoráveis têm sido sublinhados por diversos autores (entre outros: Joaquim Aguiar, «Barreiro, um centro de modernização industrial», *Augusto Cabrita. Na outra margem. O Barreiro anos 40-60*. Textos de Joaquim Aguiar, Gilberto Gomes e Jorge Calado,

Lisboa, CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S. A./Grupo José de Mello, 1999, p. 11; Eduardo Catroga, «Prefácio» à obra de Fernando Sobral *et al.*, *Alfredo da Silva, a CUF e o Barreiro. Um século de Revolução Industrial em Portugal. Um País, dois sistemas*, Horácio Piriquito/Bnomics, 208, p. 13).

<sup>7</sup> O terreno, com área e localização adequadas, foi adquirido à firma Bensaúde & C.<sup>a</sup> (Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, pp. 134-135).

<sup>8</sup> Jorge Morais, *Rua do Ácido Sulfúrico. Patrões e operários: um olhar sobre a CUF do Barreiro*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2008, p. 22.

<sup>9</sup> Teófilo Braga, *Os centenários como synthese affectiva nas sociedade modernas*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884, pp. 16-17, *apud* Luís Reis Torgal *et al.*, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, vol. 2, Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 223.

<sup>10</sup> Como já foi recordado, «em 23 de Novembro de 2007 arrancou oficialmente o programa de actividades do centenário da CUF no Barreiro, que se estende por 2008» (Eduardo Catroga, *op. cit.*, p. 28).

<sup>11</sup> Entre as obras relacionadas com a temática conta-se as seguintes, da autoria de Miguel de Faria: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*, Lisboa, Ed. INAPA, 2001; *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand, 2004; *Manuel de Mello. Biografia*, Lisboa, Fundação Amélia da Silva Mello/José de Mello/Edições INAPA, 2007; *Alfredo da Silva e Salazar*, Lisboa, Bertrand, 2009.

<sup>12</sup> Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*, t. 3: *Le temps du monde*, Paris, Armand Colin, 1979, p. 481.

<sup>13</sup> Ver os úteis elementos bibliográficos fornecidos por Jorge Morais, *Rua do Ácido Sulfúrico*, «Bibliografia essencial», pp. 171-175.

<sup>14</sup> *Augusto Cabrita. Na outra margem...*, p. 34; J. Morais, *op. cit.*, p. 141.

<sup>15</sup> E. Catroga, *op. cit.*, p. 24.

**INDÚSTRIA: FACTOR HUMANO,  
TECNOLOGIAS E PRODUTOS**



# **Recrutamento, carreiras e remuneração da força laboral da CUF do Barreiro, 1907-1974**

*Francisco Lima*

*Jaime Reis*

*Mário Centeno*

*Tiago Tavares*

---

## **1 – Introdução**

O mercado de trabalho resulta das interações que ocorrem entre empresas e trabalhadores. As empresas contratam trabalhadores, de acordo com as necessidades produtivas, a salários determinados por forças competitivas. Os trabalhadores exibem uma elevada mobilidade entre empresas e, num modelo competitivo, estas apresentam um poder de discricionariedade baixo no que concerne à determinação salarial. Por contraponto, no interior da empresa, no que poderia ser designado de «mercado interno de trabalho», os trabalhadores são contratados inicialmente para os níveis hierárquicos mais baixos, enquanto os níveis superiores são preenchidos através de promoções ou da atribuição de novas tarefas a empregados pré-existentes<sup>1</sup>. Nestes casos, a distribuição do emprego e a compensação salarial resultam de um conjunto de políticas de recursos humanos. As empresas apresentam-se como entidades autónomas e com capacidade de praticar remunerações diferentes das existentes no mercado



para trabalhadores com características produtivas equivalentes. Assim, em mercados internos de trabalho, os empregados encontram-se mais protegidos da pressão exercida pelo mercado de trabalho externo à empresa, embora não completamente. Estes dois tipos de mercado continuam relacionados, na medida em que, as portas de entrada e de saída que caracterizam os mercados internos de trabalho funcionam como pontos de contacto com o mercado exterior. De facto, alguns autores encontraram evidência de que os dois tipos de mercado coexistem em diversos países (e. g.: Lazear e Oyer 2004; Lazear e Shaw 2007b). No entanto, a compreensão dos mecanismos e motivações que originam os mercados internos de trabalho mantém-se limitada, pelo que o seu estudo continua pertinente.

A relutância de alguns economistas face a explicações institucionais ou *ad hoc* proporcionou o aparecimento de diversas teorias explicativas sobre a formação de mercados internos de trabalho por parte das empresas, ou seja, do conjunto de políticas e regras empresariais que regem os diversos aspectos das carreiras dos trabalhadores. Uma teoria proposta por Becker (1962) relaciona o investimento em capital humano com as remunerações dos trabalhadores. Esta relação, em particular no que respeita à acumulação de capital humano específico à relação laboral com a empresa, explicaria a existência de remunerações diferentes, dentro e fora da empresa, para o mesmo tipo de trabalhador. Neste contexto, ganha particular relevância a remuneração da antiguidade na empresa, que se assume como indicador da acumulação de capital específico (e que apenas tem valor no seio da relação entre o trabalhador e a empresa).

Numa outra linha teórica, Lazear (1979) atribui a existência de mercados internos de trabalho a esquemas de incentivo de longo prazo. A principal ideia é que parte da remuneração de um contrato de trabalho é diferida no tempo de forma a incentivar o trabalhador a continuar na empresa por longos períodos de tempo. O trabalhador só poderá beneficiar dos maiores rendimentos deste contrato no final da carreira. Mais uma vez, poderão existir desvios ocasionais relativamente aos salários de mercado, desde que o valor actualizado dos vencimentos de um trabalhador iguale o valor actualizado da produtividade contratualizada<sup>2</sup>.

A informação sobre os recursos humanos contida na base de dados disponibilizada pela CUF permite que algumas das teorias sobre mercados internos de trabalho sejam testadas. O período analisado é particularmente extenso – situando-se entre 1907 e 1974 – pelo que engloba importantes dinâmicas adicionais associadas às condições socioeconómicas e tecnológicas que acompanharam o desenvolvimento do país. Assim, este estudo permitirá

determinar a interacção das políticas de recursos humanos com o meio envolvente da empresa. A análise procurará responder a questões como: quando e quem é contratado para as diferentes posições da empresa; qual o padrão de progressão salarial; qual a duração de uma carreira laboral na CUF; como eram premiados os trabalhadores que faziam carreira na empresa. Adicionalmente, a riqueza histórica dos registos da CUF permitirá construir uma série longa de remunerações, que poderá complementar as actuais séries existentes para a economia portuguesa.

O artigo prossegue na secção seguinte com uma breve descrição da metodologia tradicionalmente utilizada em estudos de mercados internos de trabalho. A terceira secção apresenta uma caracterização geral da CUF e das condições económicas em Portugal no período estudado. Na quarta secção descreve-se a amostra, que irá ser analisada na quinta e sexta secções. Por fim, os resultados encontrados nas secções anteriores serão comentados.

## **2 – Metodologia em Estudos sobre Mercados Internos de Trabalho**

Na resposta às questões levantadas na introdução deste texto será utilizada principalmente uma abordagem económica<sup>3</sup>. Esta abordagem destaca a identificação dos princípios gerais que motivam as decisões dos agentes envolvidos numa relação laboral. Em primeiro lugar, pressupõe-se que os empregados e os empregadores são agentes racionais que procuram maximizar, respectivamente, bem-estar e lucros. Este pressuposto engloba um ambiente onde poderão existir imperfeições tais como custos de transacção, informação imperfeita ou diferentes níveis de aversão ao risco dos seus intervenientes; ou agentes motivados por outros factores que não o puro rendimento (por exemplo, reputação, identidade moral, pressão dos pares). Em segundo lugar, o conceito de eficiência tem um papel central na análise realizada. A existência de um mercado interno de trabalho não é interpretada em oposição ao modelo competitivo, mas, ao invés, serão procurados argumentos que justifiquem a eficiência deste tipo de organização. Desta forma, procurar-se-á validar estas conclusões com base em evidência empírica decorrente da análise estatística da informação dos recursos humanos disponibilizada pelas empresas.

A simplicidade desta abordagem tem levado alguns economistas a realizar estudos sobre mercados internos de trabalho utilizando instrumentos de análise comuns a outras áreas, nomeadamente da economia do trabalho. Os artigos seminais de Baker, Gibbs, e Holmstrom (1994a, 1994b), que estudaram as relações

de contratação e remuneração de uma empresa de serviços para um período de dezanove anos, são dois exemplos da utilização deste tipo de metodologia. No seu trabalho, estes autores identificaram um mercado interno de trabalho, analisando a estrutura hierárquica dessa empresa e a dinâmica das carreiras e remunerações dos trabalhadores. Num estudo semelhante realizado sobre um banco australiano, Seltzer e Merrett (2000) encontraram uma empresa a operar um mercado interno de trabalho, com uma clara imunização do rendimento dos empregados a oscilações das condições do mercado externo. Os autores salientaram ainda a importância do capital humano específico e das relações de longo prazo para a sustentação da organização laboral encontrada. Resultados semelhantes são igualmente obtidos por Dohmen, Kriechel, e Pfann (2004) num artigo sobre uma empresa produtora de aeronaves sediada na Holanda. Reis (2007) fornece uma aplicação da teoria de mercados internos, referente a instituições nacionais, estudando as relações laborais no Banco de Portugal durante o século XIX. Nesse estudo procurou demonstrar que a estruturação de um mercado interno de trabalho no banco decorria de um esquema salarial com incentivos de longo prazo.

### **3 – Caracterização Geral da CUF e de Portugal**

Tendo as suas origens em meados do século XIX, foi durante o século XX que a CUF adquiriu preponderância no tecido industrial português. O desenvolvimento desta empresa foi marcado por uma crescente diversificação das suas áreas de actividades<sup>4</sup>. A produção inicial de alguns produtos químicos para uso doméstico evoluiu gradualmente para um conglomerado, incluindo indústrias tão diversas como: química, papel, energia, alimentar, retalho, transportes, têxtil, tabaco, farmacêutica, e até banca. A evolução das necessidades de pessoal foi igualmente surpreendente. Durante a primeira metade do século XX a CUF aumentou a sua força de trabalho de cerca de dois mil trabalhadores, no início do século, para mais de doze mil em meados dos anos cinquenta. Da maior diversidade das operações, resultou também uma alteração da própria qualificação da força de trabalho. Esta necessidade foi progressivamente satisfeita por uma contratação de empregados mais qualificados e por um esforço empresarial na formação da mão-de-obra. Toda esta diversidade, dimensão, e riqueza de relações entre a CUF e seus trabalhadores tornam o estudo das suas relações laborais uma oportunidade única de conhecer em pormenor uma realidade que,

seguramente, influenciou o desenvolvimento da restante indústria portuguesa durante uma grande parte do século xx.

O período analisado cobre os anos de 1907 a 1974. Durante este extenso período, Portugal atravessou transformações socioeconómicas significativas. Se, por volta de 1910, quase 60% da população activa portuguesa se encontrava a trabalhar no sector agrícola e pescas, em 1970 essa percentagem já se situava nos 32%<sup>5</sup>. Esta tendência demonstra o processo de conversão das principais actividades económicas em Portugal, de uma economia primordialmente agrícola, para outra onde progressivamente os sectores industrial e de serviços ganhavam preponderância. No entanto, o facto de o processo de industrialização nacional nunca ter assumido proporções semelhantes ao de países europeus mais desenvolvidos torna ainda mais relevante a compreensão de uma das maiores empresas portuguesas.

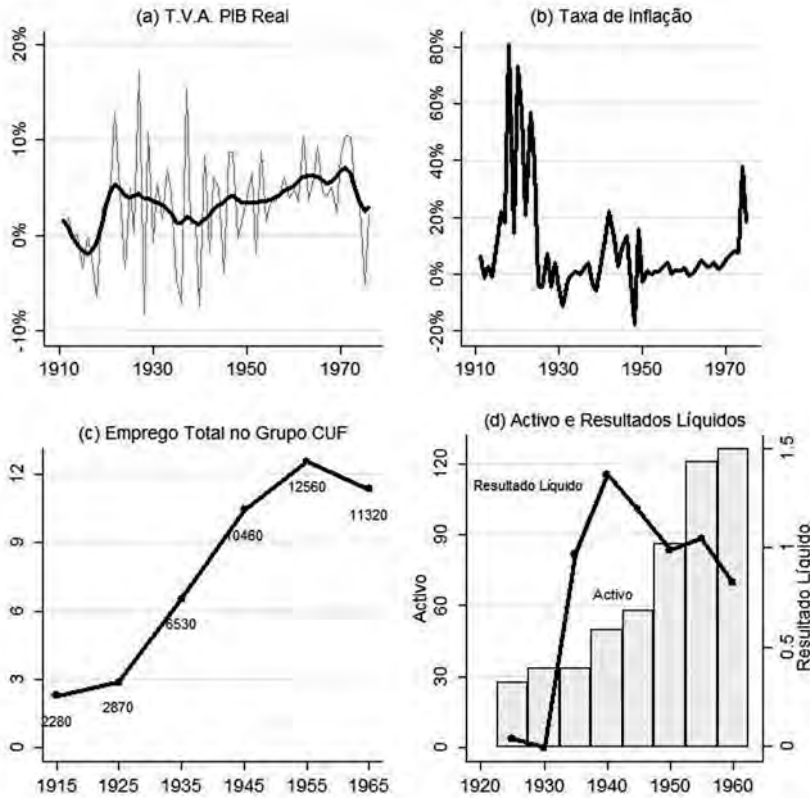
Igualmente importante para a conversão da economia portuguesa foi o aumento continuado, mas extremamente lento, das qualificações literárias da população. Entre 1940 e 1970, a percentagem da população que não detinha qualquer habilitação escolar reduziu-se, respectivamente, de cerca de 60% para 34%. Deve ser referido também que estas dinâmicas industriais e sociais ocorreram em ambientes institucionais muito particulares: inicialmente num quadro de forte instabilidade que caracterizou as primeiras décadas do século xx e, após 1928, num quadro político e social de significativa repressão e restrição da liberdade do desenvolvimento económico e da iniciativa empresarial.

Relativamente à organização política, Portugal conheceu, no período considerado, três diferentes regimes políticos. Entre o final da monarquia e a queda da 1.<sup>a</sup> República, o ambiente caracterizou-se por uma significativa turbulência política, com sucessivas tentativas de golpe de estado, governos fugazes, e até assassínios de chefes de estado<sup>6</sup>. Este quadro político revolto teve também consequências na dinâmica dos agregados económicos em Portugal. Nas primeiras décadas do século, o crescimento da economia portuguesa caracterizou-se por uma volatilidade de dimensões anormais. O painel (a) da *Figura 1* mostra que existiram períodos de franca expansão económica que eram sucedidos por períodos de depressão. Igualmente revelador é a evolução da inflação em Portugal nos anos 20 e 30, onde após um período com uma subida galopante de preços, com níveis de inflação a rondar os 60 a 80%, seguiu-se uma evolução deflacionária nos preços (v. painel (b) da *Figura 1*). Nos anos 40 a 60, a situação tanto política como económica caracterizou-se pela restrição de liberdades individuais e empresariais associadas ao regime do Estado Novo, mas acompanhada de um crescimento forte da economia nas décadas de 50 e 60.

Foi neste ambiente político e social que a CUF desenvolveu a sua actividade empresarial. Não obstante toda a agitação que por vezes acompanhou o país, a empresa adquiriu dimensão, crescendo em diversas áreas de negócio. Muitas dessas áreas representavam também o estado da arte da tecnologia industrial, pelo que a CUF se tornou um instrumento importante para a modernização de Portugal. A resposta desta empresa face a novos desafios e percursos de expansão resultou na contratação de novos e melhores trabalhadores. O painel (c) da *Figura 1* mostra a evolução do número de trabalhadores ao longo das décadas, com um aumento de mais de dez mil trabalhadores em apenas quarenta anos. Este crescimento é confirmado pela evolução favorável do activo, medido em unidades reais, da empresa, bem como da apresentação, ao longo de grande parte deste período, de resultados financeiros positivos (v. painel (d) da *Figura 1*). No início dos anos 70 o grupo CUF era constituído por mais de 100 empresas fortemente coesas, encontrava-se entre as 200 companhias de maior relevo a nível económico internacional (Amaral, 1993).

[De particular interesse para este estudo é a forma como o trabalho foi organizado pelos dirigentes empresariais para fazer face a estas condições.]

Figura 1 – Dinâmicas Económicas em Portugal e na CUF entre 1910 e 1974



Notas:

(a) A linha mais espessa deste painel indica a taxa de variação anual do PIB suavizada através da aplicação de um filtro de Hodrick/Prescott; Fontes: Baptista (1997), Pinheiro (1997).

(b) A taxa de inflação considerada refere-se a um índice de preços no consumidor; Fonte: Valério (2001).

(c) Valores em milhares de empregados; Fonte: Amaral (1993).

(d) Valores reais em milhões de escudos de 1914; Fonte: Relatórios do Conselho de Administração da CUF.

#### **4 – Descrição da Amostra sobre os Recursos Humanos**

Apesar da ideia de mercados internos de trabalho ser bastante atractiva, o seu estudo continua pouco desenvolvido. Os dados necessários para este tipo de análises são exigentes no conteúdo informativo e muitas vezes as empresas alegam – com plena validade – restrições de confidencialidade no que respeita à sua disponibilização. É normalmente necessária informação sobre salários, promoções, categorias profissionais, tarefas, e características demográficas de, pelo menos, uma grande parte dos empregados de uma empresa e para períodos relativamente extensos. A possibilidade de utilizar uma base de dados com estas características respeitante à Companhia União Fabril (CUF) revela-se uma oportunidade única para aumentar a compreensão de mercados internos de trabalho, bem como de caracterizar algumas dinâmicas de uma empresa de importância basilar no contexto industrial português. As principais conclusões deste estudo serão fundamentalmente sustentadas na análise dessa base de dados sobre recursos humanos.

Através de uma equipa coordenada por elementos do Banco de Portugal, foi recolhida a informação relevante nas instalações do Barreiro ao longo do ano de 2005. Os dados recolhidos representam uma fracção substancial de todos os registos disponíveis. O método de recolha de dados aproxima-se de uma recolha aleatória, pelo que o tratamento estatístico da informação virá reforçado. Foi possível compilar informação de cariz demográfico (e. g. idade, género, educação, nacionalidade, estado civil, situação militar e sindical) e laboral (e. g. salários, promoções, tempo de emprego, tipo de afastamento da empresa, categoria nominal, secção de emprego, profissão exercida) para cada empregado<sup>7</sup>. Apesar da riqueza da informação contida nas fichas de recursos humanos da CUF, o seu tratamento e digitalização revelou-se bastante complexo, pelo que o processo de organização dos dados continua a ser um trabalho em curso. Em particular, foram encontradas algumas dificuldades no tratamento dos dados para os anos iniciais da amostra (décadas de 10 e 20), onde algumas fichas de pessoal se encontravam manuscritas e apresentavam alguma deterioração<sup>8</sup>.

No total a amostra inclui informação sobre 5121 empregados da CUF, para o período compreendido entre Janeiro de 1907 e Março de 1974<sup>9</sup>. Comparativamente a outros estudos realizados sobre recursos humanos de grandes empresas, apenas Seltzer e Merret (2000), com uma análise de sessenta anos (para uma amostra de 950 empregados), se aproxima da dimensão temporal dos dados disponibilizados pela CUF. Entre todos os empregados existentes na amostra estudada, 79% pertencem ao sexo masculino, 44% não possuíam

qualquer habilitação e, entre os indivíduos que detinham habilitações literárias, apenas 6% possuíam estudos superiores. A maior parte dos empregados eram oriundos de Portugal (97%), sendo que os restantes empregados eram de outras nacionalidades ou naturais das ex-colónias.

A amostra disponível acompanha o crescimento das actividades da empresa, com as primeiras décadas do período a registarem um forte aumento do número de empregados. Nas décadas de 20 a 30 as taxas de entrada na empresa atingiam os 20% da população empregada total, enquanto as separações se situavam nos 2 a 6%<sup>10</sup>. Nas décadas de 50 e 60, o crescimento líquido de emprego estabilizou, com um máximo de emprego registado na amostra de cerca de 3200 trabalhadores (que compara com os 12 560 trabalhadores efectivos no grupo CUF em 1955). Já no final da década de 60 e durante a década de 70 a criação líquida de emprego passou a ser negativa, mantendo-se, ainda assim, positivas as taxas de contratação à volta de 3%.

O *Quadro 1* apresenta algumas estatísticas descritivas construídas a partir da amostra para uma série de variáveis seleccionadas. Os resultados apresentados permitem, desde logo, avançar com algumas considerações sobre a estrutura das relações de emprego na CUF.

Em primeiro lugar, observa-se uma tendência crescente do salário médio real recebido pelos empregados, que quase duplica entre 1930 e 1970. A queda do vencimento real que se observa na década de 30 estará associada a uma forte dinâmica de novas contratações que, num período de expansão da força laboral, terá provocado um decréscimo dos salários médios. Deve-se ter também em consideração que a década de 30 foi um período de depressão económica em muitos países, pelo que os salários dos empregados com maior experiência e antiguidade poderão ter observado uma evolução mais contida, nomeadamente por escassez de alternativas de emprego. Os relatórios do conselho de administração da empresa confirmam este facto. Igualmente interessante, é a evolução do rácio inter-decis dos salários. Surpreendentemente, este indicador manteve-se relativamente estável durante um longo período de tempo, não obstante as profundas alterações da força de trabalho ao longo do século xx. Isto significa que independentemente de ter havido queda e recuperação de salários reais, alterações da estrutura etária da força de trabalho, e rápido crescimento das habilitações dos empregados, a dispersão salarial entre trabalhadores melhor e pior remunerados permaneceu constante. Tal poderá ser evidência de que a estrutura salarial obedecia a um conjunto de políticas de recursos humanos, nomeadamente com o objectivo da manutenção de incentivos à progressão dentro



da empresa, e que não era determinada exclusivamente pela produtividade de cada trabalhador.

**Quadro 1 – Síntese de estatísticas para algumas variáveis da amostra**

Variável	1930	1940	1950	1960	1970
Salário médio mensal (escudos de 1914)	25.0	20.2	21.1	30.2	45.5
Rácio inter-decis <sup>1</sup> (p90/p10)	2.78	2.84	2.52	2.85	2.82
Antiguidade média (anos)	5	8	10	13	19
Média de idades (anos)	29	31	33	37	43
Mulheres (% do total)	11%	20%	22%	18%	17%
Empregados com frequência escolar <sup>2</sup> (% do total)	20%	26%	36%	53%	64%
Analfabetos (CUF) <sup>3</sup> (% do total)	36%	32%	26%	16%	12%
Analfabetos (Portugal) (% do total)	-	60%	50%	40%	34%
Empregados cujas qualificações aumentaram <sup>4</sup> (% do total)	7%	14%	23%	28%	30%

Notas:

<sup>1</sup> O rácio inter-decis é determinado como o quociente entre os vencimentos mais elevados (situados no percentil 90 da distribuição) e os mais baixos (percentil 10 da distribuição dos)

<sup>2</sup> As percentagens de empregados com frequência escolar referem-se aos empregados que detinham qualquer tipo de escolaridade obrigatória.

<sup>3</sup> Devido à existência de uma distinção nas fichas da CUF entre analfabetos e empregados que sabiam ler ou escrever mas sem qualquer instrução escolar, apenas foram considerados para a construção desta estatística os empregados contidos no primeiro grupo.

<sup>4</sup> Na informação das fichas não se encontra totalmente explícito se o aumento de qualificações decorre nas escolas da CUF ou por financiamento desta ou se está a cargo do próprio empregado.

Em segundo lugar, tanto a idade média, como a antiguidade na empresa dos trabalhadores da CUF aumentaram significativamente ao longo do período analisado. Em parte esta tendência é explicada pela redução do ímpeto

expansionista, que caracterizou a empresa nos primeiros anos analisados e, por conseguinte, por uma estabilização do número de empregados. No entanto, torna-se também evidente que as carreiras eram um factor muito importante para os empregados da CUF, com valores médios para as idades e antiguidades nos 40 e 20 anos respectivamente, a partir da segunda metade do século xx. Este facto poderá ser o resultado do progresso tecnológico que acompanhou o desenvolvimento industrial da CUF e do consequente aumento da procura de mão-de-obra cada vez mais especializada e orientada para os processos desta empresa. Já as idades médias à entrada mantiveram alguma estabilidade – à volta dos 22 anos – ao longo de todo o período considerado. A justificação para esta estabilidade estará provavelmente relacionada com factores institucionais, em particular o serviço militar obrigatório que forçava os jovens a ingressar na força de trabalho só após o cumprimento deste dever.

Finalmente e relacionado com os dois aspectos realçados anteriormente, será de destacar a evolução das qualificações do pessoal da CUF. Se no início do período, estas não eram tão importantes relativamente ao total, esse cenário começa a inverter-se com o passar dos anos. No início da década de setenta, 64% da força de trabalho já detinha qualificações escolares e apenas 12% dos empregados não sabia ler ou escrever – menos de metade da percentagem encontrada para o país (como também se verificou nos anos anteriores). Mas o que verdadeiramente se destaca é a percentagem dos empregados que aumentaram as suas qualificações durante a sua permanência na CUF. Entre as décadas de 60 e 70, este incremento foi de 30% para a totalidade da força de trabalho. Uma das políticas de recursos humanos da CUF era precisamente o desenvolvimento das qualificações dos seus trabalhadores (através da construção de escolas primárias e industriais, ou da disponibilização de bolsas de estudo e formação). Esta valorização do capital humano normalmente funciona como sustentáculo de mercados internos de trabalho. Ao contratar os seus empregados em idades relativamente jovens, a empresa pôde utilizar a formação interna como forma de selecção, mantendo apenas empregados com conhecimentos específicos à empresa, assegurando assim uma relação laboral de longo prazo.

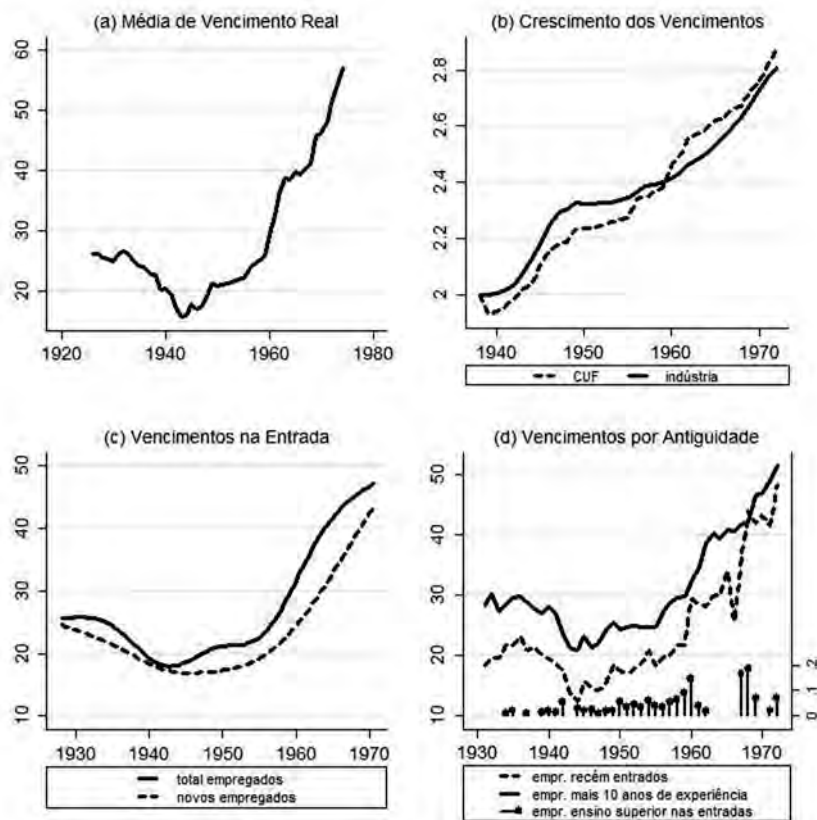
Os resultados encontrados no quadro parecem desde já sugerir que existiria um mercado interno de trabalho bem definido na CUF. No entanto, será necessária mais informação para sustentar esta conjectura. A próxima secção estudará, por conseguinte, em maior detalhe a evolução salarial na CUF.

## 5 – Dinâmicas salariais na CUF

Os salários na CUF registaram uma evolução bastante positiva durante a globalidade do período observado. Em termos nominais, os salários médios pagos pela CUF foram multiplicados por 8 entre 1925 e 1974. Tendo em consideração os efeitos da inflação esse aumento é igual a 2,5 vezes. Este rápido crescimento salarial estará certamente relacionado com ganhos na produtividade do trabalho, quer associado ao progresso tecnológico, quer através da utilização de empregados mais habilitados ou especializados. Esta tendência salarial teve apenas uma excepção durante grande parte dos anos 30 (v. painel (a) da *Figura 2*). Esta «anomalia» pode ser explicada por duas razões distintas. Em primeiro lugar, neste período, a CUF encontrava-se a crescer rapidamente, justificando-se a redução na média salarial através da elevada contratação de empregados com experiência e remunerações mais baixas. Em segundo lugar, os anos 30 conheceram, um pouco por todo o mundo, um período conturbado no plano económico e político, tendo Portugal atravessado também um período de deflação nesse período com uma queda generalizada dos salários nominais<sup>11</sup>.

A comparação do crescimento dos salários na CUF com o crescimento dos salários na indústria sugere que existia alguma «imunização» dos salários pagos na empresa face aos praticados no resto do mercado. A comparação do logaritmo do índice salarial pago na CUF com o logaritmo do índice salarial pago na restante indústria revela a existência de algumas divergências entre as duas curvas (ver painel (b) da *Figura 2*). Assim, apesar do crescimento salarial ter sido semelhante a partir dos anos 40, verifica-se que existem alguns períodos em que os salários cresceram 10% acima e outros, abaixo do registado na indústria. Esta comparação pode ser considerada já que a CUF era um conglomerado bastante representativo das mais diversas indústrias. Apesar de relevante, a comparação carece de alguma dimensão temporal, pois é apenas realizada de 1938 em diante. Este facto decorre da escassez de informação para os salários na indústria nos anos anteriores a 1938 (ver discussão sobre salários históricos em Portugal em Valério, (2001) e reflecte uma vantagem adicional da recolha da informação salarial na CUF: a construção deste índice de salários pode ser fundamental para explicar uma parte importante da história portuguesa que carece ainda de documentação estatística.

Figura 2: Evolução dos salários na CUF ao longo do período



Notas:

(a) Escudos de 1914; cálculos dos autores.

(b) O crescimento dos vencimentos foi representado através da transformação dos salários em números-índice e aplicando logaritmos sobre os valores normalizados; a construção do índice de preços para a indústria resulta da agregação de três diferentes índices de salários compilados por Valério (2001); o índice de salários da CUF resulta de cálculos dos autores.

(c) Escudos de 1914; as séries foram suavizadas aplicando nas séries originais uma densidade de kernel (Epanechnikov); cálculos dos autores.

(d) Escudos de 1914 no eixo vertical da direita; no eixo da esquerda encontra-se a proporção de novos empregados em % com ensino superior no total de entradas; cálculos dos autores.

Outro aspecto importante resulta da análise do diferencial de salários pagos na CUF consoante algumas características dos empregados (cf. painel

(c) e (d) da *Figura 2*). Depreende-se do gráfico do painel (c) que os novos empregados eram normalmente admitidos na CUF a salários inferiores aos restantes trabalhadores. Uma imagem ainda mais evidente deste diferencial reside na figura do painel seguinte. Existe um significativo diferencial de salários premiando a antiguidade na empresa entre os empregados com dez anos de experiência e os novos empregados. Note-se, no entanto, que em determinados períodos, como em 1959-1960 ou 1968-1969, o diferencial diminuiu. Mas esses são também períodos coincidentes com uma maior entrada de empregados altamente qualificados<sup>12</sup>. Decorre que a evidência empírica sugere a existência de um prémio salarial para a antiguidade na CUF. Esse prémio salarial poderá estar relacionado com o facto dos trabalhadores mais antigos terem acumulado capital humano específico.

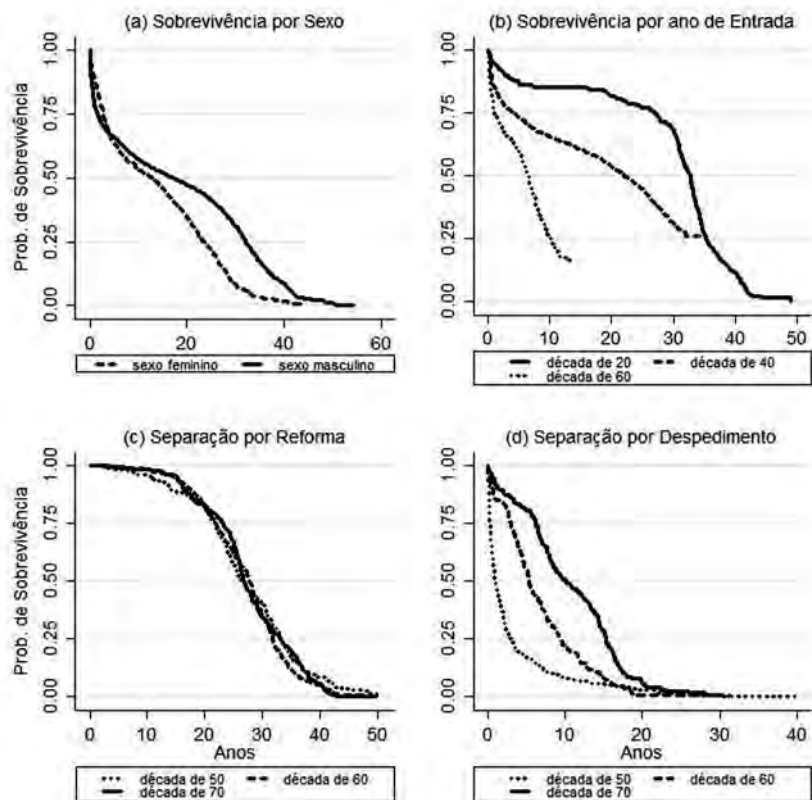
## **6 – Dinâmicas de carreiras na CUF**

O estudo das carreiras na CUF é um elemento adicional que procura determinar se a empresa estudada funciona como uma entidade relativamente autónoma em relação ao exterior no que diz respeito à gestão dos seus recursos humanos. Devido às dificuldades já referidas quanto à construção de um esquema hierárquico para as categorias dos empregados, optou-se por focalizar a análise na duração das carreiras.

Para esse objectivo foi utilizada uma metodologia conhecida como análise de sobrevivência. Como tal, calcularam-se as curvas de sobrevivência, que nos dão a probabilidade que um trabalhador terá em permanecer na empresa por um determinado período de tempo<sup>13</sup>. Por exemplo, no painel (a) da *Figura 3* verifica-se que os empregados do sexo masculino e feminino apresentam durações de carreiras bastante semelhantes sensivelmente até aos quinze anos de antiguidade. A probabilidade de ambos os sexos permanecerem até essa antiguidade é de 50%. A partir daí, os trabalhadores masculinos apresentam uma probabilidade maior de permanecerem na empresa. Uma explicação plausível está relacionada com aspectos culturais: certas mulheres entravam no mercado de trabalho somente após a constituição de família. De facto, verifica-se que uma parte significativa das empregadas ingressava na CUF após os 30 anos de idade, o que reduziria a duração potencial de uma carreira. Uma explicação complementar para esta discrepância encontrada entre carreiras reside na alteração da natureza das actividades de negócio na CUF, onde certas áreas de forte

emprego feminino (por exemplo, indústria têxtil) foram perdendo importância relativa na empresa.

Figura 3: Anos de permanência na CUF em diferentes situações



Notas:

(b) a queda incompleta da probabilidade neste painel para as curvas das décadas de 40 e 60 resulta do truncamento do estudo em 1974.

Todos os painéis resultam de cálculos dos autores.

O painel (b) da figura mostra a probabilidade de permanência na CUF para empregados admitidos em diferentes décadas da história da empresa. Conclui-se imediatamente que as carreiras médias na CUF parecem ter diminuído ao longo dos anos, já que as curvas se deslocam em direcção à origem. Assim, enquanto um trabalhador, que havia ingressado na empresa nos anos 20, permaneceria trinta anos na empresa com uma probabilidade de 75%; nos

anos 40 essa probabilidade reduzia-se para pouco mais de 25%. Este resultado pode ser explicado pelas próprias dinâmicas de crescimento da CUF ao longo do tempo. Nas primeiras décadas do século a empresa apresentava elevadas necessidades de trabalho sendo natural que os afastamentos, por exemplo por despedimento ou por não renovação de contratos de trabalho, fossem bastante reduzidos. Se a aquisição de capital humano fosse importante, como parece ser plausível, depois do período inicial de formação e selecção, os trabalhadores adquiririam capital humano suficiente para assegurar uma permanência prolongada.

A análise do padrão de saídas, controlando para o motivo de separação (reforma ou despedimento) mostram resultados consistentes com esta hipótese (cf. painéis (c) e (d)). Em particular, verifica-se que a duração média da carreira na CUF permaneceu constante para trabalhadores que abandonaram a empresa por motivos de reforma, independentemente da separação ter ocorrido nos anos 50, 60, ou 70.

A ocorrência de despedimentos tem um padrão mais interessante. Por um lado, é significativa a quase inexistência de despedimentos de indivíduos com mais de vinte anos de experiência. Por outro lado, nota-se que os despedimentos ocorrem mais frequentemente para empregados com níveis relativamente elevados de antiguidade a partir das décadas de 60 e 70. Esta tendência contrasta fortemente com o padrão de despedimentos nas décadas de 50 (e anteriores) onde indivíduos com mais de três anos de experiência na CUF eram despedidos com uma probabilidade inferior a 25%. Estes resultados são explicados se tivermos em consideração que nas décadas de 60 e 70 a taxa de contratação de novos empregados baixou consideravelmente (com uma redução de cerca de 10% para 3%). Nos anos iniciais do desenvolvimento da CUF, quando as taxas de contratação eram muito elevadas, os despedimentos eram principalmente utilizados para seleccionar os melhores empregados – mais de 40% das separações da empresa ocorriam nos três primeiros anos de antiguidade. No entanto, com o decréscimo de novas contratações nos anos 60 e 70, este mecanismo de selecção deixou de ser fortemente utilizado, verificando-se um padrão mais distribuído dos despedimentos por diferentes níveis de antiguidade (possivelmente associados a outros factores tais como indolência, letargia, insubordinação).

Esta análise parece sugerir duas políticas de recursos humanos relacionadas entre si. Por um lado, nota-se que processos de selecção e aprendizagem das qualidades intrínsecas dos empregados deveriam desempenhar um papel importante na CUF. O período inicial de permanência de um empregado na empresa, associado a elevadas taxas de destruição de emprego, seria crucial para

determinar a continuação da relação contratual. Por outro lado, a probabilidade de separação da empresa diminuía com a acumulação de experiência na CUF, o que estava associado a uma maior estabilidade nas trajetórias laborais e a um aumento das separações por reforma. Daí que os dados revelem a quase ausência de despedimentos para antiguidades superiores a vinte anos e um padrão de saídas da empresa por reforma bastante estável ao longo do período analisado. Estas são relações laborais consistentes com a existência de um mercado interno de trabalho, em que a empresa utiliza contratos de longo prazo (mesmo que de forma implícita), premiando os empregados mais antigos para incentivar os empregados recém-contratados.

## 7 – Conclusões

A evidência encontrada pelo estudo desta base de dados mostra algumas importantes características das relações laborais da CUF durante os primeiros três quartos do século xx. Em particular, foi encontrada evidência empírica de uma tendência positiva do crescimento dos salários na empresa, em linha com o que acontecia no resto do país, mas com alguns períodos onde o crescimento era, ora superior, ora inferior à média nacional. Verificou-se também que a antiguidade na empresa e a idade média dos trabalhadores aumentaram de uma forma continuada durante o período considerado. À medida que a CUF ganhava dimensão no panorama industrial português, o número de empregados qualificados era também maior. Encontraram-se carreiras que chegavam até aos quarenta anos. Durante todo o período verificou-se uma estabilidade bastante elevada da dispersão salarial entre empregados, e um importante retorno para a antiguidade na empresa. Será que estes resultados estão em conformidade com a existência de um mercado interno de trabalho? Aparentemente a resposta é afirmativa.

De facto, é possível imaginar uma estrutura organizativa do trabalho na CUF coerente com algumas das teorias do mercado interno de trabalho. Parece evidente que a CUF valorizava bastante a carreira e a formação dos seus empregados. Os principais argumentos empíricos que suportam esta ideia centram-se nas dinâmicas observadas para algumas das variáveis estudadas. Em primeiro lugar, os salários auferidos na CUF não acompanhavam directamente os da indústria em Portugal. Em segundo, a distribuição salarial entre empregados melhor e pior remunerados manteve-se relativamente constante, ao mesmo tempo que existia um prémio salarial para os empregados mais antigos



na empresa. Em terceiro lugar, as carreiras na CUF eram geralmente longas e praticamente não se verificavam despedimentos de trabalhadores mais antigos. Estes são elementos tipicamente encontrados em mercados internos de trabalho e resultam de políticas específicas de recursos humanos que visam coordenar o factor trabalho de forma eficiente.

São várias as explicações para o tipo de organização de trabalho que a CUF proporcionou aos seus empregados. A existência de capital humano específico parece ser um candidato importante. De facto, a CUF investia fortemente na formação. Os trabalhadores entrariam na CUF ainda novos, onde eram identificados aqueles que receberiam formação específica. Criava-se assim uma relação mútua entre empregado e empregador que se esperaria prolongada. Fora da empresa o empregado não teria o seu capital humano remunerado da mesma forma, mas a empresa também perderia parte do seu investimento caso este abandonasse a empresa. Para evitar este prejuízo, a empresa remuneraria melhor os empregados com mais capital humano relativamente aos empregados mais jovens.

Uma outra explicação para a estrutura encontrada reside numa política de incentivos de longo prazo proporcionada pela CUF. Mesmo sem capital humano envolvido, poderia ser vantajoso para a empresa proporcionar salários mais elevados no final da carreira dos seus empregados, mesmo que não compensados por aumentos de produtividade. Esta política poderia gerar os incentivos suficientes de modo a que os níveis de esforço fossem os óptimos entre os empregados. Implicaria também uma dispersão salarial que se mantinha constante ao longo do tempo, e é consistente com a quase inexistência de despedimentos entre os trabalhadores com mais de vinte anos de experiência.

Por fim, outros argumentos poderão justificar a existência e manutenção de um mercado interno. Em particular, motivações, tanto por parte dos trabalhadores, como por parte dos empregadores, poderiam ter criado uma espécie de contrato social em que algumas das preocupações dos empregados eram atendidas, desde que a sobrevivência da empresa não estivesse em causa.

Apesar de animadores, os resultados apresentados neste estudo constituem apenas a primeira abordagem duma desejável descrição das políticas de recursos humanos da CUF. Será necessário fortalecer as conclusões aqui obtidas com estudos adicionais. A construção de uma escala de hierarquias coerente para as categorias encontradas na base de dados permitirá a aplicação de métodos econométricos para um tratamento mais completo da informação. O objectivo será a formulação de estudos que permitam uma melhor compreensão dos mecanismos de organização dentro das empresas.

## Notas

<sup>1</sup> Para uma descrição mais completa de mercados internos de trabalho ver, por exemplo, o texto seminal de Doeringer e Piore (1971).

<sup>2</sup> Outras teorias que explicam mercados internos de trabalho incluem torneios por Lazear e Rosen (1981), ajustamento óptimo entre empregados e empregadores proposta por Jovanovic (1979), ou custos de prospecção de emprego como em Lindbeck e Snower (1986).

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, Lazear e Shaw (2007a) para uma discussão desta abordagem.

<sup>4</sup> Amaral (1993) apresenta uma descrição pormenorizada da evolução industrial da CUF.

<sup>5</sup> Estas estatísticas são retiradas da publicação de Valério (2001).

<sup>6</sup> Deste extremar de posições resultou a morte em 1908 do Rei D. Carlos I e do Presidente Dr. Sidónio Pais em 1918.

<sup>7</sup> Foi ocultada a identificação de todos os empregados para efeitos de confidencialidade.

<sup>8</sup> Ao todo foram identificadas 297 diferentes categorias de trabalho como por exemplo: ajudante de 1.<sup>a</sup>, moço, servente, chefe de secção, operário de 4.<sup>a</sup>, maestro, químico, etc.. Uma dificuldade adicional foi o tratamento de todas as diferentes designações para as categorias dos empregados ao longo do tempo. Desta forma, não se apresenta neste texto uma análise detalhada da estrutura hierárquica dos diversos trabalhadores da CUF.

<sup>9</sup> O período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 não foi considerado já que as convulsões que se seguiram na CUF poderiam afectar alguns dos resultados estudados.

<sup>10</sup> O termo «separações» refere-se a saídas da empresa independentemente do motivo (reforma, falecimento, saída voluntária, não renovação de contrato, ou despedimento). Estas taxas foram calculadas como o quociente entre o número de entradas (saídas) anuais de trabalhadores na empresa em relação à média móvel do número total de empregados no ano actual e no ano imediatamente anterior, como se encontra habitualmente na literatura de economia do trabalho (e. g. Davis e Haltiwanger, 1992).

<sup>11</sup> A referência feita aos salários segue os índices gerais de salários compilados por Valério (2001). Deve-se no entanto ter em consideração que as estatísticas de índices salariais para os anos 30 são escassas e nem sempre muito fiáveis.

<sup>12</sup> Em alguns anos, a proporção de novos empregados com ensino superior relativamente ao total de novos empregados chega aos 20%.

<sup>13</sup> Uma descrição mais detalhada sobre análises de sobrevivência pode ser encontrada em Rabe-Hesketh e Everitt (2004).

## Referências

- AMARAL, I. P., 1993. *A presença da Companhia União Fabril no contexto industrial português de 1865 a 1977*. Trab. Sínt. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, pp. 12-40.
- BAKER, G., Gibbs, M., Holmstron, B., 1994a. «The Internal Economics of the Firm: Evidence From Personnel Data», *Quarterly Journal of Economics*, vol. 109(4), pp. 881-919.
- BAKER, G., Gibbs, M., Holmstron, B., 1994b. «The Wage Policy of a Firm», *Quarterly Journal of Economics*, vol. 109(4), pp. 921-955.
- BAPTISTA, D., et al., 1997. *New Estimates for Portugal's GDP: 1910-1958*. Banco de Portugal, Lisboa.
- BECKER, G. S., 1962. «Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis», *Journal of Political Economy*, vol. 70, n.º5, part 2, pp. 9-49.
- DAVIS, S., Haltiwanger, J., 1992, «Gross Job Creation, Gross Job Destruction, and Employment Reallocation», *Quarterly Journal of Economics*, vol. 107(3), pp. 819-863.
- DOERINGER, P., Piore, M., 1971. *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Heath Lexington Books, Lexington.
- DOHMEN, T., Kriechel, B., Pfann, G., 2004. «Monkey bars and ladders: The importance of lateral and vertical job mobility in internal labor market careers», *Journal of Population Economics*, vol. 17, pp. 193-228.
- JOVANOVIC, B., 1979. «Job Matching and the Theory of Turnover», *Journal of Political Economy*, vol. 87, n.º5, pp. 972-990.
- LAZEAR, E., Oyer, P., 2004. «Internal and external labor markets: a personnel economics approach», *Labor Economics*, vol. 11, pp. 527-554.
- LAZEAR, E., Rosen, S., 1981. «Rank-Order Tournaments as Optimum Labor Contracts», *Journal of Political Economy*, vol. 89, n.º5, pp. 841-864.
- LAZEAR, E., Shaw, K., 2007a. «Personnel Economics: The Economist's View of Human Resources», *National Bureau of Economic Research*, Working Paper 13653.
- LAZEAR, E., Shaw, K., 2007b. «Wage Structure, Raises and Mobility: International Comparisons of the Structure of Wages Within and Across Firms», *National Bureau of Economic Research*, Working Paper 13654.
- LAZEAR, E.P., 1979. «Why is There Mandatory Retirement?», *The Journal of Political Economy*, vol. 87, n.º6, pp. 1261-1284.

- LINDBECK, A., Snower, D., 1986. «Wage Setting, Unemployment, and Insider-Outsider Relations», *American Economic Review*, vol. 76, n.º2, pp. 235-239.
- PINHEIRO, M. (ed.), 1997. *Séries Longas para a Economia Portuguesa*. Banco de Portugal, Lisboa.
- RABE-HESKETH, S., Everitt, B., 2004. *A Handbook of Statistical Analysis Using Stata*. Chapman & Hall, Boca Raton.
- REIS, J., 2007. «A burocracia de uma grande empresa portuguesa oitocentista: os empregados do Banco de Portugal, 1846-1914», Em Almeida, P. (coord.), Branco, R. (coord.), *Burocracia, Estado e Território*, pp. 81-107, Livros Horizonte, Lisboa.
- RELATÓRIOS dos Conselhos de Administração da CUF (1920-1970).
- SELTZER, S., Merrett, D., 2000. «Personnel Policies at the Union Bank of Australia: Evidence from the 1888-1900 Entry Cohorts», *Journal of Labor Economics*, vol. 18, n.º4, pp. 573-613.
- VALÉRIO, N. (ed.), 2001. *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.



# Gerir o crescimento empresarial – a evolução da estrutura organizativa da CUF, 1865-1975

*Pedro Neves\**

---

## 1 – Introdução

Nas últimas décadas do século XIX, grandes empresas industriais começaram a emergir nos países economicamente mais desenvolvidos, em sectores onde as inovações tecnológicas da 2.<sup>a</sup> revolução industrial, associadas ao crescimento dos mercados, potenciaram a exploração de economias de escala e de gama. O crescimento continuado dessas empresas permitiu-lhes dominar os mercados onde actuavam e conferiu-lhes um grande peso nas economias nacionais onde estavam inseridas. A sua operação envolvia uma grande quantidade de recursos materiais, humanos e financeiros, em diferentes sectores de actividade e áreas geográficas distintas.

Dada a necessidade de administrar esses elevados volumes de recursos, o desenvolvimento dessas empresas foi acompanhado pela implementação de complexas estruturas organizativas, povoadas por gestores assalariados e especializados. Esses gestores passaram a planear e a controlar as actividades e os fluxos de recursos por elas gerados, integrados em estruturas com vários

---

\* ISEG/GHES - Universidade Técnica de Lisboa.

níveis hierárquicos, com atribuições e responsabilidades diferentes, desde a gestão estratégica das empresas até à gestão diária das suas unidades operativas.

A dimensão organizativa das grandes empresas tem sido estudada por diferentes áreas científicas, nomeadamente pela história empresarial<sup>1</sup>. A Companhia União Fabril (CUF) é um excelente objecto para o estudo da estrutura organizativa das empresas e da introdução de inovações ao nível da gestão em Portugal, em virtude da sua longevidade, da dimensão que atingiu e da natureza das suas áreas de negócio. O objectivo desta comunicação não é apresentar um estudo completo e exaustivo sobre a organização interna da CUF, mas sim, traçar um cenário geral da evolução da estrutura organizativa desta grande empresa desde a sua constituição até à sua nacionalização.

## 2 – O crescimento da CUF

Nos 110 anos da sua existência, a CUF revelou um elevado crescimento da sua actividade; tornou-se na maior empresa industrial portuguesa e a partir dela foi construído um grupo empresarial que, à data da sua nacionalização, tinha um peso determinante na economia nacional. A tabela seguinte apresenta alguns indicadores relativos à dimensão da empresa em diferentes momentos do tempo.

**Tabela 1 – Indicadores de dimensão da CUF<sup>2</sup>**

	1872/81	1898	1917	1950	1972
Capital Social (contos)	200	500	1.200	2.000	1.200.000
Activo (contos)	281	1.317	9.150	32.912	6.141.662
Vendas (contos)	211	n.d.	n.d.	n.d.	3.544.960
Trabalhadores	133	n.d.	2.112	12.560	7.978
Unidades industriais	1	2	6	7	8
Rede de vendas (localidades)	1	3	13	62	63
Empresas associadas	0	0	0	3	19

O seu percurso pode ser dividido em três grandes períodos, de acordo com a intensidade e a natureza do crescimento evidenciado. Nesta secção são

sistematizadas as principais características associadas a cada um desses períodos, que se revelam importantes como enquadramento à análise da evolução da estrutura organizativa da empresa<sup>3</sup>.

## **2.1 – Da constituição à fusão com a CAF**

No ano de 1857, José Dias Leite Sampaio, visconde da Junqueira, instalou a Fábrica União no largo das Fontainhas em Alcântara, Lisboa, destinada à produção de óleos vegetais, sabão e velas de estearina. Em 1865, no âmbito de um acordo estabelecido entre o fundador e os seus credores, foi constituída a CUF que passou a ser proprietária da fábrica e a ocupar-se da sua exploração<sup>4</sup>.

Os primeiros anos da companhia foram marcados por dificuldades, chegando mesmo a ser proposta a sua liquidação no princípio da década de 1870, pouco depois da morte do visconde da Junqueira. Terá sido neste contexto de crise que entrou para a estrutura accionista da companhia um grupo de capitalistas, entre os quais se destacava Henry Burnay<sup>5</sup>.

No princípio da década de 1880, a empresa empregava 133 trabalhadores, sendo que ainda não se destacava entre as grandes empresas industriais portuguesas. Esse volume de emprego não era suficiente para integrar o grupo das 50 maiores empresas industriais portuguesas, segundo o número de trabalhadores<sup>6</sup>.

Em 1898 ocorreu a fusão entre a CUF e a Companhia Aliança Fabril (CAF). Esta empresa era proprietária da Fábrica Sol, também localizada em Alcântara, onde igualmente se produziam óleos alimentares, sabão e velas de estearina. O seu activo e passivo foi incorporado na CUF, tendo como contrapartida a entrega de acções desta, que haviam sido emitidas na sequência de um aumento de capital<sup>7</sup>.

## **2.2 – Da fusão a meados do século xx**

O processo de fusão deu início a um novo período na história da CUF, não tanto pela dimensão que a empresa ganhou de imediato, mas sim pela dinâmica de crescimento que foi implementada a partir desse momento. Marcou igualmente a entrada na empresa de Alfredo da Silva, antigo director da CAF e um dos seus principais accionistas, o qual seria a principal figura da CUF durante as décadas seguintes.



Na primeira metade do século xx, a companhia registou um crescimento extraordinário na dimensão e complexidade da sua actividade, facto que pode ser claramente constatado pela análise dos indicadores apresentados na Tabela 1.

Essa evolução foi conseguida através da implementação de um conjunto de estratégias, que passaram pelo constante aumento de capacidade produtiva instalada, pela integração vertical e pela diversificação das suas áreas de negócios. A empresa manteve as linhas de produtos onde já estava envolvida – óleos alimentares e sabões – e entrou nas áreas dos adubos, produtos químicos de base, têxtil de juta, metalomecânica e construção naval. A entrada em alguns desses sectores foi induzida inicialmente por uma lógica de integração vertical, passando mais tarde a serem áreas de negócios autónomas.

Na implementação destas estratégias, a companhia recorreu tanto à aquisição de unidades produtivas já estabelecidas (por exemplo, a fábrica de azeite de Alferrarede em 1907 e a fábrica de tecelagem do Rato em 1916), como à construção de fábricas novas (por exemplo, a fábrica de sabões do Freixo em 1911 e a fábrica de azeite em Mirandela em 1929).

O maior impulso dado ao crescimento da empresa surgiu por via endógena através da construção do Complexo Fabril do Barreiro, que se tornou no seu principal pólo industrial. Em 1908 foi iniciada a laboração na fábrica de extracção de óleo de bagaço de azeitona e começaram a ser construídas as fábricas de superfosfatos e ácido sulfúrico. Nos anos seguintes, o complexo foi sendo sucessivamente dotado com outras instalações industriais de produtos químicos, numa lógica de aproveitamento de subprodutos e de estabelecimento de actividades complementares. Para o Barreiro seriam também transferidas algumas actividades, como o têxtil e a metalomecânica, que nos primeiros anos do século xx funcionaram nas fábricas de Lisboa.

Uma outra via de crescimento traduziu-se na exploração por arrendamento, a partir de 1937, do Estaleiro Naval da Administração-Geral do Porto de Lisboa, situado na Rocha do Conde de Óbidos. A utilização dessas instalações permitiu um incremento da actividade de construção e reparação naval, que a companhia já vinha desenvolvendo no Barreiro desde a década de 1920<sup>8</sup>.

Para além do aumento da capacidade produtiva instalada e do número de linhas de produtos, outro aspecto que contribuiu para a maior complexidade da actividade da empresa foi a dispersão geográfica das suas operações. Tal dispersão deveu-se não só à exploração de instalações industriais fora de Lisboa – Barreiro, Alferrarede, Porto, Mirandela, Canas de Senhorim e Soure – como também à criação de uma rede de comercialização própria, constituída por armazéns de venda espalhados pelo país. No final do século xix, a companhia

era proprietária de depósitos em Lisboa, no Porto e em Coimbra. Em meados do século, a rede de comercialização estava estabilizada, dispondo de pontos de venda em cerca de 60 localidades.

A partir do final da segunda década do século xx iniciou-se a formação do Grupo CUF. Em 1919 foi constituída a *Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes* que funcionou como a primeira *holding* do grupo, ao mesmo tempo que operava na área dos transportes marítimos. Em 1921 foram tomadas posições na Casa Bancária *José Henriques Totta* e na sociedade *António Silva Gouveia*. Com o fim do monopólio legal do fabrico de tabaco, a CUF interessou-se por este sector, tendo para esse efeito constituído *A Tabaqueira* em 1927. A actividade seguradora passou a fazer parte das áreas de negócio do grupo, com a constituição da Companhia de Seguros Império em 1942.

### 2.3 – O terceiro quartel do século xx

No período posterior à 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a CUF continuou a investir nas suas unidades industriais, aumentando a capacidade instalada, modernizando os processos de fabrico e adicionando novas linhas de produtos<sup>9</sup>. O desenvolvimento da empresa foi ainda marcado por duas outras tendências.

Por um lado, assistiu-se ao estabelecimento de um conjunto de empresas associadas cuja actividade estava relacionada com as áreas de negócio da CUF. Ainda nos anos 40 a CUF entrou no capital da Companhia Portuguesa do Cobre e constituiu a Empresa do Cobre de Angola e a União Fabril do Azoto. Nas décadas seguintes outras empresas foram constituídas ou adquiridas, como forma de implementar as estratégias de integração vertical e diversificação relacionada. Em 1972, a CUF contava com 19 empresas associadas.

Por outro lado, algumas actividades até então desenvolvidas dentro da CUF foram autonomizadas em empresas juridicamente independentes, sendo esta a principal explicação para a diminuição no número de trabalhadores evidenciado na Tabela 1. Tal aconteceu com as actividades de consultoria e serviços a empresas, de construção e reparação naval, de metalomecânica e de assistência médica. Com excepção da metalomecânica, essas novas empresas não se tornaram associadas da CUF, passando a integrar outras sub-*holdings* do grupo.

O Grupo CUF registou um grande desenvolvimento no terceiro quartel do século xx. Cresceu nas várias áreas de negócios em que já estava envolvido; especial relevância merece a aquisição de empresas concorrentes nos sectores

bancário, segurador e de navegação. Igualmente entrou em novas áreas de actividade: nas indústrias do papel e da maquinaria eléctrica, na construção civil e imobiliário, no turismo e hotelaria e no comércio a retalho. À data da sua nacionalização, o Grupo CUF era um conglomerado altamente diversificado composto por mais de uma centena de empresas, que no seu conjunto eram responsáveis por uma parte significativa do produto, do emprego e do investimento em Portugal<sup>10</sup>.

O crescimento do grupo em número de empresas e de áreas de actividade foi acompanhado por alterações na organização das participações sociais. Em finais de 1947 foi criada a Empresa Geral de Fomento que substituiu a Sociedade Geral nas funções de holding do grupo. Posteriormente, em 1964, foi constituída a SOGEFI com o objectivo de funcionar como sociedade gestora de participações sociais, passando a EGF a desempenhar funções de consultoria, planeamento e controlo das actividades do grupo. Debaixo da sociedade gestora de participações sociais, outras empresas funcionavam como sub-holdings das várias áreas de negócios, sendo a CUF uma delas<sup>11</sup>.

### **3 – A evolução da estrutura organizativa da CUF**

O desenvolvimento da empresa assinalado na secção anterior, em especial a partir do início do século xx, foi exigindo maiores capacidades de gestão, de forma a planear e monitorizar o crescente volume de operações e recursos envolvidos na actividade. A resposta a essas maiores exigências traduziu-se no crescimento e transformação da estrutura organizativa da empresa, tanto ao nível dos órgãos superiores como dos níveis intermédios de gestão.

A CUF foi constituída com a forma legal de sociedade anónima. Este tipo de sociedade tinha sido instituído pelo Código Comercial de 1833, ainda sob a designação de *companhia de comércio*. Em 1867 foi aprovada a lei das sociedades anónimas que instituiu um novo regime regulador deste tipo de sociedade, o qual viria a ser incorporado, sem grandes alterações, no Código Comercial de 1888.

A legislação comercial atribuía a um Conselho de Administração a condução dos negócios das sociedades anónimas<sup>12</sup>. Contudo, as disposições sobre esse órgão social eram muito gerais, deixando para os estatutos das sociedades a incumbência de definir a organização da sua administração.

Assim, a análise dos estatutos de uma sociedade anónima pode ser reveladora de aspectos relativos à evolução da sua gestão de topo. Interessa

ter em atenção como se modificaram as disposições estatutárias a respeito das funções do Conselho de Administração e da sua composição – número de administradores e diferenciação entre eles (presidente, vice-presidente e administrador-delegado). Também suscita especial interesse, detectar a preocupação dos responsáveis da empresa em regularem nos estatutos o processo de delegação de competências dentro do Conselho de Administração e para fora desse órgão social.

A gestão intermédia corresponde aos órgãos que se situam hierarquicamente entre o Conselho de Administração e a gestão de base que conduz as unidades operacionais. A este respeito é importante constatar a criação desses órgãos e a entrada de gestores para os dirigir, bem como acompanhar a evolução do desenho dessa estrutura intermédia, ou seja, dos organigramas da empresa.

### 3.1 – Uma organização simples para gerir uma fábrica

Em conformidade com a legislação comercial, os estatutos outorgados na escritura de constituição da CUF regulavam as funções, composição e funcionamento do Conselho de Administração<sup>13</sup>. No que respeita às funções do conselho, os estatutos seguiram um figurino comum naquela época, discriminando as suas atribuições com algum detalhe. Assim, para além da função geral de administração da actividade da empresa, aos administradores competia: garantir a organização da contabilidade por partidas dobradas, ordenar aos mestres das fábricas os produtos que deviam fabricar, implementar as deliberações da Assembleia Geral, assegurar o depósito do dinheiro numa instituição de crédito e prestar contas regularmente ao Conselho Fiscal e aos accionistas.

Os primeiros estatutos preconizavam um Conselho de Administração composto por três membros, tendo para o efeito sido eleitos o visconde da Junqueira, William Gruis e Anselmo Ferreira Pinto Bastos. Durante o primeiro período da existência da companhia, o conselho manteve sempre a mesma dimensão. O último Conselho de Administração antes da fusão com a *Companhia Aliança Fabril* era composto por Constant Burnay, Feliciano Gabriel de Freitas e Maurício de Oliveira Martins, denotando já a influência da Casa Burnay na companhia.

Com alguma frequência, os estatutos de sociedades anónimas do século XIX estipulavam a nomeação de administradores-delegados e/ou a distribuição das tarefas comerciais e fabris pelos diferentes administradores<sup>14</sup>. Os estatutos originais da CUF não explicitavam qualquer distinção entre administradores,

o que poderá estar relacionado com o facto de serem anteriores à Lei de 1867. É esta lei que, no seu artigo 20.º, estabeleceu que «as operações de qualquer sociedade anónima, que dependerem de conhecimentos técnicos e especiais, ou a administração quotidiana dos negócios sociais, podem ser confiadas a um ou mais gerentes, quer sejam accionistas ou não da sociedade, devendo a sua nomeação, exoneração e atribuições ser reguladas pelos estatutos».

Só com a reforma dos estatutos de 1883 passou a estar prevista a possibilidade dos administradores da companhia elegerem entre si um gerente, sem contudo serem explícitas quais as suas funções específicas<sup>15</sup>. Os relatórios anuais do Conselho de Administração que se conhecem para o período subsequente, não explicitavam qualquer distinção entre os administradores, o que poderá indiciar que não se tenha feito uso daquela disposição estatutária.

Como já se referiu, durante as três primeiras décadas da sua existência, a CUF explorava uma única unidade industrial e empregava um número reduzido de trabalhadores. A pequena dimensão da actividade da empresa permitia que o Conselho de Administração acompanhasse de perto as operações industriais e comerciais. Nessas tarefas era apoiado no escritório da sede pelo guarda-livros e outros empregados e na fábrica pelos mestres de fabrico<sup>16</sup>. Estava-se, assim, perante um organigrama funcional simples, onde os proprietários da empresa, neste caso, os administradores, enquanto mandatários dos accionistas, geriam a actividade diária em contacto directo com os encarregados da unidade fabril, sem níveis intermédios de gestão. Como se constatou, os próprios estatutos de 1865 espelhavam essa situação, ao incluir entre as atribuições do Conselho de Administração dar ordens de produção aos mestres de fabrico.

### **3.2 – A construção de uma organização centralizada**

O grande crescimento da actividade da CUF ao longo da primeira metade do século xx foi acompanhado pela evolução da sua estrutura organizativa. Como marcos principais dessa evolução podem-se destacar: a efectiva delegação de competências do Conselho de Administração e a criação dos níveis intermédios de gestão.

### 3.2.1 – O Conselho de Administração

As disposições estatutárias relativas à administração da companhia foram revistas em 1898, na sequência do processo de fusão. Posteriormente, os estatutos foram reformados duas vezes num curto espaço de tempo, em 1913 e 1919, o qual coincidiu com a saída da Casa Burnay da estrutura de capital da CUF<sup>17</sup>. Por essa altura ficou estabelecido o regime estatutário que regulou a administração da companhia nas três décadas seguintes.

No que respeita às funções do Conselho de Administração, os novos estatutos de 1898 seguiram o figurino anterior que se pautava por um grande detalhe. Com a reforma de 1913, as atribuições deixaram de ser discriminadas, referindo-se simplesmente que o conselho «exerce as suas funções administrativas nos termos da lei comercial». Em 1919, mesmo essa referência desapareceu dos estatutos. Algum detalhe na explicitação das atribuições do Conselho de Administração só voltaria aos estatutos da companhia com a alteração levada a cabo em 1948.

Quanto à composição do Conselho de Administração importa ter em consideração as alterações relativas à sua dimensão e à diferenciação entre administradores. Com a reforma estatutária de 1898, o número de administradores foi elevado para sete, podendo a Assembleia Geral deliberar a sua diminuição. Este aumento na dimensão do Conselho de Administração não esteve relacionado com uma maior complexidade na gestão da empresa; antes foi a solução encontrada para se manterem no órgão executivo da companhia os interesses representados nas administrações das duas empresas antes da fusão. O primeiro Conselho de Administração depois da fusão era composto por: Constant Burnay, Henry Burnay & C<sup>a</sup>, Feliciano Gabriel de Freitas, Alfredo da Silva, Manuel Carlos de Freitas Alzina, Martin Weinstein & C.<sup>a</sup> e António Serrão Franco.

Com as reformas ocorridas por altura da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, o número de administradores previsto nos estatutos deixou de ser fixo, passando a vigorar um intervalo a partir do qual caberia à Assembleia Geral decidir qual a dimensão do Conselho de Administração. Assim, segundo os estatutos de 1913, este órgão social deveria ser composto por três a cinco membros, o que na prática implicou uma redução no número de administradores da companhia, de sete para cinco. Embora a reforma de 1919 tenha alargado o intervalo definido estatutariamente para a dimensão do Conselho de Administração (o limite máximo passou para sete membros), o número de administradores da companhia manteve-se relativamente constante, entre quatro e cinco, até meados do século.

Essa estabilidade na dimensão do Conselho de Administração foi acompanhada por uma grande continuidade nos indivíduos que o integraram. Entre 1919 e 1947, para além de Alfredo da Silva, Manuel Carlos de Freitas Alzina e Eugénio de Mendia, que transitaram do período anterior a 1913, só Manuel de Mello, Nicolas de Goyri O'Neill, Luis Henrique de Lencastre e Eduardo Madail ocuparam o cargo de administrador da companhia.

Os estatutos de 1898 introduziram uma nova figura no seio do órgão executivo da empresa: o Presidente do Conselho de Administração. A referência a este cargo é feita de forma breve, no artigo em que se estipula que o conselho deve reunir «em sessão plena, que será dirigida pelo vogal que servir de presidente».

A figura de Presidente ficou melhor explicitada nos estatutos de 1913. O cargo seria ocupado através da eleição de um dos administradores, por ocasião da tomada de posse do Conselho Administração. Para além de convocar e dirigir as reuniões do Conselho, ao Presidente competia especialmente a representação superior externa daquele órgão, assim como substituir o Administrador-Delegado em situações de impedimento deste.

O cargo de Presidente foi ocupado por Constant Burnay entre 1898 e 1913, ano em que foi eleito Martin Weinstein. Contudo, as circunstâncias da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial ditaram o seu afastamento da companhia em 1915, sendo substituído por Alfredo da Silva<sup>18</sup>. Primeiro interinamente, depois em definitivo a partir de 1919.

A figura de Vice-Presidente do Conselho de Administração surgiu pela primeira vez nos estatutos em 1913, com a competência de substituir o Presidente, quando necessário, nas suas atribuições de convocar e dirigir as reuniões do conselho e de representação externa. No entanto, os mesmos estatutos estipulavam que esse cargo só seria criado no caso de não existir Administrador-Delegado, a quem competiria em primeira instância essa substituição, o que levou a que nenhum administrador tenha sido eleito para Vice-Presidente até que tal disposição estatutária fosse alterada.

A partir de 1898 a distinção entre administração executiva e não executiva passou a estar melhor definida e o cargo de Administrador-Delegado foi efectivamente ocupado. Os estatutos reformados nesse ano previam a possibilidade do Conselho de Administração delegar «os mais amplos poderes de administração, para a gerência dos negócios da companhia, num ou dois administradores gerentes», aos quais competia «designadamente a gerência imediata da companhia, organizando e dirigindo todos os serviços, nomeando empregados e fixando-lhes atribuições e vencimentos e demiti-los».

Constant Burnay e Alfredo da Silva foram os eleitos para ocuparem o cargo de Administrador-Delegado, competindo-lhes assegurar a gestão diária dos negócios da companhia. Também neste âmbito, se verificou a preocupação em escolher um elemento pertencente à administração anterior de cada uma das empresas que encetaram o processo de fusão.

Os estatutos de 1913 restringiram a delegação de poderes num único membro do Conselho de Administração, tendo sido Alfredo da Silva que se manteve no cargo de Administrador-Delegado. Em 1919 foi acrescentada a possibilidade de acumulação de cargos de Presidente e de Administrador-Delegado, regularizando estatutariamente a situação que já se vinha a verificar desde a substituição de Martin Weinstein.

Alfredo da Silva ocupou estes dois cargos durante as décadas seguintes. A mesma solução foi adoptada após a sua morte, em 1942, com a eleição de Manuel de Mello para a presidência e administração executiva da companhia.

### **3.2.2 – Secretários da gerência**

Para além das alterações ao nível do Conselho de Administração, a estrutura organizativa da CUF conheceu outros desenvolvimentos durante a primeira metade do século xx. Neste âmbito tem particular importância o início do processo de delegação de competências para fora do conselho, que se traduziu na emergência da figura do Secretário da Gerência no seio da estrutura de gestão da companhia.

As alterações estatutárias que ocorreram durante este período colocaram especial atenção neste aspecto, tendo sido em 1898 que se inaugurou esse processo. Os estatutos reformados nesse ano estipulavam que «poderá haver um secretário-geral, que terá especialmente a seu cargo as actas de conselho de administração e do conselho fiscal, e mais atribuições que lhe forem fixadas.» Embora não exista uma grande ênfase na delegação de competências, nem se refira explicitamente que o cargo possa ser ocupado por alguém que não pertença ao Conselho de Administração, estava claramente aberta a possibilidade de existir um auxiliar da administração.

O cargo de secretário-geral seria ocupado por Aarão Anahory no final de 1903<sup>19</sup>. Esta nomeação antecedeu em três meses a alteração dos estatutos de Março de 1904, a partir da qual o artigo respeitante aos auxiliares da gerência ficou com a seguinte redacção: «A gerência da Companhia poderá nomear para auxiliá-la no desempenho do seu cargo e atribuições um ou mais empregados



da sua confiança, que na qualidade de secretários da gerência darão andamento ao expediente da Companhia, podendo assinar pela gerência e representá-la na ausência ou impedimento do gerente ou gerentes, nas condições e com as atribuições que lhes fixarem de entre os poderes que são conferidos à gerência.» Com esta redacção ficou claramente estabelecido: o aumento do número de secretários, o facto de não pertencerem ao Conselho de Administração e a possibilidade de poderem realizar tarefas que competiam ao Administrador-Delegado.

Os estatutos de 1913 e de 1919 mantiveram no essencial as disposições relativas aos secretários da gerência. A única alteração, que se verificou com a reforma de 1919, respeitou ao facto dos secretários poderem ser escolhidos não só entre os empregados superiores da companhia, como estipulavam os estatutos anteriores, mas também entre os administradores. Esta nova disposição permitiu regularizar estatutariamente a delegação de competências em Manuel de Mello, que tinha sido feita uns meses antes, quando entrou para o Conselho de Administração.

A acta da tomada de posse de Manuel de Mello como administrador revela o número de secretários da gerência no imediato pós-1.<sup>a</sup> Guerra Mundial<sup>20</sup>. Aarão Anahory mantinha as suas funções e existiam dois secretários adjuntos. De alguma forma, a redução do número de administradores delegados de dois para um, ocorrida em 1913, tinha sido compensada pelo aumento do número de pessoas com delegação de competências.

Os secretários da gerência desempenharam uma função importante na gestão de topo da CUF ao longo da primeira metade do século xx, marcada pelo grande crescimento da actividade da empresa, facilitando a manutenção da dimensão do Conselho de Administração e a existência de um único Administrador-Delegado.

Nomes como António Teles Machado, Jorge Botelho Moniz, Eduardo Madail e Castelino Pais serviram a companhia nessas funções durante a administração de Alfredo da Silva, tendo alguns deles ascendido posteriormente ao cargo de administrador.

A figura de secretário da gerência desapareceu dos estatutos da CUF com a alteração de 1948.

### 3.2.3 – A estrutura intermédia de gestão

A coordenação de uma actividade cada vez mais intensa, complexa e dispersa, dificilmente conseguia ser levada a cabo por uma organização simples, na qual o Conselho de Administração «ordenava directamente as mestres de fabrico». Foi necessário criar órgãos (direcções, serviços e secções) chefiados por gestores profissionais que faziam a ligação entre a gestão de topo da companhia e os encarregados das unidades operacionais, fossem elas fábricas ou postos de vendas.

Os estatutos deste período reflectiram essa necessidade de alargar a estrutura de gestão para além do Conselho de Administração. Não só através da instituição dos secretários da gerência, a que já se fez referência, mas também por outras formas.

Desde a reforma de 1898 que se fazia referência à figura de director técnico, embora sem estabelecer as suas atribuições; o cargo era invocado a respeito de poder ser acumulado com o de Administrador-Delegado. Com os estatutos de 1913 ficou estipulada a possibilidade de contratação de directores técnicos e comerciais, cujas funções eram compatíveis com as de Administrador-Delegado e, novidade, com as de administrador.

A preocupação em operacionalizar a gestão das unidades que se localizavam afastadas da sede da empresa também esteve presente na alteração estatutária de 1913. Assim, o Administrador-Delegado podia «nomear chefes de serviços para a gerência das agências, delegações fabris e comerciais fora da sua sede».

Assim, a partir do princípio do século xx, o organigrama funcional simples, que vigorou nas primeiras décadas de existência da companhia, foi substituído por um organigrama funcional centralizado. A estrutura organizativa foi-se tornando cada vez mais complexa, em número de órgãos e gestores, mas manteve a sua essência até à década de 1950.

De uma forma geral, a gestão intermédia da primeira metade do século xx era composta por: Direcção Técnica e Comercial, Serviços Centrais, Direcções Fabris e Agência do Porto.

Tal como estava previsto nos estatutos, Alfredo da Silva, e depois Manuel de Mello, acumularam o cargo de Administrador-Delegado com o de director técnico e comercial. Assim sendo, não existia uma verdadeira separação entre a gestão de topo e este órgão de gestão intermédia. Acresce ainda o facto de Manuel de Mello ter sido nomeado adjunto de Alfredo da Silva na Direcção Técnica e Comercial desde 1919.

Os Serviços Centrais, localizados na sede da companhia, estavam organizados por secções dirigidas por chefes e subchefes. Existiam secções de natureza comercial, divididas por produtos – Adubos, Azeites e Óleos, Tecidos, etc. – que se ocupavam do seu encaminhamento para a rede de distribuição. Existiam ainda secções com outro tipo de funções, como por exemplo: África (aprovisionamento de matérias-primas coloniais), Contabilidade e Pessoal. As secções foram sendo criadas à medida que novas áreas de actividade ou funções surgiam ou ganhavam dimensão suficiente para serem autonomizadas.

Cada uma das maiores unidades industriais tinha uma direcção fabril que estava encarregue da sua gestão: Direcção das Fábricas do Barreiro, Direcção dos serviços fabris do estaleiro naval e Direcção das Fábricas de Lisboa.

No Porto funcionava uma Agência da companhia encabeçada por um director, que se ocupava da coordenação da rede comercial e das fábricas no norte do país. Igualmente representava os interesses de outras empresas do Grupo CUF na zona norte do país.

### **3.3 – Rumo a uma organização descentralizada**

O desenvolvimento evidenciado na actividade da CUF durante o terceiro quartel do século xx trouxe novas exigências em termos de organização. A sua estrutura teve de se adaptar à crescente dimensão e diversificação da actividade, nomeadamente através do aumento dos recursos humanos dedicados à gestão e da reformulação do desenho organizacional.

#### **3.3.1 – Conselho de Administração e outros órgãos**

A nível da gestão de topo verificou-se o aumento da dimensão do Conselho de Administração, que foi acompanhado por uma maior diferenciação entre administradores, por mudanças na administração executiva e pela criação de órgãos de staff centralizados.

Depois da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial ocorreram várias alterações nos estatutos da companhia; as de 1948, 1955, 1959, 1971 e 1975 foram as que tiveram algum impacto na organização da sua administração.

Essas alterações estatutárias foram alargando sucessivamente o intervalo relativo à dimensão do Conselho de Administração: em 1955 de 5 a 9 membros, em 1959 de 5 a 12 membros, e em 1971 de 7 a 15 membros. Verifica-se assim,

a partir de meados da década de 1950, uma tendência no sentido do aumento do número de administradores da companhia. Por exemplo, em 1956, 1960 e 1972, anos posteriores às alterações estatutárias referidas, o número de administradores era de 7, 11 e 13, respectivamente.

O aumento na dimensão do conselho pode estar, numa primeira fase, relacionado com a entrada de uma nova geração de administradores enquanto se mantinham em funções os membros mais antigos. No entanto, para a explicação dessa tendência, não pode ser negligenciado o facto de que o grande desenvolvimento da empresa implicava maiores necessidades de acompanhamento da sua actividade.

Ao contrário do que aconteceu na primeira metade do século, em que se verificou uma grande estabilidade na composição do Conselho de Administração, a partir de finais dos anos 60 verificaram-se frequentes entradas e saídas de administradores no seio daquele órgão. Dois factores podem justificar esta situação: por um lado, em 1968 foi estabelecido um limite de idade (65 anos) para os titulares de cargos de administração nas empresas do Grupo<sup>21</sup>; por outro lado, passou a existir uma prática de circulação de administradores pelas várias empresas do grupo<sup>22</sup>.

Com os estatutos de 1955, o cargo de Presidente ganhou uma nova competência: a orientação superior dos negócios da companhia. A instituição desta nova competência do Presidente foi acompanhada pela nomeação de Jorge de Mello para Administrador-Delegado, pondo termo à situação de acumulação dos dois cargos que vigorou durante a primeira metade do século.

Em meados da década de 1950, Manuel de Mello era Presidente do Conselho de Administração das principais empresas de grupo. A separação entre a presidência e a administração executiva da CUF libertava-o para um maior envolvimento na definição e coordenação estratégica das várias áreas de negócio do grupo empresarial, o qual estava a registar um enorme crescimento.

Só com a alteração estatutária de 1948 passou a ser obrigatória a eleição de um Vice-Presidente do Conselho de Administração, com a função de substituir o Presidente durante a sua ausência ou impedimento, tendo sido nomeado para o cargo o administrador Eduardo Madail.

O número de vice-presidentes subiu para três em 1959. Esta modificação teria outras motivações para além da preocupação em substituir o Presidente em situações de impedimento deste, muito embora os estatutos não refiram outra função para os vice-presidentes. Pode-se, no entanto, assumir que serviria para diferenciar alguns administradores dentro do Conselho de Administração, em

virtude da sua posição accionista ou de alguma função especial desempenhada no seio da empresa ou do grupo.

Em 1959 foram incorporadas duas alterações nos estatutos relativas à administração executiva da companhia. A primeira foi a possibilidade de o Administrador-Delegado ser também Vice-Presidente do Conselho de Administração, o que passou a verificar-se com a nomeação de Jorge Mello para esses dois cargos. A segunda foi a criação de dois lugares de Administrador-Delegado Adjunto, cuja função era «auxiliar o Administrador Delegado na direcção da companhia e neles podia aquele delegar, com a extensão que entender, os seus poderes». Os dois nomes escolhidos para esse cargo foram António Vasco José de Mello e João Osório da Rocha e Mello, que integraram o Conselho de Administração vindos de níveis inferiores da hierarquia de gestão da companhia.

A partir de 1964 a administração executiva da companhia passou a ser exercida por um órgão colectivo. A Comissão Executiva tinha a incumbência de executar as directrizes emanadas do Conselho de Administração e era constituída por quatro membros: o Administrador-Delegado, que presidia, os dois administradores-delegados adjuntos e um outro administrador<sup>23</sup>.

Nos anos seguintes, a dimensão da Comissão Executiva foi sendo alterada, chegando a ser composta por sete administradores em 1973. Tal evolução foi acompanhada pela repartição de competências entre os membros da Comissão Executiva, sendo cada um deles responsável por uma determinada área de negócio ou por uma função específica reunida em órgãos de staff centrais.

Nem sempre a Presidência da Comissão Executiva pertenceu ao Administrador-Delegado. Em 1966, na sequência da eleição de Jorge de Mello para a presidência da CUF, o cargo de Administrador-Delegado foi ocupado por António Vasco José de Mello. Contudo, a Comissão Executiva passou a ser presidida por João Simões de Almeida, que no mesmo ano tinha entrado no Conselho de Administração para ocupar uma vice-presidência e tendo como especial incumbência a coordenação económica e financeira da companhia<sup>24</sup>.

Em finais de 1970, o Administrador-Delegado, na pessoa de José Vístulo de Abreu, que no ano anterior tinha substituído António Vasco José de Mello, voltou a presidir à Comissão Executiva<sup>25</sup>. Com esta alteração, terminou a acumulação entre a chefia da administração executiva e uma das vice-presidências da empresa, situação que se verificava desde 1959.

Para além do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, outros órgãos surgiram no seio da gestão de topo da companhia. Acompanhando o processo de descentralização da estrutura organizativa, iniciado no fim da década de 1950 e intensificado no início da de 1970, foram sendo criados vários

órgãos de *staff* relacionados com as funções de gestão financeira, de recursos humanos, de planeamento e controle, etc.

No princípio dos anos 70 foi instituído um órgão consultivo, o Conselho Geral, com a competência de se pronunciar sobre problemas de orientação geral da companhia, planos plurianuais e respectiva execução e propostas de aumento de capital. Dele faziam parte os membros do Conselho de Administração, os presidentes do Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e quatro a dez membros eleitos trienalmente. Entre estes últimos encontravam-se antigos administradores e altos quadros que estavam afastados de funções executivas em virtude de terem atingido o limite de idade<sup>26</sup>.

Alguns meses antes da nacionalização, no âmbito do esforço de descentralização administrativa, foi prevista nos estatutos a possibilidade do Conselho de Administração criar um Conselho de Gestão, composto por Directores da companhia e presidido pelo Administrador-Delegado. Este órgão deveria ocupar-se da gestão dos negócios da sociedade de acordo com o mandato que lhe fosse conferido pelo Conselho de Administração.

### 3.3.2 – Crescimento e reorganização da gestão intermédia

No terceiro quartel do século xx, a estrutura intermédia de gestão da CUF continuou a crescer e tornou-se mais complexa. A tabela seguinte apresenta o número médio do efectivo de pessoal da CUF em seis momentos do século xx, agrupado por funções.

Tabela 2 – Efectivos da CUF por funções

	1910/1915	1920/1925	1930/1935	1940/1945	1950/1955	1960/1965
Dirigente	10	20	30	60	260	620
Técnico, administrativo e comercial	70	150	300	800	3.600	3.200
Pessoal fabril e oficial	2.200	2.700	6.200	9.600	8.700	7.700
Total	2.280	2.870	6.530	10.460	12.560	11.520
Dirigentes/total	0,4%	0,7%	0,5%	0,6%	2,1%	5,4%

Como se constata, ao longo do tempo, verificou-se um aumento do pessoal dirigente. De uma dezena no princípio da segunda década do século xx passou a mais de seiscentos na primeira metade dos anos 60. A entrada de pessoal com estas funções é o reflexo do crescimento da estrutura organizativa a que se tem feito referência, traduzido num aumento de órgãos de diferentes tipos: direcções, serviços e secções. Esse processo intensificou-se a partir de meados do século xx.

Mais relevante ainda é notar que, a partir da mesma altura, aumentou a proporção de dirigentes no conjunto do efectivo laboral da empresa. Tal facto significa um acréscimo da importância relativa das funções de coordenação no seio da empresa. Para essa situação terá também contribuído o crescimento do número de empresas associadas, cuja actividade era acompanhada pela estrutura de gestão da CUF, numa lógica de estratégia integrada.

Para além da maior intensidade no crescimento da dimensão da estrutura de gestão, também se assistiu à redefinição do desenho organizacional. Nesse âmbito, a CUF acompanhou a tendência que se estava a verificar entre as maiores empresas europeias, ou seja, a incorporação do modelo divisional inicialmente desenvolvido nos EUA<sup>27</sup>.

Em 1950 foi reestruturada a orgânica da Direcção das Fábricas do Barreiro. As instalações industriais foram agrupadas em seis zonas de acordo com a natureza dos produtos (ácidos, adubos, metais não ferrosos, química orgânica, metalomecânica e têxtil), sendo cada uma delas constituída por serviços fabris, serviços técnicos e serviços administrativos<sup>28</sup>. Embora a essência da orgânica geral da empresa não tenha sido alterada, a reorganização do seu principal pólo industrial constituiu um importante passo para uma futura divisionalização.

Ainda na primeira metade da década de 50 começou a reorganização dos serviços centrais da companhia. No âmbito desse processo procedeu-se à separação da direcção técnica e comercial e à criação de novos serviços. A direcção técnica e comercial que estava agregada ao cargo do Administrador-Delegado foi dividida em duas direcções, com a nomeação de directores distintos. Contudo, mantinha-se a natureza funcional do organigrama da empresa, ou seja, os órgãos de gestão intermédia continuavam agrupados de acordo com a natureza da sua função (produção, vendas, aprovisionamento, finanças, pessoal, etc.).

A grande alteração no tipo de organigrama da CUF teve lugar em 1959, com a implementação da estrutura divisional<sup>29</sup>. A empresa foi dividida em cinco Divisões que correspondiam a diferentes áreas de negócio: Produtos para a Agricultura, Produtos para a Indústria, Óleos e Sabões, Têxteis e Metalomecânica. A Divisão era responsável pela gestão das várias funções associadas à sua

área de negócio. Para esse fim, tinha os seus próprios serviços fabris, comerciais, de aprovisionamento e administrativos, podendo funcionar de uma forma descentralizada. Cada divisão era chefiada por um director que reportava ao Conselho de Administração.

Em finais da década de 60 sentiu-se a necessidade de reformular a estrutura organizativa da companhia, tendo sido para o efeito contratados os serviços da prestigiada consultora Mckinsey, que tinha larga experiência na reorganização de grandes empresas internacionais. Entre os objectivos da reorganização destacavam-se: intensificar a descentralização e integrar a gestão das empresas associadas.

No final de 1970 começaram a ser publicadas as ordens de serviço que estipulavam a nova organização da empresa<sup>30</sup>. Em termos do desenho da estrutura organizativa, o efeito mais visível foi a implementação de um novo nível hierárquico, entre a gestão de topo e as divisões: os sectores. Foram criados quatro sectores: Químico, Produtos de grande Consumo, Têxtil e Metal-Mecânico. Cada sector era responsável pela coordenação da actividade de um conjunto de divisões e das empresas associadas afins, sendo chefiado por um administrador, membro da Comissão Executiva e contando com órgãos de staff próprios<sup>31</sup>.

## Notas conclusivas

A CUF é um excelente caso para quem deseja estudar a relação entre estratégia e organização empresarial. O crescimento que evidenciou, em mais de um século de existência, foi acompanhado pela adequação da sua estrutura organizativa. De uma pequena empresa proprietária de uma fábrica, gerida directamente pelos seus donos, transformou-se numa grande empresa diversificada com uma organização hierárquica complexa, composta por gestores profissionais e especializados.

Aquilo que os manuais de história empresarial ensinam sobre a emergência da *grande empresa moderna*, a partir das últimas décadas do século XIX e os contornos do seu desenvolvimento ao longo do século XX, pode ser constatado, com maior ou menor intensidade, na história da CUF.

Esta comunicação não pretendeu ser mais do que uma apresentação sumária sobre este caso, sendo certo que existe muito trabalho a realizar no futuro para aprofundar o conhecimento desta experiência centenária.



## Notas

<sup>1</sup> Existe uma vasta literatura na área da história empresarial dedicada a estas grandes organizações. A título de exemplo podem-se apontar duas obras colectivas que incluem vários casos nacionais: Alfred D. Chandler, Franco Amaroti, e Takashi Hikino (eds.), *Big business and the wealth of nations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997 e Kesji Kobayashi e Hidemasa Morikawa (eds.), *Development of managerial enterprise*, Tóquio, University of Tokyo Press, 1986.

<sup>2</sup> Fontes: *Relatórios do Conselho de Administração*, CUF; Pedro Neves, *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal, da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, Lisboa, ISEG [dissertação de doutoramento], 2007, mimeografada.; «Síntese», *Informação Interna CUF*, Suplemento 1972; Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva. Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand, 2004, p. 97; *A Agricultura*, Ano 5.º - n.º 58, Novembro de 1914, p. 4; *Catálogo Geral de Aduos e Produtos para a Agricultura*, Lisboa, 1952.

<sup>3</sup> Para um maior detalhe sobre os aspectos relacionados com o crescimento da CUF, veja-se: *Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril*, Lisboa, CUF, 1945; «Os 100 anos da C.U.F.», *Indústria*, n.º 17, Outubro de 1965, pp. 3-33, Isabel Maria da Silva Pereira Amaral, *A presença da Companhia União Fabril no contexto industrial português – de 1865 a 1977*, Provas de Aptidão Pedagógica e Científica, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 1993, mimeografada; e José Miguel Leal da Silva, Gilberto Gomes e Isabel Cruz, «Sobre o complexo da CUF no Barreiro», in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, Dom Quixote, 2004, Vol. III, pp. 243-289. Igualmente importantes para a compreensão do percurso da CUF são as biografias dos seus líderes: Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva ...*; Miguel Figueira de Faria, *Manuel de Mello. Biografia*, Lisboa, INAPA, 2007 e Jorge Fernandes Alves, *Jorge de Mello. Um Homem*, Lisboa, INAPA, 2004.

<sup>4</sup> Cf. escritura de constituição da companhia em *Diário de Lisboa* de 12 de Novembro de 1865, pp. 2090-2091.

<sup>5</sup> Sobre este período, veja-se *Relatório e contas relativo à gerência de 1872*, Lisboa, CUF, 1873, pp.10-11 e «Os 100 anos da C.U.F.».

<sup>6</sup> Cf. Pedro Neves, *Grandes empresas portuguesas...*, p. 303.

<sup>7</sup> Cf. *Álbum Comemorativo...*, p. 20 e *Relatório de Conselho de Administração. Ano de 1898*.

<sup>8</sup> Cf. Miguel Figueira de Faria *et alia*, Lisnave. Contributos para a história da indústria naval em Portugal, Lisboa, INAPA, 2001.

<sup>9</sup> Cf. José Miguel Leal da Silva *et alia*, «Sobre o complexo da CUF...».

<sup>10</sup> Para uma descrição do grupo nas vésperas da sua nacionalização, veja-se *O grupo CUF*, Lisboa, CUF, 1974 e Maria Belmira Martins, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1973.

<sup>11</sup> Cf. *O Grupo CUF*, p. 6.

<sup>12</sup> Em rigor, na legislação comercial citada, o órgão superior de administração das sociedades anónimas era designado por Direcção e cada um dos seus membros por Director. Nesta comunicação são usadas as designações de Conselho de Administração e de Administrador para esse órgão social e seus membros, sendo as designações de Direcção e Director utilizadas para os níveis intermédios da hierarquia de gestão. Da mesma forma, é utilizada a designação Administrador-Delegado em vez de Gerente ou Director-Gerente.

<sup>13</sup> Cf. *Diário de Lisboa* de 12 de Novembro de 1865, pp. 2090-2091.

<sup>14</sup> Cf. Pedro Neves, *Grandes empresas portuguesas...*, p. 279.

<sup>15</sup> Cf. *Diário do Governo* n.º 175, de 6 de Agosto de 1883, pp. 1886-1887.

<sup>16</sup> Cf. *Relatório e contas relativo à gerência de 1872*, pp. 10-11.

<sup>17</sup> Sobre este assunto, veja-se Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva...*, pp. 143-144.

<sup>18</sup> Sobre o afastamento de Martin Weinstein da CUF, veja-se Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva...*, pp. 145-153.

<sup>19</sup> Cf. Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva...*, p. 105.

<sup>20</sup> Transcrita em Miguel Figueira de Faria, *Manuel de Mello .....*, p. 288.

<sup>21</sup> Cf. *Informação Interna CUF*, Outubro de 1969, p. 12.

<sup>22</sup> Tal prática pode ser constatada pela leitura dos Boletins de Informação Interna e dos Relatórios do Conselho de Administração.

<sup>23</sup> Ordem de Serviço n.º 160 de 24 de Fevereiro de 1964, *Informação Interna CUF*, Março de 1964, p. 2. À semelhança de outras alterações, também a criação da Comissão Executiva antecedeu a sua consagração na letra dos estatutos da companhia, a qual só se viria a verificar em 1971.

<sup>24</sup> Cf. *Relatório do Conselho de Administração. Ano de 1966*.

<sup>25</sup> Cf. *Informação Interna CUF*, Dezembro de 1970, p. 9.

<sup>26</sup> Cf. Estatutos de 1971 e Relatórios do Conselho de Administração.

<sup>27</sup> A este respeito, veja-se Richard Whittington e Richard Mayer, *The European Corporation. Strategy, structure, and social science*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

<sup>28</sup> Cf. Harrington Sena, *50 anos da CUF no Barreiro*. Lisboa, CUF, 1958. Sobre a nova orgânica do complexo do Barreiro, veja-se José Miguel Leal da Silva *et alia*, «Sobre o complexo da CUF ...».

<sup>29</sup> Ordem de Serviço n.º 107 de 16 de Maio de 1959.

<sup>30</sup> Cf. *Informação Interna CUF*, Dezembro de 1970, p. 7.

<sup>31</sup> O organigrama da companhia que resultou desta reorganização foi publicado em «Síntese», *Informação Interna CUF*, Suplemento 1972.



# Estratégia corporativa nas origens do Amoníaco Português?

*Manuel Ferreira Rodrigues\**

---

## 1 – Antecedentes

Em 1922, a Companhia Industrial Portuguesa (CIP) e a Sociedade Geral de Comércio (SG) solicitam o registo de patentes para o «fabrico de amoníaco sintético» (Barros, 1937: 272). Estamos perante dois pedidos surpreendentes. Antes de mais porque esse processo era de invenção e aplicação industrial muito recentes. Por outro lado, como bem viu João Martins Pereira (2005: 25), o fabrico de amoníaco sintético era «uma indústria intensiva em capital e energia, ambos escassos entre nós», como «era ainda muito limitado» o mercado nacional para adubos azotados, não obstante a procura crescente, depois da I Guerra Mundial.

De facto, a síntese do amoníaco, essencial para o fabrico de adubos azotados, fora descoberta, em 1909, pelo nobel da Química, Fritz Haber (1868-1934), e patenteada, em 1910, juntamente com Carl Bosch (1874-1940), vencedor do Nobel da Química, em 1931; em 1913, ano da publicação do relatório de Fritz Haber, tivera início a produção industrial, na fábrica da BASF de Oppau, nas

---

\* Universidade de Aveiro. Agradeço aos Engenheiros J. M. Leal da Silva, João de Mello, João Fugas e Amaro Nunes todo o apoio dispensado na consulta dos documentos do Arquivo da CUF.

proximidades de Ludwigshafen, Alemanha. Entretanto, o processo Haber-Bosh fora industrialmente aperfeiçoado, em segredo, até 1918, quando o químico francês Georges Claude (1870-1960), com os recursos da sua Société L'Air Liquide, em Montereau, realizava o primeiro equipamento para a síntese catalítica de amoníaco, sob a *hiperpressão* de 1000 atm. A partir de 1920, são ensaiados e desenvolvidos outros processos e registadas novas patentes para a síntese do amoníaco (Casale, Fauser, etc.) (Daumas, 1996, IV: 641-650).

A CIP foi criada em 1919 para a exploração da fábrica da Póvoa de Santa Iria, a mais antiga unidade de produção de ácido sulfúrico e de superfosfatos, em Portugal, tendo retomado a produção desse fertilizante em 1920, depois dos agitados anos da Grande Guerra (Espírito Santo e Saiote, 2004: 186 e Pereira, 2005: 25). A SG foi criada pela Companhia União Fabril (CUF) também em 1919, por proposta de Alfredo da Silva (Faria, 2004: 173). Não obstante as limitações impostas pelo «exílio auto-imposto», em Madrid e em Paris, entre 1921 e 1927 (*idem*: 185-197), Alfredo da Silva toma, nesse período, algumas das decisões «mais marcantes no seu longo percurso empresarial», de que se destacam: a intervenção na administração da Companhia Portuguesa do Congo, em 1920; a constituição da sociedade António Silva Gouveia, Lda., para os negócios nas colónias, em 1921; a entrada na banca, através do controlo da Casa Totta, nesse mesmo ano, «tornando-a o núcleo financeiro de suporte ao seu império industrial»; o aumento da frota da SG, através da compra de uma série de navios no estrangeiro, a partir de 1922; a constituição da Compañía Unión Fabril de Madrid, em 1923, e da Société Industries Chimiques CUF, em França (Faria, 2004: 187).

Todavia, não se conhecem pormenores sobre os propósitos dos pedidos da CIP e da SG. É possível que os diversos contactos e amizades de Alfredo da Silva, no estrangeiro, estejam na origem do pedido da SG; contudo, como mostrou João Martins Pereira, nenhuma das duas empresas estava vocacionada para se lançar num grande projecto industrial daquela natureza e dimensão: «tratava-se, pois, certamente apenas de uma tomada de posição para o futuro dos dois principais fabricantes de adubos químicos» (Pereira, 2005: 26).

A questão dos azotados é retomada em 1925, pelo ministro da Agricultura do 45.º governo, Manuel Gaspar Lemos, que cria uma comissão «encarregada de estudar, em geral, o modo de baratear os adubos químicos e, em especial, a viabilidade dos adubos azotados em Portugal» (*apud* Pereira, 2005: 27). O relatório entregue ao Ministro, e publicado três dias antes da sua saída do Governo, defende a adopção do processo Claude, da Société L'Air Liquide, então já instalado em vários países, e propõe a criação de uma ou mais fábricas para

a produção de adubos azotados «a preços muito inferiores aos de importação» (*ibidem*).

Pretendia o referido grupo de trabalho extinguir o défice cerealífero, favorecer a economia e a situação cambial do país e garantir a «independência nacional», alegando que cabia ao Estado «promover e assegurar sem demora, à semelhança do que avisadamente se tem feito noutros países, a produção de azotados» (*apud* Pereira, 2005: 28). A filosofia da substituição das importações terá ditado então o valor proposto da capacidade da produção em cada unidade: cerca de 5 t/dia de amoníaco, isto é, cerca de 6000 t/ano.

No ano seguinte, as discussões centraram-se no processo a adoptar, mas a conjuntura não favorecia o empreendimento nem a continuidade de alguns dos protagonistas, não obstante o contínuo crescimento de consumo de sulfato de amónio. Os valores conhecidos são eloquentes: em 1929, foram importadas 16 200 t desse fertilizante; cinco anos depois, o volume das importações cifrava-se em 50 000 t; em 1939, no início da II Guerra Mundial, atingia as 69 000 t (Dias Jr., 1945: 342 e Pereira, 2005: 31).

Depois de uma tentativa oficial, no início dos anos 30, os azotados regressam à agenda política e económica, nas vésperas da II Guerra Mundial, como refiro adiante.

## 2 – A SAPEC e a escolha de Estarreja

A necessidade de substituir as importações, num tempo em que os países produtores de azotados estavam em guerra, abriu o caminho às «novas indústrias», às «indústrias-base». Na verdade, a II Guerra Mundial tornou-se a decisiva «aliada» de J. N. Ferreira Dias Jr. (1900-1966), na sua «campanha de mostrar aos portugueses o caminho da indústria» (Dias Jr., 1945: 170). Entre os novos ramos propostos, o autor da *Linha de rumo* contava os azotados. De resto, mais do que as restantes «indústrias-base» propostas, a produção de adubos azotados constituía o ramo decisivo para enfraquecer as resistências do lóbi da «lavoura» ao seu programa industrializador, baseado no plano hidroeléctrico nacional. Por isso, afirmava: «Num país que é *principalmente agrícola* e que o apregoa todos os dias, a falta de uma indústria de adubos tão completa quanto possível sempre me pareceu defeito a pedir reflexão» (Dias Jr., 1945: 339).

Com efeito, após a tomada de posse como Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, em 28 de Agosto de 1940, Ferreira Dias Jr. chama para seu consultor em matéria de azotados o Eng. Gaspar Ramos, que fora o

secretário da comissão de 1925, e envia-o a França, para restabelecer contactos com a Société L'Air Liquide (Pereira, 2005: 34). Todavia, para a funda o da fábrica de Estarreja, o Ministro acabou por entender-se primeiramente, não com a empresa francesa nem com a CUF, mas com a SAPEC (Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques), que desde 1928 produzia superfosfatos, na Mitrena, Setúbal (Pereira, 2004: 35 e Nunes, 2004: 228).

Por que razões o fez? Segundo Ferreira Dias Jr., a iniciativa partira da SAPEC, «que se apresentou no gabinete, interessada no assunto, na altura em que ele começava a ser estudado (fim de 1940). Não sei explicar a coincidência. Acho que foi casual» (Pereira, 2005: 35). Talvez valha a pena lembrar que Manuel Teixeira de Queiroz, indivíduo ligado   SAPEC, e que viria a integrar o grupo de fundadores do Amon cio Português, fizera em 1938 um pedido para a produ o de azotados. Não foi possível saber que «razões e inten oes», como refere J. Martins Pereira (2005: 35, n. 58), estão na origem desse pedido, mas parece indiciar um interesse daquela empresa de capitais belgas na produ o de adubos em Portugal, de que, como se sabe, era grande importadora.

Para a implanta o das instala oes fabris, a SAPEC terá proposto a escolha de Estarreja. Ferreira Dias Jr. «aceitou, embora preferisse um local mais a norte, próximo do ponto 'onde se reúnem as redes das duas empresas fornecedoras de energia', a UEP, que explorava a central do Lindoso, e a CHENOP, da central da Varosa, no Douro» (Pereira, 2005: 35). Mesmo sem provas,   plausível admitir a existência de influências ou pressões locais. J. M. Leal da Silva infere, com base num rumor, que «a localiza o em Estarreja não terá sido alheia a diversos condicionantes políticos»: «Consta que o Conselheiro Albino dos Reis (1888-1983), natural de Oliveira de Azeméis e muito influente no distrito de Aveiro, exerceu nesse sentido forte pressão» (Silva, 2008). Todavia, a leitura da imprensa não permitiu confirmar essa hipótese.

Voltemos   SAPEC. O representante dos interesses dessa empresa, em Estarreja, era o engenheiro civil Gregório Correia Pinto Rola, que, entre 1915 e 1925, adquirira diversos terrenos no concelho de Albergaria-a-Velha — na freguesia da Branca, até 1923, e na de Ribeira de Fr goas, depois —, na qualidade de director da Companhia Mineira e Metalúrgica do Braçal, SARL. No final dos anos 30, esta empresa vende   SAPEC as suas minas do Palhal e do Braçal (Dias, 1993), no concelho de Albergaria-a-Velha, onde pretendia instalar, inicialmente, uma fábrica de cloro e soda cáustica, aproveitando para o efeito uma pequena barragem, no rio Caima. Por razões não averiguadas, a que não será estranha a vantagem do caminho-de-ferro, no final dessa década, a SAPEC desinteressa-se por Albergaria-a-Velha e procura estabelecer-se em

Estarreja, onde viria a produzir, no início dos anos 40, cloro e soda, além de ácido clorídrico e hipoclorito de sódio (*ibidem*).

De facto, em 7 de Maio de 1940, portanto, cerca de dois meses antes da tomada de posse de Ferreira Dias Jr., a SAPEC adquiriu, por escritura pública celebrada em Estarreja, quatro terrenos sitos na freguesia de Beduído, deste concelho, próximos do caminho-de-ferro e da Estrada Nacional [109] (not. Sousa, liv. 9-A, fls. 40-40 v.), num espaço contíguo àquele onde seriam erguidas as instalações do Amoníaco Português.

Em 9 de Abril do ano seguinte, a SAPEC pediu à Câmara Municipal de Estarreja alinhamento e licença para «vedar com muros de arame, na extensão de 1826 m, a sua propriedade, situada entre o caminho-de-ferro e a Estrada Nacional [...] da freguesia de Beduíno» (AME, 1941). Pedia ainda que lhe fossem cedidos «os terrenos dos caminhos de servidão interiores, na totalidade de 360 m<sup>2</sup>, das propriedades que adquirira por compra [...], para a construção de uma fábrica de soda cáustica, em troca de terreno que a mesma cede a esta câmara, por força do alinhamento, na parte norte, na totalidade de 6336 m<sup>2</sup>. Atendendo à «utilidade pública» do pedido, a direcção do município anuiu (*ibidem*). Estarreja interessava à SAPEC. Vejamos de que modo poderia ter interessado a Ferreira Dias Júnior.

De uma forma ou de outra, não obstante a informação fornecida por João Martins Pereira, a escolha de Estarreja não estava de todo em desacordo com as concepções do Ministro, no domínio da geografia industrial da sua estratégia política e económica. Ferreira Dias Jr. considerava que só havia «desvantagem em centralizar» as indústrias em Lisboa e Porto: «Sempre me pareceu que a indústria, salvo quando necessite da vizinhança de um grande porto, não deve amontoar-se naqueles dois centros ou *arredores imediatos* [sublinhado meu]; tenho como solução preferível que as maiores unidades fabris se encostem às vilas ou cidades de província, para lhes emprestarem um pouco da sua vida e receberem em troca as facilidades de mão-de-obra e todos os recursos que um aglomerado faculta». Para esclarecimento cabal, acrescentava que tinha «por fantasista a ideia de ruralizar a gente com a transferência da indústria para o campo, onde se reúnem com dificuldade os elementos essenciais», sublinhando que «os transportes, a água, a energia, a natureza do solo, os mercados, a densidade da população, condicionam a distribuição geográfica da indústria; não se lhe pode impor um preceito rígido de geometria» (Dias Jr., 1945: 166). Ora, Estarreja, tinha todas as condições geográficas para a instalação de uma unidade com aquelas características. Mesmo não conhecendo os pormenores da decisão



nem as relações entre as partes intervenientes, não parece difícil compreender as razões geoeconómicas da aceitação da sugestão (ou pressão) da SAPEC.

### 3 – Razões da criação do Amoníaco Português

Essa decisão conduz-nos à questão da atribuição de uma licença a uma empresa que nem sequer existia e que, depois de constituída a sociedade, provou, inicialmente, não ter viabilidade económica. Ou de outra forma: por que motivo Ferreira Dias Jr. não confiou à CUF a produção de azotados? Por que razão esteve na sua origem um organismo corporativo como a Federação Nacional dos Produtores de Trigo? Com que critérios técnicos e económicos foram licenciadas três entidades para a produção de amoníaco?

Por despacho do Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, de 22 de Julho de 1941 (*DR*, II série, 185, de 11-08-1941), é concedida à CUF «licença para a instalação de uma fábrica de sulfato de amónio, compreendendo a preparação de amoníaco sintético, a preparação do ácido sulfúrico pelo *processo de contacto* [*italico* meu], a saturação e as instalações acessórias», sob um conjunto de condições de que se destacam as seguintes: 1.<sup>a</sup> «A fábrica de amoníaco será localizada na região de Alferrarede, podendo a fábrica de ácido e saturação sê-lo ali ou no Barreiro, conforme convier à Companhia; 2.<sup>a</sup> A produção de hidrogénio será por via electrolítica e qualquer sistema de aquecimento em serviços acessórios, quando não seja eléctrico, será feito exclusivamente com combustíveis nacionais (carvão ou lenha); 3.<sup>a</sup> A capacidade de produção não excederá 25.000 toneladas anuais de sulfato de amónio, mas poderá subir a 30.000 se o consumo nacional exceder 90.000 toneladas por ano ou se, antes disso, não houver outras fábricas portuguesas capazes de assegurar esse consumo; 4.<sup>a</sup> O Governo concederá isenção de direitos ao material a importar para montagem destas instalações quando não possa ser economicamente obtido na indústria nacional dentro do prazo necessário.»

No referido diploma, é ainda concedida a Antoine Velge (então presidente do Conselho de Administração da SAPEC), a Marc Van Kelecom (administrador-delegado da mesma empresa), e a Manuel Teixeira de Queiroz uma licença nos mesmos termos e condições da anterior, com as seguintes diferenças: os requerentes, segundo a condição primeira, obrigavam-se «a constituir no prazo de cento e vinte dias uma sociedade *portuguesa* [*italico* meu], nos termos do art.º 3.º do Decreto n.º 27.994, de 26 de Agosto de 1937, com o capital mínimo de 36.000.000\$00». A condição terceira estipulava que a fábrica

de amoníaco deveria ser «localizada em Estarreja, podendo a fábrica de ácido e saturação sê-lo ali *ou em Setúbal* [*italico* meu], conforme convier à sociedade». A quinta condição fixava em 40 000 toneladas o limite máximo da produção anual de sulfato de amónio, portanto, mais 15 000 toneladas do que o limite imposto à CUF, podendo subir a 40 000 se o consumo nacional excedesse as referidas 90 000 toneladas por ano.

Uma terceira licença seria concedida, em 4 de Junho do ano seguinte, à Société L'Air Liquide, para a instalação de uma fábrica em Beja, com uma capacidade de 25 000 toneladas anuais, podendo atingir as 30 000 t (Dias, 1993: 3 e Pereira, 2005: 62).

Quatro meses depois, em 24 de Dezembro de 1941, foi constituída uma sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada Amoníaco Português, cujo objecto social era «o exercício da indústria de produtos químicos e, designadamente, a montagem e exploração de uma ou mais fábricas de amoníaco sintético, seus derivados e subprodutos» (DR, II série, 300, de 7-01-1942). O capital social cifrava-se em 36 000 000\$00, como determinava o despacho, embora apenas estivessem realizados, naquele momento, 25% da totalidade. Ficando o Estado com 49% do capital, o controlo da sociedade ficava nas mãos da SAPEC por acumulação dos 2% de Azeredo Perdigão, que foi eleito primeiro presidente do Conselho de Administração. Os restantes elementos eram Frédéric Jacob, Marc Pierre Marie Van Kelecom, João de Sousa Franco, Carlos Augusto Marques e Manuel Teixeira de Queiroz.

Segundo João Martins Pereira (2005: 36), em resposta a uma diligência de Henrique Linhares de Lima (1876-1953), no início dos anos 30, a CUF considerara que a ideia era inviável devido à escassa dimensão do mercado, não permitindo a escala económica para a unidade fabril, devido à carência de combustíveis nacionais para a obtenção de hidrogénio químico e, também, à necessidade de energia eléctrica a preço reduzidíssimo durante todo o ano, caso se escolhesse a via electrolítica, para além da concorrência dos produtores mundiais se, devido a protecção aduaneira, os azotados encarecessem.

Todavia, a CUF viria a ceder «aos desejos oficiais» no início da guerra. Mas havia uma razão estratégica para a cedência da CUF: o receio de que «a SAPEC lhe tomasse a dianteira na produção de azotados e isso viesse, no futuro, a dar-lhe uma posição preponderante no mercado adubeiro. Até porque, se fosse a única a arrancar com a indústria, era bem possível que F. Dias lhe concedesse o exclusivo por dez anos...» (*ibidem*). Ferreira Dias Jr., que sabia que a CUF tinha terrenos em Alferrarede, junto a Abrantes, no Vale do Tejo, acabou por

convencer Alfredo da Silva da viabilidade do seu plano com a promessa de energia barata, produzida na projectada central da CHEAA, em Belver (*ibidem*).

Estamos, pois, perante uma iniciativa estatal, determinada por uma estratégia industrial que, na falta de combustíveis fósseis, fora delineada em íntima conexão com o plano hidroeléctrico nacional. Concebendo «a energia eléctrica essencialmente como um meio para a realização de um fim — o fim industrial a que é destinada», afirmava, em 1944, que a própria construção ou linhas de transporte deveria «correr paralela com o desenvolvimento das instalações fabris» (Dias Jr., 1998: 79). Por essa razão, Ferreira Dias Jr. seleccionou a via electrolítica para a produção de hidrogénio — essencial para a síntese do amoníaco —, em Estarreja e Alferrarede (Silva, Gomes e Cruz, 2004: 265).

Três anos depois, Ferreira Dias Jr. (1945: 342-343) afirmava em jeito de balanço: «concederam-se quatro licenças para a fabricação de adubos azotados: três para sulfato de amónio, para a capacidade mínima de 90.000 toneladas anuais e máxima de 110.000, e uma para cianamida [...]. O caso dos nitratos não está expressamente tratado por se ter entendido que as fábricas de sulfato de amónio, dispendo de aparelhagem de base (síntese de amoníaco), poderão posteriormente, caso tenham interesse, requerer o complemento das suas unidades com instalações de oxidação de amoníaco, para prepararem o ácido nítrico e os nitratos. O mesmo problema se apresenta para os adubos compostos [...]».

Esta política de «impulso e coordenação» e «estímulo de iniciativas» encontrava a sua justificação política numa concepção corporativa da actividade económica. Noutra passagem, citando o Estatuto do Trabalho Nacional (1933) — «O Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social, determinando-lhe os objectivos» —, Ferreira Dias Jr. defende a organização corporativa «como fórmula económica», considerando que «a organização industrial a par com a criação de novas actividades é o complemento imprescindível da doutrina corporativa, porque lhe dá corpo, aumentará o material sobre que ela se aplica, sem o que esta não fará grandes progressos no campo económico como no social (Dias Jr., 1945, 286-288). Nessa linha de pensamento, via o condicionamento industrial — di-lo-ia em 1952, quando se iniciava a produção de amoníaco em Estarreja e em Alferrarede —, «não tanto pelo que ele significa como de protecção aos industriais estabelecidos, que nem sempre o merecem, mas pelo que ele vale como factor importantíssimo de fomento industrial» (Dias Jr., 1998: 158).

Sendo certo que «a verdadeira razão em que assentava o condicionamento industrial era a de limitar a concorrência» (Lopes, 1999: 395), ao permitir a produção de azotados, em Estarreja, não estaria Ferreira Dias Jr., «o grande

apóstolo da industrialização» (*ibidem*), a contrariar a filosofia política consagrada na Câmara Corporativa, onde se afirmava que «quem está tem o direito a continuar e a impedir que outros, sem instalações ainda e sem obrigações contraídas, o possam vir a prejudicar»? (*ibidem*). Estaria Ferreira Dias Jr. a tentar impedir que a CUF viesse a dispor de um poder técnico e económico («tentacular») capaz de questionar as orientações governamentais? Terá sido o receio de concentração de um muito elevado número de operários no Barreiro o factor oculto da decisão governamental? Teria ainda algo contra Alfredo da Silva, que o despedira da CUF, em 1927, onde trabalhara após a conclusão da licenciatura, devido a uma discordância com o Sr. Stinville? É difícil responder a estas perguntas. Mais tarde, referindo-se a esse episódio, aparentemente sem sombra de ressentimento, repartia as culpas. Se considerava o patrão da CUF um «impulsivo», não deixava de ver na sua atitude alguma precipitação: «eu era muito novo e muito senhor do meu nariz, nem sempre recebi com humildade o que me parecia injusto» (cf. Pereira, 2005: 65, n. 168). De resto, parece genuína a admiração que tinha por Alfredo da Silva. Em 1945, dizendo não ter «razões de queixa» dos «capitalistas» — sentia-se afrontado, isso sim, com o «vírus da prudência que anda no sangue da raça», com o «medo», manifestação da rotina —, elogiava, antes de qualquer outro, o grande industrial do Barreiro, perguntando: «Quem garantiu o êxito a Alfredo da Silva quando empreendeu a grande obra do Barreiro, a maior unidade industrial portuguesa, que dá hoje trabalho a 5000 pessoas?» (Dias Jr., 1998: 207-208).

#### **4 – Erros de estratégia e de gestão, nos primeiros dez anos**

Mercê de um largo feixe de razões, a primeira década de existência da sociedade Amoníaco Português foi muito atribulada, confirmando o que J. Silva Lopes (1999: 395) diz sobre o condicionamento industrial, no plano do conhecimento da realidade económica e empresarial: «Não havia bases técnicas para uma adequada avaliação económica e raramente se conhecia bem a situação do mercado, da capacidade instalada e da produção nas indústrias condicionadas, uma vez que faltavam os inquéritos industriais que na legislação inicial tinham sido considerados indispensáveis.»

A escassez de quadros técnicos qualificados, em todos os níveis, muito especialmente nos domínios da engenharia química e da gestão industrial, explicará os erros estratégicos e de gestão cometidos nos primeiros anos. Por exemplo, mesmo na CUF, só entre 1943 e 1947 é que se assiste à modernização

contabilística, período em que é admitida «uma geração de dez jovens engenheiros para o desempenho de funções estritamente técnicas» (Silva, Gomes e Cruz, 2004: 257 e Almeida, 2004). Noutra passagem, Leal da Silva, Gilberto Gomes e Isabel Cruz assinalam que, entre nós, «nos anos 50, a formação do engenheiro químico, com honrosas excepções que começavam a quebrar o *statu quo*, era ainda relativamente pobre em química dos processos e isso como consequência de um novelo de razões que, conjuntamente, enredava a tradição analítica e inorgânica das escolas, a falta de diálogo com a indústria (e a falta de indústria), a limitação dos laboratórios» (*idem*: 265). Por seu lado, João Martins Pereira (2005: 56-57) considera que no domínio da formação de «engenheiros de produção», Portugal até estava na dianteira, pois, foi um dos países europeus a introduzir, em meados dos anos 40, no ensino de «engenharia química», mais tarde denominada *Chemical engineering*, «uma nova disciplina que tem por objectivo a engenharia das ‘unidades de processo’». Esta metodologia foi desenvolvida pela empresa do norte-americano Arthur Dehon Little (1863-1935), fundada em 1886. Os engenheiros não eram muitos, mas o problema, segundo J. Martins Pereira, estava mais na inexistência de uma grande indústria química, com departamentos de investigação próprios», situação que explica a raridade entre nós da «engenharia de projecto», por exemplo, que tanto perturbou a fase de arranque da produção em Estarreja (*ibidem*). De resto, essa situação vinha de trás. Após a instauração da República, a situação era assim definida: «Much Chemistry fews chemists and even more rare laboratories» (Silva, 2006: 24).

Resta acrescentar que «a dificuldade de conceber o mercado como um mecanismo de selecção e a actividade empresarial como um processo de aprendizagem, em que o sucesso e a falência são inseparáveis» (Confraria, 1999: 622), explica a forma como Ferreira Dias Jr. delineou a produção de azotados. A sua política contribuiu para alimentar, no seio da CUF, a convicção de que o lançamento do Amoníaco Português mais não era do que um «mecanismo de controlo» da actividade adubeira. De resto, é desse modo que «a CUF reage negativamente aos desenvolvimentos subsequentes, como Estarreja III (que visava o fabrico de adubos complexos) e Estarreja IV (que entrava no campo da anilina – hoje um extraordinário sucesso industrial – e, então, no fabrico dos corantes azóicos, em associação com uma empresa japonesa) (Silva, 2008).

Como compreender o longo cortejo de amadorismo e de voluntarismo, de «erros» de estratégia, de engenharia e de gestão do Amoníaco Português, nos primeiros anos? Como compreender os «erros» de regulação oficial? Atentemos nos aspectos mais salientes que João Martins Pereira enumera.

A escolha e aquisição dos terrenos em Estarreja foi decidida sem «um levantamento do terreno nos aspectos hídrico e geológico», «sabendo-se que esta indústria utiliza quantidades consideráveis de água», como sublinhava, em 1944, muito desagradado o delegado do Governo. Seriam necessários dois anos e meio para se obterem essas informações (Pereira, 2005: 41-43). No domínio do vital fornecimento de electricidade, ao fim de quatro anos ainda não havia solução. Independentemente de ser ou não ser culpa do Amoníaco Português, «a verdade é que neste período não havia, de facto, condições suficientes para abastecer grandes unidades electroquímicas». Isso só aconteceria a partir de 1948 (*idem*: 45). Sem um qualquer plano global das instalações, sem um qualquer «programa técnico de instalação», só em 1943 a direcção da empresa menciona a necessidade de um engenheiro... Assim, apenas em 1945 é adjudicada a empreitada para a construção do (grandioso) edifício da síntese, ano em que, após a substituição de Azeredo Perdigão na presidência, é criada uma comissão de três engenheiros para estudar em definitivo a localização da fábrica de ácido sulfúrico (*idem*: 46-47 e 50-51). João Martins Pereira salienta ainda o facto de, durante todo este período, a empresa não ter tido «qualquer equipa técnica a ocupar-se seriamente das consultas, apreciações e discussão das propostas e apoio técnico geral à administração (excepto na área da engenharia civil) [...], sem falar dos problemas de interligação das unidades, que alguém tem de assegurar: projectar, calcular, fabricar e montar». Tudo o que se fez ficou a dever-se ao Eng. Kelecom e ao delegado do Governo, Areosa Feio! (*idem*: 48 e 50.) (Não parece ser por negligência ou perda de documentos que o Arquivo Municipal de Estarreja guarda projectos da fábrica posteriores a 1951). Tudo isto perante a impaciência do Ministro que, de forma voluntariosa, «queria que se produzisse sulfato de amónio no mais curto prazo de tempo [??], ainda que em pequena quantidade [??]» (interrogações de J. M. Pereira, 2005: 49).

Em 1946, o Amoníaco Português começa a sentir os primeiros problemas financeiros, sem poder contar com o contributo da SAPEC que se tinha desinteressado pela empresa (embora, no final, tenha sido a grande beneficiada com a produção de Estarreja). E então assistimos a sucessivos aumentos de capital (1944, 50 000 000\$00; 1949, 72 000 000\$00; 1954, 87 000 000\$00; 1957: 110 000 000\$00) que, mesmo assim, se mostram insuficientes para as necessidades., vendo-se obrigado o Estado, através de organismos corporativos, a subvencioná-la para assegurar a sua conclusão e a sua sobrevivência (cf. Pereira, 2005: 72n). Desse modo, o início da produção, inicialmente previsto em 1948, foi sendo sucessivamente adiado até 1952.

Entretanto, Daniel Barbosa (1909-1986), numa conferência em Estarreja, anuncia o licenciamento de uma quarta unidade: a Sociedade de Adubos de Portugal (SAP), que teria «as suas instalações prontas em fins de 1951 para o fabrico de nitrato e sulfato de amónio, nitrato de cálcio e sódio, e adubos do tipo nitro-cálcio» (*apud* Pereira, 2005: 61-62). Trata-se de mais uma medida antieconómica, sob qualquer ponto de vista. Na verdade, ao licenciar diversas fábricas, o Governo dispersava o fabrico de um mesmo produto, parecendo esquecer que a CUF dispunha de capital e fácil acesso ao crédito, sem precisar de estar permanentemente a aguardar decisões do Governo para resolver apertos de tesouraria (*idem*, 2005: 66).

## 5 – Palavras finais

Na verdade, como sublinha João Martins Pereira, é evidente, nas decisões do Governo, uma «desconfiança geral relativamente aos empresários privados nacionais, sem que isso significasse uma política deliberada de criação de empresas estatais (como sucedia então em Espanha e na Itália). Não é por acaso que Ferreira Dias entrega a folha-de-flandres à Firmy Francesa, que mal conhecia, e o amoníaco à SAPEC [...]. Em ambos os casos as coisas correram mal, acabando o Estado por ter de controlar as duas empresas, via organismos corporativos» (*idem*, 2005: 230).

Na origem dessa atitude parece estar, globalmente falando, uma crítica à «abulia industrial», ao medo do risco, à tibieza da iniciativa, ao «parasitismo» do empresariado português por parte dos engenheiros industrialistas do Estado Novo. Por essa razão, diz Fernando Rosas (1994: 89), esses engenheiros «definiam, no sentido rigoroso do termo, os ‘interesses objectivos’ do conjunto da burguesia industrial, eram os seus ‘intelectuais orgânicos’, preparavam-lhe o caminho». Todavia, se as críticas geralmente se dirigiam aos pequenos e médios empresários, como explicar a subvalorização de Alfredo da Silva? Devido ao pouco entusiasmo deste? Ou tão-só devido ao que Rosas denominou por «autoritarismo modernizante» desses engenheiros, que «viam no Estado forte e esclarecido a condição primeira do desenvolvimento económico do País» (*ibidem*). A resposta parece dá-la Nuno Luís Madureira (1998: 821-822), quando afirma que a organização corporativa se assemelha «a um *puzzle* confuso, com soluções improvisadas para cada caso, cada trajetória, combinando tutela directa com microcorporativismo e macrocorporativismo, estruturas concelhias com

estruturas distritais e nacionais, delegações de poderes de regulação económica com dirigismo dos ministérios».

Na verdade, os engenheiros — volto a recorrer a Fernando Rosas — estavam «vários passos adiante» do horizonte médio do empresariado, «viam para além dele e queriam impor, sobre ele, e, se necessário, contra ele e contra a mentalidade dominante que o informava, os verdadeiros interesses da indústria que coincidiam com os do País: a electrificação, o lançamento das indústrias de base e a reorganização industrial» (*ibidem*). O texto de concessão das licenças para a instalação das fábricas de sulfato de amónio corrobora a análise de Rosas. De facto, como sublinha J. Martins Pereira (2005: 34, 36-37), Ferreira Dias Jr. impõe ao país uma inovação tecnológica assinalável: «o processo de contacto para o ácido sulfúrico, ainda não introduzido entre nós».

Não obstante todas as informações reunidas, não é ainda possível responder à pergunta que encima esta comunicação. Na falta dos relatórios do delegado do Governo, que também João Martins Pereira não conseguiu localizar, só a correspondência entre os intervenientes no processo, ao longo de mais de uma década, poderá fazer luz sobre as razões próximas da decisão de instalação de uma fábrica de amoníaco em Estarreja. Por fim, importa sublinhar que estão igualmente por avaliar os custos económicos, políticos e sociais da dispersão geográfica das unidades licenciadas.

## **6 – Fontes e bibliografia**

### **6.1 – Fontes manuscritas**

#### **6.1.1 – Arquivo da CUF**

Estarreja, not. H. Albertino de Sousa, liv. 9-A.

#### **6.1.2 – Arquivo Municipal de Estarreja**

Actas das Sessões da Câmara Municipal de Estarreja, 1941-1952.  
Divisão de Obras Particulares, Processos de obras liquidados, n.<sup>os</sup> 373 e 374,  
1957-1958.



## 6.2 – Fontes impressas

- BARROS, Manuel Gaspar de (1937). *Porque não se fabricam adubos em Portugal?* Figueira da Foz: Tip. Popular.
- DIAS, Natércia (1993). *Breve cronologia das actividades de AP – Amoníaco Português até à criação da Quimigal (1941-1977)* (manuscrito transcrito pelo Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF, em Março de 1008).
- DIAS JR., J. N. Ferreira (1945). *Linha de rumo. Notas de economia portuguesa*, Vol. I. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- DIAS JR., J. N. Ferreira (1998). *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos (1926-1962)* (Introdução de J. M. Brandão de Brito). Lisboa: Banco de Portugal, ISBN: 972-9479-48-8.
- SILVA, Leal da (2008). *Testemunho escrito entregue em mão em 19 de Abril de 2008*.

## 6.3. Bibliografia

- ALMEIDA, José Maria Fernandes de (2004). «História da Informática», in Eduardo Beira e Manuel Heitor, *Memórias das tecnologias e dos sistemas de informação em Portugal*. Braga: s. n. ISBN: 972-99502-3-7. Disponível em [www: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/859>](https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/859).
- DAUMAS, Maurice (1996). *Histoire Générale des techniques*, vol. 4: *Les techniques de la civilisation de la civilisation industrielle: énergie et matériaux*. Paris, Quadrigue/Presses Universitaires de France, ISBN: 2-13-047864-6.
- CONFRARIA, João (1999). «Empresas», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII. Lisboa-Porto, Figueirinhas, ISBN: 972-661-159-8.
- ESPÍRITO SANTO, Paulo e SAIOTE, Vanda (2004). «A indústria química em Portugal. O fim do século XIX: a química de base e os adubos», in Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e M. Fernanda Rollo (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, Vol. II, Lisboa, Dom Quixote, ISBN: 972-20-2792-1.
- FARIA, Miguel Figueira (2004). *Alfredo da Silva. Biografia*. Lisboa, Bertrand Editora, ISBN: 972-25-1373-7.
- LOPES, J. Silva (1999). «Condicionamento Industrial», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa-Porto, Figueirinhas, ISBN: 972-661-159-8.

- MADUREIRA, Nuno Luís (1998). «O Estado, o Patronato e a Indústria», *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), pp. 777-822, ISSN: 0003-2573.
- NUNES, Clemente Pedro (2004). «Processos químicos em Portugal: o motor desconhecido da indústria portuguesa do século XX», in Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e M. Fernanda Rollo (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, Vol. III. Lisboa, Dom Quixote, ISBN: 972-20-2792-1.
- PEREIRA, Ana Isabel (2004). «A indústria química, a CUF e o complexo do Barreiro», in Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e M. Fernanda Rollo (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, vol. III, Lisboa, Dom Quixote, ISBN: 972-20-2792-1.
- PEREIRA, João Martins (2003). «Como entrou a siderurgia em Portugal», *Análise Social*, Vol. XXXVII (165), pp. 1159-1190, ISSN: 0003-2573.
- PEREIRA, João Martins (2005). *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965: adubos azotados e siderurgia*. Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais, ISBN: 972-671-147-9.
- ROSAS, Fernando (1994). «A 'Indústria Nacional'», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 7: Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa, Círculo de Leitores, ISBN: 972-42-0916-4.
- SILVA, José Miguel Leal da, GOMES, Gilberto e CRUZ, Isabel (2004). «Sobre o complexo industrial da CUF no Barreiro», in Manuel Heitor, J. M. Brandão de Brito e M. Fernanda Rollo (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, Vol. III, Lisboa, Dom Quixote. ISBN: 972-20-2792-1.
- SILVA, J. Ferreira da (2006). «The history of Chemistry in Portugal», in Isabel Malaquias, Ernesto Homburg e M. Elvira Calapez (ed.), *5th International Conference on History of Chemistry «Chemistry, Technology and Society. Proceedings*. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Química, ISBN: 972-99080-8-8.



# Industrialização ou Revolução Industrial em Portugal? Uma interpretação

*José Amado Mendes\**

---

## Introdução

Segundo vários autores, a Revolução Industrial, iniciada na Grã-Bretanha na segunda metade do século XVIII, só encontra paralelo, na História da Humanidade, na Revolução Neolítica, desencadeada há cerca de seis milénios e a partir da qual o homem começou a cultivar a terra, como meio privilegiado para o seu sustento. Entre muitos outros testemunhos que poderiam ser evocados, recordo os seguintes.

O historiador belga Pierre Lebrun, num importante colóquio sobre a temática, realizado em Lyon (1970), recordava:

«A revolução industrial – seis a quatro milénios após a revolução agrícola – introduz uma ruptura no ritmo da vida económica, *signal* de uma mudança de civilização. Esta será doravante fundada no primado da economia, da técnica e da ciência. A macromutação que instaura este primado é em primeiro lugar uma **revolução industrial**: uma invenção e uma adopção de máquinas, resultado de duas séries interdependentes e convergentes de actividades humanas: a do espírito técnico-científico e a do cálculo económico»<sup>1</sup>.

---

\* Universidade de Coimbra. Universidade Autónoma de Lisboa.

Pierre Léon, nas conclusões do mesmo colóquio, afirmava: «A industrialização é, entre outras, uma das manifestações mais célebres das sociedades contemporâneas, e mesmo da vida em sentido restrito»<sup>2</sup>. Por sua vez, o historiador inglês E. A. Wrigley, em estudo sobre a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, sublinha: «Por surpreendente ironia da historiografia moderna, a revolução industrial, cujo interesse intrínseco e importância a tornam o tópico de estudo mais estimulante entre todos os ‘grandes’ assuntos da história do desenvolvimento do mundo moderno, tem-se tornado um objecto fastidioso que continua fora do interesse e inconfortavelmente periférico à visão de muitos historiadores»<sup>3</sup>.

Não será aqui o local oportuno para explicar essa relativa indiferença por parte dos historiadores – ao invés do que sucede com os economistas –, relativamente ao estudo da Revolução Industrial. Por outro lado, como também já foi destacado em trabalho recente sobre a temática, «não há uma historiografia da Revolução Industrial, mas simplesmente historiografias de várias Revoluções Industriais, diferentemente concebidas e datadas. Os historiadores concebem a sua própria Revolução Industrial e, sob este ponto de vista, nós não somos diferentes dos outros. Mas, pelo menos, nós somos transparentes»<sup>4</sup>.

Em Portugal, do mesmo modo, o assunto não tem suscitado o interesse dos historiadores, como constatava Jaime Reis em 1987<sup>5</sup> – ou seja, há mais de duas décadas –, cuja situação, embora tendo melhorado um pouco, através de algumas investigações levadas a cabo, ainda não se alterou significativamente, como veremos mais à frente. Por isso, o trabalho que se segue, longe de pretender apresentar-se como um balanço exaustivo do que tem sido investigado e publicado, procura antes estimular o debate e lançar o repto aos investigadores, para que procurem iluminar, com novas investigações, um domínio da nossa história dos últimos dois séculos, ainda parcialmente envolto em penumbra.

## 1 – Revolução Industrial: ideia e realidade

Dada a relevância do fenómeno Revolução Industrial, por um lado, e o sucesso da própria expressão, por outro, não admira que os investigadores lhe tenham dedicado atenção, desde há cerca de dois séculos, e que continuem e façê-lo, na actualidade. Assim, por exemplo, enquanto George N. Clark publicou uma obra, aliás pioneira, em 1953, sobre *A Ideia de Revolução Industrial*<sup>6</sup>, há pouco tempo (2006) W. Hardy voltou ao assunto, no livro intitulado *As origens da Ideia de Revolução Industrial*<sup>7</sup>.

Uma perspectiva interessante apresentada por este autor diz respeito à análise de duas visões, diferentes, mas complementares: uma, a dos contemporâneos da própria revolução – escritores, jornalistas ou mesmo o homem comum –, que se apercebiam das profundas transformações que testemunhavam, mas cuja interpretação ainda lhes escapava, por lhes faltar a dimensão e perspectiva temporais.

A outra, a dos historiadores, quando se aperceberam que, de facto, sobretudo a partir das últimas décadas de Setecentos, se havia entrado numa nova era histórica, a época contemporânea, em termos políticos, mas também na sociedade industrial, com todas as consequências daí decorrentes.

Tem sido objecto de alguma controvérsia a origem da designação Revolução Industrial. Determinados autores referem que a mesma teria começado a aparecer nos anos de 1820, mas a sua paternidade tem sido atribuída, mais frequentemente, ao economista francês Jérôme Adolphe Blanqui, numa obra publicada em 1837<sup>8</sup>.

Todavia, sabemos hoje que a expressão é bem mais antiga, pois fora já usada em 1799, isto é, apenas dez anos depois da Revolução Francesa de 1789 e, muito provavelmente, por analogia com esta, dadas as profundas transformações por ambas provocadas. A propósito, sublinha David S. Landes:

«O que bem pode ter sido o primeiro uso do termo ‘Revolução Industrial’ data de 1799, quando o enviado a Berlim, com o nome alemão Otto, escreveu que este país tinha já entrado na revolução industrial. A expressão viria entretanto a ter maior divulgação, especialmente entre economistas políticos que, como N. Briavoinne, defendiam a ideia de que um certo número de países europeus tinha passado, ou estava em vias de passar, por transformações enormes e profundas que jamais se haviam verificado»<sup>9</sup>.

O conceito foi sendo usado ao longo do século XIX, defendendo certos autores que, se aquele teve origem em França, foi em Inglaterra que adquiriu conteúdo. Para tal contribuiu A. Toynbee, que dedicou uma obra à Revolução Industrial (1884). Já nos inícios do século XX (1906), tornou-se clássico o livro de P. Mantoux, sobre a *Revolução Industrial no século XVIII*<sup>10</sup>. Este autor teve o mérito de perspectivar a Revolução Industrial de forma ampla, focando desde o comércio e o financiamento à tecnologia, do operariado às consequências daquela, sob diversos pontos de vista.

Nas obras publicadas posteriormente – cuja lista é impossível aqui referenciar –, várias interpretações têm sido dadas, embora apresentem geralmente uma característica comum, ao perspectivarem a dita revolução de forma abrangente. Entre muitas outras, permito-me recordar apenas dois exemplos.

O historiador Claude Fohlen, na obra chamada *Qu'est-ce que la Révolution industrielle?*, indica dois factores que ajudam a explicar a Revolução Industrial: endógenos e exógenos.

Nos primeiros inclui:

- Técnica e tecnologia, invenção e inovação;
- Acumulação de capital e investimento;
- Crescimento da população;

Nos exógenos considera:

- Revolução agrícola;
- Crescimento da população;
- Função da educação;
- Acção do Estado<sup>11</sup>.

Pela sua abrangência, este modelo, em termos operacionais, ainda mantém certa actualidade. Também E. A. Wrigley, no estudo já citado, chama a atenção para a Revolução Industrial como um fenómeno: *cumulativo, progressivo e unitário*<sup>12</sup>.

Estudos mais recentes têm vinco a considerar aspectos interessantes, nomeadamente a cronologia e a cartografia.

Do ponto de vista da cronologia, tradicionalmente delimitava-se a Revolução Industrial inglesa no tempo curto, anos de 1770 – década de 1830. Outros autores, por seu lado, preferem adoptar uma perspectiva mais alargada, enquadrando-a numa evolução histórica que valoriza igualmente o que precedeu o período mais intenso daquela e o que se lhe seguiu. Assim, na obra intitulada *Making Sense of Industrial Revolution. English Economy and Society*, S. King & G. Timmins estudam o período de 1700 a 1850<sup>13</sup>.

P. Lebrun, reportando-se à Bélgica – o primeiro país do continente europeu a fazer a sua revolução industrial e, conseqüentemente, o segundo, após a Inglaterra a concretizá-la<sup>14</sup> –, propõe uma quádrupla periodização:

- Longa (séculos XI-XIX);
- Média (séculos XVI-XIX);
- Curta (meados do século XVIII a 1840);
- Ultra-curta (1798-1830)<sup>15</sup>. Esta periodização, ultracurta, foi privilegiada por Rostow, como é sabido<sup>16</sup>.

No que concerne à cartografia, tem sido posta em causa a perspectiva de enquadrar a Revolução Industrial apenas no quadro nacional, chamando-se a atenção para a contexto regional e local. Com efeito, não só houve grandes

diferenças no que concerne à incidência da dita revolução nas diversas regiões de cada país – recordem-se, por exemplo, os chamados *distritos industriais*, em Itália – como, em certos casos, a industrialização se processou em regiões transfronteiriças<sup>17</sup>.

Antes de concluir esta alínea, convirá responder à questão: afinal, o que deve entender-se por **Revolução Industrial**?

As respostas não são unânimes, dependendo da perspectiva adoptada: investimento, tecnologia, contributo para o produto nacional, ocupação percentual de mão-de-obra, etc. Assim, no que concerne à questão do investimento, W. Arthur Lewis afirma:

«Todos os países que estão agora relativamente desenvolvidos atravessaram, em alguma fase, no passado, um período de rápida aceleração, no decurso do qual a relação do investimento líquido anual [na indústria] passou de 5% ou menos para 12% ou mais. Isto é o que nós significamos por Revolução Industrial»<sup>18</sup>.

Outros autores associam a Revolução Industrial à utilização de uma nova forma de energia inanimada (o vapor), ao invés das energias humana e animal, predominantemente utilizadas em épocas anteriores.

Mas, se até aqui me referi apenas a Revolução Industrial, esclareço que seria mais correcto falar de Revoluções Industriais ou, se se preferir, de três fases da referida revolução. Mesmo não considerando a perspectiva de J. N. Nef – que falava de uma Revolução Industrial já no século xvii –, hoje é geralmente aceite que podemos falar de três Revoluções Industriais:

1.<sup>a</sup> Que remonta às últimas décadas do século xviii – embora, como já disse, haja divergências quanto à respectiva cronologia –, em Inglaterra, e se prolongou até finais de Oitocentos, e que, ao longo dos séculos xix e xx, viria a expandir-se a outros países, no continente europeu, primeiro, e de certo modo por todo o mundo, em seguida. Encontra-se intimamente ligada à máquina a vapor, patenteada por James Watt, em 1769, e teve como sectores líderes a indústria têxtil, a exploração mineira (carvão e ferro, sobretudo), a metalurgia e o caminho-de-ferro;

2.<sup>a</sup> De finais do século xix até meados do século xx, na qual a electricidade, o motor de combustão interna, os transportes motorizados e a indústria química desempenharam papel fulcral;

3.<sup>a</sup> Iniciada em meados do século passado e a ainda em curso; é a revolução da energia nuclear, das viagens interplanetárias e das novas tecnologias, com destaque para a informática, a Internet e as telecomunicações, via satélite, e do transporte aéreo. Apenas obras recentes começaram a referir-se-lhe, como,



por exemplo, Thomas K. McCraw, em *Criando o capitalismo moderno. Como empreendedores, companhias e países triunfaram em três Revoluções Industriais*<sup>19</sup>. Nos anos de 1970, nas actas do referido Colóquio de Lyon, ou Armando Castro, na sua obra *A Revolução Industrial em Portugal*<sup>20</sup>, ainda só aludiam à 1.ª e à 2.ª Revolução Industrial.

Em suma: não obstante algumas objecções relativamente à adequação da expressão *Revolução Industrial* (terá sido mesmo uma «Revolução»? Porquê «Industrial», quando se sabe que abrangeu todos os outros sectores: agricultura, comércio e serviços, vida doméstica, quotidiano, cultura, economia, sociedade?), o certo é que ela tem tido grande sucesso, mantendo-se em pleno uso – não só por investigadores como também por escritores e pela comunicação social –, sendo mesmo difícil escapa-lhe, apesar de já se ter proposto um sucedâneo, ou seja, o termo *industrialização*. De certo modo, a Revolução Industrial foi uma espécie de porta de entrada da civilização na chamada «sociedade industrial», conceito que já foi considerado o mais importante da nossa época<sup>21</sup>.

## **2 – Industrialização: significado e amplitude**

Não foi por acaso que o Colóquio anteriormente referido (França, Lyon, 7-10 de Outubro de 1970, assim como este que estamos a realizar) teve por objecto *A industrialização [na Europa no século XIX. Cartografia e tipologia]* e não a Revolução Industrial. É que esta designação, a despeito do sucesso já referido, tem vindo a ser alvo de objecções, sobretudo acerca do seu uso indiscriminado e da sua aplicação a realidades históricas muito diversas.

Na realidade, se a sua aplicação ao caso britânico tem sido amplamente aceite – o mesmo se poderia dizer quanto à Bélgica e talvez até ao Japão – após a era do Meiji, iniciada em 1868 –, já em relação a vários outros países não parece adequada, não só pela menor intensidade do fenómeno, como também devido ao seu prolongamento por um período mais dilatado, sem a existência de um verdadeiro *take-off* ou descolagem.

Dada a sua natureza problemática, a questão não poderia deixar de ser focada no mencionado colóquio de Lyon. Foi-o, efectivamente, por intermédio de Jean Maillet, que chamou a atenção para a necessidade de definir o conceito *industrialização*, tanto mais que o mesmo é susceptível de diversas interpretações. Assim, declarava aquele investigador:

«Se se tratar de uma interpretação ‘extensiva’, a industrialização pode ser equiparada ao desenvolvimento económico em geral; para outros, a industrialização deve antes ser entendida como a evolução mais significativa de um sector industrial, mais voltada globalmente para o conjunto de um país ou mesmo de um grupo de países; para outros, enfim [...], trata-se da industrialização compreendida como ‘evolução industrial’, com tudo o que isso comporta, de uma região limitada ou de uma localidade determinada»<sup>22</sup>.

Fernand Braudel, em obra publicada pouco depois (1979), referia-se à discussão travada deste modo:

«E o problema não se apresentou de forma simples senão quando, no âmbito do referido colóquio, se substituiu a expressão *Revolução Industrial* pela palavra **neutra** de *industrialização*, finalmente tão complexa<sup>23</sup>. Eu estou preocupado por não ter ainda sido esclarecido o que se entende por *industrialização*, exclamava Jacques Bertin. É o caminho-de-ferro, o algodão, o carvão, a metalurgia, o gás de iluminação, o pão branco?». E acrescenta F. Braudel:

«Eu responderia, de boa vontade: a lista é demasiado breve; a industrialização, como a Revolução Industrial, coloca tudo em causa, sociedade, economia, estruturas políticas, opinião pública, e tudo o resto. [...] A Revolução Industrial, que vai revolucionar a Inglaterra, depois o mundo inteiro, não é, em nenhum momento do seu percurso, um assunto bem delimitado, mas apenas um feixe de problemas dados, num determinado espaço e num tempo dado»<sup>24</sup>. Pouco depois, o autor acrescenta que, «no conjunto da Revolução [Industrial], ela desencadeia uma série de ‘revoluções’ particulares, na agricultura, na demografia, nos transportes internos, na técnica, no comércio, na indústria [...]»<sup>25</sup>.

Concluindo, no que concerne ao conceito em análise, nota P. Lebrun: «A industrialização de uma determinada economia significa o crescimento da parte – medida de uma forma ou de outra – do ‘sector industrial’ nessa economia. Nesta concepção, a industrialização não designa senão a «secundarização» no sentido Fisher-Clark, isto é, o crescimento da parte do sector secundário com o qual é identificado o sector industrial»<sup>26</sup>. Industrialização também é entendida como sinónimo de modernização. Assim a entendia Eça de Queirós em carta de Fradique Mendes, escandalizado com a eventual ‘industrialização’ dos lugares santos:

«Ora, locomotivas manobrando pela Judeia e Galileia, com a sua materialidade de carvão e ferro, o seu desenvolvimento inevitável de hotéis, ónibus, bilhares e bicos de gás, destroem irremediavelmente o poder emotivo da Terra dos Milagres, porque a *modernizam*, a *industrializam*, a banalizam...»<sup>27</sup>

Vamos, agora, ao caso português.

### 3 – Revolução Industrial/industrialização em Portugal

**3.1 – Imprecisão e escassez de definições.** Os investigadores portugueses, além da reduzida atenção que têm dedicado à história da industrialização no país – como já sublinhei –, menos se têm preocupado, ainda, com questões de conceptualização e terminologia. Daí encontrarmos algumas incongruências, contradições ou, no mínimo, desfasamentos, em textos publicados. Vejamos alguns exemplos.

Armando Castro, ao reeditar, em 1971, uma obra inicialmente publicada em 1947 – sob o título *Introdução ao estudo da Economia Portuguesa (Fim do Século XVIII a princípios do Século XIX)* –, atribui-lhe um novo título: *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*. Todavia, ao longo do texto, embora aludindo à aplicação das conquistas da Revolução Industrial, também se refere ao «fraqüíssimo desenvolvimento industrial», concluindo: «Portugal não é nem nunca foi um país industrializado, mas nem por isso se pode negar o progresso da indústria e do capitalismo em geral»<sup>28</sup>

Jaime Reis e Pedro Lains elaboraram índices industriais, de grande utilidade, relativos à segunda metade de Oitocentos e início de Novecentos, cobrindo, respectivamente, os anos de 1870-1913/1914 e 1850-1910. Jaime Reis constata que o crescimento industrial sustentado não é um fenómeno do século xx, pois vem já do século xix. «Além disso, durante essa fase inicial de industrialização, não se pode sequer dizer que o ritmo a que se deu esse crescimento foi modesto», já que «a taxa de crescimento tendencial variou entre 2,5% e 2,8%», refutando a perspectiva (defendida, por exemplo, por Miriam Halpern Pereira), ao afirmar: «a ideia de que a agricultura era o sector ‘dinâmico’ da economia não tem qualquer fundamento no que respeita ao período após 1870»<sup>29</sup>.

Por seu turno, Pedro Lains chega a conclusões não muito diferentes, para o período estudado, sublinhando: «As taxas de crescimento em termos reais do valor acrescentado na indústria portuguesa, entre 1850 e 1910, que caem no intervalo entre 2,5% e 3,2%, são semelhantes às taxas de crescimento do produto industrial, as quais caem no intervalo ente 2,3% e 2,9%»<sup>30</sup>

Ora, os dados apresentados e as ilações que deles se podem tirar dificilmente se harmonizam com a perspectiva de César das Neves, ao afirmar, taxativamente: «Sendo um país periférico e pequeno, *Portugal começou o seu processo de industrialização em meados do século XX*». E, mais adiante, acrescenta: «O país entrou numa clara ‘descolagem’ depois de 1950, registando, no entanto, duas recessões significativas, uma em meados dos anos 70 e outra em meados de 80. O produto real foi multiplicado pelo factor 7 de 1945 a 1992»<sup>31</sup>.

O autor integra o referido desenvolvimento na primeira parte da «idade de ouro da economia portuguesa», de 1959 a 1974<sup>32</sup>. Como o autor fala de «um claro surto de industrialização depois de 1930»<sup>33</sup>, dá a entender que distingue este processo do da evolução registada nos anos 50-60, o qual, inclusive com a «descolagem» de que fala, se teria aproximado mais do conceito de Revolução Industrial, embora tal não seja dito expressamente.

**3.2 – Proposta de interpretação.** Na sequência do referido anteriormente, considero o conceito de industrialização como equivalente ao de desenvolvimento industrial, no sentido moderno do termo, isto é, a utilização de energias e tecnologias, disponibilizadas graças à Revolução Industrial e na sequência desta, bem como com métodos de gestão e organização adequados.

Nesse sentido, Portugal começou a industrializar-se, embora de forma muito lenta, com a introdução da máquina a vapor em Alcântara, em 1821. Contrariamente ao que se tem afirmado e repetido – inclusive em obras recentes –, como no *Dicionário de História de Portugal*<sup>34</sup>, na citada obra de Armando Castro<sup>35</sup> e na *História Económica de Portugal*<sup>36</sup>, não foi em 1835, mas sim naquele ano, de 1821, que a referida tecnologia, característica da 1.<sup>a</sup> Revolução Industrial, chegou ao nosso País. Sabíamos-lo há vários anos<sup>37</sup> mas, presentemente, dispomos de informação mais completa sobre o assunto, graças à elucidativa obra de António Estácio dos Reis<sup>38</sup>.

Saliente-se, no entanto, que a introdução dessa tecnologia inovadora teve uma difusão lenta, pois em 1850 ainda só havia no país umas setenta máquinas a vapor. A industrialização prosseguiu na segunda metade de Oitocentos, particularmente em certas zonas do País, entre as quais se contam algumas delas no Alentejo – como têm mostrado trabalhos, por exemplo, de Hélder Fonseca, Paulo Guimarães e Ana Maria Cardoso de Matos –, Marinha Grande, Covilhã, distritos de Aveiro e do Porto e Vale do Ave.

Essa industrialização revestiu-se, contudo, de características dignas de nota, para além do seu carácter lento e tardio. Ao invés do que se verificou na Inglaterra e na Bélgica, com a 1.<sup>a</sup> Revolução Industrial, uma parte considerável da dita industrialização não se fez com recurso à máquina a vapor, mas sim à energia hidráulica, devido aos abundantes recursos hídricos em determinadas zonas, como nas faldas da Serra da Estrela, com destaque para a Covilhã, e no Vale do Ave<sup>39</sup>.

Além destes recursos, o aperfeiçoamento da tecnologia da roda hidráulica, primeiro, e da turbina, depois, fez com que a força motriz da água tivesse

desempenhado um papel notável, como também sucedeu, por exemplo, em certas áreas dos Estados Unidos da América.

Uma outra particularidade, igualmente interessante, foi a sobreposição entre inovações e tecnologias da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Revoluções Industriais, nomeadamente o vapor e a electricidade<sup>40</sup>. No Vale do Ave esse fenómeno também se verificou de forma muito evidente<sup>41</sup>. Assim, para se avaliar o ritmo e a intensidade da industrialização não basta atender, sem mais, ao indicador constituído pela utilização de máquinas a vapor e sua potência.

A industrialização prosseguiu na transição do século XIX para o século XX, em alguns casos de forma bastante intensa. Como exemplos podem citar-se a indústria vidreira, na Marinha Grande, e o Barreiro, após a instalação da CUF e da construção das diversas unidades industriais, a partir de 1908, cujo centenário nos encontramos a comemorar. Em 1950, a CUF ocupava, na sua nova «colónia» industrial no Barreiro – para empregar a conhecida expressão usada na Catalunha – à volta de 10 000 pessoas<sup>42</sup>.

Durante o Estado Novo, o condicionamento industrial, estudado por José Maria Brandão de Brito<sup>43</sup> e as preferências agraristas de alguns responsáveis máximos do regime político, como tem sido sublinhado por vários autores<sup>44</sup>, contribuíram para que o crescimento industrial fosse moderado, até aos anos 50, não obstante o «combate» tenaz travado por alguns, com destaque para Ferreira Dias e Ezequiel de Campos<sup>45</sup>.

Portanto, Portugal foi-se industrializando – Manuel Lisboa fala da «industrialização possível»<sup>46</sup> –, mas não chegou nunca a fazer a sua Revolução Industrial, se considerarmos o País na sua globalidade. Ainda assim, quando mais se terá aproximado desse desiderato, foi nas últimas décadas de Oitocentos e nas de 1950-1960, com se disse já.

Todavia, se considerarmos certas áreas específicas – o caso do Barreiro pode considerar-se paradigmático, desse ponto de vista –, não há dúvida que a intensidade, a aceleração e a concentração do processo industrial permitem afirmar que, nesses casos concretos, se concretizou um modelo de desenvolvimento que se pode classificar como Revolução Industrial.

## Conclusão

De forma telegráfica, proponho alguns caminhos que, entre outros, deveriam ser seguidos em posteriores investigações.

a) Dedicar maior atenção ao quadro regional e local; neste âmbito, já temos exemplos revelando bons resultados (os já referidos investigadores, no Sul; Alda Mourão, António Rafael Amaro, Manuel Ferreira Rodrigues e eu próprio, no Centro, nos distritos de Leiria, Viseu, Aveiro e Coimbra, respectivamente; trabalhos de Mestrado e outros elaborados na Faculdade de Letras do Porto, sob a orientação de Fernando de Sousa e Jorge Alves, na Faculdade de Letras de Lisboa e no Instituto de Ciências Sociais). Recordar-se, igualmente, o sucesso da investigação italiana, no que concerne aos chamados *distritos industriais*.

b) Estudar sectores industriais específicos, com destaque para as localidades de maior representatividade dos mesmos.

c) Desenvolver a história empresarial – de empresas, na sua pluralidade, e empresários –, de modo a que estes factores deixem de ser considerados apenas como «residuais». Em última análise, a decisão de instalar, ou não, determinada fábrica, num determinado local, é da responsabilidade do empresário/investidor, assim como o seu desenvolvimento e sucesso – ou insucesso – são impensáveis sem a mão-de-obra, de qualificação e qualidade diferenciada.

d) Ainda deste ponto de vista, urge colmatar o desfazamento entre, por um lado, a investigação que vai sendo feita – embora alguma por amadores ou outros profissionais, com deficiente preparação no domínio da pesquisa histórica – e a carência de formação especializada, quase ausente das universidades, salvo uma ou outra excepção. Trata-se, aliás, de uma lacuna também constatada em muitos outros países.

e) Evidentemente que urge também aprofundar relações de cooperação entre investigadores e responsáveis pelas empresas industriais, de modo a que os arquivos possam ser salvaguardados – dentro do possível –, abertos e disponibilizados, para efeitos de investigação histórica.

## Notas

<sup>1</sup> Pierre Léon, François Crouzet e Richard Gascon (dir.), *L'Industrialisation en Europe au XIX siècle. Cartographie et typologie*. Lyon, 7-10 Octobre 1970, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1972, p. 143 (negrito meu). Como nas restantes citações, a partir de língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 596.

<sup>3</sup> E. A. Wrigley, *Continuity, chance and change. The character of the industrial revolution in England*, reimpr., Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 2.

<sup>4</sup> Steven King & Geoffrey Timmins, *Making sense of the Industrial Revolution. English Economy and Society 1700-1850*, Manchester-Nova Iorque, Manchester University Press, 2001, p. 29.

<sup>5</sup> Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», *Análise Social*, vol. xxiii (96), 1987-2.º, p. 207.

<sup>6</sup> George Norman Clark, *The Idea of the Industrial Revolution*, Glasgow, Jacson, Son & Company, 1953.

<sup>7</sup> William Hardy, *The Origins of Idea of the Industrial Revolution*, Victoria-Canadá, Trafford Publishing, 2006.

<sup>8</sup> José Amado Mendes, *A Área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 20-21 e nota 89.

<sup>9</sup> David S. Landes, «The Fable of the Dead Horse; or, the Industrial Revolution Revisited», Joel Mokir (ed.), *The British Industrial Revolution. An Economic Perspective*, 2.ª ed., Oxford, Westview Press, 1999, pp. 128-129 e notas 1 e 2.

<sup>10</sup> Paul Mantoux, *La Révolution Industrielle au XVIIIe siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre*. Prefácio de T. S. Ashton, Paris, Ed. Gérin, 1073 (1.ª ed., 1906).

<sup>11</sup> Claude Fohlen, *Qu'est-ce que la Révolution Industrielle ?*, Paris, R. Lafont, 1971.

<sup>12</sup> E. A. Wrigley, *op. cit.*, p. 3.

<sup>13</sup> S. King e G. Timmins, *op. cit.*

<sup>14</sup> Ver, sobre o assunto, Pierre Lebrun *et. al.*, *Histoire quantitative et développement de la Belgique*, II, 1 : *Essai sur la Révolution Industrielle en Belgique, 1770-1847*, Bruxelas, Palais des Académies, 1979 ; *idem*, II, 2 : Anne Van Neck, *Les débuts de la machine à vapeur dans l'industrie belge. 1800-1850*, Bruxelas, Palais des Académies, 1979.

<sup>15</sup> P. Lebrun, «L' industrialisation en Belgique au XIXe siècle. Première approche et premiers résultats», P. Léon, F. Crouzet e R. Gascon (dir.), *op. cit.*, p. 144.

<sup>16</sup> W. W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento económico (Um manifesto comunista)* (trad. do inglês), 5.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

<sup>17</sup> Ver S. King e G. Timmins, *op. cit.*, pp. 34-35.

<sup>18</sup> W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth*, 12.ª reimpr., Londres-Boston-Sydney, George Allen & Unwin, 1978, p. 208.

<sup>19</sup> Versão em inglês, Harvard Univesity Press, 3.ª reimpr., 2000, pp. 13-15.

<sup>20</sup> Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 3.ª ed., Porto, Ed. Limiar, 1976.

<sup>21</sup> Raymond Aron, *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* (trad. do francês), São Paulo-Lisboa, Martins Fontes/Editorial Presença, 1981, p. 39.

<sup>22</sup> P. Léon, F. Crouzet e R. Gascon, *op. cit.*, p. 71.

<sup>23</sup> Itálico e negrito meus.

<sup>24</sup> Fernando Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, t. 3 : *Le temps du monde*, Paris, Armand Colin, 1979, p. 481.

- <sup>25</sup> *Idem*, p. 482.
- <sup>26</sup> P. Léon, F. Crouzet e R. Gascon, *op. cit.*, p. 142.
- <sup>27</sup> Eça de Queiroz, *Obras completas. A Correspondência de Fradique Mendes*, col. «Obras de Eça de Queiroz», vol. 7, Lisboa, Ed. «Livros do Brasil», 2000, p. 188 (itálico meu).
- <sup>28</sup> A. Castro, *op. cit.*, pp. 28, 39 e 154.
- <sup>29</sup> Jaime Reis, *op. cit.*, pp. 212-213.
- <sup>30</sup> Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento económico e comércio externo. 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, p. 192.
- <sup>31</sup> João L. César das Neves, «O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global», *Análise Social*, 4.<sup>a</sup> série, vol. xxix, n.º 128, 1994-4.º, pp. 1005 e 1008 (itálico meu).
- <sup>32</sup> J. L. César das Neves, *idem*, p. 1011.
- <sup>33</sup> J. L. César das Neves, *idem*, p. 1012.
- <sup>34</sup> Joel Serrão, «VAPOR, MÁQUINA DE», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. iv, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 247.
- <sup>35</sup> Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, p. 27.
- <sup>36</sup> Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal. 1700-2000*, vol. II: *O Século XIX*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais, 2005, p. 267.
- <sup>37</sup> José Amado Mendes, «A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo», *Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, n.º 7, Abril-Junho de 1985, p. 23-32.
- <sup>38</sup> António Estácio dos Reis, *Gaspar Marques e a Máquina a Vapor. Sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha/Edições Culturais da Marinha, 2006. Ver a recensão crítica que fiz a esta obra, nos *Anais. Série História* (Universidade Autónoma de Lisboa), vols. XI-XII, 2007-2008, pp. 289-294.
- <sup>39</sup> José Amado Mendes, «A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional», José Amado Mendes e Isabel Fernandes (coord.), *Património Industrial no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, pp. 12-35.
- <sup>40</sup> A electricidade – classificada por Fernando Pessoa como os «nervos doentes da matéria» («Ode Triunfal», *Obras de Fernando Pessoa. Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa, Clássica Editora, 1993, p. 134)–, que começou a aparecer em força na Exposição Universal de Paris de 1900, veio a revelar-se como uma das inovações mais extraordinárias da Humanidade, a qual marcou indelevelmente a civilização do século XX e continua a ocupar lugar de relevo no século XXI.
- <sup>41</sup> J. Amado Mendes, *op. cit.* supra (nota 39).
- <sup>42</sup> Embora estejamos longe de conhecer, em profundidade, a História da CUF e do respectivo Grupo, têm vindo a lume alguns trabalhos, cuja consulta é da maior utilidade, nomeadamente: Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004; Miguel Figueira de Faria, *Manuel de Mello. Biografia*, Lisboa, Edições INAPA, 2007; Augusto Cabrita, *Na outra Margem. O Barreiro nos Anos 40-60*. Textos de Joaquim Aguiar, Gilberto Gomes e Jorge Calado, Lisboa, CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S. A./Grupo José de Mello, 1999; João Martins Pereira, *Para a História da Indústria em Portugal. 1942-1965. Adubos azotados e siderurgia*, Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais, 2005. António Camarão, António Sardinha Pereira e José Miguel Leal da Silva (coord.), *100 da CUF. A Fábrica no Barreiro*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 2008; Jorge Morais, *Rua do Ácido Sulfúrico. Patrões e Operários: um olhar sobre a CUF no Barreiro*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 2008;
- <sup>43</sup> José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965. O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989. Recorde-se que o controle estatal sobre as empresas não foi exercido apenas através do referido «condicionamento industrial», mas também por meios menos transparentes e de carácter essencialmente ideológico, a cargo da polícia política, como acaba de ser divulgado, em obra há pouco publicada (Filipe S. Fernandes e Luís Villalobos, *Negócios vigiados. As ligações das empresas e dos empresários à PIDE*, Lisboa, Oficina do Livro, 2008).



<sup>44</sup> Ver, sobre a temática, José Amado Mendes, «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento», *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 187-230.

<sup>45</sup> Entre outros estudos sobre a temática, ver: Romeu Costa Freis e Manuel Rendeiro Júnior, «Capitalismo, fascismo e indústria. O Estado Novo e o 'caminho da indústria'», *História*, n.º 10, Agosto de 1979, pp. 64-76; *idem*, «Capitalismo, fascismo e indústria. A industrialização em Portugal: de Salazar a Caetano», *História*, n.º 11, Setembro de 1979, pp. 68-73; João Ferrão e A. Mendes Baptista, «Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal», *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 7, 1989, pp. 43-64. Para uma visão de conjunto, sobre a temática ao longo da História de Portugal, pode recorrer-se à leitura da obra de Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes, *História da Indústria em Portugal. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América/Associação Industrial Portuense, 1999.

<sup>46</sup> Manuel Lisboa, *A indústria portuguesa e os seus dirigentes. Crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*, Lisboa, Ed. Educa, 2002, pp. 89-239.

**Bibliografia**

- ARON, Raymond, *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* (trad. do francês), São Paulo-Lisboa, Martins Fontes/Editorial Presença, 1981, p. 39.
- Augusto Cabrita. *Na outra Margem. O Barreiro nos Anos 40-60*. Textos de Joaquim Aguiar, Gilberto Gomes e Jorge Calado, Lisboa, CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S. A./Grupo José de Mello, 1999.
- BRAUDEL, Fernando, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, t. 3 : *Le temps du monde*, Paris, Armand Colin, 1979.
- BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965. O Condicionamento Industrial)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CAMARÃO, António, PEREIRA, António Sardinha e SILVA, José Miguel Leal da (coord.), *100 da CUF. A Fábrica no Barreiro*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 2008.
- CASTRO, Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 3.<sup>a</sup> ed., Porto, Ed. Limiar, 1976.
- CLARK, George Norman, *The Idea of the Industrial Revolution*, Glasgow, Jacson, Son & Company, 1953.
- FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004.
- FARIA, Miguel Figueira de, *Manuel de Mello. Biografia*, Lisboa, Edições INAPA, 2007.
- FERNANDES, Filipe S. Fernandes e VILLALOBOS, Luís, *Negócios vigiados. As ligações das empresas e dos empresários à PIDE*, Lisboa, Oficina do Livro, 2008.
- FERRÃO, João e BAPTISTA, A. Mendes, «Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal», *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 7, 1989, pp. 43-64.
- FOHLEN, Claude, *Qu'est-ce que la Révolution Industrielle ?*, Paris, R. Lafont, 1971.
- FREIS, Romeu Costa e RENDEIRO Júnior, Manuel, «Capitalismo, fascismo e indústria. O Estado Novo e o 'caminho da indústria'», *História*, n.º 10, Agosto de 1979, pp. 64-76; *idem*, «Capitalismo, fascismo e indústria. A industrialização em Portugal: de Salazar a Caetano», *História*, n.º 11, Setembro de 1979, pp. 68-73.
- HARDY, William, *The Origins of Idea of the Industrial Revolution*, Victoria-Canadá, Trafford Publishing, 2006.

- KING, Steven & TIMMINS, Geoffrey, *Making sense of the Industrial Revolution. English Economy and Society 1700-1850*, Manchester-Nova Iorque, Manchester University Press, 2001, p. 29.
- LAINS, Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento económico e comércio externo. 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal. 1700-2000*, vol. II: *O Século XIX*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais, 2005, p. 267.
- LANDES, David S., «The Fable of the Dead Horse; or, the Industrial Revolution Revisited», Joel Mokir (ed.), *The British Industrial Revolution. An Economic Perspective*, 2.<sup>a</sup> ed., Oxford, Westview Press, 1999, p. 128-129.
- LEBRUN, Pierre *et. al.*, *Histoire quantitative et développement de la Belgique*, II, 1 : *Essai sur la Révolution Industrielle en Belgique, 1770-1847*, Bruxelles , Palais des Académies, 1979; *idem*, II, 2 : Anne Van Neck, *Les débuts de la machine à vapeur dans l'industrie belge. 1800-1850*, Bruxelles, Palais des Académies, 1979.
- LEBRUN, «L'industrialisation en Belgique au XIXe siècle. Première approche et premiers résultats», LÉON, P., CROUZET, F. GASCON, R. (dir.), *L'Industrialisation en Europe au XIX siècle. Cartographie et typologie. Lyon, 7-10 Octobre 1970*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1972, pp. 141-200.
- LÉON, Léon, CROUZET, François e GASCON, Richard (dir.), *L'Industrialisation en Europe au XIX siècle. Cartographie et typologie. Lyon, 7-10 Octobre 1970*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1972.
- LEWIS, W. Arthur, *The Theory of Economic Growth*, 12.<sup>a</sup> reimp., Londres-Boston-Sydney, George Allen & Unwin, 1978.
- LISBOA, Manuel, *A indústria portuguesa e os seus dirigentes. Crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*, Lisboa, Ed. Educa, 2002.
- MANTOUX, Paul, *La Révolution Industrielle au XVIIIe siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre*. Prefácio de T. S. Ashton, Paris, Ed. Gérin, 1073 (1.<sup>a</sup> ed., 1906).
- McCRAW, Thomas K. , em *Criando o capitalismo moderno. Como empreendedores, companhias e países triunfaram em três Revoluções Industriais*. Versão em inglês, Harvard University Press, 3.<sup>a</sup> reimp., 2000.

- MENDES, José Amado Mendes, *A Área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- MENDES, José Amado, «A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo», *Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, n.º 7, Abril-Junho de 1985, pp. 23-32.
- MENDES, José Amado, «A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional», José Amado Mendes e Isabel Fernandes (coord.), *Património Industrial no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, pp. 12-35.
- MENDES, José Amado, «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento», *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 187-230.
- MORAIS, Jorge, *Rua do Ácido Sulfúrico. Patrões e Operários: um olhar sobre a CUF no Barreiro*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 2008.
- NEVES, João L. César das, «O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global», *Análise Social*, 4.ª série, vol. XXIX, n.º 128, 1994-4.º, pp. 1005-1034.
- PEREIRA, João Martins, *Para a História da Indústria em Portugal. 1942-1965. Adubos azotados e siderurgia*, Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais, 2005.
- PESSOA, Fernando, «Ode Triunfal», *Obras de Fernando Pessoa. Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa, Clássica Editora, 1993.
- QUEIROZ, Eça de, *Obras completas. A Correspondência de Fradique Mendes*, col. «Obras de Eça de Queiroz», vol. 7, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000.
- REIS, António Estácio dos, *Gaspar Marques e a Máquina a Vapor. Sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha/Edições Culturais da Marinha, 2006. Ver a recensão crítica que fiz a esta obra, nos *Anais. Série História* (Universidade Autónoma de Lisboa), vol. XI-XII, 2007-2008, pp. 289-294.
- REIS, Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987-2.º, pp. 207-227.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, e José Amado, *História da Indústria em Portugal. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América/Associação Industrial Portuense, 1999.
- ROSTOW, W. W., *Etapas do desenvolvimento económico (Um manifesto comunista)* (trad. do inglês), 5.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

SERRÃO, Joel Serrão, «VAPOR, MÁQUINA DE», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. iv, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 244-250.

WRIGLEY, E. A., *Continuity, chance and change. The character of the industrial revolution in England*, reimp., Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

# A Companhia União Fabril nos anos 70 – a procura de novas estratégias

*Gilberto Gomes\**

---

## A reorganização da CUF projectada pela McKinsey & Company Inc.

Em Outubro de 1970, a McKinsey, após o estudo e análise da organização e métodos de gestão da CUF, apresentou o seu relatório *Organizing for Profitable Expansion*<sup>1</sup>, no qual propôs um conjunto de recomendações que a Companhia deveria adoptar e que, de um modo sintético, enunciava:

- Uma estrutura com centros de lucro a agrupar em sectores, cujos resultados seriam da responsabilidade de um Administrador;
- A necessidade de redefinir a funções centrais de «staff»;
- A adopção de uma nova filosofia de gestão baseada numa maior motivação para o lucro, numa política de *marketing* mais agressiva, numa descentralização de competências e responsabilidades mais efectivas, implicando modificações e adaptações nos processos de planeamento, gestão, informação e controlo.

Com a McKinsey assiste-se ao aprofundar da descentralização com o reforço do conceito de «Divisão» e à elevação do patamar de decisão para o executivo das Divisões, de algum modo contraditório com a permanência da

---

\* Grupo de Trabalho de Arquivos e Património Histórico da CUF.

função «Administrador do Sector». Assiste-se igualmente ao crescente peso da estrutura do «staff», consequência do tipo de estrutura divisional.

Como a maioria dos produtos fabricados apresentava preços tabelados, perante uma conjuntura de crise, com o aumento do custo das matérias-primas e da mão-de-obra, significava que o Governo detinha um papel preponderante no equilíbrio económico da Empresa.

Dos trabalhos de reconversão levados a efeito concluiu-se:

– Retirar da CUF as actividades não químicas: óleos, sabões, rações para animais, têxteis para o lar;

– Alcançar na indústria química a dimensão necessária para sobreviver à integração europeia.

Estes objectivos implicavam uma política de investimentos e desinvestimentos que assegurasse um *cash-flow* adequado, bem como a remuneração de todos os factores produtivos.

De salientar que a indústria química inorgânica, de capital intensivo e exigindo o domínio de tecnologias complexas (com investimentos apreciáveis nas áreas da investigação e desenvolvimento) implicava uma dimensão mínima e daí a necessidade de se assegurar um *cash-flow* que permitisse o financiamento dos investimentos. Assim, a necessidade de crescimento pela especialização impunha a execução de *spin-offs* de actividades que no momento gravavam mais-valias compensadoras para as actividades base da CUF<sup>2</sup>.

## **A internacionalização do Grupo CUF**

O crescimento dos negócios e da produção nos territórios de África (Angola, Moçambique e Guiné) constituiu o início duma expansão consolidada para o exterior. Contudo, as ligações internacionais do Grupo são tardias e adquiriram especial relevo no início dos anos 70 através de:

– Comércio internacional de ácido sulfúrico. Antecedendo a necessidade de exportar os excessos das novas unidades de ácido sulfúrico, de grande dimensão, constituiu-se a empresa INTERACID, em associação com um «broker» já implantado neste tipo de transacções. Em 1975, a INTERACID era a segunda empresa europeia no comércio internacional de ácido sulfúrico.

– Implantação no Brasil. Em associação com o grupo brasileiro Ipiranga, que dispunha de modernas instalações produtoras de adubos compostos, produtos alimentares e vias de distribuição. A empresa criada, a ISACUF (60%

Ipiranga e 40% da CUF), foi o ponto de partida para os accionistas expropriados que, após a vaga de nacionalizações, se deslocaram para o Brasil.

– Unidade de Fibras Acrílicas. Constituiu um dos grandes investimentos do início dos anos 70, a FISIFE, num total de 1 200 000 contos detidos em 60% pela CUF e os restantes 40% pelo Grupo japonês MITSUBISHI. Esta associação era fundamental dado o tipo de tecnologia e *know-how* da actividade, conhecimento e domínio dos mercados internacionais, para onde era necessário escoar uma parte importante da produção.

– Financiamentos internacionais. A CUF dispunha, devido à sua dimensão, da capacidade de mobilização de fundos do mercado internacional.

Com as nacionalizações de 1975 e a desagregação do Grupo, a manutenção das ligações internacionais da Empresa constituía mais um ponto de apreensão para a Comissão Administrativa da CUF.

### **Abril de 1974 – No labirinto da Revolução**

Em Junho de 74, um memorando da EGF<sup>3</sup>, *holding* do Grupo CUF, equacionava os diversos cenários possíveis para «o dia seguinte»<sup>4</sup> – a curto prazo, nada faria prever, nem constava do programa do Governo Provisório, a revogação da «Lei das Holdings» (publicada pelo Decreto-Lei n.º 271/72 de 2/08). Igualmente, não eram previsíveis alterações profundas ao sistema económico e social vigente. As expectativas apontavam para uma maior intervenção do Estado nos vários sectores da economia<sup>5</sup>, uma maior fiscalização, provavelmente, um novo quadro normativo, mais exigente quanto à consolidação das contas, mais rigoroso quanto à publicação das carteiras de títulos e com agravamentos fiscais sobre as grandes fortunas, escudadas em regime de propriedade sob a cobertura de sociedades;

– A longo prazo, os cenários possíveis vislumbravam-se em função da publicação de uma nova Constituição e da composição dum futuro Governo, desde o tipo de governo de esquerda, o que implicaria a socialização dos meios de produção, até à hipótese de uma maioria parlamentar, localizada ao «centro», incluindo a social-democracia. Assim, neste último cenário, as *holdings* faziam sentido, apesar de se esperarem agravamentos de exploração.

Um outro grupo de problemas situava-se na estrutura da carteira de títulos da CUF, consignada na EGF, que, perante os cenários de nacionalizações, corria o risco de desarticular toda a estrutura financeira do Grupo Industrial (em especial os investimentos estratégicos na petroquímica e na refinação, caso



da CNP e da PETROSUL/SONAP, ou no sector mineiro, caso das Minas de Aljustrel ou da Sociedade Mineira de Santiago)<sup>6</sup>.

Todas as dúvidas, e expectativas, sobre a futura Constituição e o modelo de governação foram dissipadas com a vaga de nacionalizações de Março de 1975.

Independentemente das nacionalizações que as empresas do Grupo sofreram, foi posto em marcha um plano específico de desmantelamento do universo empresarial CUF. No articulado do Decreto-Lei 561/75 de 2/10, que nacionalizou a Sociedade de Gestão e Financiamentos, SARL, (SOGEFI) e a Sociedade Geral de Comércio Indústria e Transportes, SARL, (SG), regista-se o tempo necessário para os trabalhos da Comissão Mista «encarregada de apresentar ao Governo [...] propostas relativas à solução dos problemas resultantes do reordenamento do denominado «Grupo CUF»<sup>7</sup>.

A estratégia, construída ao longo dum século, de juntar e articular empresas, a montante e a jusante da casa-mãe, com as sinergias e economias de escala afins, foi posta em causa com medidas administrativas que pautaram a sua intervenção por objectivos políticos. A desarticulação do tecido empresarial do Grupo, que não foi exclusivo da CUF, foi, mais tarde, de algum modo reconhecido, e minorado, perante os apelos sucessivos da Comissão Administrativa da CUF, quando em 1977, num Despacho do Ministério da Indústria e da Tecnologia, do Eng. Nobre da Costa, foram transferidas do âmbito do Instituto das Participações do Estado (IPE) para a empresa pública CUF, um conjunto de sociedades do seu antigo universo empresarial (SOVENA, ATLANSUL, INTERCUF, LUSOFANE, PREVINIL, INICA, INTERACID, etc.)<sup>8</sup>.

### **A Comissão de Reestruturação do Sector Adubeiro ou a sectorização da economia**

Entre as nacionalizações e a criação da QUIMIGAL, foram desenvolvidos diversos trabalhos no sentido de precisar a solução mais adequada para o sector adubeiro. Estes trabalhos foram realizados pela Comissão de Reestruturação do Sector Adubeiro, criada em Março de 1976 e instalada na sede da CUF em Lisboa. A Comissão era composta por trabalhadores designada pelo Governo, das diversas empresas do sector, e presidida por um antigo quadro da Empresa<sup>9</sup>.

A Comissão estabeleceu as delimitações do sector, considerando como produtos base para a fabricação de adubos os ácidos sulfúrico, fosfórico e nítrico,

bem como, o amoníaco. Dada a sua importância no apoio à agricultura, também os pesticidas foram considerados parte integrante do Sector Adubeiro. O mercado dos adubos apresentava-se em 80% na posse de empresas nacionalizadas e os restantes 20% na empresa privada SAPEC. Quanto aos pesticidas a realidade era distinta, com as empresas nacionalizadas a deterem 35% do mercado (incluindo o sulfato de cobre) e o restante distribuído por vários fabricantes.

A Comissão desenvolveu diversos trabalhos (nas áreas do pessoal, situação financeira e económica das empresas, níveis de investimento, vendas e mercados) e desenhou quatro cenários base para uma decisão governamental:

- 1 – Manutenção da individualidade das empresas;
- 2 – Criação de uma Empresa Pública, EP (com a fusão dos Nitratos, Amoníaco e Sociedade Portuguesa de Petroquímica), excluindo a CUF, devido à sua complexidade;
- 3 – Criação de uma EP, como no ponto anterior, à qual se juntaria o sector adubeiro da CUF (incluindo os ácidos);
- 4 – Criação de uma EP, como no ponto 2, com o sector químico da CUF.

Ao modelo seleccionado seriam criados organismos de comercialização e de coordenação do sector.

A realidade política, que veio a ser assumida, acabou por ser um somatório de empresas de culturas diferentes, com problemas distintos e sem nenhum plano de integração desenhado. A Comissão Administrativa da CUF transmitiu à Tutela a sua discordância, contra os projectos de desmembramento adubos/sector químico, assim como, em relação à solução imposta, da constituição de uma empresa pública, com ópticas de mercado e de serviço público, pela fusão de três empresas nacionalizadas do sector: o Amoníaco Português, Nitratos de Portugal e a Companhia União Fabril<sup>10</sup>.

### A situação económica da CUF, no início dos anos 70<sup>11</sup>

De 1970 a 75 a situação económico-financeira da CUF apresentava os seguintes valores:

	1971	1972	1973	1974	1975
Vendas	3.295	3.545	3.860	5.500	5.900
Resultados expl.	-11	10	-57	-8	-400
Resultados fora expl.	64	63	189	97	-
Amortizações	183	196	220	308	330
Provisões	-	-	30	42	-
<i>Cash-flow (12)</i>	236	269	382	439	-70
Encargos financeiros	108	133	156	224	245
Remunerações	592	667	707	1.000	1.260

Valores em contos x 10<sup>3</sup>.

Com 90% dos produtos produzidos sujeitos a tabelamento de preços, a rentabilidade da empresa apresentava-se consequentemente condicionada, provocando graves distorções no seu equilíbrio. Para acorrer ao equilíbrio e às necessidades de financiamento, foram necessárias soluções alternativas, como a alienação de activos (acções, terrenos e edifícios) e aumentos de capital social, feitos em 1972 e 1974.

O aumento da produtividade e o aprofundar da racionalização dos processos de trabalho permitiram o aumento do *cash-flow* ocorrido até 1974, o que de algum modo contribuiu para compensar os custos salariais crescentes de uma estrutura pesada.

O ano de 1974 foi um ano atípico, por um lado, devido a uma conjuntura internacional propícia à exportação de adubos (cuja produção vive do mercado interno), bem como, às cotações do cobre, por outro lado, ao crescente peso das reivindicações salariais ocorridas a partir de Maio de 1974. Entre 1973 e 1975, os aumentos salariais atingiram 550 000 contos, tendo o Contrato Colectivo dos Químicos para 1975 acarretado encargos de 120 000 contos.

Em 1975, o agravamento dos preços de matérias-primas (fosforites e pi-rites) trouxe custos adicionais para a Companhia na ordem dos 100 000 contos.

Em contrapartida, a Empresa só nalguns produtos conseguiu repercutir aumentos de 15%, tendo-se o ano saldado por fortes resultados negativos. No

*Memorial* enviado ao Governo, explicitava-se: «A situação do ano de 1975 pode, assim, apenas admitir-se a título transitório e de forma alguma se pode repetir para não pôr em causa a sobrevivência da Empresa»<sup>13</sup>.

A insuficiência de meios financeiros implicou o recurso ao crédito e o desvio de verbas que deveriam ficar reservadas para o financiamento da expansão, e não para a cobertura de défices derivados da exploração.

A necessidade do reequilíbrio económico da Companhia, no curto prazo, levou a Comissão Administrativa a sucessivas informações ao Governo, insistindo junto da Direcção Geral de Preços para a actualização entre custos e preços, bem como, pedindo o pagamento mensal das importâncias devidas pelo Fundo de Abastecimento, e ainda, o pagamento da campanha agrícola de 74 em relação às herdades ocupadas na zona de intervenção da Reforma Agrária.

A partir de 1974, a situação financeira deficitária da CUF foi consequência de:

- Inadequação entre os custos de produção e os preços praticados;<sup>14</sup>
- Forte aumento dos custos de produção (matérias-primas);
- Aumentos salariais de 1974, sem repercussão nos preços.

Entre 1974 e 1977, sucederam-se múltiplas reuniões, ofícios e exposições às tutelas<sup>15</sup> sobre a urgência do saneamento financeiro da Companhia. Discutiram-se propostas, elaboraram-se soluções que permitiriam ultrapassar os constrangimentos permanentes de tesouraria. Infelizmente, o tempo político não se apresentava consentâneo com o tempo económico e financeiro da Empresa.

### **A Divisão de Produtos Químicos e Metais (DPQM) – A área das grandes opções**

Em 1974, a DPQM era a área onde teriam de se tomar as grandes opções, sendo para tal produzido um documento «O 4.º Plano Estratégico da DPQM»<sup>16</sup>, que começou a ser debatido em Abril de 1974, integrando quatro grandes grupos de actividades:

- Ácido sulfúrico;
- Tratamento de cinzas de pirite (TCP), sulfato de sódio e óxido de zinco;
- Sais químicos diversos: sulfato de sódio (clorídrico), sulfato e cobre, sulfato de alumínio, fosfato dicálcico;
- Metalurgias.

Os maiores investimentos da DPQM foram sempre na área do ácido sulfúrico, de modo a assegurar-se o binómio ácido sulfúrico/adubos. Perante a degradação dos resultados operacionais, a solução era o investimento de modernização, ainda que fossem baixas as rendibilidades dos novos investimentos.

Quando a Siderurgia Nacional (SN) deixou de comprar as cinzas de pirite purificadas em 1972<sup>17</sup>, justificou a suspensão da aquisição pelo elevado índice do consumo de coque que as cinzas implicavam, com os custos crescentes nos anos 70. Posteriormente, também foi referido o elevado teor de chumbo nas cinzas.

Em 1975, a actividade do tratamento de cinzas de pirite (TCP) estava obsoleta. Apresentava-se, contudo, imprescindível para a instalação de uma unidade «Kowa-Seiko» (KS), bem como, para a produção de sulfato de sódio, bastante rendível, o mesmo acontecendo para o óxido de zinco.

O conjunto TCP, Sulfato de Sódio, Óxido de Zinco, implicava a existência de uma unidade que valorizasse as cinzas purificadas, que se encontravam sem comprador desde que a SN rescindira unilateralmente o contrato. A solução encontrada foi a instalação de uma unidade de tratamento das cinzas, o KS, para se assegurar toda a fileira do negócio e das linhas de produção a jusante do TCP. Deste modo, a situação dramatizou-se no início dos anos 70, com uma montanha de cinzas, sem comprador, a crescer no terreno das fábricas. A manutenção do TCP e das respectivas cinzas transformaram-se num potencial furacão, cujos estragos, seriam incontornáveis<sup>18</sup>.

O conjunto ácido clorídrico, sulfato de alumínio e sulfato de cobre eram consumidores de ácido sulfúrico e constituíam, juntamente com o fosfato dicálcico, as actividades mais rendíveis da divisão. Nesta área a decisão de investimento foi baseada em critérios de rentabilidade.

As metalurgias constituíam um conjunto que não sobreviveria isoladamente devido à sua baixa capacidade. Sem elas, verificar-se-ia, sem dúvida, uma transferência de parte do seu prejuízo para o TCP (cementos) e sulfato de cobre (lamas). Esta reacção em cadeia não pararia, pois, as fábricas de ácido sulfúrico sofreriam o impacto dos resultados negativos do TCP, que não poderia pagar as cinzas ao preço de cedência então praticado.

Surgia, assim, a unidade de cinzas como a charneira das grandes opções. A sua descontinuidade implicaria encerrar um conjunto de actividades demasiado volumoso e, provavelmente, impensável para qualquer gestor numa empresa nacionalizada<sup>19</sup>. A sua manutenção implicaria um conjunto de investimentos volumosos, para assegurar as linhas de produção existentes. É neste sentido

que tem de se compreender o investimento do KS, bem como, a remodelação da metalurgia do cobre.

De salientar que a modernização pela remodelação baixava efectivamente os custos de produção, mas, transferia o ónus do processo para os encargos financeiros da amortização<sup>20</sup>.

Assim, na área do investimento da DPQM colocavam-se as seguintes opções:

- Investimentos com rendibilidade bem individualizada e com relativa independência doutros produtos, caso dos diversos sulfatos e do fosfato dicálcico;
- Um segundo grupo de investimentos de cuja execução dependia a sobrevivência de diversas unidades fabris.

Em 1975, com o objectivo de adequar a estrutura da divisão aos grandes objectivos enunciados, foram nomeados os Engenheiros Alberto Justiniano para a Direcção da Divisão, Leal da Silva para a Direcção de Desenvolvimento, Jorge Ribeiro para a Zona de Processamento Integrado de Pirite (ZPIP), com o magno problema de desenhar uma solução técnica e economicamente exequível, Mello e Castro para a Zona de Produtos Químicos (ZPQ) e Joel Wahnnon para Chefe de Projecto (KS). A dependência directa das ZPQ e ZPIP da Direcção de Divisão enunciava na estrutura Empresa a importância das opções a tomar.

Nas pastas dos processos da ZPIP começou a aparecer uma nova nomenclatura com a classificação de «CODEBOPI», cuja descrição, na gíria dos iniciados do serviço, significava «Como Descalçar a Bota da Pirite».

## A QUIMIGAL, EP

A Empresa Pública QUIMIGAL – Química de Portugal, EP nasceu pela fusão de três empresas adubeiras anteriormente nacionalizadas: Amoníaco Português, SARL, Companhia União Fabril, SARL, e Nitratos de Portugal, SARL.

Com a publicação de Decreto-Lei n.º 530/77, de 30/12, colocava-se um aparente ponto final sobre os desencontros e divergências à volta do modelo a adoptar com o processo de nacionalização das empresas adubeiras<sup>21</sup>.

A QUIMIGAL herdou, assim, sete tipos de negócios, alguns muito diversificados, três conjuntos fabris e passou a controlar vinte empresas associadas.

A empresa apresentava-se organizada em sete divisões produtivas<sup>22</sup>, e quatro direcções centrais<sup>23</sup>. Quanto à sua estrutura contabilística, apresentava uma estrutura central, o chamado *grupo geral* e os restantes grupos ligados à

actividade produtiva; correspondendo a cada um uma contabilidade própria, que abrangia as contas de exploração e todas as contas patrimoniais.

O projecto de fusão empresarial apresentava-se ciclópico, com a integração dos investimentos em curso nas três empresas. Projectos desenhados numa lógica de mercado e, repentinamente, submetidos à alteração das regras de jogo, obrigatoriamente tornando-os compatíveis, numa sociedade «a caminho do socialismo»:

– Alverca – Projecto dos Azotados com uma nova unidade de ácido nítrico que se iniciou em 1982;

– Barreiro – Projecto dos Azotados (amoníaco, aumento da produção de ureia e realização de uma fábrica de ácido nítrico), Contacto 7 (enxofre) e continuação dos trabalhos do «Kowa-Seiko», cuja conclusão foi em 1980, tendo arrancado a Remodelação da Metalurgia do Cobre, do Zinco Metálico e o Forno de Cal, respectivamente em 1979 a primeira e as outras em 1980. Fibras de Vidro (arranque em 1979), Polióis (arranque em 1981), Resinas (arranque em 1981), Sistemas de poliuretanos (arranque em 1981), Rações para animais (1978), nova Central de Vapor (conclusão em 1981) e melhoria geral nas infra-estruturas;

- Estarreja – arranque em 1975/1976 do projecto adubeiro «Estarreja III», com fertilizantes compostos; arranque em 1978 de uma unidade de anilina; alterações no sector de gás de síntese; produção de MDI cru, conjuntamente com a UPJOHN na criação da empresa ISOPOR, cujo arranque foi em 1982.

Tudo aconselharia, com a constituição da QUIMIGAL, à criação de um conjunto de medidas que permitissem obter uma situação de equilíbrio financeiro e de melhoria dos índices de liquidez a curto prazo e da indispensável cobertura de capital estatutário. Em simultâneo, seria fundamental ajustar os planos de investimento e expansão ao ciclo de recessão da conjuntura internacional, com novos aumentos do petróleo em 1979 e às realidades decorrentes das políticas restritivas impostas às empresas públicas.

Na ausência das dotações de capital pelo accionista Estado, assistiu-se a uma política de endividamento, com o recurso sistemático ao crédito, nacional e internacional, caucionado pelo próprio Estado, levando o serviço da dívida a níveis incomportáveis de gestão, agravado pelos encargos bancários crescentes e, ainda, penalizado com a política de desvalorização deslizando do escudo *crawling-peg* e a subida das taxas de juro. O serviço da dívida e a inflação transformaram num pesadelo a gestão da Empresa<sup>24</sup>.

A CUF no início dos anos 70 era o maior agrupamento industrial em Portugal, com:

– Um tecido industrial coerente e integrado (como a DPQM, DAP, UFA e infra-estruturas Barreiro);

– Uma óptima localização geográfica;

– Recursos técnicos dos mais avançados do país, quando as nossas universidades ainda não tinham descoberto a gestão, o *management*, o *marketing*, a organização industrial, a formação de gestores, ou a importância do planeamento estratégico e do controlo financeiro;

A CUF, entre nós, num esforço, sem comparação possível, colocara a fasquia da formação no domínio da qualidade, naquilo que ainda hoje é referido pela «Escola CUF»;

– O apoio e a colaboração dos melhores recursos que existiam à época, não só internamente (Empresa Geral de Fomento, NORMA, PROFABRIL, LNETI), mas, também externamente (Stanford Research Institute, London School of Business...)

– Um processo de internacionalização a iniciar-se;

– Projectos de investimento que lhe permitiam consolidar e crescer nas áreas tradicionais e diversificar para áreas estratégicas.

Perante os problemas tecnológicos ligados à produção, ou aos problemas de financiamento ligados ao investimento, a Empresa desenvolvia procedimentos adequados à gestão: repensava, reorganizava, projectava, desinvestia e investia.

Os problemas conjunturais, sentidos em especial desde 1969 e agravados em 1973 com o aumento do petróleo, estavam a ter por parte da Empresa as medidas adequadas de novas estruturas de gestão, autonomização de negócios e integração, ainda que parcial, de sectores empresariais afins, como a integração da UFA, ou da TELEDATA<sup>25</sup>.

A Empresa e o Grupo tinham lógicas empresariais, bem como, acionistas em *full time*, identificados como referências da cultura da Empresa. A assumpção do risco, a opção da decisão, cabia-lhes e era assumida, com o apoio de uma elite de quadros técnicos que a Empresa formou. Quadros estes, aos quais se proporcionava uma carreira aliciante, com a partilha da gestão da Empresa ao mais alto nível.

A CUF desenvolveu, fora do seu centro de negócios principal, saber acumulado e mais-valias, numa lógica de desenvolvimento vertical, cujo crescimento implicou soluções de autonomização empresarial<sup>26</sup>.



Quantas empresas portuguesas desenvolveram políticas sociais e de redistribuição tão alargada como a CUF? Quantas criaram os milhares de postos de trabalho que a CUF gerou? Quantas apostaram como CUF na responsabilidade social da Empresa?

Com a Revolução de 1974 e a nacionalização, a desarticulação do Grupo e da Companhia União Fabril foi um dos objectivos políticos estabelecidos. A instabilidade política, as múltiplas tutelas e os centros de poder instalados provocaram nas EP uma estratégia de sobrevivência, de gestão no curto prazo. Com a alternância política e a estabilidade sentida a partir de 1980, seria legítimo esperar que muito se alterasse. Infelizmente, não foi essa a realidade. Em 1982, a Direcção-Geral do Tesouro substituiu a Tesouraria da QUIMIGAL perante pagamentos inadiváveis. Os encargos financeiros anuais da Empresa cresciam exponencialmente, enquanto os memorandos e relatórios de diagnóstico sobre os problemas financeiros, produzidos pela Comissão Administrativa, bem como pelos Conselhos de Gerência, acumulavam-se desde 1975, sem resposta, ou respostas não adequadas.

De 1975 a 1978, a CUF/QUIMIGAL detinha em carteira projectos de investimento concluídos que os governos aproveitaram para a entrada de divisas esgotadas no Banco de Portugal. Estes projectos de capital e energia intensivos, financiados pelo Banco Europeu de Investimentos e pelo Banco Mundial, foram caucionados pelo Estado Português.

Os projectos do «Kowa-Seiko», Anilina, Fibra de Vidro e Amoníaco estavam em curso, sendo irreversíveis em 1979<sup>27</sup>. A escalada dos preços de combustível e energia, a retracção do mercado de produtos químicos, a valorização do dólar e desvalorização do escudo comprometeram irremediavelmente a sua rentabilidade.

Este quadro adverso foi agravado com:

- As políticas governamentais dos sucessivos governos;
- As insuficientes dotações de capital do accionista Estado, obrigando ao recurso ao crédito;
- Uma política de preços imposta e desajustada da realidade económica;
- Atrasos sistemáticos no pagamento dos subsídios dos adubos à agricultura, remetendo a Empresa para o papel de entidade financeira do sector;
- Elevadas taxas de juro e de custos de serviços bancários;
- Custos de financiamento externo agravado com a diversificação da estrutura de moedas.

A opção de instalação da peletização das cinzas de pirite (KS) «foi decidida em 1976 num enquadramento coerente de empreendimentos que integravam o Plano Siderúrgico Nacional (PSN)<sup>28</sup>, o Programa de Aproveitamento Integrado das Pirites (PAIP) e o plano de desenvolvimento da QUIMIGAL no campo dos metais não ferrosos»<sup>29</sup>. O não cumprimento do PSN, que era um projecto âncora da cadeia de produção de aço, com o aproveitamento das cinzas e a viabilização da cadeia dos não ferrosos, veio provocar danos irreparáveis para as empresas que cumpriram o plano estipulado.

A saída de técnicos e gestores da Empresa acelerou o clima generalizado de indiferença, desagregação e desresponsabilização, impensável na CUF anterior a 1974, cujos gestores prestavam contas ao accionista.

Se no início dos nos 70 a CUF já detinha soluções de autonomização de negócios, a fusão na QUIMIGAL foi um passo atrás nas soluções inadequadas da manutenção de uma estrutura divisional para uma complexidade industrial e de negócio crescente.

A nacionalização da CUF transferiu para o Estado uma série de competências, e de responsabilidades, que estavam sedeadas nos seus órgão sociais. A Comissão Administrativa nomeada era um órgão de gestão provisório em 1975, que assumiu os destinos da Empresa perante a sucessiva instabilidade governativa. Os Conselhos de Gerência de 1978 a 1983 foram obrigados a viver no «curto prazo», perante uma gama de problemas acumulados por resolver e num quadro conjuntural adverso, com as políticas restritivas de 1978 e 1983 ou a subida dos combustíveis em 1979.

## Notas

<sup>1</sup> *Organizing for Profitable Expansion*. McKinsey & Company, Inc. Lisboa. Companhia União Fabril. 1970. 2 vols.

<sup>2</sup> A EGF debateu intensamente os cenários de *spin-offs* possíveis e a adaptação da Empresa a um regime de holdings, num novo contexto político e social, em Maio de 1974. V/ Reorganização. Coordenação Geral I [Arq. CA. n.º 462. Arquivos CUF/QUIMIGAL.

<sup>3</sup> A Empresa Geral de Fomento executava a coordenação do Grupo CUF (anos 60), e administrava as participações financeiras do Grupo, competindo-lhe nomeadamente: a designação dos corpos gerentes, a aprovação de planos e orçamentos e o controlo dos mesmos.

<sup>4</sup> Num contexto de alterações incontornáveis, a Empresa corria contra o tempo tentando precisar o novo quadro económico e social, medir as consequências da democratização em curso e estabelecer uma estratégia para o Grupo. V/ Reorganização. Coordenação Geral I. Um cenário político-económico-social provável. Arq. CA. n.º 462. Arquivos CUF/QUIMIGAL.

<sup>5</sup> A partir de Abril de 1974 entrou-se num período de gestão de expectativas. Veja-se o discurso do Presidente da República no acto de posse do I Governo Provisório a 16/05/1974, para se compreender o longo e difícil caminho que haveria para percorrer no curto prazo: «Legislar-se-á sobre o salário mínimo e produtividade mínima... [...] terão de ser tomadas providências imediatas no sentido de travar a alta do custo de vida. [...]... promover a multiplicação dos investimentos e o afluxo de capitais portadores de tecnologias...». Tudo isto para executar numa Europa em recessão, a digerir o aumento do preço do petróleo ocorrido em 1973. Sobre o fracasso da política industrial dos anos 70 cf. Neves, João César das e César Ribeiro. *O Desenvolvimento Económico em Portugal*, Bertrand Editora, Lisboa, 2002, pp. 64/65.

<sup>6</sup> Veja-se o *Relatório da Companhia União Fabril*. 1976. Comissão Administrativa, Lisboa, 1977.

<sup>7</sup> DG, I Série, n.º 228, pp. 1529 e seguintes.

<sup>8</sup> Desp. Conjunto, de 5/12/1977, DG, II Série, n.º 4, de 5/12.

<sup>9</sup> A Comissão tomou posse a 30 de Março de 1976. Era presidida pelo Dr. António Celeste e o representante dos trabalhadores da CUF era Américo Mascarenhas.

<sup>10</sup> A Comissão Administrativa da CUF promoveu um amplo debate com os directores da Empresa sobre a proposta elaborada pelo MIT. V/ Reestruturação. Sector Adubeiro. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

<sup>11</sup> Memorial da Comissão Administrativa da CUF. 19/08/1975. Direcção Financeira. 1975. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

<sup>12</sup> Amortizações e resultados líquidos.

<sup>13</sup> Memorial... p. 2.

<sup>14</sup> A partir de 1969, com o disparar da inflação e a crescente perturbação social, o Governo exerceu uma forte restrição ao aumento de preços controlados administrativamente, desde o sector dos transportes aos adubos, com a crescente erosão das margens de lucro das empresas. A situação agravou-se a partir de 1974.

<sup>15</sup> Em especial às Secretarias de Estado da Indústria e das Finanças.

<sup>16</sup> 4.º Plano Estratégico da Divisão de Produtos Químicos e Metais. 1973-1980. Arquivos CUF/QUIMIGAL.

<sup>17</sup> Poucos anos depois, em 1976, já existiam no Barreiro 750 000 toneladas de cinzas. Ao ritmo de elaboração normal, de 180 000 toneladas/ano, esperava-se ter 1 000 000 toneladas em 1980. V/ *Balanço Nacional de Cinzas de Pirite*. Anexo A.4.II.7 (2), in Viabilidade da 1.ª Fase. Anexos do relatório II. PAIP. CPP. MIT. 1978.

<sup>18</sup> O KS tratava igualmente as cinzas do Contacto 6, com fornos de leito fluidizado, que produzia cinzas de pirite muito finas, que o TCP não tratava.

<sup>19</sup> Cfr. c/ o art. 3.º da Constituição de 1976.

<sup>20</sup> Um registo importante, numa conjuntura de recessão, com o preço do petróleo em expansão a partir de 1979, o KS era um processo industrial de capital e energia intensivo, com um consumo previsto de 42 000 toneladas de fuel óleo, para um tratamento de 342 000 toneladas de cinzas.

<sup>21</sup> No processo de concentração do Sector Adubeiro, de início, entrava igualmente a Sociedade Portuguesa de Petroquímica, que posteriormente recebeu orientação no sentido de centrar a sua produção na actividade petroquímica e no gás.

<sup>22</sup> DPQA, DQIM, DPEQ, DOS, DQO, DPP e DTL (Março de 1978).

<sup>23</sup> DCFP, Direcção Central Financeira e de Planeamento; DDNA, Direcção de Desenvolvimento de Novas Actividades; DCRH, Direcção-Central de Relações Humanas e DNI, Direcção Novas Instalações.

<sup>24</sup> V/ a *Análise de Conjuntura da Economia Portuguesa*. 1.º Semestre de 1979, in Boletim Trimestral. Banco de Portugal, vol. 1, n.º 2, 1979 e Indicadores Económicos. 1974/1979. Banco de Portugal. 1980.

<sup>25</sup> Centro de Teleprocessamento de Dados, SARL, na NORMA – Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas, SARL, concentrando numa empresa única o parque informático do Grupo, já com uma rede de teleprocessamento em Lisboa, para o Banco TOTTA.

<sup>26</sup> Como a MOMPOR e a EQUIMETAL. Outras vezes permitiu associações de empresas como no sector da metalomecânica da CUF, que em 1971 se associou num consórcio com a COMETNA, SOREFAME e a L. DARGENT, para fornecimento de vagões à CP.

<sup>27</sup> Já em 1979, Proença Varão, em relação aos grandes projectos de investimento dos anos 70 no sector industrial constatava «É provável que neste momento factos e decisões irreversíveis na economia portuguesa tenham afectado elevados montantes de capital de modo comparativamente ineficaz e com reforço da dependência do país», in Proença Varão, *2ª Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979, pág. 1109.

<sup>28</sup> No Plano Siderúrgico Nacional (RCM n.º 40/77 de 27/01) integrava-se a exploração das jazidas de Moncorvo, através da empresa pública FERROMINAS. O transporte de minério entre a região de Moncorvo e o Seixal realizar-se-ia por caminho-de-ferro, estando prevista a construção de uma nova linha entre o Pocinho e Vila Franca das Naves, linha da Beira Baixa e a instalação dum ramal para o Seixal.

<sup>29</sup> *Instalação de Peletização de Cinzas de Pirite*. Carlos Beaumont. 1983. Arquivos da CUF/QUIMIGAL v/ Decreto n.º 441/76 de 4 de Junho.



# **A CUF e o Barreiro: responsabilidade social, empresarial e sustentabilidade**

*David Leite das Neves*

---

## **Declaração de intenções**

Por ocasião do 60.º aniversário da Escola Secundária Alfredo da Silva, comemorado em Janeiro de 2007, comecei a pesquisar a história da Escola com o objectivo de realizar um pequeno filme de testemunhos que permitisse saber como era viver/estudar na Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva (EICAS) nos anos 50, 60 e 70 do século xx. Para isso recorri a diversas fontes e entrevistei antigos alunos. Constatei que a Escola Alfredo da Silva surgiu sob o impulso da modernização industrial no Barreiro, estando desde o seu nascimento intimamente ligada à Companhia União Fabril (CUF). Foram os relatos de ex-alunos, simultaneamente ex-trabalhadores da Companhia, que me despertaram a atenção para a dimensão do Grupo nas suas múltiplas vertentes, dado que a vertente física (o espaço e edifícios) há muito que me era familiar, como barreirense habituei-me a cruzar o Parque Industrial que desde sempre me fascinou pela extensão e pelo cenário pós-industrial.

Ao efectuar este trabalho cruzei as pesquisas realizadas, os elementos recolhidos nas entrevistas e a curiosidade que sempre senti pelo património empresarial do Grupo CUF. Assim como os efeitos incontornáveis que produziu na sociedade local e em várias gerações de barreirenses. Porém a vastidão de

estratégias de organização do trabalho, de investimentos, de diversificação da produção que o Grupo adoptou foi tal que não permitia cumprir os limites requeridos. Decidi então centrar o trabalho na política social que a Empresa desenvolveu ao longo do tempo, desde a formação profissional facultada aos trabalhadores, ao apoio social em diversos domínios (escola primária e industrial, creche e infantário, grupo desportivo e colónia de férias, maternidade, posto médico e farmácia, refeitórios, alojamento...). Justifico a escolha por considerar que a política de Responsabilidade Social constituiu um marco histórico no panorama empresarial português da época, e também por existirem exemplos dos seus benefícios no seio do meu núcleo familiar. O meu avô (apesar da experiência de trabalho anterior) entrou com poucas qualificações no Grupo, foi o Curso Industrial (Electricidade) tirado na Escola Alfredo da Silva enquanto trabalhador-estudante – um verdadeiro programa de «Novas Oportunidades» desse tempo! – que lhe permitiu ascender profissionalmente como operário especializado e conseqüentemente melhorar a situação socioeconómica da família. O meu pai, na condição de descendente, usufruiu de apoio médico, subsídio escolar, colónias de férias e enquanto praticante, de diversas actividades do Grupo Desportivo...

Embora uma parte significativa do trabalho se reporte à descrição do modelo assistencial da Companhia e do seu modo de funcionamento, não se pretendeu apenas olhar o passado, um dos seus objectivos foi também reflectir a partir do valor paradigmático da CUF e o seu efeito precursor na concepção das actuais teorias das ciências empresariais, ou seja, investimentos em equipamentos tecnologicamente evoluídos, mas também uma política voltada para a formação de recursos humanos e um efectivo suporte social dos mesmos. Na época, estas inovadoras práticas de Gestão no domínio da Responsabilidade Social permitiram aos trabalhadores libertar-se de um conjunto de preocupações e adquirir as competências necessárias para trabalhar nos sectores empresariais em condições de viabilidade e competitividade.

Estes valores têm evoluído e estão a adquirir cada vez mais visibilidade a nível nacional e maior dimensão internacional.

### **CUF: Consolidação da «grande empresa»**

Em 1907 Alfredo da Silva escolheu o Barreiro para dar início ao seu projecto industrial. A escolha do Barreiro como pólo industrial surgiu pela convergência de variados factores, entre os quais a sua localização frente a Lisboa

que permitia uma maior proximidade com as instituições financeiras, comerciais e técnicas da capital; bem como a proximidade com as rotas internacionais que cruzavam o Tejo em direcção ao porto de Lisboa. Outra das vantagens comparativas do Barreiro foi o facto de possuir boas vias de transporte ferroviário para sul, o que aproximava as unidades das matérias-primas vindas do Alentejo (sobretudo do subsolo), da mão-de-obra e dos campos (destino dos adubos que iriam ser produzidos no Barreiro).

Assim, em 1908, arrancou a produção de óleo de bagaço de azeitona, destinada à produção de sabões para o mercado nacional, em 1911 iniciou-se a produção de ácido clorídrico, mais tarde a de sulfato de cobre; inicialmente vocacionada para a conservação da maquinaria existente, instalou-se ainda a actividade metalo-mecânica.

Após a instalação das primeiras fábricas o grupo consolidou progressivamente a sua actividade no Barreiro, sendo que no ano de 1919 a assembleia-geral de accionistas declarou como objectivo a longo prazo «tornar a CUF uma unidade económica auto-suficiente, desde o abastecimento da matéria-prima até à comercialização final dos produtos fabricados nas suas fábricas»<sup>1</sup>. Este objectivo foi determinante para a diversificação da produção dentro dos ramos existentes (sabões e velas, ácidos e adubos em geral) e para iniciar outros sectores de actividade.

A década de 30 foi marcada pelas tentativas de superação das insuficiências na produção cerealífera, o que levou o Estado a lançar as «Campanhas do Trigo»; a CUF actuou em complementaridade com o programa económico do Estado; esta conjuntura constituiu uma excelente ocasião para expandir os seus negócios industriais (a CUF controlou 50% da produção nacional de adubos químicos até final da II Guerra Mundial). O grupo revelou uma dinâmica imparável, sucedendo-se a construção de novas unidades e estendendo continuamente a produção a novos ramos.

Em Agosto de 1942 Alfredo da Silva morreu, deixando um projecto sempre inacabado, erigido sob o seu lema «Mais e Melhor». Os seus sucessores prosseguiram diversificando as actividades da CUF.

As unidades de produção de óleos e adubos, construídas em 1907, que empregavam pouco mais de cem pessoas, volvidos cinquenta anos, empregavam mais de 10 000 efectivos<sup>2</sup>, espalhados por mais de sessenta e cinco fábricas, produzindo desde ácidos, adubos, sabões, detergentes, óleos alimentares, têxteis (lonas, tecidos de juta, tapetes), ouro e prata (aproveitamento das cinzas de pirite), indústria metalomecânica (parafusos, guindastes, estruturas metálicas). Em 1957 a CUF Barreiro ocupava uma área impressionante de 2 145 000



m<sup>2</sup>; esta distribuía-se entre a «área livre» (1 350 000 m<sup>2</sup>) destinada a futuras construções fabris, e «área ocupada» (790 000 m<sup>2</sup>). A «área ocupada» dividia-se ainda em «zona fabril» (650 000 m<sup>2</sup> de edifícios, arruamentos, parques e cais conquistados ao rio) e «zona social» (140 000 m<sup>2</sup> de habitação, centro educativo, parque desportivo, posto médico, refeitórios – aspectos que abordaremos adiante). O parque industrial da CUF, à data uma concentração gigantesca de pessoas e fábricas, constituiu a maior plataforma industrial da península Ibérica e uma das maiores da Europa<sup>3</sup>.

Este período de crescimento do grupo acompanhou uma fase de bom desempenho da economia portuguesa, as importações tinham sido reduzidas em 20% e o país já tinha poupado cerca de meio milhão de contos em divisas. A economia cresceu, durante as décadas de 50 e 60, à taxa média de 4,6% ao ano, o PIB *per capita* sofreu um crescimento médio anual de 5,6%, enquanto que o crescimento anual da produtividade é de 3,5%. O pólo do Barreiro, enquanto centro de modernização industrial, foi decisivo para este período de grande crescimento económico em Portugal, constituindo-se como um pilar do mesmo.

O Grupo viria a crescer até 1974, contudo a subida dos preços da energia, o aumento das taxas de juro reais que tornaram difícil a concretização de investimentos e as nacionalizações decretadas em 1975 mergulharam o pólo industrial do Barreiro numa crise, cujo desfecho foi a extinção da quase totalidade das indústrias presentes no antigo complexo industrial da CUF e dos respectivos serviços assistenciais da Empresa.

Embora a partir de 1975 a situação tenha evoluído negativamente, o valor do pólo do Barreiro pode constituir um exemplo para a modernização das empresas portuguesas. Alfredo da Silva imprimiu ao Grupo um conjunto de características determinantes para o sucesso da acção empresarial: empreendedorismo, concentração industrial, diversidade produtiva, adaptação constante às necessidades do mercado e inovação tecnológica. Contudo um dos aspectos mais marcantes foi a formação de recursos humanos qualificados e motivados. Esta aposta da CUF resultou numa política empresarial inovadora traduzida em crescimento económico e desenvolvimento humano, que será tratada no ponto seguinte.

## O Modelo de Responsabilidade Social da CUF

Como já foi referido, o sucesso da CUF deveu-se a um conjunto de factores relacionados com a boa gestão, a iniciativa, o empreendedorismo... Contudo a CUF possuiu um factor diferenciador ao qual também se deve grande parte do seu sucesso. Além de ter adoptado uma estratégia de modernização das estruturas organizativas e dos comportamentos de racionalização do trabalho, desenvolveu uma política inovadora de valorização dos recursos humanos. Esta «política» traduziu-se num conjunto de aspectos que se expõem em seguida.

### Formação de recursos humanos

A CUF procurou desde o início transformar a localização especial do pólo do Barreiro e a qualificação dos seus trabalhadores em efectivas vantagens competitivas. A fábrica dispunha de um «sector da formação profissional» que tinha como objectivo formar continuamente o pessoal qualificado que colaborava com a empresa, bem como formar novos operários qualificados.

Nessa linha de acção, o Grupo financiou (em 20%) a construção da «Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva» (EICAS) no Barreiro, inaugurada em Janeiro de 1947, com o objectivo de formar quadros técnicos e operários especializados para trabalhar nas fábricas; os cursos leccionados nos primeiros anos foram de auxiliar de laboratório, química, electricista, serralheiro mecânico, desenhador e contabilidade. Muitos dos professores das disciplinas práticas eram simultaneamente quadros da CUF e articulavam o ensino com os requisitos e competências exigidas por esta. Para além da maioria dos docentes serem oriundos da CUF, a Empresa equipou também salas de aula e oficinas onde eram ensinados os ofícios; em 1947 começou por fornecer aos alunos material como cadernos, canetas, esquadros, etc., possibilitou aos trabalhadores da Empresa que desejassem aumentar os seus conhecimentos, uma redução no horário de trabalho para frequência escolar, premiava os alunos «por cada nota acima de dez valores, com cerca de 10\$00»<sup>4</sup>. No final do ano em colaboração com a Associação Industrial Portuguesa, atribuía aos melhores de cada ofício uma bolsa de estudo, para que pudessem ingressar nos Institutos da capital<sup>5</sup>.

O investimento que a CUF fez na qualidade dos cursos leccionados na Escola Alfredo da Silva produziu efeitos. Durante as décadas de 50 e 60 a Escola teve mais de dois mil alunos, que eram integrados preferencialmente nas

empresas do Grupo, mas também na Administração Pública onde os concursos públicos tinham um coeficiente especial para os mesmos<sup>6</sup>.

A aposta que fez na formação dos seus efectivos alargou-se mesmo àqueles cujo trabalho não exigia qualquer tipo de qualificações; desde 1930 que a empresa combateu a iletracia entre os trabalhadores, organizando campanhas de alfabetização que decorriam em horário nocturno dentro das instalações da fábrica.

A concentração de recursos humanos qualificados foi um objectivo sempre presente na estratégia do Grupo. Esta lacuna constituiu (e constitui) uma das maiores vulnerabilidades da economia portuguesa; no entanto na CUF cedo se compreendeu que onde não existissem recursos humanos adequadamente formados, competentes e criativos, os investimentos em equipamentos seriam perdidos, por não se verificarem as condições para se sustentarem as actividades em condições de viabilidade.

A CUF criou no Barreiro uma verdadeira «escola industrial», permitindo a trabalhadores migrantes que apenas tinham a experiência do trabalho agrícola obter formações básicas, foi também dada a oportunidade de adquirirem uma qualificação técnica preparada pela empresa. Estes quadros técnicos souberam fazer do pólo do Barreiro um verdadeiro «centro de excelência» e prosseguiram uma política de formação de competências que se traduziu na melhoria das organizações industriais.

Com a inauguração da EICAS na década de 40 a CUF introduziu no panorama português um conjunto de conceitos que consideramos «receitas da actualidade». Instituiu o conceito de «trabalhador-estudante», atribuiu «subsídios escolares», formou técnicos com as competências exigidas pelo mundo empresarial (e com uma grande componente prática), premiou o mérito e possibilitou que os seus funcionários iniciassem ou complementassem a sua formação sem prejuízo da carreira profissional.

## **Serviços Sociais**

Na perspectiva de Alfredo da Silva era desejável «melhorar as relações que uniam o operário à empresa»<sup>7</sup>, assim para além do incentivo à formação oferecida pela Companhia, o Grupo CUF desenvolveu um vasto programa de apoio social aos trabalhadores para que «nada falte para a rotina da sua vida familiar»<sup>8</sup>. E, se para os quadros qualificados este programa tinha como objectivo consolidar o Barreiro como pólo de atracção, para os trabalhadores

indiferenciados existiam claros objectivos de pacificação. Os trabalhadores da CUF passaram a usufruir de uma carreira profissional estável, salários relativamente elevados, uma rede privativa de assistência social e de lazer, o que correspondeu a grandes benefícios individuais e a um progresso único no Portugal dos anos 50 e 60. O grupo doméstico libertou-se progressivamente de um conjunto de funções que lhe estavam tradicionalmente atribuídas, o que tornou economicamente menos pesados os custos de reprodução da força de trabalho.

No curto prazo, esta política teve como efeito imediato o apaziguar e o desencorajar de comportamentos de ruptura e confronto; no longo prazo estas opções transformaram-se em verdadeiras vantagens competitivas sustentando um crescimento continuado da produtividade no complexo.

A política de alojamento constituiu um dos elementos marcantes da sua política social. Foram construídos, ao todo, cinco bairros destinados aos funcionários da Empresa. Os engenheiros e pessoal qualificado ficaram em bairros de moradias, enquanto que os operários ficaram em bairros compostos por blocos de apartamentos idênticos. As rendas em todos os bairros eram meramente simbólicas. Em 1957 os bairros da CUF no Barreiro tinham 580 casas com 2210 habitantes<sup>9</sup>.

No entanto, a CUF não se limitou a proporcionar alojamento aos seus trabalhadores. Junto às zonas residenciais surgiram serviços e infra-estruturas de apoio. Construíram-se balneários e lavadouros, despensa (15 400 pessoas abastecidas<sup>10</sup>) e padaria (6428 pessoas abastecidas)<sup>11</sup>, que se destinavam ao fornecimento de géneros a preços muito vantajosos para o pessoal da CUF. Existiam também os refeitórios e *messe* (614 787 refeições fornecidas)<sup>12</sup>, e a Farmácia.

Em 1941 criou-se a «Caixa de Previdência do Pessoal da CUF e associadas» (que só no Barreiro, entre trabalhadores e famílias, contava com uma população de 15 000 pessoas), no Posto Médico onde se passou a prestar assistência às famílias dos trabalhadores, também funcionava o serviço de medicina no trabalho, e a Maternidade (onde se prestava assistência na gravidez e no parto às operárias e às mulheres dos operários). No momento do nascimento dos filhos, as operárias recebiam um subsídio de 1200\$00 mais um enxoval, podendo ainda gozar um mês de licença de parto com ordenado por inteiro<sup>13</sup> (pelo casamento a Companhia concedia um subsídio de 1000\$00 aos noivos, podendo gozar três dias de licença)<sup>14</sup>. A empresa possuía também uma Creche (90 crianças)<sup>15</sup>, abriu um Infantário e, desde 1927, mantinha em funcionamento

a Escola Primária para ambos os sexos (310 crianças, 3400 cadernos distribuídos gratuitamente<sup>16</sup>).

A CUF proporcionou não só instrução e assistência na doença às famílias, como passou a enquadrar os tempos de lazer dos operários e descendentes. Aos sábados à tarde funcionava no Barreiro um «Centro Educativo» onde as crianças, depois da escola, podiam desenvolver actividades desportivas e recreativas (patinagem, ginástica, catequese) e a partir da década de 40 organizou regularmente «Colónias de Férias» em Almoçagem com a duração de vinte dias, para os filhos dos operários (1452 crianças<sup>17</sup>). Desde a implantação das primeiras fábricas que o Grupo Desportivo da CUF começou a funcionar, foi progressivamente ganhando prestígio a nível regional e nacional, constituindo-se como um poderoso instrumento de propaganda da Empresa. Inicialmente contava apenas com campo de jogos, em 1957 registava já 500 atletas de nove modalidades diferentes e empreendia o projecto de construção da «Cidade Desportiva». Ainda no domínio do lazer construiu um cinema com 1200 lugares.

Como já foi diversas vezes referido, na sua época a CUF impôs-se como um exemplo de capacidade de modernização das empresas portuguesas. Aos problemas de cariz social e à insuficiente formação dos trabalhadores, respondeu com uma política social diversificada na assistência aos operários, paralelamente à expansão das actividades económicas e da concentração industrial.

## **Responsabilidade Social na CUF: um olhar crítico**

### **O (mau) exemplo da CUF**

Apesar da postura socialmente responsável que a CUF assumiu com os seus colaboradores, a questão ambiental foi descurada. A partir da década de 30 começaram a surgir os primeiros problemas de saúde entre os operários como consequência da grande poluição atmosférica. Os problemas acentuaram-se e levaram (ainda na década de 40) a Empresa a tomar algumas medidas, como a colocação de filtros nas chaminés e medidores da qualidade do ar. Medidas claramente insuficientes! Após cinquenta anos de presença no Barreiro verificava-se já o desaparecimento das salinas e de muitas espécies no rio Tejo. O ar era «irrespirável» e a poluição impossibilitava a exploração agrícola nas áreas limítrofes<sup>18</sup> (muitas actividades tradicionais na economia local acabaram, nomeadamente a piscatória, salineira e agrícola). Verificava-se também entre

os operários uma acentuada presença de problemas de saúde relacionados, sobretudo, com as doenças respiratórias e da visão<sup>19</sup>.

Hoje, cem anos após a instalação das primeiras fábricas, sentem-se os efeitos de uma política de crescimento não sustentada ambientalmente. Apesar da poluição atmosférica ter sido substancialmente reduzida, o Tejo e as praias fluviais encontram-se irremediavelmente contaminados (sobretudo com «Metais Pesados», resultantes da indústria química); também a deposição de resíduos perigosos e a elevadíssima contaminação dos solos no Parque Industrial constitui um entrave ao desenvolvimento, impedindo a instalação de novas empresas potencialmente interessadas no local<sup>20</sup> (logística e novas tecnologias, sobretudo).

Torna-se imperativo a remoção de resíduos perigosos e despoluição dos solos, que têm condicionado a viabilidade do Parque Industrial, porém o custo associado a essa operação tem dificultado o aparecimento de financiadores; o Parque que possui evidentes vantagens competitivas (área livre, infra-estruturas, localização) vive um impasse resultante do descuro da questão ambiental durante décadas.

### *Teoria e Evolução da Responsabilidade Social da Empresa*

No estrangeiro existiram também outros exemplos de empresas socialmente responsáveis – em 1920 Henry Ford defendia que as empresas tinham de participar no bem-estar colectivo, e anteriormente no século XIX um conjunto de empresas inglesas como o *Barclays*, *Lloyds*, *Price Waterhouse* e *Cadbury* ficaram conhecidas por, a par do seu bom desempenho económico, terem sido as primeiras a recusar a escravatura e a indústria de guerra. Isto prova que a ideia de responsabilidade social das empresas não é nova, nem simplesmente uma «moda».

Contudo, nem só às empresas se devem as iniciativas tomadas no âmbito da responsabilidade social; a pressão feita pelos consumidores na exigência de uma nova postura em algumas empresas provocou grandes alterações, o exemplo mais paradigmático foi o boicote à *General Motors* dos EUA nos finais dos anos 60, conduzindo à aprovação de uma série de leis a impor segurança aos automóveis fabricados e que se generalizaram posteriormente a todos os fabricantes.

Na verdade, este conceito de «Responsabilidade Social» tem evoluído e vindo a ganhar uma dimensão mais abrangente; resta clarificar o que é a Responsabilidade Social das empresas tal como a entendemos hoje, numa altura

em que estas a assumem de forma mais concertada e quando começam a surgir os primeiros esboços de relatórios de Responsabilidade Social.

No «Livro Verde», lançado pela Comissão Europeia sobre o tema, a Responsabilidade Social das Empresas é definida como «um comportamento que as empresas adoptam voluntariamente e para além das prescrições legais, porque consideram ser esse o seu interesse a longo prazo», este «comportamento» refere-se em parte a estratégias empresariais que não são indiferentes aos efeitos sociais e ambientais das suas actividades, desenvolvendo um conjunto de preocupações para além do seu desempenho financeiro.

Actualmente podemos clarificar as diferentes perspectivas sobre o conceito de «Responsabilidade Social»:

- a) A visão clássica, segundo a qual as empresas respondem apenas perante os *stockholders* e por isso a sua única responsabilidade é gerar o máximo de retorno ao capital investido, não deixando de cumprir as prescrições legais.
- b) A visão socioeconómica que defende o alargar das responsabilidades das empresas aos *stakeholders* (ou seja, os empregados, clientes, comunidade onde está inserida e *stockholders*), entende-se que a gestão deve não só garantir o retorno do capital investido, como promover o bem-estar da sociedade.

A visão clássica tem uma concepção minimalista e objectiva da responsabilidade social das empresas, no entanto a visão socioeconómica apresenta diferentes níveis que variam directamente com o grau de abrangência da Responsabilidade Social, sendo possível construir um modelo de progressão da responsabilidade social numa organização, assim temos:

1. Nível 1: Os gestores seguem a visão clássica da responsabilidade social, zelam pelo retorno do capital e cumprem as prescrições legais;
2. Nível 2: Com o objectivo de atrair, motivar e manter os bons empregados os gestores alargam as responsabilidades a um importante grupo dos *stakeholders*, os recursos humanos – focando-se nos seus interesses;
3. Nível 3: A gestão acredita que para cumprir as responsabilidades para com os *stockholders* deve ir ao encontro das necessidades dos restantes *stakeholders*, ou seja, empregados, clientes, fornecedores e a comunidade onde se insere;
4. Nível 4: Os gestores sentem que devem promover o bem-estar público, devolvendo parte dos lucros que a sociedade lhes permitiu criar, para isso promovem a justiça social, a preservação do ambiente e activida-

des culturais e sociais... Têm estas posições mesmo que isso signifique um impacto negativo nos lucros de curto prazo.

Desde os anos 60 até aos dias de hoje, tem-se assistido ao crescimento exponencial da importância política, económica e social, da preservação dos recursos naturais. Em 1972 a publicação do Relatório Meadows, *The Limits to Grow*, aponta a incompatibilidade entre crescimento económico, como era entendido na altura, e a preservação dos recursos naturais, devido à exaustão de recursos por ele motivado. Seria o primeiro passo para o nascimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Não se punha a hipótese de parar o crescimento económico, contudo era preciso identificar as condições que permitissem conciliar esse crescimento com a preservação do ambiente, sob pena de se condicionar o próprio crescimento económico no futuro.

No ano em que o relatório foi lançado discutiu-se na Conferência de Estocolmo<sup>21</sup> o tema da interligação entre desenvolvimento humano e ambiental, e em 1987 a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) deu a primeira definição do conceito: «Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de satisfazer essas mesmas necessidades às gerações futuras». No plano de sustentabilidade para o século XXI adoptado na Cimeira do Rio de Janeiro<sup>22</sup>, em 1992, fixaram-se os três eixos do Desenvolvimento Sustentável: eixo económico (procura de um novo contexto de eficácia económica), eixo ambiental (o desenvolvimento deve contribuir para preservar, melhorar, e valorizar o ambiente) e o eixo social (o desenvolvimento deve partir das necessidades humanas e responder a objectivos de equidade social) – ou os 3 P – *People, Planet, Profit* –, como lhe chamou a *Shell* no seu relatório de sustentabilidade. Identificados os pilares do Desenvolvimento Sustentável, o desafio é saber como se vai operar o crescimento económico à luz desta nova consciência!

O tema tem sido alvo de inúmeros estudos, importa saber se a Responsabilidade Social e a adopção de práticas de gestão ambientalmente sustentadas («Gestão Verde») compensa em contextos competitivos tão fortes como os que a globalização tem criado. As conclusões a que se tem chegado são que estas práticas não prejudicam o desempenho das organizações no longo prazo; exemplo disso são as aplicações financeiras que excluem as organizações sem o apoio ético dos consumidores (*o social screening*) terem revelado prestações equivalentes às restantes. Devemos também ter em conta que os consumidores



dos países ricos (que têm mais poder de compra) se estão a tornar cada vez mais exigentes e sensíveis aos aspectos da Responsabilidade Social Empresarial.

Há ainda a referir a importância da certificação como forma de validar as práticas socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis – de que são exemplo as normas ISO e SA 8000; em muitas empresas o investimento em certificação faz parte dos relatórios de sustentabilidade e da política de responsabilidade social.

### ***Como se materializava o modelo de Responsabilidade Social da CUF à luz das novas teorias?***

O modelo de Responsabilidade Social da CUF materializava-se sobretudo em práticas internas, pelos serviços e infra-estruturas destinadas exclusivamente aos funcionários e descendentes e pela aposta na qualificação e realização profissional dos recursos humanos. Partindo do «modelo de progressão da responsabilidade social nas organizações» podemos situar este modelo da CUF numa resposta social de «nível 2», em que a Empresa passa a ter uma «atitude reactiva», respondendo não só perante os accionistas, mas preocupando-se igualmente com o bem-estar dos empregados. Dado o contexto histórico em que o modelo da CUF foi implementado podemos concluir que para os quadros qualificados este programa tinha como objectivo consolidar o Barreiro como pólo de atracção, enquanto que para os trabalhadores indiferenciados existiam claros objectivos de pacificação que podiam conduzir a uma relação de cumplicidade e aproximação entre classes que se consideravam antagonistas. Apesar de hoje o panorama da Responsabilidade Social ser muito mais abrangente, e uma política de responsabilidade social virada exclusivamente para os funcionários ser considerada uma remuneração indirecta do factor trabalho, uma resposta de «nível 2» para a época constituiu um progresso assinalável no Portugal dos anos 50 e 60, um período em que os empresários pouco se preocupavam com estas questões e o alcance do Estado era muito limitado.

Ainda no seguimento das respostas de «nível 2» importa lembrar as campanhas de alfabetização promovidas pela Empresa para os seus trabalhadores mais desqualificados; qual seria o verdadeiro ganho da CUF ao gastar recursos a alfabetizar trabalhadores cujas competências exigidas eram unicamente a força física?

A questão anterior conduz-nos às iniciativas socialmente responsáveis que o Grupo CUF tomou e que constituem as suas «práticas externas», podendo

já ser colocadas ao «nível 3» de resposta social, porque apesar de suportadas pela fábrica se encontravam ao serviço dos funcionários e das populações. A Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva (onde os alunos podiam aceder em condições de igualdade aos incentivos disponibilizados pela Empresa, bem como escolher o local onde quisessem trabalhar depois de concluir as suas formações técnicas); o grupo desportivo e o cinema constituem exemplos de investimentos destinados a melhorar as condições da comunidade onde se inseria a Empresa, compensado os impactos negativos que a sua actividade gerava no Barreiro.

Como vimos anteriormente as preocupações ambientais constituem também práticas externas de uma empresa socialmente responsável; neste domínio a CUF teve um modelo de crescimento não sustentado ambientalmente, o que prova como uma política ambiental pouco sustentada pode ter múltiplos impactos, condicionando em última instância as potencialidades de desenvolvimento económico, não só pela delapidação de recursos, como também pela degradação de espaços para a instalação e desenvolvimento de actividades económicas em condições de viabilidade.

O exemplo da CUF permite concluir que Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável devem ser conceitos indissociáveis. Se a Responsabilidade Social se centra nas questões ligadas à postura da empresa face aos trabalhadores e à comunidade, o Desenvolvimento Sustentável privilegia as questões económicas e ambientais. No entanto os dois complementam-se: uma empresa socialmente responsável deve também orientar-se pelos princípios do Desenvolvimento Sustentável, e, conseqüentemente, uma empresa regida pelos princípios do Desenvolvimento Sustentável é uma empresa socialmente responsável em toda a abrangência do conceito.

## Notas

<sup>1</sup> Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família* (2.ª edição), Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1998, p. 143.

<sup>2</sup> Harrington Sena, *50 Anos da CUF no Barreiro*. Barreiro, Direcção das Fábricas do Barreiro da Companhia União Fabril, 1958, p. 175.

<sup>3</sup> Harrington Sena, *op. cit.*, p. 7.

<sup>4</sup> Entrevista a Aníbal Marques ex-aluno da EICAS e ex-trabalhador da CUF, 24 de Março de 2007.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> Entrevista a Américo Rainho ex-aluno da EICAS e ex-trabalhador da CUF, 24 de Março de 2007.

<sup>7</sup> Ana Nunes de Almeida, *op. cit.*, p. 173.

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> Harrington Sena, *op. cit.*, p. 183.

<sup>10</sup> *Idem.*

<sup>11</sup> *Idem.*

<sup>12</sup> *Idem.*

<sup>13</sup> Ana Nunes de Almeida, *op. cit.*, p. 173.

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> Harrington Sena, *op. cit.*, p. 183.

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> Armando da Silva Pais, *O Barreiro Contemporâneo* (II Volume), Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1968, pp. 115-119.

<sup>19</sup> Harrington Sena, *op. cit.*, p. 179.

<sup>20</sup> Pedro Brinca, Paula Pinto, «Não é possível reconverter um espaço com estas características em pouco tempo», *Setúbal na Rede*, Setúbal, 16 de Agosto de 2005, edição online.

<sup>21</sup> Conferência de Estocolmo, a primeira reflexão conjunta dos diferentes Estados sobre a relação entre a protecção do ambiente e o desenvolvimento humano.

<sup>22</sup> «Conferência do Rio» ou «Cimeira da Terra». Nesta Cimeira foi adoptada a «Agenda 21», um plano global de acção para ser posto em prática por todos os governos e ainda três convenções: a convenção sobre as mudanças climáticas, a convenção sobre a diversidade biológica e a convenção sobre a desertificação.

## Bibliografia

AGUIAR, J.; GOMES, G.; CALADO, J. *Augusto Cabrita – Na Outra Margem – O Barreiro anos 40 e 60*, Lisboa, Grupo José de Mello, 1999.

ALMEIDA, Ana Nunes. *A Fábrica e a Família*. 2.<sup>a</sup> Edição. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1998.

BRINCA, Pedro; PINTO, Paula «Não é possível reconverter um espaço com estas características em pouco tempo». *Setúbal na Rede*, Setúbal, 16 de Agosto de 2005, edição online.

PAIS, Armando da Silva. *O Barreiro Contemporâneo* (II Volume), Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1968.

ROBBINS, Stephen; COULTER, Mary. *Management*. New Jersey: Prentice Hall, 2007.

SENA, Harrington. *50 Anos da CUF no Barreiro*, Barreiro, Direcção das Fábricas do Barreiro da Companhia União Fabril, 1958.



Foto de Augusto Cabrita



Foto de Augusto Cabrita



**A CUF E O BARREIRO: O LEGADO DE  
ALFREDO DA SILVA**



## **Alfredo da Silva e Salazar: oportunidade para um balanço de investigação**

*Miguel Figueira de Faria\**

---

O título da comunicação «Alfredo da Silva e Salazar», anunciado na programação do presente colóquio, coincidia com a terceira parte de um projecto de investigação estabelecido em torno da vida e obra de Alfredo da Silva, que havíamos iniciado em 2001.

Não apresentado na data prevista<sup>1</sup>, o tema perdeu a actualidade que então revelava, dado os resultados da pesquisa terem, entretanto, visto já a luz do prelo em finais de 2009<sup>2</sup>.

Pareceu-nos, então, mais oportuno aproveitar a ocasião para fazer um primeiro balanço de todo o projecto e remeter o leitor para o trabalho já editado que concentra e aprofunda devidamente a temática que nos propusemos apresentar.

O interesse pelo tema começara, na realidade, anos antes, no momento em que coordenámos uma investigação sobre a História da Lisnave<sup>3</sup>, ao longo da qual, procurando fixar as origens do interesse da CUF pela indústria da reparação e construção naval, aflorámos o período de concessão dos estaleiros da Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL) a Alfredo da Silva e à União Fabril, a partir de 1937<sup>4</sup>.

---

\* Centro de Estudos de História Empresarial do Instituto de Investigação Pluridisciplinar da Universidade Autónoma de Lisboa (IIPUAL).



Por essa altura Carolina Peralta, uma das investigadoras da equipa do Centro de Estudos de História Empresarial, então recém-criado<sup>5</sup>, chamou-nos a atenção para o relacionamento próximo de um seu ascendente – Paes Borges, gerente da Casa Bancária José Henriques Totta, braço financeiro do grupo – com o patrão da CUF, a par da existência de um assinalável conjunto de documentação no respectivo arquivo de família incluindo muitas cartas autógrafas de Alfredo da Silva relativas aos anos 20.

A sobrecarga de projectos que então geria não permitiu que desse, de imediato, a atenção devida ao referido espólio e a recomendação repetidas vezes feita ficaria no esquecimento. Mas o interesse manter-se-ia latente e o tema voltaria à ordem do dia quando, em 2001, recebi o convite para realizar um estudo sobre a vida e obra do seu antepassado.

Iniciava-se, então, o projecto que ao longo dos últimos oito anos vimos desenvolvendo e ao longo do qual, como decorrência natural da investigação realizada, foi possível produzirmos três diferentes títulos: *Alfredo da Silva. Biografia* (Bertrand, 2004), *Manuel de Mello. Biografia* (Inapa, 2007) e o já referido *Alfredo da Silva e Salazar* (Bertrand, 2009).

Note-se que, à partida, a *fortuna crítica* sobre Alfredo da Silva era mínima, o que não significava uma falha de percepção sobre a importância da personagem. Pelo contrário a lacuna historiográfica era reconhecida e encontrava-se devidamente detectada<sup>6</sup>.

Acrescente-se que havia anteriormente acontecido uma «falsa partida», com a realização de um trabalho da autoria de António Dias Miguel que, por circunstâncias várias, não passou das provas tipográficas<sup>7</sup>, tornando-se não obstante os exemplares que circularam policopiados como principal fonte comum aos exercícios biográficos realizados a partir de então.

Foi o caso das sínteses de Maria Fernanda Rollo<sup>8</sup> ou de Joana Leitão de Barros e Ana Filipa Silva Horta que muito lhe devem, estas últimas autoras, no texto que interligava a pesquisa iconográfica de indiscutível mérito efectuada em torno de Alfredo da Silva<sup>9</sup>.

O patrão da CUF não passou igualmente despercebido à atenção da escola sociológica e encontramos neste âmbito subsídios com inegável interesse mas na maior parte dos casos infelizmente já datados<sup>10</sup>, a que haverá ainda a acrescentar a obra colectiva sobre a História da Engenharia na qual participaram alguns dos investigadores da nossa equipa<sup>11</sup>. Neste contexto surgiu o primeiro trabalho do nosso projecto de investigação, *Alfredo da Silva. Biografia*. Na respectiva «Introdução» enunciávamos, então, os nossos propósitos:

Dar a conhecer os empreendedores no domínio da biografia, acrescentando-os ao naipe dos protagonistas habituais deste género literário. Eis o primeiro objectivo a que este trabalho se propõe. Neste pressuposto, a eleição de Alfredo da Silva como personalidade com «direito à biografia» foi uma conclusão lógica e consensual<sup>12</sup>.

No mesmo momento salientámos a utilidade do projecto que então iniciávamos:

Quando questionado sobre que trabalho me concentrava nestes últimos tempos e respondia que tinha em curso uma investigação sobre Alfredo da Silva, muitos dos interessados comentavam: « o homem da CUF! ». Mas num breve inquérito apercebemo-nos que esta memória se circunscrevia a uma faixa etária já estreita, na generalidade fixada acima dos quarenta. O nome do industrial já pouco diz aos mais novos. Num tempo que se discute, com renovado interesse, a valia do empresário português, parece oportuno oferecer a um público alargado o perfil daquele que, mesmo para os que mais o contestam, foi reconhecido pela obra construída.

Salientávamos na altura a *penumbra biográfica* a que se encontravam – e de certa forma ainda se encontram – votados os empresários<sup>13</sup>, distorção que nos propúnhamos atenuar, consciencialização que esteve na origem do *Dicionário de História Empresarial* que, em parceria com José Amado Mendes, iniciámos recentemente a organização<sup>14</sup>.

Mas, para que não percamos o objecto da nossa intervenção, regressemos à *Biografia de Alfredo da Silva*. Enunciámos então os princípios metodológicos que nos orientariam ao longo de todo o projecto:

[...] Procurou-se combater a muitas vezes patente incapacidade do biógrafo em libertar-se do fim da história e fazê-la ao contrário, ou seja, insistindo na necessidade de obter uma visão real de «cada idade» do protagonista, sem as alicerçar no tempo último que conferiu ao modelo o direito à notoriedade. Essa inclinação, amiúde cultivada, distorce a possibilidade de captação de uma visão evolutiva da personalidade, justificando a construção metódica do seu passado em concordância com

um futuro que nós conhecemos, mas que o herói em cada tempo ignora, e que muitas vezes acidentalmente alcança. A fixação desta lógica invertida, em que se procura encontrar em cada traço um fragmento metamórfico em desenvolvimento coerente com o final, acaba por mergulhar em valores tão vagos como a predestinação, afastando o lado incidental tão frequente nos trajectos célebres. Por outro lado, inibe a capacidade de fixar quadros intermédios mutantes, numa sucessão de estados evolutivos onde a personagem pôde modelar o seu caminho, que é necessário compreender isoladamente antes de proceder ao seu encadeamento, sendo de admitir que a soma dessas novas pesquisas nem sempre produz um itinerário linear e coerente. O afastamento dessa visão, predeterminada, permitiu-nos a liberdade de apresentar uma personalidade mais humana, muitas vezes condicionada, no imediato, à solidão da sua individualidade, pesando as decisões, enfrentado os próprios conflitos internos, expondo as suas fragilidades, num enriquecimento da sua experiência, que uma visão inteira oculta na cortina do sucesso final<sup>15</sup>.

Finalmente alertávamos, face à sempre verdadeira máxima do historiador gerir, por definição, informação incompleta, de que nos propúnhamos «fazer despertar a atenção para a necessidade de novos estudos, tanto em monografias relacionadas com as suas empresas a merecer tratamento individual, com natural destaque para a Companhia União Fabril, como em aprofundamentos temáticos da sua própria existência como empresário e político, que permita no futuro, novo investimento biográfico a realizar, então, com outra sustentação muito diversa da que encontrámos à partida [...]» acrescentando que «o presente trabalho é, apenas, um primeiro e incompleto contributo, que trabalhos futuros poderão melhor avaliar».

### **O elo esquecido**

O projecto prosseguiu com a investigação em torno do continuador de Alfredo da Silva à frente dos destinos da CUF que deu origem ao segundo trabalho da série: *Manuel de Mello*<sup>16</sup>. Se tivéssemos que escolher um outro título para esta obra recorreríamos certamente à expressão utilizada na respectiva introdução: *O elo esquecido*<sup>17</sup>.

Com efeito, o contributo e o legado de Manuel de Mello – recorde-se, casado com Amélia, herdeira universal de Alfredo da Silva – encontrava-se esquecido sob o efeito *contraluz* da personalidade arrebatadora do sogro. A dúvida equacionada, à partida, fazia então todo o sentido:

[...] o contributo pessoal de Manuel de Mello foi, em grande parte, entendido como um mero prolongamento da obra de Alfredo da Silva, consequente da dinâmica legada pelo seu antecessor. Neste contexto, a imagem que chegou aos nossos dias oscila entre a dúvida sobre os seus méritos e o desconhecimento generalizado da obra realizada. Um líder de transição? Ou, efectivamente, um empreendedor, um intérprete de primeira linha?<sup>18</sup>.

Urgia esclarecer, no feixe temático então definido, como *Mello* se havia tornado sinónimo de empreendedorismo, sobrepondo-se ao patronímico *Silva* do fundador, na memória colectiva. O fenómeno, determinante para melhor compreender a cultura empresarial do mais importante grupo económico anterior a Abril de 1974, não foi infelizmente alvo da pesquisa sobre as famílias empresariais portuguesas do século xx, não tendo sido tratado nos estudos de Maria Antónia Pedroso de Lima<sup>19</sup> ou de Manuel Lisboa<sup>20</sup>, deixando neste caso o caminho aberto a futuras investigações<sup>21</sup>.

O interesse pela personalidade e obra de Alfredo da Silva ampliar-se-ia, entretanto, consideravelmente, não tanto ao nível da investigação universitária, mas, sobretudo, por oportunos trabalhos de divulgação que, a propósito, da comemoração que agora celebramos produziram um conjunto interessante de títulos que vieram indiscutivelmente enriquecer a memória do grande industrial<sup>22</sup>.

Por outro lado, os trabalhos relativos à história dos movimentos operários não podiam contornar a dinâmica existente no Barreiro no contexto do concentração fabril da CUF, área onde ganham expressão os trabalhos em desenvolvimento por Vanessa Almeida<sup>23</sup>, na esteira de outros anteriores<sup>24</sup>.

O reacender deste interesse propagar-se-ia, igualmente, aos fóruns de discussão virtuais com múltiplas manifestações na *blogosfera* e com a criação, inclusive, de *sítios* especializados sobre o tema em análise<sup>25</sup>.

Mas, em todo, o caso no intervalo de tempo entre a nossa primeira proposta e o terceiro inquérito realizado, de que falaremos em seguida, não surgiram estudos de referência que nos permitissem alicerçar de modo mais consistente a sequência dos nossos trabalhos.

Não é de estranhar pois que tenha persistido nesta cadeia de pesquisas o escrutínio privilegiado de fontes primárias, recurso que atravessa horizontalmente a estrutura dos três títulos produzidos e solução que se intensificou no último que, em seguida, apresentamos.

### Uma relação sinuosa

Se na *Biografia de Alfredo da Silva* havíamos privilegiado o estudo das suas origens familiares e o seu percurso de afirmação como empresário e industrial na primeira fase da sua vida, no terceiro volume da presente linha de investigação a nossa atenção concentrar-se-ia, como o título indica, no seu relacionamento com António de Oliveira Salazar, o ainda jovem político em ascensão.

Como referimos no nota introdutória, «este último painel do tríptico planeado, ainda de afloramento biográfico, apresentou-se, porém, mais complexo, visto ser resultante do cruzamento de duas personagens de importância capital nos domínios em que se notabilizaram. Sem que possamos estabelecer um padrão, dada a singularidade de carácter de ambos os protagonistas, a investigação efectuada permitiu-nos aceder à forma como Alfredo da Silva se articulou com o poder político na fase madura da sua vida e, por outro lado, entender o modo como Salazar lidava com os empresários»<sup>26</sup>.

Procurámos, à partida, libertar-nos do peso *icónico* de cada um dos protagonistas para os surpreender no ponto certo do seu respectivo itinerário, a fim de nos permitir colocar, frente a frente, o já muito experiente Alfredo da Silva, com 57 anos de idade na altura dos primeiros encontros com o futuro presidente do Conselho, e Salazar que, então aos 38 anos, iniciava a sua *longa marcha*.

No respectivo *Prefácio* salientámos que a relação de Alfredo da Silva e Salazar não foi linear, ao longo dos cerca de catorze anos em que se desenvolveu, definindo-a como uma «relação sinuosa». Tivemos a preocupação de iniciar a narrativa ainda antes da chegada ao poder do fundador do Estado Novo. Essa visão retrospectiva permitiu-nos estabelecer a evolução do relacionamento do industrial com os poderes que se sucederam e ganhar referências comparativas, face ao seu relacionamento com Salazar.

Sintetizando a estrutura do novo título e as opções temáticas que seguimos, procurámos estabelecer um quadro de partida do *exilado* (prólogo) e do seu combate (I Capítulo), até à sua regeneração política (II). Seguiu-se uma

segunda parte com a aproximação de Alfredo da Silva ao regime, em plena crise mundial (III-IV), onde descrevemos os primeiros encontros entre o industrial e o político, na luta pela sobrevivência da CUF, no contexto da *Grande Depressão* (V). Finalmente, reconhecemos o momento de maior atrito com a *situação*, ditado pelos interesses contraditórios no sector da Marinha Mercante (VI), para concluirmos numa derradeira etapa de consolidação da convergência com Salazar, no quadro dos grandes conflitos internacionais que eclodiram na segunda metade da década de 30 (VII).

«Uma relação sinuosa», insistimos, «construída por cumplicidades e confrontos, mas sem rupturas irreversíveis. Para ilustrar a presente obra, procurámos identificar imagens em que se encontrassem em simultâneo Alfredo da Silva e Salazar, tarefa por concluir, apesar dos esforços desenvolvidos por toda a equipa de investigação. Metáfora plena de significado, definida nesta carência iconográfica, se atendermos à natureza dos protagonistas em presença, numa relação ausente de convivência social, composta por encontros, telefonemas, mas convenientemente construída de distâncias...»<sup>27</sup>.

A análise da correspondência de Alfredo da Silva para Salazar permitiu-nos testemunhar o desenvolvimento de um relacionamento que, como referimos atrás, não foi linear. É um diálogo, porém, de que apenas se conhece um sentido porque não foi possível localizar a correspondência do ministro para o industrial. Mesmo admitindo o recato epistolográfico de Salazar fora do seu muito restrito círculo de confiança, e a sua tradicional forma de comunicação através de breves comentários lançados em cartões, nem esses limitados testemunhos se encontram localizados. Trata-se, portanto, de um *monólogo* onde, apesar da ausência de respostas, é possível detectar uma sequência que passou, ao longo dos catorze anos de duração, por diversas fases. Uma primeira etapa mais acidentada, até 1936, onde assistimos a uma metamorfose que se inicia no formalismo, e evolui sucessivamente para outras variantes: informalismo, dependência e ansiedade, pressão social e política, cooperação e conflito; e uma segunda parte onde se regista uma relativa estabilidade, que chega com o reforço dos interesses – e convicções – comuns, face ao radicalizar da conjuntura política europeia, particularmente visível a partir da eclosão da Guerra Civil de Espanha (1936-1939).

Esta última fase de maior proximidade Alfredo da Silva a Salazar fica bem assinalada pela presença simbólica do industrial à frente dos operários da CUF, na grande manifestação de apoio ao chefe do Governo realizada na Praça do Comércio, a 27 de Fevereiro de 1939, promovida pelos Grémios e Sindicatos

Nacionais, Casas do Povo e dos Pescadores, Ordens Profissionais, etc.<sup>28</sup>, num dos momentos apoteóticos do regime numa conjuntura em que se clarificava a vitória dos nacionalistas de Franco na Guerra Civil de Espanha e em vésperas da eleição do Papa Pio XII.

Não nos alongaremos mais nesta breve intervenção. Cumpríamos desta forma mais uma etapa do programa a que inicialmente nos propusemos. O projecto *Alfredo da Silva* deverá, agora, prosseguir com uma última investigação que aprofunde o período intermédio da sua vida (1908-1926), tendo como marcos de referência a chegada da CUF ao Barreiro e o final da Primeira República, cuja conclusão prevemos para o próximo ano de 2011. Oportunamente daremos notícia do desenvolvimento desta última fase da linha de investigação, iniciada em 2001, e da publicação dos respectivos resultados.

## Notas

<sup>1</sup> Não pôde o autor comparecer por motivos de saúde, como oportunamente foi comunicado.

<sup>2</sup> Cf. Miguel Figueira de FARIA, *Alfredo da Silva e Salazar*, Lisboa, Bertrand, 2009. As actas do presente colóquio acabaram por ser editadas posteriormente, dado os habituais inconvenientes de obras de colaboração vária que atrasaram o encerramento dos trabalhos.

<sup>3</sup> Miguel Figueira de FARIA (coord.), prefácio de José Manuel de MELLO, colaboração de Ana Paula TUDELA, Paulo ESPÍRITO SANTO, Paulo FERNANDES, Paulo OLIVEIRA, Vanda SAIOTE, *Lisnave, Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*, Lisboa, Inapa, 2001. Editado nesta última data, a investigação teve, porém, início em 1998.

<sup>4</sup> Veja-se, sobretudo, os contributos de P. ESPÍRITO SANTO e Vanda SAIOTE, «A construção naval no Grupo CUF. Do Barreiro aos Estaleiros da Rocha», *op. cit.*, supra, pp. 25-45 e A. P. TUDELA, «O Estaleiro da Rocha no período da Segunda Guerra Mundial», pp. 47-60.

<sup>5</sup> O Centro de Estudos de História Empresarial foi criado no seio da Universidade Autónoma de Lisboa, no ano 2000.

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, a síntese biográfica «Alfredo da Silva e a CUF» feita por António José TELO, in João MEDINA, *História de Portugal*, vol. XI, Clube Internacional do Livro, p. 247: «Uma última nota. Infelizmente, não há uma biografia de Alfredo da Silva, que esclareça os aspectos ainda pouco estudados do homem, do industrial e do político...» Aliás, a sua relevância, como empresário de excepção, já impressionara o sociólogo francês P. Descamps, que lhe traçou um primeiro retrato nos inícios dos anos de 1930. Cf. Paul DESCAMPS, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot et C.<sup>a</sup>, 1935, p. 362.

<sup>7</sup> O trabalho de António Dias MIGUEL seria realizado em meados da década de 60.

<sup>8</sup> ROLLO, Maria Fernanda, «Le «grand industriel» Alfredo da Silva (1871-1942)», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, Lisboa-Paris, 2000, pp. 209-228.

<sup>9</sup> VIEIRA, Joaquim (direcção), *Alfredo da Silva*, in *Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

<sup>10</sup> PAIS, José Machado, *ed. al.*, «Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38», in *Análise Social*, n.ºs 46 e 54, Lisboa, 1976/1978.

<sup>11</sup> BRANDÃO DE BRITO, José Maria, *ed. al.*, *Engenho e Obra*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002.

<sup>12</sup> FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand, 2004, p. 7.

<sup>13</sup> Registe-se um bom exemplo na recente produção literária no trabalho de José Miguel SARDICA, *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, Política e Sociedade no Século XIX*, s. 1., Quimera, 2005.

<sup>14</sup> Trata-se de uma obra na qual se contemplarão os vários sectores da economia, em seis volumes, sendo os cinco primeiros dedicados às empresas e o sexto à biografia de empresários. O primeiro volume, relativo ao sector financeiro (Banca e Companhias de Seguros), encontra-se em fase avançada de elaboração.

<sup>15</sup> FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand, 2004, pp. 9-10.

<sup>16</sup> FARIA, Miguel Figueira de, *Manuel de Mello. Biografia*, Lisboa, Inapa, 2007.

<sup>17</sup> Ao invés, sobre o seu filho Jorge de Mello, era já conhecida alguma informação, inicialmente através do trabalho de Maria Filomena MÓNICA, *Os grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990, pp. 199-217 e depois, de forma mais consistente, na biografia da autoria de Jorge Fernandes ALVES, *Jorge de Mello. «Um Homem». Percursos de um Empresário*, Lisboa, INAPA, 2004.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 5.



<sup>19</sup> Cf. LIMA, Maria Antónia Pedroso de, *Grandes Famílias Grandes Empresas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003. O «universo de análise» do projecto foi constituído pelos seguintes grupos: Espírito Santo, Orey Antunes, Ciminato, Somague, Vista Alegre, Casa E. Pinto Basto, e Mendes Godinho. Cf. *op. cit.*, p. 151.

<sup>20</sup> LISBOA, Manuel, *A Indústria Portuguesa e os seus dirigentes*, Lisboa, Educa, 2002. Este estudo concentra-se sobre a segunda metade do século XX, afastando-se da cronologia em análise e referindo-se apenas de passagem a Alfredo da Silva. Por sua vez, Alfredo da Silva e a CUF também não puderam ter o desenvolvimento que mereciam, dado o carácter de síntese da obra de Manuel Ferreira RODRIGUES e José Amado MENDES, *História da indústria portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América/Associação Industrial Portuense, 1999, pp. 257-259 e 349.

<sup>21</sup> Sobre a actualidade do tema das empresas com base familiar veja-se, por exemplo, a síntese de Andrea COLLI, *The History of Family Business*, Cambridge University Press, 2003.

<sup>22</sup> Bibliografia animada pela comemoração do centenário da instalação da CUF no Barreiro, com interessante conjunto de publicações das quais convirá referir a colectânea fotográfica, com textos apropriados, coordenada por António CAMARÃO, A. Sardinha PEREIRA e José Miguel LEAL da SILVA, *A Fábrica*, Lisboa, Bizâncio, 2008. No mesmo ciclo editorial se deverão citar, ainda, os trabalhos de Jorge MORAIS, *Rua do Ácido Sulfúrico: padrões e Operários: Um Olhar sobre a CUF do Barreiro*, Lisboa, Bizâncio, 2008, a síntese dos jornalistas Fernando SOBRAL, Elisabete de SÁ e Agostinho LEITE, *Alfredo da Silva a Cuf e o Barreiro*, Lisboa, Bnomics, 2008, e o mais recente – e com redobrado mérito – estudo de Pedro CASTRO, *Salazar e os Milionários*, Lisboa, Quetzal, 2009, no qual o autor, no capítulo dedicado à CUF e seus mentores, revelou a preocupação de consultar as fontes primárias que tinha ao seu alcance. Este conjunto de trabalhos comprova o interesse que a vida e obra do industrial tem inegavelmente despertado nos últimos tempos.

<sup>23</sup> ALMEIDA, Vanessa de, *Um Discurso Escondido. Alfredo da Silva e as greves da CUF durante a Primeira República 1910-1919*, Lisboa, Bizâncio, 2008.

<sup>24</sup> No mesmo padrão de abordagem veja-se igualmente Maria Filomena MÓNICA, «Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)», in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, pp. 1231-1277, autora igualmente devedora das informações do trabalho pioneiro de Dias MIGUEL. Veja-se também da mesma investigadora «Capitalistas e industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, vol. XXIII, 1987, pp. 819-863, sobretudo, pp. 843-845.

<sup>25</sup> Refiram-se neste caso os *blogues Fábrica Sol, Barreiro Velho, O Grupo CUF – Elementos para a sua História*, etc.

<sup>26</sup> FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva e Salazar*, Lisboa, Bertrand, 2009, p. 7.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>28</sup> Veja-se, a propósito, *O Século* de 28 de Fevereiro de 1939, p. 6 ou *A Voz* da mesma data, p. 4.

# Alfredo da Silva e o ‘Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz’ (1930-1937): aspectos económicos<sup>1</sup>

*Irene Vaquinhas\**

---

## **1 – Introdução: da casa bancária A. Piano Júnior & Companhia à firma José Henriques Totta & Companhia.**

Em 1895, o Teatro Circo Saraiva de Carvalho, inaugurado cerca de dez anos antes, seria reconvertido a casino, dando lugar ao Casino Peninsular. A promulgação do novo Código Administrativo, nesse mesmo ano de 1895, viera criar um novo quadro jurídico favorável à abertura de casas de recreio, não obstante o Código Penal punir, como um crime contra a ordem e tranquilidade públicas, o jogo de fortuna ou azar. O país enche-se de casas de jogo, pomposamente designadas por casinos, que se multiplicam como cogumelos, embora a maioria seja de fraca qualidade, não passando de instalações precárias, adaptadas à sazonalidade do veraneio.

Com projecto riscado por Joel da Silva Pereira, arquitecto formado pela Escola das Belas Artes da cidade do Porto, o Casino Peninsular brilhava no Bairro Novo da Figueira da Foz. A qualidade das suas instalações, sem comparação a nível nacional, constituindo, no nosso país, o primeiro caso de reconversão de um edifício de raiz a casino, tornava-o num pólo atractivo da estância balnear

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

e um poderoso chamariz de uma selectiva clientela, tanto portuguesa como espanhola. A publicidade definia-o como o «*rendez-vous* da sociedade elegante» e apresentava-o como o casino mais sumptuoso da Península Ibérica, o que se afigura corresponder a alguma verdade, pelo menos até à inauguração do Casino de Madrid, em 1910, jóia da arquitectura madrilena do início do século xx.

A qualidade tem, porém, custos. E, em 1927<sup>2</sup>, no momento em que é promulgada a primeira lei do jogo em Portugal, a qual vem disciplinar o sector e reduzir o número de casinos no nosso país, o Casino Peninsular apresentava uma situação financeira complicada, estando praticamente nas mãos da casa bancária A. Piano Júnior e Companhia, de Lisboa. Trata-se de um período mal documentado desta casa centenária, em termos de fontes historiográficas de carácter económico. Seja como for, em 1928, é constituída uma sociedade anónima de responsabilidade limitada que adjudica o exclusivo do jogo na então recém-classificada zona temporária da Figueira da Foz<sup>3</sup>, passando o casino a denominar-se Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, nome que manterá até quase ao final do século xx.

Nessa sociedade figuram, para além de dois antigos dirigentes do casino, naturais da cidade da Figueira da Foz, alguns sócios que tudo indica serem funcionários da casa bancária atrás referida<sup>4</sup>. Ao tempo, a firma A. Piano Júnior e Companhia encontrava-se em processo de falência, não podendo, à face da lei, constituir uma nova sociedade para a exploração do jogo de «fortuna ou azar». Afigura-se, no entanto, que o terá feito, através de funcionários de confiança<sup>5</sup>. Aliás, Miguel Figueira de Faria, na biografia de Alfredo da Silva, esclarece ter sido o Casino Peninsular, na década de 20, «propriedade da Casa Piano»<sup>6</sup>. Confirma esse dado, o facto de, no ano de 1928, o casino começar a publicitar nos seus programas diários, os serviços prestados por aquela casa bancária, funcionando, em termos práticos, como a agência figueirense da firma A. Piano Júnior e Companhia.

Dois anos depois, em 1930, o Grande Casino Peninsular é incorporado na firma José Henriques Totta Lda., instituição bancária que fora adquirida pelo empresário Alfredo da Silva (1871-1942) e da qual este era gerente e sócio maioritário. De acordo com a pesquisa efectuada por Miguel Figueira de Faria, a entrega do Grande Casino Peninsular fora a forma «negociada» entre credores de a firma A. Piano Júnior & Companhia satisfazer parte das suas dívidas, uma vez que, como explicita aquele historiador, «não ter sido possível realizar nenhuma cobrança em dinheiro»<sup>7</sup>.

Será, pois, por esta via, que o Grande Casino Peninsular passa a integrar o vasto império do empresário Alfredo da Silva. Não o foi por uma decisão

estratégica de investimento, mas, pelo contrário, como uma solução imposta, num quadro de opções limitadas. De imediato se procede à revisão dos estatutos da sociedade anónima e a sede da empresa transfere-se para Lisboa<sup>8</sup>, para a Rua do Comércio.

Dava-se início a uma outra etapa na longa história do Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz.

## **2 – Das obrigações contratuais à rescisão do contrato de adjudicação do jogo (30 de Abril de 1937): o caso do hotel da Figueira**

O principal problema que o Grande Casino Peninsular vai colocar à nova tutela é aquele que decorre das obrigações legais resultantes do contrato de concessão da exploração do jogo, formalizado em 1928.

De acordo com a lei, as sociedades concessionárias, para além da entrega de um determinado valor em dinheiro<sup>9</sup>, eram obrigadas a construir hotéis ou casinos (caso ainda os não tivessem), num prazo de três e cinco anos, conforme se tratasse de zona temporária ou permanente. Relativamente ao primeiro encargo, o Estado era o seu principal beneficiário, o que levará a autarquia da Figueira da Foz (tal como as restantes autarquias onde havia casinos), a sentir-se lesada, relativamente ao período anterior à promulgação da lei do jogo, durante o qual, através da chamada «taxa sobre casinos», as autarquias tinham uma rendosa fonte de receitas.

No caso concreto da Figueira da Foz, a «taxa sobre casinos» chegou a alcançar mais de 10% das receitas globais do município. A substituição daquela taxa por um «subsídio concedido às câmaras municipais», por Decreto de 10 de Fevereiro de 1930<sup>10</sup>, mas com impacto no orçamento municipal só a partir de 1936, não alterou o quadro financeiro, pouco ou nada beneficiando a autarquia. Como faria salientar, insistentemente, o presidente da edilidade local, junto da entidade da tutela ou da nova direcção do casino, o jogo fora mais rentável à autarquia, «quando era proibido»<sup>11</sup>, do que a partir do momento em que fora legalizado.

As escassas receitas obtidas tornarão tensas as relações da autarquia, quer com o Conselho de Administração de Jogos, quer com o *Grande Casino Peninsular*, procurando a sua gerência atenuar esse impacto entregando, pontualmente, e «a título de auxílio», donativos à câmara municipal, como é o caso daqueles que se explicitam no Quadro I.

**Quadro I**  
**Donativos feitos «a título de auxílio» pelo Grande Casino Peninsular**  
**à Câmara Municipal da Figueira da Foz**

Donativos	Data	Quantia (Escudos)
Despesas com a recepção ao Presidente da República	Maio 1929	5000\$
Despesas com a construção das escadas da Esplanada Silva Guimarães	Maio 1931	20 000\$

*Fonte:* A. H. F. F., Livros de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz (Sessões de 15 de Maio de 1929, fl. 173; 20 de Maio de 1931, fl. 17v).

Neste contexto, a autarquia pressiona o *Grande Casino Peninsular* no sentido do cumprimento da lei do jogo, ou seja, da edificação de um hotel de turismo, obrigação contratual que, no entanto, vai sendo sistematicamente adiada por Afrânio Pestana Simões, ao tempo director-delegado daquele casino e funcionário de confiança de Alfredo da Silva, ora invocando que «o prazo [está] ainda longe da sua expiração»<sup>12</sup>, ora «a crise económica que se está atravessando», ora a falta da «planta do terreno [...]»<sup>13</sup>. Procura-se igualmente corresponsabilizar a edilidade local no projecto, invocando-se a falta da rede pública de abastecimento de água na cidade, condição sem a qual não se poderia instalar «um hotel moderno»<sup>14</sup>.

No início dos anos 30, na sequência do abalo económico e financeiro causado pela Grande Depressão de 1929, a empresa vai adiando a construção do hotel, justificando os atrasos com as dificuldades conjunturais e os elevados encargos para «esta infeliz e desditosa empresa»<sup>15</sup>.

A argumentação tem algum fundamento. A sociedade portuguesa não escapou aos condicionalismos internacionais, embora aquela atitude deva ser, acima de tudo, interpretada à luz da estratégia empresarial gizada por Alfredo da Silva. Com efeito, ao converter a Casa Totta no «núcleo financeiro de suporte do seu império industrial», cujo «coração era a CUF»<sup>16</sup>, aquele empresário subordina as suas decisões a esse objectivo prioritário. Nestas circunstâncias, afigura-se legítimo pensar que a construção do hotel obrigaria a mobilizar quantias vultuosas de capitais que teriam de sair da Casa Totta, o que não estaria, provavelmente, nas intenções daquele empresário.

O assunto vai-se arrastando, pese embora o facto de Alfredo da Silva se ter deslocado à Figueira da Foz, a fim de se encontrar com o presidente da Câmara. A verve satírica da imprensa figueirense não deixaria passar a opor-

tunidade para comentar, ironicamente, «que o grande hotel de turismo vai ser concebido por um arquitecto chinês. Um pagode... mas que grande pagode»<sup>17</sup>.

Em Janeiro de 1932, a Câmara Municipal toma conhecimento de que o «projecto de hotel aguarda [...] aprovação»<sup>18</sup>.

Na verdade, o empresário Alfredo da Silva contactara o arquitecto Tertuliano de Lacerda Marques, de Lisboa, para a realização do projecto do «Grande Hotel da Praia», constando da memória descritiva<sup>19</sup>, «um edificio composto de cave, rez-do-chão e seis andares [...] com a superfície de cerca de 950,00 m<sup>2</sup> e de superfície habitável 6633,00m<sup>2</sup>», sendo o seu custo orçamentado em «quatro milhões e oitocentos mil escudos».

O empresário Alfredo da Silva, no entanto, não terá ficado satisfeito com a proposta, de tal modo que dispensou os seus serviços. Dois anos mais tarde, em 1934, o arquitecto vem solicitar a «importância de quinze mil escudos relativa ao pagamento do projecto», esclarecendo que, «quando da apresentação dessa factura V. Ex.<sup>a</sup> ficou algo aborrecido comigo, e depois de me declarar que nunca mais utilizaria os meus serviços e que de futuro escolheria outro arquitecto [...] pesado castigo [...] tanto mais que a importância por mim pedida como pagamento do meu trabalho está muito longe de atingir a percentagem estipulada na tabela que regula o o pagamento dos honorários dos arquitectos»<sup>20</sup>.

Com efeito, no ano de 1932, ultrapassados que estavam os três anos previstos na lei para a construção do novo hotel, o tema volta a ser reiteradamente discutido nas reuniões camarárias da Figueira da Foz, propondo-se, em assembleia municipal, a «rescisão do contrato com a empresa concessionária» e a «entrega da exploração do jogo à câmara municipal», proposta que, em assembleia municipal, foi aprovado por unanimidade<sup>21</sup>.

A questão terá, contudo, uma resolução ao nível nacional, dado o incumprimento das obrigações contratuais por grande número das empresas concessionárias de jogo. Em 1933 será promulgada nova legislação que prevê, entre outros aspectos, a possibilidade de «o governo dispensar, no todo ou em parte, a construção ou obtenção do hotel ou hotéis»<sup>22</sup>.

A partir deste novo quadro jurídico, desaparece o principal meio de pressão das autarquias locais sobre as empresas concessionárias, tendo a Câmara da Figueira da Foz emudecido por completo, silenciando-se o assunto nas actas camarárias.

A promulgação da nova Constituição política em 11 de Abril de 1933, a qual marca formalmente o início do *Estado Novo*, vai enquadrar a questão da adjudicação do jogo de fortuna ou azar em novos moldes, subordinando-a aos interesses do desenvolvimento do turismo.

No caso em estudo, a «investida» contra o Grande Casino Peninsular, ou nas palavras de Alfredo da Silva, «o coro dos que têm barafustado contra o casino»<sup>23</sup>, passará a ser liderada fundamentalmente pela «Comissão de Iniciativa e Turismo» da Figueira da Foz e, a partir de 1937, pela Comissão Municipal de Turismo.

Nesse mesmo ano de 1937, por Decreto-Lei de 1 de Abril, o Estado português põe, definitivamente, uma pedra sobre assunto, ao obrigar as empresas concessionárias a comunicarem ao Conselho de Administração de Jogos, num prazo de vinte dias, se estão ou não «dispostas» a adquirir ou construir o hotel, e a «provar» «que se acham em situação financeira capaz de lhes permitir o cumprimento daquela obrigação»<sup>24</sup>.

A avaliar pela escassa documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>25</sup>, a empresa do Grande Casino Peninsular respondeu de imediato, demonstrando que estava «em condições financeiras que lhe permitem cumprir a lei». Porém, nada esclarece quanto à construção do hotel. A 21 de Abril, no dia imediato ao termo do prazo estipulado pela lei, a empresa é intimada para, no prazo de oito dias, se pronunciar sobre a obrigação imposta pelos «termos da concessão». Sem alternativa, a 29 de Abril, a empresa decide que «a única solução compatível com a lei é rescindir-se imediatamente o contracto de adjudicação do jogo nesta zona». E, assim se fez e se cumpriu. A 30 de Abril de 1937, por despacho ministerial, é «rescindido o contracto da concessão» do jogo de fortuna ou azar na Figueira da Foz<sup>26</sup>.

A «agonia lenta» da concessão do jogo na Figueira da Foz desenvolve-se num contexto difícil para o grupo económico liderado por Alfredo da Silva, com inúmeros «compromissos por liquidar», agravado ainda pelo facto «das perdas do Banco Totta se terem revelado mais pesadas do que o previsto». A partir de meados da década de 30 inicia-se a sua recuperação económica mas já orientada para a indústria de construção e reparação navais<sup>27</sup>.

É à luz destas coordenadas que se deve interpretar a perda da concessão. O Grande Casino Peninsular nunca assumiu uma importância fulcral na estratégia do crescimento da CUF. Foi tão-só um negócio, entre muitos outros por onde se espalhou o entusiasmo empreendedor de Alfredo da Silva. Se os negócios rendiam mantinham-se; caso contrário «desembrava-se deles» com «uma perda mínima». Por outro lado, convém interrogar se o Grande Casino Peninsular seria um investimento rentável nos anos 30.

### 3 – A concessão do jogo: um negócio pouco rentável?

Ora, para além do dinheiro que a empresa concessionária seria obrigada a desembolsar com a construção do hotel, os lucros do jogo afiguram-se não compensar o investimento a fazer. Com efeito, no decurso da década de 30, raramente se cumpriram os prazos legais para as datas de abertura e fecho do casino. A empresa limitava-se a abrir as portas ao público quando era significativa a afluência de veraneantes. Ora, estes diminuíram bastante, sobretudo os de nacionalidade espanhola, durante o período da Guerra Civil (1936-1939).

A própria análise do material de jogo disponível no casino, à data do arrolamento a que, por lei, se teve de proceder pela suspensão da concessão, demonstra que o Grande Casino Peninsular se mantinha fiel aos jogos bancados, mais especificamente, à «roleta rica», aquela que, em princípio, só era acessível a gente abonada.

Embora tenha aumentado, relativamente ao ano de 1928, o número de roletas disponíveis no casino<sup>28</sup>, a empresa ainda não possuía «máquinas automáticas» ou de «alavanca», conhecidas no nosso país pelo menos desde 1912<sup>29</sup>, e elementos decisivos no processo de expansão e de democratização social dos jogos de fortuna ou azar. A própria publicidade mencionava apenas «a roleta, a banca francesa e o baccarat».

Poder-nos-emos interrogar sobre os motivos que conduziram a empresa a não se abrir a uma maior modernidade, em termos de jogos. Provavelmente estaria em causa a preservação da imagem tradicional do Grande Casino Peninsular como *local de rendez-vous da sociedade elegante*, avesso à democratização do seu público. O regulamento da «casa de jogo» especificava, com clareza, que «a entrada é livre a todas as pessoas correctamente vestidas, com excepção de militares, menores ou funcionários detentores de dinheiros públicos».

O passado afigura-se ter funcionado como um travão ao progresso. Todavia, as forças vivas da cidade não foram alheias a essa opção, não pugnando pela sua mudança, antes pelo contrário. Convinha à autarquia figueirense, a fim de manter o título de «a rainha das praias de Portugal», dispor de espaços de recreio que se adequassem à majestade do epíteto. Era precisamente essa a função do Grande Casino Peninsular, reconhecido como a sala de visitas da Figueira da Foz.

Afigura-se, pois, poder-se concluir que terá sido a falta de investimento nos jogos de fortuna ou azar, pelas razões apontadas, a qual foi profundamente agravada pela diminuição de veraneantes espanhóis devida à Guerra Civil que



dilacerava o vizinho país, a dissuadir Alfredo da Silva de continuar a *apostar* na concessão do jogo.

É neste sentido, aliás, que aponta o relatório contabilístico enviado ao Conselho de Administração de Jogos do Ministério do Interior, em 1936, no qual se apresenta a evolução anual das despesas da empresa desde 1930. Nesse documento conclui-se, taxativamente, que «a receita do jogo é mínima», reduzida aos meses de Agosto e Setembro, enquanto no mês de Julho, nem sequer «dá para a despesa»<sup>30</sup>. Neste aspecto, o empresário Alfredo da Silva é peremptório: «enquanto este [o jogo] para estar aberto dois ou três meses – o máximo que pode estar – não vai dar juro ao capital que se mobilize e não sabemos mesmo se pagará as despesas de exploração».

Por outro lado, durante este período são pagas todas as dívidas que o casino tinha, para além de ter efectuado obras de melhoramentos nas instalações, sobretudo no teatro.

Perante estes resultados não causa, por conseguinte, perplexidade que Alfredo da Silva se tenha desinteressado da concessão do jogo do Grande Casino Peninsular, deixando-a cair, em 1937, entregando-a nas mãos da autarquia figueirense.

#### **4 – No rescaldo da suspensão da adjudicação do jogo: a questão do fecho do Grande Casino Peninsular e a reacção do comércio figueirense.**

A suspensão do contrato de concessão do jogo suscitou, a crer-se na imprensa, «uma grande ansiedade na população figueirense»<sup>31</sup>. Em concreto, temiam-se os prejuízos no comércio local decorrentes do fecho do casino, em especial o seu impacto negativo na redução da colónia balnear. Tratava-se de uma circunstância que vinha agravar o défice de veraneantes espanhóis por efeito da Guerra Civil, que eclodira pouco tempo antes. A Guerra civil tivera início em Julho de 1936<sup>32</sup>, e, desde logo, foi impedida a saída de homens válidos do país, sendo mobilizados para o conflito<sup>33</sup>.

Na verdade, o Grande Casino Peninsular era reconhecido como um chamariz da cidade, facto esse que está patente num abaixo-assinado dirigido a Alfredo da Silva, subscrito por cerca de seiscentas e cinquenta assinaturas de «indivíduos que nesta cidade exercem as suas actividades» e onde se solicita encarecidamente que o empresário empregue os seus melhores esforços no sentido de «remover as dificuldades» que obstam a que «na próxima época balnear», a cidade possa contar com o «magnífico centro de atracções que é

o Grande Casino Peninsular, elemento indispensável para a vida balnear da Figueira da Foz»<sup>34</sup>.

Embora se trate de um documento não datado, afigura-se possível enquadrá-lo neste contexto de fecho iminente do casino. O abaixo-assinado é subscrito, na sua maioria, por comerciantes e empresários do Bairro Novo da cidade (desde gerentes de hotéis e de restaurantes a donos de lojas de diversos ramos, passando po jornais locais, como *O Figueirense*), a que se associaram dirigentes de instituições e colectividades, como é o caso da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de São Julião, e da Associação Naval 1.º de Maio, entre outros. Afirma-se, no entanto, no texto que «se tivéssemos tempo,» «poderíamos [...] trazer [...] as assinaturas da Figueira em peso», esclarecendo-se que «a Figueira nunca esteve contra a empresa do Casino e quanto á construção do Hotel, entendemos que outras obras haveria a fazer de maior urgência e necessidade».

O abaixo-assinado foi apoiado pela Comissão Administrativa Municipal, cujos elementos se deslocaram a Lisboa a fim de pessoalmente, «em nome dos interesses da cidade», fazer o pedido de abertura do casino ao empresário Alfredo da Silva. As iniciativas surtiram efeito. Em Junho de 1937 seria publicada na imprensa uma «nota oficiosa» na qual se dava conta que se «obteve de Sua Excelência pronta aquiescência ao pedido formulado, para evitar que com o seu encerramento sofressem o comércio local e as pessoas que vivem do turismo»<sup>35</sup>. O empresário deixaria, no entanto, bem claro que a abertura do casino não significava «facilitar a prática do jogo clandestino», sendo seu firme propósito «acatar as deliberações do Governo»<sup>36</sup>.

A suspensão do contrato de concessão do jogo levantaria, no entanto, outros problemas, tendo, de imediato – e a crer-se na imprensa – beneficiado a praia de Espinho, tradicional rival turística da Figueira da Foz. No entanto, o que causava maior apreensão era o receio de que a suspensão se convertesse em extinção<sup>37</sup>. A situação, no entanto, evoluirá no sentido de, a título provisório, a partir de 1939, colocar os rendimentos do jogo ao serviço da autarquia figueirense para financiar a obra assistencial camarária, tutelada, em última instância, pelo Estado.

## 5 – Conclusão

O Grande Casino Peninsular integrou, a partir de 1930, o império de Alfredo da Silva, não por se tratar de um vector estratégico da sua actividade empresarial mas como uma solução negociada entre credores. A importância que o casino assumia, no entanto, na cidade da Figueira da Foz, sendo reconhecido como um factor dinamizador do fluxo turístico, conferirá a todas as questões relacionadas com esta casa de recreio uma grande relevância, agravada pelo contexto conjuntural que então se vivia nos anos 1930, no rescaldo da crise financeira internacional de 1929 e da situação de Guerra Civil no país vizinho. Será a própria autarquia a liderar a questão da suspensão da concessão de jogo, pressionando a direcção do casino e o próprio Estado, no sentido da sua manutenção.

Negociante nato, Alfredo da Silva irá facilitar essa situação, mas enquadrando-a nas suas prioridades, exigindo em troca o «deferimento de reclamações feitas no Ministério das Finanças», e abrindo uma nova etapa nas negociações com a autarquia e, em particular, com o Estado português liderado por Oliveira Salazar.

A cidade da Figueira não esquecerá Alfredo da Silva e, no dia do seu funeral, o comércio fecha as portas, em sinal de homenagem ao empresário de «génio empreendedor», «de notáveis iniciativas», e «de invulgares faculdades de inteligência, de energia e de trabalho»<sup>38</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> Esta comunicação baseia-se, em grande parte, num dos capítulos da minha obra intitulada *O Casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o Teatro-Circo à actualidade (1884-1978)*, entregue para publicação. Agradeço muito reconhecidamente ao Professor Doutor Miguel Figueira de Faria, da Universidade Autónoma de Lisboa, e ao Sr. Eng. Leal da Silva, Secretário-Geral da CUF, as facilidades que me concederam no acesso à documentação do arquivo histórico da CUF.

<sup>2</sup> Regulamentação dos jogos de fortuna ou azar, de 3 de Dezembro de 1927 (Decreto n.º 14 643). Sobre os condicionalismos históricos que rodearam a aprovação deste Regulamento, assim como sobre o conteúdo do seu articulado, veja-se Irene Vaquinhas, *Nome de código «33856». Os «jogos de fortuna ou azar» em Portugal entre a repressão e a tolerância (De finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, em particular, pp. 49-59; 85-99.

<sup>3</sup> De acordo com a nova legislação, o período cronológico, em que era permitido o exercício de jogos de fortuna ou azar nas «zonas de jogo temporárias», estendia-se de 1 de Maio e 31 de Outubro de cada ano. O contrato de adjudicação do exclusivo dos jogos de fortuna ou azar, na zona temporária da Figueira da Foz, foi celebrado a 29 de Junho de 1928, em Lisboa, no Ministério do Interior.

<sup>4</sup> De entre os sócios constavam António Sotero de Oliveira e Luís de Meireles e Vasconcelos, ambos moradores na Figueira da Foz, sendo este último, ao tempo, dirigente do Casino Peninsular, onde exercia as funções de gerente. A grande maioria dos sócios fundadores (oito em onze) residia em Lisboa ou nas suas imediações, empregando-se no comércio.

<sup>5</sup> Trata-se de Guilherme Ribeiro Cardoso e José Chagas Roquete, os quais constam como «testemunhas idóneas» em escrituras de hipoteca da «A. Piano Júnior & Companhia» ao Banco de Portugal (A. H. B. P., A. Piano Júnior & Comp. e João Pinto Leite (Visconde de Olivais), «Cofre», Escritura de 8 de Abril de 1926, f. 9v; 11v).

<sup>6</sup> Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva. Biografia. 1871-1942*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, nota 833, p. 320.

<sup>7</sup> Miguel Figueira de Faria, *ob. cit.*, p. 259.

<sup>8</sup> *Diário do Governo*, III Série, n.º 44, 24 de Fevereiro de 1931, fl. 307.

<sup>9</sup> Decreto n.º 15776, de 25 de Julho de 1928, *Diário do Governo*, I Série, 25 de Julho de 1928, fl. 1562. O destino das receitas era o seguinte: «20% para a assistência pública (dos quais 2% para os Socorros a Náufragos); 10% para as Câmaras Municipais do concelho das zonas respectivas; 10% para as restantes câmaras das regiões oficialmente classificadas como de turismo; 30% para dotação das estradas que mais directamente dão acesso aos centros das regiões de turismo; 30% para a receita geral do Estado [...]». A partir de 1930, mais precisamente por legislação datada de 10 de Fevereiro, a consignação das receitas é alterada, passando «a ser a seguinte: 25,3%, para a Assistência, e 74,7% para receita geral do Estado».

<sup>10</sup> Decreto n.º 17 943, de 10 de Fevereiro de 1930, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 33, p. 268.

<sup>11</sup> *O Figueirense*, 21 de Outubro de 1928.

<sup>12</sup> A. H. F. F., Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida, (1 de Setembro de 1930 a 21 de Janeiro de 1931), Pasta: Diversos 1930-1931, Maço n.º 2201/2205, Ofício de 18 de Outubro de 1930.

<sup>13</sup> A. H. F. F., Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida, Pasta: Diversos, Maço n.º 2238, Ofício de 25 de Abril de 1931.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*. A. H. F. F., Livro de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz, sessão ordinária de 29 de Abril de 1931, fl. 2.

<sup>15</sup> A. H. F. F., Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida, Pasta: Diversos, Maço n.º 2238, Ofício de 6 de Junho de 1931.

<sup>16</sup> Miguel Figueira de Faria, *ob. cit.*, p. 187; 258.

<sup>17</sup> *O Figueirense*, 27 de Setembro de 1931.

<sup>18</sup> A. H. F. F., Livro de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz, sessão ordinária de 27 de Janeiro de 1932, fl. 194v-195.

<sup>19</sup> Arquivo Particular da CUF, Pasta Casino Peninsular, «Memoria descritiva do projecto do 'Grande Hotel da Praia', a construir na Figueira da Foz, junto à escada da pérgola da Esplanada, sobre o Oceano», 5 de Fevereiro de 1932.

<sup>20</sup> Arquivo Particular da CUF, Pasta Casino Peninsular, Ofício de 1 de Fevereiro de 1934.

<sup>21</sup> A. H. F. F., Livro de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz, sessão ordinária de 27 de Janeiro de 1932, fl. 194v-195; sessão ordinária de 14 de Setembro de 1932, fl. 172-173; sessão extraordinária de 21 de Setembro de 1932, fl. 176-176v.

<sup>22</sup> Decreto n.º 22509, de 12 de Maio de 1933, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 104, p. 728.

<sup>23</sup> A. H. F. F., Pasta: Casino Peninsular; Ass / Div. 1, Ofício de 26 de Julho de 1934. Este ofício é assinado por João José da Costa Monsanto.

<sup>24</sup> Decreto n.º 27 609, de 1 de Abril de 1937, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 75, p. 296.

<sup>25</sup> I. A. N. / T. T., Ministério do Interior; Gabinete do Ministro; Maço 481; PT/5.1: Cópia das informações e despacho nas questões do jogo – Praia da Rocha e Figueira da Foz e sorteios da Eva.

- <sup>26</sup> *Ibidem.*
- <sup>27</sup> Miguel Figueira de Faria, *ob. cit.*, pp. 256-265.
- <sup>28</sup> Sobre o material de jogo veja-se A. H. F. F., Pasta Casino Peninsular, Ass. / Div. 1, Auto de Arrolamento (4 de Maio de 1937).
- <sup>29</sup> Irene Vaquinhas, *Nome de código «33856». Os «jogos de fortuna ou azar» [...]*, *ob. cit.*, p. 33.
- <sup>30</sup> Arquivo Particular da CUF, Pasta Casino Peninsular, Ofício de 9 de Março de 1936.
- <sup>31</sup> *A Voz da Justiça*, 29 de Maio de 1937.
- <sup>32</sup> César Oliveira, «Guerra Civil de Espanha», *Dicionário de História do Estado Novo [...]*, *ob. cit.*, vol. 1, pp. 410-413. Portugal, através de Oliveira Salazar, apoiou a Frente Popular, liderada pelo general Francisco Franco.
- <sup>33</sup> *O Figueirense*, 13 de Junho de 1937.
- <sup>34</sup> Arquivo Particular da CUF, Pasta Casino Peninsular, Ofício de 1 de Fevereiro de 1934.
- <sup>35</sup> *O Figueirense*, 10 de Junho de 1937.
- <sup>36</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>37</sup> Eduardo Medeiros, «Os interesses da Figueira e a concessão do jogo», *O Figueirense*, 1 de Julho de 1937.
- <sup>38</sup> Arquivo Particular da CUF, Pasta Casino Peninsular.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas e impressas

#### **Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo** (Lisboa)

Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. Maço 481. PT/5.1.

#### **Arquivo Histórico do Banco de Portugal** (Lisboa)

A. Piano Júnior & Comp. e João Pinto Leite (visconde de Olivais), 1925-12-10/1948-11-02.

A. Piano Júnior & Comp. e João Pinto Leite (visconde de Olivais), «Cofre».

#### **Arquivo Particular da CUF** (Lisboa)

Pasta Casino Peninsular.

Memória descritiva do projecto do «Grande Hotel da Praia», a construir na Figueira da Foz, junto à escada da pérgola da Esplanada, sobre o Oceano, (5 de Fevereiro de 1932).

#### **Arquivo Histórico da Figueira da Foz** (A. H. F. F.)

Livros de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz (1929-1937).

Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida. Diversa: 1931; 1933-1934.

Câmara Municipal da Figueira da Foz. Correspondência Recebida. Diversa não registada: 1932-1934 (Maço n.º 2266).

### **Publicações periódicas**

*Diário do Governo*, I, II e III Série (1928-1937).

*A Voz da Justiça* (1933-1937).

*O Figueirense* (1927-1937).

### **Obras Gerais**

DIAS, Marina Tavares, *Lisboa nos Anos 40. Longe da Guerra*, Lisboa, Quimera Editores, 1997.

FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva. Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004.

FRANÇA, José-Augusto, *Os anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

LAINS, Pedro, «A economia portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural», PINTO, António Costa (coordenação), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2006, pp. 117-136.

OLIVEIRA, César, «Guerra civil de Espanha»; in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, 1.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 410-413.

Ó, Jorge Ramos do, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

PINTO, António Costa, «A queda da I República», *A primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Coordenação de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 25-44.

REIS, António (Direcção), *Portugal Contemporâneo*, vols. II e III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta. 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

TELO, António José, «As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)», *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Coordenação de Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 133-151.

VAQUINHAS, Irene, *Nome de Código 33856: os jogos de fortuna ou azar em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.



### Gravura I

Legenda: Alguns postais do Casino Peninsular (interior e exterior) após a remodelação efectuada por Joel da Silva Pereira (1895)

Fonte: A. H. F. F., Sala Figueirense, Pasta: Postais

**GRANDE CASINO PENINSULAR**  
DA  
**FIGUEIRA DA FOZ**  
—  
**SÉDE EM LISBOA—Rua do Comercio, 49**



**Gravura II**

Legenda: Logótipo e cabeçalho do papel timbrado do Grande Casino Peninsular em 1931. A sede da empresa localizava-se em Lisboa, na Rua do Comércio n.º 49. Quanto ao logótipo utilizado, não era específico da empresa sendo também comum a outros organismos figueirenses, entre os quais a própria Câmara Municipal.

*Fonte:* A. H. F. F., Câmara Municipal da Figueira da Foz, Correspondência Recebida, 1. Diversa 1931, Maço n.º 2239 (Ofício de 6 de Julho de 1931)





### Gravura III

Programas do Grande Casino Peninsular nos inícios da década de 1930

Fonte: A. H. F. F., Pasta Programas. Casino Peninsular



Gravura IV

Legenda: Página de assinaturas do abaixo-assinado dirigido ao empresário Alfredo da Silva

Fonte: Arquivo Particular da CUF, Pasta Casino Peninsular



# Procurando Auguste Lucien Stinville (1868-1949) – uma presença francesa no início das fábricas da CUF no Barreiro

*Jean Yollant\**  
*José Miguel Leal da Silva\*\**

---

## 1 – O «mistério Stinville»

Concluiu-se, na segunda metade de 1999, quão limitado era, no Barreiro, o conhecimento sobre o dossiê A. L. Stinville — o técnico francês que Alfredo da Silva contratou para a engenharia e construção das Fábricas da Companhia União Fabril, SARL (empresa comumente conhecida pelo acrónimo CUF, doravante a usar) nesta cidade. Citava-se essa sua prestação, sabia-se ter sido director técnico dessas fábricas, identificava-se como o ancião duma fotografia inserida no álbum comemorativo do cinquentenário do estabelecimento fabril que projectara [SENA, 1958]... mas, fora disso, pouco mais se sabia: nem mesmo os nomes que se escondiam por detrás das iniciais A. L. que sistematicamente usava no seu exercício profissional.

---

\* 13, rue Montagu; 14000 CAEN – França.

\*\* Companhia União Fabril, SGPS, S. A.

Não obstante, «Stinville» impunha-se como nome de uma das ruas do bairro operário da CUF, no morro de Santa Bárbara, acompanhando, na peculiar toponímia local, cinco figuras relevantes da Química e da indústria adubeira.

A lacuna era surpreendente. A obra concretizada no Barreiro e a sua realização num prazo<sup>1</sup> que, mesmo com os meios actuais, mereceria encómiolos implicavam necessariamente uma significativa história anterior, um passado técnico do engenheiro-construtor que se pressentia, mas que permanecia desconhecido dos Barreirenses e, em geral, dos interessados pelo «estado da arte» químico-industrial no início do século xx, nele se incluindo o intercâmbio tecnológico transfronteiras e o perfil dos respectivos agentes.

Aceite, a partir dos primeiros meses de 2000, o desafio de melhor conhecer essa biografia, abriu-se uma investigação que — inicialmente restrita ao «lado português» — partia dos poucos elementos disponíveis e visava completá-los. Admitia-se, com ingenuidade inicial, que uma simples projecção desses conhecimentos avulsos no espaço industrial francês da época resolveria definitivamente a questão, após uma investigação lenta e tranquila, simplesmente a «ir fazendo»<sup>2</sup>.

Recolheram-se para isso as referências a Stinville nas actas do Conselho de Administração da CUF, registaram-se as breves indicações do álbum do cinquentenário das Fábricas do Barreiro, trazendo a citada fotografia<sup>3</sup>, reviram-se os excelentes desenhos técnicos que (mesmo em cópias de cópias) se reportavam à obra original ou que dela mantinham vestígios, compilaram-se instruções e especificações de reconhecida proveniência. Conheciam-se ainda as referências a Stinville na então praticamente única (mas não publicada) biografia de Alfredo da Silva [MIGUEL, 1971]. Mas, de facto, pouco mais se sabia.

## **2 – Como A. L. Stinville chega a Portugal**

A chamada de A. L. Stinville a Portugal, no interesse do referido projecto, consta das actas do Conselho de Administração da CUF [CUF-CA-N], e é assinalada em recentes obras, quer biográficas sobre Alfredo da Silva [VIEIRA, 2003; FARIA, 2004], quer sobre a CUF e as suas fábricas no Barreiro [CAMARÃO *et al.*, 2008; MORAIS, 2008; SILVA, 2008; SILVA *et al.*, 2003 e 2004; SOBRAL *et al.*, 2008].

A actividade oleícola da CUF era importante. Impressionado com o adicional rendimento proporcionado pelo emprego de solventes como complemento da prensagem mecânica das oleaginosas, Alfredo da Silva compra, em

1907, a fábrica de Alferrade, da firma J. Michelin & J. Combermalle, que já combinava essas operações. Obtida uma situação confortável no mercado a norte do Tejo, sentia-se a necessidade de realizar uma outra unidade que, agora a sul do Tejo, prevenisse de uma eventual concorrência. Entre várias alternativas, o Barreiro parecia reunir as condições mais favoráveis para tal localização.

Porém, em 1907, Alfredo da Silva tem outro problema: obrigado anualmente a conduzir difíceis negociações no mercado cartelizado dos produtores centro-europeus para a compra do «surplus» de adubos químicos necessários à procura nacional e ciente das limitações físicas, logísticas e ambientais e de dependência que a própria CUF enfrenta, ao produzir adubos químicos numa das suas fábricas de Lisboa, considera que as potencialidades da plataforma industrial que encontrara no Barreiro lhe permitem ir mais além de uma simples extracção de óleos e alojar uma unidade adubeira de dimensão europeia, com significativas vantagens no acesso a matérias-primas e em que – através duma exigente integração de fabricos – nada fosse perdido, permitindo mesmo uma exemplar diversificação industrial.

O «seu problema» são três: obter a tecnologia e engenharia global, reunir os meios financeiros requeridos e convencer a administração a aprovar ambas as coisas. Dos dois últimos pontos sabe sobejamente tratar; ainda que o assunto seja levado – contra o que é costume – a várias reuniões dos corpos sociais da CUF. Do primeiro, isto é, da concepção técnica da obra, apesar do seu comprovado entendimento de Química Industrial [CRUZ, 2003], há que recrutar um profissional de capacidade demonstrada e suficientemente independente dos produtores instalados e conluiados no mercado, afastando *as dificuldades que têm havido nas negociações da entente* já que, como faz constar da acta da reunião de 29 de Maio de 1907 *a união dos productores estrangeiros faz pressão sobre os revendedores — qualidade que esta Companhia hoje tem — por forma a ser para aquelles o maior lucro e para estes o menor* [CUF-CA-8].

Por essas razões, Alfredo da Silva defende, nessa reunião, a oportunidade e urgência de uma deliberação sobre a produção de adubos fosfatados no Barreiro e, muito ao seu estilo, sobraça já uma solução para a «questão técnica» ao trazer *uma carta do sr. Stinville apresentando o devis e condições para o trabalho*, face ao que os dois conselhos [de administração e fiscal] deliberaram *chamar por telegramma, aquelle sr. aqui a Lisboa para ter uma conferência com o Gerente sr. Alfredo da Silva, responsabilizando-se a Companhia unicamente pelo pagamento das despesas de viagem*. E, ainda na mesma acta, o tópico fecha com estoutra deliberação: *em seguida resolveu-se convocar quando o sr. Alfredo da Silva*

*entendesse, uma reunião especial dos dois Conselhos para definitivamente se deliberar sobre este tão importante assumpto.*

O conselho de administração volta a reunir a 6 de Junho. Consigna a acta respectiva que *fallou-se sobre a questão da Fabrica do Barreiro e resolveu-se convocar para o dia 14 do corrente uma reunião especial dos Conselhos de Administração e Fiscal, afim de deliberarem sobre aquella mesma questão, visto já ter chegado a carta do sr. Jorge Lefèbvre em resposta à que o sr. Alfredo da Silva lhe escreveu* [sem sublinhado no original]. A carta-resposta de Lefèbvre (e procurar-se-á saber adiante quem é Lefèbvre), ao confortar a prevista e decisiva reunião, só pode ter um conteúdo abonatório.

A 14 de Junho de 1907, Alfredo da Silva insiste nas razões de urgência e de oportunidade e relata a reunião com Stinville em Lisboa. Mais diz a pertinente acta que *os Conselhos discutiram largamente o assumpto e depois de devidamente ponderadas as razões que há favor do estabelecimento da alludida fabrica, resolveu-se por unanimidade que o Gerente sr. Alfredo da Silva ficasse com plenos poderes para concluir com o sr. Stinville ou com quem melhor entendesse, todas as negociações para o fornecimento de projecto e estudo para a nova fabrica e bem assim para fazer as compras de todo o material e machinismos necessarios, visto a decisão unanime dos Conselhos ser no sentido de se proceder à construção da fabrica, sem perda de tempo*, tendo ainda sido votadas favoravelmente, na mesma reunião, as bases do plano financeiro que sustentaria a obra.

Inicia-se assim entre a CUF (*maxime*, as suas Fábricas no Barreiro) e Stinville, que mantém a sua actividade profissional em Paris, uma colaboração muito activa que se traduz na sua designação como director técnico daquelas, de 1907 a 1927. Existem situações comprovadas que prolongam no tempo, ainda que de forma diferente e mais pontual, esse relacionamento técnico.

Não obstante, as referências expressas a Stinville nas mencionadas actas só vão até 1925 [CUF-CA-9 a 13]. Notam-se nelas duas fases, bastante distintas. Uma primeira fase, com menções frequentes, descreve os períodos heróicos da construção, do início da produção e das quase imediatas ampliações; uma segunda fase, com um evidente empobrecimento descritivo, vai até à deliberação de montar uma instalação de fritagem subsequente à cloruração de cinzas de pirite, consignada em acta de 18 de Maio de 1925 como tendo sido estudada por Stinville e por Alfredo da Silva. A partir daí – e embora se tenham verificado factos importantes nas relações de Stinville com a CUF e com Alfredo da Silva – nas mencionadas actas nada mais consta.

Há algumas razões para isso. Em primeiro lugar, de 1910 a 1927 (com uma pausa durante a I Grande Guerra) a direcção técnica de Stinville é intermediada por um engenheiro francês residente, do agrado de Alfredo da Silva, tendo certamente estabelecido canais e registos próprios. Em segundo lugar, em 1919, a constituição da Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes, Lda. (abreviadamente «Sociedade Geral») posiciona-a na liderança efectiva do nascente Grupo, com evidente quebra do valor narrativo das actas da CUF. Segue-se, como terceira razão, o voluntário exílio de Alfredo da Silva, de 1921 a 1927, *na sequência da instabilidade política e social que se fazia sentir e que constituía sério entrave à sua segurança*. para citar as palavras de uma recente e desenvolvida biografia [FARIA, 2004; p.185], se bem que mantenha o efectivo controlo dos principais negócios. Finalmente, quarto e último aspecto, uma porção significativa dos arquivos históricos da CUF — ou da sua repercussão noutros arquivos e, nomeadamente, da referida e essencial Sociedade Geral — foi dispersa e permanece desaparecida, tanto por «actos de príncipes» ou de não-príncipes como por efeito de causas naturais como o ciclone de 1941 e, especialmente, as inundações de 1967, na região de Lisboa<sup>4</sup>.

Dois factos importantes estão surpreendentemente omissos nas actas da CUF desse segundo período: a constituição em Paris, em 1925, da Société des Industries Chimiques CUF (abreviadamente SIC – CUF), de vida limitada e alegadamente destinada a prosseguir um projecto electrometalúrgico no Sul da França, em cuja constituição Stinville colaborou *in situ* com Alfredo da Silva, e a transferência da direcção técnica francesa para o primeiro director português das fábricas da CUF no Barreiro, o Eng. Eduardo Bravo Madail, em 1927, já após o regresso definitivo de Alfredo da Silva a Portugal<sup>5</sup>.

### 3 – O objectivo da investigação

Inspirado no conteúdo biográfico de diversas obras [GIÚA e GIÚA-LOLLINI, 1948 a 1950; MACKIE e ROBERTS, 2002], delineou-se um «objectivo mínimo» para a indagação proposta:

- 1 – Nome completo;
- 2 – Local e data de nascimento;
- 3 – Domiciliação;
- 4 – Formação académica / profissional e experiência industrial ;
- 5 – Bibliografia publicada;



6 – Quando e como travou conhecimento com Alfredo da Silva e como iniciou a sua colaboração com a CUF;

7 – Data e local da sua morte.

8 – Eventual existência de um fundo ou acervo documental e, caso afirmativo, como lhe aceder.

Rapidamente se iria constatar como, no presente caso, essa «listagem», mesmo que «mínima», encerrava muitas perguntas então sem resposta.

#### **4 – A pesquisa efectuada: fases, progressos e dificuldades**

Como já referido, esperava-se ver a valia técnica do «procurado» amplamente representada em fontes e realizações francesas do seu tempo – situação certamente facilitada pelo facto de «Stinville» não ser um patronímico muito comum em França. Conhecia-se também o rigor de Alfredo da Silva na definição de objectivos e, portanto, numa escolha informada e acertada. Pensava-se pois não ser difícil encontrar rapidamente - e mesmo à distância - o almejado conjunto de respostas a partir de um pacote de acções relativamente simples.

Uma consulta inicial na «net» dirigida ao patronímico «Stinville» foi pouco produtiva, mas abriu duas pistas importantes: a noção da distribuição do patronímico, numa escala global, permitindo limitar a procura à França, e o acesso ao abundante e receptivo campo dos genealogistas e seus fóruns, que proporcionaram úteis meios e sugestões para uma oportuna «acção global e saturante» através da mesma via que, de momento, se mostrava tão parca.

Não se ignorou a utilidade das chamadas «páginas brancas» telefónicas para avaliação da distribuição territorial de um patronímico menos vulgar – processo que em 1999 estava ainda disponível em França mas cuja aplicação a dados actuais está cada vez mais comprometida pela profunda alteração do estatuto telefónico. Uma diligência por via postal junto do limitado número de portadores do patronímico que assim foram reconhecidos revelou-se totalmente estéril e, embora tenham sido detectadas algumas zonas preferentes, o sistema – limitado *ab ovo* pelos assinantes confidenciais e pela massificação nas grandes urbes – ignorou outras que, como viemos a saber no decurso da investigação, poderiam ter sido assinaladas.

Simultânea com estas «abordagens gerais», foi desencadeada uma procura selectiva de referências a A. L. Stinville *lui-même* em dois planos potencialmente sensíveis: por consulta nos grandes anuários comerciais e industriais

do período provável do seu exercício profissional e, novamente por contactos postais ou electrónicos, questionando diversas instituições francesas tais como universidades, escolas de Química, câmaras de comércio, registos policiais (dado atribuir-se um certo relevo ao recenseamento de actividades económicas pela Prefeitura de Paris), registos militares, registos de imóveis, sociedades de Química, cemitérios parisienses e outros «alvos» prováveis e arquivos – com especial destaque para os Arquivos de Paris e para os Arquivos dos Departamentos onde se havia detectado maior densidade de incidência do patronímico.

A procura em directórios e anuários, como os referidos, localizou A. L. Stinville «ingénieur» e «ingénieur-constructeur» em Paris, no *Bottin de Commerce de Paris*, e permitiu seguir a evolução do seu escritório de 1907 a 1934 (fixado a partir de 1916-1917 no 14, Rue de Chauveau Lagarde, Paris VIII, onde Alfredo da Silva chegou a receber correspondência), mas sem referência posteriores a 1934. As listas telefónicas históricas de Paris confirmaram estes dados e, sem que ainda se soubesse a relação de parentesco, permitiram identificar «Adèle Stinville, bordados», a irmã mais nova e solteira de A. L. Stinville, junto de quem este viveria os seus últimos anos. Resultados estes que, embora úteis, não permitiam ainda desfazer o enigma do nome próprio.

Das instituições directamente consultadas, alguns resultados começaram também a surgir e a demonstrar a crucial diferença, em termos de pesquisa, entre «o valor positivo de uma resposta negativa e a indeterminação causada por uma ausência de resposta» (crítica que se dirige a diversos «silêncios» encontrados)<sup>6</sup>.

Contrariando tais «ausências», salienta-se, entre as respostas recebidas, o importante contributo da Conselheira da Cultura (com funções idênticas ao «nosso» Vereador com pelouros) da «Mairie» de Balaruc-les-Bains, uma comuna na costa mediterrânica da França, onde se sabia que a já referida Sociedade SIC-CUF adquirira terrenos para montar a sua indústria<sup>7</sup>. Para além de informações sobre os referidos terrenos e da cópia de um requerimento e de um cartão de visita, em que as iniciais «A. L.» teimosamente se mantinham, as indicações produzidas sobre a própria empresa permitiram regressar (ainda por correio electrónico) aos Arquivos de Paris e obter aí a correspondente «ficha registral» – de que constava a sua efémera vida (criada em 1925 e dissolvida em 1933), o objecto social de grande latitude (*Exploração de minas e pedreiras. Compra e venda de corpos simples e compostos*), a sede social (localizada no já referenciado escritório parisiense de Stinville, no «14, rue Chauveau-Lagarde»), o capital social (7 milhões de Francos à época) e a repartição deste pelos seus accionistas fundadores (Alfredo da Silva, dado erradamente como nascido em 1872, Manoel de Mello, a Sociedade Geral, identificada como sociedade portuguesa

com sede em Lisboa, e, finalmente, Auguste Lucien Stinville, nascido em Paris aos 19 de Julho de 1864, sem indicação do «arrondissement» (divisão autárquica de Paris, com «Mairie» própria mas territorialmente idêntica ao nosso conceito de «Bairro»). Conhecia-se assim, pela primeira vez, o significado das iniciais A. L., tinha-se uma data e um local de nascimento e sentia-se (ou pensava-se) estar numa pista sólida, que afastava hipóteses difusas<sup>8</sup>.

Uma tentativa de confirmação desses dados, já em 2004, veio demonstrar como toda a investigação até aí realizada em Portugal poderia ser posta em causa por dificuldades inesperadas e incontornáveis. Se já a indicação, no registo da sociedade SIC-CUF, de uma data incorrecta para o nascimento de Alfredo da Silva alertara para a possibilidade de erros, mais surpreendente (e frustrante) foi o ter-se constatado que em 1864, bem como em 1863 e 1865 ou até numa janela temporal mais alargada<sup>9</sup>, nenhum «Auguste Lucien Stinville» constava dos registos de nascimento de qualquer dos 20 «arrondissements» parisienses. Conhecendo os graves problemas registrais suscitados pela destruição de arquivos durante a Comuna de Paris (1871) [PARISGENWEB,2002], temia-se qualquer perturbação que daí pudesse ter derivado.

Tal sentimento de incerteza reflecte-se no «poster» e texto explicativo apresentados por um dos co-autores desta comunicação na 5ª Conferência Internacional da História da Química, que teve lugar no Estoril e Lisboa em Setembro de 2005, e em que – para cada quesito do objectivo «mínimo» inicialmente traçado – se inventariou a posição alcançada e se referiram as incongruências, dificuldades, hipóteses e omissões que definiam esse «pantanosos estado da questão», titulando e concluindo com uma significativa pergunta-apelo: «*Do You Know Mr. Stinville?*» [SILVA, 2005].

Este aparente «beco sem saída» conduziu ao reforço de uma acção global que, desde a constatação do exagerado optimismo inicial, vinha sendo mantida como segunda linha e que consistiu numa pertinaz saturação da «net» e de potenciais informadores. Com as conclusões que iam sendo obtidas, modestas que fossem, acrescidas por contributos e sugestões diversas (nomeadamente de genealogistas e de fóruns especializados de genealogia), elaboraram-se e divulgaram-se sucessivos relatórios de progresso em Português, Francês e Inglês - que iam afinando também sucessivos apelos colocados nesses fóruns ou em locais de busca de pessoas<sup>10</sup>.

## 5 – O momento crucial da junção de esforços e de conhecimentos

Esperava-se que tal saturação resultasse – e de facto resultou. Em Novembro de 2005 uma sobrinha-bisneta de A. L. Stinville, Mlle Corinne Yollant, filha do co-autor Jean Yollant, ao abrir uma busca sobre o patronímico «Stinville» na «net», entretanto enriquecida com essas diversas informações e apelos, acedeu a um destes e estabeleceu contacto por e-grama com o endereço nele indicado. A partir daí, com a participação activa dos familiares de Auguste Lucien Stinville, quer em Caen (família Yollant), facultando a valiosa informação coligida em álbum familiar por Lucien Yollant como oportunamente se referirá, quer em Nantes (família Warnier), e com investigações complementares nos Arquivos de Paris, foi possível atingir os objectivos essenciais que se haviam formulado quando do desafio aceite – se bem que Auguste Lucien Stinville mereça uma biografia mais desenvolvida.

O contributo de Jean Yollant, co-autor deste texto e detentor das memórias familiares coligidas por seu pai, revelar-se-ia decisivo para superar o «impasse de 2004» e assegurar o complemento em França da investigação iniciada em Portugal<sup>11</sup>. Como consequência do esforço conjunto então iniciado, reproduzem-se seguidamente – e no essencial – os aspectos relevantes da vida e actividades de Auguste Lucien Stinville, tais como apresentados na 6.<sup>a</sup> Conferência Internacional de História da Química, que decorreu em Lovaina em 2007 e em que foi possível demonstrar que *se, na última Conferência, a pergunta: ‘Conhece o Senhor Stinville?’ foi abertamente afixada, num simultâneo apelo ao fornecimento de mais dados reveladores da sua procurada biografia, poderemos agora dizer, mantendo a presente comunicação nos seus contornos tecnológicos, que ‘estamos (a começar) a conhecer o Senhor Stinville’* [SILVA e YOLLANT, 2007].

## 6 – A juventude de Stinville

Auguste Lucien Lamouche, o mais velho dos seis filhos de Auguste Adolphe Lamouche e sua mulher Lucie Radal-Charay, nasceu a 19 de Julho de 1868 no 15.º «bairro» de Paris — nome e data que, vinte anos depois (1888), o recenseamento militar confirma. Contudo, seguindo a opção que, por motivos familiares, seu pai já adoptara ao assinar «Auguste Adolphe Stinville» ou «Auguste Adolphe Lamouche dit Stinville», Auguste Lucien vai usar o apelido Stinville quer na sua actividade profissional, quer na sua vida civil, e assinar correntemente «A. L. Stinville»<sup>12</sup>.

Até ao grau de acesso a estudos superiores (o «baccalaureat»), Auguste foi aluno distinto do Collège Colbert, em Paris. Embora demonstrasse propensão para a Química, que lhe valeu correr riscos em juvenis experiências por conta própria (os registos familiares referem uma intoxicação com bromo quando tinha 14 anos), almejava fazer carreira na Marinha. O acesso à Escola Naval requeria um compromisso financeiro (que seu pai assumiu em 1885) e impunha uma selecção rigorosa baseada na prestação académica anterior e complementada por provas de admissão quer em termos de conhecimentos, quer em demonstração de capacidade física. Tendo-se qualificado como um dos melhores candidatos, na componente curricular, a sua miopia traiu-o na componente física. Frustrado e desempregado com 17-18 anos, Auguste emprega-se nos «Laboratórios de Paris» (possivelmente os «Laboratoires de la Ville de Paris») onde encontra um antigo professor que o patrocina e apresenta no meio restrito da Química laboratorial e industrial parisiense, de forma tal que, mais tarde, o leva a qualificar essa primeira experiência profissional como *se lhe tivesse saído a sorte grande*.

## 7 – O período inglês (ou galês)

Em 1888, Auguste Lucien Lamouche fica isento do serviço militar (provavelmente pelas razões que o excluíram no acesso à Marinha). Fluente em Inglês, decide abandonar os «Laboratoires» e ingressar num intenso programa de formação industrial prática em Inglaterra ou no País de Gales. Desconhece-se o local ou locais dessa prática, omissos nos registos e fontes até ao momento acedidas, mas vagas referências familiares sugerem Swansea como hipótese. Exercendo funções de operador em unidades fabris químicas e adquirindo conhecimentos práticos quanto a processos, materiais e equipamentos, o estágio realizado<sup>13</sup> permite que, dentro da prática de então, quando regressa a França, decorridos dois anos, se possa designar como «arquitecto industrial» («architecte d'usines») - conceito que (qual o de «engenheiro construtor» i. e. «ingénieur constructeur», como assinará mais tarde) representa mais que a simples arquitectura e construção de instalações ao incluir um pleno conhecimento dos processos químicos envolvidos, do dimensionamento de equipamentos, da escolha de materiais e da condução e gestão de unidades<sup>14</sup>.

## 8 – Os dois projectos da *Compagnie do Phospho-Guano*

Sucede que, em 1888, a produtora adubeira «*Compagnie do Phospho-Guano*», com sede em Paris e então presidida por Jules Lefèbvre, decide investir na produção de adubos fosfatados (superfosfatos) na costa atlântica da França. O projecto envolvia a construção de um estabelecimento industrial em Honfleur (Normandia), a que se seguiria um outro, em La Pallice - La Rochelle (Poitou - Charentes) — ambos usando como matérias-primas a fosforite e a pirite, esta para a produção do ácido sulfúrico necessário à solubilização daquela. Os centros produtores de superfosfatos apresentavam um perfil comum, constituídos na prática por duas fábricas fisicamente separadas: a fábrica de ácido sulfúrico, partindo de uma fonte de enxofre<sup>15</sup> e usando então o processo dito das «câmaras de chumbo», e a fábrica de superfosfato, em que o ácido era misturado com a fosforite e se maturava a massa obtida até poder ser moída e colocada no mercado (geralmente em sacos de fibras naturais duras, como a juta). As tecnologias eram na generalidade conhecidas, mas – como «arte» dos sabedores e «domínio reservado» dos produtores – envolviam pormenores essenciais, quer de processos, quer de construção, quer de condução das unidades.

Como, anos mais tarde, demonstrarão os já referidos comentários de Alfredo da Silva, a competição no mercado dos adubos químicos era acirrada e incluía o acesso às matérias-primas, às tecnologias e aos nelas expertos. Lefèbvre (como mais tarde Alfredo da Silva) acolheria favoravelmente os serviços de um consultor independente, que pudesse proporcionar uma engenharia adequada para as pretendidas instalações (equivalente ao actual «free-lancer»). Por sua vez, Auguste Stinville confiava nos seus próprios conhecimentos para conduzir uma tal obra. Receoso porém que a sua juventude pudesse suscitar uma relutância liminar do investidor-cliente, tomou a iniciativa de acrescentar 4 anos à sua idade real. Obtido o contrato para a instalação de Honfleur, a construção decorreu no prazo previsto, ou seja entre 1890 e 1892, e após a bem sucedida inauguração, Auguste Stinville informou Lefèbvre da idade que tinha, sem porém jamais abandonar a escolha então assumida: nasceria em 1864 (e não mais em 1868) – e é 1864 a data de nascimento que consigo leva até ao túmulo. Honfleur, com as suas estruturas de madeira parcialmente ainda existentes, exhibe uma concepção-tipo que será mais tarde reproduzida quer em La Pallice, quer no Barreiro.

Em 1896, Stinville inicia, para a «*Phospho-Guano*», o segundo projecto, em La Pallice / La Rochelle. Uma descrição deste estabelecimento consta da

base Merimée do Património Francês (dossier IA7000235) e refere-se-lhe um período de edificação mais alargado que o de Honfleur (estendendo-se de 1897 a 1901) – o que corresponde a uma maior dimensão e infra-estruturas mais amplas e exigentes. Para o apoiar nesta tarefa e constituir-se como seu «mediato» na direcção técnica subsequente, Auguste Stinville chama o cunhado Jules Yollant (casado com sua irmã Lucie), que provém de uma actividade profissional assaz diferente mas que é sujeito a um espartano programa de formação em fábricas da cintura industrial parisiense (Ivry e Aubevilliers). Assim é que em 1902, arrancada e rotinizada a operação da unidade, Auguste Stinville, considerando que a direcção técnica para que fora nomeado lhe limita voos profissionais, renunciou ao cargo e fez a sua primeira viagem aos Estados Unidos da América<sup>16</sup> - iniciando o seu currículo de infatigável viajante, técnico atento e profissional empreendedor, que procura manter actualizada a sua oferta no mercado de engenharia e construção.

### **9 – As instalações produtoras de gás de cidade do «anel de Paris»**

Em 1904, Auguste Stinville já regressou a França. Um novo projecto, de grande dimensão, ocupa-o de 1904 a 1906 e, possivelmente, até 1910. Trata-se da modernização e expansão do «anel» de abastecimento de gás de cidade a Paris e arredores, incluindo as instalações produtoras de Gennevilliers, Alfortville e Boulogne sur Seine. É cliente a «Société d'Éclairage, Chauffage e Force Motrice» (antecessora do «Gaz de France»). Gennevilliers merece-lhe especial atenção, pelos seus requisitos logísticos, que incluem um porto fluvial, no Sena, equipado para a recepção do carvão, e adequadas ligações ferroviárias (exigências que antecipam as necessidades do Barreiro). De acordo com uma prática que manterá em Portugal, Auguste Stinville faz fotografar os aspectos mais significativos da obra, que decorreu de Abril 1904 a Outubro 1905, logo seguida por uma ampliação de Março a Outubro de 1906. O álbum referente ao «anel» de gás de Paris contém 71 fotos e 3 planos; o relativo ao Barreiro e a 1908 – 1909 limita-se a 38 fotografias quase totalmente divulgadas [CAMARÃO *et al.*, 2008].

Casa em 1906 e, a partir de 1907, passa a residir numa confortável «vila» de dois pisos que fez construir em Versailles, em que não falta um apetrechado laboratório químico.

O ano de 1906 marca também a instalação do seu próprio «atelier» como «engenheiro-construtor» ('ingénieur constructeur'). O deambular desse escritório, que se conhece em detalhe, demonstra o progresso da sua actividade – até que, em 1916, se fixa no já referido «14, rue Chauveau Lagarde» – onde permanece até, pelo menos, meados dos anos 30.

## **10 – As Fábricas da CUF no Barreiro, Portugal; relações com a CUF e Alfredo da Silva**

Conhece-se já a «chegada» de Auguste Stinville ao Barreiro. Como já se mencionou, ao considerar a realização de uma unidade produtora de adubos, de dimensão internacionalmente relevante, Alfredo da Silva enfrentava o mesmo problema que, anos antes, o Presidente da «Phospho-Guano», tinha conhecido para adquirir a tecnologia e a engenharia necessárias através de uma capacidade profissional independente. Esta aproximação de objectivos e a menção de Jorge Lefèbvre na correspondência trocada com Alfredo da Silva insinuam um papel decisivo para a deslocação de Stinville a Lisboa.

Contratado em 1907 para a engenharia e construção das Fábricas do Barreiro, Stinville inicia imediatamente os trabalhos de projecto e faz seguir *in situ* a respectiva construção por um engenheiro delegado (Pellet<sup>17</sup>). Recruta em França técnicos e trabalhadores especializados que prepararão equipas industriais portuguesas e assume o cargo de director técnico das Fábricas do Barreiro, cargo que manterá durante duas décadas, actuando através de um engenheiro residente (função para a qual, após algumas designações mal sucedidas, propôs a Alfredo da Silva, e por este foi aceite, o mesmo Castèra referido em nota a propósito de Honfleur e de LaPallice).

Auguste Stinville participará nos projectos de desenvolvimento e nos substanciais aumentos de capacidade das instalações do Barreiro até à sua substituição formal como director técnico, em 1927: produção de ácido sulfúrico pelo processo das câmaras de chumbo (a partir de pirites portuguesas), concentração e desarsenificação de ácido sulfúrico, produção de superfosfatos, lixiviação ácida das cinzas de pirite para extracção do cobre nelas contido, produções de sulfato de cobre, de sulfato ferroso e de sulfato de sódio e ácido clorídrico, tratamento de cinzas de pirite por cloruração e fritagem, tornando possível a sua consideração siderúrgica.

Como também já referido, Stinville, em 1925, participa como sócio na constituição da sociedade SIC-CUF que, apesar do seu objecto social vago e



abrangente, se destinaria à produção de alumínio, no sul de França (Balaruc-les-Bains) - projecto este abandonado e extinta a sociedade em 1933, alegadamente por exiguidade das reservas mineiras (bauxite) em que se baseava.

Ainda em 1937, Auguste Stinville troca cartas com Alfredo da Silva dando o seu parecer quant ao «processo Basset» (redução de minérios de ferro em fornos rotativos de cimenteiras e produção de lupas de gusa), desaconselhando-o a participar numa iniciativa que viria de facto a ter lugar na fábrica de cimentos Tejo, em Alhandra (1940) [PEREIRA, 2002].

Documentação recentemente encontrada no Arquivo CUF-Quimigal veio demonstrar que no pós-guerra e pelo menos até 1948 (ou seja, ao ano anterior à sua morte) Stinville manteve correspondência de natureza técnica com quadros da CUF – muito embora, durante a Segunda Grande Guerra e anos imediatamente seguintes, a CUF tenha recorrido ao apoio técnico de químicos industriais ingleses [CRUZ, 2007].

As instalações produtoras de adubos fosfatados construídas no Barreiro, com a mesma estrutura de madeira típica das instalações congéneres francesas e que ainda sobrevive numa substancial extensão em Honfleur, foram gradualmente substituídas desde os anos 80 por unidades mais modernas e, finalmente, demolidas em 2000<sup>18</sup>.

## 11 – Uma viagem à volta do mundo

Em 1916, enviúva; o casal não teve descendência e Stinville não voltará a casar.

A Europa está em guerra e várias instalações industriais que abastecem os Aliados (nos Estados Unidos, Japão, China, Indochina, Austrália, África do Sul e Inglaterra) preparam fornecimentos essenciais para a manutenção do esforço bélico francês. Louis Loucheur, também conceituado engenheiro com responsabilidades governamentais na área do armamento, convida Auguste Stinville para inspeccionar esses fornecedores distantes. Este demorado périplo, que representa um oficial reconhecimento das suas capacidades técnicas, interrompe as actividades de projecto e ocupa-o de 1916 a 1918.

## 12 – O despoejamento electrostático de gases e os fornos de andares

Para além dos grandes projectos referidos, Auguste Stinville – mercê dos contactos que estabeleceu nos Estados Unidos – acompanha o emergente campo da purificação electrostática de gases, através dos desenvolvimentos e patentes do Prof. Cottrell. Ciente das possibilidades demonstradas em diversos ramos da indústria química e metalúrgica e valorizando já o seu potencial uso para a protecção do ambiente, publica, em 1918, como «editor científico», uma monografia de 42 páginas sobre a sua utilização, com vários exemplos marcantes retirados quase totalmente da indústria norte-americana [STINVILLE, 1918]. Obtém a exclusividade para a França das patentes Cottrell (e mais tarde Cottrell - Möhler), que alimentam as suas actividades de projecto no período de entre as duas Guerras. Está em investigação o papel que poderá ter tido na constituição de sociedades comerciais destinadas a desenvolver aplicações desta técnica em França. Conhece-se-lhe também uma patente relativa a aperfeiçoamentos em fornos mecânicos de andares tipo Herreschoff (Patente Francesa 669 595).

Após a Primeira Grande Guerra, os seus conhecimentos internacionais levam-no ainda a negociar com o governo soviético as indemnizações devidas a vários investidores norte-americanos repropriados.

## 13 – Os últimos anos

Após uma tão intensa actividade profissional e o advento trágico da Segunda Guerra, Stinville encontra-se sozinho e com idade avançada. Deixa então a mansão de Versailles e abandona a actividade profissional, instalando-se na residência da sua irmã solteira, Adèle, um simples andar no n.º 12 da rua do Faubourg Poissonnière, em Paris — onde, com a idade real de 81 (ou de 85, segundo as suas contas) morre de pneumonia, a 7 de Agosto de 1949, um domingo.

A declaração de óbito, lavrada na Câmara Municipal («Mairie») do 10.º «arrondissement» de Paris, identifica-o como Auguste Lucien Stinville Lamouche, engenheiro químico, nascido a 19 de Julho de 1864 no 8.º «bairro» de Paris (e não a 19 de Julho de 1868 no 15.º «bairro» como consta do seu assento de nascimento e do registo militar).

Foi inumado no dia seguinte, no túmulo identificado como «Família Stinville», no Cemitério Velho de Colombes, perto de Paris, sob a inscrição «Auguste Stinville - 1864-1949».

Nenhuma participação de falecimento ou outra qualquer notícia nerológica foi encontrada nos principais jornais publicados em Paris nos dias sucessivos à sua morte.

As informações obtidas junto de familiares deixam temer que, após a sua morte e a morte de sua irmã Adèle (1965), se tenha irremediavelmente perdido o espólio que, nos últimos anos, o acompanhava.

## **14 – Os franceses no Barreiro**

Procedeu Stinville à selecção e colocação de pessoal expatriado em Portugal, de engenheiros (recordando-se os nomes de Maire e Pellet, na fase de construção, e de Castèra no prosseguimento das operações, este último de especial apreço por parte de Alfredo da Silva, a ponto de procurar o seu regresso rápido ao Barreiro logo na semana subsequente ao termo da Primeira Grande Guerra), a encarregados e mestres franceses para apoiar as instalações na sua marcha regular. Para além dos nomes já referidos, as actas das reuniões do Conselho de Administração da CUF [CUF-CA] indicam outras presenças francesas, a saber (em ordenação alfabética): Boissard, chefe de fornos (Acta 789, de 7 de Setembro de 1914); Dartaut, engenheiro e autor de um parecer sobre a figação fluvial / ferroviária (Acta 467, de 25 de Julho de 1907); Debroux, especialista na montagem e reparação de fornos de andares (Acta 601, de 7 de Abril de 1910); Herod, como possível substituto do director residente Castèra durante a licença deste (Acta 665, de 6 de Junho de 1911); Philbert, do quadro de Alferrarede mas chamado ao Barreiro para coadjuvar na chefia (Acta 601, já referida); Poulmarch, contramestre da fábrica de ácidos (Acta 789, já referida); Sabatié, responsável pela qualidade de produtos – analista (?) chamado à fiscalização da saída de adubos dadas as vagas resultantes das chamadas às armas de 1914 (Acta 789, já referida) e Sadorge, químico (analista?) transferido de Lisboa para o Barreiro para apoiar Sabatié na situação registada (na mesma acta). Regista-se ainda, na mesma fonte, a reclamação sobre equipamentos fornecidos pela firma A. Piat & Cie (Acta 623, de 1 de Setembro de 1910) e a chamada de Stinville ao Barreiro (que, não podendo vir, se fez representar por engenheiro da sua confiança) a propósito da greve de pessoal estrangeiro (que terá a primazia de ser a primeira greve registada nas Fábricas da CUF do Barreiro e que é referida na Acta 528, de 29 de Outubro de 1908). Noutras fontes: o nome do químico analista André Descoqs assina o primeiro livro de análises químicas, de 1909, que se encontra no Museu da Quimiparque, e no

livro de enterramentos em cemitérios do Barreiro, no Arquivo Municipal do Barreiro, foi detectada a inumação de um expatriado francês, posteriormente transladado.

As actas igualmente dão conta das seguintes deslocações de Stinville ao Barreiro, para além da primeira e já referida viagem (em 1907), não se sabendo se a enumeração é exaustiva: visita aos trabalhos ( Actas 543 e 545, de 25 de Fevereiro e 11 de Março de 1909); «arranque» das instalações («mise en route») (Actas 561, 563 e 572, de 15 e 29 de Julho e 30 de Setembro); instalação do director Castèra (Actas 606 e 609, de 12 de Maio e 2 de Junho de 1910, não ficando bem claro se a presença de Stinville se concretizou) ; e inspecção das instalações com Alfredo da Silva (Acta 767, de 8 de Maio de 1913). Registam-se igualmente entrevistas de Stinville com Alfredo da Silva em Paris (Actas 515, 623, 664 e 665, de 30 de Junho 1908, 1 de Setembro de 1910, 18 de Maio e 6 de Junho de 1911), para além da deslocação para reclamação à firma A.Piat, como referido supra, e da mútua colaboração no estudo da «fritagem» de cinzas de pirite (1925).

Ainda nos anos 60 subsistiam evidentes «galicismos» no calão industrial do Barreiro («cuperdino», «bombardear», «igréco», «troplanar», «lessivagem», «malaxagem», «conccassar», «charriô», «perrê», etc.)

## 15 – Alfredo da Silva em França: a SIC-CUF

Referiu-se já o voluntário afastamento de Alfredo da Silva, de 1921 a 1927, e as suas razões, período amplamente abordado no capítulo VII da biografia de que é autor Miguel de Faria [FARIA, 2004]. Apesar da permanente atenção dedicada aos negócios do Grupo, as actas do Conselho de Administração da CUF ressentem-se desse exílio e tomam-se frequentemente de repetitivas fórmulas, assim contribuindo, com o não aparecimento de outras fontes, para o relativo apagamento de informação durante esse período.

É porém sabido como, mesmo quando voluntariamente exilado, não deixou jamais Alfredo da Silva de manifestar o seu permanente entusiasmo pela realização de indústria. Um exemplo desse entusiasmo, já amplamente referido aqui pela sua importância para o esclarecimento do «mistério Stinville», foi a constituição em Paris da sociedade anónima SIC-CUF. Será sem dúvida interessante aprofundar a motivação e evolução e confirmar as razões de liquidação desta sociedade, de que Stinville era accionista, se não inspirador, e da qual certamente conhecia a componente técnica. É um dossiê a abrir, que necessariamente incluirá a carta de Alfredo da Silva à Gerência da Casa Totta,

vertente bancária do seu Grupo, escrita de Paris a 22 de Março de 1925, em que explica o objectivo estratégico dessa criação [FARIA, 2004, p. 315, nota 708]<sup>19</sup>.

## **16 – Lucien Yollant (1894-1983) e o mérito das memórias familiares**

Grande parte do conhecimento vertido nesta comunicação sobre Auguste Lucien Stinville deve-se ao seu sobrinho Lucien Yollant. Filho de Jules Yollant, já anteriormente mencionado (a propósito da unidade de La Pallice e da sociedade Phospho-Guano), e de Lucie Lamouche, irmã de A. L. Stinville. O jovem Lucien, a partir dos seus 7 anos, vai assistir aos episódios marcantes da construção da unidade de La Pallice, do fabrico de ácido sulfúrico e de adubos e da gestão dos conflitos sociais que eclodiram nessa instalação fabril.

Quando a troca das direcções fabris das duas fábricas da «Phospho-Guano» coloca Jules Yollant à frente da instalação de Honfleur, próximo de Caen, Lucien ingressa no Liceu de Caen. Com a eclosão da Guerra 1914-1918, Lucien é mobilizado, interrompe os estudos e é enviado para a frente de batalha.

Em 1916, Stinville, designado por Loucheur para o périplo de inspecções técnicas também já aqui mencionado, escolhe-o como secretário – mas é o próprio Lucien que recusa essa designação e prefere continuar nas trincheiras. Terminada a guerra, retoma os estudos e conclui, na «Centrale», a licenciatura em engenharia.

Casado em 1922 com uma prima afastada, do ramo Stinville-Auger, Lucien segue a sua carreira de engenheiro nos caminhos de ferro, participando em diversas inovações técnicas. Durante a Segunda Grande Guerra, assume um papel activo na componente ferroviária da Resistência, pelo qual é condecorado.

Tendo sistematicamente recolhido e conservado documentos e recordações de seu pai e do «tio Auguste», a quem era especialmente afecto, Lucien Yollant, quando se reformou dos Caminhos-de-Ferro e até à sua morte, em 1983, reviu e organizou esses apontamentos, que acompanhou pela identificação e legendagem de fotografias – de uma forma que ilustra bem a valorização possível das memórias familiares.

A junção de duas linhas convergentes permitiu elaborar esta comunicação e trazer ao presente colóquio um mais completo conhecimento sobre A. L. Stinville, de certa forma «um homem do Barreiro». De facto, há 100 anos, as fábricas que, para a CUF, projectara no Barreiro, tinham – como fariam depois a muitos outros – também trazido Stinville aqui.

Barreiro e Caen, 30 de Dezembro de 2008.

## Notas

<sup>1</sup> De Agosto de 1907 («picotagem» nos terrenos), ao arranque da primeira fábrica (de extracção de óleos vegetais) a 19 de Setembro de 1908. As produções de ácido sulfúrico e de adubos funcionavam já em Setembro de 1909.

<sup>2</sup> Manteve-se uma «condução à distância» do essencial da pesquisa para: a) verificar as possibilidades dos meios e acessos hoje disponíveis para uma investigação deste tipo; b) conjugar com deveres profissionais. Adiou-se também qualquer deslocação a França até se dominar um «quê?» e um «onde?» suficientes para a justificar e orientar. As surpresas do percurso mostraram como teria sido improficua qualquer deslocação «antes do tempo».

<sup>3</sup> Por confronto com fotografias na posse de familiares, esta foto é posterior a meados da década de 30, ou seja, bastante depois da cessação da relação formal de Stinville com o Barreiro (1927). Levantam-se duas hipóteses para o seu aparecimento no Barreiro: ou a fotografia foi recebida como parte isolada do espólio da sociedade SIC-CUF quando extinta (1933), o que é pouco provável, ou foi oferecida por Adèle Stinville a um administrador da CUF que a terá visitado, a apresentar condolências, após a morte de seu irmão (1949).

<sup>4</sup> Percebem-se algumas divergências técnicas com a direcção francesa (vg. no tocante à produção de sulfato de cobre, aos 16 de Março de 1914 [CUF-CA-12, Acta 782] e, por conhecimento de incidentes ambientais posteriores, na fritagem de cinzas de pirite concebida por Stinville e Alfredo da Silva e decidida aos 16 de Maio de 1925 [CUF-CA-13, Acta 825]. Há também sinais de inconformismo por parte de jovens engenheiros portugueses face a uma tão longa direcção francesa, como no «incidente Ferreira Dias» [PEREIRA, 2002].

<sup>5</sup> Além destas fontes, cite-se o relato de viagem do então inspector chefe dos Serviços de Higiene do Trabalho e das Indústrias, que inclui uma visita ao «engenheiro Stinville» em Paris, no ano de 1931 [VASCONCELOS, 1934].

<sup>6</sup> Admitiu-se que a falta de «A. L. Stinville» em cadernos eleitorais e censos de Paris indicaria que este, embora com escritório em Paris, residisse nos arrabaldes (o que prometeria complicar qualquer procura). A posterior confirmação deste facto não valida tal raciocínio (dada a dualidade de patronímicos que então se desconhecia) – e traduz apenas uma pura coincidência.

<sup>7</sup> Departamento do Hérault. Uma grande bacia («Etang de Thau») poderia sugerir uma localização portuária algo similar à criada no Barreiro. Foi também revelado o trato sucessivo dos terrenos em causa, que inclusive pertenceram à Sociedade Geral, desde a liquidação da SIC-CUF até à venda a uma sociedade do Grupo Lafarge, que actualmente não os detém.

<sup>8</sup> As buscas nas «páginas brancas» e a análise de listagens departamentais (acessíveis pela «net») de nascimentos «Stinville» ocorridos em França, num período estimado como provável, permitiram a detecção, em 2003, duma «coincidência remota» do patronímico Stinville com possíveis iniciais A. L. na comuna de Oger (Marne) – detecção essa que, até melhor prova, se admitiu poder representar o «procurado Stinville». Dúvidas sobre a aceitabilidade de tal «achado», remeteram-no para uma «via de reserva» para ulterior análise — tarefa evitada pela obtenção superveniente dos dados de constituição da SIC-CUF.

<sup>9</sup> Em 2004, a estudante barreirense Ana Salvador, então aluna da Sorbonne, colaborou amavelmente com a investigação em curso e ampliou a janela temporal de pesquisa ao confirmar, nos Archives de Paris, a ausência de qualquer registo referente a Auguste Lucien Stinville nos actos de nascimento do período 1860-1872 para todos os 20 «arrondissements» parisienses. Era o «beco sem saída»!

<sup>10</sup> As primeiras consultas sobre Stinville tinham sido colocadas no «France Genealogy Forum» logo em Julho e Setembro de 2001 (consultas n.ºs 10 593 e 11 285, respectivamente).

<sup>11</sup> Aliás o «impasse de 2004» poderia ter bloqueado «à nascença» a colaboração nesta matéria. De facto, no diálogo electrónico oportunamente aberto por Mlle. Corinne Yollant a 6 de Novembro de 2005 com o co-autor português da presente comunicação foi o «lado francês»

que teve que «convencer» a parte portuguesa de que a descrição por esta feita e publicitada na «net» era compatível com a coincidência, numa mesma pessoa, de dois nomes (e duas datas de nascimento) distintos.

<sup>12</sup> Daí a omissão, nas buscas realizadas, de qualquer nascimento com o nome de Stinville. Conhecido o facto, foi possível extrair, nos Arquivos de Paris, pela data e «arrondissement» referidos, os registos de nascimento de Auguste e do casamento dos seus pais. Nos mesmos Arquivos, o registo do recenseamento militar (classe 1888, Paris / Subdiv. de la Seine, 1er Bureau, Volume 10, n.º 891) confirmou tais dados. Com motivações diversas, a adopção de um pseudónimo patronímico e a sua transmissão não são acontecimentos raros. No presente caso a aproximação ainda se torna mais saliente com o casamento: A. L. Stinville, que permite significar tanto Auguste Lucien Stinville como Auguste Lamouche Stinville, como por vezes se encontra [YOLLANT, 2008], casa em 1906 com Adèle que tem Stinville por nome de solteira e que, de facto seria ainda sua parente.

<sup>13</sup> É possível prever a extensão e intensidade rigorosa desse estágio pelo que o próprio Stinville mais tarde estabelecerá para habilitar o seu cunhado Jules Yollant.

<sup>14</sup> No registo de óbito (1949) é identificado como «engenheiro químico». Em França, o título de engenheiro só foi regulamentado em 1934 (lei de 10 de Julho), pelo que até aí detentores de *curricula* científicos ou técnicos eram comumente como tal designados.

<sup>15</sup> Por razões económicas, a indústria europeia do ácido sulfúrico cedo considerou o recurso à pirite como fonte de enxofre, o que implicava a respectiva «ustulação» em fornos adequados. Muita dessa pirite era de proveniência ibérica.

<sup>16</sup> A gestão técnica da unidade de La Pallice é então transmitida a Jules Yollant. Mais tarde, já no início de 1907, Jules Yollant troca de posição com o director técnico de Honfleur, de nome Castêras, engenheiro «Arts e Métiers». Jules Yollant vai prosseguir a sua carreira como director técnico de Honfleur até um afastamento não-amigável após o fim da Primeira Grande Guerra (1918), recebendo, à despedida, a homenagem dos trabalhadores que comandou.

<sup>17</sup> Por vezes grafado como Pelet e que vem substituir (por doença) um anterior designado, de nome Maire [CUF-CA-9; Actas 505 e 506, de 21 e 30 de Maio de 1908]. A saída voluntária de Pellet no fim da construção abre a «dança dos directores», que decorre de Setembro de 1909 (Acta 572) até Junho de 1910 (Acta 609), com efémeros exercícios de outros dois directores residentes e que só terminou com a convergência de Alfredo da Silva e Stinville na escolha de Castêras, que deixa La Pallice.

<sup>18</sup> Apenas sobrevivem no Barreiro (e por quanto tempo?) três pequenos edifícios em tijolo que albergavam instalações auxiliares (oficina de chumbeiros) e administrativas. Dos equipamentos perdidos, lamenta-se especialmente a laminagem de chumbo, que — simples e exemplar — funcionou no Barreiro desde 1907-1908 e não teria sido difícil nem oneroso manter, como se previra. Desaparecidas as instalações de La Pallice e grande parte de Honfleur, defende-se hoje a classificação do que resta da estrutura em madeira nesta unidade [YOLLANT, 2008]. Não deixa de ser interessante que a presente investigação tenha concorrido para o entreconhecimento e encontro de dois ramos da familiares de Stinville, em França, e não deixa de ser irónico (mas desejável) que possa concorrer para a classificação da estrutura original em madeira na instalação de Honfleur, sem que tenha podido de alguma forma valer para a sobrevivência de uma amostra que fosse de idêntica estrutura no Barreiro.

<sup>19</sup> Outra instalação industrial realizada no estrangeiro por Alfredo da Silva e de que seria interessante conhecer melhor, pois dela pouco se sabe, foi a Fábrica de Adubos de Sevilha, que inclusive recebeu uma visita do então monarca espanhol, Afonso XIII.

### A tempo:

Quais os Lefebvre da história da Compagnie du Guano-Phosphate que tiveram papel importante em dois momentos importantes da biografia profissional de A. L. Stinville e que foram a contratação para a realização das fábricas de Honfleur e de La Rochelle e a carta recebida por Alfredo da Silva, aparentemente decisiva para a contratação para o Barreiro: Jules, segundo os elementos recolhidos em França, ou Georges (mesmo grafado Jorge), segundo a acta de reunião do conselho de administração da CUF, de 6 de Junho de 1907, ou ambos? Já depois de escrita a presente comunicação, Mlle Corinne Yollant, prosseguindo o estudo sobre a fábrica adubeira de Honfleur, encontrou na imprensa local da época (depositada nos Arquivos de Honfleur) a seguinte informação que demonstra uma ligação de Georges ao empreendimento de Honfleur: «*Aos 24 de Agosto de 1898 realizou-se o banquete de inauguração da Compagnie du Phospho-Guano com a presença de Georges Lefebvre e de Alex Ullern, presidente da Câmara de Comércio e negociante de madeiras. A Ullern agradeceu a Georges Lefebvre e à Compagnie du Phospho-Guano todos os investimentos feitos para melhorar o porto, sublinhando ter sido esta a primeira empresa a decidir instalar-se nos terrenos da Câmara de Comércio*». Não pode deixar de se estranhar o carácter serôdio deste banquete, relativamente a uma instalação que se dá geralmente como concluída em 1892 (eventualmente referindo-se, por isso, a modificações ou ampliações). Jorge na acta da CUF será mesmo Georges. E quanto a Jules? Valerão os registos franceses, que não incidem sobre os mesmos factos. No entanto a indicação de «Irmãos Lefebvre» («Lefebvre Frères») em cartazes contemporâneos da Compagnie du Guano-Phosphate aumenta o interesse que, para um eventual desenvolvimento da biografia de A. L. Stinville, pode resultar do conhecimento da história daquela sociedade.

### Bibliografia

- CAMARÃO *ed al.*, (2008) António, António Sardinha Pereira e José Miguel Leal da Silva (coords.), *A Fábrica – 100 anos da CUF no Barreiro*, Bizâncio, Lisboa, 2008.
- CRUZ, (2003) Isabel, «A Química, a Indústria Química e o seu Ensino em Portugal (1887-1907): o Caso de Alfredo da Silva», comunicação à 4.ª Conferência Internacional de História da Química, Budapeste, 2003, acessível (30 Dezembro 2008) em [http://www.triplov.com/isabel\\_cruz/alfredo/index.htm](http://www.triplov.com/isabel_cruz/alfredo/index.htm).
- CRUZ, (2007) Isabel, «Technological Transfer Issues: Percy Parrish Advising at CUF», póster e texto apresentados na 6.ª Conferência Internacional de História da Química, Lovaina, 2007 (em vias de publicação nos respectivos «Proceedings»). Uma versão preliminar do correspondente texto encontra-se em <http://www.6ichc.be/papers.htm> acedido em 30 de Dezembro de 2008.
- CUF-CA-N, Livros de Actas do Conselho de Administração da Companhia União Fabril, S. A. R. L., manuscritos, Arquivo Histórico da Empresa, em que, em caso de discriminação, «N» é o número do livro correspondente: *Livro 8* (1906-1907).



*Livro 9* (1907-1909).

*Livro 10* (1909-1911).

*Livro 11* (1911-1913).

*Livro 12* (1913-1917).

*Livro 13* (1917-1926).

FARIA, (2004) Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva – Biografia*, Bertrand Editora, Lisboa, 2004.

GIÚA e GIÚA-LOLLINI, (1948 a 1950) Michele Giua e Clara Giua-Lollini *Dizionario di Chimica Generale e Industriale*, 2.<sup>a</sup> edição, em 3 volumes, Unione Tipografico – Editrice Torinese, Milão, 1948 (1.<sup>o</sup> vol), 1949 (2.<sup>o</sup> vol) e 1950 (3.<sup>o</sup> vol).

MACKIE e ROBERTS, (2002) Robert e Gerrylynn Roberts (Open University), «Career Patterns in the British Chemical Profession During the Twentieth Century», comunicação apresentada na 5.<sup>a</sup> sessão do XIII Congresso de História Económica, Buenos Aires, Julho de 2002, acessível (30 Dezembro 2008) em [www.eh.net/XIIICongress/cd/papers/5MackieRoberts59.pdf](http://www.eh.net/XIIICongress/cd/papers/5MackieRoberts59.pdf).

MIGUEL, (1971) António Dias, *Biografia de Alfredo da Silva*, biografia não publicada, Lisboa, 1971. (Preparada para a celebração do centenário do nascimento de Alfredo da Silva, estava no prelo quando dos acontecimentos políticos de Abril de 1974 — não tendo sido publicada, mas dela correndo cópias não autorizadas.)

MORAIS, (2008) Jorge, *Rua do Ácido Sulfúrico – Patrões e Operários: Um Olhar sobre a CUF do Barreiro*, Bizâncio, 2008.

PARISGENWEB, (2002) ParisGenWeb, *Les Archives de Paris*, no local <http://pdg.beziaud.org/parisgenweb/archi.htm> página colocada em 2002 e acedida em 30 Dezembro 2008.

PEREIRA, (2002) João Martins, comunicação pessoal sobre documentos do Arquivo Ferreira Dias, «Museu da Electricidade», Lisboa: cartas de 29 e 30 de Julho, 28 e 31 de Dezembro de 1927 e 2 de Fevereiro de 1928 (incidente após reservas levantadas a uma concepção técnica de Stinville) e cartas de 9 e 17 de Novembro de 1937 (resposta-parecer de Stinville sobre o «processo Basset», em transcrições do Gabinete do Ministro da Economia).

SENA, (1958) Harrington (coord) *50 Anos de CUF no Barreiro*, ed. CUF, Lisboa, 1958.

SILVA, (2005) José Miguel Leal da, «Do you know Mr .Stinville?», em MALAQUIAS, Isabel, HOMBURG, Ernst e CALLAPEZ, M. Elvira

- (Editores), «5th International Conference on History of Chemistry — Chemistry, Technology and Society — Proceedings», Sociedade Portuguesa de Química, 2006, Aveiro, pp. 569-578.
- SILVA, (2008) José Miguel Leal da (coord), «Cronologias CUF-Quimigal (1865-1997)», inicialmente policopiadas (1993-1998) e digitalizadas entre 2000 e 2003, estas cronologias foram inseridas no CD *Trabalhos do Grupo dos Arquivo CUF-Quimigal*, CUF-SGPS, Alverca, 2008.
- SILVA e YOLLANT, (2007) José Miguel Leal da e Jean Yollant, «Introducing A. L. Stinville», póster e texto apresentados na 6.ª Conferência Internacional de História da Química, Lovaina, 2007 (em vias de publicação nos respectivos «Proceedings»). Uma versão preliminar do correspondente texto encontra-se em <http://www.6ichc.be/papers.htm> acedido em 30 de Dezembro de 2008.
- SILVA *et al.*, (2003) José Miguel Leal da, Gilberto Gomes e Isabel Cruz: «A Plataforma Industrial Química do Barreiro / Lavradio», em José M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (dirs.) *Engenho e Obra: Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, Edições D. Quixote, Lisboa, 2003, pp. 250-257.
- SILVA *et al.*, (2004) José Miguel Leal da, Gilberto Gomes e Isabel Cruz: «Sobre o Complexo Industrial da CUF no Barreiro», em Manuel Heitor, José M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (coords.): *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX, Vol. III, Grandes Temas*, Dom Quixote, Lisboa, pp. 243-289.
- SOBRAL *et al.*, (2008) Fernando, Elisabete de Sá e Agostinho Leite, *Alfredo da Silva, a CUF e o Barreiro – Um século de Revolução Industrial em Portugal – Um País Dois Sistemas*, Ed. BNOMICS, Lisboa, 2008.
- STINVILLE, (1918) A. L. (edit. científico), *Procédés Cottrell. Précipitation électrique des particules en suspensions dans les fluides*, 1918, Paris (referenciada nos catálogos actuais da BNF (Cota e Fundos ; 4-V PIECE-6819, Tolbiac - rez-de-jardin / magasin) e da Biblioteca Sainte Geneviève (cota BR 12 764).
- VASCONCELOS, (1934) Manuel de: «Uma Missão na Holanda e na Suíça», *Indústria Portuguesa*, Lisboa, Outubro 1934, p. 58.
- VIEIRA, (2003) Joaquim (coord.), *Fotobiografias Século XX: Alfredo da Silva*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2003.
- YOLLANT, (2008) «Les ateliers Phospho Guano de Honfleur bientôt classés», entrevista ao *Pays d’Auge Magazine* – Edition Littoral, Lisieux, de 7 de Novembro de 2008.



**Fig. 1 – Auguste Stinville ao lado da sua irmã Lucie na casa de Versailles, em época próxima da construção do Barreiro (1908)**



**Fig. 2 – A fábrica de Honfleur (fotografia de 1903): à esquerda, a fábrica de ácido sulfúrico, à direita a produção e o parque de superfosfatos**



**Fig. 3 – A «assinatura» Stinville no pormenor construtivo das abas em Honfleur (estado actual), La Rochelle (demolida) e Barreiro (demolida), de cima para baixo**



**Fig. 4.** Um sector do «anel de gás de Paris»: instalações de purificação do gás em Gennevilliers (do álbum da construção)



**Fig. 5.** Trinta anos depois: Auguste Lucien Stinville com a irmã Adèle, no laboratório da casa de Versailles - segunda metade dos anos 30, num registo corvo da fotografia que consta do álbum do cinquentenário das fábricas da CUF no Barreiro

# Entre a CUF e o Barreiro: que lugar para Alfredo da Silva na química?

*Isabel Cruz\**

---

## Introdução

O trabalho que de momento se apresenta recupera os estudos efectuados aquando do projecto, «Para uma história do ensino da Química em Portugal nos Séculos XIX e XX (até à Revolução de 1974)» do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, que se iniciou em 2003. Do desenvolvimento de certos tópicos desse projecto resultou uma comunicação apresentada na 4.<sup>a</sup> Conferência Internacional de História da Química realizada em Budapeste exactamente em Setembro desse mesmo ano. Intitulava-se *A Química, a Indústria Química e o seu ensino em Portugal (1887-1907): o caso de Alfredo da Silva*, explorava os aspectos da formação química de Alfredo da Silva, estudante de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, enquanto procurava estabelecer alguma relação entre a singularidade dessa formação, e as suas intervenções, como administrador-gerente e director técnico da CUF, numa das fases mais determinantes do desenvolvimento das suas indústrias químicas<sup>1</sup>.

---

\* Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF/QUIMIGAL; Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, CICTSUL.

Posteriormente, procurou-se avançar na linha da aproximação de Alfredo da Silva ao conceito de Químico (à sua época). Essa perspectiva originou o ensaio «Metamorfoses dos Homens» centrado, como é óbvio, na figura de Alfredo da Silva, e colocado *on-line* no blogue experimental «Fabricasol» do Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF/QUIMIGAL. Nessa altura se arriscou afirmar que Alfredo da Silva deveria estar mais comprometido com a comunidade dos químicos em Portugal do que aquilo que à partida se admitiria. Hoje, neste colóquio, afirmar-se-á simplesmente, que sendo certo que Alfredo da Silva não foi químico, tal deverá ter sucedido, não porque não dispusesse à partida de uma base científica e tecnológica formal conveniente, isto é, como um bom ponto de partida, mas porque as vicissitudes e os acasos da própria vida não o permitiram, envolvendo-o muito mais nas áreas da política e da gestão do negócio, afastando-o por fim, inclusivamente, das tarefas de direcção técnica que tanto parecia gostar de fazer.

O que se pretende portanto para esta figura inquestionavelmente marcante para a sociedade portuguesa, projectada em especial no século xx, é a sua inserção na conjuntura química nacional ao tempo da sua juventude, particularmente na transição da penúltima para a última década do século xix, por excelência o período de assimilação do que constituiu o seu *background* científico, técnico-industrial, e da especialidade comercial.

Nesta perspectiva, tornou-se fundamental conhecer aquilo que não seria, à partida, chamado directamente ao assunto: quem eram os químicos em Portugal nessa época; como procediam e viviam, o que é que os animava; quais estiveram directamente ligados à instituição de ensino que assegurou a preparação profissional de Alfredo da Silva; quais foram seus professores; que Química aprendeu, e onde e como. São pois elementos desse tipo que estruturam o texto que se apresenta, inevitavelmente uma síntese, muitas vezes superficial, eventualmente redutora, desse particular enquadramento que rodeou esta personalidade numa época importante da sua vida. E mais do que dizer o que Alfredo da Silva foi, ou fez, importa-nos aqui mostrar o que o acompanhou durante a fase mais decisiva da sua formação escolar, e que poderá de alguma maneira estar presente nas grandes realizações que caracterizaram a sua forma de estar em sociedade.

## O Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Para este trabalho fundamentalmente «pré-Cufiano» a história começa quando Alfredo da Silva ingressa no que então se denominava por Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Este instituto tem as suas origens na fase de acalmia que se seguiu aos anos de convulsões associadas aos processos de transição da monarquia absoluta para o liberalismo, e de consolidação do novo regime. De início criado apenas com a componente industrial (1852), o então designado por Instituto Industrial de Lisboa preparava, em termos genéricos, operários, mestres e directores, isto é, gente para as Indústrias.

O ensino comercial foi introduzido, mediante duas cadeiras, em 1869, e teve, nas reformas de António Augusto de Aguiar (1884) e Emídio Navarro (1886/1888), dois dos seus momentos mais determinantes. À primeira, coube a responsabilidade de o ter elevado à categoria de superior; à segunda, o de ter desenvolvido e expandido, no modelo que lhe subjazia – a ideia de que as matérias científicas legitimavam a qualidade superior da formação comercial – e enriquecido o Comerciante de muitos outros conhecimentos para além dos da especialidade, oriundos em especial, das ciências físico-naturais. Para a situação particular da Química na formação comercial, esta deverá ter tido início nos anos 70, com a introdução das práticas no laboratório de Química Industrial numa das duas cadeiras da especialidade à data existentes. A sua presença confirma-se depois sempre em crescendo, até 1886, altura em que figura em alguns dos cursos comerciais através das cadeiras 9.<sup>a</sup>: Química Mineral e Orgânica; Análise Química e da 10.<sup>a</sup>: Tecnologia Química, e ainda, se bem que de uma forma muito mais ligeira, numa outra cadeira do elenco comercial, a 26.<sup>a</sup> – «Matérias-primas de origem orgânica, suas transformações e respectiva tecnologia; caracteres físicos e químicos dessas mercadorias e seu valor comercial; falsificações e meios práticos de as reconhecer; classificação geral das mercadorias; legislação aduaneira.»

## Os químicos em Portugal

O período de formação de Alfredo da Silva no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, de 1887/88 a 1891/92, inclui-se no que se pode designar por uma época áurea da Química em Portugal, e que abrange, *grosso modo*, as duas últimas décadas do século XIX, mas mais particularmente a penúltima, onde podemos encontrar não só vivos, como em plena actividade, personalidades



como António Augusto de Aguiar (1838-1887), Agostinho Vicente Lourenço (1826-1893), José Júlio Bettencourt Rodrigues (1845-1893); Roberto Duarte Silva (1837-1889), este último afastado geograficamente, fazendo «carreira fora», mas com grande importância na dinâmica dos compatriotas em território nacional, ou mesmo António Joaquim Ferreira da Silva (1853 -1923), que viveu bastante para além dos outros colegas, mas já sem o brilho inicial e a «garra» com que se dedicou ao desenvolvimento da Química Analítica nos tempos do Laboratório Municipal do Porto – alguns dos nomes que fizeram a Química do final de oitocentos em Portugal<sup>2</sup>.

Química Mineral, Química Orgânica, Análise Química, foram as áreas disciplinares de que de uma forma geral esta equipe se ocupou, enquanto docentes e investigadores. Muito ao estilo da época, estes homens dedicavam igualmente parte do seu tempo e do seu património intelectual à solução de problemas sociais, tais como os ligados à qualidade das águas (potáveis ou minero-medicinais), às questões de saneamento, aos casos de envenenamento, aos processos químico-fiscais, etc. A par com este serviço marcadamente público, e centrado na enorme eficácia da ferramenta em que consistia a Análise Química, encontramos ainda um último eixo norteador da actividade em algumas destas personalidades – a procura da descoberta, da inovação ou do aperfeiçoamento industrial.

Pelo menos desde Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), o 1.º lente proprietário da cadeira de Química na Escola Politécnica de Lisboa, que se criara algum hábito de buscar, junto da massa crítica nacional, o aconselhamento técnico para questões associadas ao desenvolvimento das indústrias químicas. Um seu contemporâneo, Sebastião Betâmio de Almeida (1817-1864), professor de Química aplicada às artes, na Escola Industrial do Porto e no Instituto Industrial de Lisboa, pontificou igualmente no campo da Química Industrial.

A Química para as Indústrias (Química Industrial, Tecnologia Química são duas outras designações encontradas na época) pedia uma constante actualização, daí que se tornava ainda mais pertinente a efectivação de períodos probatórios no estrangeiro para os indivíduos que pretendiam essa formação. *Desideratum* atingido (porém sem nunca traduzir um plano de base que reflectisse uma forma de actuação premeditada por parte de algum organismo oficial) nos tempos iniciais do ensino industrial em Portugal – caso de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e Sebastião Betâmio de Almeida –, a modalidade formativa com recurso ao estrangeiro parece não ter tido uma continuidade para além das décadas de 40 e 50 do século XIX. E de facto, avaliando os currículos oficiais para químicos portugueses que tiveram uma acção relevante no campo das indústrias

químicas rapidamente se dá conta de que uma outra geração de químicos, dispensara tanto o contacto *in loco* das fábricas no estrangeiro, como os períodos de aprendizagem junto de «notáveis», como Péligot (Oliveira Pimentel), Pelouze (Betâmio de Almeida), Wurtz (Agostinho Vicente Lourenço)<sup>3</sup>, químicos com grandes interesses profissionais na vertente industrial, em laboratórios de instituições de ensino não menos paradigmáticas, como o *Conservatoire des Arts et Métiers*, e a *École Polytechnique* de Paris, por exemplo.

Absorvendo o legado da geração de «arranque» que iniciara no final da década de 30 do século XIX a extensão da Química para fora da esfera coimbrã – referimo-nos aos primeiros lentes de Química na Escola Politécnica de Lisboa e Academia Politécnica do Porto, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e Joaquim de Santa Clara Sousa Pinto (? – 1876) pioneiros na concretização do ensino da Química em Lisboa e no Porto, respectivamente – e, beneficiando ainda do que adveio das novas cadeiras criadas com a «Regeneração» (caso da Química Orgânica na Escola Politécnica em 1859), e com os ensinamentos industrial e agrícola (1852), e do inevitável aumento de «massa crítica», estes químicos que «agarraram» uma ou mais cadeiras da especialidade, e fizeram do exercício da sua docência a base de desenvolvimento das suas carreiras, puderam usufruir de uma conjuntura profissional que se considera como a mais rica de todo o século em causa para o caso português, situada *grosso modo* entre 1865 e 1893, e que, de uma forma mais ou menos simplista, é denominada por «período do grupo de Lisboa.», grupo que procurava, de alguma forma, otimizar uma «classe química» com capacidade de intervenção na sociedade.

Agostinho Vicente Lourenço; António Augusto de Aguiar; José Júlio Bettencourt Rodrigues; João Inácio Ferreira Lapa; Luís António Rebelo da Silva; Virgílio Machado – os responsáveis pelas cadeiras de Química existentes em Lisboa, nomes aos quais podemos acrescentar ainda Ferreira Roquette ou Eduardo Burnay, alguns dos lentes ou professores substitutos que os acompanhavam, e até de assistentes e preparadores, como Emílio Dias; Miguel Ventura da Silva Pinto; Carl von Bonhorst; Charles Lepierre ou César Justino Lima Alves<sup>4</sup>. Uma constelação de figuras com idades, importâncias e incidências sociais em grau variável, e estilos individuais bem distintos: o químico «puro» (Lourenço) coexistindo com o ministro (Aguiar), o apaixonado pelas aplicações terapêuticas da electricidade (Virgílio Machado) com o patriarca da Química Agrícola e fundador da moderna enologia em Portugal (Ferreira Lapa) ou o homem dos adubos (Rebelo da Silva) com o da fotografia (Bettencourt Rodrigues). Não obstante a heterogeneidade evidente, é certo que o *cluster* se perpetuou ao longo de mais de duas décadas, inclusive com indícios de coesão,

e traçou uma boa parte do que em Química se fez em Portugal durante a segunda metade de Oitocentos. Marcam ainda a dinâmica do conjunto outras figuras geograficamente distantes (e só na aparência ausentes), como António Joaquim Ferreira da Silva (o oráculo da Química do Porto), Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (que depois de jubilado da Escola Politécnica de Lisboa foi reitor da Universidade de Coimbra de 1865 a 1884) e Roberto Duarte Silva (que com a sua carreira em Paris consistia num contacto fundamental do grupo no estrangeiro).

Deste conjunto destacam-se para já – e devido à influência que tiveram sobre o percurso escolar de Alfredo da Silva – os nomes de António Augusto de Aguiar e José Júlio Bettencourt Rodrigues, dois caminhos distintos em Química, porém igualmente construídos na ausência de uma metodologia de «escola - estrangeiro», isto pelo menos nos termos anteriormente adoptados por outros químicos portugueses, e que passava pela frequência em cursos e trabalho num laboratório de um químico de nomeada<sup>5</sup>. Esta ausência não impediu, porém, a realização de uma carreira de investigação em Química (utilizando o modelo que dominou na época, para Aguiar «pura» e para Rodrigues «aplicada»), e um forte protagonismo de ambos no que dizia respeito às implicações sociais desta ciência.

### **A importância de António Augusto Aguiar**

António Augusto de Aguiar e José Júlio Bettencourt Rodrigues são referenciais importantes no percurso de Alfredo da Silva, pelo menos no que diz respeito à sua formação escolar. O primeiro deles, de forma indirecta, por ter sido quem elevou um curso (precisamente um de comércio) do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa à categoria de superior, tornando mais apetecível à burguesia abastada uma instituição cujo maior trunfo – a promoção humana pela profissionalização conseguida em moldes modernos – se ressentia, desde sempre, da sombra que o estigma da condição social modesta de boa parte dos seus alunos, projectava sobre a categoria dos seus cursos. O curso superior de comércio foi o primeiro (e até 1896, o único)<sup>6</sup> curso superior no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e daí que legitimamente se deva considerar que até esse momento o Instituto em questão não podia ser realmente tomado como uma instituição de ensino superior, não obstante a ambiguidade permitida pelos termos da lei, omissos, e a qualidade e notoriedade do seu plantel docente, muitos deles por sua vez lentes em escolas superiores. A elevação à categoria

de superior de um dos seus cursos deverá ter constituído, certamente, um forte incentivo ao seu desenvolvimento e afirmação no quadro dos estabelecimentos de ensino<sup>7</sup>.

E esta é, para já, a única explicitação possível para a influência de António Augusto de Aguiar sobre o percurso de Alfredo da Silva, do qual se pensa não terá chegado a ser o lente responsável de Química Mineral e Orgânica, como seria de prever: Virgílio Machado assegurou a sucessão da cadeira, após o seu falecimento, em 1887. Porém foi, sem dúvida, um dos grandes obreiros na concepção do sistema que tornou possível receber no seio da instituição escolar, os jovens burgueses que aspiravam a uma carreira de negócios – estabelecimento este que tinha consistido basicamente, numa 1.<sup>a</sup> fase (1852 a 1864), na via profissionalizante para operários e oficiais de indústria, alternativa e concorrencial ao sistema tradicional das Artes e dos Ofícios, e numa 2.<sup>a</sup> (1864 em diante), o «berçário» para o motor humano auxiliar da máquina administrativa do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – e dotá-los de uma formação particularmente enriquecida na componente científica físico-natural.

Nessa perspectiva, pode-se muito bem considerá-lo um dos responsáveis (ainda que indirecto), tanto pela presença de Alfredo da Silva no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, como também, pelo sólido apetrechamento nele resultante, em áreas científicas como a Física, a Mineralogia, ou a Química Geral e Industrial. Já como director do Instituto (1871), a sua acção estendeu-se ao campo da Química: em 1872 organizou o laboratório de Química em moldes equiparáveis aos melhores estabelecimentos alemães<sup>8</sup>, e estatuiu (com carácter facultativo) o ensino prático desta ciência em termos complementares ao ensino teórico da cadeira correspondente, que era a 4.<sup>a</sup> e se denominava «Química aplicada às artes e à indústria». Segundo os *Estatutos* do Laboratório, o ensino da Química aplicada às artes (como era designada essa formação) podia dividir-se em várias especialidades, ditadas pelos frequentadores do referido estabelecimento, tendo sempre como fim à vista, habilitar nas manipulações químicas indivíduos que se dedicassem à indústria, tinturaria, metalurgia, farmácia, medicina, química analítica, teórica e tecnológica. O ensino prático era retribuído (pagamento mensal e adiantado), funcionava em duas épocas – semestre de Inverno e semestre de Verão – e estava dividido em lições de «dia inteiro» e de «meio-dia». A assiduidade era controlada, existindo um número de faltas seguidas ao trabalho de laboratório, ultrapassado o qual se considerava o facto como uma desistência. A instrução prática dos alunos do Instituto implicava necessariamente a frequência do Laboratório durante seis dias da semana pelo período de um ano, e estava programada segundo a sequência:

1.º Análise qualitativa dos corpos inorgânicos e das substâncias orgânicas mais vulgares; 2.º Análise quantitativa dos corpos inorgânicos pelas pesagens e pelos volumes; 3.º Ensaio dos produtos, drogas e minerais mais conhecidos no comércio, e 4.º Análise orgânica elementar e preparação dos produtos químicos minerais e orgânicos de maior importância<sup>9</sup>. Deste modo se dava mais um passo na progressão para método obrigatório, do velho sistema de apoiar as lições teóricas com trabalhos práticos.

Poucos anos depois do seu desaparecimento, e dissolvida já a pompa oficial que acompanhara as concorridas exéquias de 1887, o nome de António Augusto de Aguiar era recordado na pequena cerimónia, de transladação dos seus restos mortais, em 21 de Julho de 1891, para o respectivo mausoléu no cemitério dos Prazeres. As representações que aí acorreram: parentes e amigos pessoais; Associação Industrial Portuguesa; Sociedade de Geografia de Lisboa; Associação Comercial, Grémio Lusitano; Sociedade Farmacêutica de Lisboa; Ateneu Comercial do Porto, Companhia de Lanifícios Fiação Lisbonense; escolas industriais, comerciantes e industriais, Associação Camoneana e alunos do 5.º ano do Curso Superior de Comércio (entre os quais Alfredo da Silva, que discursou), revelam afinal, os sectores sensíveis à acção do homem – um «paladino» da burguesia – e à influência do mito – o filho de um modesto confeitiro que chega a ministro e partilha da familiaridade da casa real – exemplo de verdadeira alquimia social<sup>10</sup>.

### **José Júlio Bettencourt Rodrigues e a Tecnologia Química**

Outra personalidade determinante no panorama geral da Química do século XIX em Portugal foi José Júlio Bettencourt Rodrigues, filósofo e matemático de formação. Começou o exercício da sua docência na cadeira de «Princípios de Física e de Química, e Introdução à História Natural dos três Reinos», no Liceu de Lisboa. Foi nomeado lente substituto de Química na Escola Politécnica de Lisboa e aí sucedeu a António Augusto de Aguiar, na 6.ª cadeira - Química Mineral, em 1887. Entretanto terá assumido igualmente a regência da 7.ª cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, mas em 1884 aceitou a sua transferência para a nova cadeira de Tecnologia que aparecia com a reforma de António Augusto de Aguiar, de 6 de Março de 1884, e que era uma absoluta novidade, não só para o ensino comercial no Instituto em questão como até a nível nacional<sup>11</sup>.

Os vários autores que se encarregaram de estudar a figura de José Júlio Bettencourt Rodrigues, tanto no passado como na actualidade<sup>12</sup>, deixaram bem claro o forte espírito empreendedor, o empenho na Ciência (em especial nas suas «aplicações» industriais, conforme modelo em voga na época, que condicionava o desenvolvimento da Indústria aos efeitos da acção da Ciência) e na sua visibilidade (do qual a actividade jornalística e principalmente a paixão pela fotografia são exemplos flagrantes), e a tendência para transformar os seus interesses em verdadeiras «causas», como dos traços mais marcantes da sua personalidade. Por isso era exigente, e ferrenho na convicção do papel, absolutamente imprescindível, do ensino experimental no desenvolvimento das ciências, «bandeira» que acenou durante toda a sua vida. Apaixonado na defesa das indústrias, em especial aquelas que projectara reformar, «nacionalizar» ou introduzir no nosso país (caso das tintas de imprensa, ou da extracção do açúcar da beterraba), por ela acabou por assumir o lado proteccionista. O seu «nacionalismo» mais ou menos explícito deverá por sua vez ter contribuído para alinhar nas fileiras dos que pretendiam também o aproveitamento económico das colónias, e adoptar um outro vector fundamental na discussão da sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX, a questão de África<sup>13</sup>.

A cadeira de Tecnologia Química (designação que acabou por vingar relativamente ao nome inicial, que era apenas Tecnologia) começou a funcionar em 1887-1888, ainda que com programa provisório<sup>14</sup>, e sem laboratório próprio, mas com um preparador privativo, bem especializado, oriundo da jovem Escola Municipal de Física e Química Industriais criada em Paris em 1882 (referimo-nos a Charles Lepierre)<sup>15</sup>; nesse ano as práticas funcionaram, como solução de recurso, no laboratório de Química, que servia à 9.ª cadeira - Química Mineral e Orgânica; Análise Química. No ano lectivo seguinte já tinha instalações próprias, um «barracão» destinado a aula e laboratório da cadeira que, não obstante a rudeza da designação, era considerado a melhor aula do Instituto<sup>16</sup>.

Foi já esta a tecnologia que Alfredo da Silva aprendeu, a Química, para além da outra que já sabemos se situou na 26.ª cadeira<sup>17</sup>, igualmente constante do plano de estudos do Curso Superior de Comércio. O testemunho de um seu condiscípulo, João Pinto Basto, denuncia o grande interesse que este dedicava a essa área «posso referir-me ao seu precoce entusiasmo pelos assuntos de química industrial porque lho notei quando algumas vezes em 1888/89 em sua companhia fui estudar lições destas disciplinas»<sup>18</sup>.

A Tecnologia Química constava dos planos de estudo dos dois Institutos Industriais e Comerciais existentes (Lisboa e Porto), situando-se a partir do nível secundário. Estava por isso presente no Curso de Mestre de Artes Químicas, e

nos Cursos Especiais de Director de Fábrica (Químico), de Verificador de Alfândega, e claro, no Curso Superior de Comércio. Um universo suficientemente restrito para nos podermos aperceber da sua grande especificidade, e revelador de um efeito assaz surpreendente, de aproximação curricular dos profissionais da Indústria Química com aqueles ligados à «grande» actividade comercial, directa ou indirectamente envolvidos no macro movimento e transacção de mercadorias (veja-se comparação entre os planos de estudo dos Cursos de Director de Fábrica Químico) e o Superior de Comércio, em Anexo). Esta aproximação porém foi característica única da capital, uma vez que a formação comercial no do Porto era restrita aos níveis elementar e secundário não atingindo por isso os cursos especiais ou superior.

### **O Laboratório de Química do I. I. C. L. e o seu ensino prático**

Já se abordou, neste trabalho, a importância de António Augusto de Aguiar no contexto do I.I.C.L. e do seu ensino prático. Sublinhe-se, em particular, o contributo dado para o desenvolvimento de uma oferta de formação específica em Química prática. A esse projecto em particular, fez Emílio Dias<sup>19</sup> referência, e o mais rasgado elogio, num artigo publicado na revista da Sociedade Portuguesa de Química<sup>20</sup>. Por não se dispor de elementos suficientes para um conhecimento mais aprofundado sobre esse episódio específico de formação, julgou-se pertinente a apresentação de um excerto considerável da parte do artigo em que Emílio Dias faz referência ao mesmo: «dele [António Augusto de Aguiar] foi a iniciativa dos cursos de química prática e análise e indústrias químicas, que tem preparado cientistas consumados, já hoje em grande número, como são por exemplo, António Xavier Correia Barreto, Emílio Estácio, Emílio Fragoso, Alfredo da Silva [...] que nos dá a página talvez de maior brilho dos anais da nossa indústria moderna com a remodelação, novas instalações e novos preparados, que através da muita vicissitude, fez na Companhia União Fabril, de que é director.

No ano lectivo de 1872 a 1873 foi que António Augusto de Aguiar inaugurou e dirigiu ele mesmo, superiormente, no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, hoje Instituto Superior Técnico, o seu primeiro curso de química prática. Frequentaram-no principalmente alunos da Escola Politécnica, hoje Universidade. Lá esteve o falecido nosso amigo João Rodrigues dos Santos, que depois foi médico muito distinto; os seus colegas Dr. Sabino Maria Coelho e Guilherme de Oliveira Martins; José Paixão Castanheira das Neves, engenheiro

muito conhecido e não menos estimado; Dr. Alfredo Luís Lopes, etc., etc. No mesmo ano fomos o único industrial que se matriculou nesse curso.

António Augusto de Aguiar contratou para o bom êxito da sua grande obra, assistentes que o pudessem auxiliar de entre os mais sabedores e competentes no estrangeiro. Foi assim que primeiro conhecemos nos seus cursos de química prática, que fomos de entre os seus alunos dos primeiros a frequentar: o químico Alexandre Bayer, colaborador de Aguiar em várias pesquisas sobre um novo dissolvente da indigotina, e o Dr. Carlos von Bonhorst, de saudosa memória (ex-assistente do grande sábio Fresenius)...»

Está ainda por esclarecer a colaboração de Alexandre Bayer no contexto do Laboratório de Química do Instituto Industrial. Certo é, porém, que chegou a prestar serviço na Escola Politécnica como preparador de Química Orgânica<sup>21</sup>, logo, sob direcção de Agostinho Vicente Lourenço, o lente proprietário da respectiva cadeira. No entanto, os artigos científicos que assina, em colaboração, são-no com António Augusto de Aguiar, o proprietário da 6.ª cadeira, de Química inorgânica, da mesma instituição. Por sua vez, Carl von Bonhorst deverá ter sido efectivamente ele, o primeiro (e único) assistente do Laboratório de Química do Instituto Industrial, cargo unicamente contemplado nos Estatutos do Laboratório (e sustentado pela verba que inicialmente se destinara ao lugar de lente substituto, que não chegara a ser preenchido) que tudo parece indicar ter assegurado continuamente, desde o ano lectivo de 1872/1873 até ao de 1886/1887. A morte de António Augusto de Aguiar poderá ter precipitado a saída de von Bonhorst do I. I. C. L., uma vez que em Outubro de 1887 já se encontrava na Escola Industrial Rainha D. Leonor, nas Caldas da Rainha<sup>22</sup>. No ano lectivo seguinte, de 1888/1889, regressava a Lisboa, como professor de Química da Escola Industrial Marquês de Pombal.

Miguel Ventura da Silva Pinto, não referido por Emílio Dias, era um «filho da casa», e outra figura importante no contexto do Laboratório de Química, que auxiliava o assistente, realizando tarefas de preparador. Prestou provas de exame no Instituto Industrial de Lisboa, pelo menos à 7.ª cadeira – Química aplicada às artes, no ano lectivo de 1860/1861. A sua colaboração com a instituição de ensino foi longa e profícua, enquanto preparador de Química (por vezes acumulando com a Física). Tem vários artigos publicados no *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, fundamentalmente sobre máquinas e aparelhos de laboratório<sup>23</sup>.

Após o desaparecimento de António Augusto de Aguiar é Virgílio Machado que lhe sucede, na propriedade da 9.ª cadeira: Química Mineral e Orgânica; Análise Química, assim como na direcção do Laboratório, dando



continuidade ao projecto de ensino prático, tornado obrigatório logo após o final do ano lectivo seguinte de 1888/1889, pela Portaria de 8 de Agosto de 1889. E, para uma ciência experimental como a Química, o laboratório constituía um domínio vital. Acrescente-se a isto o facto do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa estar com sérios problemas de acomodação, especialmente agravados com o maior desenvolvimento dado aos cursos pela reforma de Emídio Navarro. Assim, e contrariamente aquilo que era comum noutros estabelecimentos de ensino<sup>24</sup>, onde os alunos das cadeiras de Química passavam «de raspão» pelas aulas práticas, e conseqüentemente, pelo seu laboratório, os alunos da cadeira de Química (a 9.<sup>a</sup>, e por isso se pode igualmente afirmar – a maioria dos alunos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa) tinham o privilégio de passar a maior parte do seu tempo de aula em contacto directo com o universo químico experimental. A isto mesmo faz também referência João Pinto Basto, o colega de Alfredo da Silva em algumas cadeiras, afirmando a dada altura: «Davam-se aulas nos próprios laboratórios expondo os Professores as suas lições no meio dos alunos, todos de pé. Assim procedia Virgílio Machado que também tinha por costume encarregar os próprios estudantes de expor a lição ao curso, fazendo-lhe depois as suas emendas e a sua crítica.»<sup>25</sup>

Virgílio Machado foi aluno da Escola Politécnica, e completou os seus estudos na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde se formou em 1883. Grande entusiasta pelas aplicações médicas da electricidade, abriu nesta cidade um gabinete especial de electroterapia, que manteve durante muitos anos, e foi o primeiro médico a fazer passar uma corrente eléctrica por agulhas cravadas num aneurisma na aorta, conseguindo assim a cura. Por sua própria iniciativa, Virgílio Machado visitou no estrangeiro, Espanha, França, Bélgica, Alemanha e Inglaterra, várias escolas e centros hospitalares, a fim de ampliar os seus conhecimentos. Com o seu irmão, e lente da 6.<sup>a</sup> Cadeira da Escola Politécnica, Aquiles Machado, assinou um manual de Química: *Química Geral e Análise Química* (1892)<sup>26</sup>. Era médico honorário da Real Câmara.

No relatório do Instituto para o ano lectivo de 1889 – 1890, Luís Porfírio Mota Pegado, o director, relata com detalhe o programa do curso prático da 9.<sup>a</sup> cadeira, sendo muito provável que este programa tenha continuado em moldes idênticos, durante os anos lectivos seguintes, não obstante a reforma que reorganizou o Instituto Industrial e Comercial de 8 de Outubro de 1891. Em 1892, já depois da operação de cosmética a que foi submetida a 9.<sup>a</sup> cadeira por esta reforma, de João Franco, que deu origem à 5.<sup>a</sup> cadeira – Química experimental, mineral e orgânica; Química industrial geral, Virgílio Machado afirmava: «Como o ensino tem completamente a feição experimental, é feito no

laboratório, sendo poucas vezes utilizada a aula, que é em anfiteatro e comum à cadeira de Física.» A descrição que faz a seguir dá-nos o quadro completo do conjunto laboratorial: «O laboratório de química no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa está distribuído por quatro salas, duas das quais, as mais espaçosas, estão representadas nas fotografias.

Uma das outras duas salas é chamada o gabinete da balança ou das pesagens, por estarem aí instaladas as balanças de precisão para as pesagens rigorosas [...]. Na outra sala pequena há o laboratório especial do professor destinado às análises químicas mais delicadas e rigorosas.»<sup>27</sup>

Na ausência de outras informações que permitam considerar alterações de monta nestes espaços nas duas décadas anteriores a 1892, considera-se que o laboratório de Química ao tempo de Alfredo da Silva deveria ter um aspecto em muito idêntico ao que se pode visualizar pelas gravuras que foram publicadas na memória redigida por Francisco Felisberto Dias Costa e apresentada na Exposição Universal de Paris de 1900 e que se supõe não ser outra coisa senão as fotografias que Virgílio Machado já referia na sua exposição, em 1892.

São ainda palavras do catedrático da 9.<sup>a</sup> cadeira (e depois o professor da 5.<sup>a</sup>) que nos permitem conhecer o recheio do laboratório: «Possui o laboratório de Química na sua totalidade, além de quatro grandes mesas de Kekulé, providas dos principais reagentes, tubos condutores de água e de gás, três chaminés com fornos de reverbero, de copelação, de análise orgânica elementar, etc., quatro balanças de precisão, mesas de trabalho para os alunos, armários de arrecadação, etc., todo o material em platina, prata, cobre, ferro, grés, porcelana, plumbagina, vidro, etc., para as manipulações ordinárias da química.

Pelo laboratório de electrotecnia é fornecida ao de química electricidade de tensão ou de quantidade, segundo as exigências, para as diversas operações de electrólise, galvanoplastia, demonstração das modernas práticas de electro-metalurgia, etc.

Há também no laboratório do Instituto todo o material para a análise química por via seca e por via húmida qualitativa e quantitativa volumétrica ou ponderável, análise espectral, electrolítica, pelo microscópio, etc. Anexo ao laboratório existe o gabinete particular do professor, onde são guardados os aparelhos mais delicados e que exigem mais cuidadosa vigilância.»<sup>28</sup>

Os trabalhos práticos da 9.<sup>a</sup> cadeira começaram a funcionar de acordo com os termos regulamentares publicados pelo governo em Agosto de 1889, que determinava seis horas obrigatórias de laboratório para os frequentadores da Química mineral e orgânica, Análise química, e o acesso ao exame dependente dos resultados obtidos na prática da cadeira em aproveitamento e assidui-

dade, somente no ano lectivo de 1889/1890<sup>29</sup>. As instruções regulamentares estenderam-se também às cadeiras 5.<sup>a</sup> Geometria descritiva, estereotomia; topografia; 7.<sup>a</sup> - Física geral e suas aplicações à indústria; 8.<sup>a</sup> - Electrotecnia, telegrafia e outras aplicações da electricidade; 10.<sup>a</sup>; 12.<sup>a</sup> - Mecânica geral e sua aplicação às máquinas; 13.<sup>a</sup> - Materiais de construção e processos gerais de construção; resistência dos materiais e estabilidade das construções; 14.<sup>a</sup> - Estradas e caminhos-de-ferro, pontes, legislação de obras públicas; rios e canais, portos, hidráulica agrícola; 15.<sup>a</sup> - Mineralogia e docimásia; geologia; 16.<sup>a</sup> - Arte de minas, legislação mineira; metalurgia; 26.<sup>a</sup> ; escritórios comerciais anexos às cadeiras 22.<sup>a</sup> - Contabilidade geral e operações comerciais e 28.<sup>a</sup> - Operações financeiras, e dessa maneira, em todo o Instituto, e devido às características do seu plano de estudos, o Curso Superior de Comércio ficou aquele com a maior carga prática na sua formação.

O facto de Alfredo da Silva ter realizado algumas das cadeiras do seu curso antes que fossem abrangidas pelos novos termos regulamentares, somente atenua um pouco este carácter eminentemente prático e com ligação ao concreto da profissão, e de maneira nenhuma lhe retira o essencial, em particular no que respeita à Química – volta-se a referir que Alfredo da Silva deverá ter frequentado o curso de Química prática, organizado ainda ao tempo de António Augusto de Aguiar. «Confinado» ao espaço do laboratório, entre os seus alunos ao mesmo nível como se estes fossem seus pares, o professor partilha, mais do que pode demonstrar, a experiência – voltando a citar Pinto Basto: «Dir-se-ia que os Professores vinham animados de um espírito novo, dispostos a abandonar aquela severa e grave feição do estilo coimbrão, adoptada nas outras Escolas Superiores e que os conservavam afastados dos estudantes [...] Os Professores mais pareciam companheiros de estudo dos alunos»<sup>30</sup> – ensinando-lhes assim, afinal, de uma certa maneira, a «boa química, a grande química», que é a «da excursão para fora das fronteiras, a da transgressão das normas»<sup>31</sup>.

### **Alfredo da Silva e a Química**

Ficou mostrado, dos tópicos anteriores, a qualidade do ensino que Alfredo da Silva recebeu enquanto aluno do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e, de alguma maneira, afluída a influência dos químicos sobre essa formação. Pensa-se que ficou igualmente provado o seu carácter excepcional; de facto, nem as modificações anteriores na organização do ensino comercial (desde a mais recuada, de 5 de Agosto de 1870 até à reforma, propriamente dita, de António

Augusto de Aguiar em 1884) nem tão-pouco a subsequente de João Franco em 8 de Outubro de 1891 (que já sabemos, ainda afectou a parte final do percurso escolar de Alfredo da Silva) permitiram um peso equiparável da componente científica físico-natural e suas aplicações, à incluída nos planos de estudo da reforma de Emídio Navarro de 1886/88, em particular no do Curso Superior de Comércio. A ocorrência de duas cadeiras de Química, a 9.<sup>a</sup> - Química Mineral e Orgânica; Análise Química e a 10.<sup>a</sup> - Tecnologia Química (no currículo deste curso) é o corolário deste carácter de excepção. Mas, não só, foi também extraordinária a proximidade verificada entre a formação superior comercial e a industrial da especialidade, e que permitia um trânsito fácil entre a função de negociante e a de director de fábrica químico (o que era particularmente notório em Alfredo da Silva que conciliava as duas carreiras com sucesso bem visível), aspecto ampliado ainda pelo facto das cadeiras físico-naturais e suas aplicações serem «democraticamente» leccionadas, isto é, sem distinções entre as várias orientações profissionais possíveis. A este facto aludirá, poucos anos depois, Alfredo Bensaúde, no contexto do seu parecer crítico sobre o ensino tecnológico no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a denunciar que os alunos do Comércio aprendiam bem mais para além dos limites característicos das suas necessidades: «os alunos do Instituto pertencem aquela categoria de pseudo-enciclopédicos semi-técnicos, pois o ensino tem sido organizado de tal modo que *todas* as cadeiras são ensinadas com igual desenvolvimento a *todos* os alunos de diversíssimos cursos a que eles pertencem. Acontece por isso que os que se propõem ao curso de minas aprendem, por exemplo, Mineralogia, que lhes é essencial, com tanto desenvolvimento como os que se destinam ao comércio!»<sup>32</sup>

Outro aspecto a acrescentar à lista de «notoriedades» na formação de Alfredo da Silva prende-se com a omnipresença das práticas. De facto, os alunos do Curso Superior do Comércio eram os estudantes do Instituto com maior peso da componente prática, entre cadeiras científicas e da especialidade comercial. Esta relevância coloca-se igualmente no que diz respeito às cadeiras de Química, com utilização do espaço laboratorial próprio (caso da 9.<sup>a</sup> e da 10.<sup>a</sup> cadeiras), para além de outras «excentricidades» nunca antes reunidas, como a existência de um preparador específico (francês, para a 10.<sup>a</sup> cadeira - Tecnologia Química), e até de um assistente (alemão) para coadjuvar o catedrático na docência das práticas da 9.<sup>a</sup> cadeira.

Alfredo da Silva torna-se assim um objecto privilegiado de uma conjuntura singularmente favorável ao ensino das ciências no contexto da «formação técnico-profissional», isto utilizando um chavão actual. Tendo recebido um lega-

do importante, por vivência de uma conjuntura particularmente rica no domínio da Química no século XIX em Portugal, Alfredo da Silva pôde, depois, de forma liminarmente coerente, fazer cumprir parte do que prometera, à sociedade, esse século triunfante. Havendo-se dedicado, praticamente desde o início da sua actividade profissional, ao negócio da grande indústria química, acabou por funcionar, nesse contexto, aproveitando métodos, processos e atitudes próprios do exercício da actividade científica.

Em finais da década de 90 do século XIX ocorria um contexto favorável ao desenvolvimento dos adubos, pela política proteccionista da produção cerealífera, nomeadamente do trigo, e pelos arroteamentos que desde meados da década de 80 vinham libertando terra que se tornava apetecível a produções deste cereal. Aproveitando a conjuntura, e a recente fusão das duas sociedades concorrentes, a União Fabril e a Aliança Fabril, Alfredo da Silva promoverá então o adubo, elementar, composto, orgânico, químico, produzido ou apenas comercializado no interior da nova CUF, obrigando-a a um salto em frente que somente o futuro permitirá compreender até que ponto consistiu numa efectiva ruptura com tudo o que anteriormente a caracterizara e às duas transformadoras de matérias gordas (a «União» e a «Sol») em Alcântara.

Com a «Fábrica União» das Fontainhas promovida a «Grande Fábrica de Adubos Químicos em Alcântara»<sup>33</sup> Alfredo da Silva erigirá paulatinamente o adubo químico como produção principal da Companhia União Fabril, mas os estrangulamentos locais ao desenvolvimento da fábrica em questão obrigarão, a breve trecho, que se reequacione novamente a produção da Companhia, e se desloque o centro das suas operações fabris, das duas fábricas existentes em Alcântara para a outra margem do Tejo, na vila do Barreiro, abrindo um novo capítulo da sua história.

Até lá, e para além da promoção radical do produto *adubo* na nova CUF, Alfredo da Silva vai modernizar os outros fabricos, intervindo a um só tempo nos óleos e nos sabões. O início do século XX é vivido na CUF sob o mote das reformas nestas produções (novos produtos, processos, maquinaria, instalações, fornecimento de energia e rede de transportes). Cria-se o «Serviço de Publicidade Agrícola» da Companhia com o agrónomo Amando de Seabra<sup>34</sup> à frente. Alfredo da Silva desmultiplica-se em contactos no estrangeiro, e em arrematações de adubos para as Ligas do Sul do país. Face a dificuldades no fabrico do sabão, enfrenta a ausência do *know-how* estrangeiro e procura uma solução técnica para o problema, que ensaia, com bons resultados, coadjuvado pelo mestre e contramestre da Fábrica União; e não tem medo da fábrica, pois o ambiente é-lhe familiar, sob todos os pontos de vista. Não era ele afinal um

«Comercialista» premiado, com uma formação industrial muito particular? Fabricam-se nesta altura os sabões *Offenbach*, o azul e o rosa e o *Alcântara*. Chegam novos maquinismos para os óleos, de Inglaterra, e procura-se trazer para a fábrica também o óleo de algodão, por exemplo, que é uma novidade para a Companhia. O ano de 1903 bate o recorde no conjunto das vendas e cedências para os óleos, e nesta altura fabrica-se o óleo de rícino, purgueira, mendobim, coconote, palma, linhaça, e vendem-se as massas de coco, linhaça, mendobim e palmiste. O fabrico do sabão também conhece alterações importantes, de mudança de processos de fogo nu para saponificação em duas operações, processo naquela altura já vulgarizado na Alemanha e na Inglaterra<sup>35</sup>.

Em 1906 a perspectiva de mais uma outra boa oportunidade leva a CUF a estrear-se no negócio dos azeites e na extracção química do óleo de bagaço de azeitona, com a aquisição de uma fábrica e respectivo lagar de azeite em Alferrarede. A fábrica de Alferrarede (anterior pertença de Mr. Combemalle) era a maior instalação do país de extracção química do óleo de bagaço de azeitona por meio de sulfureto de carbono, e respondia aos requisitos necessários a uma exploração económica, ou seja, no centro de uma grande região oleícola e associada a um lagar de azeite. A fim de evitar a concorrência foi evocada então a necessidade de ganhar uma posição a sul do Tejo, e o Barreiro é indicado por Alfredo da Silva como a solução – um enorme terreno da firma Bensaúde & C.<sup>a</sup> com características tais (ligado por via férrea à estação de caminho-de-ferro e com cais acostável, por exemplo) que deixava logo em aberto a possibilidade de expansão da Companhia para outros ramos de actividade, como a produção em grande de superfosfatos.

A tudo isto podemos associar a ideia, o planeamento, as viagens e os contactos internacionais, a acção enérgica de Alfredo da Silva. O processo de envolvimento directo do então administrador-gerente e director técnico da Companhia culmina em 1907 com a instalação no Barreiro da segunda fábrica de extracção (descontínua, do tipo de enriquecimento, solvente «benzina de petróleo») de óleo de bagaço da Companhia. Esta vai ser a primeira que aí se estabelece, a inaugurar os terrenos que testemunharão a radicalidade de um novo paradigma industrial, de química inorgânica em vez de orgânica, desenvolvido a partir da aplicação de métodos termo-químicos – em particular na obtenção do dióxido de enxofre por ustulação das pirites, a pedra «angular» da estrutura produtiva deste aglomerado inicial no Barreiro – no lugar das operações físicas de expressão de sementes das oleaginosas para obtenção dos óleos (a matriz de Alcântara) para a Companhia União Fabril.

Para planear e dirigir superiormente o estabelecimento fabril do Barreiro – que em poucas décadas se constituirá num verdadeiro complexo industrial – será chamado um outro interveniente, o técnico francês A. L. Stinville. Sob a sua jurisdição serão ali instaladas fábricas de ácido sulfúrico, pelo processo de Câmaras de Chumbo, de superfosfatos, uma «lessivage» para as cinzas das piritas ustuladas, uma metalurgia de cobre, a fábrica de sulfato de sódio e ácido clorídrico, a fábrica de sulfato de cobre, uma ustulação clorurante para recuperação de cobre das cinzas e uma sinterização para posterior aplicação siderúrgica do resíduo hematítico resultante.

O período activo de Stinville na Companhia União Fabril inicia-se por volta de 1907, ao mesmo tempo que a presença de Alfredo da Silva se apaga da cena técnica directa, e cessa na década de 40. Stinville já não é um enigma por resolver<sup>36</sup>, assim como a grande confiança que ganhou do patrão da CUF. As indústrias químicas que a CUF estabeleceu no Barreiro nas primeiras décadas do século xx não eram de modo nenhum estranhas a Alfredo da Silva que teria certamente retirado um prazer muito pessoal na participação directa no levantar das mesmas, mas a lucidez com que soube parar, e passar o testemunho, revela que era na dimensão europeia delas que se encontrava o novo desafio tecnológico que já não quis transpor sozinho.

## Notas

<sup>1</sup> Veja-se de Isabel Cruz – «Chemistry, The Chemical Industry and Education in Portugal (1887 – 1907): The case of Alfredo da Silva». In Éva Vámos (ed.), *The 4<sup>th</sup> International Conference on the History of Chemistry: Communications on Chemistry in Europe across borders and across generations, Proceedings*. Budapeste, 2005, pp.13-24.

<sup>2</sup> Para uma perspectiva geral e sintética sobre a evolução da Química Portuguesa até ao século XX, deve consultar-se a bibliografia do químico António Joaquim Ferreira da Silva. Outros autores, ainda, abordaram a temática da evolução da Química em Portugal: no contexto nacional, como José Pereira Salgado, *A Química e a Física em Portugal* (Opúsculo elaborado para apresentação na Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929) ou no contexto local, como Alberto de Aguiar, *Notícia histórica da química portuense nas suas relações com o ensino médico no Porto*. (I Centenário da Faculdade de Medicina do Porto). Estudos históricos das instituições de ensino científico, como o de Artur de Magalhães Basto – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto* (I Centenário da Fundação da Academia Politécnica) ou o de Pedro José da Cunha, *A Escola Politécnica de Lisboa* (Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa, 1837-1937), entre outros, são fontes importantes de informação sobre o desenvolvimento do trabalho dos químicos em Portugal.

<sup>3</sup> Relativamente ao período de aprendizagem no estrangeiro do primeiro dos químicos portugueses referidos, veja-se o artigo biográfico de José Maria Latino Coelho, «Júlio Máximo de Oliveira Pimentel», *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Abril de 1860, pp. 564-567,

em particular. Para o segundo deles, a aprendizagem com Pelouze na École Polytechnique é hipótese ainda a confirmar, sendo certa porém, a sua estadia em França durante vários anos, em actividades ligadas à Química industrial (consulte-se o *Jornal da Associação Industrial Portuense*, ano de 1852, por ex.). Quanto a Agostinho Vicente Lourenço, de Maria Alzira Bessa Almoester Moura Ferreira (coord.), *Químicos portugueses (1780 – 1930); relações científicas com outros países europeus*. Lisboa, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 1993, p. 17.

<sup>4</sup> Sobre a temática dos preparadores de laboratórios de instituições de ensino técnico e científico em Portugal, veja-se de Isabel Cruz e Sandra Lopes, «Chemistry ‘laboratory hands’, in Portugal in the nineteenth century: aspects of an evolution». In José Ramón Bertomeu-Sánchez; Duncan Thorburn Burns; Brigitte Van Tiggelen (ed.), *The 6<sup>th</sup> International Conference on the History of Chemistry: Neighbours and Territories: the «Evolving Identity of Chemistry», Proceedings*. Leuven, 2008, pp. 545-554.

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre como vários «laboratório-escola» proliferaram na França oitocentista e contribuíram para o fenómeno da difusão da Ciência e da profissionalização dos químicos, veja-se de Ana Carneiro, «As Escolas de Investigação em Química, em Paris, na segunda metade do século XIX». *QUÍMICA*, Outubro/Dezembro, n.º 83, 2001, pp. 28-38.

<sup>6</sup> No relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa para o ano lectivo de 1895-1896, o então director do Instituto, Francisco da Fonseca Benevides, denunciava a desigualdade que até aí existira, entre formações comerciais e industriais, dada a diferença nas categorias sócio-profissionais alcançadas por aqueles com cursos de comércio e os outros com cursos industriais. Para corrigir esta situação, recomendava como desejável, a criação de uma nova entidade, correspondente à de engenheiro industrial, nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, de tal forma que se pudessem habilitar na especialidade de mecânicos, electricistas e químicos, com preferência na admissão aos diversos serviços nos estabelecimentos industriais do estado (Francisco da Fonseca Benevides, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1895 – 1896*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp.8-9.)

O Decreto de 30 de Junho de 1898 veio corporizar de alguma forma estas aspirações, pois criou o curso superior industrial para o estabelecimento de ensino de Lisboa. O curso em questão durava seis anos e era constituído pelas disciplinas de todos os cursos industriais do Instituto e detinha a preferência a qualquer lugar a que pudessem concorrer esses mesmos cursos (§ único do Artigo 1.º da Organização do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa de 30 de Junho de 1898, e § único do Artigo 48.º do mesmo diploma).

<sup>7</sup> Compreende-se por isso, entre outros motivos obviamente, o «balde de água fria» em que consistiu a reforma de João Franco, em 1891, e a forte contestação que foi capaz de despertar, e não só em Lisboa, como também no Porto. Pela primeira vez, a lei não deixava dúvidas - os Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto eram estabelecimentos de ensino médio. Sobre o impacto da reforma de João Franco do ensino industrial e comercial, de 8 de Outubro de 1891, vejam-se os seguintes títulos, para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: Francisco da Fonseca Benevides, *et al., Representação dirigida a sua Majestade El-Rei pelo Conselho Escolar do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa contra a reforma de 8 de Outubro de 1891*, Lisboa, Tipografia do «Correio da Noite», 1892 e ainda, de Francisco da Fonseca Benevides, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; ano lectivo de 1891-1892*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 4. Para o Instituto Industrial e Comercial do Porto, de Manuel Rodrigues Miranda Júnior, *A reforma do ensino industrial ; Conferências realizadas no Ateneu Comercial do Porto*. Porto, Tip. de José da Silva Mendonça, 1891.

<sup>8</sup> No Preâmbulo dos *Estatutos do Laboratório de Química Prática*, pode ler-se: «O Conselho escolar do instituto industrial e comercial de Lisboa, havendo reconhecido a necessidade e importância do ensino prático da Química aplicada às artes e à indústria, solicitou ao governo de sua majestade aprovação do seguinte regulamento, que tem por fim fundar esse ensino, até agora completamente desconhecido em Portugal.



De hora avante, o laboratório do instituto ficará organizado segundo o plano dos melhores laboratórios da Alemanha, e em circunstâncias de poder habilitar, nas manipulações de química, não só a mocidade estudiosa do reino, mas muito principalmente os industriais e artistas que, não carecendo de estudos tão desenvolvidos, quizerem alcançar conhecimentos práticos nas variadíssimas aplicações desta ciência.» (cf. António Augusto de Aguiar, *Estatutos do Laboratório de Química Prática, estabelecido no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa*. Lisboa, Tipografia de Castro Irmão, 1872, p. 3.

<sup>9</sup> Aguiar, *Estatutos* ..., pp. 5-13.

<sup>10</sup> Ideia bem patente em Gomes de Brito, *Elogio Histórico de António Augusto de Aguiar*. Lisboa, Tipografia e Estereotipia Moderna, 1889, p. 28. Sobre a cerimónia de trasladação, veja-se a notícia no jornal *O Século* de 22 de Julho de 1891. A mesma notícia indica o nome de Alfredo da Silva como o representante da Associação Camoneana escolhido para estar, e discursar na cerimónia. A presença de Alfredo da Silva, assim como o uso da palavra pelo mesmo, são factos igualmente referidos pelo ilustre químico do Porto, António Joaquim Ferreira da Silva, em «Homenagem a António Augusto de Aguiar no 22.º ano do seu falecimento». *Revista de Química Pura e Aplicada*, n.º 8 e 9, 1909, p.328. A Associação Camoneana «José Victorino Damásio» tinha sido fundada pelos alunos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em Junho de 1880, para socorros a estudantes pobres. Os estatutos de 1892 indicam por fins, entre outros, o auxílio em livros ou subsídios pecuniários aos alunos indigentes do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e Escolas Industrias (oficiais ou particulares), e o estabelecimento de cursos de explicação das disciplinas professadas nos referidos estabelecimentos de instrução em condições vantajosas para os sócios. Alfredo da Silva foi eleito (suplente) para a direcção da Camoneana no ano 1888-1889, e fez parte de uma fase considerada de vida interna activa e efervescente (*Associação Camoneana, Relatório de 1912-1913 e Estatutos de 1892*).

<sup>11</sup> José Júlio Bettencourt Rodrigues, *Exposição a propósito dos concursos ao lugar de preparador na cadeira de Tecnologia*. Lisboa, Tipografia Universal, 1884, p. 7.

<sup>12</sup> Veja-se por exemplo, de Ana Maria Cardoso de Matos, *O final do século XIX português visto através dos 28 anos de vida pública de José Júlio Rodrigues*, p. 99-120, e de Fátima Nunes, *Portugal 1884 – 1894 – Ideias e Ideários em Circulação. Imagens Fotográficas de Progresso*, p. 121-146, ambos in Ana Luísa Janeira; Maria Elisa Maia; Pilar Pereira (ed.), *O Laboratório de Química Mineral da Escola Politécnica de Lisboa (1884 – 1894)*. Lisboa, Livraria Escolar Editora, 1996.

<sup>13</sup> Isso é bem patente em José Júlio Bettencourt Rodrigues, *Simples apontamentos de alguns trabalhos e serviços de José Júlio Rodrigues durante 28 anos de vida pública em Portugal*, Lisboa, 1892.

<sup>14</sup> O programa provisório da 10.ª cadeira, Tecnologia Química, pode ser apreciado em Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, *Programas das cadeiras; Ano lectivo de 1887 – 1888*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 3-4. Aqui se refere igualmente, que o programa da cadeira em questão, tinha sido elaborado pelo lente catedrático Virgílio Machado (que era o responsável pela 9.ª cadeira); este e outros apontamentos esparsos por outras fontes documentais, sugerem fortemente a possibilidade de José Júlio Bettencourt Rodrigues nunca ter leccionado efectivamente a «sua Tecnologia».

<sup>15</sup> Correspondente ao período inicial da carreira de Charles Lepierre. Lepierre veio para Portugal em Maio de 1888 após ter sido contactado em Paris em fins de 1887, por José Júlio Bettencourt Rodrigues - em casa de Roberto Duarte Silva que foi o mediador - para ser o preparador para a cadeira de Tecnologia Química do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e simultaneamente dirigir os trabalhos práticos de Química Mineral na Escola Politécnica, o que poderá ter ocorrido ainda durante o ano lectivo de 1887/1888. É o próprio Lepierre que relata estes factos em dois artigos da revista *Técnica*, de 1928 e 1930.

<sup>16</sup> Luís Porfírio da Mota Pegado, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1888-1889*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 19.

<sup>17</sup> O lente catedrático era Fernando Mattoso dos Santos (1849-1921), formado em Filosofia e Medicina na Universidade de Coimbra, proprietário da cadeira de Zoologia e Anatomia comparada, da Escola Politécnica; vereador da Câmara Municipal de Lisboa; deputado; inspector do serviço técnico alfandegário; ministro da Fazenda. O programa desta cadeira, para funcionar a partir de 1888/1889, é apreciável em Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, *Programas das Cadeiras aprovados por Portaria de 22 de Agosto de 1888*. Ano lectivo de 1888-1889, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 153-154, e o respectivo programa de ensino prático em Luís Porfírio da Mota Pegado, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1889 – 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891. Pela reforma de João Franco do ensino comercial e industrial, de 8 de Outubro de 1891, a cadeira em questão passou a designar-se por «Merceologia (estudo e verificação das mercadorias); legislação fiscal e aduaneira», a 7.ª cadeira (20.ª, em 1893) do plano de estudos da nova organização.

<sup>18</sup> Cf. João Teodoro Ferreira Pinto Basto, «Recordação de um condiscípulo». In *Homenagem a Alfredo da Silva*, Lisboa (Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas, N.º 4, Ano II), 1952, p. 17.

Fontes oficiais, por sua vez, informam sobre o percurso escolar de Alfredo da Silva: segundo o *Mapa do movimento escolar no ano lectivo de 1890-1891*, Alfredo da Silva realizou o exame à 10.ª cadeira em 1.ª época em 1890/91. Teve a classificação de 16 valores, foi o único nesse ano em todo o Instituto a receber a classificação de «Bom» (a partir de 15 e até 19 valores, exclusive) à cadeira em questão, e mereceu uma menção honorífica. As boas classificações e as menções honrosas não foram, aliás, facto isolado na figura em questão, tendo-se repetido em outras cadeiras e em outros anos. Por exemplo, em 1888/89, com a 9.ª cadeira: Química Mineral e Orgânica e Análise Química – 18 valores (e menção); em 1889/90, com a 15.ª: Mineralogia e Docimasia; Geologia – 15 valores, e 22.ª: Contabilidade Geral e Operações Comerciais – 16 valores (e menção), em 1890/91 também com a 20.ª (2.ª parte): Geografia e História Comerciais – 17 valores (e menção), e a 27.ª: Direito Comercial e Marítimo, princípios de Direito Internacional e Legislação Consular - 17 valores (e menção), e em 1891/92, com a 7.ª cadeira a) e b): Merceologia; Legislação fiscal e aduaneira -16 valores (e menção).

<sup>19</sup> Químico, foi preparador de Química Orgânica da Escola Politécnica, não se sabendo ainda por quanto tempo. Num opúsculo publicado em 1885, Emílio Dias conta que em 1872 entrou para a Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás, e que em 1885 exercia na referida Companhia funções como segundo engenheiro, que tinha em funcionamento dois tipos de manómetros eléctricos, por ele inventados, em 1881 e em 1882 (Emílio Dias, *Aos Ex.mos Srs. Accionistas da Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás*. Lisboa, Tipografia Elzeviriana, 1885, p. 3-6); num memorando em anexo a este opúsculo, António Augusto de Aguiar relata que Emílio Dias montara, junto com o primeiro engenheiro, o Sr. Ahrends, o laboratório de experiências e ensaios fotométricos.

<sup>20</sup> «Índigo ou anil, a sua extracção em terrenos de África – António Augusto de Aguiar, Alexandre Bayer e Carlos von Bonhorst, no ensino da química prática», *Revista de Química Pura e Aplicada*, n.ºs 1 a 4, 1919, especialmente p. 48-52.

<sup>21</sup> A presença de Alexandre Bayer como preparador de Química Orgânica da Escola Politécnica é perceptível desde 1868/1869 até Julho de 1872. (Notas de recibos de serviços prestados como preparador: gentileza de Marília Peres, investigadora do CICTSUL, Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, que realizou a pesquisa desses elementos, junto do acervo documental da Escola Politécnica, no Museu de Ciência - Universidade de Lisboa). A partir daqui perde-se o rasto de tal figura, depreendendo-se que poderá ter regressado ao seu país de origem, que também se desconhece. Encontram-se artigos publicados no Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, em 1870, da autoria conjunta de A. A. Aguiar e Al. Bayer, nomeadamente o que Emílio Dias refere, «Novo dissolvente da indigotina». Outros nomes estrangeiros, tais como Édouard Lautemann e Fried. Klass foram

igualmente assinalados, no contexto da Escola Politécnica, a prestar serviços como preparadores de Química Orgânica. Para Bayer e Lautemann, veja-se de Bernardo J. Herold e Ana Carneiro, nota bio-bibliográfica sobre António Augusto de Aguiar em «Químicos portugueses» (on-line no portal da Sociedade Portuguesa de Química).

<sup>22</sup> «Miscelânea», *Jornal de Farmácia e Química*, n.º 10, Outubro de 1887, p. 159. Carl von Bonhorst dirigia um Laboratório seu, na Calçada da Estrela em Lisboa, onde executava trabalhos de química analítica, por encomenda («Miscelânea», *Jornal de Farmácia e Química*, n.º 12, Dezembro de 1887, p. 188).

<sup>23</sup> Como por exemplo o do n.º IX, de Junho de 1870, Tomo III, *A filtração acelerada e o novo rarefactor ou máquina hidropneumática*, que o autor supõe capaz de substituir com sucesso a bomba hidropneumática de Bunsen. A máquina hidropneumática de Silva Pinto já funcionava no Laboratório de Química do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, por ordem do seu director, António Augusto de Aguiar, tendo sido posteriormente adoptados modelos para os laboratórios químicos da Escola Politécnica, do Instituto Geral de Agricultura, e um outro para funcionar na aula e gabinete de Física do Instituto. Certamente no intuito de uma maior divulgação, o aparelho foi tema de memória, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa por António Augusto de Aguiar, e publicada no *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, n.º XIII de Julho de 1872, e n.º XIV de Janeiro de 1873, tomo IV, 1872 – 1873. As décadas de 70 e 80 vão ser, aliás, bastante proficuas em inventos e aperfeiçoamentos de aparelhagem laboratorial diversa, e neste domínio pontificaram para além de Miguel Ventura da Silva Pinto, alguns lentes do Instituto Industrial e Comercial, como Francisco da Fonseca Benevides (lente da cadeira de Física) e Virgílio Machado.

<sup>24</sup> Afirmava Bettencourt Rodrigues, a propósito da situação do ensino prático da Química na Escola Politécnica, em meados da década de 80: «Outra lacuna inadmissível [...] com respeito à qual a Escola Politécnica passou a ser talvez a mais atrasada do reino entre as três escolas do Porto, Coimbra e Lisboa, que possuem o ensino superior da química geral, é a falta de ensino prático, em um curso próprio, professado no laboratório da 6.ª cadeira.»

«Não pode portanto demorar-se por mais tempo a organização de um curso de química experimental professado no laboratório da 6.ª cadeira, concorrentemente com o curso geral. Curso auxiliar e complementar do curso teórico, e como ele indispensável para a educação do aluno» (cf. José Júlio Bettencourt Rodrigues, *Exposição ao Conselho da Escola Politécnica sobre o ensino e mais serviços da 6.ª cadeira*. Lisboa, Tipografia Universal, 1885, pp. 7-8).

<sup>25</sup> Cf. João Teodoro Ferreira Pinto Basto, «Recordação de um condiscípulo». In *Homenagem a Alfredo da Silva*, Lisboa (Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas, n.º 4, Ano II), 1952, p. 16.

<sup>26</sup> Não encontramos qualquer alusão ao(s) livro(s) de texto adoptado(s) por Virgílio Machado na 9.ª cadeira antes do aparecimento do seu tratado de Química conjunto com Aquiles Machado. A localização de um compêndio de Química (gentileza da professora doutora Maria Elisa Maia – projecto «Para uma História do Ensino da Química em Portugal nos Séculos XIX e XX (até à Revolução de 1974)» do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, CICTSUL), assinado com o nome de Alfredo da Silva, e datado, Outubro de 1888, *Principes de Chimie* 4.e édition, 1883, de A. Naquet e M. Hanriot (2 volumes, o segundo dedicado à Química Orgânica com grande extensão), e o reconhecimento de pelo menos um destes volumes ainda em depósito no acervo bibliográfico, do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, existente no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, sugere fortemente que este possa ter sido um dos livros aconselhados. Naquet e Hanriot eram também autores indicados para as cadeiras de Química da Academia Politécnica do Porto, e o compêndio de Naquet adoptado por Agostinho Vicente Lourenço (de quem era amigo pessoal) para a cadeira de Química Orgânica da Escola Politécnica.

<sup>27</sup> Cf. Virgílio Machado, *O Ensino da Química no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; 5.ª cadeira*, Lisboa, Imprensa Nacional (Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano), 1892, p. 5.

<sup>28</sup> Cf. Virgílio Machado, *O Ensino [...]*, p. 5.

<sup>29</sup> Luís Porfírio da Mota Pegado, *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Ano lectivo de 1888-1889*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 13.

<sup>30</sup> Cf. João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Recordação [...]*, p. 16.

<sup>31</sup> Cf. Pierre Lazlo, «A Grande Aventura da Química», *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, n.º 85, 2002, p. 24.

<sup>32</sup> Cf. Alfredo Bensaúde, *Projecto de reforma do Ensino Tecnológico para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; parecer separado*. Lisboa, Tipografia da Academia das Ciências, 1892, p. 21.

<sup>33</sup> «Preço Corrente – Companhia União Fabril», n.º 2, de 1 de Março de 1899.

<sup>34</sup> Também ele influenciado pela escola alemã: depois de ter terminado o seu curso, Amando de Seabra fez um tirocínio prático sob a direcção de químicos alemães no laboratório da Direcção-Geral de Agricultura; traduzindo capítulos do alemão para ajudar Amando de Seabra a realizar o seu trabalho, um desses químicos, o Dr. Hugo Mastbaum, acabou colocando-o em contacto directo com o que de mais especializado se fazia, nesse domínio, na Alemanha. Hugo Mastbaum foi um dos químicos alemães que, contratados pela Direcção-Geral de Agricultura, em finais da década de oitenta, vieram pôr em funcionamento os laboratórios das Estações Químico-Agrícolas. Afirmam-se que estes alemães formaram uma série de agrónomos na técnica de análise de adubos, vinhos, farinhas, pão, etc. A Amando de Seabra se referiu Luís Rebelo da Silva como um «agrónomo muito distinto» (cf. Luís A. Rebelo da Silva, «Duas palavras em resposta ao artigo ‘Os químicos em Portugal’ publicado pelo Dr. H. Mastbaum na Revista Químico Farmacêutica do Porto’. *Revista Agronómica*, vol. II, 1904, p.331-335). Amando de Seabra teve também uma responsabilidade directa no projecto da 2.ª fase de edição de *O Arquivo Rural*, um periódico que se iniciara no final da década de 50 como um jornal de Agricultura, difusor de conhecimentos científicos e técnicos a ela afins, com envolvimento de nomes tão famosos como o de João Inácio Ferreira Lapa ou Rodrigo de Moraes Soares.

<sup>35</sup> Companhia União Fabril, Actas das Sessões do Conselho de Administração, Livro n.º 6, de 11 de Junho de 1903 a 1 de Setembro de 1904. Arquivos CUF/QUIMIGAL.

<sup>36</sup> De J. M. Leal da Silva, que investigou em primeira mão, e com grande profundidade, a figura deste técnico francês, iniciador do complexo químico-industrial da CUF no Barreiro, consultem-se os trabalhos já publicados: «Do you know Mr. Stinville?» in Isabel Malaquias, Ernst Homburg, M. Elvira Callapez (ed.), *The 5<sup>th</sup> International Conference on History of Chemistry: Chemistry, Technology and Society, Proceedings*. Aveiro, 2006, pp.569-578, e (sendo este último título, em colaboração com Jean Yollant) «Introducing A. L. Stinville (1868 – 1949)», in José Ramón Bertomeu-Sánchez; Duncan Thorburn Burns; Brigitte Van Tiggelen (ed.), *The 6<sup>th</sup> International Conference on the History of Chemistry: Neighbours and Territories: the «Evolving Identity of Chemistry»*, *Proceedings*. Leuven, 2008, pp. 485-495.

## ANEXO

### **Curso Especial de Director de Fábrica (Químico)**

Em destaque, no Plano de Estudos, as cadeiras coincidentes com as do plano do Curso Superior de Comércio

#### **1.º Ano**

**6.ª - Trigonometria plana, princípios de geometria analítica, de álgebra superior e de cálculo infinitesimal; 7.ª - Física geral, e suas aplicações à indústria; 17.ª (2.ª parte) – Desenho de figura e paisagem do natural; 24.ª - Língua inglesa; ou 25.ª - Língua alemã.**

Exercícios da 6.ª cadeira nas salas de estudo. Trabalhos práticos da 7.ª cadeira no gabinete de física.

#### **2.º Ano**

**5.ª - Geometria descritiva, estereotomia e topografia; 9.ª - Química mineral e orgânica, Análise química; 12.ª - Mecânica geral e sua aplicação às máquinas; 17.ª (3.ª parte) – Modelação.**

Exercícios das cadeiras 5.ª e 12.ª nas salas de estudo. Trabalhos práticos da 9.ª cadeira no laboratório químico. Trabalhos práticos de topografia.

#### **3.º Ano**

**8.ª - Electrotecnia, telegrafia e outras aplicações da electricidade;**

**10.ª - Tecnologia química (cerâmica, tinturaria, estamperia e outras aplicações da química); 11.ª - Zoologia e botânica elementares; higiene das indústrias e das construções; 15.ª - Mineralogia e docimásia, geologia;**

Trabalhos práticos da 8.ª, 10.ª e 15.ª cadeiras nos respectivos laboratórios e oficinas. Excursões geológicas.

#### **4.º Ano**

**16.ª (2.ª parte) – Metalurgia; 21.ª - Economia política e princípios de direito administrativo, legislação industrial; 22.ª - Contabilidade geral e operações comerciais; 26.ª (1.ª parte) – Matérias-primas de origem mineral e orgânica, suas transformações e respectiva tecnologia, caracteres físicos e químicos dessas mercadorias e seu valor comercial, falsificações e meios práticos de as reconhecer.**

Trabalhos práticos da 16.ª e 26.ª cadeiras nos respectivos laboratórios e oficinas. Prática da 22.ª cadeira no escritório comercial. Visitas a fábricas e estabelecimentos industriais

### **Curso Superior de Comércio**

Sublinhadas, no Plano de Estudos, as cadeiras que não são coincidentes com as do plano do Curso de Director de Fábrica (Químico).

#### **1.º Ano**

7.<sup>a</sup> – Física geral, e suas aplicações à indústria; 17.<sup>a</sup> (2.<sup>a</sup> parte) – Desenho de figura e paisagem do natural; 24.<sup>a</sup> – Língua inglesa  
Trabalhos práticos da 7.<sup>a</sup> cadeira no gabinete de física.

#### **2.º Ano**

6.<sup>a</sup> – Trigonometria plana, princípios de geometria analítica, de álgebra superior e de cálculo infinitesimal; 9.<sup>a</sup> – Química mineral e orgânica, Análise química; 25.<sup>a</sup> – Língua alemã.

Exercícios da 6.<sup>a</sup> cadeira nas salas de estudo. Trabalhos práticos da 9.<sup>a</sup> cadeira no laboratório químico.

#### **3.º Ano**

10.<sup>a</sup> – Tecnologia química (cerâmica, tinturaria, estamperia e outras aplicações da química); 20.<sup>a</sup> (2.<sup>a</sup> parte) – Geografia e história comerciais; 22.<sup>a</sup> – Contabilidade geral e operações comerciais;

Trabalhos práticos da 10.<sup>a</sup> cadeira nos laboratórios e oficinas. Prática da 22.<sup>a</sup> cadeira no escritório comercial.

#### **4.º Ano**

11.<sup>a</sup> – Zoologia e botânica elementares; higiene das indústrias e das construções; 15.<sup>a</sup> – Mineralogia e docimásia, geologia; 21.<sup>a</sup> – Economia política e princípios de direito administrativo, legislação industrial;

Trabalhos práticos da 15.<sup>a</sup> cadeira no laboratório. Prática da 21.<sup>a</sup> cadeira no escritório comercial.

#### **5.º Ano**

26.<sup>a</sup> (1.<sup>a</sup> parte) – Matérias-primas de origem mineral e orgânica, suas transformações e respectiva tecnologia, caracteres físicos e químicos dessas mercadorias e seu valor comercial, falsificações e meios práticos de as reconhecer; (2.<sup>a</sup> parte) – classificação geral das mercadorias, legislação aduaneira; 27.<sup>a</sup> – Direito comercial e marítimo, princípios de direito internacional e legislação consular; 28.<sup>a</sup> – Operações financeiras.

Trabalhos práticos da 26.<sup>a</sup> cadeira no laboratório. Prática da 28.<sup>a</sup> cadeira no escritório comercial. Visitas a alfândegas e estabelecimentos comerciais.

Nota: Planos de Estudo de acordo com «institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto: Plano e Organização do Ensino Industrial e Comercial; Guia do Estudante que pretende matricular-se nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto», Lisboa, Tipografia Franco-Portuguesa, 1888

## A CUF no Barreiro – o eterno baluarte do PCP<sup>1</sup>

*Vanessa de Almeida\**

---

A história do PCP no Barreiro no período anterior à sua ilegalização é hoje praticamente desconhecida. Partido fundado em Março de 1921, data de 1923 a criação da primeira comuna do Barreiro – Comuna Karl Marx, cujos elementos fundadores vão participar no I Congresso ocorrido em Novembro desse mesmo ano. Em 1925, com a reorganização da Federação Regional Comunista de Lisboa, a célula do Barreiro é identificada como sendo a número 2. Nesses primeiros anos, a actuação da célula comunista não terá sido feita sem alguma dificuldade, atendendo à influência dos ideais sindicalistas e libertários na vila operária.

Em 1929, acompanhando a reorganização interna do PCP, feita sob a égide de Bento Gonçalves, é fundada uma nova célula comunista no Barreiro. Esta «refundação» permitiu, nas palavras de Nicolau Cazelas: «incrementar extraordinariamente a luta antifascista, quer pela organização quer pela propaganda e agitação e, ainda a preparação ideológica das massas para a luta, como mais tarde se verificou»<sup>2</sup>. Como Mateus Gregório da Cruz, Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional viria a admitir num ofício de Fevereiro de 1933: «temos querido atingir as células comunistas que têm alastrado pelo País e, no Barreiro, talvez a pior terra pela sua fecundação»<sup>3</sup>.

---

\* Câmara Municipal do Barreiro.



Nos primeiros anos da década de 1930, destaca-se a actividade desenvolvida por Francisco Ferreira, o «Chico da CUF». Natural de Alcácer do Sal, morador no Bairro Operário, entra para a CUF em 1925, com a idade de 14 anos, como marcador de sacos, permanecendo empregado na Companhia até 1934, data da sua passagem à clandestinidade, por ocasião da «greve geral revolucionária» do 18 de Janeiro.

Será o ambiente vivido no seio das fábricas da CUF que justificará a militância futura de «Chico da CUF». Como o próprio assinala: «operários da Secção de 'Caldeiraria' iniciaram-me na compreensão dos deveres de solidariedade, da luta contra a injustiça e pela conquista de um futuro português de progresso e liberdade. Foram os meus mestres»<sup>4</sup>. Em 1929, já na qualidade de militante comunista, tem como primeira tarefa organizar um núcleo do Socorro Vermelho Internacional, de solidariedade para com os presos antifascistas, o qual virá a ter 60 contribuintes.

Em 1930, juntamente com Florentino Alves Rodrigues, Joaquim Garcia e José João Rodrigues, funda o núcleo da FJCP<sup>5</sup> no Barreiro, a qual «começou a actuar com entusiasmo. Nos postos mais concorridos da vila, dentro da CUF e de outras empresas do Barreiro, apareciam, com frequência, pintadas a vermelho vivo, palavras de ordem de luta contra o fascismo»<sup>6</sup>. Em finais do mesmo ano, sob orientação de Francisco de Oliveira «Pável», é criado o Comité Regional do Sado da Juventude Comunista, que terá a sua sede no Barreiro e será controlado por Francisco Ferreira até 1934, data em que é substituído por Álvaro Cunhal, contando em 1935 com cerca de 50 militantes.

Referindo-se à preparação do 18 de Janeiro, «Chico da CUF» sublinha o papel da juventude comunista barreirense: «toda a propaganda para o 18 de Janeiro, tudo isso, foi feito pela FJCP»<sup>7</sup>, responsabilizando a organização adulta pelos fracos resultados obtidos e pela vaga de prisões subsequente.

Este movimento, dirigido no Barreiro por um Comité de Acção Revolucionária, abarcava militantes comunistas e anarquistas. Embora sem a expressão dos acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, o 18 de Janeiro é fundamental para a história da resistência no Barreiro, representando o momento de viragem no seio das forças da oposição<sup>8</sup>. No Barreiro, o 18 de Janeiro vai funcionar como o «canto do cisne», o princípio do fim da influência dos ideais libertários, e o ascenso da organização comunista, espelhado no aumento do número de filiações e no incremento da propaganda.

Em Agosto de 1934, é publicada pela primeira vez a *CUF Vermelha*, órgão mensal das células do Partido e da Juventude Comunista, apresentando no primeiro número a intenção de ser «o defensor de todos os explorados,

honestos e honrados, desta Roça»<sup>9</sup>, pugnando pela criação de um Sindicato Revolucionário, necessariamente ilegal.

«Queremos um Sindicato integrado nos objectivos da Internacional Vermelha, Única Central no mundo que dirige a luta revolucionária dos operários e camponeses; [...] Que conquiste toda a massa da CUF e [...] elabore cadernos de reivindicações; que não tenha carácter mutualista, mas sim revolucionário; que tenha sim, o seu órgão de combate para desmascarar desapiedadamente o capitalismo e lutar decididamente contra o fascismo e contra a repressão brutal da Companhia União Fabril e seus lacaios; e que lute finalmente pela conquista dos nossos direitos económicos e políticos.»<sup>10</sup>

Em finais de 1934 é fundado o Sindicato Unitário dos Trabalhadores da CUF, filiado na CIS<sup>11</sup>, central sindical comunista, iniciando a publicação de um jornal próprio, designado *A Chama*. Sobre a criação desse Sindicato, lê-se nas páginas de *O Proletário*: «Os trabalhadores da CUF que, na legalidade, não haviam ainda conseguido organizar o seu sindicato, conseguiram em fins do ano passado, nas mais duras condições de ilegalidade, lançar as bases do seu Sindicato Unitário.»<sup>12</sup>

Embora se desconheça a actividade e o grau de influência da organização sindical no seio do operariado da CUF, a sua fundação acirrou a actuação das forças repressivas, mediante a prisão de «dezenas de trabalhadores da CUF» pela Polícia de Informações, para as quais contribuiu a colaboração de «mestres e encarregados», a que não era alheia a própria Administração. Porém, e tal como é mencionado, «o Sindicato Unitário dos Trabalhadores da CUF soube encontrar nesta nova vaga de repressão, elementos de consolidação do seu trabalho, o número dos seus filiados quase duplicou e apresenta-nos agora o segundo número do seu órgão ilegal impresso!»<sup>13</sup>.

Parece-nos evidente que em finais de 1934 estava consolidada a presença de uma célula comunista nas fábricas da CUF do Barreiro, confirmada num relatório da PVDE de 1935:

«A organização [comunista] do Barreiro era constituída por um Comité Regional, com células na Companhia União Fabril e Oficinas dos Caminhos-de-Ferro, células que se subdividiam em núcleos, como também uma secção do Socorro Vermelho Internacional na Companhia União Fabril e um Comité de Empresa nas Oficinas dos Caminhos-de-Ferro.»<sup>14</sup>

Na CUF, segundo declarações de César Rodrigues de Oliveira, operário na Companhia e militante do PCP, a célula comunista contaria já com um elevado número de adesões, sendo bastante activa ao nível da agitação, «porque

a propaganda exercida pelo Chico da CUF, Flávio Alves e José João Rodrigues era grande, exercendo muita influência sobre os operários»<sup>15</sup>.

Apesar de ser um período de refluxo no movimento operário, não se assinalando quaisquer surtos grevistas na CUF, a presença do PCP faz-se sentir nos mais diversos locais da vila barreirense, através da «distribuição de manifestos, colagens, pequenas manifestações, organização de Conferências Culturais, trabalho nas Bibliotecas das diversas sociedades de Recreio e Clubes, trabalho que muito contribuiu para a preparação ideológica dos antifascistas»<sup>16</sup>. Como viria a concluir a Comissão Concelhia da UN<sup>17</sup> em Setembro de 1936: «a propaganda comunista vem sendo feita metódica e inteligentemente de há três anos a esta parte, tendo tomado maior incremento. Faz-se de todas as formas, em toda a parte e a todas as horas»<sup>18</sup>.

Na tentativa de reprimir a influência comunista, procede-se à distribuição de propaganda afecta ao regime, promovem-se sessões doutrinárias organizadas pela UN e organizam-se passeios, onde se veiculam os ideais «estado-novistas» de forma sub-reptícia, como por exemplo o realizado no dia 14 de Junho de 1936 a Lisboa, supostamente promovido pela Liga de Instrução e Recreio da CUF, referindo-se contudo que «à organização destes passeios não é estranha a intervenção desta Comissão Concelhia, embora oficialmente esta iniciativa seja independente da propaganda que esta Comissão está executando semanalmente»<sup>19</sup>. Apesar das várias iniciativas desenvolvidas, a campanha de doutrinação promovida «é ridícula, perante a organização e a persistência da propaganda Comunista. É preciso mais alguma coisa que não compete à União Nacional»<sup>20</sup>.

O *mais alguma coisa* é, sem dúvida, o recurso às forças policiais. Mas, apesar da intensa campanha de propaganda promovida pelas autoridades locais, da acção repressiva continuada que, em meados de 1935, viria a culminar na prisão de vários militantes comunistas, incluindo elementos do Comité Local, a organização comunista barreirense tem uma evidente capacidade de renovação dos seus quadros. Segundo José Pacheco Pereira: «Durante a segunda metade dos anos 30, o Barreiro conseguiu manter uma continuidade de organização, relativamente aos desastres lisboetas, a tal ponto que era aí que a IC<sup>21</sup> pensava ir buscar pontos de apoio para uma nova refundação do partido em 1939.»<sup>22</sup>

Todavia, desde meados da década de 1930 que o PCP vinha a debater-se com uma grave crise interna, apenas sanada com a Reorganização levada a cabo a partir de 1940 por um grupo de presos regressados do Tarrafal e Angra do Heroísmo, facto que não deixa imune a organização do Barreiro, já que aí exercia medicina Victor Hugo Velez Grilo, um dos elementos do chamado «Grupelho Provocatório», o qual gozava de enorme prestígio no seio do ope-

rariado barreirense, sobretudo no operariado da CUF. Segundo José Maria do Rosário, militante comunista e operário na CUF desde 1939, «por esta altura constituía um sério problema neste sector pelo numeroso grupo de gente séria que ainda conseguia tocar, provocando a confusão e a desconfiança em relação ao P.[artido] e aos seus mais destacados dirigentes»<sup>23</sup>.

Em 1943 a situação alterara-se radicalmente pois, como sublinha Pacheco Pereira, «em 1943 só há um PCP, o PCP *reorganizado*»<sup>24</sup> o qual, sob a direcção de Álvaro Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes, focaliza a sua atenção para o clima de agitação social que varre o País.

Paralelamente, assiste-se a um conflito mundial que, a partir de meados desse ano, prenunciava já a vitória dos Aliados face aos países do Eixo. Apesar da *neutralidade* do regime de Salazar, a política de economia de guerra e de contenção salarial, exacerbada desde 1941 pela falta de géneros, ou da sua venda no mercado negro a preços inacessíveis, constrange cada vez mais a situação das classes trabalhadoras. Vivem-se tempos de fome, e é a fome que põe fim à suposta *paz social* trazida com a implantação do Estado Novo, proporcionando uma conjuntura que funcionará como principal detonador para os surtos grevistas verificados a partir de 1941.

Fernando Joaquim Miguel dos Santos, futuro operário na CUF do Barreiro, à época aprendiz nos Estaleiros Navais da Rocha Conde de Óbidos, relembra uma greve, durante a qual os operários recorrem à sabotagem, entendida aqui como «arma dos fracos»<sup>25</sup>, no esgrimir de forças com a Administração:

«A reivindicação era sobre salário, porque a gente ganhava uma miséria naquela altura [...], a gente queria comer e não tinha [...] não havia comer no tempo da guerra, aquilo foi praticamente no tempo da guerra, não havia comer e a gente reivindicámos aumento e comida para a gente se poder alimentar. E então, o que é que eles começaram a dar? Começaram a dar, quando fazíamos serão, é que começaram a dar um quarto de pão com chouriço, para os aprendizes e para os trabalhadores. Fazíamos serão, não havia dinheiro para ir comer fora, onde é que a gente ia comer? Serão toda a noite, pão e chouriço e água.

Bem, aquilo foi um disparate. A malta levantou-se toda, depois já não eram só os miúdos, eram já os oficiais e tudo. [...] ‘Olha, partiu-se o mandril’, ‘Isto não corta’, ‘Olha, não há ar’, desculpas disto e daquilo. Outros avariavam as bombas de ar, outros, partiam as mangueiras, a gente cortava as mangueiras, enquanto estamos a arranjar a mangueira não há trabalho, e aquilo era em diversas partes do Estaleiro, quase tudo ao mesmo tempo, aquilo era uma bronca! [...]. Aquilo era para falta de rendimento. E no tempo da guerra eles

queriam é que a gente andasse depressa, para despachar os barcos. E eram assim as nossas greves».

Como Álvaro Cunhal viria a concluir: «os anos de 1941-1942 marcam o início duma nova época no movimento operário português, a alvorada de um novo ascenso revolucionário do proletariado, o começo de uma nova etapa na luta contra o fascismo. A classe operária tomou finalmente consciência da sua própria força»<sup>26</sup>.

A greve de 1943 no Barreiro, a «maior luta de massas»<sup>27</sup> até então realizada na vila operária, inscreve-se num tempo de longa duração, demonstrando que os movimentos grevistas ocorridos nos primeiros anos da década de 1940 não são cumulativos, ou seja, onde num ano deflagra a greve, no ano seguinte isso já não se verifica. Assim, em 1942 centralizam-se em Lisboa, em 1943 novamente Lisboa (mas sem a adesão da Carris que no ano anterior fora determinante) e Margem Sul do Tejo, e em 1944 na região do Ribatejo. O principal motivo que justifica este fenómeno é a violenta repressão que se abate sobre os grevistas, sendo o Barreiro um claro exemplo dessa realidade.

Qual o papel do PCP na condução da greve de 1943? Segundo Álvaro Cunhal, o que a distingue dos surtos grevistas anteriores é o facto de ser «um movimento preparado, organizado, desencadeado e dirigido por uma direcção única que foi o nosso Partido»<sup>28</sup>.

Todavia, segundo Artur dos Santos Tavares, antigo operário da CUF, a intervenção do PCP no Barreiro será feita a reboque dos acontecimentos:

«Em toda essa luta teve uma enorme importância a evolução da guerra e as notícias que dela chegavam. Os trabalhadores ouviam a rádio, principalmente nas colectividades. [...] Eram notícias galvanizantes e de esperança. [...]

Tudo isto com a fome e o desemprego que havia criou um ambiente propício espontâneo e generalizado para se fazer alguma coisa contra tal situação. Foi nesse movimento que o PCP se meteu. Talvez como um detonador, mas beneficiando desta situação especial. Tanto que a paragem deu-se como uma explosão, sem grande consciência e sem cadernos reivindicativos precisos: as pessoas tinham fome!»<sup>29</sup>

Em contraponto, José Gregório será taxativo ao afirmar: «no dia 26, conforme o plano estabelecido pelo Partido, a greve eclodiu»<sup>30</sup>.

## A Grande Greve de 1943

Data de 21 de Julho o primeiro manifesto do Secretariado do PCP, sob a consigna «À greve! Pelo aumento de salários!»:

«A vida está cada vez mais cara. Os géneros de primeira necessidade faltam no mercado. O mercado negro, onde se vendem os raros produtos por preços fabulosos, estende-se a todo país. E entretanto, os salários dos trabalhadores não são aumentados de harmonia com o aumento do custo de vida. A situação das massas trabalhadoras é verdadeiramente desesperada.»<sup>31</sup>

Para o operariado do Barreiro, incluindo os cerca de 5000 trabalhadores da CUF, a situação era de facto desesperada. Desde meados de 1942 que a Companhia registava deficiências na produção devido à falta de matérias-primas, o que irá reflectir-se na prática de despedimentos, na redução do horário semanal de trabalho (sobretudo na fição e tecelagem), condicionando os salários auferidos. Na tentativa de minimizar o descontentamento que grassava pelas oficinas, Manuel de Mello, já em Novembro de 1942, propõe a concessão de um subsídio. Apesar disso, o despedimento de 60 operários da caldeiraria faz deflagrar uma greve de solidariedade de curta duração, como relata José Maria do Rosário:

«Em Outubro (?)<sup>32</sup> de 1942 tomei parte numa greve na empresa, que para mim e para grande parte dos operários mais jovens constituía a primeira experiência desta natureza. Este movimento surgiu na secção de caldeiraria em consequência dum ‘balão’ que lançava no desemprego dezenas de trabalhadores desta secção e que se estendeu rapidamente à secção de mecânica e fundição como solidariedade»<sup>33</sup>.

Em 1943, a situação agudiza-se. Nos dois primeiros meses do ano são despedidos cerca de 500 operários, sendo readmitidos entre 180 e 200<sup>34</sup> em finais de Fevereiro, dando origem a que, desde finais de Março, circulassem boatos na CUF quanto à possibilidade dos operários irem para a greve. Todavia, esta só terá início a 26 de Julho, nos Estaleiros da Rocha Conde de Óbidos, em Lisboa, e em Almada, nos Estaleiros da Parry & Son, e em algumas fábricas corticeiras.

«E depois entrámos dentro da greve de ‘43. A greve de ‘43, isso é que foi mesmo no Estaleiro e foi também aqui no Barreiro, não é? Mas ali [Estaleiros de Lisboa] a gente encabeçou, fomos os primeiros a encabeçar a greve. Tudo combinado já clandestinamente pelo Partido. Foi o Partido que organizou essa greve, com os trabalhadores. A greve não apareceu do ar, não foi nenhuma pomba. Tudo bem organizado, e depois houve esclarecimentos de lutas, na hora

do almoço e na hora da saída do pessoal, esclarecimentos dentro das oficinas, camaradas a dizer que precisávamos mais salário e não havia dinheiro para comer nem para pagar transportes, não havia condições de trabalho» (*Fernando Joaquim Miguel dos Santos*).

Se, no primeiro dia, estariam cerca de 3500 operários em greve, segundo números avançados pelo *Avante!*<sup>35</sup>, a 27 de Julho, com a adesão dos operários da CUF Barreiro, que arrastam atrás de si as demais indústrias da vila<sup>36</sup>, o movimento ganha uma dimensão nunca vista, acabando por envolver um total de 50 000 grevistas.

Em 1943 o Barreiro torna-se no epicentro do movimento grevista e, no Barreiro, pelo menos na CUF, não restam dúvidas que o movimento é *preparado, organizado, desencadeado e dirigido* pelo PCP através do Comité de Greve<sup>37</sup>, constituído por Nicolau Cazelas, António Torrão, Teodoro de Oliveira, Manuel Oliveira, Francisco Inácio da Costa e José Maria do Rosário, este último em contacto com Álvaro Cunhal, à época estabelecido em Coima<sup>38</sup>.

De acordo com as directrizes do Partido, é criada uma Comissão de Unidade que entrega um abaixo-assinado à Administração com as principais reivindicações<sup>39</sup>. Face à sua recusa em responder às exigências operárias, a 27 de Julho tem início a greve de braços caídos, cujo arranque é dado por sinais previamente combinados entre os membros da organização comunista. Como contou um antigo grevista, operário na zona têxtil:

«A greve começou na parte da manhã na mecânica [...]. Aquilo foi uma coisa... ateou parecia um incêndio. Da parte da manhã, parou tudo lá em baixo. Parou caldeiraria, parou a fundição, parou adubos, parou tudo. Eles vieram ao nosso encontro, à zona têxtil. A gente ainda trabalhou esse meio-dia de manhã, que a gente não sabia bem o que é que se estava a passar, mas depois transmitiram. Eles vieram ter com a gente, a dizer que está tudo parado, temos de ir para a greve. [...]. De tarde entrámos para o trabalho. Não mexia uma mosca» (*Rodas Nepervil*).

A greve estende-se a todas as secções da Companhia, «mesmo aquelas onde o P.[artido] não chegava»<sup>40</sup>.

No dia 28 de Julho a situação agrava-se. Os portões da CUF estão encerrados e os operários são impedidos de entrar pelas forças policiais. Organizam-se então duas marchas da fome, lideradas pelos operários da CUF às quais

aderem os operários corticeiros, que percorrem as ruas do Barreiro gritando «Temos fome!»<sup>41</sup>

A repressão que se abate sobre os operários em 1943 não tem precedentes. A vila é ocupada pela PSP, Sapadores dos Caminhos-de-Ferro, Cavalaria 7. É destacada a GNR de Évora, bem como diversos contingentes militares de Beja, Vendas Novas e Estremoz. Começam a ser efectuadas centenas de prisões, aleatórias, que continuarão mesmo depois do movimento ser jugulado, mesmo depois do regresso às fábricas.

«As prisões nunca mais deixaram de se fazer. Aquilo eram prisões todos os dias» (*António Pacheco*).

«Passavam meses que a ramona andava aí a altas horas da noite» (*Bertelina Silva*).

O dia 28 de Julho será o mais negro na história da repressão do Barreiro. A própria imprensa oficial, sujeita a censura, noticia a violência desencadeada: «a polícia pública, nessa altura, viu-se obrigada a usar de meios mais violentos e houve, então, algumas descargas, de que resultou terem ficado feridas três ou quatro pessoas»<sup>42</sup>. Nesse mesmo dia é nomeado Delegado Especial do Ministério da Guerra para a Mobilização Industrial, Jorge Botelho Moniz, que será a partir de então o rosto da repressão.

Botelho Moniz, acérrimo defensor da causa nacionalista em Espanha e com provas dadas na luta anticomunista, desempenhava funções na CUF desde finais da década de 1930, como secretário da Gerência<sup>43</sup>. Pela sua mão serão admitidos antigos Viriatos nas fábricas da Companhia, tanto em Lisboa como no Barreiro<sup>44</sup>, provocando ainda uma maior suspeição e insegurança no seio das fábricas.

«A repressão era mais aguda e os bufos apareciam com mais facilidade em toda a parte. Era triste, mas chegávamos a ter medo uns dos outros. O ambiente era um ambiente de terror. Vivíamos com medo de baterem-nos à porta e levarem-nos para a prisa» (*Belmiro Ferreira*).

A 29 de Julho, à semelhança do que se verifica em Lisboa e demais Margem Sul, as fábricas do Barreiro, incluindo a CUF, são sujeitas a Comando Militar. É considerado demitido todo o pessoal grevista, prevendo-se a sua incorporação num Batalhão de Trabalhadores, destinado a trabalhos forçados.



No Barreiro, o ambiente começa a esmorecer. A não adesão dos Ferroviários, a fome, a intensa repressão que se abateu sobre os operários, impõe o regresso forçado às fábricas, antes do recuo preconizado pelo PCP no manifesto de 4 de Agosto.

«Foram dias de fome, choro, sangue e lágrimas que a gente sofreu. Sangue e lágrimas que a gente sofreu! Quebrámos, mas não caímos de joelhos. A gente vergou, mas não caímos de joelhos. A luta continua sempre à mesma!» (*Rodas Nepervil*).

A adesão de milhares de operários ao movimento grevista justificará uma actuação desorganizada por parte das forças repressivas. No Barreiro, apesar das centenas de prisões efectuadas, os principais dirigentes da greve, afectos ao PCP, conseguem fugir (caso de Nicolau Cazelas), alguns são libertados pela PVDE não lhe sendo imputadas responsabilidades, outros ainda, como José Maria do Rosário e Francisco Inácio da Costa, passam à clandestinidade.

## **A década de 1950**

Nos anos seguintes, o trabalho da organização local do PCP apresenta deficiências. Num documento posteriormente apreendido aquando da sua prisão no Luso, em 1949, Militão Ribeiro considera que embora o Partido goze de «grande prestígio e influência, não só entre as massas operárias, mas também noutras camadas da população barreirense», a organização partidária peca pelo «deficiente trabalho colectivo», motivado pelo «desrespeito à disciplina do Partido, os atropelos ao centralismo democrático, às questiúnculas individuais, à ‘luta de galos’ para a conquista de cargos de direcção»<sup>45</sup>, dando origem ao abandono da organização por parte de muitos elementos, limitando-se outros à leitura da imprensa e ao pagamento da cotização. Como conta um antigo operário da CUF que adere ao PCP em meados da década de 1950,

«Eu tenho ideia que não havia organização na CUF nessa altura. Quando houve o problema da greve em 43, destruíram isto aqui, se havia alguma organização ficou destruída [...]. [...] eu penso que naquela altura, quando eu vim para cá, podia haver aí muita malta [...] mas estavam dispersos, não estavam organizados» (*Joaquim Palma Cadeireiro*).

A partir de 1955, um ano após a funcionária do Partido Cândida Ventura passar a controlar a organização do Barreiro, incluindo a CUF, verifica-se um recrudescimento das lutas operárias. A zona têxtil, constituída por mão-de-obra maioritariamente feminina, apresenta-se como uma das mais reivindicativas. Recorre-se a métodos de resistência passiva, à ‘cera’ (ritmo de trabalho lento), apresentam-se reclamações e dão-se paralisações mais ou menos longas.

«Primeiro, a têxtil era uma grande fábrica. E depois tu vais verificar, que é uma coisa curiosa, por um fenómeno qualquer que tem de ter uma explicação, em muitos sítios as mulheres vão à frente dos homens. [...] Ou por maior voluntarismo, ou porque o outro era o chefe de família [...] ao longo dos anos da CUF, encontras muitas vezes uma grande afirmação e às vezes elas foram o factor decisivo» (*Domingos Abrantes*).

Na zona têxtil, a par das deficientes condições de trabalho e da prática de ritmos de trabalho extremamente violentos, com o objectivo de atingir os níveis de produtividade que proporcionariam o acesso ao ‘prémio’, as mulheres são alvo de maior discriminação, auferindo um salário inferior ao dos homens<sup>46</sup>.

«Uma mulher que trabalhava ao meu lado, quando eu fui para ser tecelão – ela trabalhava com 6 teares, eu trabalhava com 6 teares. Ela ganhava muito menos que eu. Os próprios trabalhadores, a própria malta do Partido desenvolvia essa luta, ‘para trabalho igual, salário igual’. E eram elas, como estavam a ser prejudicadas nesse aspecto [...] que davam mais a cara para a luta, além de ser o Partido que estava por trás [...] elas é que davam a cara para a luta e que depois a malta apoiava [...]» (*Joaquim Palma Cadeireiro*).

Contrariamente ao verificado noutras zonas, como por exemplo nos adubos, onde as situações sazonais por ocasião das campanhas desembocavam muitas vezes na sujeição *consciente* e no *colaboracionismo* dos operários com chefes e encarregados, na ilusão de que desse modo poderiam vir a integrar os quadros da Companhia, na zona têxtil o trabalho era permanente, contribuindo essa estabilidade para uma maior capacidade reivindicativa.

«Foi sempre a zona mais reivindicativa, foi a zona das mulheres. A zona têxtil foi sempre pioneira. [...].

Na zona têxtil [...] não haviam situações sazonais, era o pessoal permanente. Eram aquelas 2000 e havia muita consciência [...] eu sei porque trabalhava lá uma irmã minha e quando tocava a parar teares aquilo era sempre

a andar. ‘Toca a parar!’ e aquilo parava tudo e aquilo parava ali de um momento para o outro.

Eu lembro-me que o Chico Ferreira, que era lá um encarregado [...] ele dizia: ‘As mulheres são piores que os homens, quantas vezes, eu queria antes chefiar 100 homens e não chefiar 20 mulheres, que elas unem-se, atam o burro, nós não sabemos bem porquê’. Mas elas lá sabiam o porquê, elas sabiam porquê. Exploradas, naturalmente. Passaram ali de trabalhar com um tear, passaram a trabalhar muitas delas [...] com três teares e o salário era o mesmo» (*Cândido Graça*).

## A repressão

Apesar do apelo à greve, considerado como «último recurso» na luta por melhores condições de vida e de trabalho, a dimensão do movimento grevista de 1943 não voltará a repetir-se, contribuindo para isso a presença de uma rede de informadores actuates nas várias dependências das fábricas. Em finais de 1955 a situação seria de tal modo danosa que justificará a difusão de uma lista emanada do Comité Regional da Margem Sul do PCP com os nomes de «agentes da PIDE, bufos e provocadores» a trabalhar na CUF Barreiro, a qual alerta para a necessidade dos operários «estarem vigilantes e desmascararem, escrevendo nas paredes e dizendo a toda a gente, os nomes dos agentes da PIDE, bufos e pessoas suspeitas que conhecerem»<sup>47</sup>.

«Quando eu entrei cá, depois de 56, é pá, a gente tinha de olhar para todos os lados para ver se não estávamos a falar com um gajo da PIDE» (*Joaquim Palma Cadeireiro*).

«Era o Papa-Ratos e o Inácio. São nomes conhecidos a nível da empresa CUF. Foram indivíduos que os nomes deles deviam ser publicados, como tinham outros mais, não é? Mas esses eram os cabecilhas, em que a PIDE vinha ao Barreiro, as primeiras pessoas a contactar eram eles. Como o [...] Barata, que era um agente da PIDE, que estava definitivamente dentro da empresa» (*Fernando Joaquim Miguel dos Santos*).

«O Quim Boy, o Eduardo Guerreirinho e outros que lá haviam, iam dizendo, quando eu para lá fui: ‘Olha que aquele é legionário, aquele é legionário...’. E, às vezes, nós víamos – eles faziam exercício ali, onde agora foi feito

o Fórum – era ali que eles faziam exercícios, de maneira que alguns deles eu via-os, mesmo fardados e tudo, os fulanos não escondiam, aquilo era de tal maneira...» (*Cândido Graça*).

«A PIDE, aqui no Barreiro, não largava a gente de maneira nenhuma. Isto estava rodeado de PIDE. O Barreiro foi invadido, a CUF Barreiro e outras áreas, foi invadido pela PIDE, de dia e de noite. A PIDE era de dia e de noite, nas oficinas, dentro das oficinas, dentro das sociedades de recreio, dentro do Chinquillo, havia PIDE por todo o lado, pareciam moscas, vinham de não sei onde, pareciam moscas!» (*Fernando Joaquim Miguel dos Santos*).

Ao ambiente de delação, respondem os operários com estratégias de resistência que não impliquem um confronto directo, que inevitavelmente conduziriam a represálias maiores, ao despedimento e, em última instância, à prisão. Verificam-se casos de violência com vista à retaliação:

«Havia indivíduos aí nas obras que eram da PIDE, que levavam tijolos na cabeça de toda a maneira e feitio, porque a malta que não era e tinha raiva aos gajos, quando podia, faz de conta, quando o via em baixo, faz de conta que deixava cair um tijolo da mão, caía-lhe em cima das costas, da cabeça, ou do chapéu, ou das botas, ou qualquer coisa» (*Joaquim Palma Cadeireiro*).

«O barreirense antigo...quem fazia, pagava. [...] E de manhã apareciam aí na valeta, era vulgar de manhã aparecerem na valeta, bufos, legionários e pides, nomeadamente na parte velha do Barreiro, o meu pai contava-me isso. [...] Na valeta, no passeio, na rua... levavam uma surra e ficavam ali. Pois, a malta ia presa, mas depois também, na clandestinidade, também comiam. Ah pois, isto... cá se fazem, cá se pagam!» (*Cândido Graça*).

Para além da vigilância e dos informadores, a presença contínua e constante da GNR. Nas palavras de uma antiga funcionária:

«Na CUF como sabem, a Guarda Nacional Republicana esteve lá mesmo dentro [...] sei que iam lá comer aos refeitórios e isso tudo, e todas as semanas saíam, como nós costumávamos dizer, com a mobília cá para fora, a mobília chamávamos nós tanques de guerra!» (*Georgina Álvaro*).

## A CIE como palco de luta

Nos anos 60, a situação da classe operária degrada-se, relembrando as dificuldades sentidas na década de 40. Nas páginas de *O Militante* pode ler-se: «como então, a vida sobe na vertical e os salários não acompanham nem de longe esta subida; os trabalhadores desencadeiam as mais variadas lutas parciais a que o governo responde com a sua brutal e habitual repressão»<sup>48</sup>. Como consequência, verifica-se «uma disposição crescente de luta, revelada em pequenas e grandes lutas»<sup>49</sup>.

«É sobretudo a partir da década de 60 - que não é um problema do Barreiro, é um problema geral - que as coisas ganham uma nova dimensão, e que dimensão!» (*Domingos Abrantes*).

Na CUF Barreiro a situação evolui em crescendo. A título de exemplo, em Maio de 1960 é entregue uma exposição à Gerência com 2000 assinaturas reclamando aumento de salários; em 62, novo abaixo-assinado com 4000 assinaturas, com o mesmo objectivo, reivindicando também a extinção dos prémios e a equivalência dos salários para o mesmo tipo de funções; em 63, novo abaixo-assinado com 5000 assinaturas reivindicando o aumento geral de 10\$00, o pagamento do 7.º dia e, novamente, «salário igual para trabalho igual»; em 64-65 recurso generalizado à «cera», prática de concentrações e paralisações no trabalho, abaixo-assinados constantes, inclusive para a expulsão do «bufo» Inácio (1964), contra arbitrariedades nas promoções, reivindicações estas que irão prolongar-se pelos primeiros anos da década de 70.

A par de lutas de carácter económico, outras de cariz marcadamente político, como a recusa dos operários da CUF em contribuir para o peditório de «uma hora de trabalho para os soldados», manifestando-se contra a Guerra Colonial. Em 1969, com a aprovação da Carta Reivindicativa dos Trabalhadores da CUF, são enunciadas várias exigências de natureza política, como sejam o fim da Guerra Colonial, a liberdade sindical, o direito à greve, amnistia para os presos políticos, extinção da PIDE, fim da censura e o estabelecimento das liberdades democráticas. Como conclui Silva Marques, «A iniciativa política era frequente, regular e variada»<sup>50</sup>.

Entretanto, em 1962, fora anunciada por Jorge de Mello a criação da Comissão Interna da Empresa, que entra em funcionamento em Janeiro de 1963, havendo hoje a noção que imanente à sua criação esteve a vontade da Administração em silenciar as exigências operárias.

«[...] foi a forma de acabar com os abaixo-assinados. Que eles sabiam, porque a bufaria informava isto tudo, não é? Eles sabiam que naquela altura os abaixo-assinados eram sucessivos, não é? Então a Comissão Interna veio apagar isto» (*Cândido Graça*).

«A Comissão foi formada também derivado ao nosso impulso, do próprio Partido. Porque havia o seguinte: havia muitas pessoas, em especial na zona têxtil, à base de mulheres, em que os próprios encarregados exploravam-nas e não pagavam, ou pagavam-lhes mal, não atendiam aos pedidos delas. E então, a gente para tentar fomentar o próprio movimento, começámos a demonstrar que eles ali queriam ser os donos daquilo, mas que se elas fossem a Lisboa falar com o Dr. Jorge de Melo, que ele se calhar tinha melhores condições para resolver os problemas delas ali [...]. E então, pensámos que isto iria subcarregar o próprio Jorge de Melo, em que ele depois teria que encontrar um outro método para o problema. E foi o que aconteceu» (*Joaquim Palma Cadeireiro*).

«o Jorge de Mello criou a Comissão Interna da Empresa para esbater os protestos e as reivindicações» (*Alfredo Matos*).

A CIE vai ser alvo de uma atenção cuidada por parte do PCP, sendo tema recorrente na imprensa clandestina. Considerada como mais uma arma na «campanha ideológica do patronato», criada para «encerrar a luta dos operários numa camisa de forças, [...], para minar a unidade e organização dos trabalhadores e o seu espírito revolucionário»<sup>51</sup>, é entendida como mais um meio na conquista das reivindicações, a par de outras formas de luta ilegais.

«A CIE foi uma estratégia do patronato. Que foi [...] aproveitada pelo PCP para fazer com que ela tivesse uma função reivindicativa, não é? No sentido dos salários, no sentido das condições de trabalho [...]. Evidentemente que a própria direcção que coordenava lá a CIE [...] tinha esse conhecimento, fazia todos os possíveis para transformar aquela estrutura numa conciliação de classes, de interesses [...]. Agora, no fundamental é que a CIE, tal como os Sindicatos, tal como as campanhas eleitorais, as eleições para os vários níveis do aparelho do Estado, para a Presidência da República, para a Assembleia Nacional, todos os actos que o próprio regime despoletava para fazer crer que havia democracia, eram aproveitados» (*Alfredo Matos*).

«A nossa actuação no caso da CIE exigia debate político e ideológico. A compreensão da importância de ali estar. [...] Qual era a ideia base? Aquilo era um instrumento que o patronato criou para aumentar a exploração e vamos fazer disto um campo de batalha, como aliás os sindicatos fascistas, para transformar isto em instrumento de luta. [...] creio que nesse aspecto, essa experiência, que até é uma experiência pioneira, visto que antes disso só tínhamos tido a experiência dos sindicatos fascistas [...] é uma experiência riquíssima na vida do Partido. Isto é, pela primeira vez nós utilizámos uma estrutura, digamos, de conciliação de classes, para a denúncia do capitalismo popular que aparece nessa altura» (*Domingos Abrantes*).

A leitura da vasta documentação produzida relativamente à CIE, através da qual se veicula a necessidade em eleger delegados de confiança, com capacidade para intervir nas reuniões com a Administração, leva-nos a concluir pela existência de alguma resistência e desconfiança quanto à vantagem em intervir na CIE, mesmo por parte dos militantes/simpatizantes do PCP. Mas, e tal como é sublinhado,

«Aquilo, bem ou mal, era uma estrutura patronal. [...] Como aquilo era uma estrutura patronal... aliás, tivemos esse problema em relação aos Sindicatos. Não foi fácil e até foi um problema muito difícil, levar à compreensão de intervir numa estrutura fascista. Aquilo, bem ou mal, era uma estrutura criada pelos Melos, portanto, requeria um grau de consciência revolucionária muitíssimo maior, para ali estar junto do inimigo, sentado ao lado do inimigo, a levar a voz do Partido e dos trabalhadores. O radicalismo é mais fácil, nada de misturas! Mas também é evidente que quem para ali vai, para além de ter essa compreensão, tinha de ter uma coragem redobrada, porque ia estar frente-a-frente com o patrão» (*Domingos Abrantes*).

«A desconfiança apareceu sempre. Até porque quem era eleito, muitas vezes, nem sempre levaria a orientação do PCP para lá, porque também estava limitado, também não se podia expor. Há esses condicionamentos que devem ter de ser aí encarados» (*Alfredo Matos*).

Como reacção à criação da CIE e outras medidas definidas enquanto «capitalismo popular», em Junho de 63 tem início a publicação do *Boletim dos Trabalhadores da CUF*, órgão clandestino afecto ao PCP, que descreve o quotidiano nas fábricas e dá notícia das várias exigências operárias. Como pode ler-se, «A intensa actividade «ideológica» dos senhores da CUF com vistas a

inculcar nas massas da empresa a teoria da ‘harmonia de classes’ impunha que se cria-se [*sic*] um boletim capaz de desmascarar as campanhas demagógicas do patronato e que ao mesmo tempo fosse um órgão de combate»<sup>52</sup>.

«era um boletim querido porque era, digamos, um instrumento de informação, da CUF para a CUF. [...] Não é brincadeira nenhuma! [...] Nasceu ali por necessidade de referir especificamente questões da CUF» (*Alfredo Matos*).

«Esse boletim, e à volta das questões da CIE, teve um efeito extraordinário na formação política e ideológica de milhares de trabalhadores» (*Domingos Abrantes*).

São vários os factores que demonstram o grau de implantação da organização comunista na CUF do Barreiro. Uns de natureza quantitativa, outros de natureza qualitativa. Assim, o número de cotizações e o número de imprensa distribuída. Em 1965, segundo dados avançados por Silva Marques, existiam cerca de 500 afectos ao PCP na CUF, 100 militantes e 400 militantes, sendo distribuídos cerca de 500 *Avantes!*, 100 *Militantes* e 1000 exemplares do *Boletim*. Como o próprio viria a ressaltar, «Aí [na CUF] se encontrava a principal e maior, de muito longe, implantação do Partido Comunista, não só da Margem Sul, mas de todo o País»<sup>53</sup>.

Quanto aos factores qualitativos, estes revelam-se na capacidade de iniciativa política demonstrada através das várias acções desencadeadas. E, como temos vindo a explicitar, os surtos reivindicativos na CUF Barreiro foram, apesar da sua maior ou menor dimensão, constantes, demonstrando com isso a existência de uma organização activa, conhecedora das principais reivindicações operárias e com a capacidade de intervir na condução dos movimentos.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo, além de necessariamente abreviado representa, na sua essência, o «estado da arte» do nosso conhecimento quanto ao grau de influência do PCP na CUF do Barreiro. Para a escrita do mesmo, socorremo-nos de dois tipos de fontes: escritas e orais. Dadas as condições da clandestinidade em que o PCP actuava durante o regime ditatorial de Salazar-Caetano, ambas apresentam limitações. São sobejamente conhecidas as que concernem à documentação escrita. Quanto ao recurso às fontes orais, é preciso ter em consideração que, actuar na clandestinidade, implicava necessariamente um conhecimento parcial por parte dos militantes, de modo a garantir a segurança da organização face às investidas policiais. Acresce ao facto de que, nem a investigação documental está concluída, nem a recolha de memórias está terminada. Este é, por isso, um trabalho em aberto, que não tem qualquer pretensão em apresentar-se com carácter definitivo.



- <sup>2</sup> CAZELAS, Nicolau Lopes, *Notas sobre a resistência no Barreiro à ditadura fascista implantada em 28/5/26*, s. l., s. d. (documento policopiado)
- <sup>3</sup> AN/TT, Arquivo União Nacional, *Correspondência com a Comissão Concelhia do Barreiro*, Cx. 43, Maço 125 A, fl. 694.
- <sup>4</sup> FERREIRA, Francisco, *26 anos na Rússia Soviética*, 1986, p. 12.
- <sup>5</sup> FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas.
- <sup>6</sup> FERREIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, p. 13.
- <sup>7</sup> MOREIRA, António, (Entrevista, introdução e notas), «O 18 de Janeiro de 1934 no Barreiro – Entrevista com Francisco Augusto Ferreira («O Chico da CUF»)», *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 2, Porto, 1984, p. 59.
- <sup>8</sup> ALMEIDA, Vanessa de, *Um momento de viragem – do 18 de Janeiro de 1934 ao hastear da Bandeira Vermelha em 1935*, Barreiro, ed. CMB, 2005.
- <sup>9</sup> «O nosso jornal», *CUF Vermelha*, Ano I, n.º 1, Agosto de 1934, p. 1.
- <sup>10</sup> «Organizemos o nosso sindicato», *idem*, p. 2.
- <sup>11</sup> CIS – Comissão Intersindical.
- <sup>12</sup> «Imprensa Sindical», *O Proletário*, Ano II, n.º 19, Novembro de 1935, p. 7.
- <sup>13</sup> *Idem*.
- <sup>14</sup> AN/TT, Arq. PIDE/DGS, Proc. PC 1337/35, NT 4403, fls. 175-178.
- <sup>15</sup> *Idem*, fl. 99.
- <sup>16</sup> CAZELAS, Nicolau, *ob. cit.*, p. 4.
- <sup>17</sup> UN – União Nacional.
- <sup>18</sup> AN/TT, Arquivo União Nacional, *Correspondência com a Comissão Concelhia do Barreiro*, Cx. 43, Maço 125 A, fl. 693.
- <sup>19</sup> *Idem*, fl. 518.
- <sup>20</sup> *Idem*, fl. 498.
- <sup>21</sup> IC – Internacional Comunista.
- <sup>22</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política. «Duarte», O Dirigente Clandestino (1941-1949)*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, p. 251.
- <sup>23</sup> COSTA, José Maria do Rosário, *Autobiografia*, s. l., s. d. AN/TT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT/159, NT 1395 (apenso).
- <sup>24</sup> PEREIRA, José Pacheco, *ob. cit.*, p. 228.
- <sup>25</sup> SCOTT, James C., *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Heaven and London, Yale University Press, 1985.
- <sup>26</sup> CUNHAL, Álvaro («Duarte»), «Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência», *Obras Escolhidas (1935-1947)*, Tomo I, Lisboa, Edições «Avante!», 2007 [1944], p. 158.
- <sup>27</sup> CAZELAS, Nicolau, *ob. cit.*, p. 4.
- <sup>28</sup> CUNHAL, Álvaro, *ob. cit.*, p. 165.
- <sup>29</sup> «Entrevista com Artur Santos Tavares», *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 1, Novembro de 1983, pp. 47-48.
- <sup>30</sup> GREGÓRIO, José («Alberto»), *Prezado Camarada, Saúde*, 30/9/43 (Carta de José Gregório dirigida a Militão Ribeiro). AN/TT, Arq. PIDE/DGS, PC 507/42, NT 4755, vol. 2 (apenso).
- <sup>31</sup> Secretariado do Comité Central do PCP, *À Greve! Pelo aumento de salários!*, 21 de Julho de 1943. Arq. GES/PCP.
- <sup>32</sup> Dúvida do autor. A greve ocorreu em Novembro.
- <sup>33</sup> COSTA, José Maria do Rosário, *ob. cit.*
- <sup>34</sup> AN/TT, Arq. Ministério do Interior, Comando Geral da Polícia Pública, *Relatório de carácter político e social do Continente e Ilhas*, Maço 532, 1 de Março de 1943.

<sup>35</sup> «50.000 operários lançam-se em greve! Avante, até à vitória!», *Avante!*, VI Série, n.º 38, 2.ª Quinzena de Agosto de 1943.

<sup>36</sup> Com excepção dos Ferroviários, que paralisariam da parte da manhã, retomando o trabalho após o almoço. Como narra o antigo ferroviário, Joaquim de Jesus, «Quando a notícia inesperada dos acontecimentos chega às Oficinas do Caminho-de-Ferro no Barreiro, os mais entusiastas de imediato aderem ao movimento até chegar à quase totalidade do pessoal operário, isto na parte da manhã, depois do almoço com muitas indecisões começaram a voltar ao trabalho com a sensação de mais uma oportunidade perdida». Documento manuscrito, s/ título, s/ data [2003?].

<sup>37</sup> TEIXEIRA, Armando Sousa, *Barreiro, uma História de Trabalho, Resistência e Luta (1926/45)*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1997, p. 162 e «Repórter Sombra», *Dossier PIDE – os horrores e crimes de uma ‘Policia’*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, 1974, p. 93.

<sup>38</sup> Na sua autobiografia, José Maria do Rosário não faz qualquer menção a Álvaro Cunhal relativamente aos acontecimentos de 43, referindo antes o nome de Ferreira Marquês, membro do Comité Regional de Lisboa. Como pode ler-se: «Pouco tempo depois tive uma última reunião com o organismo da empresa onde foi ainda o nosso camarada Ferreira Marquês, onde foi feito o balanço de todo o movimento no sector». COSTA, José Maria do Rosário, *ob. cit.*

<sup>39</sup> Esta Comissão era liderada por António Nazário, operário sem filiação partidária, conhecido pela sua religiosidade, que fora cooptado para a tarefa por Nicolau Cazelas.

<sup>40</sup> COSTA, José Maria do Rosário, *ob. cit.*

<sup>41</sup> «As grandiosas marchas da fome e manifestações de massas no Barreiro», *Avante!*, VI Série, n.º 39, 1.ª Quinzena de Setembro de 1943.

<sup>42</sup> «Perturbações no trabalho», *O Século*, 29 de Julho de 1943.

<sup>43</sup> Director do Rádio Clube Português, mentor da Legião Portuguesa e principal orador no comício anticomunista, realizado em Agosto de 1936 na Praça de Touros do Campo Pequeno de Lisboa. Após a sua adesão aos Viriatos, ser-lhe-ia concedida por parte da Administração da CUF, «uma licença ilimitada por motivo dos seus afazeres particulares». Cit. in FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva – Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, p. 261 e SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos*, 1936, Lisboa, Edições Colibri/ CM Barrancos, 2007, p. 203.

<sup>44</sup> Arquivo Rádio Clube Português.

<sup>45</sup> RIBEIRO, Militão, *Trabalhemos como verdadeiros comunistas para o engrandecimento e fortalecimento da organização do Partido no Barreiro*, Direcção Central do Partido do sector Sul, Fevereiro de 1949. AN/TT, Arq. Ministério da Justiça/Tribunal da Boa-Hora, 3.º Juízo Criminal, Proc. 14499/49, Cx. 236, vols. 7-8.

<sup>46</sup> AMR., *A CUF no Barreiro (apontamentos)*, s. 1., 1955.

<sup>47</sup> Comité Regional da Margem Sul do PCP, *Alguns agentes da PIDE, bufos e provocadores na CUF no Barreiro*, Novembro de 1955.

<sup>48</sup> «Sejamos audaciosos a fomentar e organizar grandes lutas de massas», *O Militante*, Ano 32, III Série, n.º 132, Dezembro de 1964, pp. 1-2.

<sup>49</sup> «A experiência da Comissão Interna da CUF», *O Militante*, III Série, n.º 129, Setembro de 1964, p. 4.

<sup>50</sup> MARQUES, J. Silva, *Relatos da Clandestinidade – O PCP visto por dentro*, Lisboa, ed. Jornal Expresso, 1976, p. 213.

<sup>51</sup> «Sobre a luta dos operários da CUF do Barreiro», *O Militante*, III Série, n.º 147, Janeiro de 1967, p. 15.

<sup>52</sup> «Editorial», *Boletim dos Trabalhadores da CUF*, Ano II, n.º 7, Outubro de 1964, p. 1.

<sup>53</sup> MARQUES, J. Silva, *ob. cit.*, p. 205.

# À GREVE!

## PELO AUMENTO DE SALÁRIOS!

A vida está cada vez mais cara. Os géneros de primeira necessidade faltam no mercado. O mercado negro, onde se vendem os raros produtos por preços fabulosos, estende-se a todo o país. E, entretanto, os salários dos trabalhadores não são aumentados de harmonia com o aumento do custo de vida. A situação das massas trabalhadoras é verdadeiramente desesperada.

Como «solucionam» o governo fascista de Salazar e o patronato esta desesperada situação? «Solucionam-na» forçando os trabalhadores a aceitarem as condições de contratos colectivos e portarias que condenam à fome as famílias operárias, aumentando os descontos, estabelecendo categorias que prejudicam a maioria esmagadora dos trabalhadores. «Solucionam-na» intensificando a rapina dos géneros ao nosso povo.

O governo fascista de Salazar quer matar o povo à fome para aumentar os lucros fabulosos dos grandes tubarões da finança, do comércio, da agricultura. Quere que o povo morra à fome para alimentar as hordas assassinas hiterianas.

A classe operária e as massas trabalhadoras deram provas duma excessiva paciência, apresentando, mês atrás mês, as suas reclamações, mostrando ao patronato e ao governo salazarista as suas condições de vida e a necessidade dum aumento de salários e do fornecimento de géneros. A classe operária e as massas trabalhadoras reclamaram, pediram, protestaram. O patronato e o governo fascista de nenhuma razão quiseram saber. Responderam, «asquecendo» nuns casos as reclamações apresentadas, exercendo represálias noutros casos e concedendo aumentos irrisórios só quando aterrorizados pela pressão das massas.

Os trabalhadores esgotaram todos os meios legais para que a sua situação desesperada fosse resolvida. Assim, o governo salazarista e o patronato são os únicos responsáveis das perturbações e prejuízos que, para a economia nacional, venham a resultar de quaisquer movimentos operários mais vastos que conduzam à paralisação de fábricas, empresas e transportes.

Para se oporem à força brutal com que o fascismo obriga os trabalhadores à fome e à miséria, só resta aos trabalhadores responder com a força das massas. Há que recorrer a formas superiores de luta. Há que suspender o trabalho.

### Há que ir para a greve!

Há que fazer grandes marchas da fome. Há que assaltar todos os locais onde os géneros estejam assambarcados. Há que ir buscar os géneros onde os houver.

Este é o caminho que hoje se oferece aos trabalhadores.

Operários e operárias! Trabalhadores! A pé para a luta. Levantemo-nos contra a fome e a miséria salazaristas. Unidos, organizados e coordenando as nossas forças, faremos recuar o patronato e o fascismo, sem distinção de convicções políticas ou credos religiosos. Unamo-nos, comunistas e anarquistas, republicanos e semi-partido, católicos e legionários. Unamo-nos todos os que trabalham, numa indestrutível frente dos expirados e oprimidos. A luta que travamos é uma luta que a todos interessa, é a luta pelo Pão, pelo pão dos nossos filhos.

Organizemo-nos, criando e formando organismos, compostos por homens e mulheres, seios e combativos, que nos orientem na luta, que sejam os fiéis intérpretes das nossas aspirações, que sejam os firmes defensores dos nossos interesses.

Coordenemos todos os nossos esforços, ligando-nos, operárias das várias fábricas e empresas, numa única frente de combate.

Unidos dentro de cada empresa! Unidos os trabalhadores das várias empresas!

**Dirigentes dos Sindicatos Nacionais!** Chegou o momento de escolherdes definitivamente caminho: lutai com a classe operária, acompanhando as suas lutas, mostrando serdes filhos dignos da vossa classe.

**Soldados da G.N.R. e da P.S.P.!** Vós, que sois filhos do povo, recusai-vos a reprimir os movimentos populares.

**Operários e operárias! Trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes!** Lutemos contra quaisquer descontos nos nossos salários. Lutemos pelo pagamento a dobrar dos domingos e horas extraordinárias. Lutemos para que os subsídios façam parte dos salários. Lutemos contra a arbitrária fixação de categorias.

### Lutemos pelo aumento dos salários!

## À GREVE!

© Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

21 de Julho de 1943

Fig. 1 – Manifesto «À Greve! Pelo aumento de salários»,  
21 de Julho de 1943. Arq. GES/PCP



Fig. 2 – Cartão de Mobilização Industrial. Espólio pessoal de Fernando Joaquim Miguel Santos



## INTENSIFIQUEMOS A NOSSA LUTA

Seria um grave erro da nossa parte se subestimássemos a vitória, embora parcial, que acabamos de alcançar através da nossa luta.

Os tubarões dos Melos não concederam estes aumentos e outras concessões por se compadecerem da miséria em que vivem milhares dos trabalhadores que eles exploram. A moral dos Melos assim como a de todos os capitalistas é a do afã do lucro.

Podemos afirmar sem qualquer exagero, que a nossa luta não foi nem nunca será inútil ainda que, no imediato, não tenhamos conseguido os resultados que nos propomos alcançar. Estes resultados não se conseguem do «pé para a mão» a não ser em casos excepcionais. Cada acção desencanaada por nós, mesmo que seja pequena, sucede os alicerces em que os nossos exploradores se apoiam. Evidentemente que quanto maior for a

envergadura da nossa acção maior será a saúdidade desses alicerces. E, não somos só nós, os explorados, que reconhecemos que assim é. Os nossos exploradores também o reconhecem. Por isso, eles lançam mão de todos os processos para impedir que nos lancemos em pequenas ou grandes acções. Por isso, eles recorrem à perseguição e intimidação dentro e fora da empresa, utilizando chefes fideais e as forças repressivas, às ameaças de castigos e despedimentos aos trabalhadores, que lutam honrada e conscientemente por melhores condições de vida e de trabalho, ao suborno e à corrupção para atrair os mais débeis.

Como várias vezes temos salientado no nosso «Boletim», não foi por acaso que os monopolistas Melos criaram a CIE e agora a Comissão de Recursos. Qualquer delas foi criada para corresponder a uma situação dada, mas enquadradas nos mesmos objectivos,

que os Melos pretenderam alcançar — **manipular-nos para quebrarem a nossa combatividade.** Os resultados todos nós sabemos quais foram. A todas as manobras demagógicas dos Melos, com a sua decantada teoria da «harmonia de classes» e da «família cufista», respondemos nós com os mais variados protestos e paralizações pela conquista das nossas reivindicações, e de protesto contra as discriminações nos aumentos salariais. O tiro que eles tão cuidadosamente prepararam para impedir-nos a nossa luta, saiu-lhes pela culatra.

Mas, desta vez, ao contrário do que sucedeu com a CIE, que apesar de nos ter sido imposta a sua formação, fomos nós que elegemos os nossos representantes, a Comissão de Recursos além de também nos ter sido imposta, foram-nos também impostos os seus «representantes». Há, portanto, uma

(continua na 2ª pag.)

## APROXIMAM-SE AS «ELEIÇÕES» PARA DEPUTADOS

Já em Novembro que, segundo a Constituição Salazarista, se devem realizar «eleições» para deputados.

Estas «eleições» vão realizar-se num momento em que o governo fascista de Salazar se debate numa grave crise económica e política.

As guerras coloniais em que mergulhou o povo português e os povos coloniais, o constante agravamento da situação económica da

classe operária e a venda cada vez mais descarada de parcelas do nosso território ao imperialismo estrangeiro, são razões mais que suficientes para que nenhum anti-fascista fique de braços cruzados perante o período que se aproxima. A nós, trabalhadores da Cuf, — a maior concentração industrial do nosso país — cabe-nos a importante tarefa de darmos uma valiosa contribuição na organização duma ampla frente oposicionista. Para isso é

necessário que formemos rapidamente, dado que estamos atrasados, a nossa COMISSÃO ELEITORAL UNITÁRIA dentro da empresa que em comum elabore com as outras COMISSÕES uma lista unitária com os candidatos a apresentar pelo distrito. Por outro lado, devemos trabalhar para que a nossa COMISSÃO ELEITORAL apresente o seu próprio candidato oposicionista.

(continua na 2ª pag.)

Fig. 3 – Boletim dos Trabalhadores da CUF, Setembro de 1965.  
Arq. GES/PCP

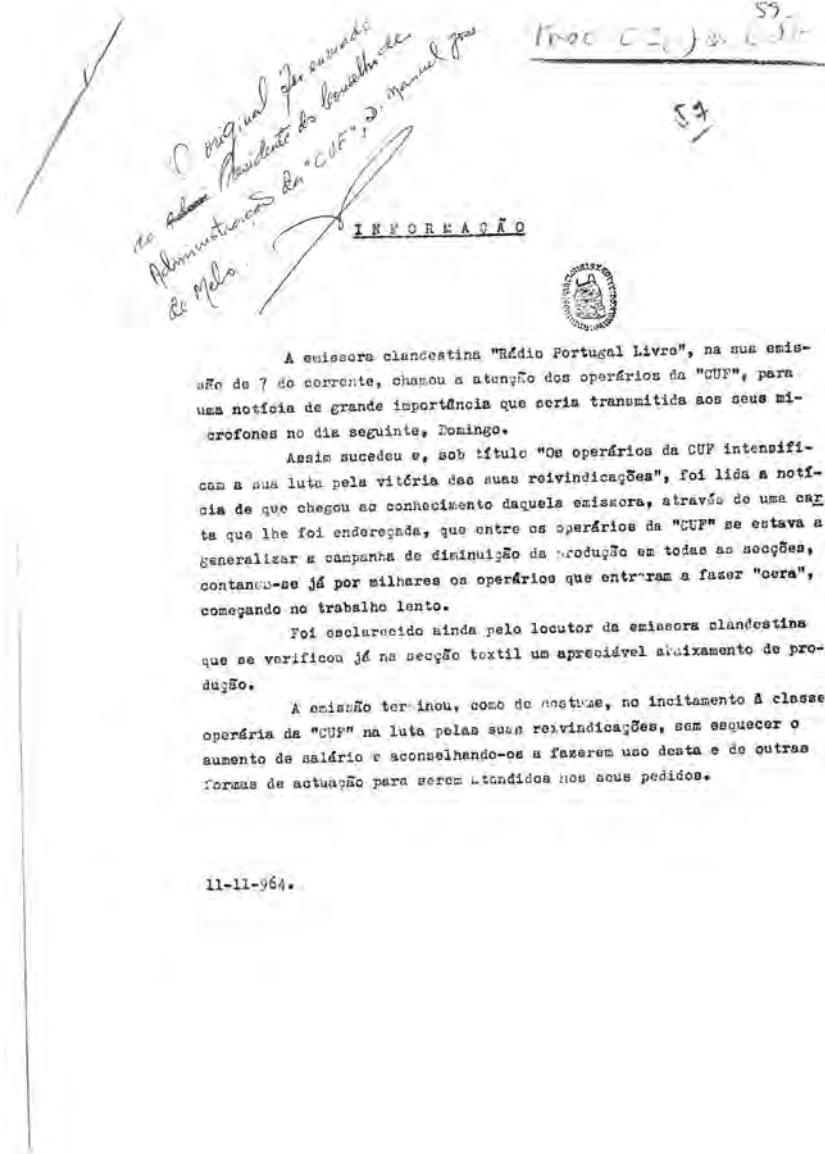


Fig 4 – Informação PIDE, 11 de Novembro de 1964. AN/TT, Arq. PIDE/DGS, Proc. CI (1) 167

- C.U.F. - Procº. G.I.(1)  
- 1º. de Maio - 1967

129

POLÍCIA INTERNACIONAL  
E DE DESPESA DO ESTADO  
CONFIDENCIAL  
Nº. 29/67-S.CENTRAL

Visto  
a) Pereira de Carvalho

a) POSTO DE SETÚBAL  
b) Relatório SEMANAL  
Mês de ABRIL

Excelentíssimo Senhor

Para os devidos efeitos, a seguir tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex.ª os resultados obtidos pelo pessoal deste Posto de Vigilância, relativos a informações prestadas pelas autoridades das várias localidades onde se deslocaram na missão de diversos serviços, durante o período de 3 a 9 do mês em curso.

.....X.....  
B A R R E I R O  
.....

Ainda no Barreiro e dentro das oficinas da CUF, no dia 7 apareceram espalhadas várias tarjetas subversivas intituladas "camarada", das quais uma me foi entregue por pessoa de confiança.

Das sumárias averiguações no sentido de apurar até que ponto havia razão no seu conteúdo, apurou-se que, de facto naquela Empresa procedeu-se a vários aumentos de salários que vão de 4\$00 a 8\$00 diários. Porém, nas diversas secções verificou-se que 10 a 20% dos operários não beneficiaram de qualquer aumento, daí talvez a razão aproveitada pelo "partido" para incitar a massa operária a lutarem pelas suas reivindicações.

É de notar que estes aumentos e não aumentos de salários que deram origem a grande descontentamento, mesmo até entre alguns dos beneficiados se dê parto do "1º. de Maio", e o "partido" talvez não deixará de aproveitar para incitar a massa operária pelo menos naquela Empresa, a ocasionar ali alguns distúrbios.

.....  
.....

A. Bem da Nação  
Setúbal e Posto de Vigilância da P.I.D.E., 10 de Abril de 1967  
Ao Excelentíssimo Senhor Director-Geral da P.I.D.E.  
L I S B O A

O CHEFE DO POSTO,  
a) Arlindo da Costa

Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
SERVIÇOS DE SEGURANÇA  
Secção Central  
Centro de Interações (1)  
ENTRADA Nº 1224 / 1.º  
Recabido em 22/4/67

Fig. 5 – Informação Setúbal/Posto de Vigilância da PIDE  
10 de Abril de 1967. AN/TT, Arq. PIDE/DGS, Proc. CI (1) 1069

## O Barreiro operário. Anos 30/50. Um retrato social

*Rosalina Carmona\**

---

### Resumo

A partir de 1907 quando a Companhia União Fabril chega ao Barreiro e tem início o processo que transformará a vila no maior centro industrial do país, intensificam-se os fenómenos migratórios que, desde meados de Oitocentos, já atraíam muita gente ao Barreiro.

De acordo com a imprensa local, em 1930, o Barreiro tornara-se um centro ao qual se dirigiam milhares de pessoas, de todos os pontos do país.

«Gente de todas as aldeias vilas e cidades do país para aqui emigrou, como para um novo ‘Brasil’ em miniatura»<sup>1</sup>.

Infelizmente a CUF não trouxe só bem-estar e progresso. O que analisamos em seguida são as repercussões, dramáticas, desse desmedido afluxo de pessoas. Esta comunicação não se reporta exclusivamente ao universo CUF mas reflecte as vivências quotidianas de uma parte da vida operária no Barreiro, em pleno apogeu cufista.

Enquanto a antiga vila se transformava num centro altamente industrializado e a União Fabril constituía o motor de desenvolvimento do concelho e

---

\* Técnica Superior da Câmara Municipal do Barreiro.



do país, fenómenos como a falta de habitação, a pobreza, a fome, a exclusão, a doença e a poluição assolavam o Barreiro.

Foi um alto preço a pagar, custos sociais resultantes de um processo de industrialização que durante um século, aproximadamente, marcou a vida e a história mais recente do Barreiro.

## **1 – O problema habitacional. «Vilas Operárias» e Bairros Operários.**

Até ao século XIX o Barreiro viveu da pesca, da moagem, de artes e ofícios que em pequenas oficinas e estaleiros ocupavam uma parte da população; de alguma agricultura, sobretudo nas quintas, fazendas e pequenas hortas e vinhas que cercavam os arrabaldes da vila. A partir de meados de Oitocentos, com a implantação do caminho-de-ferro, alguns terrenos começam a ser loteados e urbanizados e dessa forma começam a surgir, no exterior do núcleo urbano, alguns «bairros» destinados aos ferroviários e suas famílias. O primeiro surge no Alto José Ferreira, junto à primitiva estação ferroviária (actuais oficinas da EMEF), perto do local onde em 1935 seria construído o Bairro Ferroviário, no Palácio do Coimbra.

Outros apareceram próximos ao apeadeiro do Barreiro-A como o «Bairro Miranda», a «Vila Manso», a «Vila Braz», ou o «Bairro do Teodósio» que lhe ficava anexo, com as suas casinhas de adobe onde os inquilinos pagavam entre 5 e 10 tostões. Todos no Alto do Seixalinho<sup>2</sup>.

A partir da instalação do caminho-de-ferro desenvolveram-se os fabricos corticeiros e ganha corpo uma corrente migratória, com origem no Alentejo e serra algarvia, que não mais haveria de parar em direcção ao Barreiro. Desta fase registamos o aparecimento de algumas «Vilas» e «Correntezas Operárias», como as da Rua Marquês Pombal, Largo Alexandre Herculano e Rua Miguel Bombarda.

Refira-se que as chamadas «Vilas Operárias» surgem no final de Oitocentos, construídas por negociantes e industriais como prédios de rendimento, destinados ao aluguer.

Em Lisboa são vários os exemplos mas talvez os mais conhecidos, ainda hoje, sejam a «Vila Grandela» em Benfica construída pelo proprietário para o seu pessoal; a «Vila Santa Marta» formada por dois pisos, com quartos para alugar individuais ou colectivos, com divisões minúsculas e ainda a «Vila St.º António», propriedade do Conde Burnay, «uma verdadeira caserna operária com quartos e dormitórios»<sup>3</sup>.

Um quadro geral das condições de vida do operariado barreirense é traçado em 1910, pelo jornal *Avante*, que aborda o problema, referindo o insuficiente número de casas, os aluguéis caros, a falta de conforto e sobretudo, a falta de condições de salubridade e higiene das casas.

«São geralmente trez ou quatro, às vezes cinco divisões pequeníssimas, casas terreas ou assoalhadas, mas sem caixa d'ar nem ventilação adequada. Não possuem agua a não ser algumas em cujos patteos há poço, nem pias de despejo, por falta de colectores geraes na villa. Aquellas em que o proprietário tem construída fossa para despejos, valorisadas por esse melhoramento, sobem consideravelmente de preço o que as torna inacessíveis aos ganhos do operariado»<sup>4</sup>.

Os problemas, causados pelos grandes aglomerados populacionais que viviam sem as elementares condições de higiene, colocaram em Portugal com maior acuidade, quando em 1899, Lisboa foi devastada pela pneumónica.

Começam então a circular ideias de criar bairros operários «modelo», que deveria proporcionar aos seus moradores um espaço habitável, com higiene e conforto.

Apesar de estas ideias só se tornarem correntes em Portugal no século xx, elas já eram bastante populares em toda a Europa, logo nos princípios do século xix. Existem muitos exemplos, de grandes patrões e industriais, que constroem bairros para o seu pessoal. O mais antigo talvez seja o dos «proprietários de *Grand-Hornu* em Mans, quem primeiro na Bélgica em 1817 construíram casas para operários»<sup>5</sup>.

Podem ser citados outros casos [*nas cidades de Essen ou Dusseldorf*] na Alemanha, em França [*Paris e Puteaux*], na Inglaterra [*Londres*] e Áustria. Mas é sobretudo a Bélgica que é considerada, na época, o «país modelo, que tanto tem melhorado a situação das suas classes operárias...»<sup>6</sup>. Isto ainda em pleno século xix.

Em sentido inverso, em Portugal, em 1912, os operários e assalariados dos grandes centros industriais de Lisboa, Setúbal, Covilhã, Porto e Braga, viviam em bairros pobres apertados e sujos, «autênticos viveiros de germes contagiosos»<sup>7</sup>.

Ciente do risco que tais situações acarretavam para a saúde pública, o Ministério do Fomento da I República alertava que se melhorassem as condições dos operários, a fim de que «se não turve a higiene das cidades com o perigo de todos, para que continue a haver braços fortes que movam as enxadas e martelos, mãos nervosas e ágeis nos fusos e teares»<sup>8</sup>.

A mesma fonte prevenia ainda os «patrões inteligentes» que uma habitação cómoda, limpa e saudável, além de atrair o operário e fixar a família,

fortalecia hábitos de asseio do corpo, enfim conferia melhor disposição ao trabalhador.

Considerava-se finalmente, como particularmente vantajoso, o facto de o operário morar perto da fábrica, pois que assim perdia muito pouco tempo no caminho de casa para a fábrica e vice-versa, bem como se desenvolvia «nesse pessoal o amor por aquelle meio fabril, que, mais e mais, se vae arraigando pelo correr do tempo»<sup>9</sup>.

### **«Pátios Particulares»**

Com a Companhia União Fabril em expansão permanente, a intensificação da produção industrial exigia cada vez mais mão-de-obra. Em resultado deste processo, o Barreiro começa a registar, a partir dos anos 30, um crescimento muito sensível da população, processo que vai inscrever-se nos fenómenos de êxodo rural em direcção às cidades, que atravessam toda a década de 30 e culminam na década de 40<sup>10</sup>.

«O afluxo populacional às cidades portuguesas tem o seu momento de maior impacto na década de quarenta, em particular a Lisboa e aos concelhos limítrofes»<sup>11</sup>.

Segundo um estudo da Câmara Municipal do Barreiro datado de 1848, estimava-se que naquela década a população tivera um aumento aproximado de 40%<sup>12</sup>, sem que o ritmo da construção acompanhasse o progresso demográfico.

Neste contexto, o problema da falta de habitação, pela sua amplitude e pelas consequências, colocava-se como um problema de natureza social de grande gravidade. O estudo considera que em Portugal, face ao número de famílias e indivíduos, faltavam muitas habitações e o problema era agravado pela existência de «milhares e milhares de outras com poucas ou nenhuma condições de higiene, de comodidade e de conforto, onde se amalgamam famílias inteiras que vivem desprovidas dos requisitos mínimos que possam torná-las saudáveis e felizes»<sup>13</sup>.

Algumas destas 'habitações' situavam-se em pequenos pátios no interior de quintais e eram «casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à retaguarda das habitações (ou para lá dos muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua»<sup>14</sup>.

O inquérito realizado a Câmara Municipal do Barreiro registava que as condições em que habitava uma grande parte da população operária eram verdadeiramente angustiantes.

«[...] num prédio antigo existente no centro da vila, vive um família de cinco pessoas, que não dispõem de ar nem de luz directa, e que não tem, também, instalação eléctrica. O chefe de família é, operário na C.U.F. e paga de renda 60\$00»<sup>15</sup>.

No mesmo inquérito é recensada a existência de 486 barracas no concelho, habitadas nas condições mais precárias e estimava-se que o número tivesse aumentado no último ano.

Estas barracas, toscas e doentias, não ofereciam defesa contra o frio, o calor ou a chuva e geralmente eram constituídas apenas por uma divisão, onde habitava toda a família. Foram surgindo nos arredores da vila, espalharam-se pelo Bairro das Palmeiras (vulgo «Bairro da Folha» porque as coberturas eram em folha de Flandres), Alto do Seixalinho, Quinta dos Silveiros, Alto da Paiva, Recosta, etc. e chegaram ao concelho da Moita, nomeadamente à Baixa da Banheira, ou «Bairro Changai» como era conhecido à época.

«Numa delas constituída apenas por um cubículo – habitam nove pessoas. É frequente, no entanto, encontrar casos em que cinco pessoas dormem no mesmo cubículo e na mesma cama. Encontrámos alguns, em visitas que fizemos ao Alto do Seixalinho e Quinta dos Silveiros, assim como em certos ‘pátios particulares’ no Bairro das Palmeiras»<sup>16</sup>.

O documento informa ainda que algumas barracas são habitadas por indigentes, mas «grande parte é utilizada por operários com grandes encargos de família e que vencem pequenos salários de 20 e 30\$00 diários».

Muitas vezes, para quem chegava do meio rural e tentava o seu ingresso na fábrica esta era a primeira habitação. Com o tempo podia arranjar-se melhor ou então as famílias que ficavam por estes «pátios» e arrastavam uma existência miserável, em alojamentos precários e sobrelotados onde a vida «decorria entre imundície e imoralidade»<sup>17</sup> e palavras como conforto ou privacidade não faziam qualquer sentido.

## **O Bairro da CUF**

Cem anos volvidos sobre a construção do primeiro bairro operário na Europa, Alfredo da Silva manda edificar em 1909 o Bairro de Santa Bárbara. Para os padrões da época o bairro da CUF constituiu uma novidade, pois oferecia melhores condições aos moradores, possuía rede de esgotos, abastecimento de água potável e iluminação eléctrica.

O bairro representa um dos aspectos mais visíveis da chamada «obra social» da CUF, na qual Alfredo da Silva se empenhou pessoalmente ao defender um modelo ao qual não era alheia «uma vertente política bem vincada»<sup>18</sup>. Na realidade, com o objectivo de evitar greves e protestos, Alfredo da Silva oferecia benefícios aos operários, desarmando os seus opositores políticos, especialmente republicanos e socialistas que «pretendem chamar para os seus *Clubs* o pessoal da Companhia a fim de lhe inculquem no espírito insubordinação»<sup>19</sup>.

A «obra social» da CUF enquadra-se numa lógica de estratégia empresarial. A construção do bairro, no interior do próprio espaço fabril, é um dos casos mais paradigmáticos da política de fixação do operário ao local de trabalho, num «modelo paternalista»<sup>20</sup> tendente a desencorajar qualquer atitude de contestação política ou laboral.

Com efeito, «o rosto mais simbólico do capitalismo em Portugal»<sup>21</sup> não se mostrava muito apoucado com as condições de trabalho dos seus operários, opondo-se tenazmente à Lei das oito horas de trabalho<sup>22</sup> e recusando-se a aplicar «legislação que impunha a responsabilidade patronal em certos domínios, como os acidentes de trabalho...»<sup>23</sup>.

Uma das condições relevantes para atribuição de uma casa no Bairro de Santa Bárbara era a função que o trabalhador desempenhava na fábrica, e a facilidade que representava para a empresa, fazer «chamadas frequentes fora das horas normais de serviço ou horários de turnos» do pessoal<sup>24</sup>.

A admissão às casas passava pela «existência de apertados e rígidos critérios de acesso à habitação disponibilizada pela Companhia»<sup>25</sup>, visto que somente os trabalhadores efectivos ou os seus familiares eram escolhidos para as casas que vagavam.

Por outro lado, a política selectiva da CUF estendia-se a certos domínios da vida pessoal dos candidatos às habitações, embora essa questão fosse confidencial, conforme consta das «Normas para Atribuição de Casas» no Bairro de Santa Bárbara. Na verdade, uma das primeiras condições exigidas aos futuros moradores passava por terem uma conduta moral irrepreensível, referindo-se a «constituição legal da família» e a «filiação legítima dos filhos»<sup>26</sup> como indispensáveis à sua atribuição.

Muito embora não fosse mencionada, a questão religiosa parece não ter sido descurada, pois o novo Bairro da CUF no Alto do Seixalinho, construído em 1955, era conhecido entre muitos barreirenses como o «Bairro dos Católicos».

## 2 – Sobrevivência quotidiana. Carências alimentares, desemprego, pobreza e exclusão

Em Outubro de 1918 o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios realizou um inquérito sobre o consumo nos meios operários, chegando à conclusão que a «alimentação tipo» de uma família operária apresentava graves carências proteicas, com um fraco consumo de carne, leite e seus derivados, mas era também insuficiente em termos calóricos, não atingindo em muitos casos as 3400 calorias, consideradas «mínimo vital», para que um indivíduo pudesse trabalhar e sobreviver.

«Com um consumo alimentar que mal chegava ao «mínimo vital», o proletariado não podia deixar de apresentar numerosos sintomas de uma malnutrição que estava na origem das principais causas de mortalidade entre as classes laboriosas – a tuberculose e o tifo –, a par de uma das mais fortes taxas de mortalidade infantil da Europa.»<sup>27</sup>

Numa altura em que a Europa é devastada pela Primeira Grande Guerra, o país sofre os efeitos da falta de alimentos, uma inflação galopante, a escassez das matérias-primas, o encerramento de muitas indústrias, graves crises de desemprego e miséria.

«Em toda a parte faltaram as matérias-primas e os alimentos. Quando os havia era preciso comprá-los no mercado negro, a preços loucos, ou em bichas gigantescas. A inflação agravou-se. Muitas indústrias tiveram de cessar actividade, por falta de abastecimentos.»<sup>28</sup>

Os livros de Actas da Junta de Freguesia do Barreiro referenciam um quadro geral de carências e privações de todo o tipo, com o espectro da fome a colocar-se diariamente, desde os finais da I República.

Em 5 de Abril de 1923, face às constantes solicitações de ajuda, a Junta de Freguesia do Barreiro elabora uma lista com os nomes dos indigentes da freguesia, da qual constavam 112 pessoas, a fim de lhes ser distribuída uma oferta do Governador Civil no valor de 2\$50<sup>29</sup>.

Na véspera do Natal de 1925, a Junta do Barreiro resolve oferecer um bodo aos pobres, mas a afluência de pessoas foi superior ao esperado. Impotente a Junta declarava: «nesta freguesia a miséria que lavra em muitos lares é muito grande»<sup>30</sup>.

Os Livros de Actas dos anos que se seguem mostram sinais que o problema da pobreza e da mendicidade não parece atenuar-se, pela menção constante a bodos e a esmolas efectuadas pela Junta que recorria a diversos meios para auxiliar os mais necessitados. É assim quando, em 14 de Julho de 1931, a Junta

do Barreiro procede à distribuição de uma esmola «à pobreza envergonhada do Barreiro para o que se irão procurar algumas criaturas que vivem na obscuridade...»<sup>31</sup>.

O desemprego e a penúria eram tais que muitas pessoas recorriam à mendicidade nas ruas. Para diminuir o impacto da situação, a Junta concedia ajudas monetárias para transporte a pessoas desempregadas, que quisessem regressar às suas terras.

Cita-se o caso de Arminda Jesus, a quem foram atribuídos 5\$00 para ajuda da passagem para a sua terra, em virtude de o seu marido se encontrar desempregado<sup>32</sup>. O mesmo auxílio foi concedido a uma indigente, para que pudesse voltar para Alcobça. A Junta deliberou também socorrer a indigente Julieta da Conceição com 10\$00, para o transporte de duas filhas menores, e para os asilos onde se encontravam internadas. Regista-se ainda a atribuição de um subsídio de 15\$00 a um menor de 13 anos, de nome Albano para auxílio «da passagem para Oliveira de Frades, a fim de se reunir a seu pai e seu avô, visto encontrar-se na mais extrema miséria, mendigando pelas ruas da vila»<sup>33</sup>.

Se até aos anos 30 Portugal era ainda um país predominantemente rural – com 80% da população a viver fora dos centros urbanos com mais de 5000 habitantes<sup>34</sup> – essa feição começava agora a alterar-se, com o desenvolvimento de alguns pólos industriais à volta dos grandes centros de Lisboa e Porto. O Barreiro vem a ser um dos casos mais exemplares.

A expansão da CUF promove o afluxo permanente de um crescente número de famílias provenientes do meio rural especialmente do Sul e das Beiras, desprovidas de meios, portadoras de incertezas e dificuldades, cujo único bem que possuem é a sua força de trabalho. Este fenómeno, favorecendo o arbítrio e a prática de salários baixos, vai conferir ao Barreiro um perfil de empobrecimento. Fenómenos de pobreza extrema atingiam parte muito significativa da população barreirense e toma-se consciência deste problema, ao consultar a documentação da Comissão Municipal de Assistência, que constitui um testemunho irrefutável da situação social no Barreiro em plena ditadura salazarista.

Um dos primeiros actos desta Comissão, criada em 1946, foi a elaboração de um Relatório dirigido ao Director-Geral da Assistência/Ministério do Interior que espelha a situação que se vivia no Barreiro. Começa assim:

«A vila do Barreiro, centro industrial dos mais importantes, constitui simultaneamente importante fulcro de pobreza e miséria. A par da população trabalhadora há, no Barreiro, um considerável número de desempregados, que procuram trabalho, que buscam o pão de cada dia. Vêm de todos os pontos do país, atraídos pela miragem de uma colocação, que raros conseguem. As fábricas

têm os seus quadros completos e, por isso, muito difícil se torna, hoje em dia, arranjar nelas colocação.

Estes homens, estas mulheres que vem procurar trabalho gastam na viagem para aqui os seus últimos recursos. Não havendo trabalho deixam-se ficar na esperança e ilusão de que um dia haverá. E vá de estender a mão à caridade, vá de procurar nas entidades públicas subsídios indispensáveis ao seu sustento, vá de revoltar-se contra tudo e contra todos.»<sup>35</sup>

A insuficiência de meios levava famílias inteiras a socorrer-se da assistência social, restando-lhes somente o apoio da Sopa dos Pobres ou a Junta de Freguesia e mais tarde a Comissão Municipal de Assistência.

No seu balanço anual do ano de 1945, a Comissão Administrativa da Sopa dos Pobres registou a distribuição de 80 975 refeições gratuitas, com uma média mensal de 6746 refeições, das quais 224 refeições diárias<sup>36</sup>.

Muitos dos que acorrem à Sopa dos Pobres são desempregados, alguns com famílias numerosas de sete e oito pessoas e uma com dez<sup>37</sup>.

Os Livros de Actas da Comissão Municipal fazem eco das situações de miséria que se viviam no Barreiro e, como reflexo deste fenómeno, verifica-se o aparecimento de um variado leque de instituições e associações de apoio aos pobres e carenciados, existentes nos finais do segundo conflito mundial.

Citamos algumas em funcionamento em 1946: o Socorro Social, com um serviço denominado «Gota de Leite» destinado a crianças; as Comissões Municipais de Assistência do Barreiro, Palhais e Lavradio; a Sopa dos Pobres; a Sopa dos Desempregados, ambas com cozinha própria onde forneciam refeições gratuitas; o Instituto dos Ferroviários; o Asilo D. Pedro V; o Albergue para velhos; a Misericórdia.

Todas estas instituições facultavam apoio à população pobre do Barreiro e a idosos, especialmente os que aqui chegavam provenientes «de outras regiões do País (especialmente agrícolas), com poucos recursos para sobreviverem com dignidade nas suas terras e que passam a recorrer à Assistência, pela carência de meios de subsistência e na doença, quando não encontram logo a almejada ocupação»<sup>38</sup>.

Em 18 de Maio desse ano de 46, a Comissão Municipal de Assistência do Barreiro enviou um ofício ao Governo Civil de Setúbal, dando conta dos pedidos de auxílio que chegavam à instituição. Pediam desde leite para crianças e doentes, a farinhas para lactantes filhos de pais extremamente pobres, pagamentos de cautelas de penhores, especialmente roupas e utensílios de trabalho e pagamento de rendas «de barracas a indigentes»<sup>39</sup>.



A Comissão não era imune às influências políticas, conforme se pode verificar com o que sucedeu em vésperas das comemorações do 28 de Maio. Nesta data, o Presidente da Comissão de Assistência alertava o Presidente da Câmara Municipal para a passagem do aniversário da designada «Revolução Nacional». Sugeria que autorizasse o pagamento de várias cautelas de penhores, o que, segundo as suas palavras «seria bastante agradável para os interessados e ao mesmo tempo lhes fazia ver que não haviam sido esquecidos nesta ocasião em que apelaram para V. Ex.<sup>a</sup>»<sup>40</sup>.

Em tempo de poucos recursos e ausência quase total de bens materiais, nada escapava ao penhor, nem as peças de vestuário, mesmo as mais íntimas. Da consulta de uma lista de penhores, em que tudo eram objectos usados, constavam 2 cobertores de lã e algodão, 2 xailes de lã, 1 xaile preto, 2 camisas uma de algodão, 3 pares de cuecas, 1 lenço de algodão, 1 par de calças de fazenda, 1 casaco de fazenda e outro de linho, 1 vestido de crepe, 2 metros de flanela, 7 lençóis de algodão, 1 ferro de engomar<sup>41</sup>.

Em Dezembro desse mesmo ano a Comissão Municipal de Assistência dirigiu um pedido às maiores empresas do Barreiro, solicitando auxílio para «os necessitados e indigentes deste concelho, de pequena área e grande população, na sua maioria gente operária» a fim de fazer face «aos sofrimentos de tantos infelizes e desprotegidos da sorte»<sup>42</sup>.

As Actas da Comissão de Assistência dão ainda conta de situações limite, como a de uma mãe em 1946 que, em desespero e sem recursos para acudir à família, pede o internamento dos seus filhos em asilo<sup>43</sup>.

### 3 – Doenças

Por força das circunstâncias em que eram obrigados a viver, a sobrevivência era um desafio diário para muitos operários do Barreiro e suas famílias. Viver em bairros degradados e promíscuos, onde faltavam as condições mínimas para uma vida equilibrada, constituía um passo rápido para o desenvolvimento de doenças, originadas pela falta de saneamento básico e deficientes condições de limpeza.

«[...]como é possível higiene nas pocilgas e *mançardas* que servem de moradia a tanto milhar de desgraçados que mal ganham para não morrer? Como é possível o isolamento naquelas casas em que mais de uma família habitam, e em que pais e filhos, numa promiscuidade infame, vivem lado a lado, no mesmo aposento?»<sup>44</sup>.

Certos bairros – e até uma grande parte da vila – transformavam-se em locais muito perigosos para a saúde, surgindo aqui e ali focos de tifo.

Foi o que sucedeu em Setembro de 1926, atribuindo a Junta de Freguesia do Barreiro tal fenómeno, à falta de limpeza na vila que classificava como «péssima»<sup>45</sup>. Tais calamidades, por vezes, vitimavam alguns indivíduos e atingiam toda a família, deixando-a incapacitada para o trabalho e em situação de indigência e miséria absolutas.

Segundo revela um Relatório da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, os problemas com a assistência médica constituíam uma das maiores dificuldades com que se defrontava o executivo, entre os anos de 1930-1934. Especialmente a falta de equipamentos, como centros de saúde e hospitais, obrigava ao transporte dos doentes para Lisboa. Queixava-se a Câmara por ter de pagar a hospitalização dos doentes pobres, o que representava um encargo «agravado sobremodo pela circunstância da Vila sede do Concelho ter uma população de 17:000 habitantes, na sua grande maioria constituída pelas classes trabalhadoras, sempre crescente, por se encontrar a uma pequena distância de Lisboa e ser, portanto, um centro de atracção na conquista do trabalho e por ser testa de caminho de ferro»<sup>46</sup>.

A hospitalização de doentes por parte da Câmara resultava de um Decreto-Lei de 1933, que considerava como doentes pobres «os indigentes e os indivíduos que vivam exclusivamente do seu trabalho, se dele auferirem apenas o indispensável para a sua manutenção»<sup>47</sup>.

Ora, segundo a própria Câmara, naquela época apenas «uma insignificante percentagem da população do Barreiro é que não estará em condições de poder aproveitar do benefício concedido»<sup>48</sup>, tendo a Comissão Administrativa emitido até à data mais de 700 guias de admissão nos Hospitais Cívicos de Lisboa, além dos doentes que entraram no Hospital-Escola de Santa Marta, no Instituto Bacteriológico e no Instituto de Oftalmologia. A Câmara queixava-se que a despesa era excessiva, para os seus recursos financeiros e propunha a construção de um hospital.

Por outro lado, a má nutrição contribuía fortemente para o aparecimento da tuberculose, em resultado de uma alimentação desequilibrada, minguada e desprovida, em última análise pela fome, o que não era difícil de suceder neste meio. O problema ainda se podia agravar mais, porquanto, num espaço em que tudo se partilhava, o contágio era rápido e tanto podia ser uma família inteira, como uma sala de aula.

A tuberculose parecia constituir um tal flagelo que até as actividades de carácter social, que juntassem muitas pessoas, representavam um perigo para a saúde pública, pelos riscos de contágio.

«Pela autoridade local foi determinado que as sociedades de recreio locais não possam realizar mais de dois bailes por mês, a fim de evitar a propagação da tuberculose.»<sup>46</sup>

A respeito da tuberculose, sobretudo nas crianças em idade escolar, citamos aqui uma afirmação do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro em 1948, Joaquim José Fernandes, onde pode ler-se o seguinte:

«Há poucos meses ainda, um médico desta vila afirmava que mais de 70% das crianças do Barreiro acusavam primo-infecções tuberculosas»<sup>49</sup> e referia mais: que os próprios professores primários observavam não ser possível exigir um rendimento intelectual mais elevado às crianças, mesmo em épocas de exame, em virtude de serem «raras as que podem resistir a um trabalho mais intenso sem acusarem graves sintomas de fadiga.»<sup>50</sup>

Referência ainda, para uma informação que a Comissão Municipal de Assistência enviou ao Delegado do Dispensário do Barreiro em 1946, onde aconselhava a criação de uma sala de espera para os doentes. Diariamente, à porta daquele estabelecimento, esperavam consulta muitas pessoas e a presença «desses infelizes na rua, permanência que é assaz desagradável para todas as pessoas que transitam junto dessa instituição» era incómoda, pela exposição pública do problema.

Por fim, e para finalizar este tema, é de referir que a tuberculose, nos anos 40, era uma chaga social e um dos sintomas mais visíveis das deploráveis condições de vida de grande parte da população do Barreiro.

#### **4 – Poluição: os «gases da CUF»**

Num contexto de transformações profundas, em que o Barreiro se tornara um dos centros mais industrializados do país, a intensificação da produção fabril representou a ruptura definitiva com a paisagem tradicional.

As actividades industriais da CUF fizeram-se sentir desde os primeiros tempos, transformando a paisagem e o ambiente por completo, num processo destrutivo que, para os padrões actuais, seria completamente inaceitável.

Logo em 1910 Veiga Beirão, amigo pessoal de Alfredo da Silva, em visita às fábricas do Barreiro, dá-se conta das mudanças. Referindo-se às grandes chaminés que ora marcavam o perfil do Barreiro, assinalava o «odor horrível

das emanações químicas que se espargem no ar...»<sup>51</sup>, provocadas pelo pulsar do gigantesco colosso industrial, em permanente ebulição.

Na verdade, nada voltará a ser como antes na antiga vila piscatória e nem sequer o rio, com a sua variada fauna marítima, escapa à destruição, provocada pelos líquidos e lamas, resultantes dos fabricos químicos.

Se é certo que à época de instalação da CUF no Barreiro existia, ainda, uma consciência ecológica clara, os efeitos da poluição eram, contudo, particularmente visíveis e começavam a preocupar a Câmara Municipal.

Com efeito, seis anos após a laboração da CUF e já em plena República, a Comissão Executiva da Câmara solicita, ao Subdelegado de Saúde do Barreiro, um parecer «sobre o fumo das diversas chaminés da Companhia União Fabril que se julga muito prejudicial para a saúde pública»<sup>52</sup>.

As preocupações com a saúde e com o ambiente ressaltam, igualmente, de um ofício do Centro Socialista do Barreiro, em que se pedem energias providências «sobre o mal que está causando à vegetação e às pessoas que comem hortaliças, o ácido sulfúrico da Fábrica da União Fabril»<sup>53</sup>.

Na continuidade destes registos, encontramos, em 11 de Maio de 1916, uma reclamação dos moradores do Largo das Obras «por causa das águas dos poços deste sítio não estarem em condições de serem utilizadas para consumo, devido a infiltrações vindas da fábrica da Companhia União Fabril»<sup>54</sup>.

A expansão da CUF, com o conseqüente aumento da poluição industrial, levantava as mais sérias reservas à Comissão Executiva da Câmara que, em 24 de Maio de 1917, enviou um protesto ao Administrador do concelho, opondo-se à construção da «nova fábrica de sulfuretos da Companhia União Fabril, desta vila»<sup>55</sup>, por considerar que seria prejudicial à população do Barreiro.

O problema da poluição vai intensificar-se e encontra repercussão na imprensa local, nomeadamente no jornal *Eco do Barreiro* que, a partir de Novembro de 1929 começa a publicar artigos, alertando para a gravidade da situação. Mas é em 1930, que o *Eco do Barreiro* enceta uma campanha de denúncia pública, a que se vai associar a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, promovendo um abaixo-assinado, convidando a população a subscrever um documento onde pode ler-se o seguinte:

«Se por um lado a CUF muito beneficiou o Barreiro, por outro lado, nalguma coisa o tem prejudicado [...].

Estragou-nos uma bela praia, cortando-a a meio e sujando-a de tal maneira, com ácidos e outros desperdícios, que hoje as suas areias estão queimadas, as águas amarelas e sujas e os banhistas, mesmo os da terra, já fogem, sem falarmos nos que vinham, do Alentejo e regiões circunvizinhas...»<sup>56</sup>

Durante meses sucessivos, em artigos bastante críticos, aquele semanário foca o desinteresse da CUF, da sua administração, e de Alfredo da Silva em particular, para resolver o problema dos «gazes». Argumentando contra os fumos venenosos que saem das fábricas, refere que a população que é intoxicada é a mesma que enriquece os cofres do patrão da CUF, a quem apela «quási de joelhos e mãos postas».

«Alfredo da Silva não se comove! Continua frio como gelo!

E porque não se comove esse homem, esse grande industrial deshumano?

É porque não seja de carne e osso, como qualquer de nós?

Não! Ele é de carne e osso, mas, no lugar do coração, tem um cérebro de grande calculador ultra-egoísta e no lugar da consciência, esse vasio enorme, tem os cofres colossais da sua desmedida ambição»<sup>57</sup>.

A poluição industrial da CUF, infringindo até as normas legais da época, é responsável pela destruição de pequenas hortas, jardins e pomares, de gente humilde que os cultiva para ajuda do magro sustento familiar, mas também dos prédios urbanos agredidos por aquele flagelo, tornando o Barreiro uma terra negra e fumarenta.

«Nada escapa às rajadas devoradoras dos gazes da CUF. Morrem as plantas, morrem os frutos, morrem as flores, morre a própria terra que fica calcinada debaixo de tão densas nuvens de gaz e de veneno, e ninguém se apercebe e ninguém se comove por uma situação tão desesperada que está causando a desolação e a ruína de tantos milhares de pessoas!»<sup>58</sup>

A fim de acompanhar os problemas ambientais causados pelos fumos que chegavam a todo o lado e fomentavam um ambiente verdadeiramente doentio na população, a Câmara criou uma Comissão Municipal de Higiene que entrou em vigor em 1929. De tempos a tempos emitia pareceres que pareciam cair em saco roto, nos quais se considerava o Barreiro como uma terra insalubre, devido à grande concentração industrial existente.

Um desses pareceres, datado de 1947, pedia providências contra as emanações expelidas pelas fábricas da Companhia, «as quais até provocam vômitos e náuseas aos seus habitantes»<sup>59</sup>.

Como a autarquia reconhece, em 1948, não era só o centro da vila que era afectado mas até os bairros e freguesias limítrofes, pois não existiam zonas ajardinadas suficientemente defendidas da influência dos fumos da CUF «que sejam próprias para as crianças ou para os adultos»<sup>60</sup>.

No final da década de 50, o parecer sobre o Ante-Plano de Urbanização do Barreiro refere que as indústrias químicas da CUF continuavam a libertar

gases tóxicos que, «arrastados pelos ventos do norte, tornam insalubre e tóxica toda a zona moderna da vila»<sup>61</sup>.

Os problemas ambientais terão continuidade nas décadas seguintes e permanecem ainda hoje, como uma das heranças do processo de industrialização que, durante perto de um século, marcou a vida e a paisagem no Barreiro, tornando-se uma imagem de marca muito negativa para a famosa vila industrial e operária.

## Notas

- <sup>1</sup> «O Barreiro Despresado», in *Eco do Barreiro*, 4 de Outubro, 1930, editorial de 1.ª página.
- <sup>2</sup> CARMONA, Rosalina, [...] *do Barreiro ao Alto do Seixalinho Um Passado Rural e Operário*, Barreiro, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 68.
- <sup>3</sup> GROS, Marielle Christine, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto, ed. Afrontamento, 1982, p. 98.
- <sup>4</sup> «Questionário ao Trabalho Industrial - VII. Condições da Vida Operária», *Avante*, 10 de Novembro de 1910, p. 4.
- <sup>5</sup> OLIVEIRA, J. de Simões, «Contribuição para Estudo das Casas para Operários», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 66, 1912, Lisboa, p. VI.
- <sup>6</sup> *Idem*, p. 3.
- <sup>7</sup> *Ob.*, cit. p. VI.
- <sup>8</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>9</sup> *Idem*, p. 29.
- <sup>10</sup> JANARRA, Pedro, *A política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo*, Tese de Mestrado em Sociologia (texto policopiado), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1994, p. 33.
- <sup>11</sup> JANARRA, *Ob. cit.*
- <sup>12</sup> Arquivo Municipal do Barreiro (AMB), «O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 19 48», AMB, CMB/M/A/ 04.01/Cx 02 1945-51.
- <sup>13</sup> *Idem*.
- <sup>14</sup> PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo*, Barreiro, CMB, vol. I, 1971, p. 306.
- <sup>15</sup> AMB, «O Problema Habitacional [...]».
- <sup>16</sup> AMB, «O Problema Habitacional [...]».
- <sup>17</sup> PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo*, Barreiro, CMB, vol. I, 1965, p. 307.
- <sup>18</sup> FARIA, Miguel, *Alfredo da Silva Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand, 2004, p. 112.
- <sup>19</sup> FARIA, *ob. cit.*
- <sup>20</sup> Vd. ALMEIDA; Ana Nunes, *A Fábrica e a Família Famílias operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2.ª ed., 1998, p. 170.
- <sup>21</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Jorge de Mello «Um Homem» Percursos de um Empresário*, Lisboa, Inapa, 2004, p. 15.
- <sup>22</sup> Lei n.º 296 de 22 de Janeiro de 1915.
- <sup>23</sup> ALVES, p. 55.
- <sup>24</sup> «Bairro Operário Normas para Transferência de Casas», texto policopiado, Quimiparque.
- <sup>25</sup> MARTINS, Alexandre, acedido em <http://www.aps.pt> «Paternalismo, habitação, fidelização operária. O caso do bairro da Stª Bárbara no Barreiro», in *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, Atelier: Cidades, Campos e Território, 2004.

- <sup>26</sup> CARMONA, Rosalina, [...] *do Barreiro ao Alto do Seixalinho Um Passado Rural e Operário*, Barreiro, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 122.
- <sup>27</sup> MEDEIROS, Fernando – *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, s. l., A Regra do Jogo, 1978, p. 143.
- <sup>28</sup> «A República» RAMOS, Rui, vol. VI, *História de Portugal*, Lisboa, dir. José Mattoso, C. Leitores, 1994, p. 519.
- <sup>29</sup> Junta de Freguesia do Barreiro (JFB), Livro de Actas da Junta, 1923-1931.
- <sup>30</sup> *Idem*.
- <sup>31</sup> JFB, Livro de Actas da Junta, 1923-1931.
- <sup>32</sup> *Idem*.
- <sup>33</sup> *Idem*.
- <sup>34</sup> «O Estado Novo», ROSAS, Fernando - vol. VII, *História de Portugal*, Lisboa, dir. José Mattoso, Estampa, 1994, p. 61.
- <sup>35</sup> Arquivo Municipal do Barreiro, Comissão Municipal de Assistência, CMB/B/Q/04/Cx. 01, 1946.
- <sup>36</sup> AMB, *Comissão Administrativa da Sopa dos Pobres – Receita e Despesa referente ao Ano de 1945*, Tipografia Comercial, Barreiro, 1946, CMB/B/Q/04/Cx. 01.
- <sup>37</sup> AMB, *Comissão Paroquial de Assistência do Barreiro – Relação dos Desempregados Beneficiados com a Sopa do mês de Novembro de 1946*, CMB/B/Q/04/Cx. 01.
- <sup>38</sup> PAIS, p. 246.
- <sup>39</sup> AMB, CMB/B/Q/04/Cx. 01, 1946.
- <sup>40</sup> *Idem*.
- <sup>41</sup> *Idem*.
- <sup>42</sup> *Idem*.
- <sup>44</sup> GAGO, Alves, «A tuberculose e a higiene», *Eco do Barreiro*, 8 Julho, 1931, p. 6.
- <sup>45</sup> FB, Livro de Actas da Junta, 1923-1931.
- <sup>46</sup> AMB, «Comissão Administrativa Relatório 1 de Maio de 1930 a 31 de Dezembro de 1934», Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, p. 55.
- <sup>47</sup> GAGO, Alves, «A tuberculose e a higiene», *Eco do Barreiro*, 8 Julho, 1931, p. 6.
- <sup>48</sup> Decreto-Lei n.º 23:348, de 13 de Dezembro.
- <sup>49</sup> AMB, «Comissão Administrativa Relatório 1 de Maio [...]», p. 56.
- <sup>50</sup> AMB, «O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», CMB/M/A/ 04.01/Cx 02 1945-51, p. 34.
- <sup>51</sup> *Idem*.
- <sup>52</sup> MIGUEL, António Dias, citado em ALMEIDA, Ana Nunes, *A Fábrica e a Família Famílias operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2.ª ed., 1998, p. 142.
- <sup>53</sup> AMB, CMB/B/E/01, Livro n.º 1, 1914-15.
- <sup>54</sup> *Idem*.
- <sup>55</sup> AMB, CMB/B/E/01, Livro n.º 1, 1914-15, fl.31.
- <sup>56</sup> *Idem*, fl. 107.
- <sup>56</sup> «A velha Questão dos Fumos», *Eco do Barreiro*, 5 de Junho, 1930, 1ª página.
- <sup>58</sup> «Gazes asfíxiantes sobre a população do Barreiro – O crime de um potentado» *Eco do Barreiro*, 15 de Novembro, 1930, 1.ª página.
- <sup>59</sup> «Bradar no Deserto Gazes da CUF» *Um Olhar sobre o Barreiro*, I.ª Série, n.º 2, 1989, p. 31.
- <sup>60</sup> AMB, Comissão Municipal de Higiene, CMB/B/Q/04/, Cx. 2.
- <sup>61</sup> AMB, «O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», CMB/M/A/ 04.01/Cx 02 1945-51, p. 34.
- <sup>62</sup> Arquivo do Ministério das Obras Públicas, «Parecer n.º 2715 do Conselho Superior das Obras Públicas», fl. 54.



**1 – Pátio no Alto do Seixalinho, 1938**  
Arquivo Municipal do Barreiro



**2 – Pátio Particular, Bairro das Palmeiras, vulgo Bairro da Folha, 1938**  
Arquivo Municipal do Barreiro





**Fig. 3 – António Patacas e seu irmão João**  
O primeiro entrou para a CUF com 11 anos de idade  
Foto particular



**Fig. 4 – Grupo de Trabalhadores da CUF, Praça de Santa Cruz, anos 40**  
Arquivo Municipal do Barreiro

# Uma aproximação aos modos de adoptar e adaptar tecnologias em Portugal, tomando como exemplo as fábricas da CUF no Barreiro

*Isabel Cruz e Maria do Carmo Alves\**

---

## Introdução

Desde o momento da grande viragem, que consistiu na edificação das estruturas fabris no Barreiro, com as quais a CUF se lançava na produção em química inorgânica de base, que se marcou também, nesta empresa, um estilo de adopção e adaptação de tecnologias, «à grande». É nesse período inicial, de estabelecimento de unidades fabris para obtenção de ácidos (sulfúrico e clorídrico), metais (cobre) e produtos químicos (sulfato de sódio, sulfato de cobre), que se exprime – de forma inequívoca – a intervenção directa da «entidade estrangeira» no processo de adopção de tecnologia na CUF. E, se bem que não tenha sido a única figura, de técnico não nacional, com participação na edificação do *cluster* do Barreiro, o facto é que ao consultor francês A. L. Stinville (Auguste Lucien Stinville) se atribui a maior responsabilidade na concretização do mesmo.

Para além de Stinville, no sector da química inorgânica de base, existiram ainda outras consultorias técnicas estrangeiras, igualmente centradas em figuras de reconhecida competência para a área de trabalho em desenvolvimento

---

\* Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF/QUIMIGAL.

na empresa. Gente que diversificava funções graças ao campo alargado do seu *know-how* e da sua experiência pessoal no contacto com empresas e instituições, e que trazia para os terrenos do Barreiro os influxos do conhecimento técnico e científico do exterior. Com mais ou menos sucesso. Para os finais da década de 40 – primeiros anos da de 50, do século xx, estava em curso um profundo processo de reorganização da empresa. A CUF deu então início ao alargamento dos seus quadros técnicos, admitindo o pessoal necessário para as estruturas que evoluíam e denunciavam não só uma crescente complexidade na organização, como também maior capacidade de realização crítica sobre o sistema tecnológico.

Reconhece-se, deste modo, a pertinência de um conhecimento mais aprofundado destes anos em que coexistiram, por assim dizer, duas formas distintas de realizar o desenvolvimento tecnológico na CUF – uma, já historicamente radicada na empresa, e que não dispensava a figura do consultor estrangeiro, intermediário que assegurava o diálogo entre os dois mundos, e a outra, em emergência, com jovens técnicos nacionais, recém-admitidos, aliciados pelo nome, já de referência, da CUF, e empurrados pelo ímpeto industrialista, de que certamente vinham imbuídos desde as escolas onde se tinham formado. Estes técnicos, engenheiros, na sua grande maioria, mas dos quais não se devem excluir os agentes técnicos e outras formações, como os economistas, vieram ocupar os novos lugares de chefia e direcção técnica que, na estrutura em edificação na CUF modificariam, de forma radical, a hierarquia e a cadeia de comando, e conseqüentemente, o fluxo do conhecimento tecnológico, na dinâmica industrial da mesma.

Serviu, para esse objectivo, o escrutínio de alguma documentação no arquivo da CUF/QUIMIGAL, de que resultou, de forma directa, o tópico «Cronologia», apresentado em anexo. Aqui se recuperaram alguns dos factos ligados à adopção de tecnologia na CUF para ácidos e outros produtos químicos, e metais, desde 1944 até 1951, periodização que inscreve o caso em estudo, e de que se dá notícia neste texto. A fim de uma maior compreensão das modificações introduzidas na empresa desde o início da década de 40 até meados da de 50, o tópico «CUF - Elementos da evolução da estrutura», igualmente em anexo, apresenta dados compilados a partir de ordens e instruções de serviço.

Este é um *work in progress*; não pretende, nem pode, esgotar o tema em análise, de adopção de tecnologia na CUF. Antes procura assinalar, para uma época, inquestionavelmente de transição na CUF, com profundas e inovadoras reformas de estrutura e organização em curso, alguns aspectos que se consideraram pertinentes e determinantes para a compreensão de um processo de

modernização, que se sabe ter sido muito mais lato do que o respeitante à tecnologia, mas que necessariamente o terá de conter.

### **Adopção de tecnologia na CUF: o caso paradigmático do ácido sulfúrico**

O início dos anos 40 da CUF no Barreiro é dominado por aparatos tecnológicos cujo bom andamento é mais resultado do saber de experiência feito, do que de um suficiente conhecimento técnico e científico do processo. A níveis diferentes, e em número modesto, encarregados e chefes de serviço asseguram o controle da Fábrica. As aplicações para o ácido sulfúrico produzido na CUF-Barreiro, entretanto, tinham aumentado: para além do utilizado no fabrico do «superfosfato» e do sulfato de cobre, havia uma crescente procura em ácido sulfúrico concentrado. A concentração de ácido permitira à CUF, desde muito cedo, aceder ao mercado nacional, cobrindo quase totalmente uma franja de clientes que incluía, entre outros, a Sociedade Portuguesa de Explosivos, a Sulfur Ld.<sup>a</sup> e a SACOR. O processo de câmaras de chumbo originava dois tipos de ácido, o chamado «ácido de câmaras», com concentração máxima de 67% (em H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>) e o «ácido do Glover», com concentração máxima até 78% (em H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>). Nenhum deles era o ácido concentrado pretendido por esses clientes, logo, existia também na CUF um sistema de concentração, para produzir por dia cerca de 17,5 toneladas de ácido a 65/66°Bé <sup>1</sup>(≈ 92% em H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>). Para as solicitações subsequentes por mais ácido (destinadas aos gastos da casa, isto é, adubos – «superfosfatos» –, sulfato de cobre, sulfato de sódio e ácido clorídrico) manter-se-á a matriz da tecnologia de câmaras, seguida de concentradores (para as exigências por uma concentração superior).

A consultadoria técnica actuou ainda fortemente nesta área, quando, já bem longe da dupla inicial Alfredo da Silva – Stinville, o centro decisor técnico da CUF com sede na «4.<sup>a</sup> Divisão» (engenheiros Eduardo Madaíl e João da Rocha e Mello) enfrentou o problema da expansão das produções a jusante do ácido sulfúrico e a necessidade da intensificação de processos. Os ingleses Percy Parrish e Herbert Cremer<sup>2</sup> são os dois consultores que pontificam (ainda que de forma desigual) nessa etapa, a partir da qual, a CUF se despede deste modelo de colaboração – sustentada no esquema de diálogo à distância com um especialista estrangeiro, verdadeiro *pivot* entre a CUF e as empresas fornecedoras de *know-how* e equipamento, e usufruindo ainda dos serviços de apoio que este prestava, baseados na esfera do seu arsenal de conhecimentos próprios –, no que diz respeito aos ácidos e produtos químicos.

A longa vigência da tecnologia de câmaras nas instalações da CUF no Barreiro, traduzida tanto pelo insistente recurso ao processo, mesmo quando já se assumira o novo paradigma, do processo de contacto, quanto pelo tempo de funcionamento (as últimas fábricas de câmaras só encerraram já bem avançada a década de sessenta), precisa ainda de ser totalmente entendida. Refira-se, como exemplo, que o uso continuado da tecnologia de câmaras não se alterou sequer quando se passou a produzir um outro ácido na CUF, o ácido fosfórico, para um novo adubo fosfatado, «o superfosfato triplo», o que implicava demanda interna por ácido sulfúrico concentrado. E mesmo com o aparecimento, em meados da década de quarenta, de mercado consumidor deste tipo de ácido (produtores de seda-viscose), o *staff* técnico da CUF inclinava-se, ainda, para fazer a concentração e purificação subsequente do ácido produzido pelo processo de câmaras, para dar resposta a essa solicitação externa.

Já para o final da segunda metade da década de 40, para os grandes projectos que se avizinhavam, de produção de amoníaco e de adubos azotados, porém, revelou-se fundamental a adopção da tecnologia de contacto para a produção do ácido sulfúrico, integrada a montante do sulfato de amónio. E nessa altura, são os engenheiros da CUF que vão procurar dialogar junto dos «fornecedores» e ver as fábricas que, no estrangeiro funcionam com a tecnologia pretendida. O final da década de 40 e o início da de 50 antecipam uma realidade industrial com mudanças profundas a nível da organização da estrutura do complexo, que se expande, diversifica e autonomiza.

Assim, quando a Companhia decidiu finalmente que, para a expansão futura na linha dos adubos azotados, o ácido sulfúrico nas fábricas do Barreiro deveria ser originário de um processo novo, o processo de contacto<sup>3</sup> – abandonando as ideias anteriores de o fazerem ainda a partir do processo de câmaras – e com isso inverterem a ordem usual das coisas, isto é, quando antes produziam ácido sulfúrico diluído e recorreriam a técnicas suplementares de concentração para obter o de maior densidade, agora poderiam partir do ácido mais concentrado e seguir para uma diluição quando fosse preciso concentração mais baixa – os técnicos do Barreiro estiveram lá, assegurando que a transposição de tecnologias se efectuava.

O processo de produção de ácido sulfúrico por contacto na CUF teve, entretanto, uma primeira instalação, chamada na gíria local por «Contacto 1», (iniciada ao tempo de Percy Parrish, que a projectou em parte), uma estreia a nível nacional, e que iniciou a sua actividade em 1950. Tratava-se, porém, de uma unidade de reduzida capacidade, de apenas 30 a 35 toneladas de MHS<sup>4</sup> por dia, e que também, por isso, consistiu num tímido esboço de concretização

desse tipo de tecnologia – de produção de ácido sulfúrico por catálise heterogénea – destinada apenas a satisfazer um mercado essencialmente exterior à CUF. Pelo contrário, a fábrica seguinte, o «Contacto 2» podia produzir no início 100 toneladas de MHS por dia, e destinava-se fundamentalmente a integrar, a montante, a produção do sulfato de amónio CUF. Originalmente tecnologia *Simon-Carves*, foi posteriormente aumentada para 150 toneladas por dia, com «engenharia CUF», que introduziu a recirculação de gases sulfurosos nos fornos de andares de ustulação de pirites, com garantia de cinzas desarsenificadas<sup>5</sup>, fazendo ela, agora, a operação de intensificação de processos que antes ficara por parte do consultor estrangeiro. Esta «engenharia CUF» foi motivo de patentes, quer sobre o próprio processo de recirculação, quer sobre os aparelhos de limpeza de caldeiras. Os «Contactos» permitiram ainda a exploração económica do vapor, que depois era introduzido na rede geral das fábricas, potenciando os outros dois *outputs* já existentes – o ácido sulfúrico e as cinzas de pirite para aproveitamento siderúrgico.

### **Como a tecnologia de ácidos, metais e produtos químicos se «nacionalizou» na CUF**

Já aqui se aflorou o papel das consultorias estrangeiras no âmbito do desenvolvimento de tecnologias de produção na CUF. Em outro lugar, explica-se, de forma mais detalhada, a acção, em particular, do consultor Percy Parrish<sup>6</sup>. Também a «Cronologia», em anexo a este texto, fornece o suporte factual, que permite compreender, passo a passo, muito da razão dessa presença na empresa, e os aspectos da sua colaboração até à data do seu falecimento. Por esta fonte de informação, também foi possível confirmar o responsável pelo primeiro contacto com Percy Parrish, o eng.º Eduardo Madaíl, que o conhecia das revistas técnicas da especialidade, que tinha por leitura habitual.

Eduardo Madaíl foi o primeiro director técnico português das Fábricas da CUF no Barreiro. Era engenheiro químico, formado em Lausanne, na Suíça<sup>7</sup>, e foi o elemento de ruptura, face à anterior cadeia dos directores, quase exclusivamente assegurada por técnicos estrangeiros. Admitido na CUF (Barreiro) em 2 de Maio de 1916 para desempenhar funções de chefia, o eng.º Eduardo Madaíl foi nomeado director das Fábricas no Barreiro em 1926, mantendo-se no cargo até Dezembro de 1929. Quem lhe sucedeu foi João da Rocha e Mello, novamente um português, aliás tal como todos os outros directores seguintes o foram.

Madaíl e Rocha e Mello, dois nomes que se reúnem junto da direcção, na Sede, em Lisboa. São homens da confiança da administração<sup>8</sup>, e assumem tarefas de responsabilidade na 4.<sup>a</sup> Divisão<sup>9</sup>, a dos Serviços Fabris, mantendo, por isso, uma supervisão sobre as Fábricas do Barreiro. Interlocutores privilegiados com o estrangeiro – através da secção «Estrangeiro» da CUF – de onde importam equipamentos, mas também técnicas, saberes e processos, são, por isso mesmo, parte determinante do processo de adopção e adaptação de tecnologias. Personalidades que na CUF foram especialmente activas no período «Manuel de Mello» acompanharam, também, a gradual passagem de testemunho do Sr. Mello para os seus filhos, Jorge e José. Viram chegar aqueles, jovens engenheiros e economistas (IST e ISCEF, na grande maioria dos casos), Luís de Almeida Alves (1943) António Pessoa Monteiro (1945), António Gouveia Portela (1945), Ruy da Motta Guedes (1945), Henrique Marques Pereira (1946), José Vístulo de Abreu (1949), Edgard Wahnnon (1950), Carlos Rosmaninho (1953), José Amaral Mântua (1954), José Manuel Faria e Santos e Samuel Levy (1955), entre muitos outros que, na «casa», continuaram a obra de expansão, diversificação e modernização, protagonistas, na primeira pessoa, deste «senso de realização»<sup>10</sup> tão característico da «Família CUF».

Tendo vivido essencialmente o paradigma tecnológico anterior, de domínio de estruturas hierárquicas simples e rígidas de comando, e de poder centralizado, sobre um tecido produtivo que se geria com o conhecimento das rotinas, e com o improvisado, face ao inesperado, estes dois homens foram, ainda, os que estenderam as mãos para o futuro, ajudando a abrir a empresa, e os seus quadros, a uma gestão e direcção progressivamente mais democráticas e descentralizadas<sup>11</sup>.

Em 1948 existiam pouco mais de uma dúzia de chefes de serviço na CUF-Barreiro, muitos deles engenheiros (ver anexo II, ano de 1948), e que eram praticamente todos os quadros técnicos superiores no complexo. O eng.º António Pessoa Monteiro, que era um deles, foi, muito provavelmente, dos primeiros técnicos portugueses a chefiar um sector da produção no Barreiro<sup>12</sup>. Admitido na CUF em 1945, rapidamente assumiu uma posição de destaque nos ácidos e produtos químicos, sendo um dos intervenientes directos no particular período que se seguiu ao falecimento do consultor Percy Parrish, em Maio de 1947, onde novas dificuldades, devidas ao desaparecimento desta parte importante do elo entre a CUF e o estrangeiro, se vieram acrescentar àquelas que já se reflectiam sobre o processo de adopção de tecnologia (ver anexo I, ano de 1947: Junho e Dezembro; ano de 1950: Junho).

## Um episódio técnico como exemplo

Pela sua relevância para a compreensão da forma como foram resolvidas as «pontas soltas» (isto é, os diversos projectos que já estavam em andamento no complexo da CUF) deixadas nas fábricas do Barreiro pela morte de Parrish, elegeu-se o caso da nova instalação/remodelação do sulfato de sódio e ácido clorídrico, como o exemplo, de entre os conhecidos, que melhor retrata o «antes» e o «depois» da situação.

Praticamente desde o início das fábricas do Barreiro, isto é, desde 1912, que se produzia na CUF o sulfato de sódio, destinado essencialmente ao mercado da indústria vidreira. Com o desenvolvimento da indústria nacional de pasta de papel, contudo, o mercado do sulfato de sódio ampliou-se e a sua produção na CUF teria, conseqüentemente, de se expandir. Convocada, logo em 1945, para também atender a esta questão, a consultadoria Parrish tratou de providenciar o necessário para introduzir as reformas tecnológicas devidas, ou seja, uma outra instalação, sob proposta da *Power Plant Co. Ltd*, West Drayton, Middlesex, de um forno mecânico Mannheim para realização do processo; o material refractário para o forno estava assegurado pela *General Refractories*. Em Setembro de 1947, porém, e já após a morte de Percy Parrish, foi com a *The Chemical Plant and Sulphur Extraction Co.* que se assentou na responsabilidade da concepção de todo o equipamento necessário, incluindo o do forno. Por requerer ácido sulfúrico de maior concentração, o funcionamento desta instalação dependia, à partida, do arranque da fábrica de ácido sulfúrico por contacto n.º 1 (o «Contacto 1»), ou então, pelo início de actividade da «Concentração Parrish». Em 1948 tudo parece correr normalmente com a instalação do Contacto 1 que, tal como já foi referido, fora projectada por Parrish em parte, até à conversão, que lhe incluía fornos Harris de ustulação de pirites. A conversão, entretanto, ficara a cargo da firma *Cyanamid Products* como agentes da *Chemico Co.* Os atrasos sofridos no estabelecimento destas duas instalações (Contacto 1 e concentração Parrish)<sup>13</sup>, contudo, trouxeram conseqüências para o arranque do novo forno para o sulfato de sódio, que nem mesmo a possibilidade de colaboração directa de um técnico estrangeiro especializado em fornos do tipo (Sr. Beechey Lloyd), disponibilizado pela *The Chemical Plant and Sulphur Extraction* resolveu (ver anexo 1, ano de 1951: Março). O arranque do Contacto 1 complicara-se, e atrasara-se, sem a assistência directa do pessoal técnico da *Cyanamid*. E o Sr. Beechey Lloyd (que entretanto se desligara da colaboração que mantinha com a *The Chemical Plant*) não chegou a vir a Portugal para auxiliar às eventuais dificuldades que surgissem aquando da *mise-en-marche* do forno mecânico



para o sulfato de sódio. Colocou-se, então, a hipótese de enviar um técnico da CUF ao estrangeiro, para que numa fábrica onde existisse um forno do mesmo tipo daquele do Barreiro, se inteirasse devidamente dos aspectos do seu normal funcionamento.

É necessário introduzir, aqui, um elemento importante para a compreensão completa dos factos subsequentes ligados ao arranque do forno do sulfato de sódio. Entretanto, houvera uma etapa marcante da evolução das estruturas da CUF, isto é, a organização, em 1950, dos serviços técnicos da produção e conservação da empresa em agrupamentos de instalações fabris e serviços afins, as denominadas «Zonas» – Zona Ácidos, Zona Adubos, Zona Cobre, Zona Têxtil, Zona Norte e Zona Metal-Mecânica – em Serviços de Conservação e Obras (Construções Civas, Mecânicos, Serviços Eléctricos e Chumbeiros) e no Laboratório Químico-industrial. Cada Zona tinha o seu primeiro responsável, o «chefe de Zona», um engenheiro, que sedado no escritório técnico, dirigia o respectivo serviço e somente respondia ao director das fábricas. O chefe de cada Zona tinha adjuntos, tantos, quantos os considerados necessários. Os adjuntos, que podiam ser engenheiros, agentes técnicos e ainda outros técnicos, pontificavam, normalmente, nos lugares da produção.

O eng. António Pessoa Monteiro foi o primeiro chefe da Zona Ácidos, e o agente técnico Manuel Mascarenhas, possivelmente um seu adjunto. Note-se a relação de datas: a estruturação dos serviços técnicos da CUF com a criação das Zonas, dos cargos de chefe de Zona e dos adjuntos, é de Fevereiro de 1950; o eng.º Pessoa Monteiro, desloca-se, ele próprio, ao estrangeiro (motivo: a nova instalação de produção de ácido sulfúrico por contacto, o «Contacto 2») em Março de 1950; a propósito do problema do arranque do novo forno de sulfato de sódio, é o agente técnico Mascarenhas quem sai, em Maio de 1951. Registe-se, ainda, a diferença entre estas duas primeiras situações: o diálogo da administração com consultores estrangeiros (1944/1947, ácidos, metais e produtos químicos: Eduardo Madaíl – Percy Parrish) e as visitas ao estrangeiro de directores técnicos junto das empresas detentoras do *know-how* (1948, fábrica de sulfato de amónio: João da Rocha e Mello) e, esta última, das deslocações ao estrangeiro para observação das instalações em funcionamento, dos chefes de Zona e adjuntos (1950, Contacto 2: António Pessoa Monteiro; 1951, forno mecânico do sulfato de sódio e absorção de HCl: Manuel Mascarenhas). Uma outra corrente de comando a sustentar a necessidade do diálogo com o exterior para garantir a eficácia da adopção e adaptação de tecnologias. Foi esta nova cadeia de comando que abriu a possibilidade de protagonismo, para um maior número de quadros técnicos médios e superiores. É um protagonismo que vivia

o quotidiano das fábricas, inclusive com regimes de turno. À formação adquirida nas escolas, reunia-se a aprendizagem específica de uma ou mais fábricas, ou sector de produção. Muito em breve, os Centros de Estudo prestarão, às Zonas, o serviço dos especialistas, engenheiros que tinham por incumbência apresentar e resolver problemas técnicos à direcção<sup>14</sup>.

Em Maio de 1951, o agente técnico Manuel Mascarenhas chegou a Londres para iniciar o seu estágio de quatro semanas nas *Berk Works*, observando a *sodium sulphate plant* sem quaisquer restrições, e seguindo o fabrico em todos os detalhes. A unidade em questão era bastante semelhante à da CUF no Barreiro, com excepção da parte da absorção do HCl. Continha, assim mesmo, o tipo de informação que, posteriormente, permitiria que se introduzissem no forno do Barreiro, as modificações necessárias para um arranque sem problemas: alimentação de sal húmido ao secador; secagem do sal; alimentação de sal seco ao forno; alimentação de ácido sulfúrico ao forno; colectores de gases de ácido clorídrico do forno ao arrefecedor; arrefecedor-desintegrador; *Stone-tank*. E, em Junho, o eng.º Pessoa Monteiro propunha à CUF que, para as modificações a fazer (essencialmente de pormenores), se utilizasse uma metodologia de trabalho diferente da que era usual. Porque, deste modo, se pouparia imenso em esforços e tempo, os desenhos das alterações deveriam ser realizados na Secção Técnica e depois, então, enviados à *The Chemical Plant and Sulphur Extraction*, a empresa encarregue do projecto de remodelação da unidade, para posterior aprovação pela mesma. Com as modificações introduzidas, na prática, superaram-se as deficiências que tinham forçado a paragem da fábrica em 1951. Além da Zona Ácidos e da Secção Técnica, esteve também envolvida, na remodelação da unidade de sulfato de sódio e ácido clorídrico, a Zona Metal-Mecânica do Barreiro. A nova *mise-en-marche* foi feita em Março de 1953, e o sulfato de sódio produzido destinava-se a abastecer a Companhia Portuguesa de Celulose.

Como resultado conjuntural de uma série de acontecimentos, a equipe de técnicos da CUF identificara um problema tecnológico e resolvera-o, praticamente na ausência de uma entidade técnica consultora estrangeira. E resultou, na prática, que a CUF conseguira, nessa conjuntura particular, dispensar esse factor (actuando em moldes tradicionais) no processo de adopção de tecnologia. Como ficou a figura do consultor nesta situação? A expansão do sulfato de sódio levantara, entretanto, problemas de colocação do ácido clorídrico no mercado. Interpelado no sentido de apontar soluções economicamente viáveis para aplicação deste *by-product*, Herbert Cremer não deixou muito satisfeito o *staff* técnico da CUF-Barreiro, que assim comenta o memorando elaborado pelo consultor inglês: «[...] Fundamentalmente, interessa-nos encontrar uma

aplicação rendosa para o ácido clorídrico, e o Sr. Cremer não parece estar em condições de poder fornecer a informação que lhe foi pedida sobre este assunto [...]. Outras utilizações mais rendosas para o ácido clorídrico poderão encontrar-se, e por isso convinha investigar este assunto completamente, antes de decidirmos a construção duma fábrica de fosfato dicálcico. Parece-nos, no entanto, que deve ser muito difícil ao Sr. Cremer fornecer-nos as informações que nos convêm, e a investigação de que se necessita poderia ser mais rapidamente conseguida por um Serviço de Investigação nosso que se criasse para este e outros assuntos semelhantes»<sup>15</sup>.

A sugestão de um Serviço de Investigação na CUF, feita por parte do eng.º Pessoa Monteiro, é a primeira referência escrita encontrada, feita por parte de um técnico, a aludir explicitamente à oportunidade de criar na empresa um órgão ou uma estrutura que realizasse as tarefas de prospecção de informação em lugar do consultor estrangeiro. Facto é, que um a dois anos depois deste episódio, se criava o serviço de Estudos e Projectos na CUF, um órgão central, que dava assistência aos Centros de Estudo, entretanto desenvolvidos dentro da estrutura das Zonas do Barreiro (ver anexo II, ano de 1953). Os Estudos e Projectos existiram até ao final da década de 50, e antecederam, de alguma forma, a função investigação na CUF, quando esta encontrou campo certo para germinar.

## ANEXO I CRONOLOGIA

**Maiο 1944:** situação/problema na CUF - a capacidade de produção de ácido sulfúrico é manifestamente insuficiente nas instalações existentes. Podendo aumentar-se com relativa facilidade a quantidade de pirite a ustular (eventualmente mediante a instalação de um 5.º forno), tratava-se de se conseguir que as câmaras aguentassem a carga suplementar, sem alteração da cubagem ou diminuição de rendimento e sem aumento da quantidade de nitrato utilizado. Razões: produção intensiva de superfosfato, produção de sulfato de cobre e aumento da procura de ácido concentrado. Previsíveis aumentos ainda por via da futura produção de ácido fosfórico, necessário para o adubo «superfosfato triplo».

O eng.º Madaíl pretende contactar Percy Parrish. A consulta será baseada na leitura do artigo «Liquid phase operation of sulphuric acid chambers gains significance in Europe», Chem. & Met. Eng., 1929, e a propósito da intensificação de processos, procura saber:

→ O necessário para se montarem turbo-dispersores nas instalações produtoras de ácido sulfúrico na CUF-Barreiro;

→ Projectos existentes para transformar as câmaras em torres, em caso de reconstrução das fábricas;

→ Possibilidade de se adicionar uma pequena instalação de catálise de forma a obter-se ácido mais concentrado, face às necessidades futuras de ácido a 60º Bé (~ 78% H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>) para aplicação no fabrico do ácido fosfórico.

• Eduardo Madaíl. Memorando «Ácido Sulfúrico – Aumento de capacidade das fábricas». 13 de Maio de 1944. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Junho 1944:** A CUF já contactou Percy Parrish e este, entretanto, respondeu. Dá, como proposta inicial de trabalho, a montagem, com carácter experimental, de turbo-dispersores nas fábricas de ácido sulfúrico pelo processo de câmaras de chumbo n.º 5 e n.º 6 (aquelas que sendo erigidas ainda ao tempo de Stinville, em 1928, foram as de projecto inicial mais moderno). Madaíl comenta que com os turbo-dispersores a encomendar (10) poder-se-ia obter a quantidade máxima de ácido a 53º Bé (~ 67% H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>) susceptível de ser produzida, 70 toneladas diárias, com 4 fornos a ustular 8,5 toneladas de pirite cada um.

● Eduardo Madail. Memorando de 24 de Agosto de 1944, sobre carta de Percy Parrish, de 12 de Junho de 1944. Proc. 166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Agosto 1944:** CUF encomenda os 10 turbo-dispersores.

→ Manifesta-se a intenção de se instalar uma Concentração Parrish para obtenção de 70 toneladas do ácido mais concentrado, a 60° Bé.

Pede-se ainda:

→ Orçamento para o projecto de conversão das actuais câmaras em câmaras torres, mantendo-se a preferência por uma estrutura base em madeira com revestimento de chumbo;

→ Aconselhamento sobre a questão da recuperação do chumbo das lamas de sulfato de chumbo oriundas das câmaras das fábricas de ácidos.

● Eduardo Madail. Carta a Percy Parrish de 28 de Agosto de 1944 (Cópia). Proc. 166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Setembro 1944:** Percy Parrish começa a enviar os dados procurando responder às diversas solicitações. São tópicos referidos na sua correspondência: Água; Câmaras Torres; Arrefecedores concêntricos; Licença de exportação para os turbo-dispersores; Concentração para o ácido das câmaras. Envia cópias: do arranjo para aplicação dos turbo-dispersores nas câmaras das fábricas de ácido; arrefecedor concêntrico de ácido «Parrish»; método de obtenção de uma junta para uma fenda de chumbo, para o caso das curvaturas dos sifões.

● Percy Parrish. Cartas enviadas ao: Administrador-Gerente da CUF, de 4 de Setembro de 1944; ao Eng.º Eduardo Madail, de 22 de Setembro de 1944 e à CUF, de 29 de Setembro de 1944 (Cópias). Proc. 166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Novembro de 1944:** Parrish envia o manual de operações e de aplicação do sistema de fase líquida «Parrish» para as fábricas de ácido sulfúrico do Barreiro. De acordo com este mesmo manual, cada uma das fábricas de ácido sulfúrico da CUF possuía quatro fornos mecânicos de andares, com uma capacidade nominal de ustulação de 7,5 toneladas de pirites por dia, contendo 48% de enxofre. Aqui (pela 1.ª vez) Parrish apresenta à CUF a proposta de transformação de câmaras em câmaras torres, por forma a tornar possível a aplicação do referido sistema Parrish. Esta adaptação, não é mais do que a divisão das duas primeiras

câmaras de cada unidade, para aumentar a superfície de irrigação (há dois lados extra em cada câmara dividida) dos turbo-dispersores e, conseqüentemente, aumentar a frequência do contacto entre as espécies reagentes na formação do ácido sulfúrico, realizada na interface líquido-gás, assim como melhorar as condições de arrefecimento criadas.

Características do ácido para os turbo-dispersores: 48 a 49° Bé ( $\approx 61\% \text{H}_2\text{SO}_4$ ), com um teor em nitrato de sódio não superior a  $0,2 \text{ Kg/ m}^3$ .

• Percy Parrish. Operating Manual and Application of the «Parrish» Liquid Phase System to your Sulphuric Acid Units. 4 de Novembro de 1944. Proc. 166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Dezembro 1944:** Parrish responde a uma consulta da CUF feita no sentido de se saber que unidade de ácido sulfúrico por contacto resultaria numa manufactura económica, ao que respondeu que seria uma unidade de 30 toneladas por dia. Parrish admite que o teor de arsénio presente nas pirites de S. Domingos poderá acarretar alguns problemas adicionais ao funcionamento de uma instalação deste tipo, ao nível da eficiência e dos custos de operação.

• Percy Parrish. Carta à CUF de 21 de Dezembro de 1944 (Cópia). Proc. 35, Pirites verdes. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

### **Janeiro 1945:**

→ Parrish envia à CUF aspectos da proposta para uma concentração Parrish de ácido sulfúrico: saturex e uma torre de concentração-recuperação. Os materiais envolvidos nestes equipamentos e o trabalho em tijolo refractário para a instalação de queima de óleo estavam a cargo da *General Refractories (Charles Davidson Branch)*, e as várias bombas (de óleo, de ácido, etc.) eram por parte da *Kestner Evaporator & Engineering*.

→ Continua o envio de informação sobre uma instalação de ácido sulfúrico por contacto.

• Percy Parrish. Carta à CUF de 12 de Janeiro de 1945 (Cópia). Proc.166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Julho de 1945:** Parrish ocupava-se com a instalação de sulfato de sódio e ácido clorídrico, mas não conseguia finalizar os desenhos da mesma, por atrasos nas especificações da *Power Plant & Co.*

- Percy Parrish. Carta à CUF de 19 de Julho de 1945 (Cópia). Proc. 5, Análise de Gases. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Agosto 1945:** Parrish recebe a notícia de que o Conselho de Administração da CUF autorizara a instalação de uma fábrica de ácido sulfúrico por contacto de 30 toneladas de MHS por dia. Ocupa-se também de questões ligadas ao mau funcionamento dos electrofiltros (precipitadores electrostáticos da Elex, S. A.) das fábricas de câmaras, prestando aconselhamento sobre o modo e conteúdo das comunicações da CUF para a firma em questão.

- Eduardo Madaíl? Carta da CUF a Percy Parrish de 7 de Agosto de 1945 (Cópia). Proc.5, Análise de Gases. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Janeiro 1946:** Parrish envia *blue prints* do forno mecânico para o sulfato de sódio. Trata de assuntos sobre os arrefecedores dos gases dos fornos.

Inicia-se neste ano o processo que conduz às instalações de ácido sulfúrico pelo processo de câmaras, fábricas n.º 7 (início de laboração em Fevereiro de 1951) e n.º 8 (início de laboração em Setembro de 1948). As duas fábricas têm as seguintes características, em termos de fornecedores de equipamento e *know-how*: bombas – *Kestner*; electrofiltros – *Elex*; Glovers – *Chemical Plant & Sulphur Extraction Co.*; Fornos Herreshoff – CUF.

- Percy Parrish. Carta à CUF de 1 de Janeiro de 1946 (Cópia). Proc.166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Junho 1946:** Duas das fábricas de ácido sulfúrico pelo processo de câmaras já trabalhavam com os turbo-dispersores com muito êxito (a n.º 5 a 2 de Maio e a n.º 6 a 11 do mesmo mês). A CUF aguardava a introdução do 5.º forno em cada uma das fábricas, para enviar mais detalhes a Parrish, já com o aumento de quantidade de pirite queimada (a fábrica n.º 5 trabalhava com 5 fornos desde 12 de Junho ustulando 5 x 7 toneladas/dia de pirites). Estas duas fábricas não tinham as câmaras divididas, e a distribuição dos turbo-dispersores era 2 + 2 + 1, na 1.ª, 2.ª e 3.ª câmaras respectivamente. No futuro próximo, e antes de se entrar em posteriores arranjos, previam-se quatro fábricas de ácido a funcionar

com 5 turbo-dispersores, e as restantes 2 com 4 turbo-dispersores. Em duas das fábricas, iriam proceder à divisão das duas primeiras câmaras.

- Eduardo Madaíl? Carta da CUF a Percy Parrish, de 17 de Junho de 1946 (Cópia). Proc.166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.
- A. Cabral. Carta à secção «Estrangeiro» da CUF, de 19 de Junho de 1946 (Cópia). Proc.166, Turbo-dispersores. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Junho 1947:** A CUF foi informada de que os negócios em curso de Percy Parrish foram assumidos pela *The Chemical Plant & Sulphur Extraction Co. Ltd.*, entre os quais o forno mecânico para o sulfato de sódio. Em carta à *The Chemical Plant*, referem-se 18 turbo-dispersores encomendados em 1946 (10 em Junho e 8 em Dezembro). Os primeiros dez foram para as fábricas em remodelação e os outros oito para as novas fábricas em construção (câmaras n.º 7 e n.º 8).

- ?. Carta da CUF a G. Samuel Mason, director da *The Chemical Plant and Sulphur Extraction Co. Ltd.*, de 20 de Junho de 1947 (Cópia). Proc. 87 (D), Correspondência sobre contratos. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Dezembro 1947:** Faltam os desenhos de montagem da *General Refractories* para a instalação de concentração Parrish, e há material desta que ainda não chegou.

- António Monteiro. Carta à 4.ª Divisão da CUF – Serviços Fabris, de 8 de Dezembro de 1947 (Cópia). Proc. 182, Cimentos antiácidos e refractários. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

### **Julho 1948:**

→ Em curso a instalação da unidade de contacto de 30 toneladas diárias de MHS. A CUF declara-se muito satisfeita com a prestação da *Cyanamid Products* (responsável pela secção da conversão) e pensa, inclusive, atribuir a esta empresa a responsabilidade, para as futuras instalações, das secções visando a ustulação de pirites, purificação de gases e conversão. Pretendem, no entanto, uma primeira opinião, e pedem-na a Herbert Cremer, que já de alguma forma está a tomar conta de alguns assuntos técnicos da CUF-Barreiro à semelhança do falecido Parrish.

→ A CUF notifica H. Cremer sobre a decisão de instalarem duas unidades de ácido sulfúrico por contacto de 50 toneladas por dia em MHS cada, para satisfazerem a manufactura do sulfato de amónio. A CUF tinha trocado alguma



correspondência com este consultor a propósito da questão sobre o tipo de ácido que se devia usar para sulfatar o amoníaco, se o de contacto, se o de câmaras.

→ A CUF manifesta uma preferência aberta sobre as empresas europeias – inglesas ou continentais – devido à dificuldade de que se revestia a obtenção de licenças de importação para materiais provenientes dos Estados Unidos da América. Abriam, porém, excepção para a situação de importação do catalisador. Para as novas fábricas de contacto, Herbert Cremer indica a firma *Simon-Carves*, como uma outra opção a tomar em conta, para além da *Cyanamid* (preferência da CUF). Para as câmaras, recomenda a *Mills-Packard*.

→ A CUF declara-se satisfeita com o funcionamento e rendimento das instalações de ácido de câmaras já com as inovações introduzidas por Parrish, mas queixa-se de aspectos ligados com a mecânica dos turbo-dispersores, construídos por Mrs. *Meldrums, Ltd., Engineering Works*, Timperley (afiliados da Brockhaus, e com contrato com Percy Parrish desde 1932). Está, por isso hesitante na escolha da tecnologia que irá adoptar nas próximas instalações de câmaras, se a *Gaillard-Parrish* ou a *Mills-Packard*.

→ A CUF decide entrar em contacto com a *Simon-Carves* para as questões ligadas às instalações de contacto, por um lado, e com a *Mills-Packard*, por outro, para novas instalações de ácido por câmaras, que ainda pensava construir, para dar resposta ao aumento da produção dos adubos fosfatados. A escolha de fábricas de câmaras prende-se com o facto dos custos de purificação dos gases necessários para o processo de contacto tornar a produção de ácido sulfúrico mais onerosa. Herbert Cremer, referido como consultor de engenharia química da empresa, foi o mediador no processo.

Pedidos:

- Para a *Simon-Carves*: duas unidades de 50 toneladas de MHS, 100% ácido sulfúrico, ustulando pirites. Fornecimento do catalisador de vanádio, licenças, desenhos, experiência técnica e de *engineering*, assim como assistência na obtenção em Inglaterra de quaisquer materiais, maquinaria especial, instrumentação e equipamento de controle, quando não fornecido pela própria empresa. Todo o trabalho (estruturas metálicas, de mecânica ou de fundição) passível de ser realizado pela CUF (em condições económicas) será executado nas oficinas (pois há vantagens pela redução dos custos alfandegários, e pelo evitar do tempo de espera pelas encomendas, exagerado quando enviadas da Inglaterra), mas a *Simon-Carves* antes de colocar a instalação em andamento, deverá realizar um rigoroso exame, a expensas da CUF, no sentido de assegurar que a instalação está em condições de poder iniciar a sua laboração.

- *Para a Mills-Packard*: As mesmas condições relativas a licenças, desenhos, etc. respeitantes a duas unidades com capacidade para produção de 75 toneladas diárias de ácido a 53° Bé, queimando pirites.

• ?. Carta da CUF a H. W. Cremer, de 15 de Julho de 1948 (Cópia). Proc. 81, Planificação da produção. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL. • H. W. Cremer. Carta à CUF, de 22 de Julho de 1948 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL. • ?. Carta da CUF a H. W. Cremer, de 29 de Julho de 1948 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Agosto 1948:** Reuniões conjuntas entre representantes da Divisão de Billingham da ICI e os engenheiros Rocha e Mello e Fernando Monjardino da CUF. Discutem os termos da instalação de uma fábrica de sulfato de amónio no Barreiro, com capacidade inicial para produção de perto de 25.000 toneladas por ano (25 000 toneladas em 230 dias). Para a produção de sulfato de amónio, o ácido de câmaras é de pureza insuficiente, pelo que é necessário utilizar-se o ácido por contacto, de forma a ter-se um produto em condições de competitividade. A CUF informa a ICI da sua pretensão de instalar duas fábricas de ácido por contacto de 50 toneladas diárias em MHS, mas já admite a possibilidade de fazer uma única, de 100 toneladas diárias. O engenheiro João da Rocha e Mello manterá igualmente contacto com a *Simon-Carves* aquando da sua estadia em Inglaterra (18 a 24 de Agosto de 1948), para apurar elementos sobre a proposta da fábrica em questão, de ácido sulfúrico por contacto.

• *Imperial Chemical Industries, Billingham Division*. Carta ao Eng.º Rocha e Melo, de 30 de Agosto de 1948 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL. • *Imperial Chemical Industries, Billingham Division*. Project 02017: Portugal Sulphate of Ammonia Project. Visit of Mr. Rocha e Mello, Companhia União Fabril. Preliminary Statement of Main Decisions reached during Discussions. 30 de Agosto de 1948. Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Setembro 1948:** O material refractário para a instalação de concentração Parrish proveniente da *General Refractories (Charles Davison Branch)* – material de «obsidianite» encomendado pela CUF a 29 de Janeiro de 1945 – estava praticamente pronto e em breve deveria ser embarcado.

• António Monteiro. Carta à secção «Estrangeiro» da CUF, de 24 de Setembro de 1948 (Cópia). Proc. 40, Ácido Clorídrico. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL. • ?. Carta da CUF à *General Refractories Ltd.*, de 24 de Setembro de 1948 (Cópia). Proc. 40, Ácido Clorídrico. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Outubro 1948:** A CUF acorda com a *Simon-Carves* o contrato do projecto da instalação de ácido sulfúrico por contacto para 100 toneladas diárias de MHS (ácido sulfúrico 100%), assim como do fornecimento do material e equipamento que não pudesse ser fabricado em Portugal. A instalação, que virá a ser o Contacto 2, terá 4 fornos mecânicos de 8 andares (construção da *Huntington Heberlein*), capacidade de ustulação de 20 toneladas diárias de pirite cada.

• *Simon-Carves*. Carta ao eng.º J. O. da Rocha e Melo, de 15 de Outubro de 1948 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Março 1949:** Previa-se a entrada em funcionamento das câmaras 9 e 10 para Dezembro de 1951, quando a nova fábrica de Super estivesse pronta. Os prazos para estas novas fábricas seriam então: até Junho de 1949, recepção dos desenhos, e até Junho-Dezembro de 1951, material do estrangeiro.

• *Simon-Carves*. Carta à CUF, de 1 de Março de 1949 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL. • António Monteiro. Carta à 4.ª Divisão e às Oficinas da CUF, de 30 de Março de 1949 (Cópia). Proc. 88, Paragem de máquinas e fábricas. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Agosto 1949:** A CUF-Barreiro envia para Lisboa a informação de que junto com os seis 5.ºs fornos instalados nas seis primeiras fábricas, se tinham instalado nestas fábricas os 28 turbo-dispersores e respectivas bombas e refrigerantes.

• António Monteiro. Carta à 2.ª Divisão – 2.º Serviço (Serviços Forenses) da CUF, de 27 de Agosto de 1949 (Cópia). Proc. do Pedido de Instalação «Ácido Sulfúrico: instalação de seis fornos para ustulação de pirites». Documentação CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Março/Abril 1950:** O eng. António Pessoa Monteiro deslocou-se a Glasgow a fim de ver uma instalação da *Cyanamid* e a *Cheadle Heath* para se reunir com

representantes da *Simon-Carves*, sobre a questão dos desenhos da instalação. Deixou entretanto a H. W. Cremer a programação dos trabalhos para que este se assegurasse junto da *Simon-Carves*, que esta era completamente obedecida. Na sequência disto, Cremer escreve à administração (eng.º Eduardo Madaíl) para que esta chame essa mesma programação, a fim de se tornar mais eficaz a sua acção sobre os *Contractors*.

- António Monteiro. Cartas ao eng.º Rocha e Melo, de 22 e 28 de Março e de 1 de Abril de 1950 (Cópias). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.
- Herbert W. Cremer. Carta ao eng.º Eduardo C. B. Madaíl, de 12 de Abril de 1950 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.
- António Monteiro. Cartas à 4.ª Divisão CUF, de 17 e de 18 de Abril de 1950 (Cópias). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.
- ?. Carta à *Simon-Carves*, de 25 de Abril de 1950 (Cópia). Proc. 123, Contacto 2. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Junho 1950:** A *General Refractories* escreve uma carta à CUF explicando os motivos dos atrasos sobre as encomendas feitas ao tempo de Parrish para a concentração de ácido sulfúrico. Esta instalação era da exclusiva autoria do antigo consultor, e uma sequência de infelizes falecimentos, retiraram de cena quase em simultâneo, o *designer* do projecto e o mestre da *Charles Davison* capaz da execução do modelo. Como Parrish é que tinha uma relação longa e privilegiada com esta fábrica, os seus sucessores (*The Chemical Plant*) nada percebiam deste seu projecto, logo a fábrica de *Davison* adiará sucessivamente a ultimação do mesmo, procurando dar resposta imediata a encomendas mais urgentes.

- C. Kilner (export manager), *General Refractories Ltd.*, carta à CUF, de 14 de Junho de 1950. Proc.182, Cimentos antiácidos e refractários. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Março 1951:** Discute-se a intervenção de um técnico consultor, o Sr. Beechey Lloyd, disponibilizado pela *The Chemical Plant and Sulphur Extraction* para assistir à *mise-en-marche* do forno mecânico de sulfato de sódio. Pede-se a esta firma a revisão do projecto. O início da laboração do forno fora adiado, devido a problemas na instalação de ácido por contacto, que a limitava a montante. Passado este tempo previsto, porém, o Sr. Beechey ficou sem disponibilidade para se deslocar a Portugal na altura em que o forno iria arrancar, pelo que a

CUF solicitou à *The Chemical Plant and Sulphur Extraction* a possibilidade de receber um dos seus técnicos, para que, junto de uma fábrica com uma instalação similar, este pudesse averiguar a melhor maneira de resolver as dificuldades que, entretanto, se tinham apresentado aos técnicos do Barreiro sobre o projecto desta produção.

• Beechey Lloyd. Carta à CUF, de 9 de Março de 1951 (Cópia). Proc. 105, Remodelação do Clorídrico. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL. • António Monteiro. Carta à secção «Estrangeiro», de 13 de Março de 1951 (Cópia). Proc. 105, Remodelação do Clorídrico. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Maiο 1951:** O agente técnico Manuel Mascarenhas chega a Londres para iniciar o seu estágio nas fábricas Berk. Aí se demorou por quatro semanas onde «compareço todos os dias na fábrica indiferente a certa resistência que percebo existir contra a minha estadia [...] confirmo no entanto que tenho toda a liberdade de circular pela fábrica de sulfato de sódio.

A anotar, de agradável, a excelente boa vontade do pessoal de turno, que muito me tem auxiliado. Olhando no entanto as coisas por um prisma de realidade, creio que a essa boa vontade não é estranho o sabor dos nossos cigarros ... o meu stock esgotou-se num terço do tempo que eu tinha avaliado mas paciência... Para colher é preciso semear...».

• Manuel Mascarenhas. Carta à Zona Ácidos, de 5 de Maio de 1951 (Cópia). Proc. 105, Remodelação do Clorídrico. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

**Junho 1951:** A propósito de um pedido de consulta da CUF para o estudo económico de uma instalação de sulfato de sódio/ácido clorídrico, pedindo-se: a) Preço nos mercados mundiais do sulfato de sódio; e b) Aplicações possíveis para o ácido clorídrico, e correspondente preço de venda, Cremer envia para a CUF informação detalhada sobre a manufactura de sulfato de sódio, e ácido clorídrico como *by-product*, mas não responde em concreto a nenhuma das perguntas feitas.

• Herbert W. Cremer. Carta à CUF, de 26 de Junho de 1951 (Cópia). Proc. 105, Remodelação do Clorídrico. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.

## ANEXO II

### CUF – ELEMENTOS DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

**1943**

As actividades e serviços da Empresa são organizados em Divisões. Cada Divisão é dirigida por um membro da gerência e estruturada em Serviços, Secções e Subsecções.

Criada a 1.<sup>a</sup> Divisão dos Serviços da C.U.F. - Serviços de Coordenação, Serviços de Contabilidade, Serviços de Tesouraria e Serviços de Estatística.

**(Ordem de Serviço n.º 1, de 1 de Outubro)**

Criada a 2.<sup>a</sup> Divisão dos Serviços da C.U.F. - Serviços Sociais e Serviços Forenses.

**(Ordem de Serviço n.º 3-A, de 12 de Novembro)**

**1948**

Chefes de Serviço nas Fábricas do Barreiro: Eng.º Henrique Marques Pereira, Sr. Félix da Costa, Eng.º Emílio Pedroso, Sr. Luís Guerreiro, Eng.º Máximo Pinto, Eng.º Ruy da Motta Guedes, Eng.º Luís Alves, Eng.º António Pessoa Monteiro, Eng.º Frederico de Sousa, Eng.º Faustino de Sousa, Eng.º Gonçalves, Dr. Amaral, Dr. Portela Gomes e Eng.º Rui Teixeira Lopo.

**(Nota ao aditamento à Ordem de Serviço n.º I/1948, de 23 de Janeiro de 1948)**

**1950**

Organização dos Serviços Técnicos de Produção e Conservação:

- Nos **Serviços Técnicos de Produção**, cria os lugares de chefes de Zona e agrupa as instalações fabris em seis zonas: Zona Ácidos; Zona Adubos; Zona Cobre; Zona Norte; Zona Metal-Mecânica; Zona Têxtil.
- Nos **Serviços de Conservação e Obras**, cria o lugar de chefe dos Serviços de Conservação e Obras da Fábrica, equiparado ao de chefe de Zona.
- No **Laboratório Químico e Industrial**, cria o lugar de direcção equiparado a adjunto de chefe de Zona.

**(Ordem de Serviço de 17 de Fevereiro)**

## 1951

Organização dos Serviços Gerais e da Direcção da Fábrica - Complemento da O. S. anterior:

- **Serviços Gerais** (na dependência directa da Direcção): Serviço de Expediente; Serviço de Pessoal; Serviços Sociais; Serviço de Contabilidade; Serviços Comerciais; Serviço de Segurança – Guarda - Bombeiros;
- **Direcção da Fábrica:** Criado o lugar de subdirector e definidas as respectivas funções.

**(Ordem de Serviço de 3 de Janeiro)**

Criação do «Serviço de Organização do Trabalho»; regulamentado o referido serviço; nomeado o 1.º director, o Eng.º Raul Fontoura.

**(Ordem de Serviço n.º 55, de 9 de Maio)**

## 1952

Criação, em Lisboa, da **Direcção Técnica**, com o fim de exercer a orientação das actividades industriais da Companhia. Substitui e amplia as funções da antiga 4.ª Divisão, que é extinta.

**(Comunicação às Fábricas do Barreiro de 14 de Novembro)**

## 1953

Em virtude da necessidade da existência de um órgão central que, no Barreiro, desse assistência aos Centros de Estudo, cria-se um novo Serviço, denominado «Estudos e Projectos», que viria a ser o gérmen do futuro Centro de Investigação.

A par da assistência que presta aos Centros de Estudo, este Serviço dedica-se também ao estudo de problemas de ordem geral (poluição, corrosão, etc.) e satisfaz ainda outro objectivo de grande importância: a formação, em contacto com a actividade fabril, de elementos capazes de serem integrados num futuro organismo de Investigação.

Orgânica da 1.ª Fase da Secção de Estudos e Projectos; os Estudos e Projectos têm a contribuição dos especialistas das secções e do organismo central.

**(Ordem de Serviço n.º VI, de 13 de Agosto)**

## Notas

<sup>1</sup> O «Grau Baumé» (°Bé) é uma unidade antiga ainda muito utilizada na década de 50 para caracterizar, em termos da sua densidade, o ácido sulfúrico (produto industrial) resultante do procedimento de câmaras. A escala Baumé foi desenvolvida pelo químico francês Antoine Baumé (1728-1804) que inventou o aerómetro de seu nome. O uso desta escala oferece limitações, pois só pode incluir concentrações de ácido sulfúrico até cerca de 93% em  $H_2SO_4$ , porque a partir deste valor, a densidade do material não é unicamente função da concentração desta substância na mistura em questão. Assim, com o desenvolvimento e expansão do procedimento de contacto que oferecia ácido com concentrações superiores a 93%, o uso da escala Baumé foi sendo abandonado, passando-se a especificar a concentração de ácido sulfúrico mediante a designação em % de MHS.

<sup>2</sup> Percy Parrish (1884-1947) nasceu em Dewsbury, condado de Yorkshire, em Inglaterra. Iniciou os seus estudos técnicos na *Dewsbury Technical School*, e formou-se na Universidade de Leeds. Em 1900 foi admitido como químico na *J. Brown & Co., Ltd.* (Dewsbury); em 1914 era o director e químico-chefe da *Eaglescliffe Chemical Company's Work* e, em 1915, assumiu a direcção técnica das fábricas de ácidos e amónia na *South Metropolitan Gas Company* em Greenwich, um cargo que manteve até ao final da sua vida. Era membro do *Institute of Chemistry* desde 1918, entre outros cargos distintivos. (Robin Mackie; Gerrylynn K. Roberts, «Career patterns in the British chemical profession during the twentieth century». Comunicação apresentada ao XIIIth Economic History Congress, Buenos Aires, Julho 2002).

Herbert William Cremer (1893-1970) nasceu em Faversham, no condado de Kent, em Inglaterra. Entre outras coisas, foi químico responsável (1915-1917) no *Department of Explosives Supply (TNT Section)* e director (1928 a 1939) do *King's College of London*. De 1939 a 1945 trabalhou na *Sir Alexander Gibb & Partners* como engenheiro químico. Teve vários cargos de relevo em associações e instituições académicas, ligadas à Química e à Engenharia química; medalha Osborne Reynolds, da *Institution of Chemical Engineers*, em 1933. Autor da *Chemical Engineering Practice* (12 volumes) London Butterworths Scientific Publications, 1956 (The Open University, *Biographical Database of the British Chemical Community, 1880 – 1970*, on-line).

<sup>3</sup> Foi factor de primeira ordem, para esta mudança tecnológica, a CUF ter passado a produzir adubos azotados, neste caso, o sulfato de amónio, quando antes apenas o comercializava (a CUF era a representante da *ICI-Imperial Chemical Industries*, na venda de sulfato de amónio em Portugal). À vantagem de fazer o caminho «produzir ácido concentrado e a seguir diluição» em detrimento da velha opção «produzir ácido diluído e depois concentração», juntou-se também a questão das impurezas do «ácido de câmaras» (que conferiam mau aspecto ao adubo azotado, tornando-o pouco atractivo ao cliente) e ainda a coincidência na solução adoptada pela concorrência (AP-Amóniaco Português), que era efectivamente, o de utilizar ácido de contacto na transformação do amóniaco para se obter o sulfato de amónio.

<sup>4</sup> Sendo, para estas situações, o ácido sulfúrico obtido em mistura com a água e impurezas, uma composição quantitativa de 98% refere-se a um material que contém 98 partes em massa de ácido sulfúrico puro ( $H_2SO_4$  apenas), em 100 partes em massa de mistura. Utiliza-se a entidade «monohidrato sulfúrico», ou abreviadamente, MHS, para especificar a quantidade produzida em termos equivalentes de  $H_2SO_4$  (ácido sulfúrico puro), isto é a 100%.

<sup>5</sup> Na remodelação da fábrica de Contacto 2, a CUF desenvolveu um processo de recirculação em que parte dos gases sulfurosos produzidos na ustulação eram arrefecidos e depois reintroduzidos no forno, mas nos andares correspondentes aos dois terços superiores do mesmo, evitando deste modo que o arsénio volátil neles contido (na forma de  $As_2O_3$ ) fosse fixado no óxido de ferro ( $Fe_2O_3$ ) existente nos andares inferiores, facto que, a acontecer, por ser irreversível, resultaria num dramático efeito em termos da possibilidade de utilização deste óxido para fins siderúrgicos. A reintrodução dos gases sulfurosos no forno destinava-se a promover um necessário arrefecimento do mesmo, devido ao aumento da capacidade de ustulação que lhe tinha sido



imposta. A questão do desenvolvimento de «Tecnologia CUF» na ustulação de pirites arsenicais pode ser apreciada em J. M. Leal da Silva; Isabel Cruz; Gilberto Gomes, «The roasting of pyrites containing arsenic: a case study (Barreiro, 1950 – 1972)», *In Isabel Malaquias; Ernst Homburg; M. Elvira Callapez (ed.), Proceedings. 5th International Conference on History of Chemistry: Chemistry, Technology and Society*. Aveiro, Sociedade Portuguesa de Química, 2006, pp. 386-395.

<sup>6</sup> Isabel Cruz, «Technological transfer issues: Percy Parrish advising at 'CUF, Companhia União Fabril' (40's twentieth-century)». *In José Ramón Bertomeu-Sánchez; Duncan Thorburn Burns; Brigitte Van Tiggelen (eds.), Proceedings. 6th International Conference on the History of Chemistry: Neighbours and Territories; the evolving identity of chemistry*, Louvain, Mémosciences asbl, 2008, pp. 497-504.

<sup>7</sup> O eng.º Eduardo Madaíl esteve, desde bem cedo, consciente das profundas modificações introduzidas no conceito de engenheiro químico a partir da Primeira Guerra Mundial: «o título de engenheiro químico tem hoje um significado profundamente diferente do que tinha antes da Grande Guerra. Nesse tempo era, sobretudo, ao adjectivo que se dava realce e o engenheiro químico, antes de mais nada, era um químico que se ocupava de problemas de produção; a esse género de técnicos se dá hoje com mais propriedade o nome de químico industrial.

A evolução das condições económicas durante e, sobretudo, depois da Grande Guerra obrigou a indústria a procurar outra espécie de técnicos, os engenheiros químicos com predomínio do substantivo, isto é, *engenheiros* que se ocupassem de problemas de química industrial; a engenharia química passou então a constituir um dos ramos da engenharia». (Cf. Eduardo Madaíl, «A educação do engenheiro químico», *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Separata n.º 24, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1938, p. 1).

<sup>8</sup> Eduardo Madaíl foi nomeado administrador da CUF em 1942 e João da Rocha e Mello, em 1959. Em 1937 o eng.º Madaíl era o secretário da gerência, exercendo funções de administração, e em 1943, o adjunto do director técnico e comercial, que era D. Manuel de Mello (ver Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF/QUIMIGAL, Órgãos Sociais 1865 – 1997: Companhia União Fabril, SARL, QUIMIGAL, EP e QUIMIGAL, SA. Barreiro, Dezembro de 2002. Arquivos da CUF/QUIMIGAL e em J. M. Leal da Silva, Notícia sobre os *engenheiros da CUF em 1956*; este último trabalho on-line no blogue do Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF/QUIMIGAL, em [www.fabricasol.blogspot.com](http://www.fabricasol.blogspot.com)).

A estreita colaboração entre ambos os técnicos já devia remontar de longe, pois o eng.º João da Rocha e Mello, admitido na CUF-Barreiro em 1925, esteve, a partir de 1927, muito próximo do seu director, que era Eduardo Madaíl (1926-1929). O eng.º João da Rocha e Mello, por sua vez, foi o director das fábricas do Barreiro, de 1930 a 1943. Neste último ano foi nomeado director técnico da Companhia, e por isso mesmo, transferido para a Sede, em Lisboa, onde continuou a colaborar directamente com o eng.º Eduardo Madaíl, na 4.ª Divisão.

<sup>9</sup> De acordo com informação recolhida das Ordens de Serviço CUF, a organização da CUF em Divisões remonta a 1943, altura em que foram criadas a 1.ª e a 2.ª (ver anexo II, ano de 1943). Ainda que não se conheçam as ordens de serviço que criaram as restantes, 3.ª e 4.ª, sabe-se que a 4.ª Divisão, dos Serviços Fabris, foi extinta em 1952, quando se criou a Direcção Técnica em Lisboa (ver anexo II, ano de 1952). A Secção «Estrangeiro» deveria fazer parte da 4.ª Divisão.

<sup>10</sup> O termo, particularmente expressivo, é do eng.º José Amaral Mântua (entrevista ao Grupo de Trabalho do Arquivo da CUF/QUIMIGAL, em 26 de Maio de 2008), que dele se serviu para caracterizar uma época um pouco mais avançada na CUF, mas que se considera oportuno também aqui o utilizar.

<sup>11</sup> Esta ideia já foi anteriormente defendida para a figura de Eduardo Madaíl em Gilberto Gomes; Isabel Cruz; J. M. Leal da Silva, «Aspectos e antecedentes de uma 'escola químico-metalúrgica' da Companhia União Fabril, CUF, no Barreiro – século XX», *in* Maria Helena Roxo Beltran, José Luiz Goldfarb (orgs.), *Anais da XIV Reunião da Rede de Intercâmbios para a História*

e *Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas*. S. Paulo, CESIMA/Pontifícia Universidade Católica SP - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência, 2004, pp. 68-71.

<sup>12</sup> António Pessoa Monteiro poderá ter sucedido, no Barreiro, a Armando de Almeida Cabral, engenheiro químico-industrial formado no Instituto Superior Técnico. O eng.º Cabral foi admitido na CUF- Barreiro em 1943 e saiu, voluntariamente, em 1946.

<sup>13</sup> Apesar de, já em Dezembro de 1946, se terem feito encomendas de material refractário antiácido em «Obsidianite» à *General Refractories, G. R.*, para a Concentração «Parrish», o facto é que, cerca de cinco anos depois desta data, se afirmava que a instalação ainda não fora concluída por falta de material refractário para a construção respectiva, devido a problemas de envio de material da firma em questão, para a CUF. Em Maio de 1951, em carta para a CUF (ver anexo 1), a *G. R.* avançava um conjunto de razões justificativas de todas as perturbações e atrasos que se tinham verificado ao longo do processo de instalação da Concentração Parrish, nomeadamente o facto de se estar a fazer sentir uma grande procura de blocos para fornos de cimento por parte das fábricas de cimento, o que provocara um curto-circuito na produção de material antiácido. (Correspondência entre P. Parrish, a CUF e a *General Refractories Ltd*, Janeiro de 1945 a Julho de 1952. Processo 182, Cimentos anti-ácidos e refractários. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL).

<sup>14</sup> Para um maior conhecimento do modo de funcionamento da estrutura fabril do Barreiro em Zonas, em termos dos vários postos no esquema da organização, e da articulação com os Centros de Estudo e depois com o serviço «Estudos e Projectos», consulte-se de J. M. Leal da Silva, Gilberto Gomes e Isabel Cruz, «Sobre o complexo industrial da CUF no Barreiro», in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, vol. III *Grandes Temas*, Lisboa, D. Quixote, 2005, pp. 252-255.

<sup>15</sup> Cf. António Pessoa Monteiro. Carta para a 4.ª Divisão, CUF, assunto «Aplicações para ácido clorídrico e sulfato de sódio», de 26 de Junho de 1951. Documentação ex-DQIM, CUF. Arquivos da CUF/QUIMIGAL.



**ARQUITECTURA E URBANISMO  
NA INDÚSTRIA: VILAS OPERÁRIAS,  
MOVIMENTOS SOCIAIS, PLANOS  
E PATRIMÓNIO**



# La cité ouvrière en Lorraine, une expérience française significative

*Chloé Demonet\**  
*Pierre-Yves Caillaud\*\**

---

L'histoire industrielle de la Lorraine débute au XVIII<sup>ème</sup> siècle, avant même que ce duché, indépendant, ne soit rattaché au royaume de France. Les ressources naturelles et la position stratégique de cette région frontalière en font un terrain favorable au développement d'une industrie, qui de caractère rural se transformera rapidement au cours du XIX<sup>ème</sup> siècle pour faire de la Lorraine une des premières régions sidérurgiques d'Europe.

Les moyens modernes de production modifient en profondeur l'organisation quotidienne du travail, et les modes de vie d'une nouvelle classe professionnelle, les ouvriers. En logeant la main-d'œuvre sur place on augmente la rentabilité de l'entreprise tout en gardant le contrôle sur une population mixte et souvent imprévisible. Un nouveau mode d'habitat est ainsi créé, avec son architecture spécifique qui va évoluer, en Lorraine, de la première moitié du XVIII<sup>ème</sup> siècle aux années Cinquante du XX<sup>ème</sup> siècle. De la manufacture aux cités-jardins, jusqu'aux Habitations à loyer modéré, la cité ouvrière sera le terrain

---

\* Historienne.

\*\* Architecte en Chef des Monuments Historiques.

d'expérimentation d'un habitat collectif placé sous le patronage de l'entreprise qui le met en œuvre dans le but de servir sa productivité.

Notons qu'en 1867, une enquête menée à l'occasion de l'Exposition Universelle montre que la moitié des «cités usines» de France sont situées dans le nord-est du pays et dans les Vosges.

Trois périodes peuvent être distinguées dans le cas de la Lorraine : l'industrie rurale avec l'exemple de Bains-les-Bains, premier exemple où le logement ouvrier fait partie du programme architectural de l'ensemble industriel. Au cours du XIX<sup>ème</sup> siècle on constate l'avènement de la Cité industrielle qui propose, au-delà du logement ouvrier, des structures collectives et un espace urbain spécifiques, souvent créés *ex-nihilo*. Enfin on aboutit au début du XX<sup>ème</sup> siècle à des solutions de logement plus individualisées, avec les cités-jardins ou un habitat de type «pavillonnaire», qui continuent toutefois de refléter dans son organisation la hiérarchie de l'usine.

Sous l'Ancien Régime, dans une France essentiellement agricole, l'atelier est le principal lieu de la production. L'artisan a quelques employés qui vivent bien souvent sous son toit et qui exécutent le même travail que lui. Avec l'apparition de la manufacture, l'échelle de la production change nettement, mais l'absence de machines ne modifie pas un mode de production artisanal. Apparaissent des bâtiments «industriels» spécifiques (Corderie de Rochefort, ou Manufacture des Gobelins) mais à part le directeur, souvent logé sur place, les «ouvriers» sont des habitants de la région qui gardent leur logement au village ou à la ferme.

Toutefois et quelquefois, le logement des ouvriers fait partie du programme architectural. La célèbre saline d'Arc-et-Senans construite par Claude-Nicolas Ledoux entre 1775 et 1779 en est un exemple type, avec, outre les bâtiments de production et d'administration, un bâtiment du directeur mais aussi la Tonnellerie et les Berniers abritant chambres pour ouvriers et salle collective pour les repas.

En Lorraine ce type de programme est mis en œuvre dès 1733 à la Manufacture Royale de fer blanc de Bains-les-Bains. Le site isolé et la main d'œuvre pour beaucoup étrangère (venant d'Allemagne notamment) contribue à la mise en place d'un site autonome. Les premiers bâtiments destinés au logement ouvrier sont mis en œuvre lors de la construction de la Manufacture, puis d'autres seront construits avec l'augmentation des besoins en force de travail. Au milieu du XVIII<sup>ème</sup> siècle, se sont six cents ouvriers qui travaillent et logent sur le site. Les bâtiments d'habitation sont de plusieurs types. Les premiers logements ouvriers sont aménagés à l'étage de l'étamerie et ne comportent

qu'une seule pièce, s'inscrivant ainsi dans une tradition encore artisanale. Dès 1737 des bâtiments spécifiques sont construits et l'habitat ouvrier s'améliore, avec plusieurs petits appartements insérés dans des blocs à un étage. Des barres de logements sont ajoutées au site au cours du XVIII<sup>ème</sup> siècle. Elles se développent en longueur et ne comportent qu'un étage. Chaque appartement comprend deux pièces en largeur, une cave et un grenier. Une autre barre est bâtie dans le premier quart du XIX<sup>ème</sup> siècle : deux immeubles symétriques de dix logements chacun encadrent une maison comprenant trois appartements de contremaître. L'habitat est en effet hiérarchisé sur le site en correspondance avec l'organisation de la manufacture. On trouve ainsi, au-delà du logement ouvrier, une maison pour les commis, une maison de maître avec ses dépendances, ainsi qu'une chapelle. Avec la ferme et la boulangerie, la chapelle participe de la pleine autonomie d'un site où toute une communauté de travailleurs peut vivre collectivement en autarcie, et qui s'annonce comme précurseur de la Cité industrielle développée un siècle plus tard.

Au début du XIX<sup>ème</sup> siècle, l'Âge industriel est caractérisé par une modification des moyens de production avec l'introduction de la machine et la naissance de l'usine. L'échelle de la production évolue progressivement avec une mécanisation généralisée. Dans les Vosges, l'atelier de tissage deviendra filature ; les paysans déjà familiarisés au travail du textile fournissent une main-d'œuvre qualifiée aux entrepreneurs de la région pour utiliser des machines tirant leur énergie de la roue, puis de la turbine, donnant ainsi naissance à l'industrie textile vosgienne. Dans le nord de la région, l'exemple de la famille Wendel est emblématique de la naissance d'un groupe industriel trouvant sa source dans l'artisanat ; Jean-Marie Wendel, fondateur de la dynastie, crée en effet une forge à Thionville en 1704 et ses descendants l'agrandiront jusqu'à en faire une des plus importantes entreprises sidérurgiques françaises.

Cette évolution donne naissance à un espace spécifiquement industriel composé d'usines et d'entrepôts, associés à de nouvelles voies de circulation (réseaux ferré, routier, fluvial). L'usine quitte les centres-villes pour rejoindre les faubourgs. L'afflux d'une population souvent étrangère à la région du lieu de production pour satisfaire le besoin d'une main d'œuvre abondante pose le problème du logement ouvrier.

La nécessité de construire des ensembles urbains pour loger cette population nouvelle s'inscrit dans un contexte où s'opposent la stricte logique de rentabilité des entreprises nouvellement créées et l'évolution politique et sociale favorisant la diffusion des idées progressistes. Le «Phalanstère» de Fourier publié en 1832 marquera la classe politique ; le Prince Président Louis Napoléon



ira jusqu'à créer un phalanstère ouvrier à Paris, rue Rochechouart, en 1849-53, donnant suite à la proposition du Gouvernement provisoire, en mars 1848, de bâtir un phalanstère dans chaque quartier de Paris pour lutter contre les taudis et la voracité du propriétaire «vautour». Mais la seule «cité ouvrière» créée en France sur le modèle de Fourier par un industriel est le Familistère de Guise (Aisne) par A. Godin et conçu par l'architecte E. André en 1859.

Au-delà de ces tentatives idéalistes, se développe dans la première moitié du XIX<sup>ème</sup> siècle la Cité industrielle. Son apparition est liée, en Lorraine, à l'essor de l'activité sidérurgique des usines Wendel. Dans un milieu rural, des formes d'habitation nouvelles sont créées pour loger et fixer la main-d'œuvre. Trois étapes peuvent être distinguées entre 1847 et 1945: tout d'abord les «Caserne», qui contiennent une soixantaine de logements et quelques équipements collectifs. Ces éléments, identiques et accolés, forment des barres rectilignes pouvant atteindre les deux cents mètres de long, sur un ou deux niveaux, et sont construits entre 1847 et 1856.

Ces premières habitations ouvrières s'avèrent rapidement insuffisantes face au succès de l'entreprise Wendel. La famille d'industriels décide alors de créer une ville pour ses ouvriers. C'est un nouveau type d'organisation, avec une certaine centralité dans le paysage industriel. Stiring-Wendel comporte une trame de cinq rues parallèles, coupées par une perpendiculaire. A Petite-Rosselle, le site très accidenté a conditionné une trame différente, avec les équipements (école, presbytère, cercle des ingénieurs, salle de réunion, maison du directeur) placés symétriquement sur une place et l'église au centre. D'autres petites cités gravitent autour de ces deux plus importantes. Il ne s'agit plus seulement de loger les ouvriers, mais d'encadrer leur vie, leur formation et leur temps libre, dans une démarche toute paternaliste et rigoureusement catholique. Les équipements collectifs sont inclus dans un programme urbain prédéfini. Les rues portent des noms de saints-patrons de l'industrie familiale. A Joeuf, le directeur se fait construire un château, éloigné de la cité Génibois, mais bien visible depuis celle-ci.

Cette forme de ville est jugée trop chère par ses créateurs, qui imaginent un autre type d'organisation, la «colonie» ou la «cité». Il s'agit de groupes de maisons construites selon un plan rigide, formant un ensemble autonome, avec ses équipements. On les place près des sièges d'exploitation ou près des voies ferrées afin d'être au plus proche du lieu de travail.

Dans la «ville» comme la «cité», plusieurs types de logement ont été utilisés. En premier lieu, le type groupé: des bâtiments de quatre logements qui ont encore les caractéristiques du type caserne et déjà celles du type jumelé.

Puis, le type jumelé ou individuel : des bâtiments de petites dimensions de deux, quatre, huit logements. Il se définit en fonction de ses rapports avec la rue (type utilisé surtout entre le milieu du XIX<sup>ème</sup> siècle et 1914) ou avec le jardin (utilisé surtout après 1914, il place les bâtiments en quinconce ou alignés parallèlement à la route).

L'architecture de la cité ouvrière s'adapte à la hiérarchie de l'usine, mais aussi à la situation familiale des ouvriers. La cité de Gouraincourt construite entre 1882 et 1893 par la Société des Acières de Longwy, et agrandie entre 1900 et 1930, témoigne de cette organisation. La maison de Direction est un petit château bourgeois, isolé dans son jardin. L'ingénieur en Chef a lui aussi droit à sa maison individuelle, tandis que les ingénieurs et employés bénéficient de maisons jumelées. Le projet du début du XX<sup>ème</sup> siècle prévoit pour les familles d'ouvriers un véritable lotissement de maisons accolées, placées sur de longues parcelles avec le jardin à l'arrière. Les ouvriers célibataires sont eux logés dans un habitat collectif. Un type intéressant est ainsi créé à Homécourt en 1898: l'Hôtel des Ouvriers regroupe une structure de logement collectif, une cantine et une chapelle. Un autre exemple significatif de l'adaptation du logement ouvrier à la cellule familiale se situe aux cités Brabant de Tucquegnieux, où l'on construit dès 1913 les «pigeonniers», un alignement de logements avec cuisine au rez-de-chaussée et pièce unique à l'étage, spécifiquement destinés aux jeunes couples sans enfant.

Les équipements collectifs créés par l'entreprise permettent non seulement le fonctionnement de la cité mais aussi de contrôler le quotidien et les loisirs des ouvriers. La cité de Gouraincourt est ainsi pourvue d'un éconamat, d'équipements d'enseignement et de formation (école primaire, garderie, école professionnelle), d'une église pour le culte catholique et d'une salle de spectacle. Ces constructions sont le symbole de l'organisation de la vie ouvrière sur les schémas dictés par les dirigeants de l'entreprise. Ils sont en ce sens plutôt pourvus d'une certaine qualité architecturale et esthétique. La salle des fêtes de la cité de la BTT à Thaon-les-Vosges, construite vers 1910 nous donne ainsi l'exemple d'un luxe architectural inégalé.

L'annexion d'une partie de la Lorraine et le flux migratoire qu'elle entraîne est une étape importante dans l'histoire des cités ouvrières. Elle implique aussi le développement de l'industrie textile sur le versant occidental des Vosges. A partir de ce moment les cités sont construites en abondance. Régularité du plan et répétition des formes architecturales font que la cité ouvrière s'impose à son environnement, souvent rural. Toutefois, peu avant la première guerre mondiale cet aspect monotone est brisé dans les nouvelles cités par la mise

en œuvre de tracés curvilignes des voies de desserte et par un élargissement de l'espace. Le concept de cité-jardin commence à être plus largement mis en œuvre pour le logement ouvrier, tout en continuant d'appliquer une hiérarchisation de l'habitat et sans négliger les équipements collectifs. L'aménagement paysager est désormais pris en compte, et le logement ouvrier bénéficie d'un jardin, souvent utilisé comme potager. Les maisons des employés, des ingénieurs, ont un jardin d'agrément.

Dès le début du xx<sup>ème</sup> siècle la cité des Trois coronas à Homécourt rassemble des blocs de huit logements traversant ayant chacun leur jardin de l'autre côté de la rue, et placés en quinconce. L'agrément du jardin améliore le quotidien. Les sanitaires, habituellement situées dans le jardin sont aménagés dans un appentis situé à l'extrémité de chaque bloc. Le même type de schéma est mis en œuvre aux cités Sainte Marie à Auboué en 1931, mais il s'agit ici non plus de blocs mais de maisons jumelées. Elles comportent un appentis de chaque côté et des jardins situés à l'arrière, au-delà d'une allée de distribution.

Une véritable synthèse de l'évolution des cités ouvrières est réalisée en 1932 sur le site de Bataville. T. Bata importe le modèle déjà appliqué à Zlín en République Tchéque, d'un complexe urbain et industriel cohérents. La cité est construite sur les plans de František Lydie Gahura, architecte Tchéque, élève de Le Corbusier. En 1939, deux cent soixante seize logements et sept bâtiments pour célibataires abritent une population de plus de huit cents personnes. La ferme-modèle située plus au nord alimente la cantine. Là encore hiérarchie sociale et structure familiale se reflètent dans l'architecture du site. Les familles d'ouvriers ont de petites maisons jumelées ou de petits logements à quatre étages, pourvus d'un jardin. Les célibataires sont logés dans des bâtiments collectifs, et un hôtel permet d'accueillir les nouveaux arrivants ou les ouvriers de passage. Les cadres bénéficient de maisons individuelles, d'une meilleure qualité architecturale. C'est une architecture moderne, de brique et de béton, dont les éléments sont fabriqués sur place, appliquée dans la zone résidentielle comme dans la zone industrielle. Les équipements collectifs (sportifs et de loisirs, école), les bureaux, ateliers, centre de formation sont bâtis dans le même style architectural. Seules les constructions postérieures à l'établissement de la cité diffèrent (maisons de cadres 1947-55, église 1964-66).

Après la seconde guerre mondiale on note une évolution dans le logement ouvrier, qui commence à être construit sur des initiatives publiques, et non plus uniquement par l'usine toute puissante.

Vers 1930 débutent les constructions d'Habitations à bon marché (HBM), en application de la loi Siegfried, pourtant votée depuis 1894. La cité

de la Petite Fin d'Homécourt est ainsi agrandie de logement HBM (1929), qui prennent la forme de maisons jumelées agrémentées de leur jardin.

À Silvange, la cité des «Castors» est bâtie à partir de 1952 par les ouvriers eux-mêmes, regroupés en mouvement «Castors», avec des financements CODAL (Comité d'aide au logement) ou CAF (Caisse d'allocations familiales). Les maisons, construites *ex-nihilo* en forêt ont un plan jumelé et comportent deux niveaux. Elles sont agrémentées d'un jardinet sur rue et d'un jardin à l'arrière.

Notons que lorsque Le Corbusier conçoit l'Unité d'Habitation, c'est dans le but de concilier l'habitat collectif largement illustré par les HBM des années Trente et la cité ouvrière qui ménageait une large place au rapport avec la nature.



**Fig. 1 – Bain les Bain 18<sup>ème</sup>**



**Fig. 2 – Exemple de cités ouvrières**



**Figs. 3 e 4 – Cités ouvrières. Gouraincourt**



**Figs. 5 e 6 – Cités ouvrières. Bataville**



**Figs. 7 e 9 – Cités ouvrières. Homécourt**

# Las colonias industriales en Cataluña

*Pere Vall Casas\**

---

## 1 – Introducción

El Plan director urbanístico (PDU) de las colonias del Llobregat pertenece a una nueva generación de planes supramunicipales impulsada por el Gobierno de la Generalitat de Catalunya durante la legislatura 2003-07, con el fin de resolver los retos derivados del funcionamiento cada vez más integrado del territorio. Estos planes establecen marcos urbanísticos de referencia general para la coordinación del planeamiento de los municipios integrantes, y se dirigen hacia la ordenación de las áreas urbanas más complejas, los territorios sometidos a mayor presión urbanística, y los espacios de especial valor ambiental y patrimonial (Nello, 2006). El PDU de las colonias del Llobregat aborda la preservación de un paisaje cultural singular (Generalitat de Catalunya, 2007). El presente trabajo analiza este plan en el marco de un proceso abierto de desarrollo territorial (Vall, 2004), valora la idoneidad del PDU como figura intermedia entre el planeamiento territorial y el municipal, y revisa las bases metodológicas empleadas.

---

\* Arquitecto.



## Àmbito

El valle del río Llobregat al pie de las primeras estribaciones del Prepirineo es el ámbito objeto del PDU de las colonias del Llobregat. Se trata de una unidad geográfica caracterizada por el valor patrimonial de su secuencia de colonias textiles (ver Fig. 1). Edificios de viviendas, equipamientos y fábricas configuran conjuntos urbanos con grados variables de complejidad y autonomía (Serra, 2000). Se identifican dieciocho piezas a preservar de consistencia diversa articuladas a lo largo de veinticuatro kilómetros del curso fluvial, donde habitan repartidos unos dos mil habitantes. El PDU coordina este sistema urbano extendido sobre nueve municipios ribereños (ver Fig. 2).

El Consorcio del Parque fluvial del Llobregat impulsa actualmente la revaloración y preservación de este tramo fluvial. Se trata de un ente supramunicipal constituido el año 2003 y encargado de promover las líneas de trabajo contenidas en el «Plan Estratégico para el desarrollo del Parque fluvial Navàs-Berga»: impulsar la actividad turística, impulsar la actividad productiva de calidad, preservar y difundir el patrimonio cultural y natural, impulsar la gestión y el planeamiento conjunto del parque (Vall / Miralda, 1999). Forman parte del Consorcio los ayuntamientos implicados, la Generalitat de Catalunya, la Diputación de Barcelona, el Consejo Comarcal del Berguedà y diversas entidades representativas de la sociedad civil local.

### **Contexto. El Parque fluvial del Llobregat (1997-2007)**

El ámbito territorial del PDU ha sido objeto de investigación y acciones a favor de su preservación, emprendidas desde el año 1997 por el Patronato del Parque fluvial Navàs-Berga y desde el año 2003 por el Consorcio del Parque fluvial del Llobregat (Vall / Miralda, 2002). La iniciativa del Parque fluvial nace con el impulso de la sociedad civil local a partir de la toma de conciencia del valor singular de su territorio. Se trata de un episodio de recuperación de un paisaje cultural que participa del tópico general propio de estos casos: el reconocimiento del patrimonio como instrumento de desarrollo territorial (Alanen / Melnick, 2000). El turismo cultural ha sido la línea de trabajo predominante durante los primeros años de la iniciativa, y la Diputación de Barcelona reconoce el Parque fluvial del Llobregat como cluster turístico. En general, esta opción es fundamental en la fase inicial de los procesos de revaloración de paisajes culturales como mecanismo para incrementar la autoestima local y el

reconocimiento exterior. La redacción del PDU permite superar esta primera etapa y desarrollar un proyecto territorial propio.

La iniciativa del Parque fluvial participa de un cuerpo metodológico compartido por múltiples experiencias de madurez diversa, en función de la calidad de su red de recursos, plataforma de gestión e imagen proyectada. La competencia en estos instrumentos se adquiere progresivamente y en grado variable según el contexto donde se desarrolla la iniciativa. De esta manera, los casos norteamericanos, con una sociedad civil dinámica y un mercado turístico interior muy potente, acostumbran a ser más competitivos en la gestión y comunicación del producto territorial; en cambio, los episodios euromediterráneos, asentados por lo general en un conocimiento más exhaustivo y complejo del patrimonio, suelen ofrecer redes de recursos más sólidas (Sabaté / Schuster, 2001).

Por lo que respecta a nuestro caso, conviene conocer algunas particularidades del contexto catalán. En primer lugar, la discreción de las colonias textiles consideradas aisladamente y, a la vez, la singularidad de su intensa secuencia en algunos tramos fluviales. En segundo lugar, la debilidad y dispersión de las diversas administraciones con la consiguiente falta de programas públicos potentes, contrapuesta al dinamismo de una sociedad civil cada vez más abierta al turismo cultural, y habituada a suplir las ausencias del estado. La exigüidad de la inversión pública en relación a la difusión territorial de los recursos, explica el espíritu pragmático de la iniciativa del Parque fluvial del Llobregat, más atenta a la viabilidad del patrimonio que a su estricta integridad. La colonia se concibe como un cuerpo físico y social sujeto a intensas transformaciones a lo largo de su historia (Vall, 1999). Entorno a esta identidad cambiante, el plan debe proponer pactos que permitan formas de preservación efectivas.

Por otra parte, la secuencia de poblados, fruto del diálogo sistemático entre el perfil sinuoso del río y las reglas del aprovechamiento hidráulico, construye un sistema especialmente atractivo por la disposición rítmica de las piezas, la rica articulación a través de múltiples itinerarios, y el equilibrio entre la condición urbana y rural. Esta comprensión estructural, entre líneas, del paisaje cultural invita a superar la visión epidérmica del patrimonio como mero señuelo turístico, y favorece una disposición más abierta y comprometida con nuevas exigencias funcionales. La coherencia de las redes patrimonio brinda materiales muy útiles para el proyecto territorial, y su interés va mucho más allá de ciertas imágenes predeterminadas. Desde esta perspectiva, los valores estéticos del paisaje, su identidad figurativa, queda relegada a un segundo término a favor de su identidad estructural, de los valores relacionales heredados (Vall, 2007).

## **2 – Naturaleza del plan**

El PDU es la figura urbanística adecuada para coordinar la preservación del paisaje de las colonias, no sólo por su visión supramunicipal sino también por su potencia urbanística. Sin embargo, la propia naturaleza del plan también comporta ciertas limitaciones.

### **Escala**

El PDU de las colonias del Llobregat abarca un ámbito geográfico unitario: el valle del río Llobregat a pie de montaña. La delimitación del plan no se ciñe a la división administrativa de los municipios implicados, ni responde tampoco a una calificación urbanística predeterminada, sino que reconoce la sección del valle. La coherencia física, social y funcional de este dominio refuerza la eficacia del plan como instrumento de concertación y gestión. Este enfoque supramunicipal, ajustado a un ámbito fluvial preciso, permite combinar la regulación suficientemente detallada de cada colonia con la comprensión integral del paisaje y el control de procesos de transformación de gran impacto. La explotación minera, agropecuaria e hidráulica del valle, objeto de un trato parcial y genérico por parte de los planes municipales y las normativas sectoriales, puede ahora adaptarse mejor a las características singulares del paisaje a preservar.

Sin embargo, la fuerte matriz municipalista del territorio y la escasa tradición en su gestión mancomunada dificultan cualquier propósito de ordenación supramunicipal. Se suma a ello la falta de liderazgo desde la administración central reflejada en la debilidad de las inversiones públicas y la timidez del impulso político. En ausencia de un poder cohesor externo más firme, es especialmente necesaria la complicidad de las administraciones locales y, por ello, el escrupuloso respeto de la autonomía municipal. El PDU de las colonias se plantea en continuidad con el planeamiento municipal vigente, a modo de complemento, evitando en la medida posible interferencias conflictivas.

### **Capacidad operativa**

El PDU de las colonias del Llobregat va más allá de los criterios y directrices generales propios del planeamiento territorial; formula, en cambio, determinaciones de cumplimiento directo y prescripciones que deben aplicarse

a través de la adaptación necesaria de los planes municipales vigentes. Se trata de una figura de planeamiento urbanístico general valiosa por su grado de definición y capacidad operativa, aunque sujeta al consenso de las diversas administraciones municipales y a la mediación del planeamiento derivado que ha de concretar su formalización (Generalitat de Catalunya, 2006).

La preservación del patrimonio ha sido abordada a menudo mediante la delimitación de recintos, a modo de islas de supervivencia (Gambino, 1988). Es habitual el tratamiento segregado de edificios y espacios urbanos relevantes a través de Planes especiales. Sin embargo, este enfoque, adecuado para piezas de escala municipal y gestión unitaria, pierde sentido al tratarse de paisajes culturales de naturaleza compleja. En este caso, la tutela del patrimonio se dispersa y requiere compromisos con las infraestructuras y las actividades residenciales y productivas. El planeamiento derivado resulta entonces insuficiente y es oportuno recurrir al planeamiento urbanístico general, capaz de vincular la preservación del patrimonio con la generación de las plusvalías razonables para hacerla viable. En esta línea, el PDU de las colonias identifica áreas de suelo urbano no consolidado susceptibles de cambio de uso y aumento de densidad, pero condiciona su ejecución a la restitución de la matriz ambiental de la colonia.

### **3 – Marco territorial**

El paisaje de las colonias del río Llobregat se construye en sus rasgos esenciales durante la segunda mitad del siglo XIX y el primer tercio del siglo XX. Actualmente, su integridad se ve comprometida por el prolongado abandono de las estructuras productivas y residenciales. La mejora reciente de la conexión viaria con la región metropolitana de Barcelona aumenta la presión sobre el patrimonio y justifica la necesidad de un nuevo marco urbanístico.

#### **Relieve**

Colonias y fábricas se disponen en un valle estrecho orientado al norte, ocupando sistemáticamente una intensa secuencia de pequeños meandros comprendidos entre el río y la carretera. La sección del valle presenta, en términos generales, tres niveles: el fondo del valle donde se suceden los bosques de ribera y las fábricas en compañía del río; los altiplanos laterales colonizados

por masías y ermitas; y los rellanos intermedios ocupados, a poniente, por los cascos urbanos y, a levante, por campos de cultivo. La colonia nace en el fondo del valle y establece un vínculo orgánico con su meandro (ver Fig. 3).

### **Asentamientos**

Cuatro villas de río (Gironella, Puig-Reig, Navàs y Balsareny), separadas por distancias que oscilan entre cuatro y ocho kilómetros, se alternan con las colonias, semicolonias y fábricas dispuestas cada uno o dos kilómetros. Este sistema de piezas urbanas articuladas por el río y la carretera funciona como una comunidad fluvial policéntrica desequilibrada en detrimento de las colonias. Berga, capital de comarca, se aleja del río encabezando el conjunto de forma excéntrica, y algunos cascos menores (Avià, Casserres y Olvan) se disponen periféricamente (ver Fig. 4).

### **Infraestructuras**

La movilidad rodada local se desarrolla principalmente a poniente, a través de la antigua carretera C-1411 segregada del tránsito de paso con la construcción de la nueva autovía C-16, encajada en el valle con la autonomía propia de una infraestructura viaria de rango internacional. A levante, la Ruta de las colonias articula el rosario de piezas urbanas. Cada colonia dispone de un pequeño puente sobre el río Llobregat y actúa como nexo de unión entre la carretera y el itinerario lúdico (ver Fig. 5). Un rico repertorio de vínculos transversales conecta el valle con los altiplanos adyacentes.

### **Paisaje**

El valor ambiental del valle reside en un paisaje fluvial discreto y una red de recursos culturales estratificados en sección. El patrimonio industrial del siglo XIX, vinculado al aprovechamiento energético del agua, se concentra entorno al río en forma de fábricas y colonias. El patrimonio agrario se condensa principalmente en las masías y ermitas de los altiplanos. Las canteras, las granjas, los crecimientos residenciales e industriales y las nuevas infraestructuras viarias, erosionan los atributos del paisaje. Igualmente, la explotación hidráulica

intensiva comporta la desaparición literal del río durante la mitad de su curso y compromete gravemente la calidad del ecosistema fluvial.

#### **4 – Objetivos. Promoción económica y mejora urbana**

La colonia es una estructura residencial y productiva envejecida, y es necesaria su adaptación a nuevos requerimientos. El monocultivo textil y el aislamiento originales han dejado paso a una identidad más diversa y, a veces, contradictoria. El mantenimiento de las colonias es especialmente costoso dado el número y dispersión, la ausencia de suelo público, la población escasa y envejecida, y la posición periférica en relación a dinámicas inversoras públicas y privadas. Por esta razón, es conveniente vincular la mejora urbana de la colonia con su promoción económica, sin olvidar que la consolidación del cuerpo físico ha de garantizar la continuidad y el fortalecimiento del cuerpo social que lo habita. Los residentes de las colonias comparten a menudo la condición de ciudadanos de segunda, y es preciso corregir esta situación equiparando los niveles de calidad urbana con los pueblos. Las colonias deben consolidarse como barrios dignos de un sistema solidario, acompañados eventualmente por actividades productivas compatibles.

#### **Barrio**

La plena ocupación de la colonia, especialmente de primera residencia, es esencial para su viabilidad como barrio bien dotado y conectado con transporte público a los pueblos proveedores de servicios. La abundancia de espacios libres y equipamientos singulares, ajenos por su carácter monumental al funcionamiento ordinario del tejido residencial, suponen una pesada carga. A fin de contribuir a su mantenimiento, el plan debe indicar, cuando se estime posible y atendiendo a las características morfológicas de cada colonia, los crecimientos residenciales adecuados.

#### **Fábrica**

Las colonias se componen de un espacio productivo y un espacio residencial a veces en conflicto. En principio, se apunta una identidad cada

vez más residencial de la colonia en detrimento de una fábrica con evidentes limitaciones dimensionales y de acceso. A pesar de ello, el sostenimiento de la actividad productiva fortalece la colonia y aumenta su complejidad funcional. El plan ha de delimitar correctamente los accesos y espacios para cada uso. La viabilidad del patrimonio también reclama la convivencia respetuosa entre el pueblo y la fábrica.

## **Patrimonio**

Residencia y producción perduran en las viejas estructuras. Se trata de un patrimonio en activo con las contradicciones que ello comporta en relación a la preservación de sus atributos. Por otra parte, la escala del patrimonio hace inconcebible su mantenimiento sin alguna forma de reciclaje funcional. Se trata también de un patrimonio complejo; edificios y espacios libres mantienen estrechos vínculos, y el dominio urbano se integra al paisaje fluvial. Por este motivo, no tiene sentido restringir la protección a los edificios y, menos aún, si la selección se limita a la arquitectura monumental. Conviene, en cambio, la preservación de las colonias desde el entendimiento global de su matriz ambiental.

## **5 – Proyecto físico. Directrices y actuaciones**

El PDU aborda la transformación física del sistema de colonias planteando directrices y actuaciones a menudo ensayadas en episodios internacionales paralelos. El siguiente apartado revisa los argumentos metodológicos esenciales y muestra su sintonía con las estrategias actuales de planeamiento entorno a los paisajes culturales.

### **Directrices territoriales**

#### ***Colonia puerta***

La definición de puertas temáticas resulta una práctica común en los parques patrimoniales norteamericanos (Sabaté / Schuster, 2001). Las ventajas de este instrumento son principalmente de orden comunicativo y estratégico. El recurso narrativo vinculado a los caracteres locales refuerza el sentimiento

interno de pertenencia e incrementa el reconocimiento externo, a la vez que hace más atractivo el producto territorial y aumenta su competitividad. El PDU identifica cuatro Colonias puerta con contenido específico a fin de ordenar el uso turístico y proyectar una imagen unitaria del producto territorial. La Puerta de la cultura, la Colonia museo, el Centro del parque y la Puerta del comercio, explican su propia historia propiciando la complicitad de los residentes (ver Fig.6). La apuesta por algunas colonias como lugares de acogida ayuda también a focalizar las inversiones públicas mejorando su eficacia.

### *Vía cívica*

El diseño de itinerarios a través de espacios productivos en funcionamiento es habitual en la ordenación de los parques agrarios (Sabaté, 2004). Se trata, en general, de una estrategia recurrente en el planeamiento de los paisajes culturales orientada a conectar los elementos de patrimonio más relevantes configurando una red de recursos. El PDU de las colonias aprovecha con este objetivo la antigua carretera C-1411, liberada del tránsito de paso, y prevé su transformación en una Vía cívica. La Ruta de las colonias, dispuesta en la vertiente opuesta y conectada a la carretera local mediante un puente en cada colonia, complementa la accesibilidad inmediata al curso fluvial (ver Fig. 7).

### *Zona de protección*

La preservación de la colonia carece de sentido al margen del paisaje fluvial donde se implanta. El caso de New Lannark es significativo en este aspecto. El reconocimiento de este poblado obrero como patrimonio de la humanidad se extiende también a su entorno paisajístico identificado como zona a preservar (Autores Diversos, 2000). La colonia establece un vínculo orgánico con el paisaje fluvial; por ello, el PDU delimita una Zona de protección especial que comprende el fondo del valle y los primeros rellanos intermedios a ambos lados del río (ver Fig. 8). Dentro de este ámbito sensible, y especialmente vulnerable por su accesibilidad, se restringe la ocupación de nueva planta y se regulan las actividades productivas.



## **Directrices urbanas**

### ***Catálogo de patrimonio***

La pobreza e inmediatez de los catálogos municipales vigentes en el ámbito del PDU de las colonias, limitados al reconocimiento de algunos edificios singulares, contrasta con la nueva cultura del planeamiento del patrimonio ambiental, consciente de la diversidad de los elementos de catálogo y su integración en sistemas de bienes ambientales. Algunos casos italianos de revaloración de espacios fluviales asumen esta complejidad, y abordan el censo minucioso y articulado de los elementos de patrimonio (Fabbri, 1991). La preservación de la matriz ambiental de la colonia también requiere una visión integradora de los diversos aspectos que la componen (ver Fig. 9). Buena parte de su valor reside en la coherencia y calidad de los espacios libres (plaza, paseo, jardín y huertos), y su relación con las arquitecturas inmediatas. Por este motivo, el PDU identifica para cada caso los edificios y espacios libres más significativos preservando sus vínculos, y considerando conjuntamente la zona residencial y la zona industrial.

### ***Zona de crecimiento residencial***

Se delimitan áreas de crecimiento residencial, en general, de escasa envergadura y se condiciona su desarrollo a la rehabilitación del parque residencial existente. Se establecen también algunos criterios cuantitativos y compositivos para estos crecimientos. En relación a los primeros, se adopta una densidad bruta de referencia de 50 viviendas por hectárea y un número mínimo de 110 viviendas para las colonias aisladas. Ambos parámetros se obtienen por analogía con tejidos residenciales sostenibles y por la constatación empírica del número de viviendas mínimo asociado a un pequeño comercio. En relación a los segundos, se protege la matriz morfológica de la pieza y se plantea su crecimiento en coherencia con este patrón, bien sea por sustitución de un cuerpo industrial existente, por restitución de un cuerpo residencial previamente derruido, o por continuidad con las estructuras lineales o en malla preexistentes (ver Fig. 10).

### ***Zona industrial de cambio de uso***

Se delimita la zona industrial de la colonia a partir de la ocupación existente preservando el dominio fluvial y los espacios libres compartidos con la zona residencial. Dentro de este ámbito se admite la substitución del uso industrial tradicional por el uso residencial, comercial o terciario, siempre que se respeten las restricciones propias de las zonas inundables establecidas por la Agencia Catalana del Agua, y se mantenga el carácter de los edificios industriales históricos. Igualmente, se restringe el incremento de ocupación y la fragmentación de la propiedad del parque industrial que pueden comprometer un horizonte de mayor calidad.

### **Actuaciones**

El planeamiento regional contemporáneo recurre con cierta frecuencia a la selección de actuaciones estratégicas. Los proyectos modélicos de la IBA del Parque del Emscher son una muestra de ello, pero para entenderlos adecuadamente es necesario conocer con suficiente perspectiva la naturaleza de sus agentes y objetivos. La transformación de la región del Emscher no habría sido posible sin el potente impulso inversor del estado federado de Renania del Norte-Westfalia, propietario de gran parte de los terrenos e inmuebles industriales abandonados, ni tampoco sin una práctica previa de planificación conjunta de la cuenca del Ruhr iniciada a principios del siglo pasado (Von Petz, 2006). Del mismo modo, las actuaciones impulsadas por el PDU de las colonias precisan del contraste con el proceso constructivo del territorio para poder ser valoradas.

### **La construcción del territorio. Agentes y objetivos**

El agente constructor en la etapa fundacional de las colonias es la familia fabricante local impulsada por el interés del negocio textil. La confluencia de intereses privados conduce a la saturación de la fuente de energía, la ocupación sistemática de los meandros útiles del río, y también la construcción de la carretera y el ferrocarril. La inversión pública es inexistente en esta fase, reflejo de la impotencia del estado en urbanizar el territorio y dotarlo de las infraestructuras

necesarias para su progreso. La colonia se consolida como un feudo privado y autónomo en conflicto con el poder municipal (Vall, 1999).

A partir de los años 30 del siglo pasado, decrece la inversión del fabricante en la colonia que alcanza su techo productivo. Durante las crisis de los años 60 y especialmente de los años 80, la degradación de edificios y espacios libres se acentúa y se abandona el ferrocarril. La propiedad de la colonia se fragmenta a pesar de mantenerse piezas significativas en las mismas manos. La responsabilidad sobre el espacio público y algunos edificios singulares se traslada a la administración municipal. Se venden las viviendas a los trabajadores y se alquilan las naves industriales. Se inicia, en definitiva, un nuevo ciclo de gestión compartida de la colonia donde participan los ayuntamientos, las asociaciones de vecinos y los antiguos fabricantes propietarios (Vall, 2001).

Las inversiones efectuadas en las colonias durante esta fase son de estricta supervivencia. Los vecinos asumen de forma individual o colectiva, a través de las asociaciones, la rehabilitación del parque residencial. El antiguo fabricante dedica parte de las rentas generadas por el alquiler del parque industrial a su mantenimiento mínimo. Los ayuntamientos emprenden con dificultad la adecuación básica de los espacios públicos y de algunos edificios deteriorados. Las únicas inversiones públicas relevantes con repercusión directa sobre las colonias se dirigen a la extensión de su suelo industrial, con la implantación de polígonos industriales municipales, y al desdoblamiento de la antigua carretera C-1411. Se trata, por tanto, de actuaciones genéricas y de fuerte impacto ambiental, promovidas desde la administración central con visión regional y sectorial.

La debilidad de la inversión pública orientada a la vertebración local del territorio se mantiene hasta la actualidad, al tiempo que se ejecutan nuevas actuaciones de programación sectorial como el trazado de la autovía C-16 y la construcción de las depuradoras municipales. A finales de los años 90, un nuevo operador supramunicipal de base local constituido inicialmente como patronato y posteriormente como consorcio, asume el impulso y la coordinación de microproyectos públicos dirigidos esta vez a la materialización de un proyecto territorial propio: el Parque fluvial del Llobregat. Se trata de actuaciones que presentan los siguientes rasgos comunes: son puntuales pero de amplio efecto difusor; se dirigen a la dotación de la estructura pública del parque (Oficina de turismo, Centro de interpretación y Ruta de las colonias); son selectivas y aprovechan las ventajas de la oportunidad; buscan la visibilidad de una disposición dispersa; y pretenden la máxima implicación ciudadana (ver Fig. 11 y 12).

## **Las actuaciones previstas por el PDU**

Una vez asumida la intervención pública mediante microproyectos de rehabilitación y señalización adaptables a los intereses puntuales, y a veces excluyentes, de las diversas administraciones, es necesario avanzar hacia políticas de vertebración local de mayor calado. La restauración del río vinculada al rescate de las concesiones de explotación hidráulica, y la transformación de la antigua carretera en una Vía cívica, deben concentrar en adelante el esfuerzo público más significativo. En cualquier caso, la capacidad de intervención de las administraciones resulta limitada por la propiedad mayoritariamente privada del suelo y los inmuebles. El plan debe propiciar, por ello, el protagonismo de operadores privados generando incentivos para la inversión y estableciendo, a su vez, los criterios de control de calidad oportunos.

La voluntad operativa del PDU se concreta fundamentalmente en proyectos rentables de impulso privado, tutelados por agentes públicos, y vinculados a la resolución del déficit estructural de cada colonia. Se identifican aquellas actuaciones básicas de crecimiento residencial y cambio de uso del espacio industrial que pueden catalizar la mejora urbana de la colonia a partir de las plusvalías generadas. Los objetivos principales de la reforma urbana pendiente son el acceso segregado a la fábrica, la provisión de nuevos aparcamientos, y la recuperación de los espacios públicos y equipamientos. Se plantean propuestas a medida para cada caso considerando ineludible el diseño específico de la pieza y, en último extremo, el compromiso de la arquitectura con la topografía y el espacio público.

## **6 – Proyecto político. Participación y gestión**

El PDU de las colonias plantea un proyecto físico para el ámbito regulado pero también contiene, de forma más o menos explícita, un proyecto político. Existe, sin embargo, una cierta desproporción entre la ambición del primero y las limitaciones vislumbradas para el segundo. Una vez alcanzado el consenso entorno al proyecto físico con la aprobación definitiva del plan, se demora el impulso político que ha de resolver su gestión supramunicipal.

## Participación

Según Kevin Lynch las transformaciones urbanas requieren un constante esfuerzo pedagógico a favor de un proceso colectivo intensificador de la energía y la cohesión cívica (Lynch, 1960). Esta consideración general resulta especialmente oportuna en episodios de desarrollo territorial donde el patrimonio cultural juega un papel relevante. La gestión de corte ilustrado ajena al ciudadano puede resultar ineficaz cuando se trata de aglutinar voluntades entorno a un proyecto colectivo que no se reduzca a resolver la degradación material del patrimonio, sino que de sentido a la comunidad y la comprometa entorno a su paisaje como parte esencial de la propia identidad (Autores Diversos, 2003).

La implicación ciudadana es un aspecto fundamental a considerar durante la redacción del plan y conlleva consecuencias metodológicas relevantes. Resulta ejemplar en este sentido la estrategia de actuación de la IBA del Parque del Emscher que combina proyectos atractivos de alcance regional con proyectos de rango local (Von Petz, 2006). El PDU de las colonias pretende también un cierto equilibrio entre las directrices territoriales (Colonia puerta, Vía cívica y Zona de protección) y las actuaciones municipales. Seguramente, los enfoques sencillos, claros y bien asumidos confieren estabilidad a los dilatados procesos de rehabilitación territorial, mientras que las actuaciones locales generan la ilusión y el compromiso necesario también a corto plazo.

La reforma urbana de cada colonia requiere necesariamente un pacto a tres bandas entre productores, vecinos y ayuntamientos. Se trata de un acuerdo específico para cada caso, ajustado a la realidad física y social concreta, a las condiciones de propiedad, y a los intereses de la administración local. Cada colonia reacciona de forma particular ante el cambio de uso del espacio industrial y la posibilidad de un cierto crecimiento residencial. En general, las colonias más desocupadas son más permeables a la transformación, mientras que en las más pobladas se constata un sentimiento bastante común de desconfianza. La incertidumbre ocasionada por la propia naturaleza del plan, que precisa la mediación del planeamiento derivado para la definición final de las actuaciones, es percibida como una amenaza. Seguramente, la participación real de las asociaciones de vecinos en la redacción de los convenios urbanísticos puede revertir esta situación y es fundamental si se pretende progresar hacia un proyecto político consistente.

## Gestión

El PDU establece las bases de los convenios urbanísticos donde se acuerda la ordenación futura de cada colonia. Corresponde a los diversos ayuntamientos el control público de las actuaciones garantizando su coherencia en relación a los criterios cuantitativos y morfológicos establecidos, así como la reinversión adecuada de los beneficios generados. Sin embargo, el impulso y control de las actuaciones y directrices territoriales precisa la figura de un ente coordinador supramunicipal. La restauración fluvial y la regulación de las zonas de protección paisajística; la vialidad cívica y el transporte público, requieren una visión de conjunto, a su vez, suficientemente precisa y cercana. El conocimiento directo del territorio permite modular con mayor eficacia las complejas variables del proceso y, por ello, es aconsejable el seguimiento del plan desde una plataforma local.

La redacción del PDU de las colonias abre, de hecho, un proceso de diálogo entre los agentes locales con el objetivo de constituir el ente coordinador. La eficacia del PDU, en tanto que instrumento de concertación, depende en buena medida de su capacidad de propiciar los acuerdos necesarios. El Consorcio del Parque fluvial del Llobregat, tal como prevé el propio PDU de las colonias, puede asumir las nuevas atribuciones urbanísticas complementando las tareas actuales de promoción turística y económica. En cualquier caso, la potencia del ente gestor reflejará la consistencia del proyecto político, y su debilidad comprometerá el pleno desarrollo del proyecto físico. La apuesta por la coordinación supramunicipal y la participación efectiva de los agentes locales fijará el alcance real del proyecto territorial, en definitiva, su auténtica capacidad transformadora.

## Bibliografia

- ALANEN, Arnold R. ; Melnick, Robert Z. 2000. *Preserving Cultural Landscapes in America*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Autores Diversos, 2000. *Nomination of New Lannark for inclusion in the World Heritage List*, Historic Scotland.
- Autores Diversos 2003. *Repertorio de Textos Internacionales de Patrimonio Cultural*, Granada. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Consejería de Cultura, Junta de Andalucía.
- FABBRI, Pompeo, 1991. *Il paesaggio fluviale. Una proposta di recupero ecologico della Dora Riparia*, Milano, Edizioni Angelo Guerini e Associati.
- GAMBINO, Roberto, 1988. «Piano Paesistici. Uno sguardo d'insieme», en: *Urbanistica*, núm. 90, pp. 6-22. Milano, Istituto Nazionale di Urbanistica.
- Generalitat de Catalunya, 2006. *Text refós i Reglament de la Llei d'urbanisme*. Barcelona, Departament de Política Territorial i Obres Públiques, Generalitat de Catalunya.
- Generalitat de Catalunya, 2007. «Pla Director Urbanístic de les Colònies del Llobregat», Barcelona, Departament de Política Territorial i Obres Públiques, Generalitat de Catalunya.
- LYNCH, Kevin, 1960. *The Image of the City*, Cambridge (Massachusetts), The Massachusetts Institute of Technology Press.
- NEL·LO, Oriol, 2006. «Els plans directors urbanístics de Catalunya. Una nova generació de plans», en *Espais*, núm. 52, pp. 3-11. Barcelona, Departament de Política Territorial i Obres Públiques, Generalitat de Catalunya.
- SABATÉ, Joaquim; Schuster, J. Mark, 2001. *Projectant l'eix del Llobregat. Paisatge cultural i desenvolupament regional*, Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, Massachusetts Institute of Technology.
- SABATÉ, Joaquim, 2004. «El Plan Especial del Parque Agrario de El Baix Llobregat», en *Patrimonio y proyecto territorial. Colonias, Sèquia de Manresa y Delta del Llobregat*, pp. 45-62, Barcelona, Diputació de Barcelona.
- SERRA, Rosa, 2000. *Colònies tèxtils de Catalunya*. Manresa, Fundació Caixa-Manresa.
- VALL, Pere, 1999. *De colònies tèxtils a parc fluvial*. Barcelona, Associació / Col·legi d'Enginyers Industrials de Catalunya.
- VALL, Pere, Miralda, Àngel, 1999. «Pla Estratègic pel Desenvolupament del Parc Fluvial Navàs-Berga», Barcelona, Diputació de Barcelona.
- VALL, Pere, 2001. «Propietat, indústria i turisme. Una reflexió sobre l'estat actual de les colònies tèxtils del Baix Berguedà», en: *Documents d'Anàlisi*

- Geogràfica*, núm. 38, pp. 109-119. Bellaterra. Universitat Autònoma de Barcelona.
- VALL, Pere; Miralda, Àngel, 2002. *Model de desenvolupament territorial per a les colònies del Llobregat*. Manresa, Fundació CaixaManresa.
- VALL, Pere, 2004. «La recuperación del paisaje cultural como un proceso abierto. El caso del Parque Fluvial Colonias del Llobregat», en *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, núm. 140, pp. 407-417, Madrid, Subdirección General de Urbanismo, Ministerio de Vivienda.
- VALL, Pere. 2007. «Las redes de patrimonio y la vertebración de las nuevas periferias», en *Arte, Arquitectura y Sociedad Digital*, pp. 123-128, Barcelona, Universitat de Barcelona.
- VON PETZ, Ursula, 2006. «¿Resucita el ave fénix de sus cenizas?. La Exposición Internacional de Construcción (Internationale Bauausstellung-IBA) del Parque del Emscher», en *Urban*, núm. 11, pp. 44-69. Madrid, Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Universidad Politécnica de Madrid.





Fig. 1 – Vista aérea de la secuencia de colonias textiles. En primer término la colonia Viladomiu Vell  
*Fuente:* Paisajes Españoles, 1978

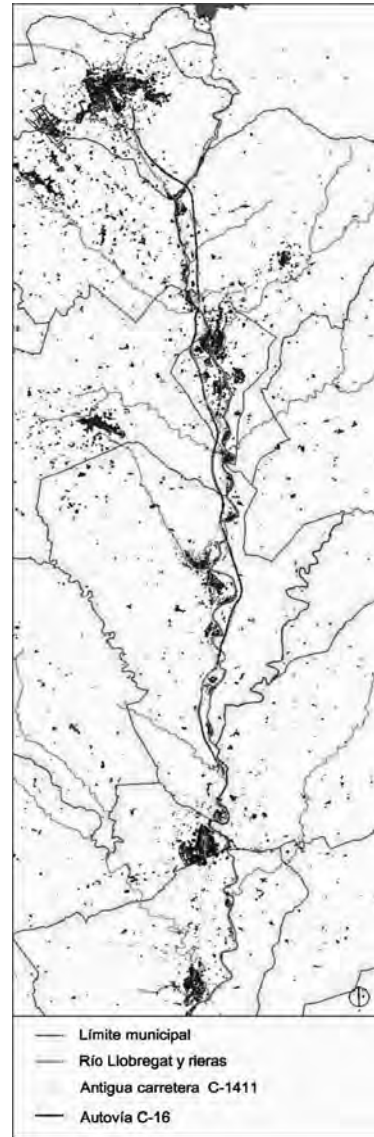


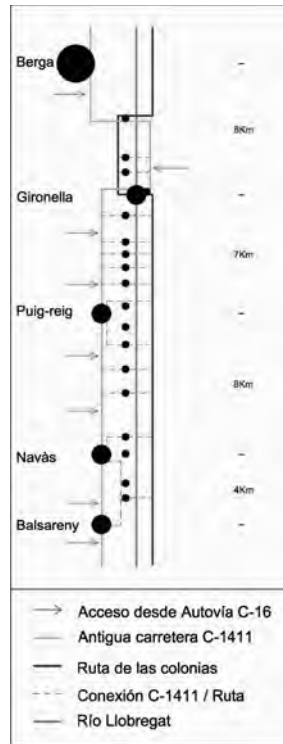
Fig. 2 – Sistema urbano extendido sobre nueve municipios ribereños. Los núcleos urbanos principales dispuestos de norte a sur son: Berga, Gironella, Puig-reig, Navàs y Balsareny  
*Fuente:* Plan Director Urbanístico de las Colonias del Llobregat, Barcelona, Generalitat de Catalunya. 2007



Fig. 3 – Vista aérea de la colonia Viladomiu Nou  
*Fuente:* Paisajes Españoles, 1970



Fig. 4 – Esquema del sistema de asentamientos  
*Fuente:* Plan Director Urbanístico de las Colonias del Llobregat. Barcelona Generalitat de Catalunya. 2007



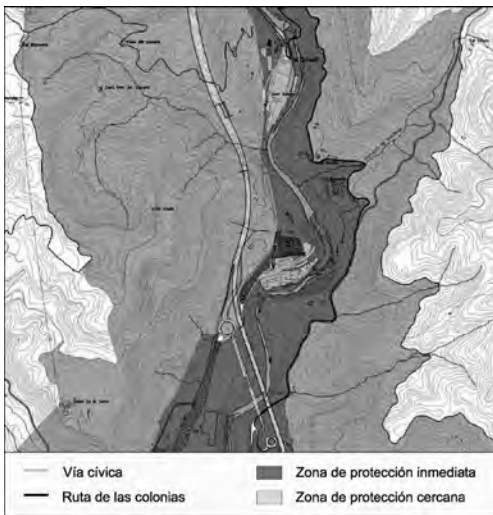
**Fig. 5 – Esquema del sistema viario local**

Fuente: Plan Director Urbanístico de las Colonias del Llobregat. Barcelona Generalitat de Catalunya. 2007



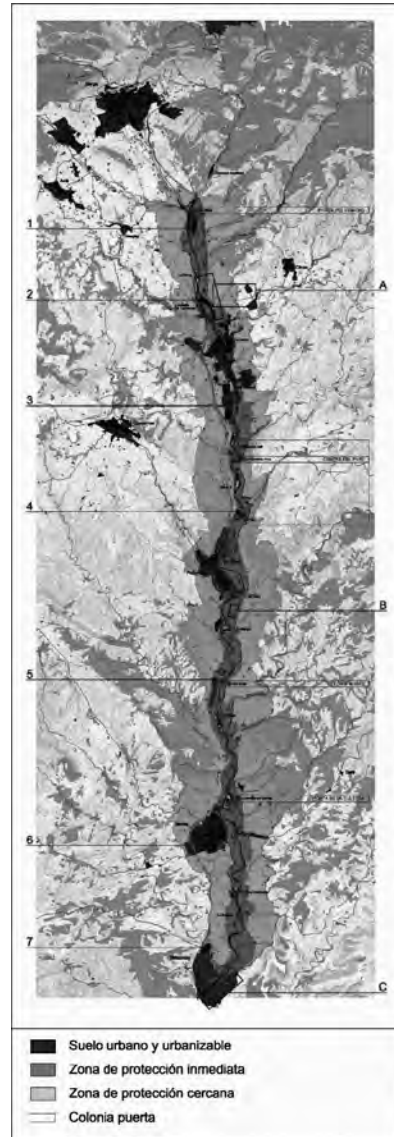
**Fig. 6 – Vista aérea de la colonia Ametlla de Merola. La Puerta de la cultura**

Fuente: Paisajes Españoles, 2000



**Fig. 7 – Colonias Cal Prat y Guixaró, entre la Via cívica y la Ruta de las colonias**

*Fuente:* Plan Director Urbanístico de las Colonias del Llobregat. Barcelona. Generalitat de Catalunya. 2007



**Fig. 8 – Ámbito regulado por el PDU y zona de protección inmediata**

*Fuente:* Plan Director Urbanístico de las Colonias del Llobregat. Barcelona. Generalitat de Catalunya. 2007



Fig. 9 – La colonia Cal Prat y su entorno fluvial, sometida al impacto de las actividades extractivas, industriales y residenciales

*Fuente:* Paisajes Españoles, 2000

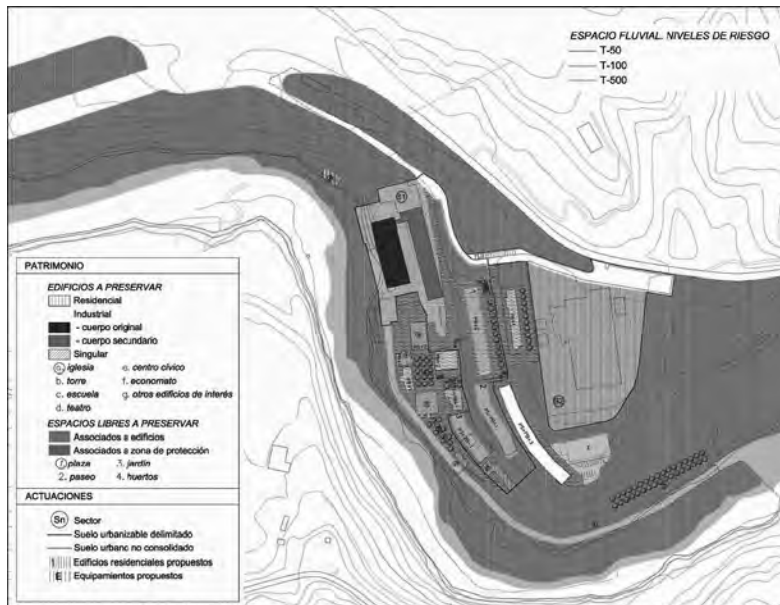


Fig. 10 – Ordenación de la colonia Cal Prat prevista por el PDU de las Colonias del Llobregat

*Fuente:* Plan Director Urbanístico de las Colonias del Llobregat. Barcelona Generalitat de Catalunya. 2007



**Fig. 11 – Oficina de turismo del Parque fluvial del Llobregat, ubicada en la antigua estación de tren de la colonia Cal Vidal**

*Fuente: Pere Vall Casas, 2004*



**Fig. 12 – Participación de las escuelas en un itinerario temático entorno a la colonia Viladomiu Vell**

*Fuente: Consorcio del Parque Fluvial del Llobregat, 2006*



# O bairro novo da CUF no quadro do urbanismo e da arquitectura operária promovida pela Companhia no Barreiro

*João Vieira Caldas\**

---

Entre 1945 e 1951, na sequência de anteriores colaborações com a CUF, o arquitecto Luís Cristino da Silva trabalhou num plano de urbanização para o Novo Bairro Operário que aquela companhia pretendia edificar em terrenos seus, na periferia do Barreiro, junto à estação de caminhos-de-ferro do Lavradio. É a história atribulada (e ainda não totalmente esclarecida) do nascimento desse bairro que se pretende contar aqui. Mas essa história não é totalmente compreensível se não se conhecer, mesmo que sumariamente, os seus antecedentes, os outros projectos que Cristino da Silva fez, nesse período, para a CUF, e o destino de todos eles.

«No concelho do Barreiro, industrialização e urbanização andaram a par»<sup>1</sup>

O primeiro bairro operário construído pela Companhia União Fabril, no Barreiro, situava-se também junto à linha do caminho-de-ferro, do lado norte, no interior do complexo industrial que se estendia entre a ferrovia e a margem

---

\* Arquitecto.



do Tejo. Este enorme complexo prenunciava já o desenvolvimento futuro que transformaria a CUF «no maior consórcio da economia nacional e o Barreiro no maior centro industrial e operário do país»<sup>2</sup>. Os operários que cada vez afluíam em maior número à vila viviam quase sempre em condições precárias que bem podiam ilustrar as consequências sociais negativas da Revolução Industrial nos países mais industrializados no século XIX.

O bairro que a CUF começou a construir em 1908, no mesmo ano, portanto, em que iniciava a actividade industrial no Barreiro<sup>3</sup>, foi o primeiro projectado expressamente para o «alojamento de famílias operárias» neste centro urbano<sup>4</sup>. Em 1914 já havia 5 bandas de moradias todas iguais, muito simples, de um piso e com um pequeno quintal, separadas por artérias de nomes bem sugestivos como Rua do Ácido Sulfúrico, Rua dos Óleos, Rua dos Superfosfatos ou Travessa da Glicerina. Este bairro foi sendo ampliado até 1928, data em que perfazia 92 casas para operários e 4 para quadros e empregados, inseridas num perímetro aproximadamente rectangular.

A partir de 1932 este rectângulo foi prolongado para norte numa extensão que praticamente o duplicava e onde se construiu o que depois veio a ser conhecido como Bairro de Santa Bárbara<sup>5</sup>. É dominado por uma plataforma elevada onde está implantado um conjunto de meia dúzia de quarteirões que, de certo modo, prolongam os do bairro mais antigo. As habitações, também de um piso, estão igualmente organizadas em bandas paralelas alinhadas ao longo dos lados maiores dos quarteirões e unidas nas traseiras pelos respectivos quintais que preenchem todo o miolo do quarteirão. Esta plataforma, de organização mais regular, é delimitada por quarteirões de dimensões variáveis, uns vencendo o desnível periférico outros implantados já num nível mais baixo. A nascente corre uma extensa banda nivelada, com habitações semelhantes às dos quarteirões; a sul e a poente os quarteirões são substituídos na totalidade ou em parte por equipamentos (entre eles a Escola Primária, uma Academia Recreativa e Musical, balneário, carvoaria, despensa e padaria); no extremo norte ficam as moradias para quadros superiores.

Todo o Bairro de Santa Bárbara, na sua diversidade tipológica, obedece a uma estética nacionalista que varia entre o pendor mais à «antiga portuguesa» das habitações operárias e de alguns equipamentos ou a simplicidade quase modernista de outros e a vertente «Português Suave» das moradias para engenheiros. Na verdade, as pequenas bandas de um piso apenas têm de «português» os remates dos telhados em beiral sobre cornija e os pequenos beirais curvos ou rectos aplicados sobre os vãos.

As ruas desta nova área, duas delas, situadas entre as bandas de habitações de um piso, verdadeiras alamedas com placa central arborizada, são baptizadas com nomes de conhecidos cientistas com trabalho desenvolvido na área da química como Lavoisier, Berthelot ou Gay-Lussac.

Em conjunto, o primitivo bairro operário (Bairro Velho) e o Bairro de Santa Bárbara somavam 312 moradias em 1945. O primeiro foi quase integralmente demolido na década de 80 do século xx por iniciativa das empresas que substituíram a CUF. Só sobrou um troço de uma das bandas de casas operárias e o «chalé do director»<sup>6</sup>. O segundo conserva-se quase na íntegra. Foi para a faixa norte deste que Cristino da Silva projectou as únicas habitações encomendadas pela CUF efectivamente construídas segundo desenho seu. São quatro moradias de dois pisos para engenheiros, geminadas duas a duas, e foram sendo edificadas enquanto desenvolvia o plano para o Novo Bairro Operário do Barreiro.

Entretanto já o arquitecto tinha desenhado para o cemitério local, situado junto ao Bairro de Santa Bárbara, um mausoléu destinado aos restos mortais de Alfredo da Silva, falecido em 1942. A encomenda data desse mesmo ano e a trasladação foi efectuada dois anos depois.

O monumento é constituído por um jazigo de granito cinzento, em forma de falsa pirâmide truncada e rematada por um sarcófago suportado por leões, assente num embasamento circular enquadrado por um largo muro semicircular. Nos topos frontais desse muro há baixos relevos de Leopoldo de Almeida que representam trabalhadores em atitude de desgosto e veneração perante o túmulo do seu «protector».

Com a construção de um novo cemitério mais afastado, em 1963, o cemitério antigo acabou por ser desafectado. Toda a superfície que ocupava foi transformada, em 1971, numa larga alameda relvada que conduz ao mausoléu, o único monumento funerário conservado na antiga implantação mas agora enquadrado por novos muros construídos expressamente para o efeito do lado sul.

As moradias para o Bairro de Santa Bárbara correspondem, portanto, ao segundo projecto que edificou em terrenos da CUF. Inserem-se num conjunto de habitações para quadros superiores implantado entre a Rua Lavoisier e a Rua Berthelot que conta, ao todo, com oito moradias de dois pisos geminadas, uma moradia de dois pisos isolada e quatro moradias de um só piso, também geminadas duas a duas, semelhantes às que formam as correntezas operárias.

Aparentemente seriam edificações da mesma época e do mesmo «estilo». Uma observação mais atenta mostrou que, afinal, todas se aproximam estilisticamente do resto do bairro, à excepção das quatro moradias que, comprovada-

mente, resultam do projecto de Cristino da Silva (embora estas sigam o mesmo critério de implantação e de definição volumétrica). Que todas as outras são mais antigas não há qualquer dúvida, já que aparecem concluídas em fotografias aéreas onde as quatro referidas não estão sequer iniciadas<sup>7</sup>. No espólio de Luís Cristino da Silva existem alguns alçados, não assinados nem datados, de dois pares de moradias de dois pisos<sup>8</sup>. Ocupam os lugares centrais da frente norte da Rua Lavoisier e são certamente as primeiras porque são as únicas que aparecem numa fotografia aérea anterior à já referida<sup>9</sup>. Trata-se de cópias heliográficas em papel marion (azul), provavelmente fornecidas pela CUF ao arquitecto para que pudesse conceber as novas dentro do mesmo espírito compositivo e desenhar a «Vista de Conjunto» que inclui um alçado da Rua Lavoisier com duas das novas moradias geminadas na sequência de cinco anteriores.

A correspondência trocada entre Luís Cristino da Silva e a Companhia União Fabril, existente no espólio do arquitecto, só começa em Junho de 1944, mas desta depreende-se que há contactos anteriores a propósito da construção destas «moradias para pessoal superior», pelo menos desde 1939<sup>10</sup>. Em todo o caso, a referida «Vista e Conjunto» do Anteprojecto de 4 Moradias para Engenheiros está assinada e datada de 1943.

O primeiro par de moradias projectado por Cristino da Silva foi construído em 1946, ano em que o arquitecto concluiria o projecto definitivo do segundo par. Entretanto já tinha iniciado o infausto projecto do Novo Bairro Operário do Barreiro.

O Plano Definitivo de Urbanização do Novo Bairro Operário do Barreiro, entregue pelo arquitecto a 1 de Agosto de 1951, foi precedido por cinco estudos e alguns equívocos. Os terrenos que lhe estavam destinados, utilizados como base do primeiro estudo datado de 1945, eram já propriedade da CUF e situavam-se a nascente do complexo fabril, de ambos os lados da linha férrea, junto ao apeadeiro do Lavradio.

O novo bairro, cujo programa tinha sido «comunicado verbalmente» por um director da companhia ao arquitecto Cristino da Silva<sup>11</sup>, era concebido como uma estrutura urbana independente da vila do Barreiro e auto-suficiente, uma pequena cidade-jardim que incluía habitações para operários, residências para encarregados, chefes de oficina e empregados de escritório, casas para o pessoal superior (alternativamente designadas por «moradias para engenheiros»), igreja, escolas, creche, centro social (no sentido de centro cívico e comercial). zona desportiva, etc.

O desenho urbano inicial fazia lembrar o dos bairros sociais do Estado Novo e o sistema de habitação, igualmente conforme acordo verbal, era «exclusivamente unifamiliar, possuindo cada alojamento, jardim e logradouro privativo»<sup>12</sup>. Todas as moradias estavam, no entanto, dispostas em pequenas bandas, à excepção das dos engenheiros que eram geminadas duas a duas.

Neste estudo de 1945, o novo bairro ficava com a maior parte da sua área a norte da linha férrea e só uma pequena parte a sul, o que contrariava os «estudos de urbanização do Barreiro» (Plano Director Municipal em elaboração) que, para o lado norte, previam exclusivamente a extensão da zona industrial.

Um segundo estudo, entregue em Março de 1948, inverte o peso das áreas de ocupação, distribuindo quase todo o bairro pelos terrenos que a CUF detinha do lado sul e reservando uma pequena área do lado norte, correspondente à antiga Quinta da Fonte que, transformada em espaço verde, incluiria a zona desportiva, «tendo-se conseguido a título excepcional por parte das entidades oficiais, que nesse mesmo ponto, fosse autorizada a construção de 20 moradias para o pessoal superior»<sup>13</sup>. O desenho urbano tornou-se mais rígido mas o sistema de habitação era exactamente o mesmo: pequenas bandas de moradias com os seus quintais e, do outro lado da linha, as casas geminadas para engenheiros, todas viradas a sul e envolvidas pelos seus jardins. De ambos os lados da linha do comboio, largas faixas arborizadas protegiam as zonas habitacionais.

Só em finais de Junho desse ano é que o arquitecto, finalmente, recebe os dados estatísticos que andava a pedir havia mais de dois anos sobre a composição dos agregados familiares a serem alojados, ou realojados, no Novo Bairro Operário. A segunda proposta não admitia os cerca de 700 fogos necessários para albergar os trabalhadores com as suas famílias. Cristino da Silva elabora então uma terceira proposta que, de acordo com a administração da CUF, implicava adquirir novos terrenos para nascente ou mesmo expropriá-los «no caso de não ser possível a sua aquisição amigável»<sup>14</sup>. A superfície a urbanizar era mais extensa mas a concepção urbanística era do mesmo tipo. Foi entregue em Setembro de 1948.

A aquisição ou expropriação dos terrenos vizinhos, porém, revelou-se mais difícil do que se esperava e o arquitecto, antes que as intenções da CUF esmorecessem e o projecto morresse, resolveu elaborar um quarto estudo (do qual apresentou quatro variantes) concentrando todos os fogos necessários no terreno então disponível, o que obrigava a fazer uma pirueta conceptual e construir em altura. Mas não se trata apenas de substituir grande parte das moradias em banda por edifícios de habitação colectiva. O desenho do novo bairro passou a evidenciar uma nítida aproximação à Carta de Atenas propondo

grandes blocos de habitação colectiva paralelepípedicos, todos implantados de modo a orientar as maiores frentes a nascente e a poente e independentemente da direcção das ruas. A própria hierarquia viária sofre alguma adaptação e os equipamentos começam a abandonar o enfiamento dos principais eixos viários para, como vai acontecer mais claramente no plano definitivo, passarem a dispor-se em torno de praças.

Não é certamente por acaso que esta mudança radical de concepção se processa logo no ano seguinte ao 1.º Congresso Nacional de Arquitectura onde predominou a defesa de ideias sobre a arquitectura e o urbanismo que se opunham claramente às linhas condutoras da prática profissional de Cristino da Silva, sobretudo na década que antecedeu o referido congresso. O arquitecto esteve presente mas não apresentou nenhuma comunicação (como convinha ao decoro de quem estava a ser ultrapassado por uma nova geração de profissionais, grande parte seus antigos alunos e, nessa ocasião, seus opositores. Mas não terá ficado insensível a críticas que indirectamente também lhe eram dirigidas nem à empenhada defesa, por alguns dos participantes activos, dos princípios do Movimento Moderno que, após a Segunda Guerra Mundial, se difundiam com grande intensidade por todo o mundo e que vão reflectir-se, poucos tempo depois, no seu Plano de Nova Oeiras (Plano de Urbanização da Quinta Grande).

Por conseguinte, a necessidade de densificar o Novo Bairro Operário terá sido um bom pretexto para a alteração das linhas condutoras do plano, como, aliás, se pode depreender do facto de, como tudo indica, ter sido o arquitecto, neste particular, a adiantar-se ao cliente. Luís Cristino da Silva, porém, como qualquer profissional do tempo e mais ainda com o seu passado, tenta afastar a hipótese de ser acusado de seguir a moda. A justificação que apresenta, contudo, é bastante mais ambígua (e até mais ingénua) que a solução desenhada e vale a pena transcrevê-la na íntegra: «O partido de composição do bairro anteriormente adoptado teve, porem, de ser profundamente alterado, substituindo-se a solução de bairro jardim em superfície constituído por casas unifamiliares, pela solução de bairro jardim em altura, concentrando parte da população em blocos de habitação colectiva, higiénicos e confortáveis.

Esta solução alem da grande vantagem económica que traz à construção do bairro [...] tem a qualidade de tornar o bairro mais pitoresco, dando-lhe várias modalidades de habitação colectiva, unifamiliar em grupos e isolada — seguindo os moldes que a técnica de urbanização moderna aconselha»<sup>15</sup>.

Foi com base numa das variantes do 4.º estudo que, com a anuência da CUF, foi realizado o Antepiano do Novo Bairro Operário do Barreiro,

submetido à DGSU (Direcção Geral dos Serviços de Urbanização) no final de Julho de 1949.

Um 5.º estudo, já de 1950, integra as recomendações feitas pela DGSU ao Antepiano tendo-se mantido as linhas gerais de concepção urbanística do anterior e introduzido apenas, segundo as palavras do autor, «maior elasticidade [...] tanto o que diz respeito às vias de comunicação como à disposição dos edifícios»<sup>16</sup>. Foi este último estudo que serviu de base ao Plano Definitivo de Urbanização do Novo Bairro Operário do Barreiro entregue a 1 de Agosto de 1951.

Durante parte dos cerca de seis anos que durou a elaboração do Plano transparece alguma tensão entre o arquitecto e o cliente centrada no problema da elaboração dos projectos respeitantes aos edifícios nele propostos. Afinal queria ou não a CUF que Cristino da Silva projectasse, além do plano de urbanização, todos os edifícios que viessem a ser construídos pela Companhia na área urbanizada? Não é claro.

O programa inicial foi comunicado «verbalmente» ao arquitecto por um dos directores da CUF. Não é possível, portanto, reconstituí-lo, mas é certo que, desde o início, o autor do plano assumiu a encomenda como um todo: urbanismo e arquitectura<sup>17</sup>. Um certo mal estar que perpassa em toda a correspondência do cliente para o projectista, quanto mais não seja por, as mais das vezes, o primeiro ignorar a insistência do segundo no que respeita à apresentação de estudos para os edifícios (e orçamentos para os respectivos projectos), leva a concluir que a encomenda se restringia ao plano e que não teria sido equacionada, de início, a elaboração dos projectos. Só uma vez, em toda a troca epistolográfica, a Companhia União Fabril pede claramente ao arquitecto Cristino da Silva (mas como quem cede às pressões deste) que apresente uma proposta de honorários para a elaboração dos projectos de arquitectura dos edifícios a construir no espaço a que se referia o plano. Essa proposta é, aliás, liminarmente rejeitada<sup>18</sup>. Curiosamente, algum tempo depois de o arquitecto se ter recusado a adaptar os projectos das moradias para engenheiros, que tinha feito para o Bairro de Santa Bárbara, à pequena área do plano destinada ao pessoal superior, a norte da linha férrea, alegando grandes diferenças na topografia dos respectivos terrenos<sup>19</sup>.

Só uma vez, quando, em 1947, Cristino da Silva esclarece que apresenta propostas de honorários separadas para o Plano de Urbanização do Bairro e para os projectos a construir na 1.ª zona, a CUF dá o seu acordo, mas apenas ao tipo de peças desenhadas a apresentar<sup>20</sup>.

O desentendimento entre o arquitecto Cristino da Silva e o Conselho de Administração da CUF não parece decorrer, porém, de uma divergência quanto ao carácter das opções urbanísticas e arquitectónicas. Pelo menos não há qualquer referência, na correspondência trocada, que o indicie. Aliás, a CUF vai aceitando, sem reagir, as mudanças nos princípios orientadores do urbanismo proposto pelo arquitecto e o metamorfoseamento da arquitectura de uma expressão mais nacionalista para outra mais modernista. Está mais preocupada com a concertação do plano do Bairro Novo com o Plano Director Municipal cuja elaboração decorria ao mesmo tempo.

É possível que a «encomenda oral» tivesse sido pouco clara no que respeita aos projectos dos edifícios, reflectindo, de resto, a ausência de uma ponderação prévia sobre o assunto por parte da CUF ou, menos plausível no âmbito empresarial em que a negociação se processava, a ingénua assunção de que uma coisa arrastava a outra sem acréscimo de honorários. O certo é que a rejeição da proposta final para os projectos dos edifícios, apresentada por Cristino da Silva, parece surgir mais como uma retaliação (ou castigo) pela impertinente insistência do arquitecto em avançar com arquitectura quando se lhe pedia urbanismo e, sobretudo, pelos constantes atrasos deste na entrega das diferentes fases. A recusa de adaptar os projectos do Bairro de Santa Bárbara ao Novo Bairro Operário terá sido apenas a gota de água que fez transbordar a paciência do Conselho de Administração da CUF.

Tal como tinha anunciado nesse momento clarificador<sup>21</sup>, a Companhia lançou um concurso por convites para a elaboração dos projectos dos edifícios do Novo Bairro Operário, com base no plano aprovado de Cristino da Silva, no qual este arquitecto também era convidado a participar (naturalmente, com os projectos que já tinha elaborado). Saiu vencedor o arquitecto Fernando Silva.

Do tão sofrido plano e da muita arquitectura que para ele foi projectada, acabou por se construir apenas uma pequena parte: quatro blocos de habitação colectiva para operários, a sul da linha férrea, e dez moradias para pessoal superior (o Bairro dos Engenheiros) a norte da mesma. Deste lado, no espaço envolvente das moradias projectadas por Fernando Silva e em parte da área destinada, no plano, às actividades desportivas, foram sendo construídas novas moradias com projectos diversos que não obedeciam ao plano nem ao projecto tipo de Fernando Silva.

As moradias originais, de um piso, estão hoje escondidas pela vegetação dos jardins envolventes ou encontram-se ampliadas e muito transformadas. Do lado sul, os quatro blocos mantêm-se praticamente fieis ao projecto de

Fernando Silva e ao plano de Cristino, tal como a rua de atravessamento que lhes dá acesso. No terreno contíguo, para sul, conserva-se ainda a memória de um plano mais ambicioso nos arranques de arruamentos que haveriam de ter prolongado o bairro a toda a extensão revista.

## Notas

<sup>1</sup> ALMEIDA, Ana Nunes de, *A Fábrica e a Família. Famílias operárias do Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, p. 24.

<sup>2</sup> CARMONA, Rosalina, [...] *do Barreiro ao Alto do Seixalinho, um passado rural e operário*, Barreiro, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 96.

<sup>3</sup> «Os 100 anos da CUF (Cronologia do centenário)», in *Indústria*, n.º 17, Outubro de 1965, pp. 3-33. Cf. SILVA, J. M. Leal da, *Cronologia CUF-1*. Lavradio, 2001, p. 12.

<sup>4</sup> CARMONA, Rosalina, *ob. cit.*, p. 79.

<sup>5</sup> PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 300.

<sup>6</sup> «Contribuição para o Estudo das Casas para Operários», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 66, 1966, p. 35. Cf. CARMONA, Rosalina, *ob. cit.*, p. 79.

<sup>7</sup> Panorâmica que preenche as duas páginas não numeradas que se seguem à p. 42 do *Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril*, CUF, [s/l], 1945.

<sup>8</sup> Espólio Cristino da Silva, Fundação Calouste Gulbenkian (ECS-FCG), documentos LCSDA 49.0, LCSDA 49.1, LCSDA 49.2.

<sup>9</sup> Panorâmica reproduzida em postal em 1932, segundo PAIS, Armando da Silva, *ob. cit.*, p. 299.

<sup>10</sup> Referência da carta de encomenda a um anterior ante-projecto (ECS-FCG, documento LCS 49.3.1 de 12.06.1944), referência no orçamento do projecto ao custo equivalente de 1939 (ECS-FCG, documento LCS 49.3.4 de 09.08.1944).

<sup>11</sup> SILVA, Luís Cristino da, *Urbanização do Novo Bairro Operário do Barreiro, Memória descritiva da evolução dos respectivos estudos e dos esboços e ante-projectos das edificações*, ECS-FCG, documento LCS 49.3.63 de 28.08.1950.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>13</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>14</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>15</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>17</sup> Na carta que acompanha a proposta de honorários inicial para o «Novo bairro operário no Barreiro», Cristino da Silva diz que «A proposta junta refere-se à elaboração do projecto de urbanização do conjunto do novo Bairro e ao projecto das edificações a construir no mesmo Bairro.» ECS-FCG, documento LCS 49.3.20 de 26.02.1946.

<sup>18</sup> ECS-FCG, documento LCS 49.3.50 de 12.07.1949.

<sup>19</sup> ECS-FCG, documento LCS 49.3.46 de 14.03.1949.

<sup>20</sup> ECS-FCG, documentos LCS 49.3.28 de 19.02.1947 e LCS 49.3.29 de 02.04.1947.

<sup>21</sup> ECS-FCG, documento LCS 49.3.60 de 26.06.1950.



### **Bibliografia complementar**

CALDAS, João Vieira, «O prédio e a moradia na obra de Cristino da Silva», in *Luís Cristino da Silva [arquitecto]*. Lisboa: F. C. Gulbenkian/CAM, 1998, pp. 104-125.

FERNANDES, José Manuel, «Luís Cristino da Silva, a obra: enquadramento e síntese», in *Luís Cristino da Silva [arquitecto]*, Lisboa, F. C. Gulbenkian/CAM, 1998, pp. 36-97.

RODOLFO, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002.



**Fig. 1 – Mausoléu de Alfredo da Silva**



Fig. 2 – Moradia germinada no Bairro de S. Bárbara

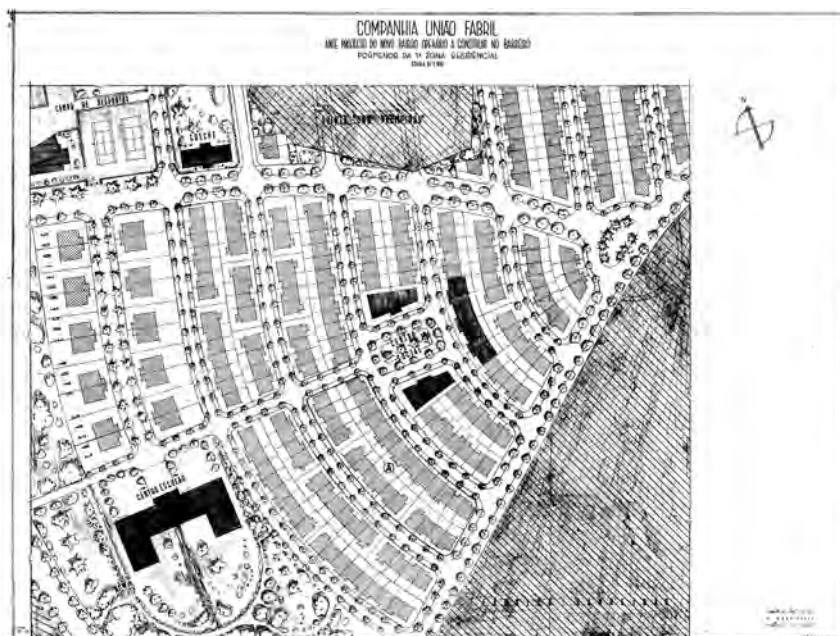


Fig. 3a – Estudo de 1945 para o novo bairro operário

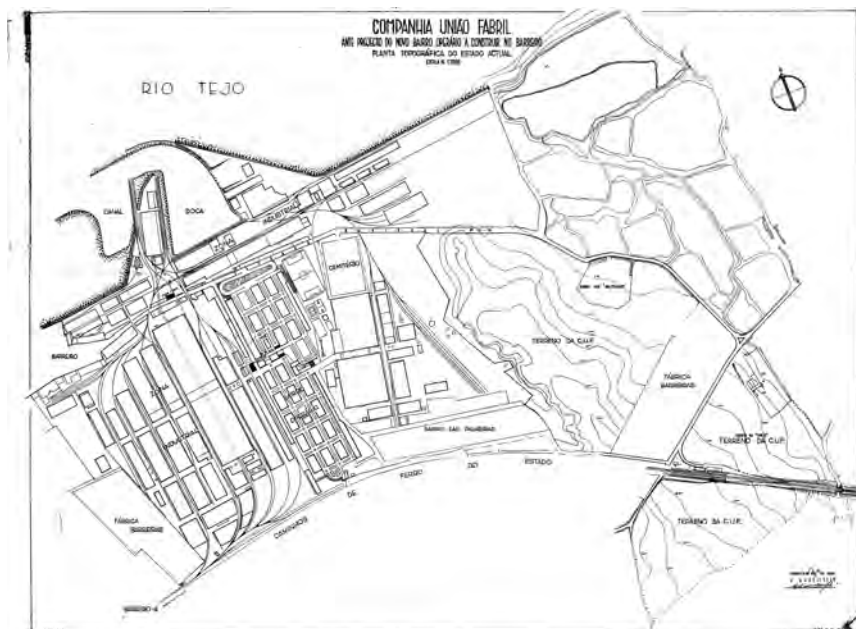


Fig. 3b – Estudo de 1945 para o novo bairro operário

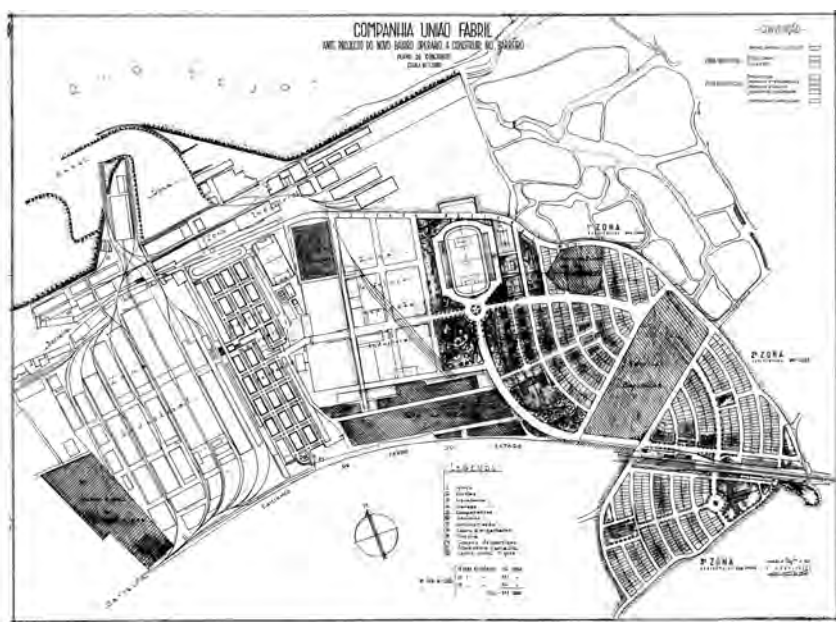


Fig. 4 – Estudo para o novo bairro operário, variante C (1949)



**Fig. 5 – Bloco para o novo bairro operário construído segundo projecto do Arq. Fernando Silva**



# Novas indústrias, novas formas

*Deolinda Folgado\**

---

«A indústria substituiu a arte»

Victor Hugo

## **I – Técnica – arte: um binómio da modernidade**

Durante os últimos dois séculos a técnica desempenhou um papel decisivo no nosso quotidiano, integrando hoje uma cultura cada vez mais ampla. A técnica apropriou-se do saber fazer, dos novos hábitos, de uma nova mentalidade, da economia, incorporando os avanços da ciência ou desenvolvendo conceitos estéticos associados à produção. Neste tempo de mudança constante, as transformações operadas manifestaram-se na evolução das ferramentas, das máquinas<sup>1</sup>, das formas de energia ou dos locais onde se procedia à obtenção dos produtos.

Esta evolução da técnica<sup>2</sup> abrangeu e relacionou fenómenos como o conhecimento, as diversas artes e saberes aplicados a uma operação, onde se associaram as ferramentas, os instrumentos ou as máquinas. A criação da fábrica moderna<sup>3</sup> constituiu um reflexo directo destas mudanças. Emergindo no momento em que o desenvolvimento da técnica possibilitou a conexão de uma determinada forma de energia – a hidráulica – aos procedimentos industriais,

---

\* IGESPAR - Departamento de Inventário, Estudos e Divulgação.

a fábrica moderna instalou-se num edifício central que reuniu máquinas, ferramentas, homens, superando práticas sociais e culturais de trabalho até então existentes, quebrando, inclusive, o isolamento e a organização domiciliária da produção.

Com a industrialização a técnica ligou-se aos conceitos da ciência, que se encontrava em acelerado desenvolvimento desde o século xvii. Esta associação entre a técnica e a ciência rompeu com a relação conhecida entre o homem e o trabalho, ocorrendo uma tarefa prática de execução e a concepção.

Por sua vez, a oposição entre técnica e arte sedimentara-se, ao mesmo tempo que se fundira o binómio técnica e ciência, esperando-se que o momento correspondente ao sincretismo destas realidades se cumprisse.

A partir de meados do século xix até ao início do século xx, sensivelmente, esta questão da separação entre técnica e arte foi motora de inúmeras discussões, opiniões, e agenciadora de novos modelos de pensamento<sup>4</sup> e soluções que visaram ultrapassar esta fragmentação. Pensadores como John Ruskin (1818-1900), William Morris<sup>5</sup> (1834-1896) ou Victor Horta<sup>6</sup> (1861-1947) e Henry Van de Velde<sup>7</sup> (1863-1957), revelaram-se fundamentais para o desenvolvimento das *Arts and Crafts*<sup>8</sup> e da *Arte Nova*, preconizando um novo conjunto de valores para a sociedade.

Porém, o ambiente que se vivia encontrava-se demasiado impregnado de novidades. A máquina, a mecanização e os novos sistemas operativos estendiam-se aos transportes, como o comboio, o eléctrico, os elevadores, o barco; à actividade mineira ou fabril; à construção de novos equipamentos como as estações, as pontes em ferro, os portos; aos sistemas de distribuição do gás ou da água e da luz; provocando verdadeira revolução nos arquétipos de vida existentes<sup>9</sup>.

Estas novidades esboçaram outros referentes. O espaço físico da fábrica, o complexo industrial e a plasticidade das máquinas, introduziram novos materiais e novas formas, contribuindo para a formação de outros valores estéticos e arquitectónicos. «Qualquer coisa pode considerar-se perfeita no seu género quando está conforme a sua finalidade», ou «Não pode haver conflito entre o Belo e o Útil. O objecto adquire a sua beleza no momento em que a sua forma é a expressão manifesta da sua função»<sup>10</sup>, escrevia Paul Souriau na sua obra *La Beauté Rationnelle*, de 1904. Adolf Loos (1870-1933) empreenderá uma luta contra o ornato, ideia claramente expressa na sua obra *Ornement et crime* (1908), contribuindo para a solução estética do problema da arte e afastando-se do caminho empreendido pela *Arte Nova*.

A fábrica transformou-se num símbolo e a indústria ou a técnica em sinónimo de criação. O mito da máquina nascera. Procurou-se uma nova

obra, uma nova forma. O mundo da técnica constituiu inspiração para a arte, ultrapassando-se a dificuldade sentida em relação à utilidade que deixou de ser um obstáculo. Ensaia-se a assunção do discurso tecnológico.

A reconciliação entre a indústria e a arte forjou-se num mundo das vanguardas de início do século XX, numa procura do novo e de uma união entre os aspectos práticos e funcionais ou nas mudanças promovidas pela técnica e ensaiadas nas novas construções industriais. Mesmo sem intenções arquitectónicas, muitas das instalações resultantes da actividade fabril definiram uma nova estética através dos seus volumes, dos seus vazios, dos seus jogos de luz e sombra, imprimindo um sentido de mudança à arquitectura coetânea e ao desenvolvimento industrial. Antonio Sant'Elia e Filippo Tomaso Marinetti, em 1914, na sua «L'architecture futuriste», referiram que *L'architecture se détache de la tradition pour repartir à zéro. Le calcul de la résistance des matériaux, l'utilisation de béton armé et du fer rendent impossible une «architecture» dans le sens classique et habituel du terme. Les nouveaux matériaux de construction et nos conceptions scientifiques sont incompatibles avec la discipline des styles historiques [...] La première est un nouvel idéal de beauté, encore embryonnaire, mais qui commence déjà à fasciner les masses. Nous avons perdu le sens du monumental, du massif et du statique et enrichi notre sensibilité du goût de léger et du pratique, «de l'éphémère et du rapide»*<sup>11</sup>.

Dentro deste quadro de referências parece natural ter-se definido uma estética industrial, atribuindo-se à própria força da máquina uma qualidade plástica<sup>12</sup>. A inovação foi entendida como uma expressão do espírito da época<sup>13</sup>. Esta ideia, plenamente assumida pela cultura *pop*, pretendeu banalizar as máquinas como referência ou os objectos industriais produzidos pela própria indústria *standardizada*.

A partir da segunda metade do século XIX, a indústria química foi uma das que mais se desenvolveu, contribuindo para o aparecimento de uma nova e variada gama de produtos, desconhecidos até então, como os fertilizantes, os detergentes ou os têxteis sintéticos. A concepção destas unidades tinha como primazia, de facto, a correlação entre o funcionamento, a eficácia, o saber científico e a técnica. As formas alcançadas com este primado da técnica constituíram uma enorme e inovadora realidade visual, povoando vastos e múltiplos territórios onde populações arrancadas ao campo alimentaram o mito do maquinismo e da crença na indústria.



## II – A não catalogação das formas. Um experimentalismo necessário

A forma, questão que se encontra muito presente na cultura estética do século xx, poderá estar associada a uma necessidade de inventar uma estabilização exterior perante a passagem do tempo, superando o carácter efémero que a indústria preconizara, mesmo ao nível formal.

Para Kant (1724-1804), por exemplo, a forma continha em si factores de transcendência ao incorporar o intangível como uma condição anterior ao conhecimento. No entanto, Henri Focillon (1881-1943), autor da *Vie des formes*, sublinhou que a característica fundamental da forma se encontra na exterioridade. A extensão, a matéria e a técnica revelaram-se aspectos essenciais da forma, reflectindo um pensamento coevo à época. Segundo esta perspectiva a forma passou a ser indissociável da matéria. Numa arquitectura ou edificação industriais a forma e a função aparecem como constantes correlacionadas, bem como os materiais de construção empregues. Este entendimento da forma reduzida à sua essência material conduziu às teses defendidas por Loos.

Uma das maiores potencialidades do século xx, no âmbito da construção, relacionou-se com a possibilidade de utilizar novos materiais, permitindo uma mudança na forma das edificações e dos contextos que anunciaram novas paisagens. Gerou-se uma forma dependente de imperativos funcionais, reveladora dos materiais e dos métodos construtivos. A função é entendida como o sinónimo de *verdade*.

Os espaços industriais contribuíram para uma nova prática discursiva, associando-se a sua configuração ao uso. A função industrial solucionara, fundamentalmente, premissas de ordem económica ou operativa, afastando-nos do universo de Alberti, já que questões como a comodidade ou o equilíbrio clássico praticamente desapareceram.

A fábrica moderna tenderá a responder a um novo modo de operar com as máquinas, que se alteraram e reorganizaram, sustentando uma produção mecanizada e em série. A espacialidade da fábrica moderna, geradora de uma nova condição social de trabalho, revelou não só a sua nova função produtiva, como outros materiais que, em simultâneo, permitiram o desenvolvimento de uma cultura diferente de produção e de construção.

O caminho empreendido, desde o tempo das manufacturas, para a optimização de um espaço funcional destinado à produção industrial mecanizada, centrou-se na resolução de condições que melhorassem as tarefas, desde o motor energético até ao desenvolvimento da electricidade ou da presença constante de luz. A premissa da produção condicionou e fomentou a experimentação,

constituindo uma condição para a busca de soluções que se adaptassem às novas condições funcionais, operativas e construtivas. O edifício que, numa fase inicial, dificilmente seria da autoria de arquitectos adaptou-se a uma ordem produtiva, gerando algumas formas *standard*, o que embarateceu soluções e normalizou respostas para problemas semelhantes, possibilitando a circulação de modelos, formas, materiais e máquinas, numa tentativa de resolver um programa completo.

As questões como a iluminação, a ventilação, a ordem, o tempo, o uso de materiais económicos e seguros como resposta aos cataclismos (incêndios ou terremotos), a procura de uma organização mais racional na disposição das máquinas ou na produção podem ser apreendidas nas *mills*. Estas fábricas caracterizaram-se, sumariamente, por ter cerca de oito ou nove andares, um sistema de construção que assentava em colunas e vigas em T de ferro e fachadas rasgadas por significativos vãos de janelas. Este sistema construtivo permitiu a criação de maiores vãos e a repetição de módulos construtivos.

Albert Khan e Henry Ford constituíram uma equipa que, no início do século xx, lidou com premissas de uma enorme exigência produtiva, geradoras do trabalho científico, onde as soluções técnicas e construtivas constituíram uma resposta à condição do trabalho mecanizado e em série, o que implicou, pelo menos, eliminar o tempo supérfluo. A primeira fábrica (1909) de Albert Khan, a *Automobile Assembly Building*, construída em Highland Park, resultou da colaboração com Henry Ford, e constituiu uma espécie de balão de ensaio ao articular a linha de montagem (inaugurada em 1913) com os novos métodos construtivos, resultando num extenso e rígido volume em vidro com estrutura em betão armado<sup>14</sup>.

Esta fábrica teve de responder a uma nova forma de produção, organizando sistemas produtivos e máquinas ou sistemas mecanizados e inexistentes, até então, adaptando-se uma nova energia, a eléctrica. Desenhara-se um novo léxico construtivo que influenciou outros programas, numa busca de novas formas, espaços, estruturas, o que conduziu a uma outra ordem estética.

As construções industriais excederam, no entanto, este conceito de fábrica moderna, onde a experimentação de materiais estruturais como o ferro ou o betão, permitiu a criação de uma nova beleza, de um novo conceito de espaço e forma ou de uma nova ideia de arquitectura. A própria tecnologia definiu, ela mesma, um padrão cultural, associado ao mito do maquinismo. É que as fábricas modernas ultrapassaram as fronteiras do edifício, mesmo que este tivesse grandes vãos<sup>15</sup> independentes de pilares, em ferro ou em betão, antecedendo as diversas soluções parabólicas em betão armado ou pré-esforçado.

Estes novos materiais generalizaram-se, também, na indústria química, na construção de pontes, nos silos, nas fábricas de moagem, na indústria do gás e da electricidade, ou nas siderurgias. Os altos-fornos, os gasómetros, os fornos de cimento, enquanto estruturas técnicas, integradas em sistemas de fabrico mais vastos, impuseram a sua forma através da sua função produtiva despojada de qualquer edifício. Muitas das fábricas químicas não representaram mais do que uma vontade de fechar as suas variadas formas em invólucros normalizados, ficando muitas destas estruturas produtivas, de transporte ou de transformação completamente expostas, o que contribuiu para uma nova ordem figurativa. Criara-se uma cultura material, diferente.

### **III – O contributo da indústria química**

#### **3.1 – A Companhia União Fabril**

A Companhia União Fabril (CUF) operou transformações radicais no ambiente construído existente ao vincular amplas extensões territoriais à produção de produtos químicos, tanto no Barreiro, como em outros locais do país. Esta acção pode ser considerada precursora e de âmbito nacional. A sua dimensão assentara na construção de amplas áreas industriais, na edificação do caminho-de-ferro ou de instalações portuárias ou sociais, obras que se consolidaram de um modo brusco, face ao ritmo das transformações conhecidas até então.

A actuação empreendedora da empresa, visível na alteração de um território de feição industrial, dependeu exclusivamente da procura de uma eficácia da operatividade fabril. Assistiu-se, muitas vezes, a uma certa ausência de critérios claros, quer a nível da organização, quer da articulação das múltiplas edificações. O sucesso deste vasto projecto dependeu, tanto das inovações técnicas ou produtivas, como da organização da empresa ou da integração de múltiplas unidades industriais, cujo objectivo assentou na eficácia técnica e produtiva, o que provocou enormes alterações num curto espaço de tempo. As mesmas indústrias conheceram, no mesmo território, várias gerações tecnológicas. Alteraram-se e adaptaram-se edificações existentes, construíam-se novos edifícios, introduziram-se materiais substancialmente diversos em relação aos utilizados inicialmente e adquiriam-se tecnologias mais eficientes e modernas.

Os anos de 1907 a 1909 corresponderam à fase de construção e instalação do complexo do Barreiro<sup>16</sup>. A produção arrancou com uma fábrica de extracção

de óleo de bagaço, a 19 de Setembro de 1908, seguindo-se em 1909 as restantes instalações. *O complexo fabril era, nessa altura, constituído pelas fábricas de ácido sulfúrico, e de adubos (com armazém de matérias primas); armazém de superfosfatos; silos; edifício para laboratório, escritórios, armazém de aparelhos eléctricos e carpintaria; armazém de juta, linho, tecidos e sacos; fábrica de ácido clorídico; casa do guarda; estação de caminho-de-ferro; correios, casa de habitação ou posto médico; bairro operário; fábrica de tártaros, armazém de azeites e material de reserva; tanques de azeite, filtros e instalações de aquecimento no armazém; hotel (apetrechado com roupas); e móveis de escritório*<sup>17</sup>.

Esta primeira fase, que correspondeu à integração de fabricos<sup>18</sup>, deu lugar, a partir dos anos 20, à incorporação das áreas complementares, *como as actividades têxtil e metalomecânica, ampliando as actividades iniciadas nos primórdios das fábricas e permitindo um desenvolvimento autónomo, não limitado às necessidades do complexo, mas também voltado para actividades do Grupo externas ao Barreiro e para um mercado próprio*<sup>19</sup>.

As fábricas organizaram-se por zonas, departamentos e serviços. Uma zona correspondia ao conjunto de instalações e fabricava produtos afins (ácidos, adubos, etc). Os departamentos e serviços prestavam a assistência às diferentes zonas, desenvolvendo-se uma constante articulação entre a parte operativa, técnica e produtiva. Por volta de 1908, encontravam-se construídos cerca de vinte e oito edifícios, existindo em 1957 cerca de duzentos edifícios. Assim, em 1958, a área total fabril e social ocupada era de 2 145 000 m<sup>2</sup> <sup>20</sup>.

As edificações da primeira fase, até sensivelmente aos anos 30, estiveram a cargo do engenheiro químico francês Stinville, director técnico<sup>21</sup> das instalações do Barreiro de 1907 a 1927, e comumente referenciado como o autor dos projectos das fábricas de ácido sulfúrico, de superfosfatos e de sulfato de cobre<sup>22</sup>.

A primeira secção da fábrica de ácido sulfúrico<sup>23</sup> (pelo processo das câmaras de chumbo) entrou em funcionamento por volta de 1909 e incorporou um saber e um conhecimento técnico de nível europeu, já que Stinville transportou a sua experiência industrial relativa à tecnologia francesa. Esta unidade de ácido sulfúrico, um dos edifícios mais significativos para a indústria química do Barreiro e de Portugal, já hoje inexistente, compunha-se por várias naves justapostas e organizadas de acordo com os procedimentos produtivos. Apesar de nos encontrarmos no início do século xx, onde o uso do betão armado começava a expandir-se nas construções industriais, assistiu-se ao uso exclusivo da madeira (*pitchpine*) como material de construção e estrutural deste conjunto de naves, empregando-se nas coberturas, de duas águas, a telha. A tecnologia utilizada para a obtenção do ácido sulfúrico, assente nas câmaras de chumbo,

condicionou a opção dos materiais a utilizar na construção destes edifícios, dado a acção corrosiva que este processo exercia sobre materiais como o betão. A madeira representou o material mais seguro de construção, adaptado a esta fase tecnológica da indústria química, uma herança do século XIX.

Os diversos edifícios onde se localizaram os fornos, a instalação de malaxagem, os armazéns ou os silos, definiram um grande conjunto coerente e harmonioso, com uma estética industrial marcada, não só pela presença da chaminé, como pelos diversos telhados de lanternim, condição básica para uma ventilação mínima das operações químicas que ocorriam no interior dos edifícios. As diversas naves da fábrica de sulfato de amónio reconhecem-se pelos seus volumes oblongos, com uma fenestração escassa, marcados, essencialmente, pela textura das suas superfícies em madeira. As diversas soluções construtivas encontradas recorreram a naves, a asnas, a telhados em lanternim, constituindo uma resposta ao processo tecnológico utilizado e às fases das operações realizadas. A construção adaptara-se à tecnologia, constituindo uma casca tradicional<sup>24</sup> para uma nova indústria.

Nesta primeira fase, outras soluções construtivas foram ensaiadas, recorrendo-se a materiais indissociáveis de uma primeira industrialização, como as vigas em ferro e o tijolo vermelho. Encontramos alguns desenhos da autoria de um dos engenheiros que trabalhou com Stinville, Casterá que esteve na fábrica até 1927. As soluções propostas pela equipa de Stinville, mais concretamente por Casterá, basearam-se na aplicação de materiais económicos e de formas reproduzíveis exaustivamente.

O desenho da fachada longitudinal para o edifício da metalurgia do cobre, datado de 1924, revelou um método estandardizado de construção. As paredes deste edifício compunham-se por um sistema quadriculado em ferro, preenchido ou por tijolo ou por janelas em vidro, utilizando-se peças prefabricadas e soluções testadas com alguma frequência, pelo menos desde o último quartel do século XIX. Em França, refira-se a fábrica de *Menier* com a sua estrutura em ferro datada de 1871-72. Esta solução devia ser aplicada a uma nave, cuja resposta para a cobertura seria uma asna em ferro, de acordo com o desenho do Armazém de Enxofre Bruto do Barreiro, datado de 1927. As naves permitiam a obtenção de um vão livre, de extrema utilidade para a instalação das máquinas ou realização das operações necessárias. Ainda que o edifício do Armazém de Enxofre fosse marcado por pilares em ferro e panos de tijolo, dado o seu carácter de contentorização, o princípio construtivo foi similar ao do da Metalurgia do Cobre (1924).

O espaço industrial desta fase inicial, pelo menos até aos anos 30, caracterizou-se por este tipo de soluções arquitectónicas, dependentes de materiais como a madeira, o ferro e o tijolo, recorrendo a soluções formais indissociáveis do universo fabril, como as naves, o que conformava um universo de texturas e cores comuns aos da primeira geração industrial.

*Depois de um primeiro período associado a um «conservandorismo tecnológico», em que as instalações e materiais respondiam rentavelmente e com fiabilidade às necessidades que lhes eram atribuídas – o sucessivo recrutamento de engenheiros e a as modificações tecnológicas do pós-guerra produzem inevitáveis efeitos e permitem acompanhar as exigências de qualidade e de intensificação de processos<sup>25</sup>.*

Será já no segundo período de renovação da CUF que se encontraram soluções construtivas e formais mais ousadas e dependentes de outros materiais de construção, o que correspondeu, também, a uma actualização tecnológica.

Esta etapa coincidiu com a fundação de um corpo técnico da CUF. Em 1934 criou-se o departamento de projectos e em 1945 a primeira sala de desenho. De modo a dar resposta a um volume de trabalho mais significativo e diferenciado, a partir dos anos 50, o número de desenhadores e engenheiros<sup>26</sup> admitido foi sendo cada vez maior, já que as diferentes zonas estavam em constante remodelação. Novos fabricos instalavam-se e o equipamento industrial renovava-se a um ritmo acelerado. O Centro de Projectos<sup>27</sup> da CUF (1960)<sup>28</sup>, que se encontra na génese da Profabril (1963), constituiu um serviço fundamental para a montagem, a execução e a conservação das estruturas industriais, bem como para a instalação das novas fábricas, de acordo com princípios normalizadores e económicos.

De facto, o departamento de projectos encerrou uma estrutura fundamental na organização desta indústria, vindo a substituir a equipa de engenheiros estrangeiros responsável pela construção do núcleo fabril inicial, passando a articular-se com as empresas que vendiam o projecto e os equipamentos à CUF e ficando responsável pelas múltiplas actualizações ocorridas no perímetro fabril. A partir da data da criação deste departamento (anos 30), as obras de autor neste conjunto industrial revelaram-se praticamente inexistentes, excepto nas construções relacionadas com o programa social.

A instalação de Sulfato de Amónio<sup>29</sup> (c. anos 50) representa um dos exemplos de compra da tecnologia acompanhado de projecto, à firma Inglesa *Imperial Chemical Industries, ICI*<sup>30</sup>, do complexo de Billingham, que há muito tinha relações comerciais com o grupo CUF.

A fábrica de Sulfato de Amónio<sup>31</sup> compunha-se por uma instalação que integrava a linha de caminho-de-ferro com os respectivos vagões, as áreas de

armazenagem da matéria-prima, de obtenção do produto e de armazenamento do produto final.

O projecto da firma ICI para a instalação do sulfato de amónio incluía o sistema e o equipamento vendido pela própria empresa, integrando os compressores, os saturadores, os depósitos, as centrifugas, os ventiladores, etc. Estes equipamentos encontravam-se associados a um sistema operativo que se processava numa nave com estrutura em betão, que completava o programa técnico.

Esta nave caracterizava-se por uma caixa marcada nas suas fachadas, de maior dimensão, por uma grelhagem desenhada entre os sete pilares em betão armado. Esta grelhagem, fundamental para a iluminação e a renovação do ar no interior do edificado, conferia ao edifício uma leveza ao desmaterializar a noção de caixa que encerra a função. O conjunto assume a sua feição industrial no depósito circular, em metal, para as matérias-primas e no silo para armazenar o sulfato de amónio. O silo salientou-se pelo seu volume longitudinal marcado pela profusão e constância rítmica dos elementos estruturais em betão armado, revelado nas nervuras de rigor matemático.

Outro silo edificado no perímetro industrial da CUF foi o de enxofre<sup>32</sup> (1960), uma das construções mais singulares<sup>33</sup> deste complexo e desta fase. Concebido no centro de projectos da CUF, a *instalação compõe-se de 3 tegões, que recebem o enxofre do navio por intermédio de guindastes com dispositivo automático de pesagem incluído e o enviam, através de alimentadores distribuidores, para a correia transportadora. O transportador de correia conduz o enxofre até a um dispositivo espacial que procede à distribuição por esse silo, cuja capacidade é de 5000 toneladas*<sup>34</sup>. O silo destacara-se na sua volumetria parabólica, expressão plástica conseguida e possível devido à utilização do betão armado, que aqui é empregue nas suas máximas potencialidades, onde a forma e a função aliadas a soluções económicas de construção, exploram inequivocamente as vantagens plásticas deste material e sistema construtivo, reconhecendo-se a sua tendência infraestrutural inovadora.

Em ambas as instalações, integradas no segundo momento de crescimento, procurou-se responder a exigências de natureza puramente funcional e operativa, esquecendo-se, muitas vezes, os aspectos relacionados com o tratamento plástico do edifício. No entanto, a valorização plástica do conjunto obteve-se através de soluções técnicas e construtivas adaptadas aos processos produtivos e tecnológicos ou a funções de contentorização ou transporte. Pode afirmar-se que a sinceridade construtiva equivale à criação de um invólucro para aumentar a eficácia da indústria ou da função produtiva, recorrendo a materiais e a soluções económicas, que conferem um sentido utilitário ao conjunto. A

concepção da fábrica moderna, que concentra em si uma produção em série, alterou-se, passando a integrar tanto os sistemas produtivos, como os complexos de produção que articulam várias funções e se distribuem isoladamente pelo território, rodeados por transportadores e tubagens que conduzem vapor ou outras substâncias químicas.

### 3.2 – Amoníaco Português

O Amoníaco Português nasce em 1941<sup>35</sup>, no âmbito da política das novas indústrias que dependiam do desenvolvimento da electricidade, procurando-se, simultaneamente, implementar a via do fomento industrial, tão defendida pelo engenheiro Ferreira Dias (1900-1966), e o progresso da agricultura através da utilização de fertilizantes como os adubos azotados, favorecendo as indústrias base. Ou seja, ao desenvolver o Amoníaco Português apostava-se no progresso tecnológico em cadeia, já que se perspectivava obter um estado de permanente crescimento, impulsionando a introdução de novas indústrias<sup>36</sup>. As indústrias base visavam, também, contribuir para a substituição das importações e impulsionar o consumo interno de produtos portugueses, no caso dos adubos azotados, da electricidade e das pirites.

O processo para a instalação do Amoníaco Português foi longo e a fábrica só se inaugurou onze anos após a constituição da empresa, a 19 de Maio de 1952. A definição de um plano de conjunto constituiu uma condição base para a criação de uma moderna fábrica de adubos químicos, procurando reunir condições base de funcionamento como o fornecimento de energia eléctrica ou a abundância de água. Em 1943, os planos eram praticamente inexistentes, os desenhos apenas preliminares e não havia uma articulação entre as várias unidades<sup>37</sup>, que no complexo de Estarreja contemplaram: o contacto (produção de ácido sulfúrico), a electrólise (produção de hidrogénio) e a síntese do amoníaco<sup>38</sup>.

Numa planta de 1947, parte do conjunto industrial (não consta a produção de ácido sulfúrico, ou do hidrogénio) encontrava-se implantado respeitando uma lógica funcional. O Amoníaco Português foi concebido e organizado de acordo com princípios urbanos funcionais, localizando-se na área da portaria os edifícios de cariz social ou que maior contacto tivessem com o exterior, como o refeitório, os balneários, a administração ou os laboratórios, enquanto que uma área mais distanciada ficava vocacionada para os edifícios da electrólise, do contacto, da destilação de água e do silo. Este conjunto integrou vários edifícios



fabris, nos quais se obtinham diversos produtos que se encontravam na base do fabrico do amoníaco, produzido, finalmente, no edifício da Síntese.

Este edifício constituiu, sem dúvida, o elemento organizador desta urbanidade industrial, representando mesmo um *ex-libris* da moderna indústria. Foi em torno do edifício da Síntese que as artérias de circulação se desenvolveram, localizando-se entre a área social e administrativa, a industrial, a de armazenagem e a de expedição. Esta centralidade reforçou-se pela presença de um edifício que se demarca pela sua escala e dimensão, em relação ao conjunto.

A revista *Arquitectura*, de Agosto de 1946, publicou na capa sob o título *Arquitectura Industrial*, uma perspectiva de um edifício fabril da autoria do arquitecto Lima Franco (1904-1970). Este projecto destinara-se a uma fábrica de amoníaco, de construção moderna, que o arquitecto Lima Franco delineou com apurado bom gosto: *Esta edificação, que interiormente é, como se pode designar oca, pois apenas consiste em exteriores – paredes e cobertura, é a realização do tipo de arquitectura destinada às instalações industriais de feição própria dos tempos actuais. [...].*

*Como projecto é curioso, belo, harmónico de proporções e reflete uma grandiosidade arquitectónica de apreciado cunho artístico*<sup>39</sup>.

Ainda que as peças desenhadas, a que tivemos acesso, não estivessem assinadas, parecendo ser cópias do projecto definitivo, a autoria do edifício da Síntese ou mesmo do conjunto pode ser atribuída ao arquitecto Lima Franco, apesar das alterações reveladas nos edifícios face ao desenho divulgado na revista *Arquitectura*. *Para pôr a concurso o edifício síntese, no que ultrapassa as fundações, é preciso esperar algum tempo para se fazerem simplificações no primeiro projecto e pormenorizações que no mesmo não existem*<sup>40</sup>.

O edifício construído da Síntese perdeu algumas das soluções apresentadas em 1946, como o desenho das secções da parede inteira que definem os cantos da edificação, denotando uma incontestada aproximação formal às soluções de viga inteira apresentadas por Peter Behrens para a fábrica de turbinas da AEG, de 1908-09. Aliás, apesar das alterações ocorridas no projecto da Síntese, a sua solução final revelou clara inspiração no edifício das turbinas, recorrendo ao betão armado como material estrutural.

No edifício da Síntese optou-se por pilares em betão armado marcados nas fachadas laterais, revelando secções geométricas que acentuaram a verticalidade da construção e a demarcação de um ritmo constante e passível de ser repetido, caso as exigências funcionais assim o exigissem. Estes pilares, que também conferem uma escala monumental ao edifício, foram intercalados por

panos rasgados por grandes janelas, acompanhando a verticalidade imposta pela estrutura do edificado.

A fachada principal voltada para a praça do interior do conjunto e portaria apresenta um *lettering* que revela a sua função, enquanto a fachada voltada para o caminho-de-ferro comunica o nome da empresa *Amoníaco Português*. O *lettering* que se inscreve na fachada sobre os três verticais vãos de janelas abandona a solução apresentada na *Arquitectura*, onde as designações se desenhavam num frontão triangular<sup>41</sup>. O *lettering* integrou, mesmo, uma das opções do programa arquitectónico, pois vários edifícios ostentaram a designação da sua função, aparecendo como um elemento gráfico do desenho das fachadas.

A marcação vertical dos pilares foi revelada e expressa, também, no interior do edifício, onde a iluminação natural abunda. O edifício caracterizou-se por uma grande nave industrial, onde se instalaram os compressores<sup>42</sup> para obtenção do amoníaco conferindo-lhe a sua ossatura estrutural, uma dimensão sacralizada, bem podendo designar-se por catedral da indústria. No interior, os pilares em betão armado desempenham uma dupla função, para além de estruturais serviram de suporte a uma calha, na qual corre uma ponte rolante, e que, simultaneamente, funciona como o lintel da grande nave. Esta calha assenta numa base que descarrega numa espécie de capitel, solução encontrada para terminar o pilar e receber este sistema de transporte das grandes peças. O edifício parece ter uma cobertura que se apaga perante a sua escala, mas a opção pelas asnas em ferro justifica-se por questões de manutenção e segurança.

Na nave da Síntese utilizou-se o betão armado como solução estrutural e como princípio da estética do edifício, onde os pilares funcionaram como pontos de apoio à ponte rolante e às asnas da cobertura. A linguagem formal resultante de uma colaboração entre arquitectura e engenharia utilizou um número limitado de elementos, que tecnicamente foram fáceis de produzir e reproduzir como os pilares, normalizando e estandardizando soluções para um edifício de produção industrial. A luz constituiu um elemento fundamental neste edifício rasgado pelas verticais janelas, que acenturam a marcação regular de uma ossatura em betão armado.

A luz constituiu, também, uma condição essencial no edifício da Síntese II, inaugurado em 1958, o qual integrou a segunda fase da empresa. Sendo esta ampliação atribuída ao engenheiro Correira de Araújo, professor na Faculdade de Engenharia do Porto, pelo menos o edifício da gaseificação datado de 1956, foi possível que o complexo da segunda fase tivesse tido a colaboração de algum arquitecto, podendo também revelar a importação de algumas soluções a par do equipamento técnico, hipóteses a pesquisar em futuros trabalhos.

O edifício da Síntese II representa um dos mais significativos exemplares da arquitectura industrial moderna, direccionado para a indústria química, construído em Portugal. O desenho expressa uma enorme delicadeza. A função e toda a estrutura foi subtilmente disfarçada por uma pele que o envolveu e dignificou, lembrando a arquitectura associada a algumas barragens de finais dos anos 50<sup>43</sup>.

No interior desenvolveu-se uma estrutura em betão assente em pilares que também suportaram uma ponte rolante que recebe os maquinismos desta nova fase para a obtenção de amoníaco. Esta ossatura em betão não foi revelada como no edifício da Síntese I, inaugurado seis anos antes. A nave da Síntese II reconhece-se no equilibrado diálogo entre os panos de tijolo e as grandes superfícies reticuladas que constituem os janelões. Em oposição à verticalidade do edifício da Síntese I, o da Síntese II caracteriza-se por um volume puro, marcado pela sua horizontalidade, sublinhada pelas firmes molduras dos janelões e pela sua cobertura plana, apesar do lanternim. Construção plenamente integrada numa arquitectura moderna coetânea.

A Síntese II integrou um complexo mais vasto de edifícios, em número e em função similares ao da Síntese I, que se encontravam articulados por condutas que desenharam no espaço formas e volumes que atribuíram um certo carácter dinâmico ao conjunto.

A análise efectuada aos edifícios da CUF e do Amoníaco Português, para um período de cinquenta anos – de 1909 até 1958, apresentou soluções diferenciadas quanto à organização do espaço ou à articulação das áreas produtivas, funcionais ou mesmo de carácter social. Pretendeu-se ensaiar uma primeira perspectiva referente a algumas soluções construtivas encontradas em complexos da indústria química mais importantes, em Portugal, numa fase em que a industrialização foi tão significativa para a criação de novos valores culturais, sociais e económicos.

Reconheceu-se a utilização de soluções *standard* dependentes do uso de diversos materiais. As respostas preconizadas nos silos em betão, uma vez que em Estarreja também existem duas instalações de sulfato de amónio, onde os silos são marcados por arcos parabólicos em betão armado ou pré-esforçado tal como na CUF, reflectira essa standardização a nível de soluções construtivas. Refira-se, no entanto, que o facto de não se registarem em Estarreja edificações semelhantes às da primeira fase da CUF, justificou-se devido às diferenças cronológicas e técnicas inerentes.

Os restantes edifícios analisados, apesar de revelarem diferentes materiais ou soluções, ensaiaram propostas com maior ou menor cuidado formal, que

ocultando as produções químicas expressas nos diversos equipamentos e tubagens aí instalados, um dos paradigmas desta indústria. Quanto ao Amoníaco Português, salientou-se a edificação da Síntese I e a sua clara alusão à casa das turbinas de Peter Behrens.

## Notas

<sup>1</sup> A máquina é um dos instrumentos ligados à produção que mais beneficiaram com o desenvolvimento da técnica. A máquina tem de ser entendida dentro do respectivo complexo tecnológico. As máquinas foram determinantes para a realização de um trabalho mensurável, incrementando as capacidades mecânicas que possibilitaram a obtenção de um produto cada vez mais normalizado, impondo ao homem uma determinada ordem.

<sup>2</sup> A técnica é um termo que vem do grego – *techné* – e implica um saber especializado.

<sup>3</sup> Conjunto de acções desenvolvidas e coordenadas em torno de um motor central.

<sup>4</sup> Cf. FRANCASTEL, 2000.

<sup>5</sup> Foram autores fundamentais para a discussão sobre a arte no século XIX, recentrando esta análise em questões relacionadas com o artesanato e a indústria, e ao vincular o trabalho à inteligência, à criação e à beleza. William Morris funda em 1883 a *Art Workers Guild* e organiza, desde 1888, exposições intituladas de *Arts and Crafts*.

<sup>6</sup> O seu nome é indissociável de um movimento que procurava a renovação das artes aplicadas nascido na Bélgica.

<sup>7</sup> Henry Van de Velde introduz, no entanto, um tom de inovação sobre o debate da arte, aceitando o contributo das máquinas e da produção em série para a renovação da arte.

<sup>8</sup> Gropius enunciou na Bauhaus, de Weimar, uma unidade perdida entre arte – técnica, com o objectivo de ligar a tradição artística a uma obra total na esteira das *Arts and Crafts*.

<sup>9</sup> Em 1913, o escritor francês Charles Peguy assinalava que o mundo tinha mudado vertiginosamente nos últimos 30 anos, mais do que desde o tempo de Jesus Cristo. Cf. Hughes Roberts, *El Impacto de lo nuevo*, Barcelona, 2002.

<sup>10</sup> Cf. FRANCASTEL, 2000, p. 44.

<sup>11</sup> CONRADS, Ulrich, *Programmes et manifestes de l'architecture du XXème siècle*, Paris, Éditions de la Villette, 1991, p. 45.

<sup>12</sup> *Manifesto Futurista*, de Marinetti (1909), surge como reacção ao estado da arte de então. No apogeu do construtivismo russo (1922 – 1926), o homem é sinónimo de máquina, uma máquina ideal (*La machine libere l'Homme*).

<sup>13</sup> Em 1927, realiza-se uma exposição em Nova York intitulada *The machine age*.

<sup>14</sup> A primeira geração de edifícios com estrutura em betão não pode ser dissociada do desenvolvimento da casa francesa de François Hennebique e na Inglaterra da de Louis Gustave Mouchel (Weavers's Mill in Swansea, Weaver & Company). Em Portugal, a fábrica de moagem do Caramujo, 1898, é o primeiro sistema construtivo em betão de acordo com o sistema Hennebique.

<sup>15</sup> Exposição de Paris, 1889, a *Galerie des Machines*, salienta-se pela utilização do ferro na criação de um único vão sem recurso a apoios verticais intermédios.

<sup>16</sup> Desenvolveram-se quatro grandes fases ou períodos neste complexo: 1.ª - 1908 – 1945 – criação e afirmação, associado a Alfredo da Silva; 2.ª - 1945 – 1977 – crescimento e modernização, até à constituição da QUIMIGAL; 3.ª - 1975 – 1988 - período da QUIMIGAL,

EP, fundam-se as empresas adubeiras nacionalizadas CUF / AMONÍACO PORTUGUÊS E NITRATOS DE PORTUGAL; e o período desenvolvido a partir de 1988. De acordo com SILVA, José M. Leal da; GOMES, Gilberto; CRUZ; Isabel: 2002.

<sup>17</sup> *Informação Interna, CUF, Barreiro: CUF, 1965, p. 8.*

<sup>18</sup> Esta fase está associada à produção de ácido sulfúrico, criando um sistema de produção que aproveitasse os diversos produtos associados à pirite. In SILVA, José M. Leal da; GOMES, Gilberto; CRUZ; Isabel: 2002, p. 254. Início da produção de ácido clorídico e sulfato de sódio, como actividade colateral, em 1911.

<sup>19</sup> *Idem, Ibidem.* Iniciaram ainda a exploração mineira de pirites e a participação nas indústrias de refinação ou petroquímica.

<sup>20</sup> O total da área indicada organizava-se do seguinte modo: área fabril 650.000 m<sup>2</sup> / edificada – 250.000 m<sup>2</sup>; arruamentos, parques e cais – 400.000 m<sup>2</sup>; área social – centro educativo, refeitórios, creches e bairros – 125.000 m<sup>2</sup>; parque desportivo – 15.000 m<sup>2</sup>; área livre – 1.350.000 m<sup>2</sup> / área fabril – 900.000 m<sup>2</sup>; área social – 210.000 m<sup>2</sup>; e área sem destino – 1.350.000 m<sup>2</sup>.

<sup>21</sup> Um diverso corpo de engenheiros trabalhou com Stinville, como Pelet; o português Birne; os franceses Casterá e Sabatier; o alemão Deutsch; o espanhol Codoñer, o português Madail e de novo Castéra. Em 1927, o Eng<sup>o</sup> Madail, assume a chefia técnica das Fábricas do Barreiro. Cf. *50 anos da CUF no Barreiro*, p. 18, e pesquisa realizada pelo Eng<sup>o</sup> Leal da Silva no âmbito de um trabalho sobre o Eng<sup>o</sup> Stinville.

<sup>22</sup> Na pesquisa que realizamos não encontramos nenhum documento gráfico que indicasse a autoria das fábricas.

<sup>23</sup> A partir de 1950 inicia-se o fabrico de ácido sulfúrico pelo processo de contacto, e só em 1963 se experimenta, na prática industrial, as tecnologias de alta pressão, com a síntese de amoníaco.

<sup>24</sup> No Álbum *50 anos da CUF no Barreiro*, refere-se que em 1929, a antiga construção em madeira, que cobria os fornos das fábricas n.ºs 1, 2, 3 e 4 e a fábrica de concentração de ácidos, é substituída por uma magnífica construção metálica, com paredes em tijolo.

<sup>25</sup> Cf. SILVA, José M. Leal da; GOMES, Gilberto; CRUZ; Isabel: 2002.

<sup>26</sup> Em 1957, havia 58 desenhadores.

<sup>27</sup> Em 1959, foi admitido um fotógrafo profissional, começando a fazer-se a partir dessa altura «fotografia industrial».

<sup>28</sup> Cf. *50 anos da CUF no Barreiro*.

<sup>29</sup> Em 1952, inicia-se o fabrico de sulfato de amónio, produzindo-se 20000 toneladas, e 60000 toneladas, em 1956.

<sup>30</sup> Este grupo foi constituído em 1926. Cf. PEREIRA: 2005, p. 67.

<sup>31</sup> As matérias-primas utilizadas nesta fábrica são o amoníaco líquido, produzido a partir de hidrogénio electrolítico na fábrica da Alferrarede e o ácido sulfúrico de contacto produzido nas fábricas de ácidos do Barreiro:

1. O amoníaco é transportado em vagões – cisterna, de 12 toneladas, e é descarregado para tanques de armazenagem, por intermédio de um compressor. Nos tanques sofre um aquecimento por vapor, para lhe subir a pressão e é depois introduzido nos saturadores.

2. O ácido sulfúrico é recebido por tubagem, desde as fábricas de ácidos, e armazenado em dois tanques. Destes dois tanques é bombeado para um depósito de nível constante que alimenta os saturadores. Nestes dá-se a reacção entre o amoníaco e o ácido sulfúrico, com presença de águas saturadas, o que provoca a sobressaturação destas e a conseqüente formação de cristais.

3. A mistura de cristais e águas mães saturadas é tratada em centrífugas de maneira a separar a fase sólida da fase líquida, sendo esta recirculada para os saturadores, utilizando o tanque.

4. Os cristais são enviados pelo transportador de palhetas para uma instalação, onde são secos por meio de ar quente. À saída da instalação de secagem o sulfato de amónio sofre um arrefecimento por ar frio, sendo depois enviado para a armazenagem. Cf. *50 anos da CUF no Barreiro*.

<sup>32</sup> A partir de 1918 inicia-se a unidade de enxofre composta por: 1.º moagem – triturador, moinho de martelos, refrigerante, gasogéneo, panela de deposição de poeiras, ciclone; 2.º ventilação – crivo; moinho; peneiro rotativo; 3.º sublimação – armazenagem do enxofre em bruto; forno de fusão, câmaras de sublimação, peneiro, marmita de rolos, molde e vazilha.

<sup>33</sup> Já se encontra em funcionamento na ponte – cais n.º 5 a nova instalação de transporte – descarga e armazenagem do enxofre que vem substituir o antigo processo efectuado através do vagão com descarga manual. [...] As suas características principais são: alto rendimento de descarga – cerca de 15 vezes superior – e grande economia de mão-de-obra – cerca de 50% – que se traduzem num aumento de produtividade da ordem de 28 vezes por Homem / hora em relação ao antigo processo, não considerando as manobras do transporte ferroviário agora dispensadas. *Informação Interna, CUF, Barreiro, CUF, 1964, p. 18.*

<sup>34</sup> *Idem.*

<sup>35</sup> Em Fevereiro de 1941, dois administradores da SAPEC, Antoine Velge (presidente do CA) e Marc Van Kelecom (administrador delegado), pedem, em seu nome, o exclusivo (por 10 anos) para a instalação em Estarreja de uma fábrica de sulfato de amónio, pelo sistema Casale, para a produção de 400 t / dia de sulfato de amónio. O capital social é fixado em 36 000 contos. In PEREIRA: 2005. A SAPEC (Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques) tinha capitais belgas, e começou em 1928 a produzir superfosfatos em Setúbal, tendo de importar sulfato de amónio para a sua obtenção.

<sup>36</sup> O Engenheiro Ferreira Dias incluía no grupo das indústrias base a metalurgia do ferro, a metalurgia do cobre, o sulfato de amónio, os nitratos e a cianamida, a celulose e o álcool carburante.

<sup>37</sup> *Idem.*

<sup>38</sup> *Uma fábrica de sulfato de amónio compreende várias unidades industriais principais: a electrólise (a que se deve associar a instalação de grandes rectificadores / mutadores, pois o processo requer corrente contínua); o fraccionamento do ar (obtenção de azoto por destilação de ar líquido), a síntese do amoníaco (com os seus hipercompressores); a fábrica de ácido sulfúrico e a saturação (ou sulfatização, fabrico do sulfato de amónio). Isto para além do parque de pirites e de inúmeras instalações acessórias: gasómetros, depósitos, oficinas, armazéns, escritórios, laboratórios, etc. In PEREIRA: 2005, p. 41.*

<sup>39</sup> *Arquitectura*, Ano XIX, 2.ª série, n.º 7, Agosto de 1946, p. 159.

<sup>40</sup> Cf. PEREIRA, 2005, p. 47. Em Janeiro de 1945 é adjudicada a empreitada para o edifício da síntese e nos primeiros meses de 1951, a montagem da fábrica estava quase concluída.

<sup>41</sup> A parte central do frontão quebrado da fábrica das Turbinas da AEG ostenta o emblema da empresa.

<sup>42</sup> São de tecnologia alemã *Burchardt*.

<sup>43</sup> CANNATÀ; FERNANDES, 1997.

## Bibliografia

*Álbum Comemorativo Companhia União Fabril*, Lisboa: CUF, Empresas Associadas e Caixa de Previdência do seu Pessoal, 1945.

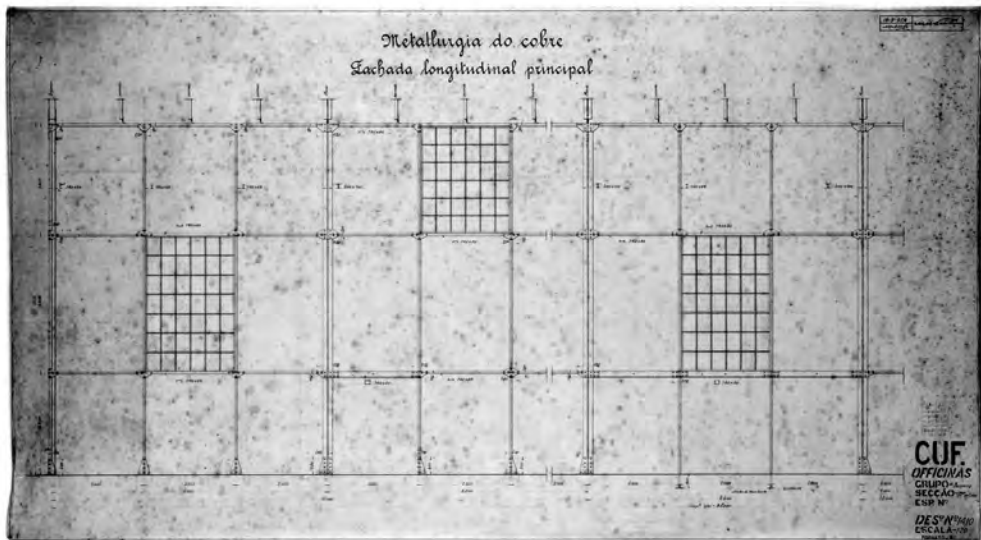
*Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*, Ana Tostões (Coord.), Lisboa: IPPAR, 2003.

*Arquitectura e Industria Modernas, 1900-1965*, Actas Segundo Seminário DO-COMOMO Ibérico, Susana Landrove (Dir.), s. l.: DO-COMOMO Ibérico, 2000.

- A Arquitectura da Indústria, 1925-1965, Registo DOCOMOMO Ibérico*, Barcelona, Fundação DOCOMOMO Ibérico, 2005.
- BENEVOLO, Leonardo, *História de la arquitectura moderna*, 8.ª edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002 [1974].
- CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima (Coord.) – *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro. 1953-1964. Picote, Miranda, Bemposta*, 1.ª Edição, Porto, FAUP, 1997.
- 50 anos da CUF no Barreiro*, Lisboa, CUF, s. d.
- CUF, Informação Interna*, Barreiro: CUF, Abril – Dezembro 1963.
- Informação Interna, CUF*, Barreiro: CUF, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969.
- AA.VV, *Industrialização e Urbanização: dois desenhos de um processo (a CUF e o bairro das Palmeiras)*, policopiado, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Sociologia, Lisboa, 1990.
- FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura e Indústria em Portugal no século XX*, Lisboa, SECIL, 2003.
- FOLGADO, Deolinda, CUSTÓDIO, Jorge, *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- FOLGADO, Deolinda, *A Arquitectura Industrial em Vila Franca de Xira. Memórias de Pedra e Cal*, Coord. Graça Nunes, Vila Franca de Xira: CMVFX, 2001, pp.181-206.
- FRANCASTEL, Pierre, *Arte e Técnica nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000.
- PEREIRA, João Martins, *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965, Adubos azotados e siderurgia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- PERNIOLA, Mario, *A Estética do século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- SANTOS, António Maria, *Para o Estudo da Arquitectura Industrial na Região de Lisboa (1846 – 1918)*, Policopiado, vol. I e II, Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- SILVA, José M. Leal da; GOMES, Gilberto; CRUZ; Isabel, *A plataforma industrial do Barreiro / Lavradio. Engenho e Obra. Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*, Coord. José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor, Maria Fernanda Rollo, Lisboa, D. Quixote, 2002, pp. 250-257.
- SILVA, Leal, *Cronologia compilada por*.
- VERCELLONE, Federico, *A Estética do século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

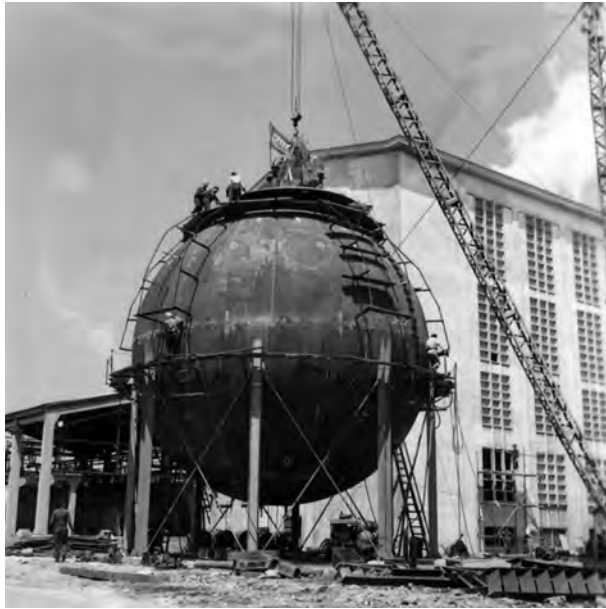


**Fig. 1 – Fábrica de ácido sulfúrico. Eng. Stinville.1908/1909**  
Arquivo da CUF, Alverca



**Fig. 2 – Metalurgia do Cobre. Eng. Castera. 1924. Arquivo A4**  
Foto Henrique Ruas





**Fig. 3 – Instalação de Sulfato de Amónio. Construção. 1952**  
Arquivo CUF, Alverca



**Fig. 4 – Silo de enxofre. Centro de projectos da CUF. 1960**  
Arquivo CUF, Alverca

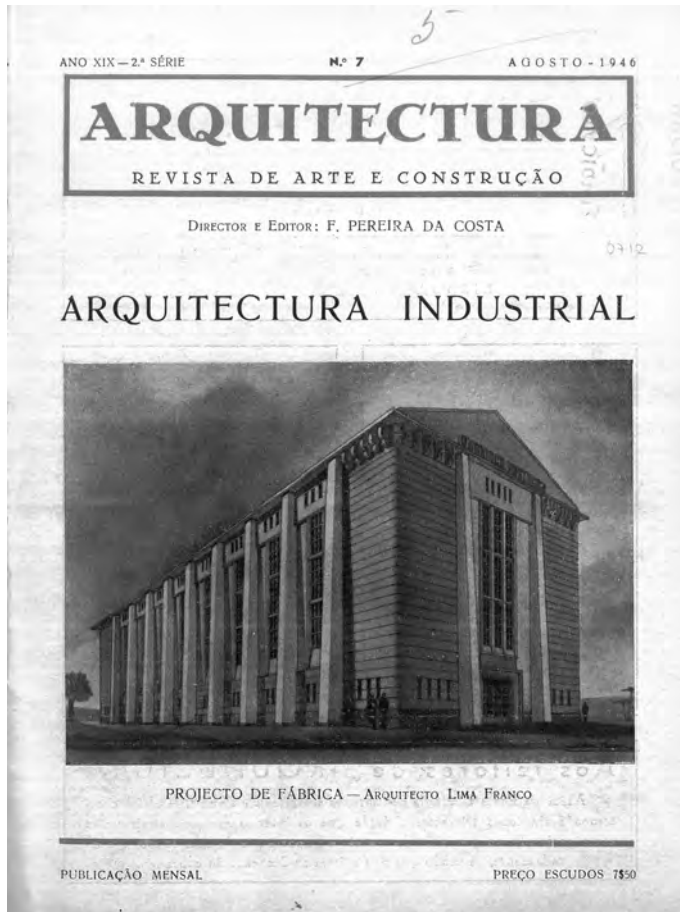


Fig. 5 – Capa *Arquitetura*, n.º 7, Agosto de 1946



**Fig. 6 – Edifício da Síntese I, Alçado Nascente e Poente. Outubro de 1946**  
Arquivo Quimiparque, Estarreja



**Fig. 7 – Edifício da Síntese II. c. 1958**  
Arquivo Quimiparque, Estarreja

# **Industrialização - Urbanização: que relações? O caso do (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro (1957)**

*Carlos Vieira de Faria\**

---

## **Nota de apresentação**

O objectivo central desta comunicação era centrar o debate em torno da empresa entendida, não apenas como um mundo económico particular, mas também como uma realidade que, juntamente com outras unidades produtivas situadas em meio urbano, poderá gerar economias de aglomeração, as quais por seu turno desempenharão uma função de enorme importância a nível local e regional. Por esta via pensava-se introduzir no debate uma perspectiva pluridisciplinar e territorialista.

Há um registo de ordem metodológica que importa relevar nesta nota introdutória, devido aos condicionalismos e limitações que o desenvolvimento da investigação teve que enfrentar. De facto, os dados recolhidos para esta comunicação foram retirados de fontes dispersas. Após vários meses de pesquisa nos arquivos da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do

---

\* Universidade Lusófona.

Tejo (CCDRLVT), CUF e Instituto das Estradas de Portugal, não foi possível encontrar rasto do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957.

A única fonte que nos restou, até ao momento presente, foi a exploração do pouco que, apesar de tudo, ainda se salvou: o arquivo da Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico –, onde encontramos algumas pastas com múltiplos documentos dispersos (textos e peças cartográficas) que assumem, neste contexto, um valor incalculável. A esta fonte documental, outra há que acrescentar: o Parecer do CSOP, texto de 59 páginas produzido em Outubro de 1957. Tais condicionamentos não nos possibilitaram explorações mais pertinentes e ambiciosas sobre um tema que nos apaixonava há muitos e longos anos.

## **1 – A tese da dissociação entre industrialização e urbanização**

A tese aqui enunciada implica uma nota explicativa, não quanto ao termo industrialização, mas somente ao vocábulo urbanização. Todos sabemos que a industrialização, manifesta pelo alargamento das forças produtivas e formação de empresas de média e grande dimensão, pela transformação dos processos de trabalho e utilização de máquinas cada vez mais potentes, desencadeou uma concentração de mão-de-obra operária em redor dos estabelecimentos fabris e, conseqüentemente, a formação de centros urbano-industriais em virtude das intensas vagas de migrantes vindos dos meios rurais para estes novos meios fabris e urbanos à procura da «terra prometida».

Foi assim no caso do Barreiro, desde a implantação das Oficinas Gerais dos Caminhos-de-Ferro da linha do Sul e Sueste (1861-1884), da indústria corticeira, logo a seguir, e, sobretudo, da CUF, já em 1907. A partir de 1911, a população residente da vila do Barreiro quase passou a duplicar todos os 20 anos, afirmando-se até aos finais da década de 60 como um grande e importante complexo industrial. Naturalmente, mais de 50% da sua população activa trabalhava no sector industrial.

Nos anos 50 e 60, o centro urbano do Barreiro vai conhecer novos desafios determinados por uma nova conjuntura nacional e internacional. Destacáremos, para além de inovações tecnológicas introduzida no processo produtivo da CUF, a abertura da ponte sobre o Tejo (1966) e a crise petrolífera (desde 1973). No novo quadro das melhorias de acessibilidades na margem Sul criadas pela abertura da Ponte sobre o Tejo, o Barreiro vai também transformar-se rapidamente numa *cidade dormitório* de Lisboa. Em consequência dos

aumento das migrações pendulares em toda a região, o Barreiro acusou uma redistribuição na estrutura da sua população activa, sendo a partir de então o sector terciário aquele que, segundo dados do Censo de 1970, se impôs já como sector dominante atirando o sector secundário para a segunda posição.

O gráfico n.º 1 dá conta da evolução da população residente no Barreiro entre 1878 e 2004. Apesar da perda de posição (dominante) do sector secundário a favor do sector terciário ter acontecido, como foi dito, logo em 1970, o reflexo das transformações estruturais em curso nesses anos na evolução da população residente só se concretizaria no Censo de 1991, altura em que se constata uma ligeira regressão que se manteve, com oscilações mínimas, até à actualidade (2004).

Sendo assim, os fenómenos de industrialização e de urbanização estão historicamente associados. Porém, no enunciado da tese em debate, o termo urbanização assume um outro sentido usado no meio profissional ligado ao urbanismo e inspirado em Ildefonso Cerda, na sua *Teoría general del urbanización* (1867) e no Decreto-Lei n.º 24 802 (1934) que, no preâmbulo, fala da «moderna arte [...] da urbanização». Aqui e agora, por urbanização entende-se a acção de urbanizar, de criar cidades ou de organizar e regulamentar espacialmente as cidades. A palavra urbanização é também sinónima de urbanismo.

No caso do Barreiro, pretendia-se analisar e compreender como é que o processo de planeamento urbanístico foi desencadeado para que a vila/cidade pudesse assumir o comando e controle das operações de uso e ocupação do solo. Importava saber também se esses instrumentos urbanísticos de regulação foram a tempo de corrigir ou reduzir os impactos suscitados pela presença de um complexo fabril que não parava de crescer. Convinha finalmente conhecer se as pequenas fábricas e oficinas continuavam a implantar-se no espaço urbano de forma caótica e inadequada sem respeito pelas determinações legais que obrigavam a respeitar normas de implantação apropriada, exigindo o cumprimento de regras de salubridade, higiene pública e ambiental.

Na verdade, a função de comando e orientação da ocupação do solo urbano é aquela que se impõe como principal matriz de qualquer plano urbanização sem olvidar o respeitante ao aparelho produtivo e à sua correcta inserção no espaço urbano. Convém que aquela função de comando e de orientação se traduza também pela consagração de princípios orientadores da expansão urbanística, quer em termos de zonamentos urbanos e suas características sociais e espaciais, quer em termos de infra-estruturas urbanas, espaços públicos, arruamentos e arranjo de zonas verdes, de vias de comunicação internas e externas, e, *last but*

*not least*, um sem números de equipamentos a definir, implantar e a construir nos domínios da educação, desporto, cultura, recreio, religião e escultura.

Ora, da pesquisa feita, constatou-se que isto só aconteceu em 1957, quase 100 anos depois da construção da estação e das oficinas dos Caminhos-de-Ferro da linha do Sul e Sueste (1861) e 50 anos depois da implantação da CUF (1907), numa altura em que a própria CUF procedia já à reconversão e inovação de certos sectores produtivos. De facto, apenas em 1957 o município passou então a dispor de um Plano de ordenação e gestão urbanas. Poder-se-á objectar que também em países como a Inglaterra, França, Alemanha ou Bélgica, se verificou situação idêntica ao Barreiro, onde também houve dissociação entre industrialização e urbanização. É verdade que houve cidades, nestes e noutros países, que cresceram espontaneamente e sem qualquer plano, onde a fábrica e o *habitat* se misturaram de forma anárquica e numa atmosfera poluída. A diferença abissal, porém, é que na maioria destes países tais situações apresentaram um carácter intermédio e transitório.

Voltando ao caso em estudo, a situação de ausência de um plano de urbanização do Barreiro eternizou-se, foi demasiado longa, perniciosa e comprometedora para a qualidade urbanística da vila, cidade depois (1984), gerando um espaço urbano disforme e desorganizado cuja visibilidade é ainda hoje notória. Na verdade, a transformação unilateral do Barreiro num grande e importante pólo industrial, mas sem que a CMB dispusesse de princípios orientadores e estratégicos que permitissem planear e delimitar o tecido urbano de acordo com essa visão de futuro, acabou por tolher a cidade que, entretanto, não parou de crescer. Nestas condições, a CMB acabou por se transformar numa entidade limitada na sua acção, indo a reboque dos interesses particulares, resolvendo os problemas caso a caso, sem uma visão e uma estratégia de conjunto. A atitude do município, como aliás no resto do país, incluindo o de Lisboa, «foi o de atribuir à iniciativa privada as tarefas de urbanização neste domínio, em parte consequência da escassez de receitas, mas também fruto duma perspectiva liberal ainda dominante» (Silva, 1987:378).

As consequências desta dissociação entre industrialização e urbanização não paravam de se agravar em cada dia que passava. E o rol de problemas urbanos, reclamando resolução urgente, não parava de aumentar numa cidade cuja população crescia de forma galopante, mas que, apesar de tudo isto, também não descuidava do seu consequente desenvolvimento, tanto a nível de comércio e serviços, como a nível social e cultural, desportivo e recreativo, associativo e religioso... Por tudo isto, tornava-se inadiável e imperioso construir várias infra-estruturas (rede esgotos e de abastecimento de água), proceder à pavi-

mentação de ruas, construir mercados de abastecimento e equipamentos como escolas primárias e industriais/comerciais, criação de uma Esquadra de PSP e de uma Delegação da Polícia Marítima, sem esquecer ainda a construção de uma muralha de protecção contra a invasão do Tejo, no lado norte da vila. Que dizer ainda de um município que aceitou, durante décadas, a permanência do seu cemitério dentro da CUF e que a estrada nacional que ligava a vila à Moita fosse engolida pelo complexo industrial?

## 2 – Papel de Duarte Pacheco e recuos posteriores do Estado Novo

A inclusão deste ponto pretende salientar o papel marcante de Duarte Pacheco à frente do MOPC (1932-1936 e 1938-43) e a importância decisiva da sua obra no Barreiro. Como é sabido, foi este ministro que, ao longo de uma década, protagonizou a política de obras públicas do Estado Novo e é a ele que se devem as bases doutrinárias em que assenta o hodierno Direito do Urbanismo. Duarte Pacheco foi o grande impulsionador e dinamizador das Obras Públicas e Comunicações na fase mais realizadora e interessante do Estado Novo, só equiparável a António Ferro que, no mesmo período e a nível da «política de espírito», também se destacou. A convergência destas duas personagens vindas de horizontes divergentes, senão mesmo opostos, é assinalada por Nuno Teotónio Pereira (1987: 325).

Elegendo as obras públicas como preocupação central do regime, Duarte Pacheco vai porém condicionar a atribuição das verbas do Fundo de Desemprego (criado em 1932) à existência de Planos Gerais de Urbanização (Decreto-Lei n.º 24 802, de 1934). Entendendo o planeamento como um instrumento racionalizador das múltiplas intervenções do Estado junto dos interesses municipais, este decreto determinava, no seu preâmbulo, que as câmaras municipais não deveriam empreender «quaisquer trabalhos de urbanização que não estivessem subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro...». Fernando Gonçalves afirma que «a prática urbanística é dominada pelo desejo de comprovar a eficácia externa da administração central do Estado» sem contemporizar com os interesses da propriedade fundiária (Gonçalves, 1989: 228-229).

Este novo contexto vai constituir a tábua de salvação para a CMB que, em anos de crise financeira – *crash* de 1929, privatização dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, em 1927 (originando despedimentos de trabalhadores), Guerra Civil de Espanha e, anos depois, a Segunda Guerra Mundial – não podia



encetar, sem o concurso do governo, as obras públicas atrás elencadas e cuja urgência era premente. A obra que vai iniciar este período de melhoramentos<sup>1</sup> de grande vulto no Barreiro foi a construção da muralha de defesa da praia norte (1933-1934). Registe-se que à avenida marginal foi dado, em 1943, o nome de Avenida Duarte Pacheco (Pais, 1965: 141-143I).

Este impulso renovador que atingiu o Barreiro estava, porém, condicionado à existência de um Plano Geral de Urbanização (PGU), conforme estipulava a nova lei. Sem estarem munidos deste instrumento de planeamento, o Barreiro como os restantes municípios do país não poderiam encetar as tão propaladas obras. Será no ponto três que o assunto do PGU terá desenvolvimento adequado.

Importa recordar que esta nova orientação urbanística exigiu um enorme esforço financeiro e técnico do MOP, nomeadamente no que se relacionava com a preparação da cartografia necessária para a elaboração dos PGU. E porque em Portugal não havia mais de três urbanistas (Faria da Costa, Carlos Ramos e Paulino Montez), Duarte Pacheco convidou alguns urbanistas estrangeiros, mais precisamente Donat-Alfred Agache e Etienne de Gröer (que irá permanecer 15 anos em Portugal). Estas dificuldades atrasaram bastante a implementação dos planos. O país não estava ainda preparado para que, de repente, perto de 300 câmaras municipais tivessem de elaborar os respectivos Planos Gerais de Urbanização.

A morte inesperada (1943), em acidente de viação, de Duarte Pacheco vai marcar a saída de cena de uma personalidade altamente competente e única, sem que o país dispusesse de alguém à altura para o substituir e continuar uma obra que, certamente passível de críticas, nem por isso deixava de se impor, naquele contexto histórico e cultural, como decisiva para os desafios que o país enfrentava. Não seria de admirar, então, que a política urbanística pensada, organizada e lançada por este ministro voluntarista e visionário viesse a sofrer um forte revés. Segundo Fernando Gonçalves, o regime do Estado Novo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, procurou alargar a base social em que se sustentava. Nesse sentido, inverteu completamente a política urbanística de confronto com os interesses fundiário seguida por Duarte Pacheco por uma outra em que a «administração passou a ser concebida como uma discreta plataforma de negociação dos terrenos para construção» (*idem*, 1989: 229).

Do exposto depreende-se que a lógica da nova reforma legislativa urbanística iria esquecer as questões de conteúdo (atrasos nos levantamentos topográficos e falta de técnicos especializados em urbanismo) e valorizar apenas procedimentos administrativos baseados na ideia de tutela. De acordo com o

Decreto-Lei n.º 33 921 de 1944, os municípios ficaram reduzidos a meros executantes de ordens emanadas da recém criada, em 1944, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU, actual DGOTDU). Entretanto, novo decreto-lei (Decreto-Lei n.º 35 931, de 1946), com um único artigo, consagrou a figura de Antepiano de Urbanização. Para Fernando Gonçalves (1989, 244-245) «esta iniciativa do Governo visava abrir uma válvula de escape que permitisse diminuir a pressão sobre os urbanistas e os serviços centrais, uns e outros assoberbados com tarefas que não conseguiam dar cumprimento».

### **3 – Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro (1957)**

Foi neste contexto político e legal que a CMB celebrou, em Setembro de 1945, isto é, um ano após a publicação do Decreto-Lei n.º 33 921 (Setembro de 1944), a contratação por indicação da DGSU do arq.º Paulo Henrique de Carvalho Cunha que, juntamente com o eng.º Santos Silva, será encarregado de elaborar o Antepiano de Urbanização do Barreiro. Após um arrastado percurso que ultrapassou os três anos previstos na lei, os autores concluíram o estudo, em dois volumes, em 30 de Julho de 1951. A análise documental revela que as relações entre os urbanistas, a CMB e a DGSU não foram pacíficas. A visada aqui era sempre a CMB e daí que esta tenha ficado muito mal colocada em todo o processo. A título de exemplo, podemos mencionar o facto de a CMB ter procedido à entrega das plantas topográficas e dos resultados do inquérito à habitação somente em 1948, numa altura em que expirava o prazo de três anos para a entrega do Plano...

Face a esta atitude displicente da CMB, a DGSU solicitou à CMB, logo em 11 de Agosto de 1951, o respectivo parecer, parecer este que foi prestado, uma vez mais, somente em 9 de Abril de 1955, quase 4 anos mais tarde... Não se pode deixar passar estes meandros da burocracia e do aproveitamento obscuro que tal recurso possibilitava. Estratégema que o Estado permitiu ao criar a figura de Antepiano. Tal pormenor não vai escapar ao Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) que apreciou formalmente o citado Antepiano entre Setembro e 15 de Outubro de 1957. Na verdade, o CSOP considerava que, decorridos mais de seis anos após «as soluções preconizadas pelos autores» (1951), o Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro «está desactualizado, devendo ser revisto em novas bases» que o próprio CSOP apontava. A 22 do mesmo mês, este Parecer foi homologado pelo Ministro de Obras Públicas (Arantes e Oliveira), o qual, em 17 de Março de 1958, aprovou o Antepiano

de Urbanização do Barreiro, «na parte que não foi objecto de reparos pelo Conselho Superior das O. P.».

### 3.1 – Paulo Cunha

Detenhamo-nos por momentos na apresentação do urbanista autor e responsável pela elaboração do PGU da Vila do Barreiro. Segundo Margarida Souza Lobo (1995, 142), Paulo Henrique de Carvalho Cunha foi estagiário do Mestre Carlos Ramos e completou a sua formação em arquitectura com algumas viagens de estudo ao Norte de África e à Europa. No norte do continente africano, em Marrocos mais precisamente, Paulo Cunha centrou a sua atenção no reordenamento das cidades de Rabat e Casablanca sob a administração do general francês Hubert Lyautey. Nas viagens de estudo efectuadas na Europa observou e estudou com particular interesse as cidades portuárias de Roterdão e Amesterdão.

Do exposto depreende-se que, desde muito cedo, Paulo Cunha revelou forte sensibilidade para a importância dos portos no desenvolvimento económico, social e urbanístico das cidades. Foi certamente por esta qualificação adquirida nestas viagens de estudo que ingressou, em 1939, na (então) Administração Geral do Porto de Lisboa, onde se manteve até ao termo da sua carreira profissional. A par desta actividade, ocupou-se, igualmente, desde 1942, da elaboração de Planos Gerais de Urbanização de alguns aglomerados costeiros como Viana do Castelo, Vila Real de Santo António e Quarteira. Refira-se a propósito, que trabalhou, em 1940, na Exposição do Mundo Português como adjunto de Cottinelli Telmo.

Já conhecido como especialista em urbanismo de centros urbanos com frentes de água, Paulo Cunha, a convite da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização<sup>2</sup> (criada em 1944 como já foi dito atrás), foi convidado para orientar os planos urbanísticos de localidades ribeirinhas como Barreiro (1957), Alcochete e Moita (ambos em 1949), Montijo (1950), Arrentela e Seixal (ambos em 1952), seguindo-se-lhes Albufeira, Praia da Rocha, Monte Gordo e Termas do Luso.

Tendo trabalhado no início da sua carreira com o mestre Carlos Ramos e sendo admirador de Cristino da Silva, Paulo Cunha acusa influências modernistas ao sacrificar, nos seus planos de urbanização, a estrutura do velho aglomerado e ao propor novas soluções que obrigavam a numerosas demolições, como ficou bem patente no Antepiano do Barreiro, sobretudo no caso do núcleo residencial

«B», assunto que será tratado (resumidamente!) já de seguida. A sua maneira de fazer cidade aproximava-o de Cristino da Silva e, sobretudo, do mestre Carlos Ramos. Alguns autores qualificaram este tipo de urbanismo de «demolidor» (Pierre Lavedan). É esta concepção de ruptura da cidade racionalista com o passado que vamos tentar caracterizar sumariamente no ponto seguinte.

### 3.2 – Algumas das propostas urbanísticas do Anteplano de 1957

Não sendo possível, no âmbito deste artigo, apresentar todos os aspectos relacionados com a elaboração deste documento urbanístico, a nossa atenção vai para uma sumária caracterização dos aspectos mais marcantes (seja pelo lado positivo, seja pelo lado negativo) e interessantes para o conhecimento da história do urbanismo em Portugal. Nem de outra forma poderia ser se tivermos em conta que não foi possível consultar os dois citados volumes entregues pelos urbanistas à CMB (agora extraviados). Não tendo sido possível consultar o Anteplano, a prudência aconselhava a que a exploração dos dados retirados do Parecer do CSOP fosse meticulosa e ponderada.

Da análise feita aos citados documentos ressalta uma atitude demolidora dos autores do Anteplano em causa, face ao edificado preexistente (núcleo residencial «B») e relativamente à expansão da vila para poente (solução que hoje provocaria um agitado debate e mereceria a condenação da opinião pública). Para melhor enquadrar estas observações, junta-se a planta n.º 1 que representa cartograficamente a vila do Barreiro em 1947.

Com esta planta pretende-se salientar o facto de a zona fluvial (incluindo duas caldeiras e respectivos moinhos de maré, bem como os três moinhos de vento de Alburrica), situada a poente da vila, vir a ser escolhida como zona de expansão da vila (núcleo residencial «A»). Roubada ao mar por aterro, esta nova zona de expansão do Barreiro receberia o novo terminal da linha de Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste, por abandono da localização inicial feita no século XIX, e o novo porto fluvial do Barreiro construído na zona de confluência do esteiro do Coima com o Tejo. Eis aqui duas propostas que têm a marca de Paulo Cunha, como foi dito acima, quando se apresentou o seu percurso formativo e experiência técnico-profissional. Ver-se-á mais adiante que foi neste núcleo «A» que viria a ser proposta a localização do Estádio do Barreirense pelo arquitecto Cabeça Padrão.

Começamos então por apresentar os princípios orientadores que presidiram à elaboração do Plano. Assim, a vila do Barreiro era planeada tendo

como horizonte uma população cujo limite máximo não ultrapassaria os 38 000 habitantes. Deste modo, a área urbana necessária para esta quantidade de habitantes foi organizada em duas «zonas habitacionais»: uma (incluindo o Barreiro de então), situada a norte da linha férrea e outra, localizada a sul da mesma linha férrea. Cada uma destas «zonas habitacionais» incluía vários «núcleos residenciais». A «zona habitacional», situada a norte e poente, englobaria os núcleos residenciais «A» (com tipo de edificação em altura) e «B» (centro cívico). A segunda «zona habitacional», situada a sul da linha férrea, seria integrada pelos seguintes núcleos residenciais: «C», «D e E», «F», «G», «H», todos eles vocacionados para habitação económica e operária, excepção feita para o núcleo «H» que se destinaria à população que ainda vivia da exploração agrícola.

A planta n.º 2 representa graficamente a localização do conjunto de núcleos residenciais em causa. Importa anotar, no entanto, que esta planta, por ser ainda um documento intermédio de trabalho, não está completa no que se refere ao arranjo urbanístico do núcleo «A», nomeadamente a deslocação do terminal da linha férrea e a construção do novo porto fluvial.

A justificação para a expansão da vila para poente, como sendo a mais natural, partia do princípio que desde início orientou os autores do Anteplano: impedir que a vila do Barreiro se estendesse pela planície situada a sul do recinto industrial da CUF, cujas indústrias químicas libertavam gases tóxicos que, arrastados pelos ventos dominantes do norte, tornavam insalubre e imprópria para habitação toda essa zona sul da vila. Oferecendo magníficas condições de salubridade por estar fora dos ventos dominantes, a construção no núcleo residencial «A» obrigaria a fundações mais caras do que as correntes, pelo que a construção proposta no Anteplano seria em altura para deste modo compensar economicamente o encarecimento daquele tipo de construção. A previsão da implantação de edifícios públicos, sobretudo os que se relacionassem com actividades comerciais ou armazenamento (ligadas à exploração do caminho de ferro ou do porto fluvial), ia no mesmo sentido da valorização desta área.

Não resistimos a citar as observações da Administração-Geral do Porto de Lisboa sobre a proposta de expansão da vila no sentido poente, dando origem ao núcleo residencial «A». Concordando com o deslocamento da estação terminal da linha férrea para a proximidade da Ponta do Mexilhoeiro e com as obras portuárias previstas, aquela entidade põe «em dúvida se, com a solução preconizada pela Câmara, se aufere o melhor rendimento de utilização da zona urbana a conquistar ao Esteiro». Observa ainda que «o aterramento das faixas marginais, com o complemento indispensável de obras marítimas, resulta de custo elevado e, sendo assim, vale a pena ponderar sobre se o custo de prová-

veis demolições avulta sobre o dos terrenos, e se, em consequência, a solução preconizada corresponde ao melhor rendimento de aplicação urbanística» (p. 45 do Parecer do CSOP).

Admitindo como princípios basilares a salubridade e a fluência dos transportes, o núcleo residencial «B», que abrangia o aglomerado mais antigo e histórico do Barreiro, era reforçado na sua função de centro cívico e de centro comercial principal. A aplicação dos regulamentos existentes (o RGEU havia sido promulgado em 1951) resolveria o saneamento de muitas habitações, o afastamento de algumas indústrias impróprias e a abertura de arruamentos juntamente com o estabelecimento de grandes circulares compatíveis com as exigências do trânsito nessa época. O Plano de Pormenor (3.<sup>a</sup> versão) deste núcleo, da autoria do arq.<sup>o</sup> Alves de Sousa (1965)<sup>3</sup>, vai muito mais longe na aplicação dos princípios higienistas, propondo intervenções demolidoras que, a serem aplicadas, teriam desfigurado grande parte deste centro histórico, nomeadamente a frente ribeirinha ao Tejo, situada entre a Rua Miguel Pais e a Rua Eusébio Leão. As ruas Marquês de Pombal e António Augusto Aguiar seriam engolidas por esta operação de renovação urbana inspirada no movimento modernista de Le Corbusier, na sequência da implantação de um vasto conjunto de blocos (4 pisos) que para aí eram projectados. Havia porém a preocupação em evitar demolições maciças e conservar o «velho» Barreiro (Bairro S. Francisco: Lg. do Rompana, etc.). Todos estes estudos, porém, não passaram da CMB, por nunca terem sido enviados à DGSU (actual DGOTDU).

Interessa arrolar um outro aspecto do Antepiano que estamos a comentar de forma solta. Referimo-nos ao plano de arborização. Dada a unanimidade quanto à necessidade de proteger os núcleos residenciais «A» e «B» da poluição química altamente tóxica do complexo industrial, o Antepiano previa que o núcleo «B» fosse delimitado por vias largas e arborizadas, constituindo assim uma espécie de barreira verde que pudesse garantir a estes dois núcleos residenciais um menor impacto da poluição fabril e sonora. A mesma preocupação motivou os autores do Antepiano a proporem, do lado sul do caminho de ferro, largos espaços verdes com o objectivo de isolar os núcleos «C» a «H», protegendo as novas edificações (operárias) e garantindo-lhes razoáveis condições de salubridade. Nessa barreira verde estava igualmente incluído o campo desportivo do Futebol Clube Barreirense, situado no extremo nascente do núcleo «B», mesmo colado à zona industrial da CUF. É desta localização paradoxal do referido equipamento que vamos versar seguidamente.

### 3.3 – Proposta de localização do novo estádio desportivo do Barreirense (Plano de Pormenor do arq.º Cabeça Padrão)

A inclusão deste ponto não estava inicialmente previsto e foi feito em homenagem ao grande homem de cultura e ao arquitecto de elevado estatuto na classe que foi Cabeça Padrão, colega na DGOT e «compagnon de route» no lançamento das sementes daquilo que, anos depois, viria a traduzir-se nos Programas de Reabilitação Urbanas em Portugal, lançados em 1985. A intervenção de Cabeça Padrão como arquitecto no Barreiro, sua terra natal, foi intensa ao longo de várias décadas. Seleccionamos, todavia, este caso por ser revelador da sua evolução teórica e profissional. Mesmo aceitando a tese de que todo o homem é fruto de uma época, não podemos deixar de citar o grande confronto de ideias que, em Portugal, animaram os anos 50 e 60, no que respeita à arquitectura e urbanismo e de que o I Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948, constituiu o rastilho. O confronto resumia-se ao debate em torno do tradicionalismo (arquitectura nacionalista do Estado Novo, corrente encabeçada por Raul Lino) e do modernismo (arquitectura internacionalista da Carta de Atenas). Era nesta corrente que se posicionava o arq.º Cabeça Padrão, bem como a maioria da nova geração de arquitectos portugueses.

No projecto que vai ser aqui abordado, Cabeça Padrão demonstra estar ainda imbuído de uma concepção própria do movimento modernista que entendia a cidade como ruptura com o passado. Sem nunca ter abdicado deste modo de entender a construção da cidade, o estágio que realizou em Inglaterra entre 1960 e 1961, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, vai constituir um marco na sua trajectória profissional e cívica. Durante este ano sabático, Cabeça Padrão visitou (e estudou em) várias cidades inglesas, particularmente em Londres, o que para além de o ter marcado profundamente lhe abriu novos caminhos para uma particular sensibilidade às questões da salvaguarda do património histórico e urbanístico, inicialmente sob a designação de «Paisagem Urbana».

Na verdade, importa ter presente que, por esta altura, muitas das cidades inglesas que Cabeça Padrão visitou ainda se encontravam, embora já na fase final, em reconstrução, dada a destruição maciça a que algumas delas haviam sido sujeitas pela aviação alemã. Daí que o debate entre as correntes urbanísticas defensoras da *renovação urbana* (cidade funcionalista da corrente modernista, com uma postura de ruptura com o edificado preexistente) ou da *reabilitação urbana* (cidade celular do *town planning* inglês, combinando novo e antigo) estava ao rubro em Portugal e por toda a Europa.

Situado o contexto, regressemos novamente à proposta de alteração daquilo que o Antepiano de 1957 previa para os núcleos residenciais «A» e «B», no que respeita ao campo desportivo do Barreirense. A planta n.º 3 apresenta a proposta de Plano de Pormenor da autoria do arq.º Cabeça Padrão (1956).

O motivo próximo desta proposta foi despoletado por um ofício da direcção do Futebol Clube Barreirense, dirigido à CMB, a solicitar que, face às dificuldades surgidas nos estudos prévios de efectivação do seu parque desportivo no local que o Antepiano previa e face aos inconvenientes da proximidade do complexo industrial da CUF, fosse estudado outro local que proporcionasse menos inconvenientes e dificuldades. Este novo local, identificado após reuniões com as partes interessadas, situava-se na zona de expansão prevista no Antepiano (núcleo residencial »A«), local que ficava junto da Escola Industrial Alfredo da Silva. A ideia era aproveitar «uma das ‘caldeiras’ existentes no local, tirando-se partido do desenvolvimento natural para enterrar o Estádio em questão, o que tornaria o problema um pouco mais económico» (*Memória Descritiva e Justificativa* da alteração parcial do Núcleo «A» da autoria de Cabeça Padrão).

De facto, a manutenção do Estádio no local previsto no Antepiano, no topo nascente da Avenida da Bélgica (actual Av. Alfredo da Silva), obrigava «naturalmente a grandes demolições a fim de se obter saídas francas para o público concentrado (possivelmente, em alguns casos, 40.000 pessoas) e para se obterem também boas perspectivas, que naturalmente resultam duma construção desta natureza» (*idem*). Para bem situar a importância da nova localização do estádio do Barreirense há que mencionar a presença relevante deste clube na cena desportiva de então, tanto a nível local e regional, como até a nível nacional.

A nova implantação teria a vantagem de evitar estas demolições. Permitiria também que o acesso de forasteiros se fizesse «com mais facilidade para já, e em muito melhores condições quando a estação fluvial ocupar o lugar que o plano lhe destina» (*idem*). Além de que, «junto do local agora previsto, poderá ser prevista uma ‘Cidade Desportiva’, visto que o espaço livre permite encarar essa solução». Sem esquecer também que «as condições de salubridade para esta Cidade Desportiva são melhores aqui, visto que a solução anterior tem a inconveniente presença das fábricas» (*idem*). Por último, «a presença do Estádio, no local proposto, fará uma chamada à construção, criando uma necessidade de edificar nas suas proximidades, resolvendo assim um problema que se estenderá a longo prazo se não houver um fulcro que o justifique. Cremos que a presença do Estádio e da Escola Industrial poderá activar a construção neta zona» (*idem*).

A cidade Desportiva incluiria, além do estádio, piscinas, um campo de basquetebol, um centro comercial e, naturalmente, espaços para estacionamento.



Não vamos entrar em mais detalhes, mas importa registar que a alteração ao Antepiano proposta pelo arq.º Cabeça Padrão previa também uma nova implantação para o futuro Mercado Central da Vila. Segundo o autor, uma vez encontrada a nova implantação do Estádio no núcleo «A», o terreno liberto no núcleo «B» seria agora destinado à localização do Mercado Central da Vila. Além de oferecer melhores condições do que o previsto no Antepiano, permitia ainda a vantagem do seu abastecimento e funcionamento se poder fazer sem agravar o movimento normal de circulação da vila. Consultando a planta n.º 3 pode ver-se a localização do Mercado Central no topo nascente da Av. da Bélgica (actual Av. Alfredo da Silva). Esta nova implantação do Mercado Central contribuiria assim para um aumento significativo da zona de expansão do Parque Municipal, única mancha verde situada no centro da vila.

Como as propostas de Cabeça Padrão não foram executadas, tanto o estádio do Barreirense como o Mercado Central da Vila acabaram por ser construídos nos locais previstos no Antepiano de Paulo Cunha e aqui permaneceram até há bem pouco, cada um com a sua imagem emblemática que os barreirenses bem recordam. No presente momento em que escrevemos esta comunicação e na sequência de um projecto de requalificação do centro do Barreiro, o Mercado está a ser submetido a obras de profunda remodelação, enquanto o Estádio foi já demolido para permitir um novo reordenamento urbano desta parte nascente da cidade colada à Quimiparque.

### **Nota final**

Não haverá muito mais a dizer, aqui chegados. Do exposto neste texto parece resultar claro que, em Portugal, a ocupação e organização do território ficou entregue, por demasiado tempo, a interesses parcelares que nem sempre foram capazes de ultrapassar essa visão limitada e medíocre por uma outra mais abrangente e superior em termos de valores éticos e políticos. Como ficou demonstrado neste texto, a dissociação, verificada no Barreiro, entre industrialização e urbanização pode ser considerada como um caso paradigmático por ter sido um dos locais onde ela se configurou com maior gravidade. Apesar de se tratar de um centro industrial de importância peninsular, o Barreiro foi crescendo sem instrumentos orientadores e norteadores, fustigando a vida de milhares de trabalhadores e habitantes, por insensibilidade ao bem comum, falta de visão e de preparação da administração pública (nacional e local) e de outros intervenientes no processo urbanístico.

Um registo deve ser feito quanto à urgência de se proceder à elaboração de uma História do Urbanismo em Portugal, antes que fontes documentais continuem a extraviar-se ou a serem destruídas por abandono de alguns e por imperícia de instituições (universitárias e outras), paralisadas por falta de visão e hermetismo. Mas também porque há ainda algumas personagens que viveram todo este processo e nele participaram activamente. O seu testemunho poderá vir a constituir uma preciosa fonte de documentação oral.

## Notas

<sup>1</sup> Não resistimos a enumerar, para além da citada construção da muralha de defesa da praia norte, as obras realizadas no Barreiro e referenciadas na publicação *30 Anos de Estado Novo: 1926-1956* (p. 399): electrificação, saneamento e abastecimento de água, adaptação de edifícios para instalações de serviços municipais, pavimentos em arruamentos, 6 edifícios escolares, um parque (a quem foi dado o nome de Salazar e depois o de Alfredo da Silva), jardins, dois mercados, lavadouros, edifício para a Junta de Freguesia do Lavradio, Escola Industrial e Comercial do Barreiro, Bairro de Renda Económica com 110 Casas, novas oficinas dos Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste...

<sup>2</sup> Este organismo do qual a actual Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) é sucessora estava incumbido de acompanhar e orientar todo o processo de elaboração dos Anteplos de Urbanizações de mais de 300 municípios do país.

<sup>3</sup> O arq.º Alves de Sousa (consultor da CMB até 1975) foi também convidado a elaborar os Planos de Pormenor dos núcleos residenciais «C» e «D e E».

## Referências bibliográficas

- CABRITA, Augusto (1999), *Na Outra Margem. O Barreiro Anos 40-60*, Lisboa, ed. CUF-SGPS.
- CÂMARA MUNICIPAL do BARREIRO (1948), *O problema habitacional no concelho do Barreiro*, Barreiro, CMB (dactilografado).
- CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (1957), *Parecer n.º 2715 relativo ao Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro*, Lisboa, CSOP (dactilografado).
- COSTA, Augusto Celestino da (1954), Estudos de Urbanização, in *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, 1, Lisboa, DGSU.
- GONÇALVES, Fernando (1989), Evolução histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988), in AMARAL, Diogo Freitas do (org.), *Direito de Urbanismo*, Lisboa, INA, pp. 225-267.
- LÔBO, Margarida Souza (1995), *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP publicações.
- MOP (1957), *30 Anos de Estado Novo: 1926-1956*, Lisboa, ed. MOP.
- MOP (1960), *Plano director do desenvolvimento urbanístico da região de Lisboa*, Lisboa, ed. MOP.
- PAIS, Armando da Silva (1965), *O Barreiro Contemporâneo. A grande e progressista vila industrial*, Barreiro, ed. CMB.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1987), A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959, in ROSAS, F. (coord.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Ed. Fragmentos, vol. II, p. 323-357.
- SILVA, Carlos Nunes (1987), A «urbanística» do Estado Novo (1926-1959): nem nacional, nem fascista, in ROSAS, F. (coord.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, ed. Fragmentos, vol. II, pp. 377-386.

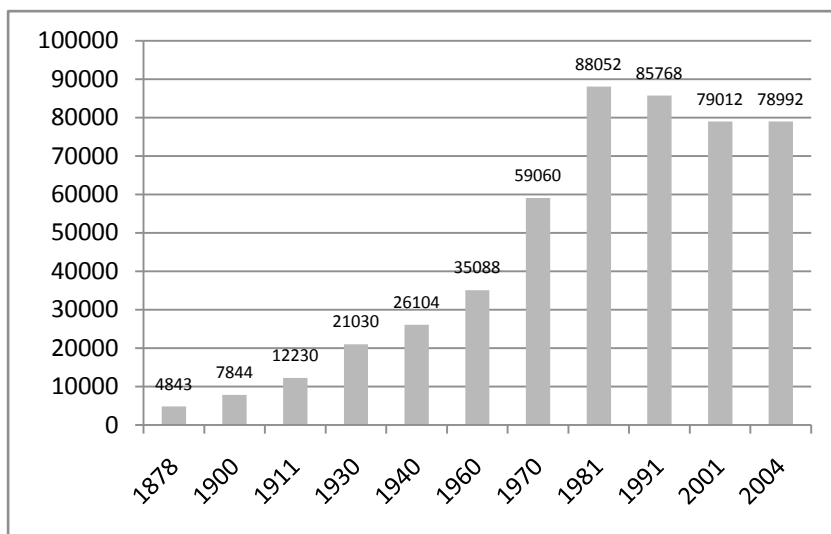


Gráfico n.º 1 – Evolução da população residente no concelho do Barreiro (INE)



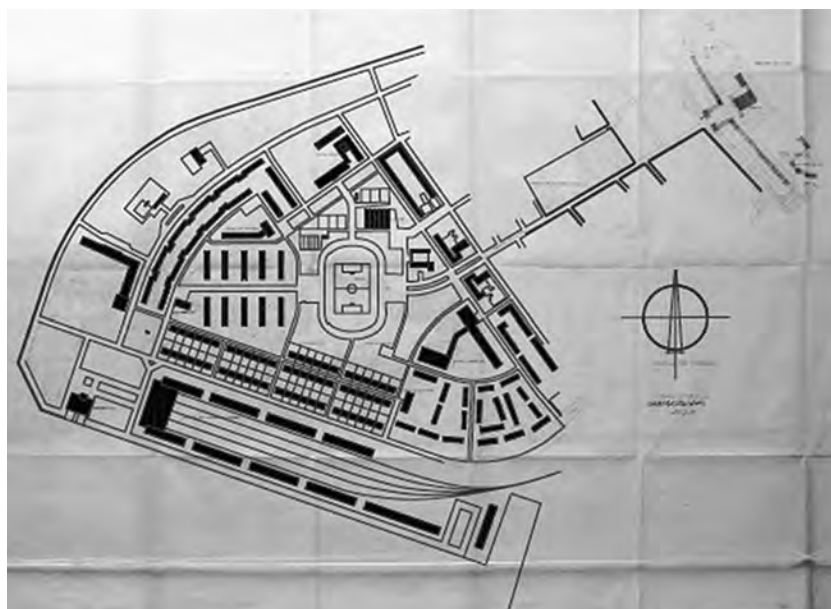
Planta n.º 1 – Carta do Barreiro em 1947

Fonte: Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico do Barreiro



**Planta n.º 2 – Planta de trabalho. Os núcleos residenciais propostos**

*Fonte:* Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico do Barreiro



**Planta n.º 3 – Proposta de nova localização do Estádio do Futebol Clube Barreirense**

*Fonte:* Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico do Barreiro

## **Abandono e reutilização de edifícios industriais no Barreiro**

*Eugénia Santos\**

*Madalena Cunha Matos\*\**

---

Este trabalho pretende abordar alguma da arquitectura industrial do concelho do Barreiro, identificando edifícios com grande valor arquitectónico que se encontram em estado de abandono e outros que foram aproveitados para novos usos – valorizando-se a sua presença e a reutilização desses espaços. Procura-se ainda identificar projectos e propósitos de musealização desses espaços como meio de divulgação do espólio industrial existente.

O concelho do Barreiro possui uma vasta tradição industrial, que remonta a alguns séculos atrás. Se considerarmos desde logo a sua pré-industrialização, pode-se tomar como exemplo o Complexo Industrial (ou pré-industrial) do Vale do Zebro junto ao rio Coina, mandado construir por D. Afonso V no século xv. Estava-se em plena época dos Descobrimentos, havia necessidade de fornecer alimentos para as longas viagens marítimas e o *biscoito* era o pão das embarcações. O biscoito era uma espécie de pão que sofria várias cozeduras, de modo a perder toda a água da sua confecção, com o objectivo de aguentar as longas viagens sem se estragar. O Complexo de Vale do Zebro teve como

---

\* Instituto Politécnico de Setúbal.

\*\* Universidade Técnica de Lisboa.

objectivo principal o fabrico do biscoito. O documento de 1785 refere<sup>1</sup>: *Fornos do Velezebro, onde se fabricarão os biscoitos para as armadas, Náos da índia, Conquistas e Fortalezas do Reino*. Foi construído o que se pode chamar de uma «Fábrica»; possuía vinte e sete fornos<sup>2</sup> para cozedura em série de várias fornadas do famoso biscoito.

O Edifício da Fábrica assegurava um conjunto vasto de funções em edificações próprias:

*Pátio, Ermida, Casas do Peso, Celeiro de Trigo, Paíol para a farinha e outra para os Farelos, Casa dos Fornos com duas cercas para lenhas, Casas dos Paíóis do Biscoito, Oficinas, residência do Administrador, Escriturário, Fiel e Serventes da Fábrica, bem como casas para quem vai receber o biscoito; nove casas pequenas e térreas ao serviço das pessoas pobres do serviço da mesma Fábrica; uma casa que serviu noutros tempos de cadeia, e uma outra que servia de palheiro...*<sup>3</sup>

O complexo possuía ainda de um moinho de maré, o maior da região com oito moendas, para fornecimento da farinha para a fábrica, um cais de embarque, uma zona de pinhal para fornecer a lenha dos fornos e «uma Hortinha junto à Fábrica»<sup>4</sup>.

O terramoto de 1755 destruiu grandemente o complexo, tendo este sido posteriormente reconstruído nessa mesma época pombalina. Desse período, resta actualmente a fachada principal do edifício da fábrica e no seu interior as galerias dos fornos<sup>5</sup>.

O rio Coina já tinha uma forte ligação à indústria naval na época da expansão portuguesa. Era junto das suas margens, no estaleiro da feitoria da Telha, que se finalizavam muitas vezes as naus, por existirem melhores condições marítimas e por haver abundância de madeira para a sua construção, madeira oriunda da Mata da Machada. No século XVIII, D. João V manda construir a Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coina. Ao longo do rio Coina, constroem-se vários moinhos de maré, entre o século XV e o século XVIII. Foram ainda construídos fornos de cal e fornos de olaria. Nos finais do século XVIII e meados do século XIX, com o aproveitamento na energia eólica, surgem os moinhos de vento. Em particular, os da zona de Alburrica proporcionam o *ex-libris* da Cidade do Barreiro.

Deste vasto património pré-industrial, já muito pouco existe; encontram-se vestígios ou ruínas, excepto no caso em que esses bens são reutilizados ou beneficiam de alguma protecção.

No caso do Complexo Industrial de Vale do Zebro, ele está integrado no espaço actualmente ocupado pela Escola dos Fuzileiros Navais, em Palhais. Do moinho de maré que dele fazia parte, resta apenas o embasamento; a caldeira encontra-se completamente assoreada. Da Fábrica de Biscoito, o terramoto de 1755, como já foi referido, destruiu grandemente o edifício, tendo este sido posteriormente reconstruído – do qual resta a fachada principal do edifício da fábrica e, no seu interior, as galerias dos fornos. O Complexo foi reutilizado pela Escola de Fuzileiros Navais, em 1961; na sequência dessa nova utilização, parte do edifício da fábrica foi transformado em museu: o Museu do Fuzileiro.

Na documentação recolhida<sup>6</sup> sobre a existência de moinhos de maré do Concelho do Barreiro, foi possível constatar que existiram doze moinhos de maré (um em Coina, um no Vale do Zebro, um em Palhais, um na Telha, um em Santo André, dois na Verderena, três em Alburrica, um no Mexilhoeiro e há referências da existência de um no Cabo de Alcoitão<sup>7</sup>). Deste vasto património, apenas se encontra de pé o Moinho de Braamcamp, que a partir de 1897 vê o seu espaço ocupado pela Sociedade Nacional de Cortiças que ainda hoje ali permanece; dos outros, restam apenas oito que se encontram em ruínas ou apenas alguns vestígios (Coina, Vale do Zebro, Palhais, Santo André, Alburrica, e Mexilhoeiro). A quantidade de moinhos que surgiram junto ao rio Coina e dentro do Estuário do Tejo justifica-se pela proximidade do complexo de Vale do Zebro, cuja indústria do biscoito iria contribuir grandemente para a expansão dos moinhos ao longo do rio Coina e Estuário<sup>8</sup>.

Os moinhos de vento do Barreiro começaram a surgir nos finais do século XVIII e meados do século XIX, com a necessidade aumentar a produção de farinha, resultante do aumento populacional. A construção de mais moinhos de maré obrigava a condições muito especiais, tanto de localização como de dimensão, e os novos moinhos, movidos com recurso ao vento, revelaram-se muito mais económicos. Documentação aponta para que tenham existido onze moinhos «[...] ao longo da costa fluvial barreirense (Recosta, Alburrica, Mexilhoeiro, Praia Norte e Praia do Lavradio) [...]»<sup>9</sup>.

Dos moinhos de vento que existiram no Barreiro, a maioria tinha apenas um piso, dois tinham dois pisos e dois tinham quatro pisos (Moinho Gigante e Moinho do Jim).

Actualmente, desse património, só existem quatro moinhos, três em Alburrica (sendo um deles o Moinho Gigante) e um na Av. Bento Gonçalves (Moinho do Jim). Foram desactivados no século XX; o Moinho do Jim ainda chegou a ser habitação. Os moinhos de vento do Barreiro foram adquiridos pela respectiva Câmara Municipal e beneficiam da sua protecção.



O grande desenvolvimento industrial no Barreiro fez-se com a sua ligação ao Sul do país com a introdução do caminho-de-ferro em 1859, e com ele surgiu o desenvolvimento da indústria corticeira, que proporcionou o transporte de grandes quantidades da matéria-prima – cortiça –, vinda do Sul do país. No final do século XIX, o Barreiro tornou-se num importante centro corticeiro, e esta indústria fez desencadear a migração de famílias inteiras vindas do Sul.

No final do século XIX, o Barreiro possuía quatro fábricas de preparação e exportação de cortiça em grande escala<sup>10</sup>.

Desse património, prevalece hoje o edifício do antigo refeitório da Fábrica de Cortiça do Granadeiro que foi a maior e mais bem equipada da região<sup>11</sup>; resta ainda a sua chaminé, e o edifício, que foi refeitório funciona como pólo cultural da C. M. Barreiro no Parque da Cidade.

A instalação dos caminhos-de-ferro e as suas oficinas veio dar origem à criação de muitos postos de trabalho. Com a necessidade de fixar os operários junto das oficinas, foram construídas casas operárias.

O *terminus* ferroviário do Barreiro possui um vasto património: estações, oficinas, armazéns, rotunda das locomotivas, casas operárias, não contando ainda com o diverso material e equipamento ferroviário. A velha estação foi construída em 1861; mais tarde veio a ser substituída por outra por não ter cais de embarque. Os utentes tinham que andar da antiga estação cerca de dois quilómetros a pé até à praia do Bico do Mexilhoeiro, para fazer transbordo para o barco. O edifício da antiga estação conserva as suas características arquitectónicas originais. Grandiosa fachada, com sessenta e cinco metros de largo, rasgada por dezasseis grandes vãos de portas e janelas<sup>12</sup>, ostenta ainda um exuberante frontão triangular com um grande relógio central. O acesso ao edifício faz-se por uma escadaria de pedra que dá para um terraço com gradeamento em ferro fundido. Com a desactivação da estação, esta foi anexada às oficinas, construídas em 1932/33, segundo projecto do engenheiro Duarte Pacheco. A antiga estação é actualmente um espaço ocupado por escritórios e direcção da EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário).

A Rotunda das Locomotivas a vapor (antiga cocheira de locomotivas) servia para combinar a orientação das locomotivas e colocá-las na via adequada. Todas as vias confluíam para a placa giratória e esta por sua vez conectava para o depósito de vias da estação; este é assim outro património de assinalável valor arquitectónico. Trata-se de um valioso espaço ferroviário do Barreiro; será certamente dos poucos espaços deste tipo que ainda se encontram em Portugal. Foi construído em 1886 e tinha capacidade para vinte carruagens. Hoje encontra-se desactivado.

O edifício (designado localmente como depósito de peças), que se encontra junto à antiga rotunda, também possui características arquitectónicas muito interessantes, e parece estar destinado à ruína. Servia para armazenagem de peças para a rede ferroviária do Sul. Grande edifício de planta rectangular, rasgado por vários vãos de janelas em arcos perfeitos, ostenta um corpo central de dois pisos. Actualmente encontra-se desactivado e apresenta-se muito degradado.

As oficinas, embora muitas máquinas já não funcionem, continuam a laborar.

Fora do espaço da antiga estação e das oficinas, surge ainda um antigo armazém de CP igualmente interessante a nível arquitectónico. Este edifício serviu para cargas e descargas da CP e hoje funciona apenas como armazém da SOFLUSA.

Os Caminhos-de-Ferro do Sul e Sueste possuíam ainda um quartel de bombeiros – a Associação de Bombeiros Voluntários Sul e Sueste. Actualmente o quartel já não pertence aos caminhos-de-ferro; só o edifício pertence à REFER. Os Bombeiros mudaram-se para o parque industrial da Quimiparque, não se prevendo outra ocupação para o edifício.

A nova estação que veio substituir a anterior foi construída em 1884, com projecto do engenheiro Miguel Pais e possui cais de embarque para os barcos que fazem ligação a Lisboa. O edifício tem características neomanuelinas, com decoração de temática vegetalista e marítima. A gare de embarque comporta uma estrutura inovadora para a época em que foi construída, com ferro e vidro colorido.

Deste vasto património há ainda de destacar o antigo Bairro Ferroviário construído no Largo do Palácio de Coimbra, em 1935, para operários e pessoal graduado. Até 1958 foram construídas um total de vinte e três moradias. Apresentam uma arquitectura simples, regionalista, um só piso, planta quadrangular, cobertura de quatro águas, beirado à portuguesa e possuem um pequeno quintal. As que tinham entrada principal para o Largo destinavam-se ao pessoal graduado e, as que davam para as traseiras, ao pessoal com categoria inferior<sup>13</sup>. As moradias do pessoal graduado têm os vãos das portas e janelas rematados por um friso em alvenaria pintado com soco igualmente pintado, a porta é de madeira pintada e encontra-se centrada em relação à fachada. O acesso faz-se por uma pequena escadaria ladeada com canteiros de flores. O interior possui três divisões e uma casa de banho; tem ainda uma porta para o quintal. As moradias do pessoal braçal apresentam uma decoração mais humilde; têm apenas uma

porta e uma janela, a nível interior possui o mesmo número de divisões mas a casa de banho fica no exterior.

Da arquitectura industrial do Barreiro, destacamos ainda o edifício da antiga Central Eléctrica situado na Av. do Bocage, em Verderena. Vamos encontrá-lo no meio de uma zona habitacional. Trata-se de um edifício de um só piso e planta rectangular; rasgado por grandes vãos de janelas e possui um espaço nas traseiras com anexos. Na fachada central, a entrada encontra-se centralizada com um vão encimado com um arco de volta inteira. Foi a primeira Central Eléctrica do Barreiro, construída em 1926<sup>14</sup>. O Edifício pertence à EDP, encontra-se à venda, não se prevendo outro destino para o edifício.

Em 1945 foi construída a Escola Comercial e Industrial Alfredo da Silva.

A sua construção deveu-se ao desenvolvimento industrial no Barreiro, no sentido de formar operários qualificados. O edifício possui três pisos, apresenta uma arquitectura simples mas funcional. Trata-se de um complexo escolar muito bem equipado, grandes áreas interiores e bons espaços laboratoriais.

A figura 2, em anexo, faz uma síntese dos principais edifícios estudados no Barreiro, fora do complexo industrial da Companhia União Fabril (CUF) e que sofreram alterações e novas funções.

Barreiro vê o auge do seu desenvolvimento industrial com a instalação da Companhia União Fabril - CUF (1908)<sup>15</sup>. Alfredo da Silva foi o primeiro grande industrial português. Escolheu o Barreiro, uma pequena vila à beira Tejo, para construir o mais importante complexo industrial químico do século xx. Passados cem anos de todo um património industrial construído, é altura de olhar para o que ficou e o que mudou de algumas construções que foram construídas em todo o complexo.

Para este trabalho seleccionou-se um conjunto de edifícios que despertaram interesse por razões diversas: uns pela sua arquitectura, outros pela sua história e outros pelas constantes mutações de que foram sujeitos (Figuras 3, 4 e 5 em anexo).

Alfredo da Silva cria no Barreiro o que se pode de qualificar de grande complexo industrial. Também aqui prevalece uma certa política «social» da companhia, no sentido de atrair e fixar pessoal, oferecer uma série de condições com vista à promoção da estabilidade familiar e de emprego, contribuindo ainda para o desencorajar de conflitos laborais. E assim constrói várias unidades de apoio: habitações, um lavadouro público com depósito de água privativo, uma carvoaria, uma moagem de trigo, uma padaria, um supermercado, refeitórios, uma academia recreativa e musical, uma creche e uma escola primária.

Actualmente, muitos desses serviços de apoio desapareceram e outros foram ocupados por empresas de comércio e serviços. Algumas das antigas habitações operárias têm também vindo a mudar o seu uso. Do vasto património edificado pela CUF, já pouco resta. Mesmo assim, ainda podemos destacar alguns edifícios: a Casa da Cultura, o Clube de Empresas e o edifício da Torre do Relógio. Contudo, há ainda alguns espaços industriais cuja arquitectura é igualmente de grande interesse e aparece perdida e abandonada no espaço, não estando assegurado o seu futuro.

**Antigo Posto Médico** - Data das primeiras construções do complexo. Foi o posto médico do complexo; disponibilizava várias especialidades para os funcionários da CUF, tinha maternidade e até uma farmácia. É um edifício de uma arquitectura sóbria, de planta quadrangular, com dois pisos e um claustro no interior que iluminava os corredores de acesso aos gabinetes médicos. Possui grandes vãos de janelas a toda a volta, janelas bem aparelhadas em cantaria, soco e platibanda na cobertura. Actualmente encontra-se vazio e muito degradado e não tem futuro previsto.

**Casa Museu** - Também foi das primeiras construções do complexo. O edifício inicialmente tinha apenas um piso para escritório, mas depois pela necessidade do industrial Alfredo da Silva ter que pernoitar quando vinha ao Barreiro, o edifício foi alterado com mais um piso para habitação. Actualmente e desde os anos 90 do século anterior, todo o edifício passou a museu e muito do espólio da antiga Fábrica Sol em Alcântara foi para a casa museu, como o seu escritório e muitos dos seus objectos pessoais.

Existem ainda desenhos com as alterações de que o edifício foi alvo<sup>16</sup>, com as alterações para um segundo piso. No entanto, o edifício sofreu posteriormente outras alterações, ao nível interior e da fachada principal.

**Edifício da GNR**, como é hoje conhecido – inicialmente também como a casa-museu, destinou-se apenas para escritórios; depois serviu para instalações da GNR na década de 40 do século xx e foi ampliado. A arquitectura exterior apresenta-se como a original; no entanto, a caixilharia foi substituída; o desenho dos vãos é o mesmo, rematados com uma moldura em arco de tijolo burro. Actualmente encontra-se vazio; já não tem a laje do primeiro andar, está muito degradado e não tem futuro previsto.

**Edifício do Grupo Desportivo** - Este edifício foi a antiga sede do grupo desportivo da CUF. Encontra-se localizado junto ao antigo Bairro Operário da CUF, que entretanto foi demolido; o edifício apresenta uma arquitectura diferente da inicial, com linhas mais modernas; o número de vãos mantém-se; foi acrescentada uma varanda sobre pilares na fachada principal.

Depois de passar para a posse da Quimiparque, foi alugado a uma comunidade cristã como centro de culto.

**Casa da Cultura** - A casa da cultura foi construída para cinema e chegou a ser uma das melhores casas de cinema de Setúbal. Também foi usada para ginásio do grupo desportivo. Trata-se de um edifício com linhas da arquitectura moderna, construído em pleno Estado Novo. Hoje é usado quando requisitado por empresas para espectáculos.

**Palácio Alfredo da Silva** - Foi-lhe dado este nome após ter passado para a administração da Quimiparque. Era o edifício da messe; o rés-do-chão servia os quadros superiores, e no primeiro andar os quadros técnicos da empresa. Hoje o rés-do-chão é um espaço do tipo Clube dos empresários; é requisitado por estes para almoços ou jantares de negócios. Por cima, o primeiro andar está alugado para restaurante. O edifício apresenta uma planta quadrangular e uma arquitectura de linhas simples. O interior é rico ao nível de acabamentos, tectos trabalhados em madeira, azulejos nas paredes, e lareiras bem decoradas.

**Edifícios dos Balneários e da Despensa** - Datam do início das construções do complexo; trata-se de edifícios de um piso. O conjunto em planta forma um L, a arquitectura é simples, os vãos estão enquadrados em panos de tijolo à vista. Um dos corpos seria o edifício dos balneários, e outro a despensa, servindo de mercearia. Hoje estão ocupados por um infantário e escritórios.

**Padaria e Moagem** - O edifício de dois pisos com uma torre lateral foi construído para moagem; o edifício possuía os mecanismos da moagem, a torre tinha dois silos para os cereais. O edifício lateral, só de um piso, era a padaria onde havia dois fornos para cozer o pão.

Hoje a antiga moagem é ocupada por uma discoteca, e a padaria é uma central de distribuição dos correios.

**Escola Primária** - Na altura em que foi construída apresentava uma planta em forma de U, com entrada central e rasgado com grandes vãos de janelas. O edifício sofreu várias alterações posteriores<sup>17</sup>, passou a ter uma planta rectangular, e numa outra fase passou a ter mais um piso.

Ao nível de ocupação também esta sofreu alterações: primeiro foi escola primária, depois foi escola da CERCIM e em 1999 foi ocupada pela Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do Instituto Politécnico de Setúbal. Hoje funcionam nesta antiga escola serviços da Câmara Municipal do Barreiro.

**Torre do Relógio** - A torre do relógio é um edifício com uma arquitectura regionalista. A planta tem uma forma quadrangular; a entrada principal é encimado por um painel de azulejo azul e branco com um anjo, onde se pode ler a data de 1928. No cimo da torre, em todas as faces, há um relógio; estão

enquadrados em molduras em pedra, que sobressaem na pintura do edifício. Rematando o conjunto, a toda a volta dos relógios, existe uma cimalha também ela sobrepujada por telha canudo. No cimo, as paredes estão rasgadas por vãos rectangulares por onde outrora saíam cabos telefónicos. Foi nesta torre instalada a primeira central telefónica automática em Portugal. A torre termina numa cobertura em cúpula de quatro águas.

Actualmente o edifício está desactivado, mas encontra-se em óptimo estado de conservação, fazendo parte do património histórico protegido pela Quimiparque.

**Laboratório Químico** - O edifício do laboratório fica entre a torre do relógio e o edifício da antiga escola primária, possui planta rectangular, um só piso e grandes vãos. O laboratório continua com a sua actividade de laboratório, agora aberto ao exterior; faz análises da qualidade das águas.

**Edifício do Refeitório 1** - Planta com forma rectangular, pé-direito alto e grandes vãos de janelas. O edifício foi alterado – foi aumentado lateralmente com um zona de balneários para adaptação à função que hoje ocupa. Hoje, o espaço é ocupado por um moderno ginásio; pela altura do pé-direito foi possível fazer um piso intermédio em *mezannine* com formato em U aberto para a zona central. O edifício é o mesmo; a fachada principal está alterada, revestida com um enorme painel publicitário do ginásio.

**Edifício do Refeitório 2** - Trata-se de um edifício de planta rectangular, junto à rua da CUF, rasgado com grandes vãos. Com o desnível do terreno onde está implantado, o seu rés-do-chão fica semienterrado. No rés-do-chão funcionava o refeitório 2 e a entrada fazia-se lateralmente. A entrada para o piso superior realizava-se pela rua de cima que fica ao seu nível; aqui funcionava uma espécie de supermercado, onde era possível comprar electrodomésticos, bem como transportes pessoais, tais como motas ou mesmo automóveis.

Hoje funciona uma papelaria; o rés-do-chão é o seu armazém e o segundo piso a loja.

**Edifício do Refeitório 3** - Data da década de 50, planta rectangular, linhas modernas, amplas janelas, rebocado e pintado. O acesso faz-se através de duas portas, uma em cada extremidade na fachada principal.

Actualmente o velho refeitório é um espaço repartido por várias empresas, com espaços interiores modernos e adaptados às novas funções. No exterior, a fachada mantém-se mas o edifício foi ampliado para as traseiras.

**Edifício de Escritórios** - Fica próximo do antigo edifício do refeitório 3, construído na mesma época; planta rectangular, dois pisos, amplas janelas de caixilharia idêntica ao do outro edifício. Contudo, é mais pequeno e ao nível

de revestimento é diferente: o edifício de escritórios está revestido a tijolo e a entrada é centrada em relação a fachada principal. Mantém a volumetria inicial, bem como as funções de escritórios de uma empresa.

**Refeitório 4** - Era conhecido como refeitório da zona têxtil, porque servia o pessoal das fábricas têxteis – foi construído da década de 60/70. Apresenta-se uma arquitectura moderna de planta em L num gaveto em forma de trapézio. Edifício de dois pisos ritmado por vãos rectangulares, alinhados, com dimensões e espaçamentos iguais.

Em Outubro de 2008 o velho refeitório encontrava-se em obras para ser sede da nova esquadra da polícia do concelho do Barreiro, o que ocorreu em Janeiro de 2009.

**Bairro Operário em St.<sup>a</sup> Bárbara** - Construído em 1932, foi o segundo bairro a ser construído para os trabalhadores da CUF. Trata-se de blocos de moradias em banda, de um só piso com pátio interior. Eram compostas por dois quartos, uma sala, uma cozinha e uma pequena casa de banho. Actualmente esses espaços estão diferentes, aumentaram-se as casas de banho e criaram-se junto ao pátio zonas de arrumos. A arquitectura é tradicional, vãos com molduras em reboco pintadas e soco em reboco também ele pintado. Os vãos têm por cima uma cimalha em arco rematada com telha de canudo.

Actualmente, à medida que vão sendo desocupadas as casas, a Quimiparque – Parques Empresariais, S. A.<sup>18</sup>, modifica as velhas habitações para pequenos espaços de comércio e serviços.

**Moradias dos Engenheiros** - Foram construídas na fase de ampliação do bairro operário e tinham como objectivo a habitação para quadros superiores. O projecto é do arquitecto Cristino da Silva e data de 1945. Trata-se de treze moradias unifamiliares inseridas na malha do bairro; doze eram geminadas e só uma isolada. A arquitectura de traça «regionalista», com beirais e cimalkas, arcos e janelas com cantarias bem aparelhadas.

As moradias são actualmente ocupadas por comércio e serviços.

**Novo Bairro Operário** - Foi construído a sudeste do anterior. Houve um projecto inicial, mais ambicioso, que ocupava uma grande área com mais moradias e blocos habitacionais de cinco pisos, com projecto de Cristino da Silva<sup>19</sup>.

O sítio escolhido foi um terreno atravessado pela via-férrea, terrenos da CUF, com uma extensão que ocupava os 12,6 hectares, num local denominado Quinta da Fonte. No entanto, para o projecto previsto, era necessário adquirir mais terreno para viabilizar o projecto. O novo bairro teria uma capacidade para 700 fogos, seria ocupado por quadros superiores, encarregados, capatazes

e operários. Do projecto de Cristino da Silva foram construídos apenas quatro blocos de edifícios de cinco pisos a Sul da estação.

A norte, na Quinta da Fonte, hoje conhecida pelo Bairro dos Engenheiros, foram construídas moradias mas cujo projecto já não é de Cristino da Silva<sup>20</sup>.

**Mausoléu de Alfredo da Silva** - Construído em 1944, encerra os restos mortais do industrial. O projecto é de Cristino da Silva. Arquitectura austera, do Estado Novo, simboliza um pouco a força e o poder do industrial. O monumento é todo em granito com doze metros de largo por sete de altura; está assente numa base circular e ao centro tem uma pirâmide truncada. Lateralmente e fazendo parte do conjunto, encontram-se dois corpos paralelepípedos com baixos-relevos da autoria de Leopoldo de Almeida.

**Pavilhão Desportivo** - Construído no ano de 1965, a sul do complexo industrial. O pavilhão desportivo insere-se num projecto inicial de um grande complexo desportivo previsto para o local. Esse projecto, para além do recinto principal de jogos de futebol, previa entre outras coisas: Sede Administrativa, Salão de Festas e Recreio, Ginásio, Pavilhão de Desportos, Piscina coberta e outra descoberta, Auditório coberto, campos descobertos para Ténis, Basquetebol e Voleibol, Stand de Tiro Desportivo, Campo para Ténis de Competição, Pistas de Atletismo e Ciclismo, Campo de Treino para Futebol e Parque de Campismo. Ainda estava prevista a ampliação do Campo de Futebol para uma maior capacidade. No final foi apenas construído o Pavilhão, um Campo de Futebol e Campos de treino.

**Museu Industrial e Centro de Documentação** – Tratava-se da antiga Central Diesel, edifício dos anos 30. Após a sua desactivação, foi transformado e adaptado a museu em 2004. O projecto de alteração da arquitectura é da autoria do arquitecto Mário Varandas Monteiro e o projecto de musealização ficou ao cargo do historiador António Camarão. O edifício apresenta uma arquitectura com linhas modernas com vãos em tijolo de vidro de grandes dimensões, permitindo um espaço interior cheio de luz. No interior mantêm-se a estrutura metálica original de pilares e asnas. Anexaram-se ao espaço museológico dois edifícios: um para serviços do museu (recepção, instalações sanitárias, sala de exposições temporárias, loja e pequeno auditório e, nos dois pisos superiores, um pequeno centro de documentação, sala de leitura e instalações sanitárias). O outro edifício anexo foi adaptado já numa fase posterior, que teve como objectivo a ampliação do museu, aproveitando um antigo pavilhão e armazém de peças. Reutilizou-se o edifício para criar outro núcleo museológico. As obras



foram realizadas em três fases, sendo a última em Dezembro de 2006, com a ampliação do museu<sup>21</sup>.

No museu, é possível observar um espólio constituído por vários equipamentos industriais do complexo – um espaço com acervo documental e iconográfico considerável.

**Edifício da ÁQUATRO** – Foi construído em 1959 para departamento de projectos do complexo. Acolhia engenheiros, desenhadores e fotógrafo e possuía vários gabinetes de projectos, laboratório fotográfico, arquivos, etc. Edifício de planta em U com uma arquitectura de traça dos anos cinquenta.

Actualmente o edifício serve apenas de arquivo e contém um imenso espólio de desenhos, fotografias e negativos. O antigo departamento tem agora o nome de ÁQUATRO – Gabinete de Projectos e Engenharia; funciona em Alverca e pertence ao grupo CUF, trabalha para o grupo mas também para o exterior, contudo perdeu toda a dimensão que tinha anteriormente.

**Antigos edifícios de escritórios em tijolo burro** - Estão situados na primeira zona de ocupação do complexo e fazem parte das primeiras construções; têm planta rectangular e um só piso. Actualmente estão a ser usados: um como ateliê de artista plástico, e outro, como arquivo também da ÁQUATRO.

«Comboio» - Outro edifício com uma arquitectura particularmente interessante é o chamado «comboio». Segundo consta na documentação de ocupação do complexo<sup>22</sup>, tratava-se de um edifício de oficinas eléctricas e de chumbeiros e armazém; no entanto há igualmente informação de ter tido uma utilização para escritórios. O piso superior tem como característica um enorme corredor separado por divisórias em madeira, de muito boa qualidade: este piso lembra, de facto, o interior de um comboio, com o corredor de acesso às várias cabines. Todo o edifício é em tijolo burro; os vãos superiores têm um desenho diferente do piso térreo e o acesso ao piso superior é lateral. Esse segundo piso poderá ter sido uma alteração ao original e pela sua configuração, seria certamente ocupado por escritórios. Actualmente está abandonado e não se prevê nova ocupação.

**Antiga Central a Vapor** – Data dos anos 40/50 do século xx. Trata-se de um edifício de grandes dimensões, parece composto por três corpos anexados; possui uma altura superior a três pisos. As potencialidades das dimensões e seus espaços interiores facilitaram o aproveitamento para as novas funções actuais.

**Antiga Central a Vapor 2** - Construída nos anos 60 do século xx, edifício de uma arquitectura dessa época, ritmada por cheios e vazios, com planta rectangular. Hoje funciona como empresa de tratamento de lixo farmacêutico.

**Antigas Fábricas Têxteis** - Edifícios de um só piso mas ocupando grandes áreas, com cobertura em dente de serra possibilitado a iluminação zenital.

Actualmente essas antigas e grandes fábricas foram rasgadas por ruas e divididas em vários espaços de aluguer para novas empresas. Há um edifício de que não foi possível aproveitar todo o espaço. Construiu-se um novo edifício, mantendo a mesma volumetria e filosofia de ruas como nos anteriores, – contudo apresenta-se como arquitectura actual.

**Caldeiraria e Silo de Sulfato de Amónio** - Trata-se de dois antigos espaços industriais, de grandes dimensões, um antigo silo e uma caldeiraria, agora transformados em grandes superfícies comerciais. O silo data de 1952 e encontra-se inventariado pelo IPPAR como arquitectura industrial moderna.

**Pavilhão de Ensaios dos Bombeiros da CUF** - A companhia, no início da construção das suas fábricas, possuía uma corporação de bombeiros privativos da CUF. Ainda hoje existe um quartel de bombeiros no complexo. Mas neste caso, o antigo edifício passou para escritórios e da antiga corporação apenas sobra um velho pavilhão de ensaios, que aparece abandonado no espaço da antiga zona das primeiras construções. É um pavilhão com características muito particulares, fazendo lembrar um prédio de vários andares, com as suas janelas e varandas, cobertura de duas águas; todo ele encontra-se construído em madeira. Está abandonado e não tem futuro assegurado.

**Silo de Enxofre** - Data de 1960, construído em betão armado com arcos parabólicos, possuindo iluminação zenital. Encontra-se inventariado pelo IPPAR, foi vendido à SECIL e não se prevê que tipo de ocupação terá.

**Fábrica de Zinco** - A sua construção acabou por ser uma má aposta, segundo a empresa, na extracção de zinco. A fábrica viria a encerrar muito cedo. Hoje apresenta-se como um esqueleto junto ao estuário. O edifício apresenta uma arquitectura interessante, no entanto a viabilidade de ser aproveitado torna-se difícil e dispendiosa. Trata-se de um edifício com uma estrutura de betão de grandes dimensões, dificilmente adaptável a outro espaço.

**Loteamento Industrial** – Actualmente a Quimiparque disponibiliza um loteamento industrial com edifícios para armazéns, comércio ou serviços. Os edifícios apresentam uma arquitectura moderna, ocupando grandes áreas. Exteriormente são revestidos com painéis decorados com temas da natureza.

As figuras 3, 4 e 5 em anexo resultam de uma síntese dos edifícios estudados do complexo industrial e que sofreram algumas alterações ao nível de ocupação.

## Conclusões

A proto-indústria no Barreiro construiu unidades económicas de extrema importância na altura em que foram edificadas. No caso dos moinhos de maré, a sua presença foi muito marcante em todo o Estuário. No Barreiro, a maioria deste património tende a desaparecer por falta de protecção.

Na época das indústrias no Barreiro, o Concelho foi marcado por várias unidades fabris com sólidas estruturas, ocupando grandes áreas, algumas com qualidade arquitectónica e dispendo de espaços interiores de grande potencialidade para nova utilização. Muitas dessas unidades utilizaram uma linguagem moderna na sua concepção e construção que só agora está a ser valorizada.

A Quimiparque tem feito um trabalho de salvaguarda de muito deste património, voltando a utilizá-lo com outras funções. No entanto, alguns edifícios pelo seu pouco valor comercial, estão a cair em abandono e conseqüente ruína.

Os Bairros Operários marcaram uma época, revelando qualidade arquitectónica. Julga-se que deverão fazer parte do tecido urbano mantendo as suas características habitacionais, sem serem exclusivamente transformados em empresas de comércio e serviços.

Grandes indústrias desenvolveram-se nesta margem do Estuário e chegavam a empregar famílias inteiras. Algumas com preocupações sociais de modo manterem as famílias junto das suas unidades produtivas, criando para tal, creches, escolas, clubes associativos e até bairros habitacionais.

Hoje essas grandes áreas industriais encontram-se em constante mutação, com a desactivação, demolição e a conseqüente venda dos seus terrenos para diversos fins. Restam contudo alguns testemunhos desse impressionante passado; é possível ainda observar algumas edificações cujas autarquias e/ou instituições particulares insistem em preservar.

As potencialidades destes espaços para reutilização são variadas, sobretudo pelas grandes áreas que ocupam. A sua arquitectura, bem como os materiais utilizados, viriam a caracterizar grandemente a arquitectura do século xx. A sua reutilização perpetua a sua presença, contribuindo para a história e a vitalidade da região.

**Palavras-chave:** arquitectura, património industrial, re-uso de espaços industriais.

## Notas

<sup>1</sup> «Regimento dos Fornos de Valedzebro», in «Systemas ou Colecção dos Regimentos Reas», Tomo Terceiro, 1785, p. 339, Obra citada in Nabais, António, *Património Industrial - Moinhos de Maré*, C. M. Seixal, 1986, p. 29.

<sup>2</sup> C. M. Barreiro, *Acervos Museológicos do Barreiro. Percurso de uma identidade*, ed. Barreiro: C. M. Barreiro, 1999, p. 12.

<sup>3</sup> *Um Olhar sobre o Barreiro* – Número especial – *História dos Moinhos do Barreiro*, n.º 2, III Série, Novembro 1993, Revista não periódica, p. 31.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> in: [http://www.jf-palhais.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&cid=29&Itemid=41](http://www.jf-palhais.pt/index.php?option=com_content&task=view&cid=29&Itemid=41). Consulta a 15 de Setembro de 2008.

<sup>6</sup> Obra referenciada em 3.

<sup>7</sup> In Carta Topográfica Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, de Filipe Folque, in obra referenciada em 3, p. 5.

<sup>8</sup> In Nabais, António, *Património Industrial - Moinhos de Maré*, C. M. Seixal, 1986, p. 29.

<sup>9</sup> Obra referenciada em 3, p. 37-46.

<sup>10</sup> In Viena, Maria Alfreda Cruz, «A Indústria Corticeira da Margem Sul do Estuário do Tejo: Perfil e problemática de uma industrialização regional.» Artigo apresentado na Conferência Internacional sob o tema: *Cortiça, Património Industrial e Museologia*, 13 a 17 Abril de 2000, Ecomuseu Municipal do Seixal.

<sup>11</sup> In Inventário do Património Imóvel do Concelho do Barreiro, ed. Barreiro: C. M. Barreiro, 1999, p. 53.

<sup>12</sup> *Idem* 11, p. 45.

<sup>13</sup> *Idem* 11, p. 49.

<sup>14</sup> *Idem* 11, p. 51.

<sup>15</sup> *Companhia União Fabril - Cinquenta Anos da CUF no Barreiro* -, Lisboa, CUF, 1958.

<sup>16</sup> É possível verificar as alterações de que foi alvo no arquivo da ÁQUATRO - Gabinete de Projectos e Engenharia.

<sup>17</sup> *Idem* 16.

<sup>18</sup> A Quimiparque é uma empresa criada há 17 anos que tem como função a gestão de parques empresariais.

<sup>19</sup> Rodolfo, João, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa Publicações D. Quixote, 1.ª edição, Abril de 2002, p. 144.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 204-208.

<sup>21</sup> In Monteiro, Mário Varandas, «Museu Industrial - Quimiparque - Acervo de um património da Indústria Portuguesa do séc. XX» - artigo apresentado no Resumo das comunicações do Colóquio internacional: *Industrialização em Portugal no Século XX - O caso do Barreiro* - 8 - 10 de Outubro de 2008.

<sup>22</sup> Obra referenciada em 15.

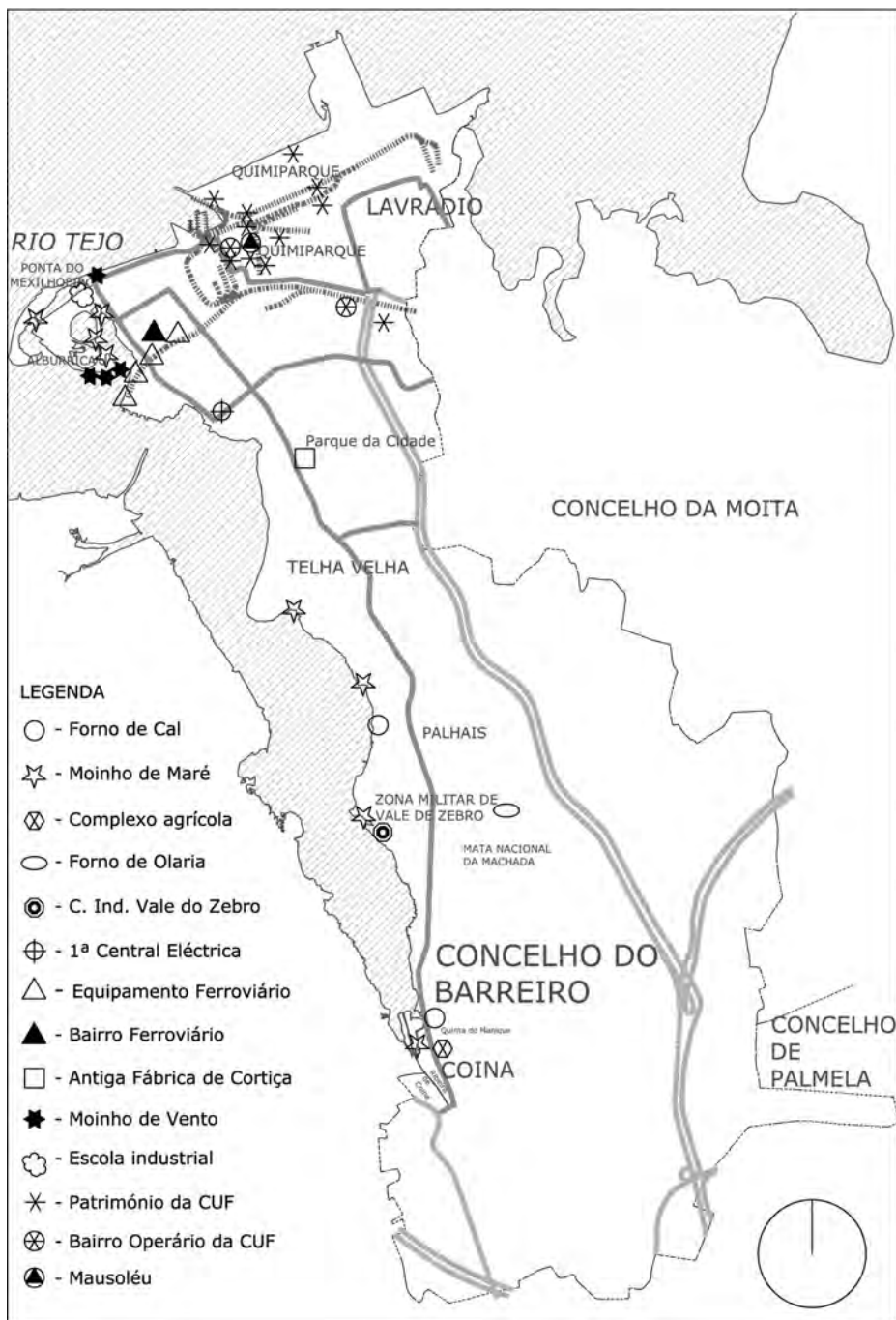


Figura 1 – Planta de localização dos principais equipamentos estudados no concelho do Barreiro

Edifício		Função Inicial	Outras Funções	Função Actual
	Fábrica do Biscoito séc. XV Complexo do Vale do Zebro - Palhais	Fábrica do Biscoito	-	Escola Naval/Museu
	Estruturas Agrícolas, início do séc. XX - Coina	Estruturas agrícolas e habitação	-	Desactivado. Pertence à empresa de construção António Xavier de Lima
	Moinho de Maré Pequeno séc. XVIII Alburrica	Moinho de Cereais	-	Em ruína. A C.M.B. quis comprá-lo para espaço de exposições
	Moinho de Maré Braamcamp séc. XVIII Alburrica	Moinho de Cereais	-	Armazém da Sociedade Nacional de Cortiças
	Moinho de Vento do Jim séc. XIX Alburrica	Moinho de Cereais	Habitação	Desactivado. Pertence à C.M.B.
	Refeitório da Fábrica de Cortiça do Granadeiro 1920/1930	Refeitório	-	Espaço cultural do Parque da Cidade
	Antiga Estação dos Caminhos-de-ferro 1886	Estação	-	Escritórios das Oficinas dos Caminhos-de-ferro
	Rotunda das Locomotivas 1886	Cocheiras	-	Desactivada
	Depósito de Peças da CP Finais do séc. XIX	Armazém	-	Desactivado. Muito degradado e sem fim previsto
	Cargas e Descargas da CP Finais do séc. XIX	Cargas e descargas	-	Armazém da SOFLUSA
	Bombeiros Voluntários Sul e Sueste Início do séc. XX	Quartel	-	Os bombeiros foram para a Quimiparque. O edifício pertence à REFER e não tem futuro previsto
	Companhia Industrial do Bonfim 1926	Central Eléctrica	-	Desactivada. O edifício encontra-se à venda

Figura 2 – Síntese das funções associadas aos equipamentos estudados no concelho do Barreiro

Edifício	Função Inicial	Outras Funções	Função Actual
 Posto Médico 1907-1917	Posto Médico	-	Desocupado e muito degradado
 Casa Museu Alfredo da Silva 1907-1917	Escritórios	Ampliação do 2º piso para residência ocasional	Museu
 Edifício da GNR 1907-1917	Escritórios	Quartel da GNR	Desocupado e muito degradado interiormente
 Sede do Grupo Desportivo da CUF 1918-1927	Casa de Recreio e Escola	Filarmonica e Sede do Grupo Desportivo. Sede do Sindicato dos trabalhadores da Quimigal	Espaço de culto
 Casa da Cultura 1948-1957	Cinema e Ginásio	Armazém após o 25 de Abril. Cinema aberto ao público	Hoje é requisitado para eventos de empresas
 Edifício da Escola 1938-1947	Escola Primária	Escola da CERCIM. Escola Superior	Serviços da C. M. do Barreiro
 Despensa 1907-1917	Despensa (mercearia)	Escritórios	Infantário
 Palácio Alfredo da Silva 1948-1957	Messe R/C - pessoal superior 1º Andar - quadros técnicos	-	R/C - Clube de Empresas. 1.º Andar - Restaurante
 Refeitório 1 1938-1947	Refeitório	-	Ginásio
 Refeitório 2 1938-1947	Refeitório	Supermercado no R/C	Papelaria: R/C - armazém 1.º andar - loja

Figura 3 - Síntese das funções associadas aos equipamentos estudados no Complexo Industrial da Quimiparque no Concelho do Barreiro

Edifício	Função Inicial	Outras Funções	Função Actual
 Refeitório 3 1948-1957	Refeitório	Empresa de Engenharia e Telecomunicações (NOXITEL)	O espaço está dividido para várias empresas
 Refeitório 4 1968-1974	Refeitório	-	Sede da Polícia do Barreiro
 Bairro Operário 1932	Habitação	-	Habitação e quando desocupadas passam a ser ocupadas por empresas
 Moagem e Padaria 1907-1917	Moagem e padaria	-	Moagem - Discoteca Padaria - Centro de distribuição dos correios
 Moradias dos Engenheiros 1945-1947	Habitação	-	Empresas, centros de formação, infantários, etc.
 Central Diesel 1928-1937	Central para produção de energia	-	Museu Industrial
 Edifício da ÁQUATRO 1967	Departamento de projectos	-	Funciona como arquivo do Gabinete de projectos
 Edifício do «comboio» 1907-1917	Oficinas eléctricas, chumbeiros e armazém	Escritórios de várias empresas	Desocupado e degradado
 Escritórios	Escritórios		Arquivo da Quimigal. Encontra-se muito degradado

Figura 4 - Síntese das funções associadas aos equipamentos estudados no Complexo Industrial da Quimiparque no Concelho do Barreiro (continuação)



Edifício	Função Inicial	Outras Funções	Função Actual
 <p>Escritórios 1907-1917</p>	Escritórios	-	Atelier de artista plástico
 <p>Central a Vapor 1948-1957</p>	Central de produção de energia	-	Fábrica de envelopes e empresa de limpezas químicas industriais
 <p>Central a Vapor 2 anos 60 do séc. XX</p>	Central de produção de energia	-	Tratamento de lixo farmacêutico
 <p>Fábricas Têxteis 1928-1937</p>	Fábricas têxteis	-	Pavilhões rasgados por ruas e divididos em várias empresas
 <p>Silo de Sulfato de Amónio 1948-1957</p>	Armazém	-	Superfície comercial
 <p>Caldeiraria 1958-1967</p>	Caldeiraria e oficina de contentores	-	Superfície comercial
 <p>Pavilhão de Ensaios dos Bombeiros 1907-1917</p>	Pavilhão de ensaios	-	Desactivado
 <p>Silo de Enxofre década de 60 do séc. XX</p>	Armazém	-	Desactivado - foi vendido à SECIL
 <p>Fábrica de Zinco década de 70/80 do séc. XX</p>	Fábrica	-	Desactivada e muito degradada

Figura 5 - Síntese das funções associadas aos equipamentos estudados no Complexo Industrial da Quimiparque no Concelho do Barreiro (continuação)

# A ermida de Santa Bárbara do Barreiro

*Fernando Carvalho da Mota\**

---

## Introdução

Este trabalho de investigação histórica tem como tema a antiga ermida de Santa Bárbara situada no extremo este dos antigos limites do concelho do Barreiro, à beira da estrada real que seguia para o Lavradio e Alhos Vedros.

A sua construção data de 1570, tendo sido demolida em 1932 para a construção do segundo bloco de moradias para operários da CUF.

Em primeiro lugar e antes da sua história, propriamente dita, escolheu-se, para este trabalho, fazer um resumo do culto de Santa Bárbara, explicando a lenda por detrás da Santa e identificando os principais locais de culto. Serão efectuadas igualmente comparações com outras tradições e locais de Portugal, procurando semelhanças quer na forma de adoração como também, na curiosa forma em palmatória que o templo apresentava.

As fontes consultadas para este trabalho foram as mais variadas e abrangentes ao nosso alcance, desde testemunhos orais até fontes escritas depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Municipal do Barreiro e Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro.

---

\* Gabinete de Arquivo e Gestão Documental da Câmara Municipal do Barreiro.

## Culto de Santa Bárbara

O 4 de Dezembro é o dia festivo de Santa Bárbara. De acordo com a lenda, Santa Bárbara era uma donzela de grande beleza, filha de um rico mercador pagão, Dioscorus. Aparentemente, viveu no século III ou IV na Ásia Menor, em Nicomédia ou em Heliópolis. Para proteger a sua filha, tanto de pretendentes, como do cristianismo, Dioscorus fechou numa torre. Dioscorus tinha grande receio que a sua filha se convertesse ao cristianismo, a nova religião que estava a começar a crescer à margem do Império Romano, adoptada por estratos mais pobres e marginalizados da sociedade romana. Como rico mercador que era, tinha horror a este movimento que, além de o poder prejudicar a nível pessoal, poderia igualmente lesá-lo nos seus negócios, na possibilidade de qualquer associação com a religião banida.

Bárbara passou, assim, anos na torre. Recebia a sua comida e roupa através de um cesto com uma corda. Seu pai, em busca de um pretendente para sua filha, autorizava que os interessados chegassem aos pés da torre para com ela falar<sup>1</sup>. Um dia, um estranho colocou um livro no cesto, através do qual Bárbara tomou conhecimento do cristianismo. De tal forma, que queria conhecer mais sobre esta religião, que ela acabou por adoecer. O seu pai mandou chamar um médico, mas, tal era o seu estado de agitação, que quando o médico chegou não lhe perguntou quem era, quando de facto, era um padre, um médico da alma. Bárbara colocou várias questões ao padre, tendo acabado por se converter ao cristianismo.

Pouco tempo depois, o seu pai teve de efectuar uma longa viagem. Durante a sua ausência, Bárbara pediu a alguns empregados da casa para construir uma terceira janela na torre. Como ela era a filha do seu patrão, acederam. Quando Dioscorus voltou da sua viagem perguntou a Bárbara a razão de uma terceira janela na torre. Ela respondeu-lhe que se tinha convertido ao cristianismo e as três janelas lembravam-lhe a Santíssima Trindade<sup>2</sup>.

O seu pai em fúria ordenou-lhe que renunciasse à sua nova fé ou morreria. Ao recusar, Dioscorus entregou Bárbara ao Governador Romano, Marcianus que a torturou e espancou para que abandonasse o cristianismo. Foi inclusivamente humilhada, ao ser levada despida pela cidade. Por fim, acabou por ser atirada para uma prisão onde as suas feridas sararam. No dia seguinte, Marcianus foi chamado à prisão para ver a cura das feridas da tortura. Não satisfeito, duplicou os suplícios, ordenando-lhe que renunciasse ao cristianismo. Depois de nova recusa foi condenada à morte por decapitação, sentença esta executada pelo seu próprio pai.

Quando regressava a casa, depois de ter executado a sua filha, Dioscorus foi atingido por um raio, que o matou.

Segundo a tradição, os restos mortais de Santa Bárbara estão depositados na Igreja com o seu nome no Cairo, Egipto. A data de construção da Igreja é uma incógnita, mas segundo a tradição, foi construída por ordem de Athanasius, um secretário de AbdelAziz Ibn Marwan (Governador do Egipto entre 685 e 705 e bem conhecido, em Portugal, por segundo a lenda denominar Marvão). Contudo, uma porta encontrada durante um dos restauros da igreja, dataria do princípio do século IV. Originalmente, a Igreja foi dedicada a São Ciro mas, foi reconstruída em 1072 ou 1073 para acolher as relíquias de Santa Bárbara.

Devido ao destino do seu pai, Santa Bárbara é invocada através de preces e rezas para a protecção a trovoadas. Numa extensão a esta protecção, tornou-se igualmente padroeira dos artilheiros, mineiros e outras profissões que lidam com explosivos<sup>3</sup>.

O culto a Santa Bárbara teve uma grande expansão em Portugal nos finais do século XV e inícios do século XVI, datando deste período a grande maioria dos templos dedicados a esta Santa.

As preces associadas a Santa Bárbara existem por todo o nosso país, por vezes, apenas, com ligeiras alterações em algumas regiões, como por exemplo, na freguesia de Santiago Maior, no Alandroal, distrito de Santarém:

*«Magnifica a minha alma  
 Engrandeço ao Senhor  
 Meu espírito se alegrou  
 Em Jesus meu Salvador.  
 Oh, que estrondos vão no céu!  
 Que nos valha a Divindade,  
 Valhanos a Cruz de Cristo  
 E a Santíssima Trindade.  
 Santa Bárbara Bendita  
 Se vestiu e se calçou  
 Ao caminho se deitou  
 Jesus Cristo encontrou  
 E Ele lhe perguntou:  
 - Onde vais Bárbara?  
 - Vou amarrar aquela trovoadas,*

*Que no céu está armada.  
- Amarra, amarra,  
Para onde não haja eira nem beira  
Nem raminho de oliveira  
Nem bolinho de alma cristã.  
Santa Bárbara Bendita  
Que no Céu está escrita  
Tendes a Torre na mão  
Pedi a Nosso Senhor  
Que nos abrande o trovão».*

No Sabugal:

*«Santa Bárbara se vestiu e se calçou  
Pelo caminho de Jesus Cristo andou  
A meio do caminho Jesus Cristo encontrou  
E Lhe perguntou:  
- Ó Bárbara onde vais?  
- Vou ao céu e quero ir,  
Vou arrumar uma trovoada  
Que vós lá tendes armada.  
- Então vai e arrumaa num cantinho,  
Onde não haja pão nem vinho,  
Nem choro de menino,  
Nem galo a cantar,  
Nem raminho de oliveira,  
Nem mal que o faça».*

Ou em Marvão:

*«Santa Bárbara Bendita,  
No Céu está escrita,  
Num papel com água benta,  
Livranos desta tormenta  
Que a leve lá para longe,  
Para onde não haja pão nem vinho,  
Nem flores de rosmarinho,  
Nem mulheres com meninos,*

*Nem vacas com bezerrinhos,  
Já os galos cantam,  
Já os anjos se levantam,  
O Senhor está na Cruz,  
Para sempre, Ámen Jesus».*

A referência nesta reza a sítio «onde não haja palha nem grão» para cair a trovoada, revela o facto de esta Santa ser a mais invocada, principalmente, pelos agricultores para proteger as suas culturas.

O poder de afastar as trovoadas, de grande temor para as populações, ganhou grande difusão em Portugal, onde encontramos casos curiosos como na torre esquerda da Misericórdia da Guarda, onde no grande sino é guardada uma inscrição de poder e conjuro em castelhano «*Maria es mi nombre, Bárbara mi voz será, Miguel destruyó el infierno y esta a toda tempestad anno 1797*».

Em território brasileiro, as entidades religiosas, pela intensidade do seu culto, provocam o sincretismo com o Catolicismo, que atribui aos *orixás*, formas materiais dos santos da Igreja chamando os nomes de uns aos outros. Assim, *Xangô* corresponde ao raio, ao relâmpago e ao trovão, sendo representado por Santa Bárbara, São Jerónimo e S. Miguel. *Iansã* é a mulher de *Xangô* e simboliza o vento, a tempestade, o mau tempo, sendo também representado por Santa Bárbara.

No Brasil a reza para Santa Bárbara é a seguinte.

*«Santa Bárbara a bendita  
Que no céu está escrita;  
Com papel e água benta,  
Aplacai esta tormenta!».*

## **A Ermida de Santa Bárbara do Barreiro**

A Ermida de Santa Bárbara estava situada numa pequena elevação, na bifurcação de dois caminhos de Este para o Barreiro, o primeiro passava alguns metros a Norte da Ermida e partia do Lavradio, o outro, vinha do Convento da Verderena.

A sua localização inseriu-se na antiga tradição de construir templos cristãos nos caminhos de entrada das localidades, de forma a afastar epidemias e

outros males. Nesse sentido, já existiam à data da sua construção outras capelas e ermidas nas restantes vias de comunicação do Barreiro, em particular, a Ermida de S. Sebastião (posteriormente, Igreja de S. Francisco) na estrada que vinha de Sul e a Ermida de S. Roque (mais tarde, Igreja de Nossa Senhora do Rosário) a Oeste da Vila, onde se encontrava a estrada que vinha de Sul ao longo do rio Coina e as ligações por rio com Lisboa.

A construção da Ermida numa elevação estava perfeitamente inserida na tradição do culto de Santa Bárbara, que - como vimos - era protectora das trovoadas e tempestades. Numa localidade predominantemente piscatória como era o Barreiro, o culto a Santa Bárbara ganhou uma maior relevância ao proteger a faina marítima dos locais, praticada na barra de Lisboa e ao longo da costa da Península de Setúbal, até ao Cabo Espichel. Contudo, o culto à Santa estava também ligado à protecção do trabalho agrícola que, era também praticado por muitos pescadores nas épocas de terra. De facto, muitos eram proprietários de vinhas como, António Marques, Francisco dos Santos, Francisco Gonçalves e Manuel Jorge<sup>4</sup>.

A data da construção da Ermida de Santa Bárbara, ao contrário do que foi apontado por Armando da Silva Pais<sup>5</sup> (citando José Augusto Pimenta), não será de 1604, durante o período Filipino, mas antes, de 22 de Setembro de 1570<sup>6</sup>. Por este documento (depositado na Torre do Tombo) foi autorizada a construção da ermida para colocar a imagem de Santa Bárbara que estava na Igreja Matriz de Santa Cruz, tendo sido encarregado do trabalho de construção e da organização da respectiva fábrica Brás da Rocha.

Certo é que em 1605 a ermida já estava construída, como atesta a obrigação transcrita por José Augusto Pimenta na «*Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*» de um documento cuja cópia datada de 1745 existe no Arquivo Municipal<sup>7</sup>:

«Obrigação que esta Vila do Barreiro e todo este Povo tem, de fabricar, e porver de todo o necessário, a Ermida de santa Barbara, que o dito Povo fez de Novo, vindo a ella.

*Domingos Ferreira, Prior desta Igreja de Santa Cruz, desta Villa do Barreiro e Vigário na dita e na villa de Alhos vedros e seus termos; que eu faço saber aos que a prezente virem, que os moradores desta villa fizeram, junto a ella, da parte do nascente, hua Ermida para a Glorioza Santa Barbara licença que para isso tiverão, de Sua Magestade como Governador e Administrados da Ordem de Santiago, e querendo os ditos moradores dizer missa, na dita Ermida que feita tenham, lhe foy mandado, que*

*ouvesse quem se obrigasse á Fabrica da ditta Ermida. E logo nesta Igreja de Santta Cruz. Desta villa se ajuntarão, Os júztes, e Veriadores, e Procurador do Concelho, e mais Povo, logo foy dito em minha prezença e em prezença de todo o Povo, estava o ouvidor do Duque, que a esse tempo aqui estava Em Correição, todos em hum corpo e cada hum por si, disserão, que eles se obrigavão, por si, e por seos Movenz, e de raiz havidos e por haver; De hoje para todo o sempre, a fabricar de todo o neçessario a dita Ermida de Santta Barbara, de que tudo se fez um termo no livro dos Acordans da Camera desta villa; Aos 24 Dias do Mez de Junho, da Era de 1604 anos, o qual termo todos assignarão de como se obrigavão, e por seus Successores a fabricar de todo o neçessario a Casa da ditta Santa Barbara; e por o dito termo estar assim ffeito no Livro da Camera, e assignado por todos, o não treslado aqui, mas aelle me reporto; E portanto puz neste Tombo da Igreja, esta declaração, aos 29 de Dezembro de 1605 annos, e me asignei aqui, por quanto p Arcebispo, na licença que passou, para se poder dizer Missa na dita Ermida, assim o mandou, e eu sobredito que isto escrevy . O Prior Domingos Ferreira<sup>8</sup>».*

Em 1618 a área da ermida já era denominado Alto de Santa Bárbara, constituído por terras de sementeira e pinhal pertencente a D. Francisca de Azambuja – a protectora do Convento da Madre de Deus da Verderena – e foreiro, com mais cinco vinhas nas proximidades à Igreja Matriz de S. Lourenço de Alhos Vedros, fazendo estes terrenos parte da capela instituída em testamento de D. Francisca de Azambuja.

Na citada obra de José Augusto Pimenta este, erroneamente, considera também, que nunca existiu confraria ou Irmandade para a Ermida de Santa Bárbara. De facto, quem estava encarregado de velar pela conservação do edifício e cobrança de foros para a citada Ermida era a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Cruz, que foi responsável durante toda a segunda metade do século XVIII e início do século XIX pelo templo. A prova desta afirmação encontrase depositada no Arquivo Municipal do Barreiro entre os documentos mais antigos nele depositados<sup>9</sup>. Num livro com 100 fólios, com capas em pergaminho e com um pequeno atilho em couro, estão as contas de receita e despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Com um termo de abertura datado de 1744 registamse vários assuntos, que hoje, através dos olhos do historiador ganham todo o significado. O livro abre com o registo dos autos de posse sobre alguns foros devidos a Santa Bárbara que eram geridos pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Santa Cruz, onde tinha a sua sede. Os rendimentos colhidos pelas casas que estavam à volta da Ermida ou vinhas deviam ser recolhidos anualmente, mas aparentemente tal não acontecia



há algum tempo. Estes registos foram feitos precisamente com o objectivo de recolher valores em dívida, como por exemplo o de Marcos Gonçalves que devia cinco mil réis e a viúva de Manuel Baptista, que tinha dois anos em atraso, com uma dívida de mil réis.

A partir de 1752 até 1764 os foros passaram a ser recebidos anualmente sem falta. Os valores cobrados eram, por exemplo, da citada viúva de Manuel Baptista, 500 réis de foro ou Marcos Gonçalves com 625 réis. Para além destes, a Irmandade recebia foros devidos a Santa Bárbara, de Bernardino Ferreira (625 réis), José Ferreira (240 réis), João de Castro Bandeira (625 réis).

Estas receitas eram aplicadas normalmente no pagamento do escrivão, pagamento de missas ao pároco de Alhos Vedros ou, em 1755, utilizadas em concertos na Ermida, provavelmente originados pelo terramoto. Este último, no valor de mil, quatrocentos e quarenta reis, foi descrito como o «concerto que se principiou a fazer na Ermida da Santa»<sup>10</sup>. No ano seguinte, procederam a obras no telhado, que foram da responsabilidade de mestre Clemente Gaspar, no valor de catorze mil e quarenta reis. Em 1758 o telhado voltava a ser consertado por nove mil réis.

Infelizmente, este livro depositado no Arquivo Municipal do Barreiro, deixa de ter registo da cobrança dos foros a partir de 1764. O livro continua apenas com as últimas reuniões da Irmandade do Santíssimo Sacramento, realizadas entre 1845 e 1849, com vista à organização da Semana Santa, não sendo feita qualquer referência à Ermida ou capela de Santa Bárbara.

Outra prova da existência de uma autoridade que administrava os bens e o culto de Santa Bárbara encontrase na Torre do Tombo. Tratase de um conjunto de documentos que estiveram na origem de um processo para a autorização de uma feira franca durante as festas de Santa Bárbara:

*«Pretendem os juízes e mais irmãos da confraria de Sta. Bárbara desta villa do Barreyro estabelecida na Hermida da mesma Santa situada nos subúrbios della, que V[ossa] Mage[s]tade lhes conceda a graça de poderem fazer todos os annos hua feyra franca nos três dias próximos ao da Festa da referida Santa para com o produto della poderem reparar a dita ermida, proveremse de ornamentos e acudirerem a tudo o mais de que necessitão, por se achar destituída de tudo, reduzida à última decadência, sem culto e sem decência, sendo o seu rendimento administrado pelo juiz e irmãos que actualmente forem da Mesa e pelos que sucederem nos ditos cargos, além da utilidade que resulta de semelhante graça a todo o Povo da ditta Villa e das mais circunvizinhas.*

*Pela resposta inclusa dos Officiaes da Camera e da Nobreza e Povo dada no Termo junto, consta convirem todos em que se conceda a referida graça não*

*só pella grande conveniência que della pode resultar dos moradores daquella villa, mas também aos Povos dos lugares circumvizinhos, assignando para se fazer a ditta Feyra o Sítio dos Baldios do conselho que estão na estrada místicos<sup>11</sup> à referida Hermida.*

*Da ruína, pouco culto e decência com que ella se acha posso eu testificar de sciência própria, e como testemunha ocular por me achar actualmente em Correição nesta villa, e da mesma forma da pouca, ou nenhua possibilidade que a Confraria tem para poder acudir ao seu reparo, e a sua indigência, motivos todos que, me parece concorrem para V[ossa] Magestade] lhe conceder a graça que pertendem, com declaração porém que o arruamento e vãos dos chãos serão repartidos aos comerciantes na occasião da referida Feyra pello Juiz de fora, e mais Officiaes da Camera que então servirem ficando somente livre para a dita Confraria o producto e rendimento dos mesmos chãos.*

*Este é o meu parecer. Vossa Magestade determinará o que entender he mais justo. Barreyro, 10 de Setembro de 1764.// O Juiz Corregedor e Ouvidos da Comarca de Setúbal, Doutor Francisco Xavier de Basto<sup>12</sup>».*

O relato do Corregedor, assim como da edilidade referiam o abandono e ruína do templo, precisamente no ano em que deixaram de ser registados os foros no livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento. A crise financeira em que se encontrava a Irmandade, referida no documento como Confraria, não comoveu a Coroa, que recusou o pedido, emitindo uma Provisão em que considerava que «*não há necessidade de Feyras francas à vista, na vizinhança de Lisboa, e menos que se façam a requerimento de uma Confraria<sup>13</sup>*».

A conservação do templo sempre foi um problema, tendo muitas das iniciativas partido da generosidade da população.

Em 1743 o templo já tinha sofrido as primeiras importantes alterações ao ser demolido um alpendre, como constava no arquivo da Matriz: «*Despendy cinco mil e outocentos e noventa réis com os Pedreiros e serventes que demoliram o alpendre. Oliveira.*» As obras duraram dois anos, tendo sido concluídas com a construção de um «*portal de cantaria para a porta da sacristia nova<sup>14</sup>*». O portal foi comprado pelo juiz João Dias Ratinho por 2400 réis, tendo o transporte e assentamento das pedras ficado em 15.885 réis. Trataram-se, decerto, de obras de vulto que substituíram a antiga Ermida por outra mais ampla, facto que explica a mudança de designação neste livro para «*capela da Gloriosa Santa Bárbara*». Contudo, estas obras apenas foram possíveis, como vimos, pela eficiente cobrança de foros de atraso, como prova o livro depositado no Arquivo Municipal do Barreiro.

A ermida seria alvo de outras duas intervenções em 1787 e 1855 como comprovavam as placas que estavam colocadas na sua frontaria<sup>15</sup>. A data da primeira reedificação estará directamente relacionada com um período extremamente carregado de religiosidade no Barreiro: a Irmandade de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário estava no seu auge, com diversos milagres a serem atribuídos à Senhora do Rosário e que acabaram por levar à aprovação dos Estatutos da Irmandade (que passou a ser designada *Real*) por protecção de D. Maria I e pela atribuição da Breve do Papa Pio VI, em 1789. De facto, nas décadas de 70 e 80 do século XVIII, todos os templos do Barreiro sofreram obras de beneficiação e ampliação, desde a Ermida de S. Sebastião, que passou a Igreja de S. Francisco (que sofreu grandes obras em 1770), até a Igreja de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário que foi ampliada em obras iniciadas em 1784, com a colocação do altar em talha dourada e a construção do arco de cruzeiro da nave em 1793. A ermida de Santa Bárbara acabou por beneficiar deste período de reconstrução de templos no Barreiro, até pela facilidade de materiais e técnicos de construção que se encontravam na localidade.

Em 1834 foi colocada na ermida uma imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo com um Menino Jesus no regaço, passando a sua festa a realizarse no dia seguinte ao de Santa Bárbara (normalmente à segunda feira). A segunda data de beneficiações na Ermida (1855) coincide também com obras de vulto da Igreja de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário para a construção da torre norte.

As placas sobreviveram à demolição de 1932 tendo D. Manuel de Mello projectado reconstruir a Ermida perto do Bairro Novo da CUF nos anos 50 mas, tal não se verificou e as placas, último vestígio da ermida, desapareceram.

## **As festas**

O relato mais antigo das festas em honra de Santa Bárbara no Barreiro foinos deixado por José Augusto Pimenta<sup>16</sup>. Estas festas que decorreram em 1743 contaram para a sua realização com a esmola de 180 réis de treze devotos. As despesas foram as seguintes: para o prior que cantou a missa, seis tostões; ao diácono, subdiácono e mais três padres que tomaram parte da solenidade, duzentos e quarenta réis a cada um; ao acólito do turíbulo cento e vinte réis; ao tesoureiro da matriz, cento e vinte réis; aluguer de cera e incenso, trezentos réis. De noite foi efectuado um leilão à porta da Ermida de «fogaças, melhoradas em cada ano, frutos, aves, etc.» As arrematações nesse ano foram disputadas tendo arrematado galinhas a 700 réis, frangos a 300 réis e melancias a 240 réis.

O produto destes leilões era destinado ao arraial, despendendose em aluguer de mastros, escudos e bandeiras, fogos de artifício e em alimentar grandes fogueiras de barricas de alcatrão. José Augusto Pimenta refere que a festa realizavase num dos domingos do mês de Agosto, tendo passado depois para Setembro, provavelmente em 1791 para não colidir com os festejos em honra de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário.

A periodicidade das festas em honra de Santa Bárbara, a partir do último quartel do século XIX, acabou por ser bastante irregular. O culto de Santa Bárbara confundia-se em comemoração com a outra imagem que passou a estar guardada na ermida: N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Carmo do Monte a partir de 1834, com a extinção das Ordens Religiosas. Em 1855 a confraria desta Santa pedia autorização à Irmandade de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário para as suas festas:

*«Tendo os festeiros de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Monte do Carmo, que são pela maior parte Irmãos da Real Confraria de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário desta Vila determinado fazer a festividade daquela Senhora no dia 9 do corrente mez e mandar também armar um coreto e uma piquena perspectiva para iluminação à noite, tornando-se por esse motivo o arraial mais aprazível e com a necessária luz, e sendo certo os festeiros os precisos arranjos por falta de meios, mas obtido sempre da Mesa do Rosário, todos os que caressem, além de capas para a procissão, lanternas, etc.<sup>17</sup>».*

As notícias das festas em honra de Santa Bárbara chegaram aos nossos dias através da imprensa da capital, dispersas pelos vários jornais de então. Destes, a mais antiga data de 1866 e foi publicada no *Diário Popular*:

*«Barreiro, 13 - Ao arraial de Santa Bárbara compareceu muito povo e mais viria se não chovesse, motivo porque o fogo passou para o dia seguinte. È de todos os arrais que tem havido o mais pitoresco, por estar assente num monte. Lá estava a barraca da Júlia que não foi para Belém porque tencionava ir já para Tancos, vendose também obrigada a ir primeiro a Benavente. Na segunda-feira o prior do Barreiro recusouse a dizer missa em santa Bárbara, foi dita pelo prior do Lavradio<sup>18</sup>».*

As rivalidades políticas do Barreiro também tiveram o alto de Santa Bárbara por palco, como Armando da Silva Pais lembrou<sup>19</sup>. As festas de Setembro de 1878 decorreram num clima de grande agitação política no Barreiro, dividido em *Franceses* (Regeneradores) e *Penicheiros* (Progressistas)<sup>20</sup>:

*«O partido dos «Franceses» da vila do Barreiro tinha resolvido fazer no dia 8 do corrente a festividade e arraial a Santa Bárbara, na sua ermida daquela vila. Chegou, porém, a véspera e nem arraial nem qual carapuça! Os Franceses haviam perdido a coragem.*

*Entretanto os Penicheiros, como não vissem nem más nem boas, decidiram na própria véspera que eles fariam as festividades. Pediram licença ao Administrador [do Concelho] para a filarmónica poder sair e o administrador, naturalmente depois de se aconselhar na farmácia Pimenta, concedeu-lha<sup>21</sup>.*

*Mandaram a Lisboa solicitar do governo civil a permissão para se queimar o fogo de artifício, mas aqui empurraram os festeiros para o Administrador do Concelho. Afinal, dirigindo-se a esta autoridade, os «amigos de Peniche» viram negada a permissão, deixando por isso de fazer a festa. O mais engraçado neste caso foi que, pretendendo os «Penicheiros» bigodear os «Franceses», foram eles os bigodeados. Agora complicase a coisa, porque «Franceses» e «Penicheiros» pretendem realizar hoje a festa. Como irão eles descalçar este par de botas<sup>22</sup>».*

Alguns dias depois, o correspondente do jornal descrevia o epílogo da festa:

*«Realizouse no dia 22 no Barreiro a festa «Penicheira» à Santa Bárbara. Os «Penicheiros» foram mais felizes que os «Franceses», porque tudo correu na melhor ordem, tocando no arraial e pela ruas as filarmónicas «Penicheira» e a do Lavradio. A ermida não serviu de quartel ao destacamento, mas ainda assim estiveram uns quatro ou cinco tipos deitados junto ao altar! Já nada se estranha...<sup>23</sup>».*

Teremos de esperar por 1892 para encontrar na imprensa outra descrição das festas, desta vez no jornal «O Século»:

*«Barreiro, 12 - Realizouse ontem a costumada festa de santa Bárbara nesta vila. A concorrência foi enorme sendo até custoso transitar pelo recinto do arraial. Muita gente teve de sair por não ter bancos onde se assentar. A iluminação foi de belo efeito, especialmente a da barraca do bazar. O fogo agradou também muito.*

*Tocou a filarmónica Marcial Capricho Barreirense, sendo muito aplaudida. A polícia está sendo feita por uma força da guarda municipal. Reina completo sossego.*

*Hoje continua a festa da Senhora do Monte de Carmo, havendo bazar e fogo de artifício. Vem de Azeitão, afim de tomar parte na festa, a filarmónica*

*Perpétua Azeitonense. A Sociedade Marcial Capricho Barreirense, também tocará<sup>24</sup>».*

No ano seguinte as festas voltaram a realizarse com a presença das mesmas duas filarmónicas, tendo a comissão promotora dos festejos sido constituída na sua maioria por senhoras, que no arraial organizaram uma quermesse e fogo de artifício. As festas foram também muito participadas, com iluminação veneziana de noite<sup>25</sup>.

As festas no Alto de Santa Bárbara voltaram a realizarse em 1895, com tal fulgor que mereceram descrição pormenorizada do jornal *O Século* em dois números:

*«Barreiro, 16 – Começaram hoje as festas anuais a Santa Bárbara e à Senhora do Monte do Carmo. Como o «Século» noticiou no programa das festas, a banda de infantaria 5 chegou à estação dos caminhosdeferro do Sul às 9 horas da manhã, onde parte dos membros da comissão dos festejos a esperava acompanhada de grande quantidade de povo. À chegada da banda subiram no ar muitos foguetes, seguindo esta em direcção ao arraial, onde assistiu à abertura da quermesse, tocando por esta ocasião algumas peças de música.*

*O arraial apresenta aspecto surpreendente, desde o alto onde se encontra situada a Ermida até à entrada da rua das Obras. Grande quantidade de mastros com bandeiras, ornamental o espaçoso recinto, vendose de uns mastros a outros uma quantidade de arcos de buxo e outras verduras produzindo um lindo efeito.*

*Tanto a fachada da Ermida como toda a barraca da quermesse estão ornamentadas com verduras, sendo esplêndido o seu aspecto.*

*Estão armadas muitas barracas de quinquilharias, de comes e bebes e uma de espectáculos burlescos, queijadeiras, tabuleiros de bolachas, vendedores de refrescos, etc. A animação é extraordinária. De Lisboa tem chegado muito povo para assistir à festa.*

*A iluminação do arraial promete ser de um lindo efeito, devido à grande quantidade de balões à veneziana que ali estão colocados<sup>26</sup>».*

*«Barreiro, 17 – Como por telegrama dissemos à última hora, a animação no arraial foi extraordinária, sendo grande a concorrência de povo, tanto de Lisboa, como dos arrabaldes, reinando sendo a melhor ordem. Às 10 horas e meia da noite, procedeu à arrematação da bandeira de Santa Bárbara, a qual,*

*depois de ser picada, foi arrematada pelo sr. Joaquim José Alves pela quantia de 9.400 réis, com a condição de a melhorar para o ano<sup>27</sup>.*

*À meianoite subiram no ar alguns foguetes e foi queimado um lindo fogo preso, que, digase a verdade, foi um dos melhores fogos que temos visto nos arraiais desta vila. Terminado o arraial a banda de infantaria 5, acompanhada de muito povo, seguiu até à praça de Santa Cruz a bandeira, dispersando ali tudo na mesma ordem. Assim terminou a primeira parte dos festejos a Santa Bárbara.*

*Hoje logo de manhã, começaram os festejos à Senhora do Monte do Carmo, havendo alvorada pela banda de infantaria 5, a qual, acompanhada por grande multidão de povo, percorreu as ruas principais da vila. Em seguida, houve na ermida missa rezada pelo reverendo prior desta freguesia. No arraial continua grande animação. A concorrência à quermesse tem sido extraordinária, tendo já dali retirado grande número de prendas, entre elas, algumas de grande valor<sup>28</sup>.*

As festas de 1895 mereceram um igual destaque do jornal *O Século* referindo que as daquele ano eram feitas com uma pompa extraordinária e superior à de anos anteriores. Às nove horas da noite foram conduzidas em procissão da ermida de Santa Bárbara para a Igreja do Rosário as duas imagens, acompanhando a procissão, além da banda da Sociedade Marcial Capricho Barreirense, mais de mil pessoas. De manhã chegara a banda de música de infantaria 3, que veio abrilhantar os festejos. Às 11 horas teve lugar na igreja do Rosário uma missa solene com a exposição das duas imagens, tendo depois, às 4 horas da tarde tido lugar a procissão na qual tomou parte a banda de infantaria 3.

No morro onde a Ermida estava situada encontravase cercado de mastros com bandeiras e cordões de buxo. Do lado Sul da ermida fora armado um elegante coreto ornamentado com verdura e flores. No mesmo alto, como que formando uma meia laranja, seguiamse muitas barracas de comes e bebes. Nos lados da estrada improvisada que dava acesso ao morro havia grande número de barracas de bijutarias e de espectáculos e um pequeno circo onde trabalhavam vários animais amestrados.

Estiveram de piquete postado na fábrica de cortiça *Lane e Santos* os bombeiros do CaminhosdeFerro do Sul e Sueste, com todo o seu material disponível durante os dias e as noites dos festejos, em consequência da mesma fábrica estar situada a Norte do alto de Santa Bárbara e ficar muito próxima do arraial, podendo cair alguns foguetes e comunicarlhes o fogo. Contudo, verificouse um incêndio, mas não onde se esperava: próximo da meianoite tombou uma vela do

altar da capela, comunicando fogo ao manto da Senhora do Monte do Carmo. Esta imagem ficou danificada e completamente carbonizado o Menino Jesus. Na ocasião em que se manifestou o incêndio, uma senhora que estava próxima do altar desmaiou<sup>29</sup>.

Não tendo havido notícia da sua realização até 1903, seria da iniciativa de uma «comissão de rapazes» que se propuseram realizar as festas de Santa Bárbara e Senhora do Monte do Carmo, que esta acabou por se realizar percorrendo para isso os estabelecimentos da vila<sup>30</sup>. Na mesma altura, uma outra comissão era organizada para que no ano seguinte as festas fossem puramente civis «sem a mínima manifestação religiosa»<sup>31</sup>. As festas de 1903, com o seu respectivo arraial, decorreram pela primeira vez fora do Alto de Santa Bárbara devido à oposição do proprietário das terras que cercavam a Ermida, Serafim de Mello.

Assim, às 9 horas da manhã do dia 13 de Setembro de 1903 iniciavam-se as festas com a chegada da banda de infantaria n.º 11, que percorreu algumas ruas da vila, indo em seguida para a Ermida de Santa Bárbara onde começou a procissão. Às 10 e meia da manhã saiu o cortejo religioso que percorreu várias ruas até à Igreja do Rosário, onde se realizaram as festas. A procissão ia organizada da seguinte forma: à frente a cruz alçada, ladeada por dois ciriais, seguindo-se logo os pendões da Senhora do Monte do Carmo e de Santa Bárbara, cujas imagens seguiam pela mesma ordem, fechando o préstito a banda de infantaria n.º 11, à frente da qual ia o reverendo Francisco António Quintão, pároco da freguesia de Santa Cruz do Barreiro. Incorporaram-se também no préstito as Irmandades da Senhora do Rosário e do Santíssimo e muita população. A procissão chegou às 11 e meia à Igreja do Rosário, tendo as imagens sido colocadas numa bancada própria em frente do altarmor.

Depois desta cerimónia religiosa, que terminou às duas e meia, iniciou-se às quatro horas o arraial descrita de uma forma tal pelo jornal *O Século* que nos poderíamos imaginar no recinto da festa há 100 anos:

*«No grande largo, entre a Igreja e a praça de touros, foi armado o arraial, estando o largo profusamente decorado com mastros, bandeiras, galhardetes, etc., produzindo um bonito efeito. Em frente da Igreja e ao lado da porta principal, formando como que uma nova fachada ao templo, foram armados dois palanques, que estavam muito bem ornamentados e nos quais se viam muitos e variados objectos, que à tarde e à noite se venderam por meio de tómbola. No centro do largo foram também armados um coreto para a música e um pequeno pavilhão destinado à venda de queijadas também por meio de tómbola. Em volta havia muitas barracas de comidas e bebidas, de farturas, escolas de tiro, teatro de fantoches, figuras de cera, carrossel e vários lugares de*



*venda de queijadas, bolos, refrescos, etc. O arraial esteve bastante concorrido e mais poderia estar se o vento o não impedisse.*

*Pouco depois chegou a banda de Infantaria n.º 11, que foi tocar para o coreto, donde passado pouco tempo, teve de sair por o mau tempo não lhe permitir a sua estadia ali, vindo a collocarse em frente da porta da igreja, onde tocou até à noite variadas peças do seu repertório.*

*Pelas sete horas da noite começaram as iluminações, que estiveram deslumbrantes. Nas correntes que uniam os mastros e que dos mesmos subiam até ao alto da igreja foram colocados muitos balões, os quais, juntamente com a iluminação do coreto, barracas, das tómbolas e das escolas de tiros, fantoches, etc., davam ao arraial um belo aspecto. Iluminado lindamente o recinto foi para o coreto a banda de infantaria 11, que sob a regência do sr. José Maria Adelino executou, primorosamente o seguinte programa: «Primeiro dia feliz», sinfonia; «Bebé», suite de valsas; «Carta de Granada», fantasia mourisca; «Dolores», jota; «Rapsódias do Minho»; «Cádiz», potpourrit; «A aeronauta», passe calle.*

*Como a noite se conservasse relativamente amena, a concorrência foi um pouco maior, estando, por isso, muito animado o arraial. À meianoite queimouse um vistoso fogo de artifício do pirotécnico Diogo António da Costa, de Alcântara, o qual se iniciou por uma salva de 21 tiros em duas coroas voadoras, seguindo-se as praças intituladas: jardim, corridas dos caçadores, jogo de encalhaduras, queda de água, árvore luminosa e gritos dos infernos. (...) Na igreja vendiam registos, medalhas e estampas das santas festejadas as senhoras Francisca Passos, Josefa dos Santos e Maria dos Santos. As imagens foram vestidas e lavadas pelas senhoras Francisca Rosa e Maria do Patrocínio<sup>32</sup>».*

No dia seguinte e último das festividades, as imagens retornavam à Ermida pela manhã. Assim, depois da missa na Igreja do Rosário a procissão saiu pela uma e meia da tarde em direcção à Ermida de Santa Bárbara, percorrendo as ruas Conselheiro Aguiar, rua Direita, Rua Serpa Pinto, Praça de Santa Cruz e, novamente, rua Aguiar, chegando à Ermida pelas duas horas e meia, num cortejo que englobava mais de três mil pessoas<sup>33</sup>. A ordem do cortejo era a seguinte: à frente a Irmandade da Senhora do Rosário, que levava a imagem da Senhora do Monte do Carmo e a cruz alçada, ladeada por dois ciriaais, seguindo-se a cruz do Santíssimo Sacramento que, juntamente com a imagem de Santa Bárbara, era conduzida pela respectiva irmandade. Imediatamente seguia o palio, sob o qual ia o reverendo Quintão, que levava o Santo Lenho e o reverendo Gonçalves Ferreira, de Lisboa, fechando o préstito a banda de Infantaria 11 que, durante o percurso executou a marcha «Colégio Militar»

e «Credo». O pátio era ladeado por seis lanternas e cada um dos andores por quatro. Pegaram as varas do palio João Santa Rita Marques, António Vicente Baião, Augusto dos Santos, João da Silva Júnior, João Luz e José Luís Oliveira, e às lanternas Alfredo da Silva, António Joaquim, Júlio Durand, António dos Santos, Daniel António dos Santos e Augusto Duarte. A imagem da Senhora do Monte do Carmo foi conduzida por António Quintino, José Prudêncio, João Baptista dos Santos e Salvador da Cruz e as lanternas que os escoltavam por Alberto José Fiúza, João dos Santos, António José Nunes e José dos Santos. Conduziam a imagem de Santa Bárbara, Henrique Valadares, José dos Santos Charreco, António dos Santos e Augusto dos Santos.

O arraial continuou até ao final do dia em frente da Igreja do Rosário, tendo terminado com a arrematação das bandeiras das festas, tendo adquirido a de Santa Bárbara, Francisco dos Santos Maricas, por 11\$000 réis e a da Senhora do Monte do Carmo, por José da Costa, por 8\$100 réis.

Contudo, apesar de Francisco dos Santos Maricas ter ficado encarregue de organizar as festas no ano seguinte, a oposição do proprietário dos terrenos e o estigma cada vez maior de organizar umas festas religiosas numa localidade já marcadamente republicana<sup>34</sup>, dificultaram-lhe a tarefa, tendo as festas decorrido novamente na Igreja do Rosário o que lhe reduziu o brilho.

As últimas grandes festas em honra de Santa Bárbara realizaram-se em Setembro de 1907. Estas festas tiveram a especial particularidade de serem as primeiras em sete anos a ter lugar na Ermida de Santa Bárbara, já que nos últimos quatro anos decorria na Igreja de N.ª S.ª do Rosário. A preparação para estes festejos revestiu-se de grande organização com o programa das festas a ser publicado nos jornais de Lisboa quinze dias antes das celebrações:

*«Barreiro, 3 – Realizam-se grandiosos festejos a Nossa Senhora de Santa Bárbara nos dias 15 e 16 de Setembro, abrilhantados pela banda regimental de infantaria «del Castilla» n.º 16 da guarnição de Badajoz<sup>35</sup>, tendo o seguinte programa:*

*Dia 15 – Às 5 horas e meia da manhã, chegada da banda «del Castilla» de infantaria n.º 16, que percorrerá as ruas da vila; às 10 horas da manhã, missa rezada por alma dos sócios falecidos; das 4 e meia às 7 da tarde e das 9 às 12 horas da noite, grande arraial abrilhantado pela banda regimental espanhola, iluminações gerais a acetilene e á veneziana; às 12 horas da noite será queimado um vistoso fogo de artifício de um dos melhores pirotécnicos de Lisboa.*

*Dia 16 – Às 8 horas da manhã, grandes girândolas de foguetes e volta à vila pela banda regimental espanhola; às 10 horas, missa a Nossa Senhora do Carmo; das 4 e meia às 7 da tarde e das 9 às 12 horas, arraial, quermesse e iluminações gerais, abrilhantadas pela mesma banda, sendo às 12 horas queimado um vistoso fogo de artifício.*

*À frente da comissão das festas estavam Francisco de Azevedo, presidente; Joaquim Francisco, tesoureiro; Júlio Martins, 1.º secretário; Júlio Durand, 2.º secretário; vogais: João Germano Bravo, Manuel Dias, João dos Santos, Carlos Ribeiro, José de Azevedo, Manuel Ferrão, José Caetano, Augusto José, Manuel Pina, António Pina, António Pinho, Luís dos Santos, Alfredo Mateus, António Mateus, Raul M. da Silva, Artur Pereira e António José Cambalacho.*

*Na véspera dos festejos, dia 14, João Germano Bravo e Carlos Ribeiro tinham partido no comboio das 8.45 para Borba, para esperarem a banda regimental espanhola, além de que, o arraial já estava montado à volta da ermida, com barracas de comida, cafés e um teatro. Ao centro e a todo o comprimento de Norte a Sul, viase uma extensa rua formada de arcos enfeitados com escudetes, troféus, bandeiras, etc. e próximo da ermida estava levantado um coreto. A barraca da quermesse estava montada junto da ermida e em frente deste templo levantavamse alguns arcos, também enfeitados com escudos e troféus, vendose também muitos mastros com bandeiras por todo o lado.*

*O primeiro dia dos festejos, 15, nasceu com as ruas do Barreiro repletas de gente da terra e do Lavradio, Moita, Alhos Vedros e das que vieram de Lisboa. Esperavase a banda regimental espanhola na estação do Barreiro, às 5 da manhã. Aguardava a banda a comissão promotora das festas e cerca de três mil pessoas, com grande curiosidade para ver a banda espanhola.*

*Trocados os cumprimentos, dirigiu-se toda a multidão para o princípio da rua Miguel Pais, onde a banda espanhola executou os hinos português e espanhol, indo à frente a comissão, depois a banda e a seguir uma massa compacta de povo, subindo ao ar, constantemente inúmeras girândolas de foguetes. O cortejo, assim organizado, atravessou a rua do Conselheiros Joaquim António de Aguiar, travessa da Amoreira, rua direita de S. Francisco (actual rua José Relvas), rua Serpa Pinto, outra vez pela rua Conselheiro Aguiar, parando em frente da sede da Troupe Recreativa Operária Barreirense. A banda espanhola durante este trajecto tocou sempre um passe calle, que muito agradou e entusiasmou o público, que levantava vivas à banda e à comissão.*

*Na sede da Troupe Recreativa Operária Barreirense, na rua Aguiar, pouco depois da banda ter ali dado entrada, foilhe oferecida pela comissão promotora dos festejos um delicado copo de água, tendo sido levantado um*

brinde por Francisco de Azevedo, presidente da comissão promotora dos festejos à banda espanhola, brinde que foi correspondido pelo regente da banda, a qual depois executou novamente os hinos dos dois países. A banda compunbase de 35 figuras, sendo o seu mestre Damião Lopes, sendo acompanhado pelo tenente José Ponte.

Ao meio-dia do dia 15 começava a festa religiosa na ermida de Santa Bárbara. O pequeno templo encheuse depressa, sendo as imagens de Santa Bárbara e da Senhora do Monte do Carmo foram muito visitadas. As lápides da ermida despertaram, também, uma grande curiosidade e interesse.

A missa solene foi celebrada pelo reverendo Francisco António Quintão, acolitado pelos reverendos Anunciação Pinto, do Lavradio e João Evangelista de Lacerda, sendo acompanhados a órgão e vozes.

O templo ficou depois em exposição, enquanto os membros da comissão dos festejos percorreram a vila em peditório.

À medida que a tarde do dia 15 decorria a enchente era cada vez maior no alto de Santa Bárbara. Nas barracas, sempre cheias trabalhavase com sérias dificuldades para satisfazer de pronto os fregueses, como eles queriam e no pinhal, que ficava nas traseiras da Ermida, muitos grupos, estiraçados no chão, comiam com bom apetite as suas merendas, sucedendo o mesmo na estrada que segue para o Lavradio, onde as sombras eram disputadas por muitas famílias<sup>36</sup>.

A banda espanhola que saiu da Troupe Recreativa Operária Barreirense pelas 4 horas e meia acompanhada pelos membros da comissão e muitos populares, deu entrada no alto de Santa Bárbara, executando um ordinário, dirigindose imediatamente para o coreto, o qual foi rodeado por grande número de membros da colónia espanhola, que de Lisboa, ali foram propositadamente cumprimentar os seus compatriotas.

A referida banda, depois de tocar o hino português, executou o seguinte repertório: «Passadobrado Afonso XIII» do maestro Ribeiro de Infantaria 19, «Virbena de la Paloma»; ordinários «La Giralda», «Gatita Bianca», etc.

A quermesse instalada junto da Ermida, cujo produto revertia em favor das despesas feitas pela comissão, era elegante e nas bancadas viamse bastantes prendas. Venderam rifas vários membros da comissão promotora dos festejos, entre os quais, Júlio Durand, João Germano Bravo, Carlos Ribeiro, Artur Pereira e as senhoras Margarida Augusta de Vasconcelos, Laura de Jesus Ligorne, Aurora Nunes e Maria Xavier.

O segundo dia de festa, na segunda-feira, foi também muito animado. Apesar de manhã não ter tanta gente como na véspera, o padre Quintão pelas 10 horas rezou missa na Ermida. A partir das três horas em diante começaram

*a chegar uma grande quantidade de público, estando pouco depois o Alto de Santa Bárbara repleto. A animação era geral e contagiante e pela estrada que conduz ao Alto, o movimento de carros e de pessoas era enorme, e como no domingo anterior, densas nuvens de pó envolviam tudo, incomodando horripelmente.*

*Às 4 e meia saiu a banda espanhola da sede da «troupe» em direcção ao arraial, tocando um belo ordinário. As pessoas que a acompanharam não cessaram de a aplaudir. Logo que chegou ao arraial, tomou lugar no coreto onde executou o seguinte programa: Ordinário, passo doble, «El punao de rosas», rapsódia húngara, fantasia da «Africana», «Cenas Pitorescas», do Nassenci; marcha turca, «Vénus Satou».*

*À noite foi queimado fogo de artifício, como na noite anterior, tendo as pessoas ficado sentadas no pinhal perto da Ermida para melhor verem o espectáculo. Quando este começou, as pessoas ora se chegavam à frente para o ver bem, como depois recuavam atabalhoadamente para fugirem com medo dos estilhaços, «e assim, ora chegando, ora recuando e sempre no meio de uma vozeria enorme, arderam todas as peças do fogo, que agradaram, sendo vitoriados o maestro fogueteiro e a comissão promotora dos festejos<sup>37</sup>».*

*A festa terminou com muitas pessoas, vencidas pelo cansaço, a dormirem no pinhal e no chão do arraial. O serviço de segurança foi assegurado pelos dois polícias destacados na vila, assim como, por uma força de infantaria 2 e um destacamento de polícias de Lisboa na estação ferroviária e fluvial<sup>38</sup>.*

*Na última noite, foi também escolhida a comissão de festas para o ano seguinte, que contava com Mateus Baptista, Teodoro dos Santos, Tomás Campos, João da Luz, Pedro da Luz, José Pedro Gomes, Joaquim José Piruca, Constantino Pedro, José Maria Alves, António Germano Bolina, João Garcia, Manuel António, João Inácio Nunes, José Clímaco, Diogo Correia Sota, Dário Pereira, Vicente Bolina, Manuel da Luz, João da Costa, Manuel Joaquim Lopes, João Santa Rita, João Bravo, Francisco Bravo, Salvador Ferreira, Miguel Faustino, Luís Pinto Brandão, Manuel Baptista, Francisco Caetano da Silva, António de Oliveira Padrão e Alfredo Baptista<sup>39</sup>».*

Contudo, não se realizou mais a festa<sup>40</sup>, tendo uma das principais causas para este facto, residido na questão da propriedade da Ermida e dos campos que a circundavam.

## Epílogo

O afastamento do culto religioso num Barreiro onde o Município e Junta de Paróquia contavam já com membros do partido republicano acabou por se impor, tanto neste templo como na Igreja de São Francisco, já que eram administrados por confrarias e abertos ao culto apenas em período de procissão e festa.

Também a delapidação do património da Ermida e das suas fontes de rendimentos foram de importância para o declínio. De facto, já a 8 de Fevereiro de 1857, José Pedro da Costa, vereador da Câmara pedia a sua demissão do cargo enquanto não estivesse resolvida a questão sobre a Estrada Real denominada de Santa Bárbara, que ligava a vila do Barreiro à Verderena, e que fora cortada pelas obras do caminho de ferro. Devido às críticas que a população dirigia à edilidade, afirmava não poder continuar em funções, enquanto o trânsito nesta estrada de grande importância não estivesse restabelecido<sup>41</sup>.

Em 1907 os terrenos em volta da Ermida eram propriedade da Companhia União Fabril e de Serafim de Mello<sup>42</sup>, sendo que, este último, sempre se opusera à realização da festa e arraial por danificar os seus campos de cultivo.

A questão da propriedade da Ermida deixou de ser, com o passar dos anos, um verdadeiro problema. De facto, e apesar, de na Ermida estarem colocadas placas atribuindo a sua construção ao «povo do Barreiro», os documentos de propriedade tinham-se perdido havia muito.

A questão colocouse de forma mais perene quando a Junta de Paróquia de Santa Cruz do Barreiro, a 3 de Janeiro de 1909, propõe fazer uma queixa contra Serafim Mello, o proprietário dos terrenos do alto de Santa Bárbara:

*«Considerando que segundo as afirmações de todas as pessoas idóneas naturais desta freguesia de Santa Cruz do Barreiro, não oferece dúvida alguma que o terreno que circunda a capela de Santa Bárbara pertence à referida capela, porquanto tem sido sempre terreno baldio do qual o povo de toda a freguesia se utilizava; considerando que esse terreno baldio deixou de existir e que hoje se encontra completamente arroteado e semeado por conta do sr. Seraphim Mello; considerando que tal estado de coisas data apenas de seis anos a esta parte; considerando que ainda há dois anos, aí se fez a festa de Santa Bárbara e que muito embora o Sr. Seraphim de Mello se dissesse proprietário do terreno e não quisesse consentir a festa, foi a isso compelido pela autoridade administrativa, o que demonstra claramente que o referido cavalheiro não pode ser legalmente proprietário do mencionado terreno; considerando que muito embora esta Junta de Paróquia não tenha documentos referentes à Capela*

*de Santa Bárbara, ela e respectivo terreno anexo, é propriedade da Junta de Paróquia visto acharse na posse do Povo do Barreiro há mais de trezentos anos; considerando que não é admissível nem lógico que a capela se ache circundada com terreno pertencente a propriedade particular e ela seja propriedade do Povo. Por todos estes motivos tenho a honra de propor:*

*1.º - Que esta junta oficie ao Sr. Administrador de Concelho afim de que a autoridade administrativa intime o Sr. Seraphim de Mello para que apresente os documentos em que prove que os aludidos lhe pertencem;*

*2.º - Que esta junta delegue num seu vogal o encargo de nas respectivas repartições de Fazenda e Conservatória verificar tudo o que se referir aos aludidos terrenos afim de habilitar esta junta a reclamar para as estações competentes contra a ilegal extorsão de terrenos que lhe pertencem<sup>43</sup>».*

No entanto, se o documento que José Augusto Pimenta citou na sua obra e que estava descrito, também, no final do livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento (hoje depositado no Arquivo Municipal do Barreiro) tivesse sido encontrado, a história talvez fosse diferente. Mas, os tempos eram outros. Os mesários e irmãos da Irmandade tinham acabado e o próprio arraial à Santa era cada vez mais esporádico. A implantação da República acabaria por colocar um ponto final no culto a Santa Bárbara e à sua Ermida no Barreiro.

As duas imagens que possuía e as modestas alfaías foram entregues em 1916, a título de depósito à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, das quais acabou por tomar posse definitiva.

Finalmente, em 1932 a CUF adquiriu a Ermida e os terrenos envolventes para a expansão do bairro operário. Nesse mesmo ano, a Ermida foi demolida.

A imagem de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Monte do Carmo tem 0,88 m de altura e figura com o Menino Jesus. É de madeira pintada e decorada com dourados. Assenta também sobre pequeno pedestal de madeira.

A imagem de Santa Bárbara era de roca, estando desde 1973 desaparecida, após um restauro. Existem imagens fotográficas da Santa em procissão em dia de festa de Agosto, gentilmente cedidas por Sr.<sup>a</sup> D. Maria Odete Sequeira. São sua propriedade as vestes da Santa, que foram passadas de geração em geração, sempre por via feminina desde, pelo menos, meados do século XIX, a saber:

Francisca Rosa – Delfina Rosa – Maria Cândida de Almeida Gonçalves – Maria Inês de Almeida Gonçalves Sequeira (N. 1898) – Maria Odete Sequeira – Maria Fernanda Esteves Gonçalves Cerqueira de Lemos Pedro

## Notas:

<sup>1</sup> A lenda é uma variação do motivo de Rapunzel. Esta lenda pode ser vista como uma alegoria para a viagem da vida: existem alturas em que nos sentimos presos numa torre, porque estamos afastados daquilo que mais nos preencheria; ou, por estarmos fechados numa torre para nos afastarmos do medo ou de uma causa passional.

<sup>2</sup> Esta remodelação na torre valeulhe terse tornado a patrona dos arquitectos.

<sup>3</sup> Nos Estados Unidos da América foi criada a *Ordem da Santa Bárbara*, uma sociedade honorária militar da artilharia do exército e «marines», para aqueles que se distinguiram por serviços excepcionais em campo, sendo o seu grau mais elevado a *Antiga Ordem de Santa Bárbara*.

<sup>4</sup> Arquivo Municipal do Barreiro - *Livros de registo de Sisas*, 17631799. Cota: CMB/F/A/01/Lv.01.

<sup>5</sup> PAIS, Armando da Silva - *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do concelho*, edição da Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 75.

<sup>6</sup> AN/TT - *Chancelarias Antigas da Ordem de Santiago*, Lv. 4, Fl. 131. O documento que se encontra bastante deteriorado é de leitura extremamente difícil.

<sup>7</sup> Arquivo Municipal do Barreiro, Fundo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, *Livro 1*, 17441849, fl. 97.

<sup>8</sup> Fonte citada.

<sup>9</sup> Arquivo Municipal do Barreiro, Fundo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, *Livro 1*, 17441849.

<sup>10</sup> Fonte citada, fl. 12v.º.

<sup>11</sup> *Místicos* – junto, colados, perto.

<sup>12</sup> AN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas, Março 422, n.º 4.

<sup>13</sup> Fonte citada.

<sup>14</sup> Arquivo Municipal do Barreiro, Fundo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, *Livro 1*, fl. 46 e 46v. 17 de Julho de 1745.

<sup>15</sup> PIMENTA, José Augusto – *Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*, Tipografia do Dicionário Universal Português, Lisboa, 1886.

<sup>16</sup> PIMENTA, José Augusto – Fonte citada, p. 39.

<sup>17</sup> Arquivo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário - *Livro de Actas*, 5 de Setembro de 1855.

<sup>18</sup> *Diário Popular*, 16 de Setembro de 1866.

<sup>19</sup> PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno*, edição CMB, 1963, p. 77.

<sup>20</sup> A rivalidade destas duas parciaisidades políticas era demonstrada na existência de duas colectividades rivais: a Sociedade Marcial Capricho Barreirense e a Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense. As alcunhas que surgiram dos seus rivais acabaram por ser assimiladas e com orgulho, de forma que, hoje ambas as colectividades são conhecidas por essas designações.

<sup>21</sup> O Administrador do Concelho visitou na farmácia Pimenta o seu proprietário, João Dias Correia Pimenta, líder local do Partido Regenerador (*francês*), que seria o último Presidente do Município na Monarquia.

<sup>22</sup> *30 Diabos Júnior*, 15 de Setembro de 1878.

<sup>23</sup> *30 Diabos Júnior*, 29 de Setembro de 1878.

<sup>24</sup> *O Século*, 15 de Setembro de 1892.

<sup>25</sup> *O Século*, 10 e 12 de Setembro de 1893.

<sup>26</sup> *O Século*, 17 de Setembro de 1894.

<sup>27</sup> Tal como noutras localidades de Portugal, este acto simbólico de arrematação da bandeira da Santa escolhia o responsável pelas festas no ano seguinte.

<sup>28</sup> *O Século*, 18 de Setembro de 1894.

<sup>29</sup> *O Século*, 17 de Setembro de 1895.



<sup>30</sup> A comissão promotora dos festejos era composta por Francisco Marques, João Nepomuceno, João Ferreira, Francisco Marinho, Manuel Duarte, Bento dos Santos, Domingos Coelho de Abreu e Manuel Marinho.

<sup>31</sup> *O Século*, 18 de Agosto de 1903.

<sup>32</sup> *O Século*, 14 de Setembro de 1903.

<sup>33</sup> *O Século*, 15 de Setembro de 1903.

<sup>34</sup> Em 1904 a Junta de Paróquia do Barreiro era de maioria republicana e a vereação camarária contava com dois vereadores republicanos.

<sup>35</sup> Esta unidade militar fundada em 1 de Junho de 1793, ainda hoje existe, tendo até 1985 mantido parte da sua antiga designação «Regimento de Infantaria Mecanizada Castilla n.º16». A partir desta data, fruto da reorganização militar, foi rebaptizada de Batalhão de Infantaria Mecanizada «Alcântara» III/16 e Batalhão de Carros de Combate «Mérida IV/16», que prestam serviço actualmente na BósniaHerzegovina.

<sup>36</sup> *O Século*, 16 de Setembro de 1907.

<sup>37</sup> *O Século*, 17 de Setembro de 1907.

<sup>38</sup> Tiveram muito pouco trabalho, tendo o caso mais curioso sucedido no arraial onde, numa barraca de tiro, sendo um dos alvos uma caixa com um botão, de forma que quando o projectil lhe acertava a tampa abriase e saia uma caveira. Como houve um indivíduo que protestou contra esta brincadeira, o dono da barraca deulhe um soco.

<sup>39</sup> *O Século*, de 4 de Setembro de 1907.

<sup>40</sup> Não há referência à festa nos periódicos de 1908.

<sup>41</sup> Arquivo Municipal do Barreiro, *Livro de Actas da Câmara Municipal do Barreiro*, Livro 2 (18541861).

<sup>42</sup> Serafim de Mello, faleceu no Barreiro a 31 de Dezembro de 1924 com 76 anos, filho de Manuel Rodrigues de Melo e de Josefa de Almeida. Era natural de Cavernães, concelho de Viseu.

<sup>43</sup> Junta de Freguesia do Barreiro - *Livro de Actas da Junta de Paróquia de Santa Cruz do Barreiro*, Sessão de 3 de Janeiro de 1909, fl. 231.

### **Bibliografia**

- Arquivo da Irmandade de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário – *Livro de Actas*, 5 de Setembro de 1855.
- Arquivo Municipal do Barreiro - *Livros de registo de Sisas*, 1763-1799. Cota: CMB/F/A/01/Lv.01.
- Arquivo Municipal do Barreiro - Fundo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, *Livro 1*, 1744-1849.
- Arquivo Municipal do Barreiro, *Livro de Actas da Câmara Municipal do Barreiro*, Livro 2 (1854-1861).
- AN/TT - Chancelarias Antigas da Ordem de Santiago, Lv. 4, Fl. 131.
- AN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas, Março 422, n.º 4.
- Junta de Freguesia do Barreiro - *Livro de Actas da Junta de Paróquia de Santa Cruz do Barreiro*, Sessão de 3 de Janeiro de 1909, fl. 231.
- PAIS, Armando da Silva - *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do concelho*, edição da Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pp. 75-77.
- PIMENTA, José Augusto – *Memória Histórica e Descritiva da Vila do Barreiro*, Tipografia do Dicionário Universal Português, Lisboa, 1886.

### **Periódicos**

- 30 Diabos Júnior*  
*Diário Popular*  
*O Século*

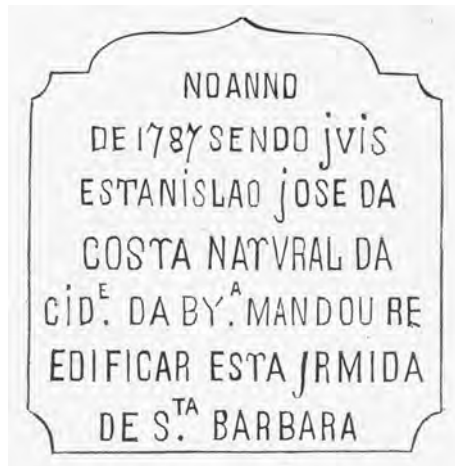


Fig. 1 – Placa da reedificação efectuada por Estanislau José da Costa

ESTA IRMIDA FOI REEDIFICADA  
A' CUSTA DE  
TODA A POVOAÇÃO DO BARREIRO  
NO ANNO DE 1855

Fig. 2 – Placa da reedificação de 1855



Fig. 3 – Festas na ermida em 1907

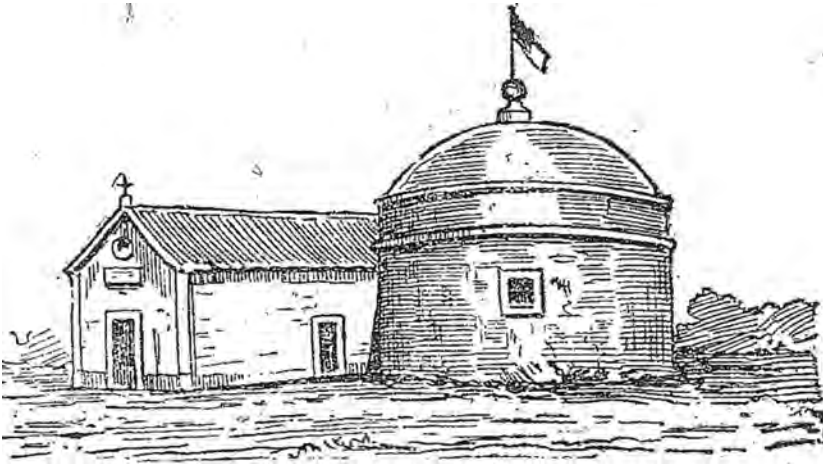


Fig. 4 – Gravura da Ermida publicada no jornal *O Século* de 15 de Setembro de 1907



Fig. 5 – Imagem de Santa Bárbara em procissão, durante as festas do Barreiro de 1957



**DO REALISMO AO NEO-REALISMO:  
IMAGENS DO TRABALHO E DO  
OPERÁRIO NA ARTE PORTUGUESA**



## Realizar o Real : Trans-Real e Idiotia

Sobre o Real : três notas de Filosofiarte/Cinefilosofia/Filocinematografia

*Carlos Couto Sequeira Costa\**

---

«[...] nihil quiddam esse.../... il nulla *sembra* essere qualcosa [...]»  
Fredegisus di Tours <sup>1</sup>

«O vento sopra na direcção da ciência»  
Zola (*Salon, 1866*)

«J'ai étudié en dehors de tout système et sans parti pris [...] [réaliste ? ...un autre titre ?...] [...] faire de l'art vivant, tel est mon but. [...] Il ne peut pas y avoir d'écoles. Il n'y a que des peintres [...]; [...] J'y vois trop clair, il faudrait que je me crève un œil».  
Courbet (*Propos et Écrits*)<sup>2</sup>

---

\* Filosofia/Universidade de Lisboa – FLUL.



## I

... e afirma Clemente de Alexandria (adaptamos), séc. II, *fragmento de um evangelho gnóstico copta* : «E o começo da sagesa está em admirar o real ...»<sup>3</sup>

Finalmente o começo. Venho das estepes gélidas e longuínquas das filosofias, estéticas e artes, e encontro-me, desde sempre, um pouco «entre», entre uma multiplicidade de espaços. A estética é, aliás, o domínio deste ENTRE múltiplo, entre Filosofia e Artes, «nem é peixe nem carne» (?), como dizia o filósofo.

Interessam-me então duas questões, apenas, ou talvez uma única questão (a do Real), e serei brevíssimo, *ma non troppo*.

Pretendemos interpelar, tão-sómente, o estatuto do **Real**, o seu Realismo, e o seu neo-realismo, de um ponto de vista *filosófico*, estético, filosófico-artístico.

Aliás, é do alto da sua arrogância – autista e *omnipotente*, passo o termo, que a sacrossanta Filosofia (ou certas *posturas* desta) sempre interpelou e compreendeu o realismo, justamente ao contrário do comum dos mortais.

Para a filosofia, o realismo (é sabido, truísmo dos truísmos) é o realismo das Ideias, na Antiguidade, na Idade Média, Idade (dos nossos) *Media*, como sempre digo, enfim, o Realismo dos Universais, da abstracção ou da representação do espírito. *A Ideia é que é o Real*, e o mundo continua a ser uma breve e cansativa ou mesmo dispéptica sombra e ilusão, sem estatuto ontológico, um puro nada («... *de substantia nihili et de tenebris*»<sup>4</sup>), um puro não-ser.

Descemos à Caverna da representação, e dela não saímos, e a filosofia, sintomatica e psicanaliticamente, persiste nesta recusa de um real-realidade, sempre entreparêntesis, sempre em suspensão *epocal*, como se o temesse verdadeiramente ou entrasse subitamente em pânico, bloqueasse. O *crime perfeito*, a obliteração do real-realidade, escreveriam alguns, está pois consumado.

Não sem alguma ironia, ou *eironeia* (e não utilizaremos o jargão filosófico), a caverna é a Representação, insistindo no problema mais premente da Estética, o problema da Mimesis ou Representação: observamos um slide (que já é uma aparência), intitulado *As duas irmãs*, do pintor oitocentista francês Chassériau, e cuja representação é imediata e abissalmente desconstruída pela colocação «real», digamo-lo, de duas *outras* presenças, duas outras irmãs, quase siamesas, contemplando, provocando-nos com a sua pose e hipotipose, os chapéus e a indumentária, enfim, dois seres supostamente reais, talvez mais surreais e aparições, que parecem provenientes de um outro planeta, marcial e virtual, ou nem por isso.

A questão é sempre : o que é Real, o que é Virtual, ou o que é da ordem do Actual e do Possível, do Acto e da Potência?

Aqui, no slide projectado, trata-se apenas de um quadro, minto, de uma fotografia de um quadro «realista» *\_\_As duas irmãs\_\_* mimetizado ou duplicado, por seu turno, por um outro quadro ou «jogo de linguagem», o que seria um «novo quadro», o quadro fictício não de duas irmãs, mas de quatro irmãs, duas na tela e duas «reais» fora dela.

Mas tudo isto não passa de um slide, por conseguinte, de um simulacro ou fingimento, arte da ficção, ainda que o Real lá esteja, ou seja, a simples e complexa projecção de uma Imagem, que «dá muito que pensar», como afirmava outro dito filósofo.

O que significa, de sintoma sintomático, já fora do presente contexto filosófico, este Real? Discernimos entre Real como realidade, a realidade e quotidianidade de todos os dias, o que acontece e «aquilo que se vê» (curiosamente, o termo teórico quer dizer «aquilo que se vê», do grego *théorein*), por conseguinte discernimos esta realidade imediata, de uma outra realidade que se apelida de Real. Muitos filósofos e muitos «psi» (psicólogos, psicanalistas, etc., o cardápio é para todos os gostos) chegam a encontrar neste Real, desculpem o termo, um Real *psicótico*, *traumático*, e insondável, aquela espécie de «coisa em si», incompreensível, e a que ninguém tem acesso.

Para lá de todas as querelas, em arte, entre «realistas e imaginativos», no dizer de Baudelaire (Salão de 1859), ou «mais próximos ou menos próximos da vida», segundo Charles Lalo, o realismo reconhece-se na reivindicação de um fazer artístico menos evasivo e mais empírico, menos irreal e mais objectivo, uma espécie de real cru, diria Zola, sem mediações, exacto, preciso, absoluto<sup>5</sup>. Nos nossos tempos, práticas desde o novo realismo ao hiper-realismo, do realismo socialista ao realismo poético e ao realismo mágico, e outras, indiciam tanto da ambiguidade polissémica do termo como das dificuldades de o delimitar rigorosamente. Tudo, finalmente, *poderá ser da ordem do Real*.

Linda Nochlin, na sua obra *Realism\_\_O Realismo*, referindo Courbet, aponta, na sua radical historicidade, o carácter «fotográfico» e «documental», do movimento, visando, primacialmente, o «dado» imediato («la donnée») <sup>6</sup>. Aponta ainda Flaubert, a partir de uma carta de 1854, e cito: «o rasgo dominante do nosso século, afirma o escritor, é [indelevelmente] o seu sentido histórico. Esta é a razão pela qual temos de nos limitar a relatar os factos»[fim de citação]<sup>7</sup>.

Podíamos acrescentar, igualmente (e não se trata de um neokantismo da nossa parte), que, muitas vezes, «os factos são feitos» e gostaríamos de mencionar

e reter a verdade deste «rasgo» a que Flaubert alude. É que, considerando o facto, ou o dado, a verdade reside neste *rasgão de sentido* que perturba e range connosco, desconstrói mas também esclarece, \_\_\_ numa palavra-outra, *ilu-mina* (voltaremos a este ponto /Cfr. Infra e Supra).

## II

Mas que *real ou realidades?*, questionamos de novo.

Em suma, a frase é citada e recitada, e todos a conhecemos \_\_\_ Macbeth: «A vida é uma história contada por um idiota, cheia de ruído e de furor, que não significa nada»<sup>8</sup>. Estamos perante um real que nada é, ou talvez seja, simplesmente, absurdo, violento, trágico, ou «idiota», como diz Macbeth, e com razão. «Idiota», é sabido, não significa apenas, longe disso, «burro» (não desfazendo) ou imbecil, mas, muito antes, quer dizer, no conjunto dos acontecimentos que o compõem, «simples, particular, único \_\_\_ *idiotès* \_\_\_, «idiota»<sup>9</sup>. Sendo «único», isso significa que o Real é «Raro», é da ordem do «raro». E o raro sai muito caro: o Real que focalizamos e que aqui nos traz é pregnância de sofrimento e de angústia, mas também de lirismo e de transfiguração, de excesso e de significação. O Real transborda de Sentido, e de sentidos, de potência, de imanências, e de assombramento. É isso que fascina, e importa: o *excesso de rasgão de sentido* de que falávamos. *A respiração do sentido*.

Por isso mesmo, o realismo, melhor, e no caso: o *neo-realismo*, como movimento estético-político e ético, inspirado, desesperado, *realmente* vital, arrouba-nos, exaltando e glorificando, porque mergulha mais fundo.

Sobretudo o neo-realismo italiano no cinema, que é *imagem-movimento* e *imagem-tempo* (Deleuze, é sabido<sup>10</sup>), mas é também, do nosso ponto de vista, imagem-ideia, imagem-pensamento (há sempre um profundo pensamento da Arte, como existe uma arte do Pensamento\_\_\_ou seja, a Filosofia).

Revejam-se os grandes planos dos Rostos (a *imagem-afeição, modo* Deleuze), a **hipnose e alucinação** das imagens, nos imensos cineastas-pensadores Fellini, Vittorio de Sicca, Visconti, Rossellini<sup>11</sup>, entre outros.

A cidade está *aberta*: por onde (re)começar então, abrir sulcos e novas veredas e fendas, novas caras e máscaras de afeição ?

Ora, o chamado neo-realismo, no dizer de Roberto Rossellini (uma entrevista de 1954), é, e cito, «antes de tudo» [de ser ou não mais uma «etiqueta»], uma posição moral «com a qual se deve operar, transformar [ digo eu ] e «contemplar o mundo «[continua o realizador]; «A continuação converte-se

[depois] numa posição estética, mas o ponto de partida é moral» (fim de citação) <sup>12</sup>. Rossellini – realizador, *realiza*, em sua obra genial, este real, a guerra e a injustiça, a morte, o sublime e a sublimação, intentando não apenas representar a Vida mas vivê-la no ecrã, enquanto Fellini encena Julietas, espíritos e noites com ou sem Cabíria, ao longo da estrada esconsa, e Vittorio de Sicca sobrevoa o mundo com o Milagre de crianças e feitiços e vassouras em ascensão, que tudo purificam e enaltecem (a criança tudo redime e faz sentir, a rima e a razão).

O cineasta contemporâneo Martin Scorsese, no seu fabuloso documentário *A minha viagem a Itália*, refere-se, é seu o termo, à «explosão» do neo-realismo, após a devastação da guerra e do horrído, insistindo no «exemplo» e na «capacidade dos filmes [neo-realistas] mudarem o mundo, de interagirem com a vida e de fortalecerem a alma» <sup>13</sup>.

Os neo-realistas, continua Scorsese, «tinham de vencer a barreira entre o documentário e a ficção», presentificando um testemunho (e não apenas) do sofrimento, da miséria e da nobreza, dos pobres e da *cor* da sua «humanidade essencial». Diz ele que, nestes filmes, sem cenários e na sua crueza e desespero, inocência, e na sua probidade original, acontece, pela primeira vez, que (cito o truísmo que não é apenas um truísmo) \_\_ «a ilusão [ é ] secundária à realidade» <sup>14</sup>.

«A clareza de visão [de ideias], comenta ainda sobre Rossellini, [...] tem nele um impacto quase religioso» <sup>15</sup>. Conclui e reitera que o «neo-realismo surgiu de uma necessidade moral e espiritual [...]» \_\_ » fazer justiça à vida, tal como ela é, às coisas, tal como são» <sup>16</sup>. *Cito agora de cor, novamente de cor, de coração: André Bazin referir-se-ia ao facto deste cinema «realizar factos», de facto, de um incomensurável e violentíssimo estremecimento, abalo. A película move e comove (ver e comover), sacode e entenece, como nenhuma outra, creio eu. Transita de situs em situs (analysis-situs), faz transitar, e transrealiza o Real mesmo, transreal (mais fundo) em con-tensão do fluxo e do transe.*

Filmes como *Cidade Aberta* e *Libertação (Paisá)* de Rossellini, *Ladrões de bicicleta* de Vittorio De Sicca, outros, ainda segundo Scorsese, «o momento mais precioso da história do cinema» <sup>17</sup>.

### III

O *próprio* do realizador, a sua singularidade, é pois o de potenciar e realizar o possível, «tornar possível e actualizá-lo», realizá-lo, o de «tornar real», passar do virtual à ordem da incendiária existência, ao sôpro do ente existente.

Por isso, o Real é sempre transfiguração sofrida, e somente a Arte tem justamente esse poder, esse saber-sabor transformadores das existências efectivas, afectivas e concretas.

Somos todos operadores, ou «artesãos», *filósofos cinemáticos* da Visão, da *Idea* \_\_\_\_  
do *Pacto* e do *Impacto*, que perseguimos este Real fundo, este Real libertador \_\_\_\_  
\_\_\_\_ *libertador da dor*.

E continuamos, pois, a *Demanda*.

E Insistindo, e resistindo.

E a *Terra treme*.

... ..

Mas só assim é que tem Sentido.

\* \* \*

### Notas

<sup>1</sup> Tours, Fredegiso di, *Il nulla e le tenebre*, Génova, ed. bil., Il nuovo melangolo, 1998, pp. 140-s.

<sup>2</sup> Courbet [in] Charpier/P. Seghers, *L'art de la peinture*, Paris, Séghers 1957.

<sup>3</sup> Clemente de Alexandria [in] *Evangelhos Apócrifos*, Ed. Estampa 1991.

<sup>4</sup> Tours, Fredegiso di, *op. cit.*, pp. 140-141.

<sup>5</sup> Vide AAVV / Souriau, Étienne, *Vocabulaire d'Esthétique*, Paris, Puf, p. 1204.

<sup>6</sup> Nochlin, Linda, *Realism*, 1971, *El Realismo*, trad. esp., Madrid, Alianza 1991, pp. 12-14-s.

<sup>7</sup> Nochlin, Linda, *op. cit.*, p. 19.

<sup>8</sup> Rosset, Clément, *Le Réel et son double*, Paris, Gallimard, 1976, p. 51 [citamos sempre deste primeiro Rosset]; Cf. tb. Rosset, Clément, *Le Réel /Traité de l'idiotie*, Paris, Minuit, 1997-2004.

<sup>9</sup> Rosset, Clément, *op. cit.*, p. 52.

<sup>10</sup> Deleuze, Gilles, *L'Image-Mouvement / Cinéma 1*, Paris, Minuit-Critique, 1983 e *L'Image-Temps/ Cinéma 2*, Paris, Minuit-Critique, 1985.

<sup>11</sup> Vide Jacques Rancière, «La chute des corps : physique de Rossellini», *La Fable Cinématographique*, Seuil Paris 2001.

<sup>12</sup> Cit. p. Quintana, Ángel, *Roberto Rossellini*, Madrid, Cátedra, Signo e Imagen/Cineastas, 1995, p. 25.

<sup>13</sup> Scorcese, Martin, «A Minha Viagem a Itália», in Scorcese, Martin, *Uma Viagem pelo cinema americano/A minha Viagem a Itália*, 2 DVD/ 4 Discos, British film institute 1995, Lisboa, Midas filmes 2006, *passim*.

<sup>14</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>15</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>16</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>17</sup> Id., *Ibidem*.

## Leituras

AAVV / Souriau, Étienne, *Vocabulaire d'Esthétique*, Paris, Puf;

AAVV, *Les Images Parlantes*, Champ Vallon\_L'or d'Atalante, 2005.

Arasse, Daniel, *On n'y voit rien\_\_Descriptions*, Denoël, 2000;

Auerbach, *Mimesis*, Gallimard, 1968;

Burnett, Ron, *How Images Think*, Massachusetts Institute of Technology 2004.

Clemente de Alexandria [in] *Evangelhos Apócrifos*, Ed. Estampa 1991;

Courbet [in] *Charpier/P. Seghers, L'art de la peinture*, Paris, Séghers 1957;

Couto S. C., Carlos M., *Tractatus Logico-Photographicus*, in *Simulacro e Trompe-l'Oeil\_\_Arte e Pensamento em Homenagem a Tiepolo 1606-2006 [c/ Gérard Castello-Lopes]*, FCGulbenkian, Lisboa 2006;

Deleuze, Gilles, *L'Image-Mouvement / Cinéma 1*, Paris, Minuit-Critique, 1983;

Deleuze, Gilles, *L'Image-Temps / Cinéma 2*, Paris, Minuit-Critique, 1985;

Jacobson, R., «Du réalisme artistique», in *Théorie de la Littérature*, Seuil Paris 1965;

Kirwan, James, *Beauty*, Manchester University Press 1999;

Kristeva, Julia, «*La Joie de Giotto*», Polylogue, Seuil, Paris 1977;

Nochlin, Linda, *Realism*, 1971, *El Realismo*, trad. esp., Madrid, Alianza 1991;

Panofsky, E., *Idea*, tr. fr. Tel\_Gallimard, 1989;

Quintana, Ángel, *Roberto Rossellini*, Madrid, Cátedra, Signo e Imagen/Cineastas, 1995;

- Rancière, J., «*La chute des corps : physique de Rossellini*», La Fable Cinématographique, Seuil Paris 2001;
- Rosset, Clément, *Le Réel et son double*, Paris, Gallimard, 1976;
- Rosset, Clément, *Le Réel / Traité de l'idiotie*, Paris, Minuit, 1997/2004;
- Scorcese, Martin, *A Minha Viagem a Itália*, in Scorcese, Martin, *Uma Viagem pelo cinema americano/A minha Viagem a Itália*, 2 DVD/ 4 Discos, British film institute 1995, Lisboa, Midas filmes 2006, passim;
- Singer, Irving, Ingmar Bergman, *Cinematic Philosopher/Reflections on His Creativity*, MIT Press 2007;
- Tours, Fredegiso di, *Il nulla e le tenebre*, Génova, ed. bil., Il nuovo melangolo, 1998;
- Trevi, Mario, *Metafore del simbolo*, Raffaello Cortina Editore, Milan 1986;
- Tristani, Jean-Louis, *Le Stade du Respir*, Minuit-Critique, 1978.



## **O neo-realismo na fotografia portuguesa, 1945-1963**

*Alexandre Pomar*

---

O título proposto começou por ser «Imagens operárias entre o Regime e a Oposição - propaganda, documentação, arte», mas os resultados de alguma pesquisa tornaram possível restringir o campo de reflexão dentro de um período pouco conhecido da fotografia portuguesa, por forma a isolar um conjunto de imagens e de autores que podem justificar, como sucede em Espanha e em Itália, o uso do termo neo-realismo. O texto é um momento de uma investigação em curso, ainda necessariamente fragmentária.

Apesar da natureza culturalmente retrógrada do regime de Salazar, ele acompanhou os outros países autoritários dos anos 30 numa relação moderna com a fotografia, usando-a com grande eficácia enquanto instrumento de representação e propaganda. Apropriou-se de linguagens vanguardistas em publicações de paginação arrojada (o álbum *Portugal 1934*, por exemplo - edição do Secretariado da Propaganda Nacional, SPN) e adoptou orientações de uma modernidade formal mais sóbria ou clássica por ocasião das comemorações de 1940. Atraiu para a sua órbita ou dependência os melhores profissionais, que não podiam encontrar um real mercado de trabalho fora dos círculos do poder ou da imprensa, e também os amadores de Arte Fotográfica, por muito tempo associados da antiga Sociedade de Propaganda de Portugal<sup>1</sup>, onde as elites



se encontravam sem atritos visíveis com a estratégia do SPN, antecessor do Secretariado Nacional de Informação, SNI.

Esse casamento da fotografia com o regime, que nunca foi linear nem isento de tensões internas entre inovação e conservadorismo, ficou depois sobre-exposto, já no pós-guerra, com o protagonismo de um inspector da PIDE e artista amador, Rosa Casaco. Foi o autor das imagens da intimidade ambígua do ditador revelada em 1952 no livro *Férias com Salazar* de Christine Garnier (Lisboa, Companhia Nacional Editora), e era por meados da mesma década o fotógrafo com maior circulação nos salões.

Para além do ambiente de repressão política e de opressão censória que pesava sobre o país, a presença reconhecida de Rosa Casaco nas agremiações amadoras (pertencia ao Grémio Português de Fotografia e, desde 1950, ao Foto Clube 6 x 6, e era também sócio da Real Sociedad Fotografica de Madrid e da Photographic Society of America, entre outras associações), a sua participação nos júris dos concursos e, em geral, nos salões nacionais e internacionais da primeira metade dos anos 50 – período que constitui o período áureo do salonismo «moderno» por toda a parte, em Portugal e lá fora –, seria a possibilidade de um objectivo policiamento do meio fotográfico e terá sido um argumento certamente desmobilizador para outros interessados em fotografar. Agostinho Barbieri Cardoso, que veio a ser dirigente da Pide, era também fotógrafo amador.

Em Lisboa, quase todos mergulhavam juntos nas tinas dos mesmos dois laboratórios, o de António Paixão na Filmarte, à Rua de Santa Justa, e o de Mário de Oliveira Camilo nos Armazéns do Chiado - bons profissionais que eram também assíduos expositores «amadores». O arquitecto, *designer* e fotógrafo Sena da Silva referiu a incomodidade de se sentir «a tomar banho com todos aqueles personagens» num texto memorialista publicado em 1983 (ver *Sena da Silva, Uma Retrospectiva*, Porto, Fundação de Serralves, 1990).

Poderá falar-se efectivamente de uma absorção da fotografia pelo regime em todas as dimensões públicas da sua prática, e tal ocorreu, aliás, com qualidades estéticas que autorizaram António Sena – autor da até agora única história da fotografia portuguesa, *História da Imagem Fotográfica em Portugal, 1939–1997*, Porto, Porto Editora, 1998 – a falar de uma «fotogenia do Estado Novo» no título do VI capítulo, relativo ao período que vai de 1920 até 1945.

Aquela absorção verifica-se na imprensa tradicional, sujeita a uma rigorosa censura, nos magazines ilustrados que aparecem em 1928 (*O Notícias Ilustrado*, dirigido por Leitão de Barros), nas edições de propaganda (*Portugal 1934* e *Imagens Portugaisas*, também uma edição SPN, de 1939), nas exposições oficiais (as fotomontagem murais na Exposição de Paris de 1937, de Alvão e

Mário Novais<sup>2</sup>). E verifica-se também, desde 1932, nos Salões de Arte Fotográfica do Grémio Português de Fotografia, secção da Sociedade de Propaganda Nacional, que tinham lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes e no Clube Fenianos do Porto.

Essa situação de captura da fotografia pelo regime, que seria agravada depois pela carência de materiais fotográficos provocada pela Segunda Guerra, com efeitos até perto do final da década de 40, justificará, em grande medida, que nos meios intelectuais e artísticos se tenha mantido um longo silêncio sobre as práticas e as virtualidades da fotografia, enquanto as agremiações amadoras davam continuidade mais ou menos ensimesmada às tradições retóricas de uma arte elitista, inicialmente restrita a pequenos grupos de amadores e aos seus salões.

O que se pode chamar a «fotogenia do Estado Novo» não se desvanecia em 1945 e tem prolongamentos diversos no período de crescimento do salonismo que é a primeira metade dos anos 50. Além do êxito pessoal de Rosa Casaco, associam-se a áreas culturais do regime o culto tardio do pictorialismo e também a defesa modernista da «fotografia pura» feita precisamente a partir do Barreiro, no Salão do Clube Desportivo da CUF e numa página mensal do semanário local, o *Jornal do Barreiro*, sob a orientação dedicada de Eduardo Harrington Sena, que também foi director do boletim do Foto Clube 6 x 6, de 1956 a 59<sup>3</sup>.

Deverão ser observados em pormenor alguns debates que animaram os círculos dos amadores fotográficos e as suas revistas, em momentos anteriores e posteriores à Segunda Guerra, contrariando a ideia de uma uniformidade estética sem tensões, mas é também significativo que não tenham tido ecos para lá das suas fronteiras especializadas. São particularmente interessantes as questões estéticas que atravessam os primeiros anos da revista *Objectiva*, a principal publicação sobre fotografia que circula a partir de 1937 e até 1945, com interrupções e mudanças de orientação.

De facto, a vulgarização do novo formato de 35 mm, o crescimento do mercado fotográfico e a abertura ao exterior dos salões (o I Salão Internacional de Arte Fotográfica é de Dezembro de 1937) tiveram consequências imediatas no confronto entre os tradicionais cultores dos «processos artísticos» e do pitoresco pictórico e, por outro lado, as novas tendências da fotografia directa e do instantâneo. Álvaro Colaço (um dos fundadores de Grémio Português de Fotografia em 1931) e A. Lacerda Nobre defendem nos primeiros números da *Objectiva* uma arte «que regista em flagrante um instante da Vida, o tal e qual», associando a «fotografia pura, simples e grande» à escolha de novos «assuntos», com atenção ao quotidiano vulgar da vida e da natureza, o que se

manifesta em imagens do povo e em especial do trabalho, de intenção realista (mas não neo-realista). É a defesa «da arte concreta, fiel à natureza, da arte do vivo e sobre o vivo, da arte por assim dizer objectiva», escreve Álvaro Colaço no n.º 8, de Janeiro de 1938. João Martins e Silva Nogueira condenam então esse interesse pelo «banal» e «a arte brutalmente objectiva» (S. Nogueira), mas é o Padre Moreira das Neves que marca o rumo da ideologia e da propaganda, alinhando, logo em Maio de 1938, a Arte Fotográfica com as celebrações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal.

Era muito diferente de que é hoje o espaço público da fotografia, e eram círculos praticamente estanques entre si aqueles em que ela se praticava: os retratistas e fotógrafos de estúdio e de encomenda (Domingos Alvão, San Payo e Silva Nogueira, Mário Novais) – profissionais que em certos casos integram os júris dos salões e aí expõem; os fotógrafos de imprensa (o fotojornalismo – que contara antes com a excepcional e reconhecida notoriedade de Benoliel); os tais amadores fotográficos, com as suas agremiações e os respectivos salões – que no início dos anos 50 se descentralizam e democratizam<sup>4</sup>, mas sem que as novas associações que então se criam consigam dar outro dinamismo às suas actividades (ao contrário do cine-clubismo, que lhes é contemporâneo). E, por vezes, muito raras vezes, os casos marginais de artistas plásticos que fazem e expõem fotografia: Fernando Lemos em 1952, Victor Palla em 55 e em 1958/9, João Cutileiro em 1961.

A fotografia de ambição documental não tem à época (e não terá até muito mais tarde) a meta da exposição nem é pensada como objecto de colecção. Visa a ilustração, a publicação em revista ou em livro – o caso de Victor Palla e Costa Martins não é excepção porque as suas duas exposições em Lisboa e Porto fazem-se para publicitar o lançamento de uma edição em fascículos. «Para o fotógrafo moderno o produto final do seu esforço é a página impressa, não a prova fotográfica», afirmam os dois autores numa nota final do seu livro citando Irving Penn.

Fora o caso de certos profissionais mais famosos que promovem algumas raras exposições individuais de consagração (por exemplo, San Payo em 1950, no SNI), a exibição pública de fotografias fazia-se no quadro colectivo do Salão de Arte Fotográfica. E nesse sentido, pelo menos, é inovador o facto de em (apenas) três das suas edições as Exposições Gerais de Artes Plásticas, que se realizam anualmente na Sociedade Nacional de Belas Artes (1946-1956), com conhecidos vínculos aos meios oposicionistas, terem contado com secções de fotografia ao lado da pintura, da arquitectura, das artes decorativas (cerâmica, vidros, projectos de decoração mural, etc.) e também da publicidade.

É também significativo observar que a entrada «Fotografia» da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, em fascículo que terá sido publicado por volta de 1954, aborda-a, embora em perto de vinte páginas (contando todos os termos que se associam), apenas de um ponto de vista técnico e quanto à história dos processos e das câmaras (incluindo a fotografia astronómica e a ultra-rápida...), sem fazer qualquer referência a estéticas fotográficas ou a artistas com notoriedade no presente ou de importância histórica. O mesmo não se passa em entradas sobre o Cartaz, onde já se faz referência à «arte do Cartaz», também em Portugal, ou Gravura, por exemplo. Entretanto, os suplementos culturais de *O Comércio do Porto* (antologados no volume 2 de *Estrada Larga*, Porto Editora, s. d.) podiam fazer amplos inquéritos sobre a cerâmica e o azulejo, a tapeçaria, o vidro e o livro, para construir um panorama sobre «A Arte Moderna em Portugal», em 1953-54, sem levarem em consideração a fotografia.

Esse prolongado (quase) silêncio sobre a fotografia enquanto *medium* funcional, documental e também potencialmente artístico resulta, no entanto, mais de uma incapacidade de a identificar como objecto de uma reflexão específica do que de uma situação de inexistência de práticas fotográficas exploratórias ou já conscientes das suas virtualidades. Parece ser a propósito da exposição de Fernando Lemos na Galeria de Março, em Dezembro de 1952, que surgem as primeiras reflexões informadas sobre tendências recentes da criação fotográfica: José-Augusto França associa a Fotografia Subjectiva de Otto Steinert ao experimentalismo de Lemos, e Victor Palla, que então lhe seguia os passos como fotógrafo, aponta-lhe a possibilidade de um destino arquitectónico<sup>5</sup>.

Mas, tal como em Itália e em Espanha, onde se começou recentemente a falar com insistência de uma fotografia neo-realista, explorando-a em grandes exposições a ela dedicadas, existiu também no Portugal do pós-guerra, desde 1945, de modo mais ou menos discreto ou oculto, uma fotografia atenta às condições de vida e de trabalho do povo, com sentido testemunhal e crítico, interessada em documentar e alterar a sociedade. Será, no entanto, só por volta de 1954-55, já no novo contexto internacional que tem por paradigma a mega-exposição «The Family of Man» (MoMA, Nova Iorque, 1955 e itinerante), que surgem condições favoráveis de recepção e de legitimação conceptual de uma fotografia de ambição documental e poética, próxima do cinema italiano e também da fotografia humanista francesa e da tradição social americana.

No espaço esteticamente pluralista e também multidisciplinar das Exposições Geral de Artes Plásticas da SNBA, onde se abriram secções fotográficas nas edições de 1946, 1950 e 1955, uma tal fotografia caracterizável – em termos mais ou menos imprecisos – como neo-realista (pelo menos, Adelino Lyon de

Castro e Keil do Amaral, em 1950; Keil e Victor Palla em 1955) coexistiu com outras orientações formalistas, mas é muito significativo que não pareça ter despertado qualquer atenção crítica<sup>6</sup>. Em 1946, a presença de Mário Novais (fotógrafo principal da Exposição do Mundo Português) seguia, como outros casos, a memória da Exposição Independente de 1930: tratava-se de afirmar uma vasta unidade ou abertura política, com a participação de figuras muito presentes em iniciativas do regime, como Carlos Botelho e Bernardo Marques.

São decisivas para situar o contexto português algumas exposições organizadas em anos muito recentes, 2006-07<sup>7</sup>, dedicadas à fotografia do pós-guerra em dois países próximos, a Espanha e a Itália. A Espanha tinha uma idêntica distância face ao mundo das democracias vencedoras em 1945, e um regime repressivo que foi inicialmente mais feroz mas que registou, a partir de meados dos anos 50, uma maior abertura política. Aí, a renovação modernizadora da fotografia, e o realismo ou neo-realismo fotográfico, explodem por volta de 1955-56 no interior das agremiações amadoras (explorando a sua relativa operacionalidade legal), numa relação de crescente crítica ao salonismo, mas beneficiando das suas estruturas e prémios. Importantes pólos renovadores implantam-se em Barcelona, Madrid e na distante Almería, onde se publica a revista *Afal*, 1956-63. Na Itália o contexto é muito diverso, marcado pela derrota do fascismo, mas também aí existe um extenso país rural e um profundo atraso económico-social. Tal como sucede em França, profissionais da informação e tendências fotográficas organizadas em grupos ou clubes participam numa movimentação que é em grande parte identificável como neo-realista, na esteira do cinema e da literatura.

De facto, ninguém, à época, se reclamou neo-realista em fotografia ou como tal terá sido explicitamente classificado (e possivelmente só o foi em sentido pejorativo), mas o argumento é irrelevante – quase todas as designações que se impuseram para nomear um período ou um estilo mais ou menos preciso foram adoptadas a posteriori ou recusadas por aqueles a quem o rótulo foi atribuído: maneirismo, barroco, impressionismo, cubismo, minimalismo são exemplos bastantes. No campo da história da fotografia também ninguém (pelo menos à época e ao nível das primeiras figuras) se pretendeu «fotógrafo humanista» e nunca essa fotografia humanista francesa foi uma escola ou movimento organizado nem teve manifesto. Isso mesmo foi reconhecido por ocasião da importante exposição (e edição) que em 1993 lhe foi precisamente dedicada, fixando um horizonte temporal alargado de 1930 a 1960 (Marie de Thézy, *La Photographie Humaniste. 1930-1960. Histoire d'un Mouvement en France*, ed. Contrejour).

Mais tarde, numa grande exposição internacional, «Europa de Postguerra 1945-1965. Arte Después del Diluvio», que teve lugar em 1995, em Barcelona e Viena, Marta Gili, ao apresentar o capítulo sobre fotografia, divide o panorama da época em três secções: uma «corrente humanista», que procura as imagens do quotidiano para reafirmar «a esperança no futuro do ser humano»; um fotojornalismo que revoluciona a tradição documental assumindo os princípios da «concerned photography» e controlando a difusão das suas obras; e a retoma de propósitos de pura experimentação, em especial com Otto Steinert, o grupo Fotoform em 1949 e a Subjektive Fotografie a dinamizarem as afirmações da artisticidade do *medium*. Na primeira secção, onde Gérard Castello Lopes é o único português representado (com duas fotografias de 1957 e 1960 – e parece ser uma estreia nacional em grandes revisões históricas), Marta Gili não avança para uma distinção mais fina de modelos e refere sinteticamente que «a fotografia humanista, o realismo poético e a fotografia neo-realista reencontraram entre as ruínas do mundo a fé na infinita capacidade do ser humano para superar-se a si mesmo». Há certamente distinções a fazer, quanto aos três países do Sul.

O tema (ou a hipótese) da fotografia neo-realista em Portugal nunca foi até agora abordado por qualquer exposição ou ensaio de conjunto. Importa assim abrir uma pista de investigação que suspenda as anteriores sínteses históricas que preguiçosamente se têm repetido, para procurar ainda imagens sobreviventes em diversos tipos de suportes (tanto originais como reproduzidas) e visitar publicações da época.

O apoio das abordagens italianas e espanholas é essencial para ver o mesmo tempo do pós-guerra sob novas perspectivas, pondo em causa o «retrato» fixado na referida história de António Sena. Depois da «fotogenia do Estado Novo», o capítulo seguinte chama-se «1946-1959 – A revolta silenciosa da intimidade». Ao longo desse período o autor valoriza em especial (para além das obras de Fernando Lemos e Victor Palla/Costa Martins, que tiveram à época visibilidade e repercussão pública) a fotografia que não foi exposta nem publicada no seu tempo – e que ele próprio irá descobrir e expor pela primeira vez ao longo dos anos 80 e 90, na galeria-associação Ether. Deixando por identificar segmentos significativos da produção nacional deste período (Sena ignora Adelino Lyon de Castro e Maria Lamas, por exemplo, além de não valorizar como convém o efeito de «The Family of Man»), foi possível dar todo o destaque a algumas fugazes e confidenciais tentativas de modernização que não tiveram expressão pública nem consequências no seu tempo, e que foram depois vistos já em associação a direcções posteriores da fotografia.

Procura-se então reconsiderar aqui uma parte da fotografia portuguesa dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial à luz de uma classificação que até agora, ao que julgo, não foi usada neste domínio: neo-realismo. Não se trata, porém, de uma simples extensão à fotografia do movimento que a partir de 1945 (e só talvez até 56) se afirmou na área das artes plásticas, tal como este não é coincidente com o movimento literário que se iniciou por volta de 1937. Significativamente, as barreiras ou incompreensões que existiram entre as artes plásticas e a fotografia, no campo realista, serão até mais poderosas do que entre qualquer delas e a literatura. Para o que poderão ter contribuído o facto de a cultura fotográfica se ter encerrado quase totalmente no academismo cultivado pelas agremiações de amadores, o maior risco político do testemunho fotográfico, e até alguns circunstancialismos partidários dos meios da oposição ao regime. E, por outro lado, a recusa dos realismos convencionais e «fotográficos».

No caso das artes plásticas, é possível situar o neo-realismo, a sua dinâmica colectiva e pública, entre a página semanal «Arte» do jornal *A Tarde*, do Porto, em 1945, e a X Exposição Geral de Artes Plásticas, em 1956, com algumas continuidades individuais posteriores. Ainda que ao longo daqueles anos tivesse havido reorientações críticas e alterações de estratégias criativas, é possível considerar o movimento a partir de alguns manifestos e textos programáticos, de uma reflexão crítica sistemática e de uma certa coerência ou mesmo disciplina interna.

Quanto à fotografia neo-realista, onde não há lugar para falar em movimento nesse sentido estrito, importa procurar acontecimentos com visibilidade pública que estabeleçam as suas balizas principais (e julgo que só obras publicamente mostradas ou editadas interessam para estabelecer balizas efectivas): a participação de Adelino Lyon de Castro (em seu nome e com mais dois nomes de empréstimo) nos Salões de Arte Fotográfica do Grémio Português de Fotografia, a partir de 1946 (com a exibição da fotografia intitulada «Ex-homens», logo nesse ano), e também a publicação em fascículos de *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas, em 1948-50, cuja impressão tipográfica não pode ser considerada excelente (o que viria a afectar a sua memória, pelo menos até à cuidada reedição em *fac-simile* de 2002, pela Editorial Caminho), e cuja existência foi sempre mais valorizada em termos político-ideológicos do que fotográficos.

O limite cronológico terminal é marcado pelas exposições e edição de *Lisboa Cidade Triste e Alegre*, de Costa Martins e Victor Palla, em 1958-59, redescobertos no início dos anos 80, na Ether, sob condições de recepção muito diferentes. Poderá também falar-se de uma intenção neo-realista, talvez

já academizada, em fotografias de Eduardo Gageiro expostas em salões e publicadas na imprensa. Em 1963, João Cutileiro e Gérard Castello-Lopes fazem em Monsaraz um *levantamento* fotográfico destinado a acompanhar a tese de José Cutileiro *A Portuguese Rural Society*, só publicada em 1971, em Oxford. Gérard apenas publicara uma foto em 1961 no *Photography Yearbook*, ed. Condé Nast, Londres; João Cutileiro tinha mostrado, retratos fotográficos, já como diferentes propósitos, numa exposição individual também de esculturas e desenhos, igualmente em 1961.

### Três momentos: 1 – Documentos

Será interessante observar algumas fotografias que serviram de documentos para artistas – e concretamente para artistas neo-realistas, entre 1945 e 1952 – como provas factuais do que se poderia considerar uma primeira oportunidade perdida. É o caso de algumas fotografias de trabalho coladas na folha de um dossier do arq. Francisco Castro Rodrigues, que integrou a IX Missão Estética de Férias da Academia Nacional de Belas Artes, em Évora, em 1945, e que hoje fazem parte da colecção do Museu do Neo-Realismo, de Vila Franca de Xira. Outras fotografias conhecidas em provas de muito pequeno formato e que também nunca terão sido expostas ou publicadas à época conservaram-se no acervo documental de Júlio Pomar. Uma série inclui imagens da Nazaré, de autor desconhecido, e outras duas séries são testemunhos sobre o trabalho do arroz nas lezírias do Tejo. As segundas são certamente obra de pintores que fotografaram: Lima de Freitas (o pai, David Freitas, teve um estúdio de fotografia em Évora), Cipriano Dourado ou Rogério Ribeiro.

É uma produção que não se terá entendido como autónoma (a que não se reconheceu uma identidade própria) e que não aspirava ao reconhecimento como arte fotográfica, nem os seus autores (quando não anónimos) se consideraram fotógrafos. Pode ser útil pensar por que razão essas ou outras fotografias como elas não chegaram às Exposições Gerais de Artes Plásticas (1946-56), onde estes autores expuseram com assiduidade. Algumas breves referências à fotografia publicadas por esses anos dão achegas para a resposta.

Um crítico identificado com o neo-realismo, António Ramos de Almeida, incluía uma breve reflexão sobre a fotografia numa conferência publicada em 1941 e reeditada em 1945. É um texto incipiente onde a fotografia é pensada sobre o modelo da pintura, e concretamente sobre o paradigma expressionista da verdade da «deformação»: «É que a realidade da arte, embora objectiva,



não pode ser fotográfica. A realidade em si mesma é amorfa. Até a fotografia para ser artística tem de focar de certa maneira artificial a realidade, isto é, o específico da arte reside num artifício e o artifício é uma maneira de deturpar a realidade com uma semelhança da realidade. E é assim porque a realidade é inapreensível na sua plena totalidade, impossível de cópia ou de pastiche [...]. E assim o pintor usa os artifícios pictóricos que, deformando a realidade, dão a visão pictórica da realidade.» António Ramos de Almeida, *A Arte e a Vida*, Livraria Latina, Porto, 1945, 2.<sup>a</sup> ed., pp. 19-20.

Curiosamente, este trecho viria a ser parcialmente transcrito em destaque na página mensal «Fotografia» do *Jornal do Barreiro* em 1955, a 5 de Maio, poucos dias antes da abertura da IX Exposição Geral de Artes Plásticas, onde houve nove expositores de fotografias. Tratar-se-ia já de contrariar a voga do realismo fotográfico que então começava a acompanhar a aura da exposição «The Family of Man», objecto de grande expectativa desde 1954. A transcrição devia então interpretar-se como defesa de práticas formalistas e publicou-se por sinal junto do quadro classificativo em que Eduardo Harrington Sena sumariava a actividade expositiva dos amadores portugueses durante o primeira ano daquela página.

Também em 1945, publicou-se na já referida página «Arte» do diário *A Tarde* (a 29 de Julho), sob o título «O Pintor e a Fotografia», um breve extracto em «caixa» de uma intervenção de Louis Aragon nos debates parisienses conhecidos como «A Querela do Realismo», de 1936. É a esse texto que deve ser associado o uso da fotografia pelos pintores neo-realistas: «A fotografia ensina a ver, vê aquilo de que um olho não se apercebe. Ela será no futuro não o modelo do pintor no sentido antigo dos modelos de academia, mas o seu auxiliar documental, no mesmo sentido em que as colecções de jornais são indispensáveis ao romancista. Alguém diz que o diário, a reportagem, é um concorrente do romance? É esse absurdo que se comete quando se opõe fotografia e pintura. O que digo é que a pintura de amanhã utilizará tanto o olho fotográfico como o olho humano. Eu anuncio aqui um novo realismo na pintura. Isto é, que não supõe de modo algum o regresso a um realismo antigo.» Louis Aragon, *Querelle du Réalisme*, ed. Cercle d'Art, 1987, pp. 94-95 (tradução do original francês).

Note-se que Aragon não reduzia a fotografia à condição de documento para artistas. Na mesma intervenção, defende o instantâneo, as novas possibilidades das 35 mm e refere concretamente o amigo Cartier-Bresson e as suas fotografias de Espanha e do México.

## 2 – Maria Lamas e Adelino Lyon de Castro

Os casos singulares e quase esquecidos de Maria Lamas e Adelino Lyon de Castro, muito diferentes entre si, exigirão desenvolvimentos monográficos distintos. A primeira publicou os seus notáveis retratos de trabalhadoras no livro *As Mulheres do Meu País*, que ela mesma editou em fascículos em 1948-50. O segundo afirmou-se nas agremiações amadoras, participou nesse mesmo livro e na V Exposição Geral de Artes Plásticas (SNBA, 1950), vencendo o 1.º e único Salão do Jornal do Barreiro (também em 1950, uma data charneira).

Maria Lamas (1893-1983) foi fotógrafa por necessidade e só por brevíssimo tempo, durante a preparação de *As Mulheres do Meu País*, uma investigação sociológica que é também uma grande reportagem ilustrada com as fotografias que fez expressamente para esta edição e igualmente com uma vasta recolha de fotografias de temática social de muitos autores da primeira metade do século, de Domingos Alvão a alguns interessantes desconhecidos como José Loureiro Botas, Júlio Vidal e Firmino Santos. É um leque muito vasto e variado (onde se junta a fotografia romântico-naturalista, o populismo, o fotojornalismo documental ou miserabilista), e que merece ser analisado por si mesmo; inclui, por exemplo, a Foto Beleza, Arnaldo Garcês, Artur Pastor e amadores e estúdios regionais como Álvaro Laborinho (Nazaré), Júlio Goes (Nazaré), Joel Mira (Caldas), Demóstenes Espanca (Évora), os Perestrelos da Madeira. Muitos outros serão já de improvável identificação.

Em 1947, quando Maria Lamas dá início às suas viagens pelo país, tem 53 anos, e fora antes directora de *Modas e Bordados*, jornalista e romancista. «Resolvi arranjar uma máquina e ser eu, também, fotógrafa», lê-se numa notícia publicaba no boletim *Ler - informação bibliográfica*, Publicações Europa-América (Maio-Junho 1948, p. 10). «A obtenção de fotografias, confessa, foi uma das maiores dificuldades que encontrou, pois queria-as ‘verdadeiras, expressivas, com valor documental e inéditas’. Acabará por assumir-se como repórter fotográfica, num trabalho pioneiro» – *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 28 de Abril de 1948 (entrevista na página «Das artes e das letras»).

Os seus inúmeros retratos de mulheres devem ser vistos como uma grande aventura fotográfica, com um sentido de documentário social, de denúncia e de esperança ou optimismo que tem ser associado ao neo-realismo, como uma contribuição muitíssimo original. Herdeiros de uma prática fotojornalística recorrente, o retrato individual que acompanha as notícias, eles têm uma verdade e uma energia contagiantes. Nunca foram expostos, nem mesmo, ao que julgo, nas exposições documentais sobre Maria Lamas\*.

São na maior parte das vezes retratos individuais e também de grupo. Retratos directos e frontais realizados nos locais de trabalho, como que interrompendo momentaneamente a faina. Noutros casos são mesmo momentos ou situações de trabalho que se ilustram, procurando registar a dureza do esforço físico. Totalmente despidas de efeitos de luz e sombra, as imagens prescindem também de toda a anedota ou nota de mistério, à beira de uma impressão de banalidade que se desmente na cumplicidade dos olhares trocados, na firmeza, confiança ou dignidade dos rostos, na eficácia documental das roupas, utensílios e outros objectos visíveis, numa objectividade enxuta e tocante.

Cada fotografia é acompanhada por várias linhas de texto que ultrapassam a condição de simples legendas para fornecer informações complementares e comentar o contexto económico e social de cada situação.

Realizadas por um não-fotógrafo (nem profissional, nem «amador», no sentido habitual de aficionado da arte fotográfica), que apenas por necessidade recorreu por algum tempo a um «caixote Kodak», estas fotografias suplantam as restantes imagens assinadas pelo heteróclito grupo de outros autores.

Gosto de pensar (sem ter quaisquer provas para isso) que foi na sequência e por efeito da publicação de *As Mulheres do Meu País*, cujo último fascículo é de 15 de Abril de 1950, que a fotografia entrou na V Exposição Geral, em Maio. Para voltar a abrir a EGAP à fotografia, Adelino Lyon de Castro poderia ter sido o agente de ligação a Francisco Keil do Amaral, arquitecto e também fotógrafo, animador do Inquérito à Arquitectura Popular (1955-61), figura de reconhecida autoridade intelectual e cívica no meio artístico.

Adelino Lyon de Castro (1910-1953) foi um amador fotográfico com larga participação nos salões do tempo e um percurso original interrompido pela morte precoce. Expositor nos salões do Grémio desde 1946, foi membro do Foto Clube 6 x 6 (fundado em 1950; pertenceu ao seu Conselho Artístico). Voltou a expor «Ex-homens» em 1950 na V Exposição Geral de Artes Plásticas e no I Salão de Arte Fotográfica do Jornal do Barreiro, onde foi distinguida com o Grande Prémio, sob o título «Vagabundos»; aí ganhou também o 1.º Prémio de Instantâneo com «Rua em festa». (Nesse mesmo Salão apareceu Augusto Cabrita, que em 1955 também expõe na IX EGAP – mas essa não será uma história neo-realista).

Está presente com dez fotografias no livro de Maria Lamas e foi-lhe dedicado em 1980 o álbum monográfico *O Mundo da Minha Objectiva*, edição de Publicações Europa-América de que fora co-fundador com o irmão Francisco Lyon de Castro.

Foi repórter desportivo, tendo acompanhado em 1952 os jogos olímpicos na Finlândia para duas publicações. E foi também editor de *Ler, Jornal de Letras, Arte e Ciências*, periódico editado pela Europa-América em 1952-53. A publicação foi forçada ao encerramento pelo governo em 1953, depois da morte do editor, e esteve antes no centro de uma grave crise interna aos meios culturais da Oposição, combatida pelo PCP por ser orientada por Fernando Piteira Santos, excluído em 1950 e então acusado com Mário Soares de pró-americanismo. (O episódio é desenvolvido por Pacheco Pereira no 3.º vol. de *Álvaro Cunhal*, ed. Temas e Debates, Lisboa, 2005 em capítulos que se chamam «A purga dos intelectuais» e «O jornal Ler, 'órgão do SNI'»).

É certamente possível considerar que a recepção e a memória póstuma do neo-realismo fotográfico terá sido prejudicada por razões políticas, embora de sentido oposto. Adelino Lyon de Castro foi silenciado enquanto inimigo do PCP; Maria Lamas foi esquecida por ter sido uma bandeira da respectiva propaganda.

O que se conhece da obra interrompida de Adelino Lyon de Castro, através do seu álbum póstumo e de fotografias enviadas aos salões que se conservam no seu espólio, comprova um itinerário inscrito no seu tempo mas em que a Arte Fotográfica não é uma prática convencional, solúvel entre as outras reproduções dos catálogos. Sem ser um fotógrafo de ruptura, terá assumido o papel mais difícil de manter a integração no meio e disputar os respectivos prémios ao mesmo tempo que exhibia as suas preocupações de solidariedade humana – estão lá os efeitos de luzes e sombras, os reflexos na água e as transparências das velas, as perspectivas arrojadas que convêm aos amadores, mas nunca se trata da mera exibição do virtuosismo técnico.

Em 1956, três anos depois da morte de Adelino Lyon de Castro, e precisamente num boletim da agremiação de amadores salonistas a que pertencera, o Foto Clube 6 x 6, Manuel Ruas, um homem ligado ao cinema, veio apontá-lo como «exemplo de humanismo», lembrando que ele «procurou sempre que as suas obras transmitissem Vida, a Vida do Homem: o seu trabalho, as suas angústias, as suas esperanças» – «In Memoria», *Boletim do Foto Clube 6 x 6*, Lisboa, n.º 3, Novembro-Dezembro de 1956. A identificação ideológica e estética com o neo-realismo é clara, mas é difícil avaliar se a mensagem obtinha eco nos círculos salonistas da fotografia ou se chegava a meios mais amplos. Quando em 1980 foi publicado o álbum sobre a obra de Adelino Lyon de Castro, por iniciativa do seu irmão, as fotografias não terão sido observadas com atenção, porque as preocupações e estratégias do tempo apontavam noutras direcções.

### 3 – O efeito «The Family of Man»

É já sob o estímulo da exposição «The Family of Man», MoMA, 1955) e das notícias que a precederam desde 1954 (em especial na revista *Fotografia*, de Março, n.º 2, onde é transcrita na íntegra o extenso apelo de Edward Steichen à participação de amadores e profissionais), que outros autores iriam protagonizar uma intenção modernizadora da fotografia portuguesa.

Victor Palla, que foi um homem de múltiplos interesses e muito atento a todas as modernidades, trocou as anteriores pesquisas mais experimentalistas pela descida à rua e terá levado logo a nova orientação à IX Exposição Geral de Artes Plásticas (1955), segundo os testemunhos que ainda se podem recolher. Com o também arquitecto Costa Martins iniciaria pela mesma altura a aventura do livro sobre Lisboa.

O especialíssimo «Índice» comentado com que termina *Lisboa Cidade Triste e Alegre* fornece um amplo e actualizado quadro de referências fotográficas internacionais, usando muita informação norte-americana a equilibrar o apreço pelo realismo poético francês (o acesso à informação não é hoje maior...), e aí se refere como espaço próprio de trabalho a «nova escola naturalista, documental». A exposição «veio mostrar que também entre nós existem artistas integrados num movimento realista de arte fotográfica» – escreveu-se à época na revista *Binário* (António Freitas: «Fotografia e realismo», Lisboa, Out. 1958). Ernesto de Sousa viu no livro a «demonstração de um cinema realista que podíamos ter e ainda não tivemos» (revista *Imagem*, Lisboa, n.º 25, Fev. 1959).

Separadamente, um grupo informal formado por Carlos Afonso Dias, Sena da Silva, Gérard Castello-Lopes e outros começava a reunir-se em Cascais numa espécie de clube fotográfico privado e ensaiou por algum tempo propósitos de renovação do olhar e de levantamento fotográfico do país.

Globalmente, essa é uma produção que se reclama da tradição documental e responde à fotografia humanista e comprometida do pós-guerra (Cartier-Bresson, Eugene Smith), mas que rapidamente se identifica com os processos de ruptura da segunda metade dos anos 50, orientando-se para uma assumida subjectividade documental (Ed van der Elsken, Robert Frank, William Klein, etc.) e para uma liberdade criativa onde se exercita um olhar mais céptico do que optimista. Mas em geral, ao contrário do que sucedeu em Espanha, os novos autores deixaram de fotografar pelo final dessa década.

## Notas

<sup>1</sup> A confusão entre a SPP e a SPN é muito frequente - e a investigação sobre a primeira, fundada em 1906, e que desde 1934 utilizou também a designação Touring Club Português, é demasiado escassa: é uma estranha ausência na historiografia recente, que deveria estar mais atenta a continuidades profundas no que respeita aos interesses das classes dominantes. De facto, a oficialização de vários dos serviços ou secções da SPP foi sendo acompanhada pela respectiva integração no SPN e, ainda mais tarde, no SNI; mas o seu carácter apolítico e o hábito da colaboração estreita com os governos, da monarquia à república e depois à ditadura, justificou uma transição certamente sem grandes conflitos ideológicos, desde os tempos de Magalhães Lima aos de Marcelo Caetano - ambos foram presidentes da Assembleia Geral da SPP. O Grémio Português de Fotografia, que organizou os Salões de Arte Fotográfica desde 1932 até 1956, na sua sede, na SNBA e a seguir no SNI, e no Clube Fenianos do Porto, era uma secção da Sociedade de Propaganda de Portugal.

<sup>2</sup> Ilustrando a importância desse meio moderno de propaganda, a fotomontagem de dimensões murais, Mário Novais aponta os «180 metros quadrados de montagens para a Exposição Anti-Comunista realizada no SPN», que decorreu também em 1937, num artigo de M. Jesus Garcia na revista *Objectiva*, intitulado «Mário Novais concede-nos uma entrevista e dá-nos uma lição de fotomontagem» (n.º 24 - 4 da 2.ª série - de Julho de 1941, Lisboa).

<sup>3</sup> O Salão Nacional do Grupo Desportivo da CUF começa em 1952, com o número 2, embora a edição anterior fosse restrita a associados. Torna-se internacional em 1955. A página mensal «Fotografia» publicou-se entre 1954 e 57 no *Jornal do Barreiro*, o qual tinha tomado a iniciativa de organizar em 1950 um 1.º Salão de Arte Fotográfica com o seu nome, onde foram premiados Adelino Lyon de Castro e Augusto Cabrita.

<sup>4</sup> Seguindo numa breve pesquisa o itinerário de Adelino Lyon de Castro encontram-se envios de fotografias para as Exposições Fotográficas de Campismo no Ateneu Comercial de Lisboa, de 1947 a 52; para salões do Ateneu Artístico Vilafranquense (o 3.º em 1952), da Voz do Operário (1950-53), ou de iniciativa local, por exemplo em Santo Tirso, 1952, para além dos mais famosos salões do Barreiro, adiante referidos. Os mesmos ou outros envios, assegurados pelo Foto Clube 6 × 6, seguiam para vários salões no estrangeiro, acumulando anotações e selos de admissão. Não é possível ainda avaliar a importância deste activismo associativo e fotográfico, mas convém pôr de parte o opróbio lançado sobre o salonismo em geral. Lyon de Castro não seria o único fotógrafo empenhado em «assuntos» de índole social como expressão de angústias e esperanças, como escreveu Manuel Ruas (ver adiante).

<sup>5</sup> José Augusto-França, «Nota sobre 'Fotografia Subjectiva'», *O Comércio do Porto*, 10 de Março de 1953. Victor Palla, «O Olho Quadrado», *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, n.º 6, Maio-Junho de 1953.

<sup>6</sup> Tem de ser referido como pioneiro o estudo de Emília Tavares, «Fotografia e neo-realismo em Portugal», publicado em *Batalha pelo Conteúdo, Exposição Documental, Movimento Neo-realista Português*, edição do Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira, 2007 (pp. 263-273). Aí se procurou identificar o percurso dos fotógrafos representados nas três edições das Exposições Gerais que acolheram representações de fotógrafos.

<sup>7</sup> Dessas abordagens italianas e espanholas destaco em especial, «Mirades Paral.leles. La fotografia realista a Itàlia i Espanya», com direcção de David Balsells, Barcelona, 2006, e «NeoRealismo. La nueva imagen en Italia. 1932-1960», de Enrica Viganò, Madrid, 2007, bem como a investigação exaustiva de Laura Terré Alonso, *Historia del Grupo Fotográfico AFAL 1956/1963*, edição Photovision, 2006, e a exposição «La Escuela de Madrid. Fotografía 1950-1975», Madrid, 2006.

## Adenda

\* Depois da redacção deste texto, duas exposições trouxeram novos dados à investigação sobre este tema: *Batalha de Sombras - Coleção de Fotografia Portuguesa dos Anos 50 do Museu do Chiado*, no Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira, 2009 (7 de Março a 14 de Junho), comissariada por Emília Tavares; e *Au Féminin / Women Photographing Women*, no Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris, 2009 (24 de Junho a 29 de Setembro), da autoria de Jorge Calado, onde Maria Lamas foi autora com maior número de fotografias expostas (8) entre uma centena de mulheres fotógrafas (sécs. XIX-XXI). Ambos foram acompanhadas por catálogos com os mesmos títulos.



**Fig. 1** – Arq. Francisco Castro Rodrigues, Évora, 1945; 6 provas fotográficas de 6,6 × 5 cm coladas sobre papel. Doação do autor ao Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira





**Fig. 2** – Autor desconhecido, Nazaré, 1951(?) - 7 × 10 cm. Col. particular



**Fig. 3** – Autor desconhecido (Lima de Freitas?), faina do arroz, imediações de Vila Franca de Xira, 1952-53 - 6,9 × 10 cm. Col. particular



Fig. 4 – Maria Lamas, «Jovens trabalhadoras das minas de São Pedro da Cova. As raparigas começam a trabalhar ali aos catorze anos. Fazem a *remoção*, ou seja o transporte do carvão ou da pedra, à cabeça, em *gigos*, como se vê na fotografia. [...]», p. 372 de *As Mulheres do Meu País*, 1948-1950 (2.<sup>a</sup> edição, editorial Caminho, Lisboa, 2002). Col. Herdeiros de Maria Lamas



**Fig. 6 – Adelino Lyon de Castro, «Peixeiras»** (*in O Mundo da Minha Objetiva*, Publicações Europa-América, 1980, n. p.) - «Vendedeiras de peixe, no Porto» (*in As Mulheres do Meu País*, p. 412). Col. Espólio de Adelino Lyon de Castro, Museu do Chiado, Lisboa

## **A temática do trabalho no universo estético neo-realista<sup>1</sup>**

*David Santos\**

---

A temática do trabalho esteve desde sempre associada ao universo artístico do realismo, nomeadamente ao nível de uma observação estética e ideológica das classes trabalhadoras que ambicionavam uma ascensão social ou, pelo menos, o reconhecimento do seu contributo para a grande «máquina» da industrialização. Desde a pintura realista de Gustave Courbet e Honoré Daumier em meados do século XIX, passando pelo «construtivismo russo» até ao «realismo social» desenvolvido na Europa e no continente americano entre os anos 30 e 50, a imagem do trabalhador (campesinato e operariado) alimentou uma vontade de comunicar as transformações sociais determinadas por uma industrialização esmagadora e omnipresente nas relações humanas do século XX.

Em Portugal, o neo-realismo pictórico do imediato pós-guerra resultou como forma particular de abordar o tema do trabalho, redimensionando-o numa perspectiva de maior leitura ideológica, inspirada pela matriz marxista de intervenção política, na esperança de uma transformação social da vida portuguesa. Sobretudo atenta ao trabalho nos campos, até pela maior preponderância do sector primário na economia portuguesa de então, as artes plásticas neo-realistas abordaram igualmente o tema do operariado, entregando-se a um sentido de

---

\* Director do Museu do Neo-Realismo.

interpretação mais reivindicativo, como nos casos de Júlio Pomar, Manuel Filipe ou Lima de Freitas, enquanto os muitos de desenhos de Jorge de Oliveira dessa fase apresentam os trabalhadores fabris numa óptica de comunhão formal entre o corpo humano e o aparato da maquinaria que o envolve, pontuando uma abordagem que se reinventa numa dimensão essencialmente estético-formal. De outro modo, será também necessário distinguir a perspectiva artística do neo-realismo visual da prática mais naturalista e académica de uma figura como Abel Salazar, associada ao movimento neo-realista por razões fundamentalmente ideológicas ligadas a uma frontal oposição ao regime salazarista. Entre o sentido político e a estética de cunho realista, qual o lugar e a imagem dos trabalhadores nas artes visuais portuguesas de meados do século xx?

Um dos artistas que, em meados de Novecentos, mais avançou na representação pictórica do trabalho e dos seus protagonistas foi Júlio Pomar. Lídere do movimento neo-realista ao nível das artes plásticas, Pomar começou cedo a observar o campesinato e, mais tarde, os trabalhadores da construção civil, representando-os com um dinamismo formal e esperança humanista que contrastava claramente em relação ao apaziguamento folclórico e naturalista de um José Malhoa.

Polemizando em várias frentes e publicações, do *Mundo Literário* à *Seara Nova*, ou de *A Tarde* ao *Comércio do Porto*, Júlio Pomar investia tudo, nessa altura, num enlace comprometido e politizado entre a vida e a arte, estabelecendo prioridades entre o «combate» de uma «arte útil», na «marcha do progresso» e a favor da «cultura vindoura». Se a obra de Júlio Pomar ultrapassou em muito, logo na final dos anos 50, esse propósito inicial de revolta e intervenção social, a verdade é que durante os anos que medeiam o período da Segunda Guerra Mundial e 1947, o artista produziu algumas das mais radicais palavras de ordem da teoria visual neo-realista, como na *Seara Nova*, em Janeiro de 1947, quando afirmou, na abertura de um artigo intitulado «O pintor e o presente»: «Tanto os interesses imediatos, como os objectivos gerais dos artistas agrupados em torno do novo realismo, visam à mais ampla e socialmente proveitosa utilização da arte pelas massas. Ou seja: a arte neo-realista tende a tornar-se – uma arte do povo, pelo povo e para o povo»<sup>2</sup>. Poucos meses antes, em «A arte e as classes trabalhadoras», artigo publicado no *Mundo Literário*, Pomar havia já afirmado a sua esperança na desmistificação da arte e do seu pretense elitismo, apostando numa aliança sincera entre o realismo e as classes mais desfavorecidas: «Tudo indica que a arte dos tempos de hoje, sofrerá inevitavelmente uma profunda transformação. Quer dizer: tornada aliada do povo, ela tem de se identificar temática e formalmente com as questões imediatas do povo: suas necessidades

e possibilidades. À arte, para se tornar progressivamente actuante, intervindo como homens na resolução dos seus problemas, compete, pois, falar na língua do povo de tudo quanto ao povo diga respeito – na hora que se vive. Identificados mutuamente, o artista e o povo, irmanados no resolver destas questões (que, no fim de contas lhes são comuns), levada, assim, a arte ao contacto do povo, posta ao seu serviço imediato, estará dado o primeiro passo para a destruição de tal espécie de respeito ‘místico’, do complexo de inferioridade existente hoje»<sup>3</sup>. Na verdade, uma arte que não só representasse o povo mas que pudesse ser por este apreendida e vivenciada colocava, todavia, alguns problemas e limitações, especialmente num país como Portugal, dominado por um atávico analfabetismo que afastava o povo da produção cultural mais erudita. O contributo do «novo realismo» teria de ser, nesse aspecto, consciente mas determinado: «Há que trabalhar dentro das limitações do presente – e não fazer delas tábua rasa, sob o pretexto que elas dificultam, impedem, ou limitam a criação. Isso constitui uma verdade sabida – mas jamais será ultrapassada se não formos capazes de achar e de levar à prática uma linha de actuação justa, partindo exactamente de tais limitações ou dificuldades, tomando-as como factores que há que ter em conta, e cuja eliminação depende do critério e da sequência do trabalho.»<sup>4</sup> Criar regras de actuação e disciplina de empenhamento parecia ser o caminho dos artistas neo-realistas. A sua ambicionada relação com o povo assim o exigia.

Em Abril de 1947, ano particularmente fértil em textos de teor reivindicativo, Júlio Pomar publicará ainda no *Mundo Literário*, «Realismo e Acção», talvez o artigo que mais se aproxima do valor e da forma de um puro manifesto artístico, onde o artista desenvolve inclusive uma mais clara e afirmativa definição do «novo realismo» e da função do artista comprometido com esse «humanismo» anunciado pelos ventos do pós-guerra. Logo no início, Pomar declara: «Na base da definição do novo realismo está a sua indissolubilidade da acção, o seu intervir na condução dos destinos do homem. Tal acção terá de ser, portanto, desde a estrutura até o pormenor, informada pelos conceitos que permitem, ao homem de hoje, encarar dum modo novo – essencialmente transformador das realidades presentes – o desenrolar da vida e da história.» Mas, acrescenta, «não basta definir apenas o novo realismo apenas como arte actuante. Toda a arte é actuante, já se disse. [...] Na maneira como actua o novo realismo está o que o diferencia. E o caminho para a caracterização do seu modo particular de agir, apercebe-se simplesmente na medida em que se torna consciência do significado do nosso tempo, das forças materiais e ideológicas que nele se entrecrocavam, dos meios que permitirão superar a situação presente»<sup>5</sup>. Atento ao «sentido da hora» desse presente que urge transformar, Pomar avança com

as suas convicções essenciais sobre a acção militante do novo realista, «Porque cremos que o artista é um homem como os outros, cremos também que o realista de novo tipo, que entende que a sua arte se pode tornar numa ferramenta para a construção do futuro, não é mais de que um militante entre outros militantes. [...] A fecundidade do seu trabalho, em relação aos objectivos a atingir, virá em função da sua real compreensão dos problemas comuns do presente. E quando aqui falamos em compreensão, entendemos que ela implica forçosamente acção, no mais lato sentido da palavra – porque só através desta ela encontrará processo de ser demonstrada»<sup>6</sup>. O artista neo-realista tem de estar próximo da realidade concreta, «Exige-se um contacto efectivo com os problemas da hora presente. Um contacto vivido, e não somente lido ou aprendido no papel. Se o novo realista pensa que é seu dever contribuir, com todas as suas forças, e através também do que lhe é mais próprio, a actividade artística, para a transformação do drama que hoje se vive, deve saber também que é preciso ser-se realmente comparsa desse drama, e não um espectador bem intencionado mas distraído»<sup>7</sup>. E prosseguindo com máxima determinação, Pomar adverte: «A obra do novo realista tem de ser de modo a não permitir equívocos. Quer dizer: se a sua arte faz parte da totalidade da sua acção consciente, se ela própria pode ser um meio eficaz de esclarecimento, não deve jamais descambar na inconsequência. [...] Só quem não esteja, voluntariamente ou não, identificado com a posição do novo realismo, poderá ver aqui uma limitação à tão defendida (leia-se: tão mal defendida) liberdade de criação. Não se trata de limitá-la, mas de defendê-la, de ajustá-la, ao seu verdadeiro significado, de valorizá-la como necessidade do homem que a quer usar dum modo coerente. [...] A presença viva do homem em constante ascensão, eis o que deve ler-se na obra do novo realista. Se isto inclui limitações, elas aparecerão somente a quem esteja *de fora*, a quem não sinta, quanto mais não seja por um imperativo de ordem moral, a necessidade de estar onde está a parte melhor e mais progressiva da humanidade.»<sup>8</sup>

Ao lado da humanidade e pelo progresso social, Júlio Pomar lidera um movimento que se pretende actuante, pleno de esperança e energia transformadora, porque, tal como afirma nas páginas da *Vértice*, nesse mesmo mês de Abril de 1947, «sendo a nossa época uma época em que as novas soluções se avigoram e os homens se movimentam e lutam por elas, a arte não pode deixar de reflectir o ritmo dos homens. Mais ainda: a arte não se limita a reflectir o ritmo da vida, mas pode ir mais além, e contribuir para o acelerar desse ritmo. Pode contribuir e contribui. Poemas declamados ao auto-falante, representações de massa nas grandes praças, pinturas murais no interior e no exterior dos edifícios. A arte e

a vida têm uma unidade de medida comum: o homem, e o homem nunca teve tantas possibilidades de se realizar como hoje»<sup>9</sup>.

À generosidade humanista desse posicionamento doutrinário, Pomar faria corresponder uma produção pictórica de valor crítico e consciencializador em torno dos problemas sociais do povo português, do campesinato ao operariado, sendo aliás o mais proficuo nessa apetência temática ou semântica, desenvolvendo ainda uma sintaxe formal de múltipla inspiração moderna que privilegia contudo, na sua fase inicial, uma certa monumentalização desse anónimo povo trabalhador. Realizada sob a óptica de uma estreita relação entre o fazer da pintura e a assunção da figura humana e animal, a obra de Júlio Pomar resulta, desde cedo, da alternância mantida entre o pretexto narrativo e o exercício formal autónomo, apesar do predomínio nesses anos de uma estética neo-realista onde necessariamente confluíam o político-social e o artístico, numa orientação atravessada pela mensagem ideológica que a figura-corpo de operários e camponeses revelava em marcação deliberadamente crítica, inspirada por uma leitura marxista sobre as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem. Essa evolução marca ainda uma progressiva consciencialização de Júlio Pomar sobre os limites do próprio movimento pictórico neo-realista, levando-o em 1953 a reconhecer que, apesar do movimento assumir desde o início uma «concepção do artista e da obra de arte como elementos poderosos de actuação social», defendendo que esses artistas «alicerçam-se numa concepção materialista do mundo e da história, e alinham, na teoria e na prática, com as forças sociais a que o futuro se oferece [...]»<sup>10</sup>, não deixa de lhe apontar algumas das principais fragilidades, ao afirmar lucidamente: «Sem dúvida que a tendência não podia ter coesão sólida, dada a pouca idade e as consequentes influências ideológicas e inexperiência prática da maior parte dos seus cultores»<sup>11</sup>; acrescentando ainda, «mas sem dúvida, também, que as razões se devem procurar mais longe, na evolução dos acontecimentos da vida portuguesa, no cair das ilusões que uma interpretação apressada das consequências da segunda guerra mundial ajudara a criar»<sup>12</sup>, aceitando aí, na verdade, o desvanecimento dessa atmosfera de esperança desmedida que alimentara uma nova geração na sua luta antifascista. Por outro lado, nesse mesmo texto, que não abdicava ainda de uma afirmação do movimento neo-realista, Pomar lembrava, inclusive com um apurado sentido de auto-crítica sobre o seu próprio trabalho (sobretudo o realizado entre 1949 – data de *Varina Comendo Melancia* – e 1951, data, por exemplo, de *Meninos no Jardim*), que «Entre aqueles que se afirmavam dentro dos princípios da corrente, alguns perigosos caminhos começaram a desenhar-se. Um lirismo, complacente, tende a substituir a agressividade dramática das primeiras tentativas. A procura



de soluções formais começa a sobrepor-se ao vigor do conteúdo; e isto não reflecte senão um alheamento dos problemas realmente vivos. Boa parte do que pintei nos anos de 49 a 51 oferece tais características»<sup>13</sup>.

A partir de uma aguda sensibilidade visual, raiz em Júlio Pomar de uma polissemia estética e formal traduzida como expressão figurativa onde o corpo e o movimento surgem quase sempre como aliados inevitáveis, a sua obra estabelece-se desde o início como um vínculo primordial da presença humana e dos seus referentes simbólicos com o jogo pictórico encetado em cada trabalho. Será inclusive Pomar a confirmar a longevidade de uma das suas principais características de composição quando nos fala retrospectivamente de *Gadanheiro* (1945), uma das primeiras obras de nítida leitura neo-realista, «penso que acontece aqui, talvez pela primeira vez, ou pelo menos de uma forma mais nítida, qualquer coisa que vai ser uma constante da minha pintura, e que é uma relação entre o que se passa dentro da tela e os limites que o quadro tem. Quero eu dizer que há aqui um movimento, uma tentativa de expansão, uma vontade de explosão, um choque com o limite, com os quatro bordos do quadro [...] Ou seja, o quadro é aqui duplamente investido pelo corpo em movimento: como acto e como imagem. [...] Era como se eu não pudesse prescindir dos limites a cuja destruição pareço votar-me. O reventar dos limites aparece como urgência, necessidade primeira. Como se importasse mais o choque com o limite do que a própria destruição deste. Como se o que contasse, afinal, fosse o ímpeto do desejo e não o objecto deste»<sup>14</sup>. Curiosamente, a propósito do trabalho de composição nos estudos do *Ciclo do Arroz* (1953), que fecha por assim dizer o interesse de Pomar em torno da experiência etnográfica e do compromisso ideológico inerente ao neo-realismo, o artista assume que, por comparação com os seus trabalhos realizados até finais dos anos 40, o *Ciclo da Arroz* revela já uma «presença do pintor muito mais neutralizada», com «o quadro a abeirar-se de um realismo fotográfico»<sup>15</sup>. O artista não esconde aliás o filtro de origem fotográfica que esteve na base dessa experiência de observação do trabalho das camponesas nos arrozais do Ribatejo, nele «houve, voluntariamente, a adopção de uma linguagem a que na altura chamaríamos objectiva. A proximidade da fotografia (de resto, foram utilizados documentos fotográficos) é muito grande. No entanto, sob a pretensa objectividade da representação, há uma arquitectura íntima, um jogo de formas nítidas que não anda longe [confessa o artista] de certas marcas futuras da minha pintura»<sup>16</sup>.

Destas duas observações elaboradas pelo próprio Júlio Pomar no final da década de 90, imbuído portanto de um longo distanciamento temporal, podemos partir para a análise de alguns exemplos do seu trabalho, especialmente

o que tem sido identificado como manifestação maior do período neo-realista, procurando perceber quais os limites dessa mesma identificação e de que modo os contornos da relação figural com a produção de uma leitura semiótica directa, comprometida pela valorização político-ideológica, se apresentam como característica essencial, ainda que paralela, a todo o investimento formal e de composição que esteve na origem dessa fase marcante no seu percurso artístico, associada à manifestação de uma juventude particularmente radical na sua esperança de transformação e justiça social. O eco produzido pelas palavras e pelas obras dessa fase neo-realista repercutem hoje o estertor próprio, mas necessariamente já muito distante, de uma plena vitalidade polémica e pró-activa, suficiente afinal para exigir, com o sentimento exacerbado da época, um «humanismo social» associado nesse imediato pós-guerra, depois do Holocausto, a um inevitável e urgente renascimento do Homem.

Produzidos em 1945, no contexto da IX Missão Estética de Férias, em Évora, *Gadanheiro*, *Semeador*, *Sábado (ou Malta)* e *Descanso*, revelar-se-ão obras seminais, assumidas por uma expressão neo-realista que convoca essa espécie de mensagem heróica e promove assim a comunicação com o povo trabalhador. Castro Rodrigues, companheiro de jornada nessa «missão estética», lembra que terá sido *Descanso* a primeira pintura deliberadamente neo-realista de Júlio Pomar, nascida da conciliação entre a forma estética e um conteúdo revelador das condições de vida dos camponeses, ampliando desse modo as hipóteses de uma tomada de consciência de classe<sup>17</sup>. Porém, *Marcha* (desenho) e *Resistência* (pintura), realizados no ano seguinte, em 1946, apresentar-se-iam também ao longo de várias décadas como dois dos principais ícones da fase inicial do movimento neo-realista, rivalizando apenas com *Gadanheiro*, a única obra que da fase de Évora permanecerá mais visível, integrando inclusive, a partir de 1995, as colecções do Museu Nacional de Arte Contemporânea<sup>18</sup>. Com efeito, em *Gadanheiro*, Júlio Pomar assume em consciência uma obra, apoiada já no auxílio memorial da fotografia, entregue ao tema campesino, na assunção paradigmática de uma inspiração transformadora, com a sua composição a proclamar um desenvolvimento formal entre o panfletário-heróico e o registo expressionista das formas anatomicamente exageradas desse corpo camponês que rompe com vitalidade a superfície. Por outro lado, a leitura oblíqua imposta pela presença do corpo em união com a gadanha (instrumento da ceifa agrícola) remete este trabalho para um extraordinário questionamento dos limites do quadro<sup>19</sup>, reafirmando ao mesmo tempo, desde logo, uma das preocupações centrais de toda a pintura de Pomar, isto é, a harmonização entre a figura e o plano da tela, o conteúdo da imagem e o seu sentido estético-formal. Características essenciais

igualmente identificadas em *Semeador* (obra entretanto destruída pelo próprio pintor, e de que resta apenas um fragmento) ou em *Descanso*, tela de formato horizontal onde Pomar inscreve um ceifeiro em pose de descanso, no intervalo do trabalho rural, e que se apresenta como a terceira obra mais importante resultante desse campo de investigação e observação directa das condições sociais de trabalho dos assalariados rurais do Alentejo. Obras essas que terão levado Mário Dionísio a dedicar ao artista, logo nesse ano, na *Seara Nova*, um primeiro estudo crítico, de título visionário ou profético, «O princípio de um grande pintor?»<sup>20</sup>, acabando assim por ajudar a projectar o nome de Júlio Pomar «como chefe de fila da corrente» neo-realista, movimento que então tomava o protagonismo de arte moderna no nosso País<sup>21</sup>.

Com efeito, falar dos limites do reconhecimento de uma fase neo-realista em Júlio Pomar significa interpretar, por exemplo, uma pintura como *Estaleiro* (1960) ou duas gravuras como *Camponês* (1961) e *Camponês com forquilha* (1961), plenas de um gestualismo que indiferencia o valor icónico do que se mostra para acentuar a expressão pictural da própria imagem, como obras que, apesar do seu título poder ser associado à exigência de conteúdo neo-realista, não podem na verdade ser consideradas como neo-realistas, precisamente porque o ritmo gestual e o informalismo daí resultante inviabilizam qualquer valor de comunicação ou reconhecimento imediatista do conteúdo. A ausência de uma leitura semiótica figurativa, de apelo transformador, afasta esses trabalhos da estética neo-realista. Se assim não fosse, as fotomontagens de origem dadaísta de Raoul Hausmann e John Heartfield, o construtivismo de El Lissitzky, Rodchenko ou Gustav Klucis, o «realismo» de Naum Gabo ou Anton Pevsner, o cubismo politizado da *Guernica* de Picasso, e até todas as colagens de cariz surrealista de um Jindrich Styrsky ou mesmo de Mário Cesariny, teriam de ser reclassificados de neo-realistas apenas por assumirem uma leitura claramente política em termos temáticos. Ora, o que determina uma obra de contornos neo-realistas é, afinal, uma adequação entre forma e conteúdo que favorece sempre uma leitura de consciencialização social e política e onde o trabalho formal, mesmo quando se inebria no perfume lírico da síntese formalista moderna e abstractizante, opta por uma vertente figurativa de valor essencialmente realista. Deste modo se traduz o investimento figurativo do «realismo social», entre o heroísmo possível da vida comum e uma postura de oposição à «arte pela arte» de expressão burguesa. Neste sentido, convirá ainda distinguir o «neo-realismo» português do «realismo socialista» da União Soviética, pois para lá do pouco que os aproxima – precisamente um desdém pelo isolamento e autonomia da «arte pela arte» e uma opção temática pelos mais desfavorecidos – quase tudo resto os

separa em definitivo. Na verdade, o que determina o nosso «neo-realismo» é uma livre vontade de transformação social a partir do aparato da arte, mesmo que ligada ao ideário político comunista de oposição ao Estado Novo, enquanto o «realismo socialista» soviético mais ortodoxo de Aleksandr e Sergei Gerasimov, Brodsky, Efanov, Merkourov ou Vera Mukhina, obedece aos ditames de uma propaganda de Estado, a partir de uma regulamentação específica determinada em congressos políticos por figuras como Jdanov ou Máximo Gorky. A colagem a uma lógica de poder impôs assim limites essenciais à liberdade criativa, minada que estava pela eficácia iconográfica que deveria ajudar a perpetuar. Por outro lado, enquanto o «realismo socialista» tende a ocultar, desde o início, as soluções herdadas pelo construtivismo, apostando tudo num reinvestimento de raiz naturalista ligado à grande tradição russa do século XIX – com excepção de Aleksandr Deineka, que procurou associar valores vanguardistas a uma figuração objectiva de intenção revolucionária – o «neo-realismo» praticado entre nós circula livremente pela lição moderna do início do século, inspirando-se sobretudo nos realistas franceses, no expressionismo centro-europeu ou ainda no realismo mexicano, brasileiro ou norte-americano. Daí só poderia resultar uma produção plural ao nível estético que, apesar de empenhada na transformação social marxista, miticamente inspirada numa longínqua União Soviética, representou no essencial a esperança de uma modernização artística no plano interno e ainda a libertação política relativamente à ditadura de Salazar. Finalmente, ao dogmatismo estético que emana da produção realista soviética, responde o neo-realismo dos portugueses com um lirismo e uma liberdade de soluções formais e interesses temáticos que pode ser comparado na diferenciação dos seus mais diversos protagonistas. Na verdade, para lá de uma comunidade de temas e da valorização mais ou menos generalizada ao nível do conteúdo, a obra de Júlio Pomar jamais se confundirá em termos formais com a de Manuel Ribeiro de Pavia, Lima de Freitas, Querubim Lapa, Cipriano Dourado ou Rogério Ribeiro.

## Notas

<sup>1</sup> Nota do autor: O presente texto recupera ainda uma pequena parte do ensaio da minha autoria, «O sentido da hora e o amor do mundo – Júlio Pomar e a promessa humanista do neo-realismo», in *Júlio Pomar e a experiência neo-realista*, V. F. Xira, Museu do Neo-Realismo – CMVFX, 2008, pp. 11-29.

<sup>2</sup> POMAR, Júlio, «O pintor e o presente», in *Seara Nova*, Lisboa, 11-1-1947, p. 19.

<sup>3</sup> POMAR, Júlio, «A arte e as classes trabalhadoras», in *Mundo Literário*, Lisboa, n.º 24, 19-10-1946, p. 9.

<sup>4</sup> *Idem.*

<sup>5</sup> POMAR, Júlio, «Realismo e Acção», in *Mundo Literário*, Lisboa, n.º 47, 5-4-1947, p. 3.

<sup>6</sup> *Idem.*

<sup>7</sup> *Idem.*

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> POMAR, Júlio, «Arte e Juventude (palestra lida na ‘Festa da Primavera’, organizada pelo Grupo de Estudantes de Belas Artes do Porto)», in *Vértice*, vol. III, n.º 45, Abril de 1947, p. 375.

<sup>10</sup> POMAR, Júlio, «A tendência para um novo realismo entre os novos pintores», in *Comércio do Porto*, 22-12-1953.

<sup>11</sup> *Idem.*

<sup>12</sup> *Idem.*

<sup>13</sup> *Idem.*

<sup>14</sup> Júlio Pomar em entrevista a Alexandre Melo, «Formas que dão corpo ao espaço», suplemento «Entender a pintura», in *Arte Ibérica*, n.º 14, 1998, p. 9.

<sup>15</sup> *Idem.*

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> Castro Rodrigues em depoimento ao autor, Fevereiro de 2008.

<sup>18</sup> Refira-se a este respeito que, em 1952, Diogo Macedo adquiriu para o Museu Nacional de Arte Contemporânea uma pintura (*Menina com um galo morto*) e um outro desenho, tendo sido até meados dos anos 90 as únicas duas peças de Pomar nas colecções do Estado português, o que é revelador da lenta afirmação ou reconhecimento junto deste.

<sup>19</sup> Rui Mário Gonçalves tem vindo a afirmar que esse jogo com os limites do quadro se traduz numa voluntária supressão das cabeças das figuras, no topo das composições, como forma de projectar, de modo mais directo e eficaz, a imagem sobre o observador. Cf. documentário «Risco. Júlio Pomar», 2005.

<sup>20</sup> Cf. Mário Dionísio, «O princípio de um grande pintor?», in *Seara Nova*, Lisboa, n.º 956, 8 de Dezembro de 1945.

<sup>21</sup> POMAR, Alexandre, *op. cit.*, p. 43.



Fig. 1 – Júlio Pomar, *Almoço do Trolha*, (1946-50), óleo s/cartão prensado, 120 × 150cm, Col. Manuel Torres



Fig. 2 – Júlio Pomar, *Estudo para o ciclo 'Arroz'*, (1953), óleo s/aglomerado, 58×35,5cm, col. Museu do Neo-Realismo



Fig. 3 – Júlio Pomar, *Estudo para o ciclo 'Arroz'*, óleo s/aglomerado, 59×35,5cm, Col. Museu do Neo-Realismo





# Museu da Indústria – Quimiparque –, acervo de um património relevante da indústria portuguesa do século XX

*Mário Varandas Monteiro\**

---

## Nota Histórica – Análise do Edificado pré-existente

Procedeu-se ao estudo e enquadramento histórico da antiga Central Diesel no Barreiro inserida no Complexo Industrial da CUF, que serviu para a produção de força motriz através de cinco grupos geradores.

O último motor a ser instalado data de 1944 aquisição/montagem – motor diesel MAN68U66 com potência de 1300 cv. Existiam ainda quatro motores idênticos com uma potência total de 4800 cv instalados em 1940.

Fez-se ainda a análise da documentação existente nomeadamente alguns desenhos do projecto inicial – CUF. Secção Técnica – Fábrica – Barreiro – Secção – Força Motriz – sendo de salientar o desenho referente ao projecto de execução com pormenores da estrutura metálica interior – desenho n.º 2861 datado de 6 de Janeiro de 1935 à esc. 1:20 e 1:10, e ainda desenhos executados em data posterior a 1961 referentes ao projecto de Arquitectura e Estrutura do edifício anexo com legenda - Instalações de Pessoal CUF – Departamento de Engenharia Civil – Serviços de Estudos – Barreiro.

---

\* Arquitecto.

O Edifício Industrial da antiga da central eléctrica configura uma construção ao gosto da *Arte Deco* dos anos 30 – cimalkhas denteadas e pilastras nas fachadas, integrando ainda painéis em tijolo de vidro, de grandes dimensões, os quais permitem a passagem da luz natural para o espaço interior da nave, criando um ambiente de intensa luminosidade diurna, que permite realçar a esbelta estrutura metálica interior, constituída por pilares e asnas metálicas trianguladas.

A Central Diesel desactivada há anos e encerrada desde 1985, encontrava-se à data da intervenção em mau estado de conservação, tendo sido o edifício pré-existente objecto de estudo e observação das patologias dos elementos construtivos que o constituem.

Resumo sucinto das principais patologias verificadas na construção pré-existente:

- Várias infiltrações de águas pluviais nas paredes exteriores provenientes da cobertura e tubos de queda das mesmas;
- Pavimento apresentando os negativos dos grupos geradores já retirados, verificando-se no solo um elevado nível freático;
- Fachadas;
- Vários tijolos de vidro partidos e outros em falta nos painéis;
- Caixilharias pré-existentes em madeira, com vãos de grandes dimensões em péssimo estado de conservação e já sem possibilidade de uma intervenção para a sua conservação e restauro;
- Os rebocos dos paramentos apresentavam grandes fissuras encontrando-se deteriorados pelo tempo e ainda devido à falta de obras de conservação, incluindo a pintura dos mesmos;

### **Estudo do «sítio» integrado na malha desta urbanização industrial**

A envolvente da Central Diesel era constituída por construções industriais tipo oficinas e armazéns em estado de ruína e ainda depósito de materiais e sucatas ao ar livre, constituindo um enquadramento não desejado para o novo «uso» cultural – reutilização da Central Diesel – para Museu Industrial.

Assim foi proposta a sua demolição e remoção, possibilitando criar um espaço livre na sua envolvente o qual foi objecto de um projecto de arranjos exteriores – projecto paisagístico – que procura através de uma solução simples – zonas verdes arborizadas – pavimentos e novas acessibilidades ao museu

incluindo estacionamento – criar uma envolvente que potencia um ambiente agradável inserido na malha austera e monótona desta urbanização industrial.

As vistas aéreas, do Museu inserido no contexto desta urbanização industrial – CUF – Quimiparque – Barreiro, permitem visualizar o «vazio» criado pelo espaço livre verde.

### **Critério implementado no projecto de arquitectura**

A feliz iniciativa da Quimiparque de promover a reutilização e reabilitação, para o Museu Industrial, da antiga construção industrial Central Diesel – do Século xx teve início em 1998 sendo realizada através de um Projecto de Arquitectura o qual teve como objectivo preservar o património edificado, actualizando o seu «uso» adaptando-o a espaço museológico com o objectivo de expor o valioso espólio da antiga Companhia União Fabril – CUF. Sendo também o edifício anexo pré-existente designado por «instalações do pessoal», reutilizado e restaurado, de modo a possibilitar a instalação de serviços complementares ao Museu, incluindo as seguintes áreas e compartimentos – R/Chão – Hall – Recepção com I. S. para cada sexo e uma outra I. S. para deficientes, Sala de Exposições temporárias, Loja Museu e um pequeno Auditório em comunicação directa com o amplo espaço do Museu.

Nos dois pisos superiores localizam-se a Área Administrativa – Centro de Documentação, Biblioteca, Sala de Leitura com I. S. anexa e Salas de Exposição do acervo da CUF.

As obras foram iniciadas em 1999 e desenvolvidas por fases nos anos seguintes tendo sido concluída a 1.ª fase em Dezembro de 2004, a 2.ª fase em Dezembro de 2005 e a 3.ª fase e última fase em Dezembro de 2006, corresponde esta à obra de ampliação do Museu Industrial que por intermédio de Projecto de Arquitectura – Alterações procedeu à reutilização do Edifício N.º 144 – Pavilhão e antigo armazém de peças, de modo a criar outro núcleo museológico.

Assim a intervenção e as obras executadas no edificado pré-existente, de acordo com o Projecto de Arquitectura – Alterações teve como objectivo preservar e valorizar os principais elementos construtivos, nomeadamente a esbelta estrutura metálica interior constituída por pilares e asnas trianguladas com suaves encurvamentos de estilo Arte Nova tardio; as divisórias em reticulado de madeira pintada a esmalte branco integrando vidraças, assim como as características materiais e cromáticas das áreas que funcionalmente se definiam dentro do espaço da antiga central. No projecto de execução – Arquitectura e

durante o decorrer da obra foram solucionados todos os problemas detectados na construção pré-existente, através de métodos construtivos que salvaguardam os valores patrimoniais arquitectónicos.

Como «memória» da antiga Central Diesel (Central Eléctrica) foi preservado e restaurado um grupo Gerador motor a diesel MAN G8V66 com uma potência de 1300 cv – montagem em 1944, o único existente dos cinco à data de intervenção do projecto, foram ainda preservadas parte das celas e quadros eléctricos, peças ligadas à produção da energia eléctrica.

As fachadas e cobertura foram também objecto de conservação e restauro, com alteração das caixilharias, optando-se por uma paleta cromática nas cores amarelo ocre e branco nas fachadas e caixilharia em alumínio lacado cinzento-escuro.

A comunicação é complementada com imagens da antiga Central Diesel e desenhos do projecto inicial (1935), assim como imagens e desenhos dos Projectos de Alterações (1997/98) do qual sou autor – Museu Industrial – Quimiparque.

#### **Ficha técnica:**

- Promotor - Quimiparque – Parques Empresariais
- Projecto Geral – Arquitectura – Mário Varandas Monteiro Arq.  
Colaboração nesta obra – Projectos Especiais
- Projecto Arranjos Exteriores – Arq. Paisagista Vítor Ribeiro
- Instalações Eléctricas e Telefónicas – Eng. António Trindade
- Instalações de Segurança medidas activas – Eng. António Trindade
- Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização da Obra – Quimiparque.  
Eng. Sardinha Pereira e Eng. Paulo Matias
- Dr. António Camarão – CUF Quimiparque - Musealização de um Património

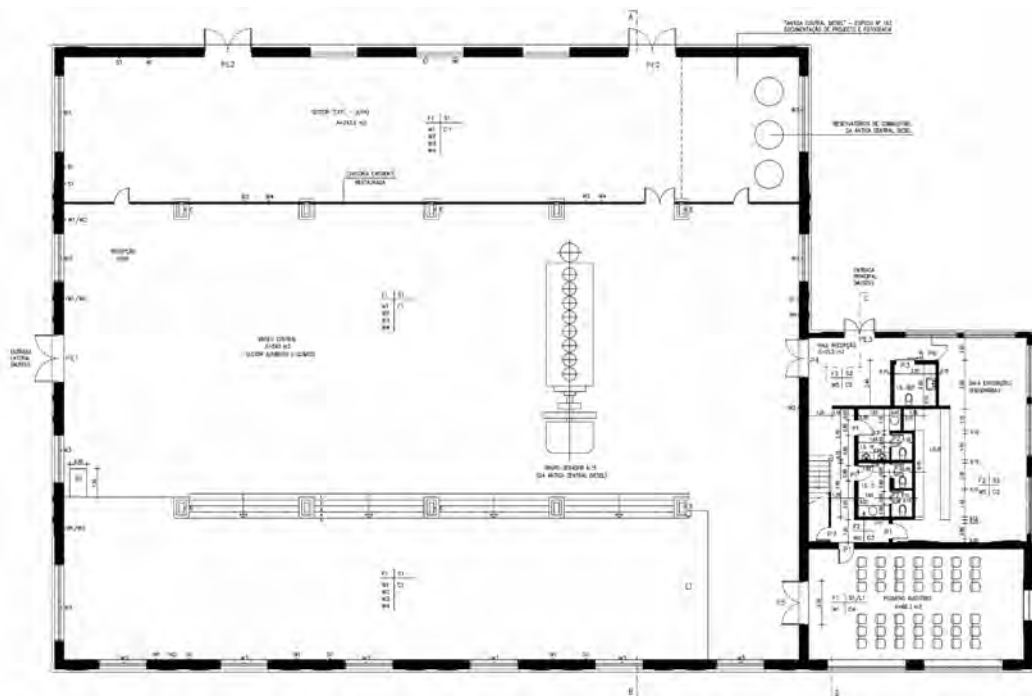


Fig. 1 – Planta do R/Chão – Museu Industrial



**Fig. 2 – Integração do edifício do Museu na malha urbana industrial**



**Fig. 3 – Imagem elaborada para ilustrar a concepção do projecto de Arquitectura, assim como dos Arranjos Exteriores propostos**



Fig. 4 – Estado de degradação da nave industrial antes da intervenção



Fig. 5 – Vista do interior da nave após as obras de restauro e conservação





**Fig. 6 – Vista interior lateral da nave que ilustra o estado de degradação antes da intervenção**



**Fig. 7 – Vista interior após as obras de reutilização do espaço para Museu – Núcleo da Juta**



Fig. 8 – Vista parcial do edifício da antiga Central Diesel, antes da intervenção



Fig. 9 – Vista parcial do edifício do Museu Industrial após as obras de remodelação, restauro e conservação



## CUF – Quimiparque: Musealização de um património

*António Manuel Pereira Nunes Camarão\**

---

A área onde a CUF se desenvolveu desde 1908, compreende um conjunto de edificações meritórias de serem classificadas como património, sendo testemunho de arquitectura de cariz funcional destinada a uso industrial e onde ressaltam alguns edifícios de início do século xx destinados a serviços, contudo não são de menor importância os bairros operários ou mesmo o mausoléu de Alfredo da Silva.

Um dos edifícios de cariz industrial – a antiga Central Diesel – foi adaptado para albergar o Museu Industrial, que criado com a intenção de passar para o futuro o legado histórico do que foi, um dos mais importantes complexos químico-industriais da Europa em meados do século xx.

O Museu Industrial reúne um conjunto alargado de espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa, e um acervo documental e iconográfico considerável representativo de diversas áreas, tais como Química, Metalúrgica, Metalomecânica, Têxtil e Produção de Energia, e da Segurança Industrial.

É sobre todo o processo de reconversão e musealização do espaço onde se encontra instalado, e da dialéctica em torno das várias filosofias que se pro-

---

\* Câmara Municipal do Barreiro.

punham para a interpretação e exposição do espólio, que constitui o propósito desta comunicação.

### **Os fundamentos do património**

Desde o início da construção em 1907 até ao término da actividade industrial a CUF, e mais tarde a Quimigal, produziram e legaram ao presente um conjunto patrimonial importante.

Ainda hoje podemos encontrar no que resta do que outrora foi um dos maiores complexos industriais europeus, edifícios ímpares que pela sua presença, e de uma forma ou de outra, marcaram gerações de barreirenses.

Neste lote podemos incluir o conjunto arquitectónico do bairro operário, construído extra muros na antiga Quinta do Gandum com as suas ruas amplas marcadas pela proeminente torre do relógio onde funcionou a primeira central telefónica. Foi neste conjunto que numa relação de proximidade e cumplicidade funcionou o núcleo social do complexo, o viveiro/creche, a escola primária, a dispensa, o cinema ginásio, o posto médico tal como os serviços de medicina no trabalho e o refeitório, destes só o cinema-ginásio, o único que apesar de chegar até nós com o nome de Casa da Cultura, mantém a sua característica funcional original, todos os outros foram readaptados a utilizações diversas fruto da reconversão que os tempos presentes determinaram e onde o antigo complexo passou a desempenhar a função de parque empresarial, um caso único de abandono foi o do posto médico por não se ter encontrado cliente que justificasse uma solução de reabilitação.

Dentro da área fabril subsistem ainda, como conjunto patrimonial assumido, o Mausoléu de Alfredo da Silva cuja arquitectura é de Luís Cristino da Silva, integrando painéis escultóricos de Leopoldo de Almeida, que a par da hoje Casa Museu Alfredo da Silva, antigo escritório comercial, constitui no presente parte de um circuito museológico. Junto com estes, outros edifícios que datam dos primórdios da CUF no Barreiro não passam despercebidos, como é o caso dos edifícios de tijolo na rua 11 e do edifício, também em tijolo, onde funcionaram os escritórios da metalomecânica, hoje já restaurado. Num futuro que afigura promissor para a área do antigo complexo, resta saber como será ditado o destino de tais edifícios, a integração como testemunho ou a sua demolição.

Na presença de todo este património, era premente que se desenvolvesse uma estrutura que pudesse possibilitar a divulgação da história comum que pertence aos barreirenses e á nação industrial que já fomos. Convém aqui ressaltar que um embrião de unidade museológica já havia surgido nos finais da época Quimigal, ainda que restringido apenas á actividade têxtil, fruto do empenho de amadores apaixonados que conseguiram conservar algumas máquinas pesadas como testemunho de quase toda a cadeia de produção desde a fiação até á tecelagem. No entanto é em 1998 que, por iniciativa do Administrador da Quimiparque eng.º Sardinha Pereira, se consegue sensibilizar o accionista para a criação do actual museu, o qual viria a ser instalado num edificio que, por opção não foi incluído no lote dos anteriores, mas constitui a nosso ver um dos mais característicos exemplos de arquitectura industrial, pelo que, não poderia ter sido melhor a escolha para albergar o museu.

## **O edificio**

O Museu encontra-se portanto na antiga Central a Diesel que pelas suas dimensões, as suas características arquitectónicas, a sua estrutura em construção metálica com montantes em perfis compostos e asnas treliçadas, com ligações rebitadas é um exemplo típico da construção do início do século xx.

Esta central de produção de energia Iniciou a sua laboração em 1935 com uma potência de 3600 CV, que viria a ser ampliada, nos anos seguintes, para 6100 CV, mas a entrada em funcionamento das novas centrais a vapor n.º 2 (1953) e n.º 3 (1981), a reconversão da actividade têxtil (anos 70) e os melhoramentos introduzidos na rede de transporte de energia vieram impor a gradual dispensa dos serviços da Central Diesel, levando à sua total desactivação, em 1985, quando foram removidos quatro dos cinco motores MAN e o conversor de energia contínua em energia alterna.

A recuperação do edificio com o objectivo de o transformar em Museu Industrial, teve início em 1999 só foi concluída em 2004, sempre sob o olhar atento do eng.º Paulo Matias que teve a responsabilidade da obra e que no final nos iria acompanhar no trabalho de reconversão do projecto e na musealização.

## O projecto e a sua musealização

O projecto arquitectónico para a reconversão do edifício em Museu foi entregue ao arqt.º Varandas Monteiro, este projecto viria a passar por várias fases adaptativas antes de se chegar ao ponto da abertura das portas. O edifício em si no exterior permanece praticamente como aquando da sua anterior actividade, excepção feita para as amplas janelas e portas. No que toca ao interior, houve que refazer todas as áreas funcionais necessárias para acolher um Museu. Assim tiveram de se alterar e reposicionar alguns elementos para dar lugar aos sanitários, ao mesmo tempo que numa segunda fase e já no piso superior se criaram no lugar do refeitório e salas de pessoal, e dois gabinetes e um centro arquivístico com sala de leitura, a par de duas salas expositivas no segundo piso. Uma terceira fase de projecto contemplava a recuperação de dois armazéns contíguos ao museu onde se instalariam as reservas e uma área dedicada aos bombeiros e à construção naval.

Ficou previsto que o piso das naves, central e lateral do museu, seria feito substituindo-se a tijoleira original bastante degradada por um epóxi autonivelante, no entanto a parede divisória seria recuperada de acordo com o aspecto original, com recurso a azulejos de época que se retiraram de outros edifícios.

A nossa chegada em 2002, para no seguimento de um entendimento entre a Quimiparque e a CMB assegurar a musealização do museu, fez com que o núcleo duro de trabalho se afigurasse como uma tríade incansável.

Primeiro passo: Primeiro passo: a construção de uma maquete com todos os elementos a expor, móveis, por forma a possibilitar a simulação da sua distribuição no espaço, método idêntico já havia por mim sido executado quando em 2001 se tratou do estudo para as Reservas Museológicas Visitáveis da CMB, e que aqui também demonstrou frutos, uma vez que tendo acesso a toda a maquinaria e restante espólio a utilizar, procedeu-se á sua maquetização também á escala por volume ocupado, dando-se inclusive especial atenção aos espaços normalizados para circulação com a reprodução de figuras também á escala, o que resulta no meu entender, melhor, que a simples a implantação de manchas no desenho. Desde cedo logo se nos afiguraram como condicionamentos a necessidade de contornar em termos da organização do espaço a museografar, dois factores: a existência na nave de um motor a diesel e da cava do conversor; e a maquinaria da têxtil que constituiria um pólo próprio e inamóvel dado o volume e peso dos equipamentos.

### ***O primeiro plano de arquitectura***

1. O sector têxtil a ocupar a nave norte e parte da nave central.
2. O sector químico e adubeiro separado pelo motor.
3. Falta de representatividade de outros sectores fabris.
4. Uma área dedicada á história da empresa e associada ao fundador e sucessores implicando a eliminação dos quadros eléctricos imagem de marca da central.
5. Uma área de serviços na ala nascente.
6. Um auditório exposto na nave com as implicações inerentes.
7. A entrada principal a poente.

O facto, o dos condicionalismos anteriormente referidos, determinou uma mudança no projecto de Arquitectura, uma vez que a nossa visão de organizar espacialmente o Museu com áreas de exposição permanente, tais como o pólo Têxtil, e da Produção de Energia, e com áreas de exposição temporárias que, com carácter de rotatividade, pudessem cobrir todos os inúmeros sectores de actividade do complexo industrial do Barreiro.

### ***A nossa proposta de alteração***

1. O equipamento do têxtil concentrado na nave norte.
2. Na nave central uma área para exposição residente que em regime de rotatividade pode representar todos os sectores das fábricas.
3. No piso elevado uma história da CUF.
4. A criação de uma área para o serviço educativo.
5. Na ala nascente substituição dos gabinetes de serviços por uma sala de exposições, passível de acolher eventos externos e integrada num bar com venda de *merchandising*.
6. Ficava por resolver a posição do auditório.
7. A entrada principal que colocada a nascente exporia demasiado o museu, desvendando de uma vez os conteúdos enquanto que em alternativa se transitasse para junto da ala nascente a imponência do motor ajudava a manter a curiosidade de quem visita pela 1.<sup>a</sup> vez.

Para que esta proposta fosse viável, impunha-se portanto que o auditório transitasse da sua localização inicial no projecto, que o colocava na nave central, com todos os problemas inerentes a isso, tais como a acústica e o facto de não se conseguir um enfoque museológico, com o prejuízo de dispersão para quem estivesse no percurso da visita, ou para quem nele estivesse a visionar o ecrã.



O auditório transitava então para um espaço isolado que o arquitecto consagrara para as peças de reserva, e onde se conseguiu uma distribuição de 42 lugares e um ambiente de acústica e luminosidade controlada através *blindouts*.

A outra mudança estratégica na filosofia que se começava agora a desenvolver, foi a de fazer deslocar o pólo da juta para a nave lateral em vez de o colocar também na nave central, e o raciocínio foi de que se a maquinaria representativa da zona têxtil, herdada do embrionário museu, reproduzia quase por completo a o processo fabril, então deveria ser encadeada de forma a torná-lo perceptível, ao mesmo tempo que se libertava a nave principal para acolher as exposições temporárias.

Este *layout* do espaço expositivo ganhou assim outra forma, tendo sido orientado a partir de uma área educativa logo na entrada do museu, cujo propósito principal é o de reunir os grupos, fazer uma introdução explicativa da história e do carácter funcional do edifício, que a partir deste ponto se vislumbra na total amplitude do enorme pé direito, mas que simultaneamente tira partido do obstáculo criado pelo motor à profundidade de campo, o que suscita a curiosidade do que se virá a descobrir no interior do museu. É também aqui que se faz uma primeira abordagem á zona têxtil integrando na história da CUF a produção de adubos e a consequente necessidade de produzir embalagem. Um fardo de juta e dois expositores, o primeiro com amostras físicas dos produtos têxteis e de cordoaria aqui produzidos, e um segundo, elaborado ainda nos tempos CUF de forma a demonstrar toda a cadeia de produção. Nesta área foram criados grandes painéis explicativo ilustradores da grandeza do sector, e essa linha acompanhará o visitante no museu durante todo o percurso, onde sempre que possível se ampliaram imagens à escala humana, ou seja que os fotografados pareçam dialogar de igual com os visitantes, de lembrar que muitos destes viveram e conviveram na primeira pessoa com as situações representadas iconograficamente.

No início do pólo têxtil, tirando partido da plataforma elevada, onde se conservam os depósitos / filtros de combustível criou-se um ambiente que reporta ao cais para que se vislumbre o percurso da juta e do sisal desde as origens ao Barreiro, e aqui não falta mesmo o som de um navio que apita no pontão e das gaiotas, presença constante nesse lugar. O recurso ao som para contextualizar a situação vai ocorrer em mais dois momentos da visita.

Como já foi referido a musealização do pólo da têxtil realizou-se com a distribuição das máquinas de acordo com a cadeia de produção, mas para que estas se apresentassem ao visitante de forma mais apelativa obrigando-o contudo a manter uma certa distância das mesmas foram executadas em Valchromat

onde foi explicitado o nome do equipamento, e no *drawing*, o penteador de fibra, foi retirada a chapa lateral que se substituiu por vidro acrílico de forma a expor o complexo conjunto de engrenagens.

Esta parte do percurso é acompanhada com o som dos teares em laboração que num volume reduzido deixa antever as condições que acompanhavam o labor dentro destas oficinas. No final deste pólo, especial relevo foi dado ao laboratório de controlo de qualidade com vários equipamentos que revelam a atenção dada ao produto final.

### **A área da exposição residente**

E porque se termina o pólo da têxtil com a parte laboratorial, sai-se para a nave central directamente para o Laboratório Central, onde a partir de uma foto se reproduziu à escala a bancada da sala das balanças. A sala do controlo analítico é musealizada a partir de uma bancada original que acompanhada de duas fotos ampliadas à escala real contextualizam o ambiente. Um conjunto de vidros cheios de água com corantes simula a actividade laboratorial desenvolvida. Sendo este um complexo que tem por base a indústria química, é aqui que o guião centra a explicação de muitas das fábricas que laboraram e o que se produzia no Barreiro. Uma série de outros equipamentos laboratoriais ajudam a ilustrar de forma mais alargada a actividade. Para finalizar esta área está uma secretária onde se expõe o primeiro livro de análises do laboratório assinado pelo químico Andrés Descoques em 1909.

No Barreiro tudo se produzia, até mesmo os projectos das fábricas, e dessa forma não podia de deixar de se representar o Gabinete de Projecto, que se musealizou a partir de um estirador face a uma foto de uma das salas de desenho. O ambiente torna-se realista a partir da foto, uma vez que se recuperaram objectos constantes nela, tais como o referido estirador com o braço de pantógrafo e esquadro, a grade de desenhos, a calculadora.

Associado ao Gabinete de Projecto está o Gabinete Fotográfico. Aqui foi exposto um conjunto de projectores e uma máquina fotográfica simulando o trabalho de fotografia, e uma máquina alemã de reprografia por processo fotográfico da marca *Kontophoto*, da qual só encontrámos outro exemplar na Biblioteca de Kabul.

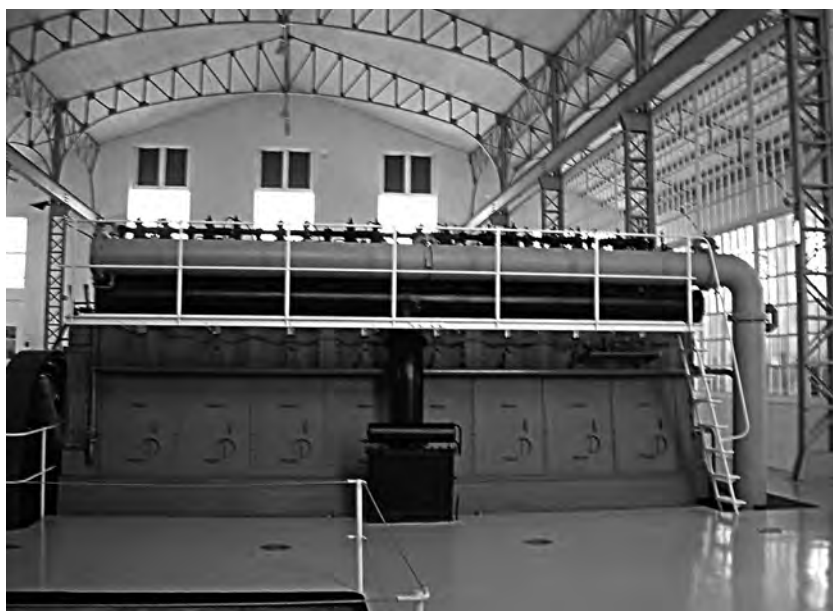
O conjunto que demonstra a história do Corpo de Bombeiros está também representado em parte nesta nave central, de facto o número de equi-

pamentos, como veremos mais adiante, justificou a sua presença num armazém contíguo ao edifício principal do museu. Aqui encontram os equipamentos de menor volume e os que possam ser facilmente deslocados para que o mesmo espaço possa vir a ser ocupado por espólio representativo de outros sectores do complexo fabril, torna-se portanto de uma área de carácter temporário como todas as outras que ocupam esta nave. Aqui ressaltam as bombas de incêndio braçais, os tipos de extintores usados ao longo dos tempos e algumas macas. Para os estandartes e instrumentos da fanfarra desenhámos um expositor, o qual além dessa função dá a conhecer sob uma cobertura em acrílico, as várias condecorações com que esta corporação foi agraciada.

A ala que no topo dos degraus ladeia a nave central, recebeu a história do reconhecimento nacional e internacional da CUF, representada através de uma colecção de diplomas obtido pela representação da mesma em diversos dos principais certames industriais. A par desta optou-se expor aqui dois conjuntos que interagem, o aspecto social da companhia, nas suas formas de cuidados de saúde e de lazer, desta forma em expositores metálicos cobertos a acrílico estão abertos álbuns fotográficos representativos da Colónia de Férias e de festas de trabalhadores, ao mesmo tempo que se recriou com equipamentos originais, o ambiente de um gabinete de consulta no Posto Médico.

### **Consideração sobre conservação e musealização**

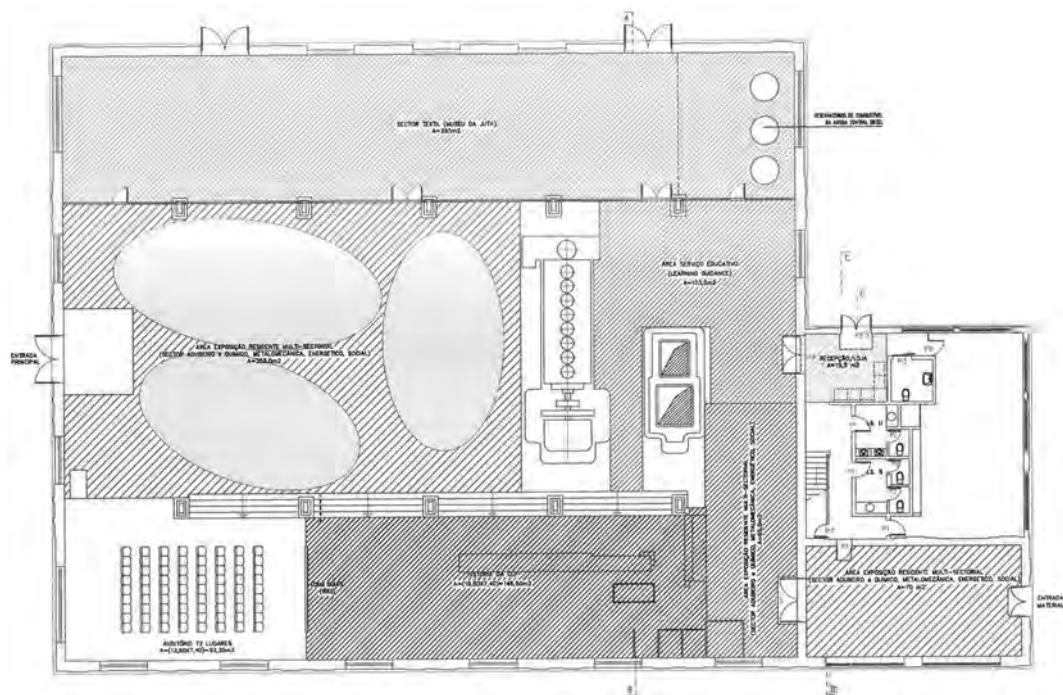
No plano original previa-se que o motor diesel MAN V8 ficasse no estado em que estava, como se tivesse parado no tempo, criava-se assim uma alusão ao fim do complexo; a nossa visão foi outra, este devia ser recuperado como a alusão à força geradora de energia, que de facto fora, mas ligada aqui à ideia da dinâmica de crescimento que o complexo sempre manteve até ao seu término. Aliás era ponto de honra dos funcionários da Central Diesel a manutenção do espaço com pintura e lubrificação das imponentes máquinas. Com recurso ao Museu da MAN foi-nos fornecida documentação sobre o motor incluindo um código de cores. O motor apresenta-se, pois, digno da sua imponência e afirma-se como peça central em torno da qual gira o percurso do museu e com a oportuna transferência da entrada para nascente, o museu apresenta-se resguardado, aumentando a expectativa de quem o visita a partir da área do serviço educativo.



O edifício e o motor diesel



Sector do têxtil



A nossa proposta de alteração



A área da exposição residente



